



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Vinicius Esperança Lopes

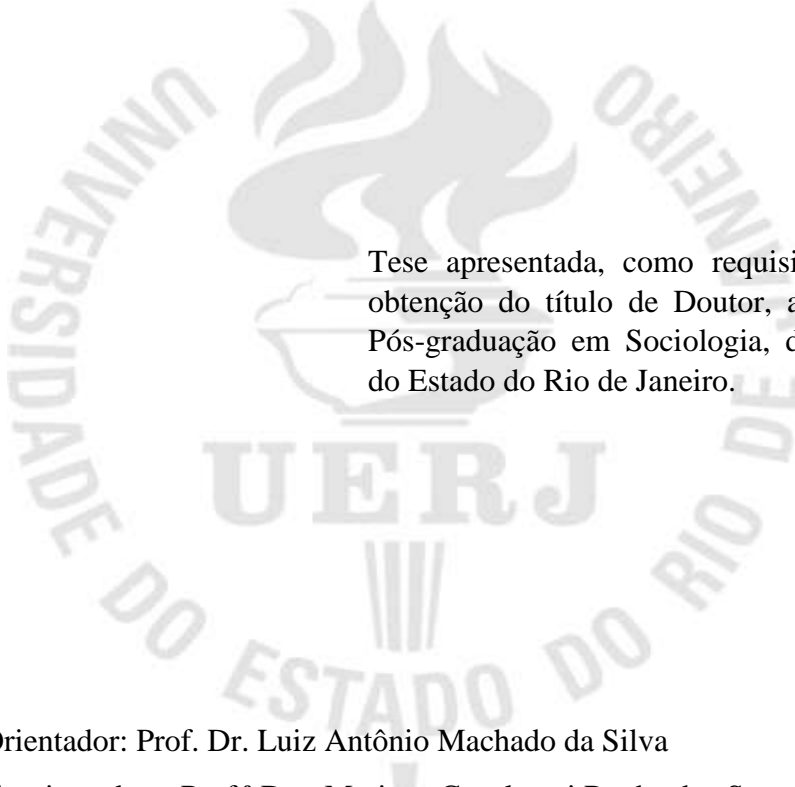
**“São Francisco na Maré”: memórias de uma ocupação militar na cidade
dos megaeventos**

Rio de Janeiro

2019

Vinicius Esperança Lopes

**“São Francisco na Maré”: memórias de uma ocupação militar na cidade dos
megaeventos**



Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia, da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva

Coorientadora: Prof.^a Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

E774 Esperança, Vinicius.
“São Francisco na Maré”: memórias de uma ocupação militar na cidade dos megaeventos / Vinicius Esperança. – 2019.
356 f. : il.

Orientador: Luiz Antônio Machado da Silva.
Coorientadora: Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Militarismo - Teses. 2. Violência - Teses. 3. Estado - Teses. I. Silva, Luiz Antônio Machado da. II. Santos, Mariana Cavalcanti Rocha dos. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 355+301.174

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vinicius Esperança Lopes

**“São Francisco na Maré”: memórias de uma ocupação militar na cidade dos
megaeventos**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 12 de abril de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos (coorientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Marcia da Silva Pereira Leite
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Carly Barboza Machado
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson Miagusko
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

Em memória de Marielle Franco (1979-2018)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Vinicius, pipiquinho, o que fiz de melhor até hoje, à Elaine, minha companheira, e à Marta, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Machado, pela paciência, pelo respeito às individualidades e pelo modelo de acadêmico que um dia gostaria de me aproximar de ser. Mesmo, por motivos de saúde, não podendo me acompanhar na reta final deste trabalho, sua influência se estendeu por todo o corpo da pesquisa.

À minha mãe, que me acompanhou em todos os momentos mais difíceis da vida. Meu porto seguro. Sem ela, não seria o que sou. Agradeço, ainda, por ter acreditado em mim quando larguei uma estável carreira numa empresa pública para me dedicar à pesquisa.

À minha companheira, Elaine Zeranze, que não só compartilha comigo a alegria de criar um filho, mas se tornou também minha base sólida, maior interlocutora acadêmica, meu pé-no-chão e amor. Sem seu auxílio, suas revisões, os compromissos a mais que assumiu para que eu pudesse escrever, esta tese não seria possível.

Ao meu filho amado, Vinicius, que me ensinou o cuidado e me apresentou a uma dimensão da vida e a possibilidade de um amor que eu não imaginava possível.

À Mariana Cavalcanti que, diante do problema de saúde de meu orientador, me assumiu como orientadora, sendo uma grande leitora e incentivadora, cuidadosa, compreensiva e humana.

À Carly Machado, que será sempre minha orientadora, e mais que isso, uma amiga de todas as horas, que acreditou em minhas potencialidades quando eu ainda era um projeto mal acabado de cientista social, sem saber para onde ir. Ninguém foi mais importante na minha formação como antropólogo do que ela.

Aos integrantes da banca examinadora, além dos já citados, Márcia Leite, Eugênia Motta e Edson Miagusko pela prontidão em aceitar compor esta banca, que muito me honra e dignifica este trabalho. Um agradecimento especial ao Edson, que me acompanha desde o mestrado, com uma leitura generosa de meus textos, sempre encontrando dimensões que eu nem mesmo havia percebido de forma consciente.

Ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da UERJ, que se tornou minha casa no doutorado. Tenho muito orgulho de ter sido formado nesta instituição, que marcou a história

das ciências sociais no Brasil. Agradeço, especialmente, aos técnicos Leonardo, Gisele e Louise, sempre atenciosos e prestativos.

À CAPES, pelo fomento desta pesquisa.

Aos colegas do IESP, pelos bate-papos animados, pelo clima sempre agradável dos cursos e pelas trocas e contribuições que fizemos uns aos outros nestes quatro anos.

Ao amigo Vinicius Rodrigues Gonçalves, irmão de todas as horas. Sem sua ajuda e as portas que abriu para mim, essa tese não seria possível.

Ao Observatório de Favelas, que foi minha casa na Maré por dois anos. Agradeço à Raquel Willadino, João Felipe Brito e Michelle Henriques, pela amizade, imensas trocas e ensinamentos que me proporcionaram. À Michelle, devo um agradecimento especial, pela generosidade de ter sido minha principal guia na Maré, abrindo-me tantos caminhos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ, minha casa no mestrado, e que me acompanhou com enorme caminho e atenção mesmo quando saí de debaixo de suas asas. Agradeço, especialmente, às professoras Miriam Santos e Naara Luna.

Aos professores Fernando Fontainha, José Maurício Domingues, do IESP, Palloma Menezes e Sérgio Castilho, da UFF, e Antônio Carlos de Souza Lima, do Museu Nacional-UFRJ, pelas disciplinas que cursei e foram fundamentais para minha formação.

Aos meus interlocutores da Maré, tantos que não tenho como contar. Expresso, contudo, minha enorme gratidão pelo tempo que dispuseram comigo. De forma especial, agradeço à Irone Santiago que, apesar de tantas tarefas e responsabilidades, gastou um precioso tempo para, mais uma vez, apresentar seu relato. Mulher guerreira, terá sempre minha admiração.

Aos militares que se dispuseram a conversar comigo. Agradeço a generosidade, o desprendimento e a coragem de nossas conversas.

Are you such a dreamer
To put the world to rights?
I stay home forever
Where two and two always makes up five

I lay down the tracks
Sandbag and hide
January has april's showers
And two and two always makes up five

Its the devil's way now
There is no way out
You can scream it, you can shout
It is too late now

Because

You have not been paying attention
(...)
I swat 'em like flies but like flies the bugs keep coming back, not
But I'm not
All hail to the thief
All hail to the thief
But I'm not

(Thom Yorke)

Um gosto amargo
Um nó na garganta
Irrompe em meu peito
Um fogo que inflama
A dor da batalha
O contar dos corpos
Dentro da sala

Entra na noite
A brisa do medo
A temer o açoite
O sim ao degredo
O lodo que escorre
Esconde o sorriso
Ao cunhado golpe

Seguem dormindo
Aqueles que outrora
Abriram caminho
Aos homens que agora
São seus algozes
Silenciando
O coro das vozes

Correm
Os loucos
As putas
Os roucos
Certos da morte
Talham seus ventres
Negam a sorte

E nas trincheiras
Insurgem poetas
Bradam desviantes
A revolução virá
Falsos profetas
Gestores da guerra
Estejam confiantes
Este império ruirá

(Lineker)

RESUMO

ESPERANÇA, Vinicius. “*São Francisco na Maré*”: memórias de uma ocupação militar na cidade dos megaeventos. 2019. 356f. Tese (doutorado em sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta tese propõe, a partir de pesquisa etnográfica realizada pelo autor, a análise da “Operação São Francisco”, uma ocupação militar do bairro Maré, no Rio de Janeiro, que durou de abril de 2014 a junho de 2015. A Maré se tornou, por ocasião desta ocupação, um espaço privilegiado para se pensar algumas das mais evidentes implicações da constituição da cidade do Rio de Janeiro como uma capital internacional dos megaeventos e sobre as formas como o estado brasileiro administra certos espaços urbanos e governa suas populações. Desta forma, esta pesquisa se insere numa discussão mais ampla que procura pensar a história recente do Rio de Janeiro como alvo de políticas públicas que giraram em torno da realização de um conjunto de megaeventos internacionais. História que passa, necessariamente, por dispositivos militarizados de “pacificação” de determinados territórios, novas produções legais e aproximações com certos grupos e redes de apoio, especialmente os religiosos. Através de uma reflexão sobre a militarização como parte integrante da formação do estado brasileiro e da proposta do conceito de *nova sociabilidade violenta*, busca, por fim, interpretar, a partir do caso do Rio de Janeiro, um conjunto de fenômenos que produziram um avanço, próximo à hegemonia, da linguagem da violência.

Palavras-chave: Militarização. Megaeventos. Pacificação. Favela. Violência. Estado. Religião.

ABSTRACT

ESPERANÇA, Vinicius. "*San Francisco in Maré*": memories of a military occupation in the city of mega-events. 2019. 356f. Tese (doutorado em sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This doctoral thesis proposes, based on an ethnographic research carried out by the author, the analysis of the "Operation San Francisco", a military occupation of the district Maré, in Rio de Janeiro, which lasted from April 2014 to June 2015. Maré became, on occasion of this occupation, a privileged space to think of some of the most evident implications of the constitution of the city of Rio de Janeiro as an international capital of mega-events and on the ways in which the Brazilian state manages certain urban spaces and governs its populations. In this way, this research is inserted in a broader discussion that tries to think the recent history of Rio de Janeiro as the target of public policies that revolved around the accomplishment of a set of international mega-events. History that necessarily goes through militarized devices of "pacification" of certain territories, new legal productions and approaches with certain groups and networks of support, especially the religious ones. Through a reflection on militarization as an integral part of the formation of the Brazilian state and the proposal of the concept of a new violent sociability, it seeks, finally, to interpret, from the case of Rio de Janeiro, a set of phenomena that have produced an advance, close to hegemony, of the language of violence.

Keywords: Militarization. Mega-events. Pacification. Favela. Violence. State. Religion.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1.	A PESQUISA	28
1.1	Autoetnografia	28
1.1.1	<u>Lapsos e ausências</u>	29
1.1.2	<u>Por que estudar militarização</u>	31
1.1.3	<u>O problema da violência</u>	33
1.2	O trabalho de campo	37
1.3	Questões metodológicas	40
1.4	A Maré que encontrei	45
1.4.1	<u>Escalada de tensão e violência</u>	46
1.4.2	<u>“Não se pode entrar de qualquer jeito na Vila do João”</u>	48
1.5	A Maré: complexo, território popular, bairro, comunidade e favela	55
1.5.1	<u>Maré complexo</u>	56
1.5.2	<u>Maré território popular</u>	57
1.5.3	<u>Maré bairro</u>	58
1.5.4	<u>Maré comunidade</u>	59

1.5.5	<u>Maré favela</u>	61
1.6	Memória	65
2	NOVA SOCIABILIDADE VIOLENTA	78
2.1	Vida sob cerco e vida vigiada	79
2.2	A emergência de uma nova sociabilidade violenta	85
2.2.1	<u>A linguagem dos direitos humanos e a linguagem da violência</u>	86
2.2.2	<u>A nebulosa da sociabilidade violenta</u>	90
2.2.3	<u>Nova sociabilidade violenta</u>	97
3.	MEGAEVENTOS E PACIFICAÇÃO	107
3.1	O ciclo dos megaeventos	108
3.1.1	<u>O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro</u>	108
3.1.2	<u>Por que a Maré foi ocupada pelas Forças Armadas?</u>	111
3.2	A Pacificação das favelas do Rio de Janeiro	117
3.2.1	<u>A pacificação como dispositivo de manutenção e recuperação da ordem</u>	117
3.2.2	<u>Afinal, o que foi a pacificação das favelas cariocas?</u>	121
4.	MILITARIZAÇÃO	126
4.1	A militarização das cidades	127

4.2	Militarização e megaeventos: entre a sociedade de controle e a sociedade do espetáculo.....	137
4.3	Militarização no Brasil.....	139
4.3.1	<u>Três distintas concepções sobre militares no Brasil.....</u>	143
4.3.2	<u>Militarização e formação do estado brasileiro.....</u>	148
4.3.3	<u>Uma síntese das relações entre o exército e a política até 1964.....</u>	154
4.3.3.1	Os militares no império.....	154
4.3.3.2	Os militares e a primeira república (1889-1930).....	156
4.3.3.3	Os militares na primeira era Vargas (1930-1945).....	159
4.3.3.4	Os militares na segunda república (1945-1964).....	162
4.3.4	<u>Militarização no Brasil após 1964.....</u>	165
4.3.4.1	O papel constitucional dos militares.....	165
4.3.4.2	A militarização da segurança pública.....	170
4.3.4.3	Operações de garantia da lei e da ordem (GLO).....	174
4.3.4.4	A justiça militar.....	175
4.3.4.5	Estruturas militarizadas no estado brasileiro.....	179
4.3.4.6	A militarização do Rio de Janeiro.....	182
5.	VOZES E IMAGENS DE UMA OCUPAÇÃO MILITAR.....	186

5.1	Relatos e a economia moral da narrativa.....	188
5.2	A entrada das forças armadas na Maré.....	196
5.3	<i>O modus operandi</i>.....	197
5.4	Abordagens e resistências.....	200
5.5	Confrontos.....	214
5.6	Abuso de autoridade.....	217
5.7	Danos materiais.....	220
5.8	A batalha da Linha Amarela.....	223
5.9	Aproximações.....	226
5.10	Uma avaliação da ocupação pelos atores envolvidos no processo.....	231
6.	VÍTIMAS DA GUERRA DA PACIFICAÇÃO.....	238
6.1	<i>“Não dá pra caminhar”</i>: o assassinato de Osmar Paiva Camelo.....	240
6.2	<i>“Infelizmente, a gente vê que foi por nada”</i>: o assassinato do cabo Michel Augusto Mikami.....	247
6.3	<i>“Foi o estado que fez isso comigo”</i>: o fuzilamento de Vitor Santiago	251
6.3.1	<u>Aquela madrugada no Salsa e Merengue.....</u>	253
6.3.2	<u>“Sete por cento de vida e uma porrada atrás da outra”</u>: a luta pela sobrevivência e os dias no hospital.....	261

6.3.3	<i>“Eu sou a mãe do rapaz que foi baleado por vocês”</i> : a jornada de Irone pelas entranhas do estado.....	265
7.	“SÃO FRANCISCO NA MARÉ”: RELIGIÃO E PACIFICAÇÃO NUMA OCUPAÇÃO MILITAR.....	274
7.1	“O capelão como agente de contrainsurgência” : a primeira fase.....	277
7.2	“O capelão celebrante” : a segunda fase.....	281
7.3	“O capelão instrumento de incremento do poder de combate” : a terceira fase.....	283
7.4	O coletivo “Juventude Relevante”	284
	CONCLUSÃO	310
	REFERÊNCIAS	315

INTRODUÇÃO

O general da intervenção disse que o Rio de Janeiro é um laboratório para o Brasil. E nós somos as cobaias?

(Marielle Franco)

A manhã era nublada, num daqueles dias mornos do inverno carioca. A atmosfera cinzenta parecia se intensificar no tráfego cada vez mais lento e em certa ansiedade, que pairava no ar, por parte daqueles que em nada participariam daquilo que se mostrava, estranhamente, a única coisa que importava naqueles tempos, a realização da olimpíada e a chegada impiedosa de multidões de estrangeiros à cidade, como num simulacro às avessas da crise de refugiados que o mundo atravessava. No lugar do repúdio a recepção terna e calorosa, sutilmente inocente ou dissimulada, como nas histórias em que o forasteiro é visto como um deus, ou como um sábio de outro mundo que vem de um lugar que dá mais certo e, quem sabe, pode ensinar a fazer as coisas, a ser gente de verdade, primeiro mundo, ou arrumar um emprego, um casamento.

Nada naquela manhã anunciava o horror daquilo que aconteceu na Maré. Eu, desavisado, distraído, me dirigia ao trabalho, no Parque Maré. Fiz o caminho de sempre, ouvindo as seis ou sete estações de rádio que enjoativamente sintonizava e dessintonizava, para aliviar o tédio de levar sempre três ou quatro vezes mais que o tempo justo para se locomover dentro da cidade. Nada que escutava, entre as notícias do meu time de futebol, os atos do presidente interino e a crise financeira do Estado do Rio, prenunciava o que viria naquele dia, a não ser uma vaga e pouco precisa notícia de que estavam sendo realizadas operações policiais em algumas favelas da cidade. Nada parecia importante, nada não rotineiro. Deixei o carro no lugar de costume, um supermercado que beirava a Avenida Brasil. Segui, com minha mochila, posicionei o crachá no peito, intencionalmente visível, como sempre fazia, nada que impedisse o estranhamento que alguns “soldados” do “movimento” tinham com a minha pessoa, mas me sentia mais seguro, e de fato estava. Aquele crachá me dava algum vago sentimento de pertença, de que, de alguma forma, poderia ser identificado com algo que fosse Maré. A placa municipal na estrada da favela dizia: “Bem-vindo à comunidade Parque Maré”; talvez um alerta para turistas desavisados ou motoristas que

considerassem uma boa ideia cortar caminho, passando por ali. Segui no breve trajeto do estacionamento à sede da instituição, onde, ainda na calçada da Brasil, tanto observei, curiosamente, o comércio de rua que parecia se apertar num pequeno espaço, entre transeuntes, gatos e cachorros, distribuidores de folhetos comerciais ou religiosos, os cheiros da peixaria e as poças de gelo derretido. Entre comidas, meias, relógios, celulares usados, as pastelarias chinesas, tantos outros objetos eletrônicos e de vestuário, bonés, frutas, o caminho era rápido, durava segundos, mas os barulhos, os odores, os esbarrões se multiplicavam. Ali próximo ficava o ponto de ônibus da passarela nove, onde as pessoas tomavam ônibus, vans e kombis para diversos destinos fora da Maré. Naquele dia, todavia, o caminho pareceu mais rápido e mais iluminado, talvez porque as lonas que cobriam os comerciantes e produtos, a fim de protegê-los do sol e da chuva, não estivessem dispostas. Eu, contudo, pensava nas demandas que teria que dar conta no trabalho e não notei que ali havia um aviso do que se passava no resto da favela. Segui pela rua Teixeira Ribeiro, a “Texera”, e, como sempre, a atravessei para margear o comércio vizinho à instituição, entre eles, uma loja de paletas mexicanas e o moto-táxi, quando o sopro impetuoso de uma rajada de ar me jogou em direção à calçada. Ainda de pé, assustado, olhei para o lado e para o alto e vi que acabara de passar por mim, deslizando e esbarrando de leve pela mochila, um enorme veículo, não sei se este pode ser o nome adequado, mas algo como um tanque de guerra negro, mais alto que um ônibus, achatado, seis vezes maior que uma van comum, cheio de muitos olhos, de onde saíam canos de prováveis armas, lento o suficiente para que me paralisasse e o fitasse como se houvesse, epifanicamente, visto um anjo da morte ou da destruição, ou um dragão daqueles que habitam os romances medievais, rápido o suficiente para alterar, como num susto, o ritmo cadenciado dos passos dos moradores, mesmo diante da presença de um automóvel que disputa o mesmo espaço e direito de passagem. Já o havia visto por fotos, pela televisão, nas ruas, de passagem, mas não o imaginava tão imenso quando espremido por aquela rua estreita. Já havia visto outros modelos, mas aquele era especialmente singular. Sua imagem, como uma demonstração do poder estatal, era uma espécie de espaço privilegiado para se pensar a forma como o estado opera em certos espaços da cidade e em relação a certas populações. Agora já não sei se sua imensidão monstruosa era efeito do terror paralisante produzido em mim pelo encontro inesperado com aquele veículo do qual ouvi os mais bárbaros relatos. Sei que a evocação da imagem pela memória o faz sempre e, cada vez que reconstruo esta narrativa, monstruosamente grande e aterrador, como se exalasse o perfume da morte por onde desfilasse sua ostentação de poder, violência, terror e glória. Seu apelido era “caveirão”. Mas aquele veículo em nada tinha a aparência esquelética e branca ou amarelada de uma

caveira. Talvez o apelido fosse a imagem grotesca e de péssimo gosto do símbolo de um anjo da morte, como o dragão que incendiava as vilas e acabava com as colheitas e arrebatava vidas, ou, quem sabe, alguma imagem apocalíptica de terror e destruição. Ainda paralisado, tomado de sentimentos estranhos, não só de medo pela minha vida, ou susto por quase ter sido atropelado por uma besta bíblica, temi pelos rastros de dor e tragédia que, certamente há pouco, haviam sido deixados pelo caminho. Sim, tinha o cheiro da morte e da dor. Voltei o olhar para a Teixeira, onde por mais de um quilômetro, um comércio vibrante, cheiroso, barulhento e centenas de pessoas circulavam nas ruas e nas calçadas entre motos, barracas, bicicletas, animais, carros, sempre numa estranha e fascinante harmonia, onde olhar ao longo da rua, pelo menos nesse horário, a partir do seu começo, na sempre engarrafada Avenida Brasil, é avistar, no máximo, um décimo de sua extensão. Desta vez a vi como um vasto corredor deserto, a vi em toda sua extensão e parecia uma rua morta, matada, sem barracas, ou, pelo menos, com muito poucas, apenas parte do comércio resistia aberta e pude sentir o gosto, o cheiro e a imagem do silêncio, ainda mais estranho quando se dá em terreno tão cheio de vida. Parecia que um demiurgo mal-intencionado havia apertado o botão de parar de um controle remoto do tempo. Esta visão durou poucos segundos. Entrei no galpão do trabalho e toquei a vida, ao som de tiros e helicópteros sobrevoando a cabeça, e logo a normalidade voltou a existir naquele terreno árido. À hora do almoço, os risos, os passantes, a conversa, as motos, voltaram a circular, quase como se nada houvesse acontecido. A poucos metros dali, na chamada rua Principal, que corta parte do território da Maré, outra operação policial continuava acontecendo. As notícias chegavam entrecortadas, em tom de voz mais baixo que o usual. Uma delas era que havia mortos, outra que a biblioteca das crianças teria sido atravessada por tiros de fuzil. *Por sorte não tinha crianças na hora.* O objetivo das operações era capturar o “fat family” que, na verdade, não é uma família, mas um criminoso preso que, no final de semana anterior, havia sido resgatado por um grupo armado numa operação ousada realizada em um hospital que ficava no Centro do Rio, a poucos quilômetros dali. Ele estaria na Maré, mais precisamente na Nova Holanda. Não se sabe. Depois estaria nas favelas da Ilha do Governador, região vizinha à Maré. Não se sabe. Não foi pego nem na Maré nem na Ilha. Três pessoas morreram na Maré. Ouvi notícias de mais mortos. Relatos de tortura da parte de policiais, a fim de conseguir informações sobre o paradeiro do bandido, se espalhavam. Confirmei-as depois.

Isto aconteceu em 2016, faltando pouco mais de um mês para os jogos olímpicos, um ano depois que se encerrou a Operação São Francisco. O que foi esta Operação? Uma

ocupação militar do território da Maré¹, um bairro da cidade do Rio de Janeiro, que durou de 5 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015. Durante este período, entre 2.500 e 3.500 militares das forças armadas brasileiras, entre 2.000 e 3.000 do Exército Brasileiro² e 500 fuzileiros navais da Marinha do Brasil, formaram o contingente de ocupação de uma área de cerca de 7 km². A fundamentação legal desta operação se deu por uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO), dispositivo constitucional³, regulamentado em lei complementar⁴, que autorizava os militares à realização de ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado da operação.

A operação foi classificada pelos militares como “um conflito moderno. Uma guerra irregular, sem fronteiras, com inimigo difuso”⁵, cujo objetivo era a “pacificação” da região, área de reconhecida atuação de grupos criminosos armados, para a instalação de quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), sob o comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Foram utilizados, ao todo, cerca de 23,5mil militares, 85% deles com experiência prévia em Missão de Paz no Haiti. O custo total da operação, aos cofres públicos, foi de, aproximadamente, R\$ 520 milhões⁶.

Esta tese é fruto de uma trajetória de pesquisa iniciada em 2011, quando, terminando a graduação, fui ao Complexo do Alemão acompanhar a Operação Arcanjo, outra operação de

¹ As áreas ocupadas da Maré foram: Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Conjunto Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Novo Pinheiro – Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança.

² Usarei as iniciais maiúsculas somente quando usar o nome oficial da instituição. Assim, usarei, em geral, a expressão “exército” e, em algumas ocasiões, a depender do contexto, “Exército Brasileiro”. O mesmo vale para as outras forças armadas.

³ O art. 142 da Constituição Federal brasileira, dispõe que “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à **garantia** dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, **da lei e da ordem**”. Grifo meu.

⁴ Lei complementar no. 97, de 9 de junho de 1999 e Decreto 3.897/2001, assinados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Estas leis dispõem que o emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem é uma prerrogativa do presidente da república, que pode autorizá-las por iniciativa própria ou atendendo a pedidos de governadores dos estados e do Distrito Federal. Estas devem, segundo o texto legal, ser acionadas “após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Lei Complementar 97/1999, Art. 15, parágrafo III, § 2). Este emprego deve ser episódico, em área previamente estabelecida e por tempo determinado (incluído pela Lei Complementar no. 117/2004).

⁵ General de Souza, um dos comandantes da Operação, no sítio oficial do Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/15254-complexo-da-mare-forcas-de-pacificacao-ja-realizaram-mais-de-65-mil-acoas>

⁶ Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017), de 2017.

GLO em um conjunto de favelas cariocas, que inaugurou um modelo de uso dos militares em questões de segurança pública no Brasil. Defendi o mestrado dois meses antes do início da ocupação da Maré. A continuidade desta linha de pesquisa se deu quase automaticamente. Fui, então, à Maré e lá estive por dois anos. Em uma primeira linha de apresentação deste trabalho, o obvio apontamento é que o que segue, para quem o lê, é uma análise da ocupação militar da Maré. De fato, é disto que trata, primordialmente, este texto. Contudo, a maior parte de sua redação foi feita em 2018 e no início de 2019. Isto levou à produção de um texto profundamente marcado por um turbulento e dramático período da história brasileira. Entrego, assim, uma tese conscientemente *afetada*. Longe de todo devaneio positivista de pretensão da construção neutra de meu objeto, optei por me permitir ser arrastado pelo turbilhão de meu tempo e tentei construir um olhar a partir do olho do furacão. Os equívocos e possíveis acertos deste empreendimento ficarão mais evidentes, para melhor ou pior, depois de tê-lo feito passar pelo teste do tempo, que a todos esquadrinha.

Numa segunda camada, pensando numa imagem de camadas concêntricas, esta tese se volta para a cidade do Rio de Janeiro, onde nasci e sempre vivi, maravilhosa e infernal, que consegue, como poucas, ir da beleza e do lirismo à barbárie e ao horror. Faço uma antropologia da cidade, mais propriamente da favela, entendendo a *favela como cidade*, mesmo que objeto de intervenções estatais específicas, mesmo que construída socialmente, por muitos, como um *outro* espaço, habitado por *outro tipo* de gente. A Maré se tornou, por ocasião da Operação São Francisco, um espaço privilegiado para se pensar algumas das mais evidentes implicações da constituição da cidade do Rio de Janeiro como uma capital internacional dos megaeventos e da forma como o estado brasileiro interviu no governo de certos espaços e de certas populações urbanas. Volto-me, então, para uma reflexão sobre a produção deste ideal de cidade e como aqueles envolvidos neste projeto estiveram à frente do desencadeamento de processos de transformação e intervenção urbana, especialmente na área historicamente constituída como o maior problema carioca: a violência urbana.

Esta relação entre os megaeventos e o problema da violência urbana inaugurou, aqui entre nós, um novo modelo de uso das forças armadas: ocupações militares de prazo relativamente longo em conjuntos de favelas da cidade. Como apontei, a Operação Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha, entre novembro de 2010 e junho de 2012, foi o marco inicial. O uso dos militares para tratar da violência urbana e da garantia da lei e da ordem não é nenhuma novidade e tem um antigo lastro histórico no Brasil e no Rio de Janeiro. A novidade reside na forma como este instrumento passou a ser adotado, como uma ocupação

militar em favelas num período relativamente longo, um ano e sete meses da Operação Arcanjo e um ano e dois meses da Operação São Francisco, por exemplo. Esta hiperpresença militar recente no Rio de Janeiro levou muitos de nós, acadêmicos e formadores de opinião, a relacionar estes eventos como um processo de militarização da sociedade ou, mais especificamente, do Rio de Janeiro. Reconheço, nesta tese, a novidade e a intensificação de alguns destes processos, mas sustento que esta militarização do Brasil e, mais especificamente, do Rio de Janeiro, se trata de um elemento da formação do estado brasileiro. Em determinados períodos, esta militarização esteve mais ou menos evidente, tendo a ditadura militar de 1964-1985 como sua mais dramática época, contudo os elementos de militarização da nossa sociedade e das estruturas do estado -que não foram inaugurados em 1964- continuaram muito vivos após a redemocratização. Pensar a militarização em nossa sociedade se torna, portanto, a terceira camada deste trabalho.

Conforme fui penetrando nestas relações entre violência urbana, pacificação, megaeventos, militarização e favela, me vi em meio ao turbilhão do ano de 2018. Enquanto parte do ocidente refletia sobre o legado de maio de 1968 e, por aqui, recordávamos que este foi o ano do Ato Institucional no. 5, que desencadeou o período mais sangrento e autoritário da ditadura e o maior retrocesso democrático da nossa história republicana, voltávamos a viver no Brasil um tempo de sombrias expectativas e temores, que muitos acreditavam ter sido enterrados na nossa história, como se, na guerra pela memória, a liberdade, a democracia e os direitos humanos houvessem vencido a batalha final. Por aqui, é como se tivéssemos vivido um antimaio de 68, uma onda de desencanto sobre todo aquele frágil otimismo das teses sobre aprender com a história e sobre a solidez democrática e institucional brasileira.

Foi um ano terrível, mas não se tratou de uma tragédia imprevisível. Muito daquilo que formou a onda reacionária bolsonarista estava se sedimentando há alguns anos, como mostrarei em um capítulo desta tese. De fato, junho de 2013 e suas funestas “jornadas” foram apontadas por parte de nossos intérpretes do Brasil como o ovo da serpente, ou como o passo histórico para tudo que se seguiu até então, os turbulentos anos políticos de 2014 e 2015, o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a assunção à presidência da sinistra figura de Michel Temer, formando uma espécie de governo de coalizão composto por algumas das mais execráveis figuras política brasileiras. Contudo, nesse texto, me propus um olhar mais difuso, menos situacional, porque insisti em ver, até mesmo nas jornadas de junho de 2013, um epifenômeno de marcas mais antigas e entranhadas da formação do Brasil. Se proponho olhar a militarização como estruturante da formação do

estado brasileiro, não me reconheço como a figura do chato da festa que diz que “não há nada de novo nisso daí”. A partir do conceito de *nova sociabilidade violenta*, em dívida direta com Luiz Antônio Machado da Silva, mesmo que de forma herética, volto o olhar para interpretar certas dinâmicas e marcos próprios, que diferem das percepções anteriores sobre a violência urbana, que surgiram a partir da década de 1990. Em outras palavras, acredito que no Rio de Janeiro tem se forjado, há pouco mais de dez anos, uma mudança cultural que produziu um avanço, próximo à hegemonia, da linguagem da violência. Assim, volto ao Rio de Janeiro, aos megaeventos, à pacificação, à militarização, à violência, à favela e até à religião, e, agora, de forma mais clara, ao discutir a ocupação militar da Maré estou, na verdade, refletindo sobre as condições históricas de uma cidade e do meu tempo, porque a Operação São Francisco pode ser vista como um laboratório para o que veio depois e um espaço privilegiado para se compreender melhor esse caldo cultural que se formou no Rio de Janeiro na última década.

Antes de apresentar os capítulos, vale ressaltar alguns dos motivos que me fizeram apresentar o ano de 2018 como tão importante, a ponto de entender a escrita deste trabalho como decisivamente afetado e construído à luz dos acontecimentos deste período. Ressaltando que 2018 foi como a culminância de algo que vinha se formando há mais tempo, destaco alguns pontos para justificar meu argumento.

Em 14 de abril, Marielle Franco foi assassinada a tiros, junto de seu motorista, Anderson Gomes. Uma das mais votadas vereadoras da cidade, oriunda da Maré, negra, lésbica, defensora dos direitos humanos, era vista como uma estrela em ascensão da política brasileira. Até a presente data, não foram encontrados seus assassinos, mas a linha de investigação aponta para a ação de milicianos, um grupo de mercenários chamado Escritório do Crime. Um dos suspeitos da morte de Marielle, Adriano Magalhães da Nóbrega, ex-capitão da Polícia Militar, atualmente foragido, teve sua mãe e mulher lotadas no gabinete do então deputado estadual Flavio Bolsonaro, filho mais velho de Jair Bolsonaro, e que, em 2018, foi o mais votado em eleição para o Senado Federal, pelo Rio de Janeiro⁷.

A morte de Marielle produziu enorme comoção. Contudo, houve também uma significativa onda de comentários públicos e em redes sociais, com a disseminação de notícias falsas sobre ela, comemorando sua morte, acusando-a de responsável pelo próprio assassinato ou desqualificando sua pessoa e atuação política. Em alguns espaços do Rio de Janeiro em que estive, citá-la era entendido como uma ofensa, gerando reações contrárias por vezes

⁷ Segundo matéria do jornal O Globo, de 22.01.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/flavio-bolsonaro-empregou-mae-mulher-de-chefe-do-escritorio-do-crime-em-seu-gabinete-23391490>

violentas. O que, sob a ótica de qualquer pacto social civilizatório, seria um crime político, brutal e inaceitável, foi festejado por certos setores de nossa sociedade e, de forma mais específica, aqui no Rio de Janeiro, como “ela teve o que estava procurando”. Sua morte deflagrou simbolicamente a profunda cisão de projetos de sociedade que havia entre nós e sinalizou uma ruptura profunda em nosso pacto civilizatório, que já estava lá, muitas vezes escondida e represada, mas sempre lá. Seu corpo feminino, negro, favelado, “bem-sucedido”, de alguém que saiu da Maré para fazer graduação e mestrado numa das mais elitizadas faculdades privadas da cidade, que rompeu com o padrão heteronormativo, casando-se com outra mulher, defensora dos direitos humanos, crítica à violência de estado, acumulava muitas-e quase todas- as marcas sociais que a tornavam especialmente detestável para o padrão do ultraconservadorismo em ascensão. Eliminá-la, da forma como o fizeram, com quatro tiros na cabeça, não deixa de ser um aviso simbólico do que acontece quando a favela sai da circunscrição que lhe é “permitida”. Para estes, Marielle seria sempre um corpo negro e favelado que estava onde não deveria. Como Vitor Santiago, que tratarei no sexto capítulo, amputado e paralisado da cintura para baixo por dois tiros de fuzil, ela precisava, de alguma forma, “ser culpada pelo seu destino”.

A disputa em torno do legado e da figura de Marielle, como mostrarei, foi determinante nas eleições deste ano, contribuindo decisivamente para a eleição de três figuras desconhecidas para o grande público, que se notabilizaram após a circulação de um vídeo em que quebravam uma placa com seu nome. Um deles é o atual governador do Estado do Rio de Janeiro.

Marielle foi assassinada pouco depois de tecer duras críticas à intervenção federal, de caráter militar, do Estado do Rio de Janeiro, decretada pelo presidente Michel Temer, então pré-candidato à reeleição. As longas operações militares de ocupação de favelas cariocas, mais precisamente a Arcajo e a São Francisco, demonstraram dois elementos aparentemente paradoxais. Elas foram um redundante *fracasso* se pensadas a partir da ótica da sua proposta oficial de pacificação, ou seja, o anunciado objetivo de sua existência. Produziram gastos exorbitantes, muitas vítimas e nenhum legado duradouro. Nos Complexos do Alemão e da Penha, as UPPs foram se desgastando e pouco depois de sua implantação já eram vistas como um grande equívoco. Na Maré, à saída do exército se seguiu a imediata retomada dos antigos pontos de controle armado do território pelos mesmos grupos criminosos que se “acomodaram” à presença militar. E as UPPs não saíram do papel. Elas foram um grande *sucesso*, porque produziram, com suas demonstrações de pompa e poder armado, bem ao

gosto de certos estratos de nossas camadas urbanas, um grande espetáculo e a sensação de segurança. A Operação São Francisco ainda teve, como veremos, a função de controle social armado da favela para uma tranquila realização da copa do mundo de futebol da FIFA. Quando Temer decretou a intervenção federal, pesquisas apontaram que a maioria da população aprovou a ideia⁸. Esta aprovação é fundamentada na arraigada ideia, entre grupos de nossa sociedade, de que a polícia é incapaz de lidar com a magnitude do problema da violência urbana e que somente as forças armadas reúne condições de fazê-lo. Esta crença mágica, pouco racional, vê o exército como aquela instituição que vem nos salvar quando tudo o mais dá errado. As exibições de tanques, soldados e outras máquinas de guerra e seus rituais produzem um efeito entorpecente e acalentador em muitas pessoas, há muito socializadas e integradas num ambiente tão profundamente e estruturalmente militarizado que nem mais se percebe o tanto que há de militarismo entre nós. Não importam os resultados, mas os efeitos emocionais que são produzidos. Como era de se esperar, a intervenção federal, de caráter militar, -utilizando-se de muitos dos militares que estiveram na São Francisco, como o general Richard Nunes, secretário de segurança do gabinete de intervenção- que colocou toda a área de segurança do estado sob regime de GLO, foi um grande fracasso em termos de solução para a violência urbana⁹, mas não arranhou a popularidade dos militares e das crenças nessas soluções mágicas sendo, em certo sentido, também um sucesso.

Em 7 de abril, houve o dramático episódio da prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, num processo muito questionado juridicamente e com ampla repercussão internacional. Seu executor, o juiz federal Sérgio Moro, atual ministro da justiça de Bolsonaro, lançado ao estrelato, notabilizou-se por práticas inquisitoriais e seletivos vazamentos de áudios sigilosos em datas estratégicas. As tratativas, pelo Supremo Tribunal Federal, de sua possível soltura, quando era, antes de ser impedido, o líder isolado em todas as pesquisas presidenciais, levou os militares a uma fala que procurou intimidar o STF, como mostrarei em um dos capítulos.

⁸ Ver pesquisa do Datafolha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/72-dos-moradores-do-estado-do-rio-querem-prorrogar-intervencao-federal.shtml>

⁹ O Observatório da Intervenção, iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), coordenado por Sílvia Ramos, foi um implacável crítico da intervenção desde seu início e produziu um extraordinário balanço destes 320 dias (RAMOS, 2019). Foram disponibilizados R\$ 1,2 bilhão de reais em recursos, mas somente 6% foram efetivamente gastos, ou seja, cerca de R\$ 72 milhões. As operações realizadas pelos militares, financiadas pelo Ministério da Defesa, custaram R\$ 82 milhões. Em relação ao mesmo período do ano de 2017: houve uma redução de 6,7% em homicídios dolosos, um resultado considerado píffio; aumento de 36,3% de mortos em decorrência de intervenção policial, com 1.287 pessoas mortas pela polícia neste período; aumento de 0,8% em roubos de rua; redução de 15,35% em roubos de carga; aumento de 56% em tiroteios e disparos por armas de fogo.

Os militares, durante o processo eleitoral, assumiram-se como fiadores da candidatura e de um eventual governo da instável e incontrolável figura de Jair Bolsonaro. Desde a gestão Temer, como apresentarei, passaram a ocupar papéis chave na estrutura do estado. Este processo se aprofundou com Bolsonaro, capitão reformado do exército, notório defensor da mais virulenta e brutal versão da ditadura militar, a chamada “linha dura”, que se tornou o candidato eleito com 58 milhões de votos, após uma controversa campanha, onde foi esfaqueado em um atentado, recusou-se a participar da maior parte dos debates públicos e foi o maior disseminador de uma miríade de notícias falsas, em redes sociais, sobre seus adversários e uma suposta “ameaça comunista”.

Por fim, 2018 foi o ano em que, após as massacrantes derrotas da esquerda entre 2015 e 2017, a tradicional direita política pareceu ter sido nocauteada pela ascensão de políticos ultraconservadores, com pautas de extrema direita. Já se organizando há alguns anos, os grupos ultraconservadores foram extremamente exitosos nas mobilizações por redes sociais e se consolidaram como uma nova força no cenário político nacional¹⁰. 2018 foi também um ano em que aumentaram os casos de violência política. Embora ainda não se tenham dados oficiais, foram inúmeros os casos de violência motivada por questões políticas. No espaço urbano do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, de maioria simpática a Bolsonaro e suas ideias, expressar publicamente posição política divergente poderia, em não poucas situações, ocasionar atos de violência. Em alguns bairros da cidade, especialmente os de atuação de milicianos, fazer campanha ou portar símbolos ligados à esquerda era proibido. Quem desobedecesse, colocava a vida em risco. O ano se encerrou com a eleição, para a presidência da república, de um candidato de extrema-direita, parlamentar medíocre desde a década de 1980, famoso por suas falas contra indígenas, negros, mulheres e LGBTQ+ e defensor da tortura e outras formas de violência de estado; para o governo do Estado do Rio de Janeiro, de um ex-juiz, também de retórica ultraconservadora, cujo principal mote foi a execução de criminosos armados, além do famoso vídeo quebrando a placa de Marielle. Em suma, foi um ano em que vivemos em perigo, um significativo retrocesso de um já frágil pacto civilizatório.

Esta tese foi forjada sob este contexto e se constitui como uma reflexão sobre o seu tempo, conscientemente decidida a arriscar interpretá-lo.

¹⁰ Vale ressaltar que suas pautas não são necessariamente novas. Muitas estão há anos sendo discutidas no Congresso Nacional. O ultraconservadorismo nunca deixou de estar presente no Brasil, mas há muito tempo, desde a década de 1960, não mostrava tamanha hegemonia e força política. Ao longo da tese explicitarei melhor o que chamo de “ultraconservadorismo”.

No primeiro capítulo, apresentarei e discutirei como foi feita a pesquisa. Minha trajetória de vida e como etnógrafo são, de muitas maneiras, indissociáveis, por isso sinto-me obrigado a problematizar questões pessoais que foram determinantes para o tipo e a forma do trabalho de campo que realizei. Encontrei em minhas memórias da infância e da adolescência no subúrbio carioca um já bem consolidado conservadorismo moral e político. Num segundo momento do capítulo, apresentarei a Maré que encontrei e como me conduzi, quais foram meus acessos, meus limites, minhas confessas parcialidades. Este capítulo buscará, também, mostrar a história das representações da Maré como *complexo*, *território popular*, *bairro*, *comunidade* e *favela*. Por fim, farei uma breve discussão sobre memória e o papel que ela desempenhou nesta pesquisa.

No segundo capítulo, terei como objetivo refletir sobre algumas condições da vida favelada, especificamente sobre a existência de uma vida sob cerco, além de construir uma tentativa de, no olho do furacão, e a partir do conceito de *sociabilidade violenta*, cunhado por Luiz Antonio Machado da Silva, propor uma possível interpretação daquilo que chamo de emergência de uma *nova sociabilidade violenta*, com dinâmicas e marcos próprios, que a diferem das percepções anteriores sobre a violência urbana, que surgiram a partir da década de 1990. Em outras palavras, acredito que no Rio de Janeiro tem se forjado há pouco mais de dez anos uma mudança cultural que produziu um avanço, próximo à hegemonia, da linguagem da violência. Este conjunto de fenômenos que aponto como sendo diferente, em termos de grau e abrangência, daquilo que Machado da Silva nos ensinou a chamar de sociabilidade violenta e que, por isso, me atrevo a chamar de uma *nova sociabilidade violenta*. Parti do Rio de Janeiro como centro referencial desta mudança, por se tratar do meu campo de pesquisa e conhecimento, mas também por encontrar evidências para ver na capital do estado e sua região metropolitana o cadinho cultural que a forjará e, de diferentes maneiras, como uma força centrífuga que se disseminará para fora de seus limites geográficos.

No terceiro capítulo, tratarei de alguns dos processos que almejaram preparar o Rio de Janeiro para ser uma espécie de capital internacional dos megaeventos e, especialmente, as políticas de segurança adotadas para tratar daquela que, há tempos, era considerada o calcanhar de Aquiles desta pretensão: a questão da violência urbana. Reflito, então, sobre a “pacificação” das favelas cariocas e procuro entender algumas razões que levaram ao desencadeamento da Operação São Francisco.

No quarto capítulo, defenderei a hipótese de que não há um recente processo de militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro, mas trata-se de um elemento formador da nossa república e do estado no Brasil, assumindo, em cada momento histórico, diferentes papéis. Ou seja, não há um processo recente de militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro porque estas já são estruturalmente marcadas pela experiência da militarização. Vivemos numa sociedade historicamente militarizada, em que as forças armadas jamais deixaram de ter protagonismo, onde a experiência militar ocupa um lugar privilegiado em certo imaginário social de ordem, de disciplina e de moralidade e onde os militares construíram para si uma identidade, como uma elite de dirigentes responsáveis pela ordem e pelos rumos tomados pelo país, os únicos capazes de, como classe dirigente, ter o altruísmo e o patriotismo -que falta aos políticos e aos “paisanos” em geral- necessários para defender os interesses e o desenvolvimento nacional, o que fizeram, a seu ver, ao longo da história. Esta missão nacional de defesa da ordem e do desenvolvimento, contra ameaças reais ou construídas, justifica seu espírito intervencionista e golpista que, mesmo em épocas onde a democracia parecia estar mais consolidada, jamais arrefeceu, mas esteve ora adormecida, ora somente fora dos holofotes. Farei, neste capítulo, três movimentos. Primeiro, traçarei um breve panorama dos elementos que apontam para uma militarização da questão urbana no mundo. Segundo, tentarei identificar analiticamente quais desses processos são, de fato, reconhecíveis na experiência urbana brasileira e se são, realmente, fruto desse fluxo global de ideias e práticas militarizantes. Terceiro, elencarei elementos que, segundo penso, apontam não para uma recente militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro, mas para um longo processo histórico de militarização que remonta à formação do estado brasileiro.

No quinto capítulo, terei por objetivo reconstituir a ocupação militar da Maré a partir das vozes das pessoas que a vivenciaram e da análise de imagens, vídeos e fotografias, registradas na época. A partir destas vozes e imagens, proponho-me contar uma história não oficial da ocupação. Abordarei a economia moral da narrativa, a entrada das forças armadas, seu *modus operandi*, as abordagens e resistências, os confrontos, os abusos de autoridade, os danos materiais, a batalha da Linha Amarela, as aproximações e, por fim, uma avaliação da ocupação pelos atores envolvidos no processo.

O sexto capítulo foi produzido, à luz da percepção, durante a realização da pesquisa, de um elemento que se mostrou comum à maior parte dos relatos, tanto de moradores, quanto

de militares: o reconhecimento das vítimas da ocupação. Três casos foram paradigmáticos, determinaram os novos rumos da operação e deixaram firmes rastros nas memórias daquele período: os assassinatos do presidente da associação de moradores do Morro do Timbau, Osmar Paiva Camelo, e do cabo Michel Augusto Mikami, e o fuzilamento de Vitor Santiago. O objetivo deste capítulo será analisar estes três eventos, tentando entender os impactos que causaram nos rumos da história da ocupação militar da Maré e, principalmente, contando a história das vítimas da guerra da pacificação.

O sétimo capítulo terá como objetivo analisar a forma como se constituiu a aproximação entre militares e religiosos no contexto da Operação São Francisco, comparando-a, quando possível, à Operação Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha. Voltarei-me para os capelães militares, a fim de entender suas diversas formas de atuação e como foram acionados no contexto da operação. Por fim, analisarei a aproximação entre o comando militar e um coletivo evangélico local, liderado por dois pastores pentecostais. Assim, pretenderei, neste capítulo, contribuir para uma reflexão sobre as relações entre religião e militarização no Brasil.

1. A PESQUISA

Não cessaremos nunca de explorar
 E o fim de toda a nossa exploração
 Será chegar ao ponto de partida
 E o lugar reconhecer ainda
 Como da primeira vez que o vimos.
 (T. S. Eliot, *Quatro quartetos*)

Meu objetivo neste capítulo é apresentar e discutir como foi feita a pesquisa. Minha trajetória de vida e como etnógrafo são, de muitas maneiras, indissociáveis, por isso sinto-me obrigado a problematizar questões pessoais que foram determinantes para o tipo e a forma do trabalho de campo que realizei. Num segundo momento do capítulo, apresentarei a Maré que encontrei e como me conduzi, quais foram meus acessos, meus limites, minhas confessas parcialidades. Por fim, farei uma breve discussão sobre memória e o papel que ela desempenhou nesta pesquisa.

1.1 Autoetnografia

Em 2013, enquanto escrevia minha dissertação de mestrado, enfrentei um bloqueio criativo, provocado pela dificuldade como etnógrafo em analisar, no sentido em que Bachelard (2006) propõe o obstáculo epistemológico, minhas opiniões e experiências anteriores relacionadas à pesquisa. Numa “catarse intelectual e afetiva”, obriguei¹¹ meu espírito científico a formar-se reformando-se (BACHELARD, 2006). Em Esperança (2014, 2015b), procurei lançar um olhar sobre as subjetividades envolvidas na construção daquela etnografia, assim como sobre a pessoa do etnógrafo como objeto de análise, tanto quanto suas

¹¹ Em parte, também fui obrigado pela sempre cuidadosa, mas incisiva, inquirição de minha orientadora de mestrado, Carly Machado, a quem devo a provocação necessária para enfrentar esta jornada.

diferentes posições estabelecidas como interlocutor no campo de pesquisa e seus respectivos riscos. Numa psicanálise do conhecimento objetivo, abusando mais uma vez do linguajar de Bachelard, busquei, em minha formação, em minha infância e juventude como filho da classe média baixa suburbana carioca, algumas das origens mais profundas das representações que trazia e desconstruía ao longo da vida, assim como da formação como cientista social. Sei que, para alguns colegas, um tanto mais positivistas que eu, este processo pode parecer excessivamente digressivo, ou desnecessário, ou pós-modernista, ou autorreferente demais, mas, depois de ser mordido por esta desconfiança epistemológica sobre mim mesmo e sobre a possibilidade de um conhecimento (puramente) objetivo sobre a realidade, preciso empreendê-lo. Faço-o crendo que é uma etapa de entrega e desnudamento pessoal, feita com a máxima honestidade que me é alcançável, e que possibilita a entrega de uma pesquisa melhor, a busca daquilo que Leibing e McLean (2007) chamaram de “Dia-etnografia da sombra”, “uma aproximação das relações muito reais, embora menos perceptíveis, práticas e experiências de campo” (p. 2-3)¹².

Sem pretender repetir o que já fiz em outros trabalhos acadêmicos, como os citados, numa outra etapa da vida e da formação como “sociopólogo”, revisei os palácios da memória e, conhecendo-me melhor, surpreendi-me com alguns lapsos e ausências. Como seria de se esperar, estes mostraram-se significativamente reveladores.

1.1.1 Lapsos e ausências

Embora tenha me mudado do bairro de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro, há quase vinte anos, jamais mudei minha zona eleitoral. Em vários momentos em que isto foi possível, não o fiz, tomado por um sentimento que defini como preguiça. De dois em dois anos, retorno à minha antiga zona eleitoral, numa escola municipal próxima à entrada do condomínio em que vivi parte da infância e adolescência. Sempre no final da tarde, quando as filas para votação diminuíram, voto e depois me dirijo à rua das minhas memórias e à casa onde me tornei adulto, muito diferente do que foi quando morei, já não mais pertencendo à minha família. Acompanho bialmente as transformações do bairro, do condomínio, da rua, da casa e, muitas vezes, o que mais fascina, das pessoas que estão lá, nos mesmos lugares, há

¹² Tradução minha.

quarenta anos, quando foi construído, em área rural, aquele condomínio para famílias de classe média baixa. Revivo as boiadas que assustavam as crianças, os animais exóticos que entravam pelo quintal, olhando-nos com o mesmo ar interrogador que olhávamos para eles, as histórias de assustar, as brincadeiras da rua, a falta de comércio para insumos básicos e a grande distância que percorríamos para chegar a um ponto de ônibus, quase sempre castigados pelo famoso sol do bairro. Esta última visita, contudo, trouxe uma revelação que me intrigou por dias. Enquanto dirigia, passando em frente à casa da infância, numa rápida mirada para o lado, vi, como se escamas caíssem dos meus olhos, o motivo da minha surpresa. Lá estava ela, a *favela*.

O que havia acontecido com o condomínio? Qual o motivo daquele processo de favelização nas suas margens? Nada. O choque não foi por ter visto a favela, mas por não tê-la visto antes. Ela sempre esteve lá, exatamente como na minha garotice, mas por algum motivo guardado nos mistérios da recordação, a apaguei. Quando escrevi, em 2014, *Etnografia do etnógrafo*, enfrentando as gêneses das representações com que fui formado e convivo, *esta* favela da minha infância foi minimizada e praticamente desapareceu do texto. Encontrar a favela da minha infância, vinte anos depois de me mudar, foi um trabalho de reconstrução e reinterpretação agonísticos. Ela sempre esteve lá, a poucos metros de casa. Ou, quem sabe, a casa foi construída lá, a poucos metros dela. A padaria mais próxima, o fliperama e o novo ponto de ônibus, lugares em que cotidianamente estive, eram *na* favela, e eu a apaguei da memória. Ela sempre esteve lá, nas gavetas das recordações passadas, mas como toda típica família da classe média baixa carioca e suburbana, precisávamos nos identificar com os estratos superiores, não com os mais baixos. Cresci ouvindo que morávamos na zona sul de Bangu, porque morar em Bangu, em muitos círculos que frequentávamos, era desqualificador. Bangu era representado como um bairro quente ao extremo, pobre e muito afastado da centralidade citadina. Mas morávamos na zona sul de Bangu, porque no Rio de Janeiro, “zona sul” é atributo de qualidade positiva, de nobreza, de distinção. Entretanto, se morei na zona nobre do bairro, jamais questioneei o fato de que nossa casa ficava na periferia do condomínio, nos fundos, na margem, na entrada da favela. Lá me formei como homem.

Para completar a confusão, fui percebendo que apaguei mais do que devia. O outro importante lapso, talvez relacionado a este, pode se dever ao fato de que saí do bairro quando terminei um relacionamento amoroso da adolescência que culminou num equivocado casamento de rápida duração. Casei com minha primeira namorada e, ainda estupefato sobre como pude proteger essa memória do esquadrinhamento, ela era moradora de uma favela de

um bairro próximo, Santíssimo. Sua casa era precária, um quarto e sala onde já moraram sete pessoas, num terreninho infestado de ratos, margeado por um valão de esgoto, onde criminosos locais “desovavam” corpos e usavam drogas ilícitas. Frequentei sua casa na favela, muitas vezes por semana, durante anos.

Saí de Bangu e fui morar no bairro Méier, na zona norte do Rio de Janeiro, onde passei dez anos. Enquanto morei lá, e ainda sonhando com uma carreira religiosa, agreguei-me a uma igreja presbiteriana próxima, que desenvolvia trabalhos evangelizadores e projetos sociais na favela de Camarista Méier, no bairro vizinho do Engenho de Dentro. Por oito anos fui um dos e depois o responsável pelo trabalho, uma mistura de igreja, comunidade eclesial de base e projeto social para cuidar das crianças da favela. Movido por fervor religioso, temperado pelas ideias da teologia da libertação e de uma prática mais progressista, foram tempos de experimentação, amadurecimento e desencantamento. De fato, jamais morei na favela, mas, de muitas maneiras, *vivi* a favela e ela fez parte de mim. A ousadia por tentar algo novo numa seita protestante extremamente conservadora produziu uma miríade de inimizades e detratores, mas também um convite para trabalhar numa outra igreja, um pouco mais progressista e com maior visibilidade, no bairro de Copacabana. Foi quando deixei a favela de Camarista, parti para uma nova experiência e decidi, após uma série de crises pessoais, deixar a instituição e a prática religiosa para trás. Logo depois, surgiu o Complexo do Alemão.

Nesse estágio, posso concluir que, mais do que uma negação de classe média, a favela, de muitas e diferentes formas, fez parte de minha vida e formação pessoal, ainda bem antes de me tornar um cientista social. Quando, pela pesquisa, e pela oportunidade de campo, fui ao Batan, à Vila Cruzeiro, aos Complexos da Penha e do Alemão, à Maré, carreguei toda esta história e, no processo etnográfico de olhar, escutar, cheirar, sentir, falar, tive um pouco mais de desnaturalizar o familiar do que familiarizar o exótico.

1.1.2 Por que estudar militarização

As pesquisas que fiz em favelas, todavia, tiveram um caráter muito específico. Fui à favela como etnógrafo por razões muito peculiares, que estão relacionadas a um processo de

militarização do cotidiano e da segurança pública¹³, especialmente no Rio de Janeiro, que se transformou num laboratório desses processos para o Brasil.

Se a favela fez parte da minha vida, afetivamente, não posso dizer o mesmo quanto aos militares. Não posso dizer que me lembro da ditadura militar, porque era muito criança, nasci em 1981, só me recordo de um certo patriotismo cínico, especialmente dos mais velhos, que era exaltado nas épocas de copa do mundo de futebol, das aulas de Educação Moral e Cívica, do culto à bandeira e do hino nacional cantado na escola, cada vez com menos frequência. Muitos de meus vizinhos eram militares, de baixa patente e, onde vivíamos, “militar” significava ser alguém muito respeitável. Meus amigos sonhavam em seguir carreira em algumas das escolas militares para adolescentes e muitos se preparavam com afinco. Meus joelhos pouco confiáveis seriam um empecilho para um ingresso nestas escolas, mas, mesmo se não o fosse, sentia arrepios com a possibilidade do confinamento, da hierarquia e do regramento da vida militar. Passava parte do tempo das entediadas férias escolares devorando os livros de minha mãe, professora de arte, e, aos dez anos de idade, descobri outra paixão, o cinema. O que a escola não fez, os livros e os filmes o fizeram: deram-me uma educação de caráter humanista. O horror à guerra, o antibelicismo, o caráter monstruoso da violência, as barbáries do século vinte, os crimes das ditaduras latino-americanas, o totalitarismo, tudo isso fez parte de minha mais tenra formação, por isso, sempre me estranhou o fascínio por uniformizados, a adoração lambe-botas e as representações do militarismo como heroísmo, ordem e eficiência. Ainda bem antes das ciências sociais, pensava, e continuo pensando, que uma militarização da sociedade implicava, necessariamente, numa crise da democracia e numa perda de garantias e liberdades individuais. Não quero, com isso, demonizar nem estereotipar militares. Em minhas pesquisas, conheci muitas pessoas decentes e tomadas por um genuíno desejo de ajudar as pessoas, mais no exército do que entre policiais militares. Os policiais, especialmente os mais antigos, pareciam-me carregar um certo ar de desencantamento e cinismo diferentes dos militares do exército, evidentemente pelo caráter absolutamente distinto de seus trabalhos. Pude conhecer pessoas, durante minhas pesquisas, especialmente no Alemão e na Maré, que eram possuídas de um genuíno desejo de melhorar a vida das pessoas daquele lugar, que não queriam usar da violência com quer que fosse e sentiram-se decepcionadas quando perceberam que todo esforço empreendido na mitigação da violência armada por lá foi por água abaixo. Apesar disso, especialmente no Brasil, com uma longa e complexa história de relações entre os militares e a política, por suas doutrinas, por

¹³ Debruçarei-me mais cuidadosamente sobre isto em outro capítulo.

ser caráter bélico, pela rigidez hierárquica da instituição e pela cultura institucional, militares brasileiros não convivem bem com liberdades democráticas, garantias individuais, transparência externa para suas ações e cobranças por seus erros.

Embora o exército já tenha sido utilizado outras vezes em operações urbanas no Rio de Janeiro, especialmente em favelas, a ocupação militar dos Complexos do Alemão e da Penha, em novembro de 2010, representou a inauguração de uma nova etapa da militarização do Rio de Janeiro, onde surgem e se consolidam fortes representações no sentido de que o exército seria a única solução para o aparentemente insolúvel problema da violência urbana fluminense. A megaoperação de ocupação, cheia de ufanismo e pompa, com demonstrações espetaculares da glória do estado (ESPERANÇA, 2016), seguidas de 583 dias de ocupação, chamaram minha atenção quando estava concluindo a graduação em ciências sociais e fui para o campo entendendo que era preciso desnaturalizar essa opção pelas forças armadas como salvadoras da pátria e, também, para etnografar um fenômeno que se apresentava com ares de novidade: uma ocupação militar relativamente longa num conjunto de favelas cariocas. Quando visitei pela primeira vez o Complexo do Alemão, para observar uma reunião em que os militares convidaram atores religiosos locais para integrá-los a certos processos da “pacificação”, não imaginei que estava testemunhando um processo de militarização que se intensificaria no futuro e que minha trajetória de pesquisa nesta área estaria se iniciando.

1.1.3 O problema da violência

Outro ponto que considero importante neste processo autoetnográfico e que também se trata de uma reflexão posterior à primeira versão de *Etnografia do etnógrafo*, de 2014, foi a descoberta, ou melhor, a revelação de que carrego comigo, por motivos que, resumidamente tentarei expor, uma aversão à violência como recurso para a solução de conflitos.

A origem mais remota, e talvez a mais profunda, seja de ordem familiar. Testemunhei, na infância, cenas de violência doméstica. Fui também, no contexto de divórcio de meus pais, vítima de processos de violência psicológica que produziram estragos emocionais. Possivelmente, isto produziu em mim, além da aversão, uma sensibilidade a processos de violência que vão além do uso da força física.

Após passarmos por várias diferentes moradias e concretizado definitivamente o divórcio de meus pais, depois de sucessivas tentativas fracassadas de reatar o casamento,

mudamo-nos -eu, minha mãe e o padrasto- para a casa de Bangu, que já havia sido nossa no passado e que, na partilha dos bens, ficou com minha mãe. Voltar para esta casa, aos dez anos de idade, implicou, além de nosso empobrecimento financeiro, num processo de socialização e educação sentimental muito diferentes do que havia experimentado até então. Se, nos anos anteriores, tinha vivido uma experiência controlada de socialização infantil, num prédio de apartamentos em um bairro emergente, limitado espacialmente ao seu playground, e relacionalmente, às poucas crianças que haviam por lá, ao me mudar de volta para Bangu me vi mergulhado num oceano, assustador, de liberdades e possibilidades. Nunca tendo sido excessivamente controlado por minha mãe, tive a liberdade completa de, aos dez anos, circular e fazer, em parte, o que queria. Meu mundo se expandiu, mas a adaptação nunca se realizou por completo.

Havia, ali, um tipo de sociabilidade juvenil, distinto do que havia experimentado, assinalado por fortes marcadores sociais, traspassado de um incômodo grau de violência nas relações. O mais forte marcador, sem dúvida, era o de gênero. Como uma tosca paródia da construção social de gênero, ali ninguém nascia homem, tornava-se homem. Ser homem era tornar-se homem através de uma série de créditos que iam sendo depositados em cada afirmação de virilidade e de macheza. O sujeito homem precisava, necessariamente, livrar-se da desconfiança que pairava sobre todos, num processo de negação da feminilidade materna e do ambiente doméstico. Isto era feito de muitas diferentes formas, mas sempre acompanhado de um gestual característico da virilidade, que envolvia o gosto pela briga, pelo militarismo, um certo linguajar duro, o andar sem camisa e descalço pela rua, o gosto pelo futebol e, a partir de certa idade, pelas armas de fogo, o álcool e o carteadado. Com exceção das mães, figuras sagradas, as mulheres eram vistas como objeto do prazer masculino, mantidas à distância da sociabilidade masculina cotidiana, próximas somente quando o interesse era sexual. A partir de determinada idade, que era definida como “botar corpo”, doze anos de idade, em alguns casos menos, as meninas tornavam-se alvo das investidas dos rapazes e homens mais velhos. A intensidade e o “respeito” nas investidas dependiam do quanto o objeto de fruição era considerado “menina de família”, recatada, ou não.

Nesta sociabilidade juvenil masculina, estruturada violentamente, era importante conquistar consideração e eliminar todas as suspeitas de “viadagem”. Além dos marcadores gestuais de virilidade, a disposição para uma boa briga era elemento fundamental. A percepção do risco para entrar ou não numa “porrada” fazia parte da “malandragem” que formava o caráter masculino. Era comum que os grupos fossem formados de meninos de dez, onze anos, até rapazes maiores, com mais de vinte anos. Os menores se espelhavam nos

maiores, que “comiam” as meninas, bebiam álcool e às vezes envolviam-se em boas brigas com grupos rivais. Esse espelhamento envolvia, também, ser alvo de suas pancadas e, vez ou outra, receber punições coletivas, que eram medidas para não produzir muito estrago físico e possíveis problemas com os pais das crianças.

Inaceitável era a “viadagem”, que consistia não nas relações sexuais entre homens, mas em gestuais que não reproduzissem a virilidade demandada e não pudessem eliminar a suspeita de não “ser homem”. Evidentemente, também não havia qualquer espaço para qualquer pública orientação sexual que não fosse heteronormativa. Ousar ser contra esta regra era tornar-se potencial alvo de humilhações, ameaças e violência.

Os outros dois marcadores sociais de diferença, que se entrecruzavam com o gênero, eram raça e classe. Embora, nos grupos, houvesse pessoas negras, havia um explícito racismo, manifesto em jocosidade, ofensas, humilhações e, em alguns casos, espancamentos. Mesmo quando “aceitos” pelo grupo, os negros, especialmente os de cor de pele mais escura, já que, de fato, poucos ali tinham a pele realmente clara, eram sempre o alvo predileto das ofensas, da desconfiança e dos rituais de humilhação pública. Não havia nenhum pudor neste racismo. As mulheres jovens e negras, por sua vez, respeitadas as hierarquias dos tons de pele, eram chamadas de “macacas” e alvo constante das investidas sexuais. Algo além do sexo com elas era visto como desonroso. A classe perpassava todas essas hierarquias. Se cor de pele mais escura fosse acompanhada de uma família mais pobre que as outras, ou oriunda da favela, todos os processos de violência anteriormente mencionados eram potencializados. Para um caso concreto, recordo-me de uma família composta por pessoas negras, que morava no limite que separava a favela do condomínio. Como sua casa havia passado por obras, não era possível saber em qual espaço, de fato, a casa havia sido construída. O irmão caçula costumava ser o alvo preferido dos rituais de espancamento e humilhação pública até que foi proibido por seus pais de sair para a rua, depois de voltar muito machucado para casa. Suas duas irmãs, por sua vez, eram, ao mesmo tempo, vistas como “desqualificadas”, “sujas”, “porcas”, “macacas”, pelos rapazes, e alvo constante de suas investidas sexuais, quase sempre agressivas.

Em suma, tratava-se, de um ambiente marcado por uma sociabilidade juvenil em que a violência funcionava como um fundamento da ordem. Esta ordem, vivenciada pelos mais jovens, era o espelho de uma ordem maior, das pessoas mais velhas. Quando se chegava a uma determinada idade, esta violência explícita era recalcada e substituída por uma frágil cordialidade entre os adultos. Permaneciam os elementos formadores, o conservadorismo, agora mais tradicional e moralizante -os mesmos que assediavam e, em muitos casos,

continuavam assediando, as meninas, agora protegiam suas filhas-, o gosto pelo álcool -era muito comum o alcoolismo-, pelas armas de fogo, o futebol, o carteadado e o militarismo.

Embora tenha feito parte deste mundo, ele continuamente me estranhou e fui sempre fui um *outsider*. Passava longos períodos sem sair de casa, alternados por tentativas de adaptação, quase sempre frustrantes. Duas instituições novas em minha vida foram determinantes para o rompimento completo com aquele mundo. A primeira foi a antiga Escola Técnica Federal de Química¹⁴, onde ingressei aos quatorze anos, e me obrigou a estudar longe de casa, formar novos laços sociais e descobrir uma sociabilidade juvenil completamente distinta e não marcada pela violência. A segunda foi a religião, mais especificamente o protestantismo. Embora tenha vindo de uma família com forte tradição religiosa, meus bisavós já eram protestantes, aderi, de fato, à religião, aos dezessete anos após duas experiências traumáticas: um acidente de trânsito que quase me tirou a vida e, poucos meses depois, o falecimento por um enfarto fulminante de meu padrasto, que veio a morrer nos meus braços. Encontrei, nesta ocasião, na religião, novas possibilidades existenciais e de laços sociais. A escola e a religião foram, portanto, determinantes em minha educação sentimental e na consolidação, em meu caráter, de um humanismo que já havia sido formado pelo amor às artes, mas que não encontrava lugar fora de mim. No protestantismo, rapidamente descobri outro tipo de violência, que não o uso da força física, a violência institucional, moral, simbólica. A prática religiosa marcada, então, desde cedo por decepção e desconfiança institucional, me aproximou de versões mais humanistas e heréticas do cristianismo, numa aproximação pelos mais pobres, pelos marginais, rejeitados, até a ruptura definitiva, aos trinta anos de idade.

Esta exposição de motivos foi necessária, a meu ver, para explicar meus interesses de pesquisa, para onde quero olhar, o que quero entender, e o elemento ético que tento contagiar a pesquisa. Sou movido por aversão à violência, em todas as suas formas, mas especialmente aquela em que se eliminam ou se enfraquecem ao extremo os recursos à defesa. A violência institucional, mormente a violência de estado, física e simbólica, traz este elemento de fascínio, de grandeza e glória, de ideologia, de esmagamento dos resistentes e de naturalização, que especialmente me incomoda. Toda sociologia, por mais rigorosa e precisa metodologicamente que seja, tem um lado, importa não dissimulá-lo. O meu está ao lado das vítimas e dos violentados.

¹⁴ Atualmente é o campus Maracanã do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

1.2 O trabalho de campo

Embora a pesquisa tenha se iniciado no ano de 2014, quando construí o projeto de pesquisa para o ingresso no doutorado, e vinha fazendo leituras e acompanhando as notícias da Maré, durante a ocupação militar, o trabalho de campo clássico, do tipo presencial, com observação participante, se deu de janeiro de 2016 a dezembro de 2017. Neste período trabalhei numa organização local, o Observatório de Favelas, em duas pesquisas. Em 2016, fui coordenador técnico de uma pesquisa chamada *Democracia como resposta à violência na América Latina*, cujo objetivo foi realizar um levantamento analítico de projetos da sociedade civil, dos sete países com maiores taxas de homicídio na América Latina -Brasil, Colômbia, México, Guatemala, Venezuela, El Salvador, Honduras e Guatemala-, na redução da violência, especialmente homicídios¹⁵. No ano seguinte, fui pesquisador no âmbito de uma campanha regional para redução de homicídios na América Latina, composta por diversas organizações internacionais, entre elas, o Observatório. Nossa parte na campanha foi, principalmente, a produção de uma pesquisa, num intercâmbio metodológico com a Casa de las Estrategias, Ong de Medellín, na Colômbia, sobre pessoas ameaçadas de morte e mecanismos de proteção a pessoas ameaçadas de morte, no Brasil e na Colômbia. A Maré foi constituída como nosso estudo de caso para esta questão.

Trabalhar por dois anos no Observatório foi minha porta de entrada para a Maré. Pude fazer amizades, construir relações e estar no campo cotidianamente. Circulei e conheci todas as favelas da Maré, passando mais tempo no Parque Maré e na Nova Holanda. No início, fui muito ajudado por minha colega de pesquisa, Michelle Henriques Ramos, veterana de Observatório, que, com extrema generosidade me apresentou a muitos de meus interlocutores e me levou nas primeiras andanças pelo campo. Ainda neste âmbito, tive contato com pessoas que atuavam na Maré em diversas áreas e pude colaborar em ações locais que muito contribuíram para o processo da pesquisa.

No ano de 2017, com a pesquisa sobre pessoas ameaçadas de morte e os mecanismos de proteção à vida, fizemos¹⁶, uma investigação reveladora sobre processos de violência na Maré e, através destes, da própria história da Maré. Foram entrevistadas, na forma de entrevistas semiestruturadas, 15 pessoas, 11 delas líderes locais, religiosos e não religiosos,

¹⁵ Ver Willadino et al., 2018.

¹⁶ Esta pesquisa foi coordenada por Raquel Willadino e a equipe de pesquisadores era composta, além de mim e Michelle, por João Felipe P. Brito.

com uma extensa história de vida e atuação local. Foram também entrevistadas pessoas representantes das seguintes instituições: Conselho Tutelar, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte (PROVITA) e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Conduzi, também, em parceria com Michelle, dois grupos focais com jovens e adolescentes da Maré, o primeiro com quatro e o segundo com cinco pessoas.

Este trabalho, mesmo que não tenha sido especificamente sobre a presença do exército na Maré, foi importante para a pesquisa por diversas razões.

Primeiro, por me ajudar a conhecer melhor a Maré. O caminho que adotei para chegar ao meu objeto de investigação pode não ter sido o mais ortodoxo, mas penso ter sido, dentro das possibilidades do campo, exitoso. O conhecimento que acumulei para a produção etnográfica foi se consolidando por três vias: a convivência cotidiana na Maré, principalmente com as pessoas de lá, me ajudou a compreender um pouco de seus ritmos, de seus cheiros, de suas histórias, de seus tempos, alegrias e dores; as pesquisas em que atuei pelo Observatório me levaram ao encontro de realidades locais mais profundas e específicas; o específico trabalho de investigação das memórias, orais e escritas, da ocupação militar, nos dois anos seguintes à saída do exército. Estas três vias foram percorridas concomitantemente e se cruzaram em diversos pontos. Não poderia entender aquelas memórias da ocupação se não compreendesse parte do contexto em que elas foram produzidas. Conforme minha presença na Maré se consolidava, novas camadas de entendimento surgiam, antigas se desfaziam ou se misturavam, e minhas percepções sobre o objeto se consolidavam.

Segundo, colocaram-me em contato com pessoas e redes de pessoas que vivenciaram o período de ocupação militar.

Terceiro, as conversas e entrevistas acabavam, em muitos momentos, tratando do assunto desta tese. Em certas ocasiões, cheguei a provocar intencionalmente o tema. Quando não o fiz, informalmente, abordei a questão com os interlocutores e pude, então, chegar a acessar suas memórias da ocupação.

Quarto, por se tratar de uma instituição que goza de muito prestígio na Maré, meu vínculo, mesmo que numa pesquisa que não era do Observatório, abriu-me portas e estabeleceu uma confiança que, caso fosse diferente, poderia levar bastante tempo para ser estabelecida.

Quinto, pude colaborar em outros projetos que me acrescentaram porções extras de novas entradas e conhecimentos locais. O mais importante, sem dúvida, foi uma campanha

contra a violência policial, que se chamou “Somos da Maré, temos direitos”. Através dela, pude passar dois dias batendo de porta em porta na casa de moradores da Vila do João, Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto, para entregar e apresentar um material de conscientização de direitos frente a casos de abuso policial. Foi uma experiência intensa e emocionante de campo.

Para além do Observatório, toda pesquisa envolvendo militares e parte da pesquisa envolvendo líderes religiosos, devo a inestimável ajuda do amigo de longuíssima data e interlocutor de temática, Vinicius Rodrigues Gonçalves, ex-capelão do exército, que, com suas redes de contato, permitiu que eu conseguisse conversas e entrevistas preciosas.

Em suma, além das conversas informais e observação participante acumuladas nestes dois anos, e das quinze pessoas entrevistadas e dois grupos focais que conduzi, entrevistei seis militares, oficiais do Exército Brasileiro, que atuaram na ocupação da Maré. Um deles foi o general responsável pela operação durante um período. As entrevistas foram conduzidas de forma aberta, sem perguntas pré-construídas, mas propondo temas e intervindo o mínimo possível. Fiz cinco longas entrevistas com moradores da Maré. Duas delas foram depoimentos de história de vida, desde o nascimento até os dias atuais, passando pelos eventos da ocupação militar. Dois entrevistados são pastores evangélicos locais e colaboraram em ações de parceria com o Exército, situação que será explorada no sétimo capítulo da tese.

Fiz também um survey exaustivo em jornais, revistas e sítios eletrônicos a fim de levantar a forma com que a ocupação foi (diferentemente) abordada por meios diversos. O levantamento incluiu, entre os jornais, “O Globo”, “Folha de São Paulo”, “Estadão”, “O Dia”, entre as revistas, “Veja”, “Carta Capital”, “Istoé” e “Época”, entre os sítios eletrônicos, https://www.vice.com/pt_br, <https://www.defesa.gov.br/>, <http://www.eb.mil.br/ministerio-da-defesa>, <http://rioonwatch.org.br/>, <https://crimesnewsrj.blogspot.com/>, <http://jornalocidadao.net/> e <https://pt-br.facebook.com/Marevive>.

Compareci a reuniões periódicas de presidentes das associações de moradores, a um coletivo de lideranças locais que organizou, em 2017, uma marcha contra a violência na Maré, a um encontro com candidatos à prefeitura, em 2016 e, no final de 2017, fui eleito primeiro suplente, pelo Observatório, no Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro¹⁷.

¹⁷ Cargo que deixei ao me desligar do Observatório de Favelas em janeiro de 2018.

1.3 Questões metodológicas

Algumas questões metodológicas precisam ser discutidas. Embora não tenha sido esta a questão central de meu trabalho, reconheço e estive consciente, durante a pesquisa, que uma ocupação militar e suas consequências para um bairro afetam *diferentemente* as pessoas.

Jovens foram afetados de forma diferente de pessoas que não são enquadradas como jovens, pois há um conjunto de representações firmemente solidificadas no senso comum de que estes tendem a ser mais “problemáticos” e propensos ao crime¹⁸. A imagem estereotipada do criminoso favelado é a do jovem do sexo masculino, negro, de boné, cordões e bermuda. Os militares ocuparam a Maré trazendo consigo estas representações. Jovens do sexo masculino foram, então, afetados de formas diferentes do que mulheres jovens, do que crianças, adultos e idosos. Sem adentrar em casos pontuais, posso dizer até que, pensando em termos de grupo, foram *mais* afetados. Jovens negros¹⁹ foram, nesse sentido, *mais* afetados que jovens brancos. O grau em que os indivíduos foram afetados pelos processos em questão é determinante para a percepção que fazem deles.

Outros fatores também são importantes, como a questão do *gênero*. As mulheres foram afetadas diferentemente que os homens porque, embora haja mulheres envolvidas com atividades criminosas na Maré, são casos pontuais, e isto é de conhecimento público. As mulheres foram, por isso, menos abordadas para revistas que os homens. Não quero dizer que mulheres foram menos afetadas que homens, mas sim que foi diferente. Houve reclamações de que alguns soldados se portaram de forma inconveniente com mulheres, especialmente as mais jovens, o que acrescenta outro fator de perturbação da ordem cotidiana sofrido pelas mulheres.

No trabalho de campo com moradores, busquei não incorrer em erros de perspectiva, reproduzindo as experiências de um grupo como se fossem as experiências de todos. Claro que é impossível e equivocada qualquer pretensão de totalidade, mas entendo como importante e guiei o trabalho de campo no interesse por vozes diversas. Por isso, defendo esta pesquisa da acusação (quase sempre justa) de reproduzir somente uma visão masculina ou elitizada dos processos. Entre meus interlocutores e interlocutoras da Maré, tanto nas conversas informais e nas entrevistas, busquei a diversidade. Das entrevistas formais, metade

¹⁸ Há uma ampla bibliografia sobre isto, que não pretendo dar conta neste trabalho. Para um referencial inicial sugiro Castro (2009) e Castro e Aquino (2008).

¹⁹ Uso “negros”, aqui, no sentido proposto pelo IBGE, como pretos e pardos.

das pessoas entrevistadas foram mulheres, uma delas transexual. Conversei, formal e informalmente, com jovens e adolescentes, de perfil bastante variado, em termos de gênero, orientação sexual, orientação religiosa e identificação étnico-racial. Se a maior parte formal da pesquisa se deu entre lideranças locais, também conversei bastante com moradores sem filiação institucional. Em termos religiosos, entrevistei formalmente dois pastores e uma pastora local, e uma liderança com assumida filiação religiosa, mas também pessoas sem vinculação religiosa, ou diferente da protestante. Ao menos metade das entrevistas formais foram com pessoas que se autodeclaravam negras. Quanto a pesquisa com militares, pela maior dificuldade em acessá-los, este cuidado não foi possível. Dos seis entrevistados, todos eram homens. Um deles havia deixado recentemente o exército. Eram, também, todos oficiais, sendo um deles general. Três deles poderiam ser classificados como homens brancos, os outros eram negros.

O resultado desta pesquisa foi determinado por múltiplos fatores: os acessos que tive no campo, as escolhas que fiz, as relações que construí, as portas que se fecharam, as direções para onde, por vezes até de forma inconsciente, decidi voltar o meu olhar. Jamais fui guiado por uma busca pela verdade, mas por muitas verdades, muitas perspectivas. Trata-se, portanto, de um trabalho conscientemente *parcial*. Parcial não significa relativista. Compartilho a premissa de Haraway (1995), de que “a alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (p. 23). Em seu artigo sobre a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, ela insiste na parcialidade, na incompletude do eu cognoscente, “é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro” (p. 26).

A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar (p. 33-34).

Ainda sobre verdades parciais, Clifford (1986), na introdução de *Writing Culture*, aponta que as verdades etnográficas são inerentemente parciais, pois são comprometidas e incompletas, “mas uma vez aceito e construído na arte etnográfica, um rigoroso senso de parcialidade pode ser uma fonte de tato representacional” (p. 7)²⁰.

²⁰ Tradução minha.

Se esta pesquisa, a grosso modo, pode ser reduzida sinteticamente a uma reflexão digressiva sobre a militarização de uma sociedade, busco, contudo, uma escrita desmilitarizada, divorciada de qualquer pretensão à linguagem e à comunicação objetivas, assim como da ideia de ordem. Para brincar com o linguajar militar, é um texto bem “paisano”, com toda sua insubordinação, desordem e anarquia. Na verdade, concordo com Marcus (1998) quando aponta que três mudanças das formas convencionais e premissas através das quais a etnografia era concebida levaram à produção de mais complexas e interessantes formas de experimentação, produzindo “textos confusos”: 1. Tradução cultural nunca assimila completamente a diferença. Assim, qualquer tentativa de interpretar ou explicar outro sujeito cultural é sempre, em parte, produto criado pelo processo de comunicação etnográfica, um tipo de escrita; 2. A premissa pós-moderna de que não há possibilidade de um sentido fixo, final e autoritativo, radicalizou a autocrítica antropológica e suas próprias crenças na autoridade do antropólogo; 3. O objeto pós-moderno de estudo é, em última análise, móvel e multiplamente situado, o que renova a fortemente negligenciada possibilidade da comparação (p. 186-187). Sua defesa do texto confuso é provocante:

Textos confusos são confusos porque insistem em sua própria abertura, incompletude e incerteza sobre como aproximar um texto/uma análise de um fechamento. Tal abertura frequentemente marca uma preocupação com uma ética de diálogo e conhecimento parcial, um senso de que uma obra é incompleta sem críticas, e diferentemente posicionadas, respostas a ela por seus leitores (idealmente) variados.²¹

Nesse sentido, produzo um texto confuso como uma escolha racional e ética. Não significa que seja uma tese desestruturada e/ou desfocada. Procuo levar o leitor, afinal uma pesquisa como esta é produzida para que outros a leiam, por caminhos mapeados, que penso saber onde dão. Cada estação de parada tem uma intenção final de construir um conhecimento (parcial) sobre meu objeto.

Um último ponto a considerar nesta subseção diz respeito ao campo de pesquisa como a *cidade*. Como a compreendo, então? Meu campo é a Maré, mas não o penso simplesmente como um território geográfico, circunscrito, habitado, evidentemente por seus moradores, mas trabalho com o conceito de um campo relacional. Se são, claro, os moradores da Maré que me interessam, este campo é um campo de relações humanas. Compartilho com Agier (2011) a ideia de que as melhores estratégias etnográficas para entrar na cidade, para conhecê-la teoricamente, se dão através de “lugares, situações e movimentos” (p. 19). Ele entende que se deve deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos. Esquecer a cidade para encontrar a cidade. Seu conceito de *Cidade-Bis* é o da “cidade produzida pelo antropólogo a partir do

²¹ Idem. Tradução minha. p. 189.

ponto de vista das práticas, relações e representações dos cidadãos que ele próprio observa diretamente e em situação” (p. 32).

A abordagem de Agier deve muito ao trabalho clássico de Park (1925), no artigo *The City: suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment*, para quem a cidade é:

(...) algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais -edifícios, luzes elétricas, bondes, e telefones, etc .; - algo mais, também, do que uma mera constelação de instituições e de dispositivos administrativos -tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. A cidade é, sim, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, e de atitudes organizadas e sentimentos que estão nestes costumes e são transmitidos com esta tradição. A cidade não é, em outras palavras, simplesmente um mecanismo físico e uma construção artificial. Ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e, particularmente, da natureza humana. (p. 1)²²

Alguns cânones da sociologia e da antropologia urbanas são firmados neste parágrafo. O primeiro é que a cidade dos/para os que as pesquisam é mais do que suas construções físicas e infraestrutura, a cidade é um *conceito*. Não um conceito vazio e inócuo, mas algo que opera de forma um tanto quanto semelhante àquilo que décadas antes Tylor (1920) definiu como cultura (ou civilização), tomada em seu amplo sentido etnográfico: “(...) é aquele todo complexo, que inclui conhecimento, crença, arte, morais, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade”²³ (p.1). Ao aproximar a cidade da definição clássica de Tylor, o que Park almeja é apontar tanto para a possibilidade do uso do método etnográfico no estudo da cidade, quanto mostrar que o objeto de estudo do pesquisador da cidade é a *cultura da cidade*, ou mais precisamente, a cultura que opera nos e através dos cidadãos. O segundo ponto importante é que a cidade está envolvida nos processos vitais dos cidadãos. Estes vivem a cidade. De alguma forma, *são* a cidade, ao mesmo tempo em que *produzem* a cidade.

Neste mesmo artigo, Park propõe o conceito, adotado por Agier, de “regiões morais”. Estas “regiões morais” são uma espécie de organização que a vida da cidade tende espontaneamente a assumir no sentido de criar e estabelecer zonas de segregação baseadas em afinidades, interesses mútuos ou redes de apoio. Estas regiões morais podem, equivocadamente, ser aplicadas a situações em que se classificariam como regiões “imorais”, ou seja, regiões em que uma outra moralidade, diametralmente diferente da moralidade socialmente aceita em outros círculos, onde a informalidade, a ilegalidade, o vício, a

²² A tradução é minha.

²³ A tradução é minha.

prostituição, formariam redes de identificação e apoio mútuo. Estas regiões da cidade, onde prevalece esta outra moralidade²⁴, também se constituem como regiões morais, mas o conceito, para Park, não precisa ser carregado desta negatividade. Assim, locais de corridas de cavalos ou locais onde se reúnam grupos de pessoas interessadas em certo tipo de música ou esporte também podem constituir-se como regiões morais. O que determina esta categoria é o fato de que em tais regiões prevalece um código moral divergente. Esta divergência é desencadeada porque a constituição destas regiões de segregação se dá por elementos que vão além do profissional e do econômico -que seriam para os autores de Chicago a forma preponderante de distribuição da população ao longo da cidade -, mas tem uma natureza moral. Desta forma, pensando bem concretamente e aplicando este conceito à realidade do Rio de Janeiro, poderíamos pensar no entorno do Maracanã, especialmente em dias de jogos de futebol, como uma região moral, bem como certas vizinhanças de bairros tradicionais de classe média baixa, como Irajá, Ramos ou Marechal Hermes, e também áreas de prostituição noturna como a Vila Mimosa, os arredores da Rua Prado Júnior, em Copacabana, ou a Avenida Augusto Severo, na Glória.

Aqui cabe uma observação. Classificar ou identificar uma região moral significa que se trata de uma rede de relações locais com afinidades comuns que existem com o intuito de fornecer apoio mútuo, ou proteção contra elementos externos ou reforço de tradições e hábitos locais. Embora estes elementos não possam ser destacados em alguns casos, no geral, estas regiões são também locais de disputas, tensões, choques e, muitas vezes, violências dos mais diversos tipos, sejam elas, morais ou físicas. Nestas regiões morais há disputas de poder, de narrativas, de espaços, que podem ter aspectos econômicos, de status ou religiosos, como dispositivos acionadores.

Pensar a Maré como *uma* região moral, seria um escandaloso reducionismo. Procuo e me interessa, entretanto, por *algumas* regiões morais, dentre tantas outras, que se imbricam, se misturam e se chocam em meu campo de pesquisa. Cabe aqui voltar a Agier e seu conceito de *situação*, que, segundo ele, des-espacializa ainda mais a pesquisa urbana porque o que define a situação são as interações e não os limites espaciais (2011, p. 73). Analisar uma situação requer um duplo processo analítico. O primeiro é isolar intelectualmente um dado acontecimento ou um conjunto de acontecimentos. Este isolamento é feito para facilitar a

²⁴ É evidente que as moralidades são construídas socialmente e não há algo como uma moralidade certa ou errada em si própria. Chamo a atenção aqui para as diferentes escalas de moralidade que são hegemônicas ou contra-hegemônicas, numa perspectiva gramsciana, de acordo com a distribuição da população nos diferentes zoneamentos -ou numa terminologia de Chicago, vizinhanças- da cidade.

análise que, por sua vez, só pode acontecer após um segundo movimento analítico, que é reinsserir este(s) acontecimento(s) nos processos mais amplos de contextualização histórica, sócio-política e pessoal do campo. Somente após esse duplo movimento é que uma análise situacional pode ser feita sem desrespeitar o contexto mais amplo de uma pesquisa²⁵. São necessários dois pré-requisitos, segundo ele, para que um acontecimento desperte interesse antropológico. O primeiro trata da necessidade de sentidos partilhados, ou seja, deve haver um mínimo de coerência comunicativa entre os atores envolvidos; o segundo, é que a situação ponha em ação constrangimentos “estruturais” ou globais. Penso que, de alguma forma, a situação precisa por em evidência, mesmo que em suas entrelinhas, algumas das questões essenciais que interessam ao pesquisador no exercício mental de isolar e mergulhar de volta seu objeto no contexto mais amplo da análise. Embora Agier não faça referência direta, o trabalho seminal desta forma de abordagem analítica está em Max Gluckman (1987) e seu conceito de *situação social*:

Apresentei acima uma mostra típica dos meus dados de pesquisa de campo. Estes consistem de vários eventos que, embora ocorridos em diferentes partes da Zululândia do Norte e envolvendo diferentes grupos de pessoas, foram interligados pela minha presença e participação como observador. (...) Quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade. (p. 237-238)

Evidentemente não compartilho, com o autor, da pretensão de encontrar a estrutura social da Maré, ou as muitas, se é que existem, mas algumas de suas questões são provocativas. Durante o trabalho de campo, percebi diversas situações, eventos ou conjunto de eventos, cuja única interligação é a minha presença como observador. Relacioná-las analiticamente é uma construção mental e uma decisão do pesquisador em entendê-las, seja como relevantes para a pesquisa, seja como possíveis apontamentos para elementos que contribuam para um refinamento da análise. Logo, assumo a hipótese de que certas situações sociais iluminam a compreensão das questões que levanto neste trabalho.

1.4 A Maré que encontrei

²⁵ Esse segundo movimento não fica claro na abordagem de Agier, pelo menos em sua perspectiva teórica, mas percebe-se em seus trabalhos etnográficos.

Cheguei à Maré alguns meses após a saída do exército. A avaliação feita pelos moradores sobre aqueles quinze meses de ocupação era, no geral, muito ruim. Mesmo aqueles que a apoiaram e viram na ação do estado uma esperança de mudança local sentiam-se desapontados com o fato de que todo aquele esforço foi vazio. Já se sabia, com a bancarrota do Estado do Rio de Janeiro, que as unidades de polícia pacificadora não chegariam. Em relação ao estado anterior à ocupação, as coisas pareciam ter se deteriorado. Os grupos criminosos armados voltaram, no momento imediatamente posterior à saída do exército, e passaram os boatos sobre uma ocupação do Bope, aos locais que ocupavam anteriormente. Desta vez, conforme relatos, melhor treinados para sobreviver e atuar numa guerra assimétrica, onde são a parte mais fraca.

A percepção do aumento da violência e da enormidade dos gastos públicos com a ocupação militar passada produziram um forte sentimento de injustiça na maior parte dos moradores com quem conversei. Era comum que argumentassem que o dinheiro gasto seria muito melhor aproveitado, e reduziria muito mais a violência, se fosse empregado em melhorias locais.

1.4.1 Escalada de tensão em violência

Havia, no início de 2016, uma tensão de que o exército voltaria por conta da olimpíada, ou que haveria uma ocupação policial ostensiva. Não houve. Esta tensão produzia um ambiente pesado, especialmente entre os criminosos locais, alguns acometidos de uma verdadeira paranoia. O assassinato de Osmar, presidente da associação de moradores do Morro do Timbau, ainda estava muito presente na memória de todos. A saída do exército acabou por elevar não somente a tensão, mas a violência destes grupos, especialmente contra possíveis ameaças externas, seja de operações policiais ou de invasões por grupos rivais. Quem era de fora da Maré e tinha de circular por lá precisava redobrar cuidados e evitar parecer suspeito. Uma regra de ouro para evitar problemas era andar com a identificação do crachá e evitar usar o celular na rua. Tirar fotos na rua produziria um grave incidente. Mesmo tomando estes cuidados, fui abordado algumas vezes por homens armados. Certa vez, quando voltava do almoço, em direção à Teixeira, vi um rapaz atravessando a rua correndo, com arma apontada em minha direção. Era comigo. Perguntou para onde eu ia, enquanto direcionava a

arma para minha cabeça. Expliquei que trabalhava ali perto, no Observatório. Do outro lado da rua, aproximou-se um outro rapaz, com a mão dentro da camisa, segurando a arma, enquanto eu havia acabado de ser “liberado” para seguir rumo. Não sei se ele vinha na minha direção ou daquele que me abordara há pouco. Olhei somente para frente e caminhei sem olhar para trás. Racionalmente, e pelo histórico da Maré, pensei que era muito improvável que algo mais grave me acontecesse, mas, ainda assim, temi.

Tomei muitos cuidados para não por em risco minha integridade física. A pesquisa no Complexo do Alemão e minha imaturidade como etnógrafo naquela época por pouco não me expuseram a caminhos sem volta. Corri riscos, naquele trabalho, que, se por um lado, contribuíram para certa originalidade na pesquisa, por outro, decidi, numa reflexão tardia e escuta de bons conselhos, não repetir. Ainda assim, em dois anos de Maré, passei por algumas situações difíceis. A abordagem que descrevi acima foi uma delas. Em outras ocasiões, tive que me abrigar rapidamente para sair da linha de tiro. Aprendi, também, por motivos que me escapam a possibilidade de mudança, que minha aparência física não contribui. Escutei incontáveis vezes que tenho “pinta de polícia”, provavelmente pelo porte físico, o corte de cabelo. Poderia ser confundido com um “p2”²⁶, que estaria reconhecendo o ambiente. Estas observações me fizeram redobrar os cuidados. Ao contrário de me esconder e andar pelas bordas das ruas, adotei a estratégia contrária. Estampando o crachá no peito, fiz questão de circular e ser visto, às vezes forçando uma naturalidade nos momentos em que a tensão aumentava, especialmente quando cruzava os postos de controle e as “bocas”. Nestas horas, é melhor ser visto e reconhecido.

Apesar da tensão pré-olímpica, não houve nenhum tipo de operação especial preventiva²⁷, mas no período seguinte, na segunda metade de 2016 e em 2017 intensificaram-se as operações policiais no molde antigo, incursões brutais, desmedidas, violentas e com poucos resultados efetivos, como a descrita na introdução. Como é difícil conseguir dados oficiais sobre a violência na Maré, já que o bairro acaba entrando junto, nas estatísticas, com os bairros vizinhos, como o de Bonsucesso, a Redes da Maré, a partir de 2016, passou a computar dados específicos referentes à segurança pública. Os resultados compilados na tabela abaixo mostram a intensificação da violência de um ano para o outro²⁸.

²⁶ Policial da inteligência

²⁷ Houve incursões reativas, especialmente quando um agente da Força Nacional, no dia 10 de agosto de 2016, foi morto a tiros na entrada da Vila do João.

²⁸ Os relatórios estão disponíveis em: <http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2017/02/BoletimSegPublica.pdf> e http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2018/02/BoletimSegPublica_02_2017.pdf

Tabela 1 - A intensificação da violência na Maré entre 2016 e 2017

	2016	2017
Operações policiais ²⁹	33 (1 operação a cada 11 dias)	41 (1 operação a cada 9 dias)
Confrontos entre grupos armados locais	Não computado	41
Atividades suspensas nos serviços públicos, em decorrência de confrontos armados	20 dias	45 dias nos postos de saúde e 37 nas escolas ³⁰
Mortes em decorrência de intervenção policial	17 civis e um militar.	20 civis
Mortes em decorrência de confrontos entre grupos armados locais ³¹	Não computado	22
Pessoas feridas em decorrência de confrontos armados	Não computado	41 pessoas em operações policiais e 16 por confrontos entre grupos armados locais
Denúncias de violações de direitos ³²	28 pessoas com 32 relatos de violência	52 pessoas com 67 relatos de violência

Fonte: o autor, 2019.

1.4.2 “Não se pode entrar de qualquer jeito na Vila do João”

O evento que passo a descrever, ocorrido na Vila do João, passado pouco antes da olímpiada de 2016, ilustra bem a tensão local.

²⁹ O Bope foi responsável por 17 operações em 2016 e 20 em 2017. O Core, grupo de operações especiais da polícia civil, por sua vez, foi responsável por 13 operações em 2016 e 9 em 2017.

³⁰ 17% dos dias letivos foram perdidos em decorrência de confrontos armados.

³¹ Foram 42 pessoas mortas em confrontos armados na Maré no ano de 2017. Segundo o relatório, 90% eram do sexo masculino, 78% com idade entre 15 e 29 anos e 88% eram pretos ou pardos.

³² Em aproximadamente 30% de todos os casos trata-se de invasão de domicílio.

No mês de julho daquele ano, o Observatório foi uma das instituições responsáveis por uma campanha contra a violência policial e pela conscientização de direitos da população local em relação aos abusos policiais. O lançamento da campanha foi feito em três sábados, respectivamente na Vila do João, na Praia de Ramos e na Nova Holanda. Participei destes três lançamentos. Meu trabalho era o de coordenar uma pequena equipe de quatro ou cinco pessoas que bateriam de porta em porta, em alguma área pré-selecionada, a fim de apresentar aos moradores a campanha e entregar-lhes o material informativo e um adesivo³³ para ser afixado na entrada de suas residências.

Não conhecia ainda a Vila do João. Combinei com uma colega de pesquisa, que conhecia bem a região, para entrarmos juntos. Parei o carro às margens da Avenida Brasil e seguimos caminhando para o local de encontro onde a campanha seria lançada. Usávamos um uniforme de identificação da campanha, uma camisa verde, que nos destacava da multidão. Depois de cinco minutos de caminhada chegamos ao início da feira de sábado, já barulhenta, movimentada. Próximo à tenda armada para abrigar algumas pessoas e parte do material da campanha, disputando espaço com as cadeiras de um bar, a poucos metros da associação de moradores local, compartilhávamos o espaço com os muitos transeuntes interessados ou não em frequentar a feira, muitos somente de passagem, curiosos (poucos), feirantes e uma dúzia de criminosos armados. Depois que chegamos ao local de preparação para o lançamento, onde logo viriam a ocorrer apresentações de dança, música ambiente e falas no microfone sobre o objetivo da ação, pude observar melhor o entorno. Na entrada principal da rua que corta a maior parte da Vila do João, em letras garrafais, compartilhando espaço com os fios de energia elétrica, atravessando a rua de ponta a ponta, bem no alto, o dizer “paz”. À esquerda da “paz”, no alto de uma torre, visivelmente construída somente para o fim de observação, alguém, um jovem, armado, sentado numa cadeira e com seu aparelho de radiocomunicação, guardava a entrada da favela. Começaram a chegar muitas pessoas para a campanha, desavisadas, com máquinas fotográficas e câmeras de vídeo. Um dos carros é abordado e impedido de entrar. Alguém diz: *“Aqui é sinistro. Não se pode de entrar de qualquer jeito na Vila do João”*. O ambiente vai se tornando cada vez mais pesado, até que somos impedidos, pelos homens armados, de continuar a ação. Uma das organizadoras da campanha pede para falar com o “chefe” e ele vem, num carro. Ela conversa com ele. Parece entrar no carro, não sei ao certo. Já havia sido feita uma articulação com a associação de moradores para que a

³³ O objetivo do adesivo era alertar agentes do estado sobre abusos e, especialmente, mostrar que naquela residência o morador tinha consciência de seus direitos. A questão aqui é, claramente, a invasão de domicílios por policiais, prática generalizada durante operações.

campanha pudesse ser feita sem problemas. O presidente da associação segue a organizadora da campanha. Está mais tenso que ela, mas parece tentar transparecer que tudo terminará bem. O clima fica pesado. Numa conversa, alguém diz: *“a coisa é mais complicada do que parece”*.

Em algumas sondagens, discretamente percebo que há algo não dito, algo sobre o qual não se gosta muito de falar e quando se fala, fala-se baixo. Um evento traumático ocorrido dois anos antes paira pesadamente no ar como se num eterno ontem: durante a ocupação militar, em 2014, Osmar Paiva Camelo, presidente da associação de moradores do Morro do Timbau, figura muito conhecida na Maré, foi assassinado. Isto jamais tinha acontecido. Seu corpo foi deixado lá *“para que todo mundo visse. Foi um recado pra comunidade. Quando eles querem matar alguém, eles pegam e somem com a pessoa. Quando não tem corpo não tem crime né? O Osmar, não ... deixaram ele lá. Nunca vou esquecer esse dia”*, conforme relatou um de meus interlocutores.

Neste espaço social³⁴, algo maior, mais profundo e traumático deixou uma marca que não pode ser apagada. Qualquer análise destas relações passará necessariamente por este silêncio, que parece ter construído um vazio de desconfiança e medo. O exército havia saído há mais de um ano, mas os meses de ocupação acabaram por produzir um desarranjo nas redes locais, a necessidade de uma reconfiguração após o trauma, que ainda estava em processo.

Cabem algumas observações. (I) A Maré é um espaço onde muitas organizações estatais e não-estatais, religiosas e não-religiosas, atuam, disputam espaços, recursos, narrativas, legitimidade e memórias. (II) Este campo de disputas tem um rastro histórico de muitas décadas de resistências locais a muitos tipos de violências e arbitrariedades praticadas por agentes do estado, em diferentes períodos da formação e ocupação do espaço que formou a Maré. Estas reações locais produziram um complexo grau de organização, tanto em instituições de caráter mais representativo, como as associações de moradores, como naquelas de caráter mais voltado para projetos sociais e pesquisas. (III) Estes dois tipos de organizações travam disputas também na captação de recursos do estado e de organizações não-estatais,

³⁴ Aqui cabe uma observação: quando falo de instituições não pretendo divorciá-las dos agentes humanos que as encarnam. Em campo, lidei com pessoas que, além ou através destas instituições, têm sentimentos, ambições, dúvidas, medos, memórias, que não podem ser postos em papel coadjuvante quando estes agentes atuam institucionalmente. Assim, busco dar voz aos agentes humanos que agem institucionalmente em vez de dar voz às instituições que falam por vozes fantasmas.

algumas nacionais, outras internacionais. Isto não impede que realizem trabalhos em conjunto e se unam para fins comuns. (IV) Houve, contudo, no passado, disputas que provocaram cismas aparentemente irreconciliáveis entre estas instituições. Há espaços institucionais que não são frequentados por pessoas de uma ou outra instituição, quando escolhidos para encontros de lideranças locais. (V) A relação destas instituições e seus agentes com os agentes criminosos armados mudou significativamente quando outros agentes, estatais, militares, ocuparam novos espaços na Maré. (V) Todos estes agentes acima apresentados, que atuam em nome e através de suas instituições têm, com maior ou menor comprometimento, e de formas muito distintas, narrativas, representações, projetos de cidade e integração com a cidade, ações de intervenção local, que podem e quase sempre entram em conflito e tensão umas com as outras. (VI) Por fim, entendo que o evento traumático do assassinato de Osmar tornou-se peça-chave na interpretação da forma como se estabeleceram as novas disputas por espaço e reconhecimento.

De volta à Vila do João, escuto de um jovem armado sobre a tensão de uma possível invasão de um grupo rival. A questão não era a polícia, mas o fato de que, além da tensão com a iminente invasão, homens do ADA circulavam disfarçados durante a feira de sábado e aproveitam a multidão para pegar desprevenidos e matar integrantes do TCP, grupo que ocupa territorialmente a Vila do João. Todo cuidado era pouco, então.

Já que estávamos impedidos de circular pela favela, fui, resignado, comer pastel com caldo de cana. Apesar da situação e do constrangimento, os homens armados pareciam mais nervosos do que os envolvidos na campanha (neste momento, já éramos mais de trinta), as pessoas de verde que, por sua vez, socializavam entre si, lotavam a barraca do pastel, e pareciam encantados com a apresentação de um grupo de dança, o “Dreamteam do Passinho”. Até que chega uma autorização para circularmos. “*Vamos nessa*”. Minha equipe era formada por quatro pessoas. Exploraríamos duas ruas e dois becos. Ao dobrarmos a esquina, e acompanhados por outra equipe, que estava de passagem pela nossa rua, fomos abordados por um jovem, aparentando vinte e poucos anos, que chamarei de “Taz”, devido a inscrição nas costas de sua camiseta.

Baixo, magro, negro, Taz usava bermudas, boné e camisa do Flamengo personalizada com os dizeres que acabo de me referir. Por dentro da camisa, uma pistola e seu rádio de comunicação. Não poderíamos passar. Seus olhos avermelhados e a fala muito arrastada pareciam indicar consumo de algum tipo de droga, não sei ao certo. Ele não gostou do fato de uma das moças da outra equipe estar com uma máquina fotográfica pendurada no pescoço.

Ela diz que é moradora de lá. Sua fala não o convence. Ele fala pelo rádio, anda de um lado para o outro, e parece querer nos intimidar enquanto espera ordens superiores. Reclama que está há duas noites sem dormir. Pergunta se a coordenadora da outra equipe é gringa, certamente pelos olhos claros e os cabelos louros. Ela brinca: “*Sou gringa de São Gonçalo*”. Taz sorri. Conversador, logo começa a descrever suas funções no comando local. Fala de suas responsabilidades e suspira com ar de cansaço. Sorrindo diz: “*mas gosto mesmo é de matar. Matar é bom. Eu gosto. Serinho*”. Acho que nunca saberei se dizia a verdade ou se queria nos intimidar, mas depois de mais uma ordem para não sairmos dali sem autorização dele, pus-me a conversar. “*Tá beleza. A gente espera. Você que manda ... ainda mais com uma camisa bonita dessas*”. Referi-me à camisa do Flamengo. Parece que, de alguma forma não prevista, este comentário o desarmou emocionalmente. Sorriu, fez um movimento circular com os ombros e pareceu ter me escolhido para ser seu interlocutor. Conversamos, expliquei a campanha, o que pareceu entusiasamá-lo além das minhas expectativas. Entre idas e vindas, e mais de uma hora de espera, finalmente fomos liberados para circular pela favela, mas sem filmagens nem fotografias. Este intervalo de espera produziu mais uma cena significativa para a análise:

“*Quero uma camisa dessas*”, disse Taz, referindo-se à camisa verde da campanha. Quando disse isso já estava animado com a ideia de, inclusive, ser um dos divulgadores do material. Fui, então, à associação, atravessando a rua; ao meu lado, o empolgadíssimo jovem armado. Constrangido, rapidamente pensei que recusar a camisa poderia despertar a situação para o reino do imprevisível, mais ainda do que tudo aquilo já havia se tornado. Tenso, imaginei que ao chegar à associação, onde havia o controle (que eu pensava rígido) das camisas, algo aconteceria para impedir o recebimento da camisa a quem, até aquele momento, mostrava-se um elemento desarticulador e nocivo ao objetivo daquele evento. Nada do que pensei. A camisa foi entregue tão rápido quanto o desvanecimento da minha esperança de que ela fosse apenas um souvenir para Taz guardar, como uma daquelas camisas que compramos em viagens, com dizeres locais, e que depois transformamos o objeto de recordação em pijama para dormir ou comprar pão na padaria. Lá estava ele, camisa verde no corpo, por cima da camisa do Flamengo, pistola numa mão, radinho em outra, feliz por se tornado, naquela hora, o centro das atenções. Em alguns minutos, meu novo companheiro de campanha, tirou o foco de nossa recente amizade e foi socializar com outros grupos de camisas verdes. Riu, bebeu, dançou e, em dado momento, pareceu ter se tornado mais uma atração do lançamento. Diante de olhares constrangidos, e finalmente autorizados à

circulação, fui com minha equipe às ruas em que divulgaríamos a campanha, sem imaginar o que continuaria a acontecer com Taz, mas já preocupado com o quiproquó que acabei produzindo, direta ou indiretamente.

Exaustos, sedentos e famintos depois de duas horas de sol na cabeça e muito falatório, voltamos com a sensação de dever cumprido à feira. Soube que Taz escolheu tornar-se integrante de uma das equipes e arma em punho colou adesivos em algumas portas, apresentando-se como o elemento que solucionaria qualquer dificuldade da equipe, caso algum morador se recusasse a recebê-los ou a colar o adesivo. Depois de algum tempo, alguém conseguiu conduzi-lo de volta à feira. No fim da distribuição, parecia amigo de todos.

“*Quem foi que deu a camisa a ele?*”, uma das organizadoras da campanha me olhava com forte ar de reprovação. Dias depois me chamou para conversar. Na reunião seguinte para a avaliação da campanha, em um grupo de apenas seis pessoas, fui pronto para ouvir poucas e boas, mas a situação acabou por se tornar motivo de rápidas risadas e o reconhecimento da necessidade de um controle mais rígido na distribuição das camisas. Senti-me aliviado, mas a preocupação de uma das organizadoras foi plena de sentido.

Nas diferentes formas de ação institucional não-estatal no território, associações de moradores e Ong's, tais como a “Redes de Desenvolvimento da Maré”, o “Observatório de favelas”, o “Luta pela Paz”, o “Vida Real”, o “Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré”, entre outras, de diferentes formas e com diferentes narrativas e projetos de cidade, parecem ter um ponto em comum, que permite classificá-las como habitantes de uma mesma região moral: todas veem a Maré como palco de sua intervenção com fins humanitários. Estes fins podem assumir diferentes facetas. Entre elas, mera assistência social; oferecimento de cursos; melhorias na iluminação ou no calçamento; ações que visem de alguma forma desenvolver certos potenciais intelectuais ou artísticos. Algumas assumindo-se como verdadeiros projetos de redenção moral; outros com objetivos religiosos; outros com fins mais pontuais e urbanísticos. Uns enfatizando a ausência, aquilo que falta, aquilo que está errado ou fora de lugar; outros enfatizando a potência, a criatividade e a inovação da favela. Todas, entretanto, têm a favela como palco de suas intervenções com fins humanitários. Escolhi a ideia de fins humanitários com cuidado e quero dizer com isso que os agentes que atuam por meio destas instituições descrevem o que fazem como ações que beneficiam as pessoas da favela e contribuem para suas vidas, seja na perspectiva de suprir o que falta, seja na perspectiva de desenvolver e reconhecer potenciais já existentes. Isto não exclui quaisquer tipos de ambições políticas ou financeiras ou de status de seus agentes, mas se concretizam

por meio delas. Todas estas instituições sobrevivem de financiamentos e investimentos externos, algumas disputam editais e a maior parte delas têm relações diretas com o estado e projetos públicos. Ou seja, todas atuam no campo de disputa também para que seus projetos (e sua existência institucional) sobrevivam, continuem sendo financiados, e produzam resultados.

O uso da camisa verde da campanha por um elemento estranho a essa região moral trouxe à tona da análise outros agentes que também atuam no território, ocupam espaços físicos e institucionais, e têm no uso instrumental da violência o marco que os diferencia e os insere em outro tipo de região moral. É evidente que estes agentes criminosos armados não têm a favela como palco de suas intervenções com fins humanitários. De uma forma geral, parecem nutrir um sentimento que vai da escancarada simpatia ao desprezo pelo tipo de trabalho realizado pelas organizações locais. Na maior parte das vezes, a relação é amistosa. O benefício das pessoas, fazer algo pelos moradores, é visto com bons olhos. É comum que filhos ou parentes destes agentes, quando não eles mesmos, tenham sido beneficiados por alguma ação local destas instituições. Redes de auxílio para dependentes químicos, cursos, atividades esportivas e outras atividades são reconhecidas como importantes por estes agentes. A pergunta comum que fazem é “*se tá rolando dinheiro*”. O lucro sem retorno para a “comunidade” é visto com maus olhos. Onde quero chegar, portanto, é que, na Maré, o controle armado do território por parte dos criminosos armados não contradiz a existência de um certo espaço de liberdade e ação das instituições de fins humanitários³⁵. Habitando diferentes regiões morais, mas compartilhando os mesmos espaços é inevitável que surjam zonas cinzentas. A entrada do exército promoveu a chegada de uma nova instituição, com pretensões de soberania local, e novos agentes, os militares, que, ao mesmo tempo em que reprimem o tráfico, se aproximam das instituições de fins humanitários, produzindo reconfigurações dos espaços e das relações.

O uso da camisa verde por Taz produziu, mesmo que brevemente e sem consequências trágicas, uma zona cinzenta que precisou ser corrigida. O traficante não poderia ser visto como agente da campanha. Ele não habita a mesma região moral, logo não poderia se habilitar para vestir aquela camisa, nem ser aceito, na condição de criminoso, como parte daquele grupo. Depois de algum tempo, alguém, habilmente, conseguiu convencê-lo a tirar a camisa.

³⁵ Não há interferência em ações praticadas dentro do espaço físico destas instituições. Negociações costumam ser feitas quando há a necessidade do uso do espaço público, que promova algum tipo de alteração da ordem cotidiana.

Tudo terminou bem, embora a impressão de que “*não se pode entrar de qualquer jeito na Vila do João*” tenha permanecido vívida na memória.

Estava próximo quando recebi a notícia, pouco mais de um mês depois, durante a realização dos jogos olímpicos, de que uma viatura da Força Nacional errou a saída da Linha Amarela e acabou entrando por engano na Vila do João, sendo atacada a tiros. Um oficial ficou ferido e um soldado, atingido por tiro de fuzil na cabeça, morreu. Em junho deste mesmo ano de 2016, uma mulher havia sido baleada em situação parecida. Em 2013, um engenheiro foi morto tendo errado o mesmo caminho³⁶. No dia seguinte do ataque aos militares, a Força Nacional bloqueou os acessos à Vila do João e à Vila dos Pinheiros, um helicóptero sobrevoou ameaçadoramente a favela. Policiais do Bope e do Core participaram da operação de resposta ao ataque. Esta operação foi filmada pelos militares³⁷. Em certo trecho da filmagem quatro deles, em posição de guerra, abordaram um morador apontando seus fuzis para ele: “*Pare!*”. Repetidamente emitiram o comando. O morador parou. “*Levanta a camisa*”, gritou um dos soldados. “*Tô indo trabalhar*”, disse o morador. O grito veio mais alto: “*Levanta a camisa*”. A camisa foi levantada. Estava tudo bem. Na semana seguinte, uma operação da Polícia Civil a fim de cumprir mandados de prisão, relacionados ao ocorrido com o ataque aos militares, terminou de forma violenta. Três pessoas foram presas e mais três mortas. Os mortos foram acusados, pela polícia, de serem ligados ao tráfico de drogas local. Não pude saber se entre presos e mortos estava Taz.

1.5 A Maré: complexo, território popular, bairro, comunidade e favela

Nesta seção apresentarei parte da taxinomia que adoto, já que esta é palco de muitas disputas internas e externas à favela. Dar nomes às coisas, classificá-las, além de ajudar a ordenar o mundo social, também o produz. Nomear, assim, é buscar impor uma ordem ao caos, dominá-lo, construir fronteiras, domesticá-lo e produzi-lo.

³⁶ <http://oglobo.globo.com/rio/relembre-casos-de-motoristas-baleados-ao-entrar-por-engano-na-vila-do-joao-19897451>

³⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=9gS8sbBTQUU>

1.5.1 Maré complexo

O campo é a Maré, nome que adotei para me referir a ele, já que jamais escutei na realização desta etnografia o termo “Complexo da Maré”, que parece reservado a quem é de fora, à imprensa e à alguns acadêmicos. O uso do termo “complexo” para se referir a conjuntos de favelas contíguas tem uso relativamente recente se comparado à história das favelas no Rio de Janeiro. Não há, propriamente, uma história oficial do início da utilização da expressão, mas parece ter tido primeiramente uso através de agentes do estado³⁸, mais especificamente policiais, depois foi sendo incorporado à nomenclatura estatal em geral. A imprensa, ao adotar este termo, mais fortemente a partir da década de 1990, o consagrou para o uso comum. O primeiro conjunto de favelas contíguas a ser denominado assim foi o “Complexo do Alemão”, que se refere às favelas do entorno do Morro do Alemão, situado na Zona Norte da cidade. Depois, a nomenclatura foi sendo adotada para a Maré, Chapadão, Caju, Penha, entre outros lugares. É inegável que a expressão tem força maior de utilização quando se trata de uma referência feita por alguém de fora das favelas. No “Complexo do Alemão”, por exemplo, percebi, em pesquisa feita entre 2011 e 2013, que os moradores, ao se referirem ao lugar onde moravam, usavam o nome da favela específica. Por exemplo, “moro no Alemão”, no caso, o Morro do Alemão, “moro no Cabritos”, o Morro dos Cabritos. Quando estavam fora de lá, às vezes, referiam-se ao “Complexo”, por exemplo, “sou do Complexo” (ESPERANÇA, 2017). No caso da Maré, jamais escutei o termo sendo usado assim. No geral, os moradores referiam-se à localidade específica, “Nova Holanda”, “PU”, ou, simplesmente, “Maré”.

Freire (2008), em pesquisa em Acari, zona norte do Rio de Janeiro, aponta que o uso da denominação “Complexo de Acari” é “notadamente mais utilizada pela instituição policial, que concebe essas áreas como seu foco de atuação no que tange a segurança pública e, sobretudo, combate ao tráfico de drogas” (p. 97). Fernandes e Costa (2013), em pesquisa sobre Manguinhos, outro conjunto de favelas que recebeu a alcunha de “Complexo”, destacam que o termo, inicialmente usado por órgãos policiais, foi adotado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que implementou significativas mudanças urbanísticas na localidade, mas não era usado pelos moradores. Carvalho (2013), em pesquisa em um

³⁸ O uso de “estado” em letras minúsculas será adotado quando me referir ao estado em ação, através de seus agentes.

conjunto de favelas no bairro da Tijuca, que foram chamadas de “Complexo do Borel”, afirma que:

A esse conjunto de favelas, os meios de comunicação e a polícia convencionaram chamar de Complexo do Borel. Essa denominação não corresponde às identidades que os moradores estabelecem com seus locais de moradia, logo, reclamam quando se referem a cada uma das outras favelas como Borel. Cada uma delas possui sua própria história de lutas e sua própria Associação de Moradores. (p. 297)

A Maré é composta por dezesseis favelas. Ainda sem refletir sobre a riqueza semântica da palavra, o que farei em outra seção, aponto que adotarei o uso do termo “favela”, que se apresenta como dado do campo. Há uma autoidentificação recorrente, na Maré, com e como “favela”. Se isto se dá pela combativa história da formação da sua identidade e de sua ocupação territorial é uma questão que ainda pretendo abordar. Cheguei a considerar a hipótese de que o uso de “favela” é reforçado pelas instituições locais em busca de financiamentos públicos e privados para seus projetos. Jogar com o imaginário social de instituições financiadoras, neste caso, é uma artimanha legítima e necessária para a sobrevivência destas organizações. Contudo, durante entrevistas, escutas e conversas informais vi que as pessoas, moradoras da Maré, não ligadas a essas organizações, referiam-se a Maré ora como “favela”, ora como “comunidade”³⁹, jamais como “bairro”.

1.5.2 Maré território popular

³⁹ Interessante notar que a “Redes de Desenvolvimento da Maré”, uma das maiores ONGs locais, apresenta a Maré com esses dois termos: “A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro. É onde vivem hoje 130 mil pessoas, em comunidades que se estendem (...)”. (<http://redesdamare.org.br/mare/> - acesso em 22.08.2018). O CEASM- Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, outra destacada organização local, se define como “uma organização não-governamental localizada no conjunto de favelas da Maré” (<http://ceasm-blog.tumblr.com/> - acesso em 22.08.2018). Em outra página, (<https://benfeitoria.com/ceasm> - acesso em 22.08.2018), alia o termo “bairro” à “favela”: “O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré nasceu, em 1997, a partir de um coletivo de moradores e ex-moradores da Maré que teve como motivação a possibilidade de criar estratégias e ações integradas e de longo prazo na Maré que visam o desenvolvimento do Bairro. A ideia é aliar a inserção comunitária à condição de instituição de pesquisa e gestão de projetos de grande porte, elementos raros de serem encontrados nas organizações sociais oriundas da favela”. No Museu da Maré, ligado ao CEASM, primeiro museu localizado numa favela carioca, em sua página principal, (<http://www.museudamare.org.br/> - acesso em 22.08.2018), a instituição se apresenta como “Museu da Maré: um museu na favela” e logo abaixo informa que “surgido a partir da experiência da TV Maré, o Museu da Maré nasce do desejo da comunidade pela preservação da memória e da afirmação de sua identidade”. Ao lado desta apresentação, destaca em “acervo principal” o subtítulo “O Rio a partir da perspectiva do bairro Maré”. Ou seja, encontramos nesse espaço os termos favela, comunidade e bairro para se referirem à Maré.

Evitarei por três motivos o uso de “território popular” neste trabalho, embora o tenha encontrado repetidamente, mas com forte vinculação a alguns grupos mais intelectualizados e acadêmicos, especialmente aqueles ligados à organização em que trabalhei na Maré. Primeiro, por ter pouco lastro acadêmico, no Brasil, em pesquisas similares a esta; segundo, porque este conceito pode ser usado no sentido de aumentar a abrangência de certas discussões como, por exemplo, os sentidos das ações repressivas do Estado neoliberal, que se assemelha em territórios mais diversos, que vão desde as favelas cariocas, a periferia de São Paulo, a Baixada Fluminense, Os Banlieus franceses e os guetos norte-americanos. Penso que no caso desta pesquisa a escala seria grande demais e me levaria a perder de vista meu objeto. Terceiro, e por fim, não encontrei este termo sendo usado por moradores.

1.5.3 Maré bairro

Mas além de favela e comunidade, ou conjunto de favelas ou conjunto de comunidades, a Maré é também bairro. Em 1986, foi criada a XXX região administrativa-Maré⁴⁰. Dois anos depois, em 1988, outro decreto municipal delimita a área desta região administrativa, promovendo alterações nos bairros circunvizinhos de Manguinhos, Ramos, Olaria e Bonsucesso⁴¹. Em 1994, com a lei municipal 2.119/94⁴², foi criado o bairro Maré, com a delimitação territorial definida na lei de 1988. Esta ação estatal é, por um lado, o reconhecimento de uma identidade específica da Maré, que a diferencia dos bairros por onde, anteriormente, se estendia, mas é principalmente uma forma de melhor administrar aquele grupo populacional que já beirava as 100 mil pessoas⁴³. Mais do que o reconhecimento das lutas e resistências de seus moradores, os decretos municipais da década de 1980 tratam de

⁴⁰ O decreto no. 6011 de 4 de agosto de 1986 alterou a estrutura da Secretaria Municipal de Governo, tornando quatro das maiores favelas, ou conjunto de favelas, do Rio de Janeiro (Rocinha, Jacarezinho, Alemão e Maré) em regiões administrativas.

⁴¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1988/798/7980/decreto-n-7980-1988-este-ato-ainda-nao-esta-disponivel-no-sistema>

⁴² Art. 1º.: Fica criado o bairro Maré, na XXX Região Administrativa, com delimitação no anexo I do decreto no. 7980, de 18 de agosto de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/14500615/artigo-1-da-lei-n-2119-de-19-de-janeiro-de-1994-do-municipio-do-rio-de-janeiro>

⁴³ Sobre a descentralização intramunicipal e seus impactos sobre o jogo político e administrativo ver Grin (2015).

delimitações territoriais e criação de regiões administrativas com vistas a um maior controle de gestão daquele território e de suas populações⁴⁴.

1.5.4 Maré comunidade

O uso de “comunidade”, em referência à favela, foi analisado por Patricia Birman em artigo seminal intitulado “Favela é comunidade?” (2008):

A noção de *comunidade* ganha relevo, posto que é acionada em muitas circunstâncias, inclusive pelos agentes do Estado. Mas o seu maior interesse deve-se, em parte, ao fato de que é através dela que se acionam formas de auto-identificação dos moradores desses territórios em oposição a identificações vindas “de fora”. Um dos usos mais generalizados do termo *comunidade* tem sido, pois, aquele de um contradiscurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas qualidades morais que estes teriam, passíveis de serem comprovadas pelos seus modos de vida e pela cultura que possuem (p. 103).

Para ela, o uso do termo se relaciona a quatro intenções maiores. A primeira seria uma espécie de eufemismo que funcionaria como uma delicada maneira de evitar o estigma da favela e do favelado. Desta forma, “em circunstâncias de negociação, como em contatos eleitorais e políticos, em inaugurações de obras públicas, entre outras atividades, *favelas* são tratadas como *comunidades* e seus moradores como *cidadãos*” (p. 106), mas há sempre a possibilidade da suspensão desta condição quando se é preciso. Assim, esta tentativa de suavizar o estigma acaba não se realizando de fato. Um segundo uso diz respeito ao acionamento de valores positivos relacionados à tradicionalidade, com um forte viés católico, mesmo que difuso e ameaçado pelo crescimento do pentecostalismo. “A comunidade, neste caso, seria a coletividade dos pobres organizados” (p. 107). A ênfase aqui se dá na harmonia.

⁴⁴ Estas regiões administrativas ainda hoje funcionam como uma espécie de distrito, ou uma divisão do território da cidade, em termos de organização administrativa. Na década de 1990, as regiões administrativas começaram a fazer parte de subprefeituras. Hoje, a cidade conta com sete subprefeituras, que são responsáveis por trinta e três regiões administrativas. A Maré, XXX região administrativa, faz parte da subprefeitura da Zona Norte. Entre as competências da Região Administrativa estavam: servir de canal de comunicação entre o Governo Municipal e a Comunidade; planejar, desenvolver, implantar, operar e manter as atividades inerentes ao Projeto Cidadão; propor a contratação e dispensa de pessoal; criar e manter os instrumentos necessários à inter-comunicação Governo e Comunidade; divulgar, no âmbito municipal, o Projeto Cidadão; acompanhar e supervisionar o desempenho dos Agentes do Projeto Cidadão; propor convênios com entidades de treinamento de pessoal; propor a contratação de serviços de terceiros; encaminhar ao Secretário Municipal relatórios mensais de avaliação; propor termos de ajuste com órgãos municipais, estaduais e federais para obtenção de informações de interesse público; propor a ocupação de cargos em comissão e funções gratificadas para a Coordenação. (<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1986/602/6011/decreto-n-6011-1986-altera-a-estrutura-da-secretaria-municipal-de-governo-e-da-outras-providencias-1986-08-04-versao-original>)

Embora a autora não toque nesse ponto, o termo “comunidade” reforça a ideia de unidade e compartilhamento, em detrimento da diversidade e da diferença. “Comunidade” traz um forte traço de não divisão, de ausência de propriedade privada e, quiçá, de laços sociais que se apresentam na forma durkheimiana de solidariedade mecânica, com a força da consciência coletiva, da reduzida divisão do trabalho e do direito repressivo⁴⁵. Então, favela como “comunidade” parece refletir a ideia da existência de uma sociedade simples dentro de uma sociedade industrial complexa. Esta ausência de civilização, este caráter “primitivo” ou “selvagem” justificaria ações de caráter civilizatório e tutelar.

Esta reflexão me remete a dois textos clássicos sobre favelas.

Em 1964, Carlos Alberto de Medina publica *A favela e o demagogo*, resultado de uma pesquisa que relacionava as favelas do Rio de Janeiro e da recém-construída Brasília, com maior destaque para as favelas cariocas. Trata-se de um dos primeiros trabalhos deste perfil realizados sobre favelas, partindo do pressuposto, então consagrado pelo senso comum e pela maior parte dos agentes do estado, de que a favela é um fenômeno que carece de solução, ou seja, um problema. “A favela é um mal curável rapidamente” (p. 12). “O problema das favelas (...)” (p. 32). Ainda assim, é notável o esforço de Medina em combater uma série de equívocos predominantes como, por exemplo, a ideia da favela como habitada por marginais e pessoas sem ocupação. O que destaco, contudo, nessa discussão sobre comunidade, está em sua afirmação de que “é um erro supor que a favela seja homogênea em termos humanos” (p. 69). Medina aponta que, na favela, existem camadas sociais distintas e reduzi-las, simplesmente, à questão da pobreza “é insuficiente para eliminar as diferenças entre as pessoas, no que se refere às suas opiniões, aos seus hábitos e seus comportamentos sociais” (p. 70). Se para fora a favela parece homogênea, olhar para sua configuração revela uma “realidade social complexa e multiforme” (p. 71). Nessa época, ainda não aparecia a ideia de favela como comunidade.

Três anos depois, Luiz Antonio Machado da Silva, ao publicar o artigo *A vida política na favela* (1967)⁴⁶, gestado durante sua participação em grupo de pesquisa de Anthony Leeds, corrige para as gerações posteriores de estudiosos da favela os equívocos, mesmo bem-

⁴⁵ DURKHEIM, 2008.

⁴⁶ Utilizo na bibliografia a versão republicada em 2011, pela revista DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, com o título “A política na favela”.

intencionados, de Medina⁴⁷, e produz um trabalho já clássico sobre o assunto⁴⁸. Neste texto, o autor, além de cunhar o conceito de “burguesia favelada”, aponta para o equívoco de considerar a existência de um tipo único de da favelado: “(...) não se pode ignorar que a organização desses espaços é de uma complexidade impressionante, proporcionando, assim, as bases internas para uma nítida diferenciação social” (p. 701). Assim, para Machado da Silva a questão mais importante na consideração da favela é sua diversidade, sua diferenciação, não a imposição externa de algum tipo de unicidade. No final dos anos 1960, a questão da denominação não parece ainda ser um problema, mas o autor reflete a crítica forjada dentro do grupo de Leeds à ideia, claramente apresentada por Medina, de que a favela é uma extensão do mundo rural. Nesse sentido, “A vida política na favela” destaca o caráter de forma de organização tipicamente capitalista da favela:

Outro ponto a considerar em análises de conteúdo político é que a favela apresenta uma forma de organização tipicamente capitalista, com uma vitalidade econômica que chega a espantar aqueles que com ela se defrontam. As alternativas disponíveis na favela para investimentos e acúmulo de capital -em uma palavra, os recursos internos – são as mais diversas, indo da criação de animais à especulação imobiliária e à produção de manufaturas. Esses recursos internos são a base sobre a qual se cristaliza, a partir de sua exploração econômica, uma diferenciação social bastante definida, com uma *burguesia favelada* monopolizando o acesso, o controle e a manipulação dos recursos econômicos, além das decisões e dos contatos políticos. (p. 701-702)

De volta a Birman, o terceiro uso faz referência a relações de proximidade, face a face e o quarto trata do reconhecimento coletivo de que “todos, ali, são objetos de uma política discursiva que os aloca numa posição subalterna e estigmatizada, independente de e contra suas vontades” (p. 114). “Favela é comunidade?” se encerra, após elencar as complexas questões que envolvem o uso do termo, sem cair na armadilha de oferecer uma resposta simplista ou normativa. Como já apontei, encontrei, nas falas locais, o uso de “comunidade” e suas variantes em intercâmbio com “favela”, como referindo-se à mesma localidade. Por que não admitir, então, que a Maré é, ou pode ser, um conjunto de favelas ou um conjunto de comunidades? Preservarei, entretanto, evidentemente, o uso de “comunidade” quando o termo aparecer nas narrativas locais, mas usarei “favela” quando o texto for reflexão minha.

1.5.5 Maré favela

⁴⁷ Não pretendo com este comentário reduzir a importância de *A favela e o demagogo*, que considero um importante avanço nas pesquisas sobre favelas, com uma análise elegante e muito bem realizada, que trouxe alguns dos fundamentos para pesquisas futuras, constituindo-se, assim, num verdadeiro clássico.

⁴⁸ Sobre a importância de Machado da Silva para as ciências sociais brasileira ver Freire e Rocha (2009).

O que quero dizer quando digo “favela”? De antemão, é importante frisar minha recusa em propor ou adotar uma definição fechada de “favela”, não por não reconhecer ou desprezar os esforços daqueles que a propuseram, mas por avaliar que qualquer definição rigorosa desse fenômeno tão complexo implicaria necessariamente numa redução desqualificadora. Contudo, ainda assim, trago alguns elementos que contribuem para uma melhor compreensão daquilo que quero e daquilo que não quero dizer quando digo “favela”. Dialeticamente tentarei reconstituir algumas possibilidades.

Historicamente, há uma relação de linhagem entre os cortiços e as representações sociais elaboradas, na segunda metade do século XIX, sobre o surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro. Construiu-se socialmente a ideia dos cortiços como habitações de malandros e prostitutas, o lugar da pobreza, do trabalhador sem vínculos formais, como ambiente degradado, do vício e da doença. As campanhas de erradicação dessas moradias populares, embaladas por discursos higienistas, conseguiram aprovar legislação que proibia a construção de novos cortiços e tiveram seu ápice no “bota-abaixo” do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que promoveu uma radical reforma urbanística em diversas áreas centrais da cidade, derrubando estas habitações e removendo seus moradores⁴⁹. Estas pessoas removidas foram algumas das primeiras a constituir habitações nas encostas e morros da cidade no início do século vinte. Se estes foram, de alguma forma, os “precursores” da favela, levaram consigo o estigma que os marcava anteriormente. A favela passa a ser representada com as mesmas características dos cortiços⁵⁰.

*Etimologicamente*⁵¹, o mito de origem da favela se encontra na experiência da guerra de Canudos. Foram ex-combatentes deste conflito que se instalaram no morro da Providência, que ficava de frente para o quartel-general do exército, em busca do cumprimento das promessas de moradia feita aos combatentes em caso de vitória. Lá instalados, em condições precárias, passaram a chamar o local de “morro da Favella”. Para Medina (1964), por causa de certo tipo de vegetação encontrada em Canudos:

O Morro da Providência, não tardou muito, passou a se chamar Morro da Favela porque os morros que circundavam Canudos são cobertos de uma planta, conhecida no Nordeste, cujas folhas causam uma picada tremendamente dolorosa. Essa planta chama-se favela, e foi esse o nome que deram os soldados a um dos morros em que tiveram de posição a fim de subjugar Canudos. Assim, começaram a chamar de Favela, o Morro da Providência, não só em homenagem ao ponto estratégico que lhes possibilitou a vitória, como para estabelecer um paralelo irônico entre aquele e este,

⁴⁹ Sobre os cortiços do Rio de Janeiro ver Azevedo (2012) e Vaz (1986).

⁵⁰ Evidentemente, esta caracterização partia de agentes públicos, dos jornais da época e de personagens da elite carioca.

⁵¹ Como apontam Medina (1964) e Valladares (2000, 2005).

do qual, tal como na campanha, desciam todos os dias para a conquista de um novo obstáculo: a má vontade. (...) Seja qual for a verdadeira razão, o fato é que deram o nome da planta picante ao Morro da Providência e o povo generalizou o seu uso para designar todas as aglomerações de moradias miseráveis que desde então têm aparecido. (p. 18, 19)

Sobre o ponto estratégico de combate no sertão de Canudos, Valladares (2000) detalha um pouco mais:

São duas as explicações para essa mudança de nome: primeiro, a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella do Município de Monta Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do exército da República sobre o arraial de Canudos. Se, no primeiro caso, a explicação está baseada numa similitude *tout court*, no segundo, a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador. (p. 9)

A mesma autora ainda aponta que a obra de Euclides da Cunha sobre Canudos exerceu um profundo impacto no imaginário construído à época sobre a favela, quando as referências e as comparações das favelas existentes com o arraial de Canudos se multiplicavam⁵².

Outra forma socialmente construída de se caracterizar a favela foi a partir de suas *características urbanísticas e arquitetônicas*. Medina (1964) destaca a “presença da pobreza refletida no material de que são construídas as residências” (p. 47), além da proximidade física entre elas, “indicando a precariedade das habitações e do povoamento” (Idem)⁵³. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou o conceito de “aglomerado subnormal”, que passou a ser utilizado no censo de 1991, para designar “áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros”⁵⁴, e permanece em uso até hoje, que é:

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo

⁵² Valladares (2000) cita João do Rio e Luiz Edmundo e destaca que “encontramos nesses relatos o mesmo tipo de descrição, o mesmo tipo de espanto e surpresa diante de um mundo desconhecido presente em *Os sertões*” (p. 10)

⁵³ A questão da proximidade física entre casas, ou seja, paredes contíguas e ausência de quintais e muros, parece um pouco limitada inclusive para a época, já que na década de 1960 já haviam “vilas”, tanto no subúrbio quanto na zona sul carioca, que detinham estas características e não eram caracterizadas como favelas. Alguns, inclusive, bastante valorizados em termos de especulação imobiliária. Para uma discussão completa sobre o tipo de moradia proletária no Brasil, apesar da necessidade de atualização de dados, é notável o trabalho de Leeds e Leeds (1978): “Desta forma, aproximadamente 70% da população da cidade do Rio de Janeiro e uma percentagem comparável em Lima e Caracas moram em habitações que, com exceção de algumas áreas mais evoluídas, são quase que exclusivamente proletárias” (p. 154)

⁵⁴ Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

Consulta feita em 27.08.2018.

ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2011)⁵⁵

O primeiro critério para identificação deste tipo de residência para o IBGE é a ocupação ilegal da terra, o que já demonstra um enorme desconhecimento da história da constituição das favelas do Rio de Janeiro, formadas por múltiplos processos que envolveram em parte ocupações ilegais, invasões de terrenos estatais ou privados abandonados, mas, também, em parte, autorizações para ocupação de terrenos, grilagem, compras e negociações de pequenos lotes ou, simplesmente, a remoção de pessoas, em decorrência de políticas urbanísticas diversas, que foram levadas por agentes estatais para determinadas áreas, ora construídas, na forma de parques proletários ou conjuntos habitacionais⁵⁶, ora vazias, com a permissão de construção de moradias. Outro elemento apontado pela agência estatal é a ausência de título de propriedade, o que também exclui da categoria parte significativa das favelas cariocas.

Por fim, na identificação do “aglomerado subnormal” pelo menos uma das duas características seguintes deve ser detectada: urbanização fora dos padrões vigentes- refletida por vias de circulação estreita e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos essenciais⁵⁷.

Desta forma, como apontaram Silva et al. (2009), a questão chave para representar a favela é a *ausência*:

Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que *não seria* ou pelo que *não teria*. Nesse caso, é apreendido, em geral, como um espaço destituído de infraestrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos. (p. 16)

Esta ausência é intensificada pelo contraste em comparação a certo padrão considerado hegemônico, por agentes do estado e do mercado imobiliário, do que seria o modelo de ocupação e de tipo de construção ideal para habitação familiar. Assim, idealiza-se um certo tipo de ordem urbana que tem como paradigma os bairros da elite ou da classe média. A

⁵⁵ Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006923512112011355415675088.pdf>

Esta definição, com pequenas variações, também pode ser vista em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>

Ambas as páginas foram consultadas em 27.08.2018.

⁵⁶ Como, por exemplo, a Vila Kennedy e a Cidade de Deus.

⁵⁷ Sobre uma discussão das diferentes definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais ver Queiroz (2015).

favela passa a ser, então, o contraste de tudo isso, a perfeita imagem da desordem, do imprevisto, da falta de planejamento e civilização, da feiura⁵⁸. A imagem da favela passa a ser construída no imaginário social como a antítese do asfalto, como não-bairro, como aquilo que não deve e não pode ser, e seus moradores ora como bárbaros, incivilizados e perigosos, responsáveis pela violência urbana da cidade, ora como pobres carentes, já que devido a sua miserável condição, ignorância e falta de instrução precisam ser tutelados, para que compreendam quais são suas reais necessidades e qual o seu lugar na hierarquia dos espaços da urbe.

Esta pesquisa, como se espera, rompe com estas imagens reprodutoras de estigmas e se constrói em busca de uma compreensão não exotizante e mais global da favela, no sentido de não a olhar somente através de uma ou outra perspectiva.

1.6 Memória

O fator essencial desta pesquisa está na forma como explorei o meu objeto de estudo. Quando cheguei para o trabalho de campo na Maré, o exército já havia saído há seis meses. Portanto, não fui testemunha ocular dos eventos que analiso. Mesmo se tivesse sido, meu testemunho seria apenas mais um, minha voz seria mais uma voz. Isto não teria me tornado *o* ou *um* interprete privilegiado. Produziria, certamente, um texto diferente, mas não necessariamente melhor ou mais próximo de uma certa busca pela verdade factual. Quando me aproximei das testemunhas, havia transcorrido entre alguns meses até três anos e meio daquilo que narravam. É difícil ter uma medida exata do que seria um testemunho próximo ou um testemunho distante, de qual seria o ponto que transformaria algo de uma memória viva para uma esmaecida e transformada pelo tempo, mas é certo que o tempo discorrido é um dentre outros fatores. Outros dois seriam o impacto ou a importância para a história de vida daquele que evoca aqueles fatos e a continuidade de pertencimento em um grupo social em

⁵⁸ “Estes modelos, em geral, são referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso” (Silva et al., 2009, p. 21, 22)

que aquela memória se consolida como uma memória coletiva, no sentido dado por Halbwachs (2003).

Os testemunhos que acessei, tanto de atores/atrizes locais quanto de militares, foi feito a partir de uma retrospectiva de fatos passados, marcado por alguns eventos que se cristalizaram em memórias coletivas como sendo mais importantes que outros. Não seriam, então, estas, características de todo testemunho? Sem dúvida, mas, em todos eles, a perspectiva do presente teve um peso determinante para as interpretações daquilo que ocorreu. A Maré dos meses e anos seguintes não se tornou melhor do que era antes -para muitos, até pior. As percepções sobre a intervenção, da parte de agentes locais, a partir de suas impressões do presente, foi que a ocupação militar ou não serviu para nada ou contribuiu para uma piora das condições locais de violência. Os próprios militares que participaram da Operação São Francisco, ao tomarem ciência das condições da Maré após a sua saída, mesmo defendendo seu trabalho e justificando suas ações, reconheceram, como veremos ao longo da tese, que foram “usados” politicamente. Sabiam, ao longo da operação, que o êxito de sua missão, ao longo do tempo, dependia que outras agências estatais fizessem sua parte para melhorar as condições de vida da Maré. Como não o fizeram, sua missão foi *como enxugar gelo*. Tanto militares quando agentes locais, mesmo divergindo estruturalmente em suas percepções sobre a operação, tiveram um elemento comum em suas memórias: olhar para o passado, relativamente recente, a partir da evidência presente de que todo a grande mobilização militar, todo o esforço, todas as vidas perdidas e despedaçadas, não serviu para uma melhoria nas condições de vida da população alvo da ação, em termos de exposição à violência e à criminalidade.

Contudo, os militares com quem conversei acreditavam que construíram, através do exemplo, uma boa imagem a ser seguida, especialmente pelos mais jovens, que poderiam ver na carreira militar uma alternativa às seduções de seguir uma vida no crime. Defenderam, então, um certo caráter pedagógico contido na operação, mesmo diante do evidente e reconhecido insucesso na eliminação do inimigo, os grupos criminosos armados locais. Faz parte da constituição do caráter militar um deleite estético em manobras, movimentações de tropas, organização em combate, regras de engajamento, uniformes, armas de combate, que, em parte, pode ser compartilhado por civis, especialmente num contexto de militarização do cotidiano, como veremos no próximo capítulo, e em sociedades onde historicamente militares foram atores políticos importantes, conformando-se numa classe específica portadora de prestígio entre as demais. Parece-me, entretanto, que nas favelas, onde o convívio com

armamentos de guerra e bandos armados, organizados de forma semelhante a pequenos exércitos⁵⁹, faz parte do cotidiano, e o prestígio social se distribui de forma distinta, esta estupefação com a glória ritualística militarizada não se realiza da mesma forma. A instituição estatal armada parece produzir mais medo e reserva que admiração.

Em suma, as narrativas sobre a ocupação, construídas por suas testemunhas, traziam evocações comuns, como o *desperdício de recursos*, o *engano*, o *fracasso*, o *engodo*, expressões relacionadas à já anunciada não chegada das UPPs à Mare e ao esvaziamento do chamado “legado olímpico”. Ou seja, a forma como aqueles quinze meses foram avaliados foi decisivamente afetada pelo período pós-ocupação, quando a crise política da destituição da presidenta Dilma Rousseff, a ressaca pós-olimpíada, a falência econômica do estado do Rio de Janeiro, o anunciado desmonte das UPPs e o aumento da criminalidade, traziam uma dura realidade presente.

Se, como aponte, esta pesquisa se debruça especialmente sobre as memórias da ocupação militar da Maré, cabe apresentar o que me move quanto trato de memória. Não há dúvida de que a memória é um dos temas mais explorados e discutidos a partir do início do século vinte, seja pelo impacto na literatura de autores como Proust (2002)⁶⁰, seja pela percepção da necessidade de registros de alguns dos mais abomináveis crimes contra a humanidade, perpetrados em consonância com uma guerra contra a memória⁶¹, sobrevivendo somente nos testemunhos de suas vítimas. Não me proporei, nesta seção, a fazer um levantamento analítico do que foi escrito sobre memória no século vinte e neste, pois não há espaço neste formato de tese e porque há abundantes textos sobre a questão em língua

⁵⁹ Não quero dizer que os grupos criminosos armados locais reproduzam num espelho invertido as instituições militares, mas que há uma busca por organização e cadeias de comando que, em muitos pontos, se assemelha. Além disso, é muito comum e desejável que alguns desses criminosos tenham tido formação militar e levem para lá seus conhecimentos técnicos, especialmente no que diz respeito às técnicas/estratégias de combate e ao uso de armamentos, como notou Larkins (2015), em pesquisa na Rocinha. Estes ex-militares costumam ser valorizados e rapidamente alcançam postos mais elevados de comando nestas organizações. Então, é fato que as forças armadas, indiretamente, acabaram por treinar alguns destes criminosos para a guerra.

⁶⁰ No conjunto de sete livros que formam *À la recherche du temps perdu* (Em busca do tempo perdido), publicados entre 1913 e 1927, Proust, em algumas das mais belas páginas da literatura mundial, consagra a dicotomia entre memória voluntária e memória involuntária. A memória voluntária, exercida pela razão e pela vontade, não consegue captar o essencial, que cabe a memória involuntária, um canal aberto para o inconsciente, num mergulho nas questões existenciais significativas, o caminho possível para redescobrir o tempo e buscar o tempo perdido. Além, evidentemente, da própria obra original, sugiro duas análises dela: Rouanet (2008) e Benjamin (1994).

⁶¹ Cabe aqui a análise de Primo Levi (2016) sobre os crimes nazistas: “De resto, toda a história do curto “Reich milenar” pode ser lida como guerra contra a memória, falsificação orwelliana da memória, falsificação da realidade, negação da realidade, até o ponto de fuga definitiva da realidade mesma” (p. 24). Sobre o revisionismo na história ver Vidal-Naquet (1988).

portuguesa ou traduzidos para ela⁶². Proponho-me, então, a fazer um breve percurso sobre os principais autores e autoras, e suas ideias, na forma mesmo de um percurso sentimental, que influenciaram este trabalho. Desde já, é preciso fazer uma distinção entre tipos de obras e as formas como sedimentaram meu percurso formativo até este ponto.

Primeiro, há aqueles textos que, mesmo sem uma aplicabilidade direta, na maioria dos casos textos literários, não teóricos, foram determinantes na sedimentação daquilo que entendo como memória. Estes textos formaram sinapses conceituais e contribuíram na estruturação das ideias. Por terem encontrado lugar nos palácios de minha memória, ressurgem, ora como deleite estético, ora como exemplo a ser seguido, seja em termos de forma da escrita ou em tratamento ético. Em muitos casos, foram textos que primeiro foram sentidos e depois racionalizados, mas que permaneceram no horizonte das memórias formativas.

Sem me deter demais neles, penso que os essenciais, além da já citada *Recherche* são os que seguem.

Os textos de Adorno (1995) sobre educação, especialmente *O que significa elaborar o passado e Educação após Auschwitz*, além da contribuição em minha formação como educador, trouxe-me a questão da necessidade da elaboração do passado e as ameaças ao conteúdo ético do processo formativo em função de sua determinação social. Diante da barbárie, aponta Adorno que é preciso reconhecer os mecanismos que tornaram possível que as pessoas fizessem o que fizeram, para impedir que o horror se repita. Neste processo, a memória adquire um papel fundamental. Ainda sobre o holocausto, o documentário *Shoah* (1985) e as memórias de seu diretor, Claude Lanzmann, publicadas em *A Lebre da Patagônia* (2011), foram também essenciais. A narrativa seca, centrada no testemunho, a escolha em evitar as imagens da violência, a meticulosidade na construção da obra, as dores do processo de reconstituição das memórias fazem de *Shoah* um documento inescapável e um dos mais profundos e humanistas retratos de uma tragédia⁶³.

⁶² Sugiro alguns: Le Goff (1990), Seligmann-Silva (2003), Gagnebin (2005, 2006), Rossi (2010) e Gondar (2016).

⁶³ Embora seja difícil mensurar o papel do cinema na construção de minhas ideias sobre memória, destaco dois cineastas franceses que fizeram importantes trabalhos sobre esta temática. O primeiro é Alain Resnais, cujos primeiros trabalhos são verdadeiros tratados sobre a memória. Aponto aqui seu documentário sobre o holocausto, o primeiro sobre essa temática, *Noite e neblina* (1955), e quatro ficções onde o tempo e a memória são os elementos centrais: *Hiroshima mon amour* (1959), *O ano passado em Marienbad* (1961), *Muriel* (1963) e *Eu te amo, eu te amo* (1968). Este último, foi uma forte influência para outra excelente reflexão sobre a memória, *Brilho eterno de uma mente sem lembranças* (2004), de Michel Gondry. O segundo cineasta é Chris Marker, especialmente a partir da análise de Zeranze (2018) sobre o documentário *Sans Soleil* (1982). Toda a

Sobre outra tragédia, o acidente radioativo de Tchernóbil, o trabalho de Svetlana Aleksiévitich (2016) em recontá-la através das memórias de suas vítimas é comparável ao de Lanzmann. *Vozes de Tchernóbil* é uma compilação de testemunhos, seca, direta, sem comentários adicionais⁶⁴. A mão da escritora é percebida na escolha das narrativas que compoariam a obra, na descrição das condições da entrevista e reações físicas daqueles que falavam e num capítulo provocante em que a autora faz uma entrevista consigo mesma sobre o desastre nuclear e explica porque ele desafia nossa visão de mundo.

Numa perspectiva mais filosófica, as *Confissões* de Santo Agostinho (2000) e *Matéria e Memória*, de Bergson (2010), foram importantes, especialmente o primeiro, que passados mais de mil e seiscentos anos de sua escrita, permanece um tratado fundamental para se pensar sobre o tempo, narrativa e memória. Como texto antropológico, por sua vez, é difícil mensurar a grandeza dos *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss (1996), que permanece, na minha opinião, em sua mistura de ensaio de antropologia, narrativa de viagem e livro de memórias, como um texto único e essencial das ciências humanas.

Entre autores de língua hispânica, o conto de Borges (2007), *Funes, o memorioso*, - sobre um indivíduo portador de uma memória prodigiosa, incapaz de esquecer e de selecionar entre os arquivos da memória, aquilo que é mais importante, tornando-se, portanto, incapaz de pensar⁶⁵ - é uma referência quase obrigatória. Por fim, Javier Cercas (2012), em *Anatomia de um instante*, faz uma admirável reconstituição de uma tentativa de golpe militar na Espanha, em 1981, analisando as imagens da transmissão ao vivo da época, documentos e as memórias dos que participaram ou testemunharam o evento. A forma como analisa seu objeto, posicionando-se criticamente com um enorme respeito pelas figuras envolvidas, numa busca pela multiplicidade de vozes e em evitar explicações simplistas, serviram-me como exemplo a ser seguido.

Em língua inglesa, o clássico de George Orwell, *1984*, publicado em 1949, refletindo sobre os totalitarismo de sua época, foi um marco cultural ao imaginar uma sociedade de vigilância, num estado totalitário que controla todas as áreas da vida do indivíduo, onde o

obra de Marker tem como pano de fundo a questão da memória. Além do já citado documentário, destaco seu roteiro para *Noite e neblina*, *As estátuas também morrem* (1953), em parceria com Resnais e Ghislain Cloquet, *La Jetée* (1962), seu único filme de ficção, *Le fond de l'air est rouge* (1977) e *Le tombeau d'Alexandre* (1993).

⁶⁴ A autora segue o mesmo processo em outras obras, com destaque para sua história oral da Segunda Guerra Mundial, *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), contada a partir do testemunho de mulheres que lutaram no Exército Vermelho.

⁶⁵ “Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não fosse muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo entulhado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos” (Borges, 2007, p. 108)

lema do único partido político existente é: “quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (2009, p. 47). Ou seja, embora o passado não fosse alterável e tudo o que fosse verdade já era e continuava sendo verdade, “o indivíduo só precisava obter uma séria interminável de vitórias sobre a própria memória. ‘Controle da realidade’, era a designação adotada. Em Novafala: ‘duplipensamento’” (Ibid.). O retrato desta sociedade assombrou a todos que o leram e o livro, ciclicamente, volta às listas dos mais lidos e comentados em todo o mundo.

Segundo, há aqueles textos que, lidos e analisados, não foram diretamente úteis para a constituição do que penso sobre memória, mas, em grande medida, negá-los demandou considerável esforço intelectual, não sendo justo para com eles e seus autores, simplesmente fingir que não existiram. Afastar-me deles implicou reconhecer sua existência e respeitar suas ideias, especialmente por se tratar de alguns autores que admiro. O caso mais difícil foi, sem dúvida, Walter Benjamin, cujas teses sobre o conceito de história⁶⁶, especialmente sua proposta, na tese VII, de escovar a história à contrapelo, contando-a não a partir dos vencedores, mas dos sem nome, dos oprimidos, é adotada neste trabalho e, penso, em toda minha trajetória acadêmica. Contudo, suas análises sobre memória, relacionadas ao fim da tradição, do empobrecimento da experiência e o fim da narrativa tradicional, são fruto de sua experiência como judeu alemão na Alemanha nazista. Ele propõe uma distinção entre experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*), sendo a modernidade marcada pelo declínio da experiência: “ Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história” (BENJAMIN, 1994, p. 114). O silêncio dos combatentes que voltavam da guerra, empobrecidos em experiências comunicáveis é, para Benjamin, o sinal desta perda. O choque da vida moderna, no sentido dado por Baudelaire, é o desencadeador da vivência porque a consciência busca se defender dele, e quanto maior o êxito de sua operação, menos impressões são incorporadas à experiência (BENJAMIN, 1989). A vida moderna é assim rica em vivência e pobre em experiência. Poucos autores refletem tão bem sobre o seu tempo (e sobre a modernidade europeia) do que Benjamin. Aplicá-lo para além do que se propõe, seja para entender América Latina, ou para teorizar sobre memória, descontextualizando-o, como parece moda em alguns círculos, é um equívoco.

⁶⁶ Baseio-me na tradução de Sérgio Paulo Rouanet, de 1994, e no comentário às teses, feito por Michael Löwy (2005).

O outro autor que se encaixa nesta categoria é Pierre Nora (2008). Para ele, fala-se tanto de memória porque ela já não mais existe, sendo substituída por lugares de memória. “Se ainda habitássemos nossa memória, não necessitaríamos destinar-lhe lugares. Não haveria lugares, porque não haveria memória arrastada pela história” (Idem, p. 20)⁶⁷. Por isto, nossos tempos são marcados por uma obsessão pelo arquivamento e pela multiplicação destes lugares, que funcionariam como substitutos daquilo que se perdeu. Estes lugares “nascem do sentimento de que não há memória espontânea, de que há que se criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, lavrar atas, porque essas operações não são naturais” (Idem, p. 25). Embora reconheça elementos analíticos de extraordinária precisão no lamento de Nora pelo esfacelamento da memória, já anunciado por outros autores, como Benjamin, e a riqueza do conceito de lugares de memória⁶⁸, tendo a concordar com a crítica que lhe dirige Perry Anderson (2008), que considera o empreendimento de Nora como “um dos programas mais radicalmente ideológicos da historiografia do pós-guerra, em qualquer lugar do mundo”⁶⁹ (Idem, p. 205) ao eliminar os elementos “indesejáveis” da história francesa, tornando-os não-lugares, como, por exemplo, os crimes do imperialismo francês. Incomodado com os efeitos da descolonização, Nora faz, na verdade, uma elegia de um passado “glorioso” que não existe mais. Seus monumentos de cultura se constroem numa celebração dos vencedores, numa história contada no sentido do pelo.

Terceiro, são os textos fundamentais, que tiveram impacto direto naquilo que penso sobre memória e nas análises que faço nesta tese. Tratam-se de textos que não necessariamente concordam entre si, mas têm pontos comuns e trouxeram, cada um, contribuições decisivas. Seguirei uma ordem cronológica e apresentarei com brevidade suas contribuições mais importantes.

Maurice Halbwachs, em sua obra, *A memória coletiva*, escrita pouco antes de sua deportação e assassinato pelos nazistas, permanece como um texto fundamental. Embora muito analisado e criticado por seu durkheimianismo e por, supostamente, ter enfraquecido o indivíduo diante da sociedade, sendo assim, a memória individual diante da memória coletiva, Halbwachs teve o mérito, que não pode lhe ser tirado, mesmo que por vezes pareça se exceder na análise, de mostrar o quanto há de social, de coletivo, naquilo que pensávamos

⁶⁷ Tradução minha.

⁶⁸ Muito mais que um conceito, foi um monumental projeto editorial organizado por Nora, com 127 ensaios de autores diversos, em vários volumes.

⁶⁹ Tradução minha.

se tratar de memória individuais. Para provar seu ponto de vista, ele dissecou certos processos sociais sem os quais nossas memórias individuais seriam inviáveis.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p. 30)

Nesta obra, ele também faz uma distinção entre memória coletiva e memória histórica. A memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas, pois possui suas próprias leis e se apoia na história vivida. A memória histórica, por sua vez, como “a sequência de eventos cuja lembrança a história conserva” (Idem, p. 99), trata da “compilação de fatos que ocupam maior lugar na memória dos homens” (Idem, p. 100) e que é lida nos livros, aprendida nas escolas. Para Halbwachs, “em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (Idem, p. 100-101). A memória coletiva tende a se confinar dentro dos limites de determinado grupo e tem uma característica de ser plural, ou seja, são muitas memórias coletivas, sempre se estendendo até onde podem, ou seja, “até onde atinge a memória dos grupos que ela se compõe” (Idem, p. 105). A história, por sua vez, “é uma e se pode dizer que só existe uma história” (Ibid.).

Primo Levi foi um químico italiano de origem judaica e que sobreviveu ao campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau. Em 1947, escreveu, num estilo elegante e direto, suas memórias do campo, no extraordinário *É isto um homem?*. Sem muita repercussão à época de seu lançamento, tornou-se um marco da literatura memorialística do século vinte. Contudo, foi seu último livro, concluído em 1986, ano anterior a sua morte, quase quarenta anos depois de *É isto um homem?*, que foi decisivo para esta pesquisa. Em *Os afogados e os sobreviventes*, Levi revisita suas antigas memórias, sistematiza muitas de suas ideias a ponto de construir uma verdadeira sociologia do campo de extermínio, além de, seguindo seu estilo conciso, construir uma profunda reflexão sobre a memória. No primeiro capítulo, “A memória da ofensa”, traz junto de seu testemunho, uma análise sobre a (sua) memória, com observações muito precisas:

É certo que o exercício (neste caso, a evocação frequente) mantém a recordação fresca e viva, assim como se mantém eficiente um músculo exercitado muitas vezes; mas também é verdade que uma recordação evocada com excessiva frequência, e expressa em forma narrativa, tende a fixar-se num estereótipo, numa forma aprovada pela experiência, cristalizada, aperfeiçoada, ataviada, que se instala no lugar da recordação não trabalhada e cresce à sua custa. (2016, p. 17-18)

Sua questão é sobre como se lida com a memória da ofensa, ou, como abre o capítulo seguinte: “Fomos capazes, nós sobreviventes, de compreender e de fazer compreender nossa experiência?” (Idem, p. 27). No fim de sua vida, pouco antes de um aparente suicídio⁷⁰, Levi reflete sobre a possibilidade do próprio testemunho e procura se precaver contra os riscos da memória, não para invalidá-los, já que toda o texto posterior é um testemunho, mas para tornar o testemunho de um homem no fim da vida também uma reflexão sobre o próprio ato de testemunhar.

Quem recebe uma injustiça ou uma ofensa não tem necessidade de elaborar mentiras para se desculpar de uma culpa que não tem (...); mas isto não exclui que mesmo suas recordações possam ser alteradas. Observou-se, por exemplo, que muitos sobreviventes de guerras ou de outras experiências complexas e traumáticas tendem a filtrar inconscientemente suas recordações: evocando-se entre eles mesmos ou narrando-as a terceiros, preferem deter-se nas tréguas, nos momentos de alívio, nos interlúdios grotescos, estranhos ou relaxados, esquivando-se dos episódios mais dolorosos. (Idem, p. 24)

Michael Pollak, ex-orientando de Bourdieu, embora morto precocemente, aos 44 anos, desenvolveu um admirável trabalho, como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique- CNRS, sobre memória e identidade social em um estudo sobre mulheres sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Destaco dois artigos seus, traduzidos para língua portuguesa. O primeiro chama-se *Memória e identidade social* (1992), que foi resultado de uma conferência feita por aqui, cinco anos antes, no CPDOC-FGV. De forma bastante didática, destaca sinteticamente os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou social. A memória lida, em primeiro lugar, com os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, com aqueles que chama de “vividos por tabela”, mais ligados ao grupo no qual a pessoa está inserida. A memória é constituída, segundo ele, por pessoas, personagens e lugares de memória. Em relação a datas e cronologias, a memória costuma ter predomínio sobre cronologias oficiais ou políticas. Ela é também seletiva e socialmente construída. Esta construção se dá, segundo Pollak, de forma consciente e inconsciente, num verdadeiro trabalho de organização. Por fim, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, o que a torna um elemento de conflitos e disputas entre grupos políticos. O segundo artigo, *A gestão do indizível* (2010)⁷¹, é fruto de sua pesquisa com mulheres sobreviventes dos campos de concentração nazistas, uma análise do testemunho oral de Ruth, onde procura demonstrar que “histórias e memórias devem ser

⁷⁰ Levi teria caído no vão da escadaria do lugar onde vivia. Os familiares falaram que foi um acidente, mas seus biógrafos tratam como suicídio.

⁷¹ Publicado originalmente em 1986.

relacionadas aos lugares de sua produção tanto quanto aos públicos aos quais são destinadas” (p. 12).

Paul Ricoeur, que já havia se debruçado sobre a questão do tempo, da história e da memória nos três tomos de *Tempo e Narrativa*⁷², produz em 2000, num de seus últimos textos, uma monumental reflexão sobre a memória em *A memória, a história, o esquecimento*, que é, em termos puramente teóricos, a maior influência deste trabalho. A obra de Ricoeur me tutelou na jornada em busca pelo aprofundamento no tema e em seu radical rigor analítico foi um verdadeiro mestre espiritual. Por se tratar de um texto muito extenso e ambicioso, resenhá-lo exigiria um espaço que já está esgotado nesta tese, mas em poucas palavras, respeitando a estrutura da obra, uma proposta de fenomenologia da memória, o texto se divide em três grandes seções e um epílogo em que trata do perdão.

Na primeira parte, chamada “Da memória e da reminiscência”, debruça-se sobre a herança grega e começa a construir o edifício teórico de sua fenomenologia da memória, tratando da memória exercitada, em seus usos e abusos e da relação entre memória pessoal e memória coletiva. Em relação à tradição do olhar interior, presta seu tributo a Santo Agostinho, Locke e Husserl e no olhar exterior, Halbwachs.

Na segunda parte, chamada “História/Epistemologia”, Ricoeur se dedica à epistemologia do conhecimento histórico, que divide em três fases. A primeira fase, a fase documental, é “aquela que vai da declaração dos testemunhos oculares à constituição dos arquivos e que escolhe como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental” (2007, p. 146). A segunda fase, que chama de explicativa/compreensiva é aquela que busca responder por que as coisas se passaram assim e não de outra maneira. A terceira e última fase, a representativa, é “a colocação em forma literária ou escrita do discurso levado ao conhecimento dos leitores de história” (Idem, p. 147). É nesta fase que se mostra a intenção historiadora de representar o passado tal como se produziu. Estas três fases ocorrem imbricadas umas nas outras, não se tratando de estágios cronologicamente distintos.

(...) ninguém consulta um arquivo sem um projeto de explicação, sem uma hipótese de compreensão; e ninguém se dedica a explicar uma seqüência de acontecimentos sem recorrer a uma colocação em forma literária expressa de caráter narrativo, retórico ou imaginativo. (Ibid.)

A terceira parte é “A condição histórica”, onde Ricoeur desenvolve uma filosofia crítica da história, reflete sobre a história e o tempo, em diálogo mais uma vez com Halbwachs, com Yerushalmi e Pierre Nora, e conclui tratando do esquecimento. O belíssimo epílogo, conforme dito, trata do perdão.

⁷² Publicados entre 1983 e 1985.

Outro autor importante para este trabalho é Tzvetan Todorov. Se, em seu clássico *A conquista da América* (2010)⁷³, já havia refletido sobre a guerra contra a memória, presente na conquista espanhola dos astecas⁷⁴, será em um ensaio sobre os abusos da memória, publicado em 1995, que este tema se tornará objeto central de sua análise. A centralidade de se refletir sobre a memória, para ele, está na necessidade de refletir sobre o que fizeram os regimes totalitários do século vinte, não apenas em relação aos campos, mas também nos seus crimes contra a memória. A memória, para Todorov, está sob ameaça até sob regimes democráticos, onde a superabundância da informação leva as pessoas ao reino do esquecimento, em seu desprovemento de curiosidade espiritual e falta de familiaridade com as grandes obras do passado (2000, p. 14-15). Entre os abusos da memória, presentes no nosso tempo, ele destaca a existência de um certo culto à memória pela memória, sacralizando-a e tornando-a, por isso, estéril (Idem, p. 33). Este culto produz indivíduos que em vez de buscar a restituição, estão em busca de um perene regime de privilégios. Uma de suas mais insistentes questões é a contradição entre uma celebração das glórias dos combates contra o fascismo passado e a inoperância, a negligência e, em muitos casos, a simpatia para com o fascismo presente. Estas questões serão desenvolvidas com ainda maior rigor em uma obra posterior, publicada no ano 2000, chamada *Mémoire du mal, tentation du bien*. Mais uma vez tomando a experiência totalitária como central para compreensão do século que findava, Todorov analisa o nazismo e o estalinismo, compara-os e traça pequenas biografias de indivíduos que os combateram através de seus escritos. Os regimes totalitários trouxeram, segundo ele, um perigo novo, o de um completo domínio sobre a memória. Neste ponto, ele se aproxima de Primo Levi, ao demonstrar que este controle sobre a memória se dava através de quatro formas principais: o apagamento dos rastros/pegadas; a intimidação da população, que era proibida de buscar informações e transmiti-las; o uso de eufemismos para suavizar a crueldade de seus atos; e, por fim, a disseminação da mentira através de propaganda (TODOROV, 2002, p. 140-142). Escrito no mesmo ano do texto de Ricoeur analisada acima, vale comparar a proposta de Todorov⁷⁵ para a operação de conservação do passado. Como Ricoeur, ele aponta que as três etapas propostas se confundem entre si e não seguem uma

⁷³ Publicado originalmente em 1982.

⁷⁴ “Os espanhóis queimarão os livros dos mexicanos para apagar a religião; destruirão os monumentos, para fazer desaparecer qualquer lembrança de uma grandeza antiga. Mas, cem anos antes, durante o reinado de Itzcoatl, os próprios astecas tinham destruído todos os livros antigos, para poderem escrever a história a seu modo” (2010, p. 83)

⁷⁵ Ele não usa o termo historiografia, talvez pelo fato de, logo no início da obra, ter marcado sua posição de não ser cobrado pelo rigor de um trabalho historiográfico. Curiosamente, nem Ricoeur nem Todorov são historiadores de ofício, mas desenvolvem suas próprias filosofias da história.

ordem determinada, só sendo apresentadas separadamente por uma questão de organização das ideias. A primeira etapa consiste no *estabelecimento dos fatos*, equivalente à fase documental de Ricoeur, que é um trabalho de seleção.

(...) de todos os rastros deixados pelo passado, decidiremos reter e consignar apenas alguns, considerando-os, por uma razão ou outra, dignos de serem perpetuados. Este trabalho de seleção é, necessariamente, seguido por outro, de disposição e, portanto, de hierarquização dos fatos assim estabelecidos: alguns serão postos em relevo, outros rechaçados para a periferia. (Idem, p. 147)⁷⁶

A segunda etapa, equivalente a fase explicativa/compreensiva de Ricoeur, é a *construção do sentido*: “uma vez estabelecidos os fatos, eles devem ser interpretados, isto é, relacionados uns com os outros, reconhecer as causas e os efeitos, estabelecer semelhanças, gradações, oposições” (Idem, p. 148). Este também é um processo de seleção e combinação. O que vai diferenciar um bom historiador de um ruim é a qualidade desta seleção, entre os testemunhos medíocres e os notáveis. A construção do sentido, por sua vez, como é construída pelo sujeito do discurso, pode mudar.

Uma interpretação brilhante não impede que outra, ainda mais brilhante, possa ainda ser tentada. Mas nós não temos nenhum instrumento de medição impessoal para julgar o “brio” dessa ou daquela interpretação histórica. Ocorre aqui com historiadores o mesmo que com romancistas e poetas: o indício de que tenham alcançado uma verdade mais profunda de desvelamento é encontrado na adesão de seus leitores, próximos ou distantes, presentes e posteriores; o critério último da verdade da revelação é intersubjetivo, não referencial. (Idem, p. 149)⁷⁷

É na terceira etapa que se destacará a diferença fundamental entre Ricoeur e Todorov. Enquanto o primeiro entende que a terceira etapa é a construção do texto literário numa forma determinada, conservando assim seu forte viés teórico, Todorov, que nesta escolha me agrada mais, a dispõe como um *comissionamento*, um serviço, uma instrumentalização com vistas a objetivos atuais, ou seja, o passado, depois de reconhecido e interpretado, agora será utilizado. O trabalho do historiador, em todas as suas etapas, é referenciado por valores. Estes valores o levarão a selecionar certos fatos e não outros, a destacar certas pegadas e realizações e não outras, a interpretar de certa forma o passado. Estes valores devem, para Todorov, ser não somente a busca pela verdade, mas também pelo bem, ou seja, introduz o elemento ético como parte estruturante do trabalho do historiador⁷⁸.

(...) agora bem, esse trabalho de seleção e combinação é necessariamente orientado para a busca não apenas pela verdade, mas também pelo bem. A ciência não se confunde com a política, é certo; mas isso não impede que a ciência humana tenha finalidades políticas e que estas possam ser boas ou más. (Idem, p. 154-155)⁷⁹

⁷⁶ Tradução minha.

⁷⁷ Tradução minha.

⁷⁸ No Brasil, destaco o trabalho de Jô Gondar sobre memória social. Em suas *Cinco proposições sobre memória social*, a segunda proposição é que memória social é um conceito eminentemente ético e político.

⁷⁹ Tradução minha.

Procurei, nesta seção, apresentar o breve percurso formativo para o tratamento que será dado à memória nesta tese, assim como os principais autores e influências.

2 NOVA SOCIABILIDADE VIOLENTA

Costumo dizer que não falo o que o povo quer. Sou o que o povo quer.

Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também.

O erro da ditadura foi torturar e não matar.

(Jair Bolsonaro)

Com negros torsos nus deixam em polvorosa
A gente ordeira e virtuosa que apela
Pra polícia despachar de volta
O populacho pra favela
Ou pra Benguela, ou pra Guiné

Sol
A culpa deve ser do sol que bate na moleira
O sol que estoura as veias
O suor que embaça os olhos e a razão
E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar

Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
Filha do medo, a raiva é mãe da covardia
Ou doido sou eu que escuto vozes
Não há gente tão insana
Nem caravana do Arará
Não há, não há

(Chico Buarque de Holanda, *As Caravanas*)

O objetivo deste capítulo é refletir sobre algumas condições da vida favelada, especificamente sobre a existência de uma vida sob cerco, além de construir uma tentativa de, no olho do furacão, e a partir do conceito de *sociabilidade violenta*, cunhado por Luiz Antonio Machado da Silva, propor uma possível interpretação daquilo que chamo de emergência de uma nova sociabilidade violenta, com dinâmicas e marcos próprios, que a diferem das percepções anteriores sobre a violência urbana, que surgiram a partir da década de 1990. Em outras palavras, acredito que no Rio de Janeiro tem se forjado há pouco mais de dez anos uma mudança cultural que produziu um avanço, próximo à hegemonia, da

linguagem da violência. Este conjunto de fenômenos que aponto como sendo diferente, em termos de grau e abrangência, daquilo que Machado da Silva nos ensinou a chamar de sociabilidade violenta e que, por isso, me atrevo a chamar de uma *nova sociabilidade violenta*. Parti do Rio de Janeiro como centro referencial desta mudança, por se tratar do meu campo de pesquisa e conhecimento, mas também por encontrar evidências para ver na capital do estado e sua região metropolitana o cadinho cultural que a forjará e, de diferentes maneiras, como uma força centrífuga que se disseminará para fora de seus limites geográficos.

2.1 Vida sob cerco e vida vigiada

A questão que desponta, a partir deste ponto da discussão, é se os moradores das favelas vivem uma *vida sob cerco*, como apontou Machado da Silva (2008), submetidos a uma ordem social que privilegia o uso da força física, a qual ele chamou de “sociabilidade violenta” (2004a, 2004b, 2014)⁸⁰. Para ele, “na ‘sociabilidade violenta’, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas etc.), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais, afetos etc.” (2008, p. 21).

Os moradores tentam o quanto podem manter suas rotinas dentro da ordem social dominante. Mas para isto sua *atenção fica altamente concentrada* na proximidade forçada com a “sociabilidade violenta”. Assim, quase todos os assuntos tratados pelos moradores sofrem a interferência da “sociabilidade violenta”, sejam os que envolvem a submissão direta imposta pelos traficantes ou as atividades da polícia (repressão legal ou não, corrupção, omissão, etc.), sejam os assuntos da vida cotidiana que aparentemente não dizem respeito a estas esferas de atividade. O receio, por sinal justificado, de infringir de alguma forma o domínio dos traficantes provoca alta dose de medo e desconfiança entre os próprios moradores (Idem, p. 22)

Em suma, a sociabilidade violenta seria uma das expressões atuais do desenvolvimento histórico do individualismo, que representaria uma novidade, uma ruptura, da qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns. Trataria-se de uma ordem social, em adiantado processo de consolidação, fundamentada na força, e que coexistiria com a ordem estatal. A coexistência destas duas ordens se daria em todo o espaço

⁸⁰ Para uma crítica ao conceito ver Misse (s/d).

urbano, mas de forma mais evidente nas favelas. Machado da Silva chama o “traficante” de “portador desta sociabilidade violenta”.

É notável seu esforço de buscar um tratamento mais teórico para a questão da violência urbana. Muitas das críticas a este conceito parecem partir da premissa equivocada de que ele tem fundamentação empírica e pode ser aplicado sem ressalvas à toda situação de violência urbana. O próprio autor é muito cauteloso na proposta do conceito, como uma construção típico-ideal, “contrafactual por definição e não deve ser confundido com a descrição empírica da realidade” (2016, p.188). Tomando este cuidado, o conceito pode se transformar num ponto de partida provocador. Cederei a sua provocação para tentar pensar a Maré.

Para começar, sua hipótese de associação da sociabilidade violenta à ascensão do individualismo exacerbado, que levaria ao uso da força para satisfação das necessidades imediatas merece algumas ponderações. “(...) na sociabilidade violenta os grupos não se organizam segundo referências à honra, à amizade, familismo etc.” (2016, p. 124). Como se estruturaria então a organização dos grupos? Para ele, “simplesmente a cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio de força, o que indica a precariedade dos grupos assim formados” (Ibid.).

Olhando dessa forma, os indivíduos “portadores” da sociabilidade violenta parecem se constituir como a mais completa antítese da civilização, pensada nos termos freudianos⁸¹, de repressão dos desejos, ou nos termos mesmo de processo civilizatório de Elias⁸². Seriam os bárbaros urbanos, desumanizados, exatamente como as representações da violência urbana os pintam. Se, nas palavras dele, “o que caracteriza a ‘violência urbana’, como a qualquer construção simbólica, é justamente o fato de que ela constitui o que descreve” (Idem, p .177), como escapar da bestialização do outro, mesmo criminoso? De fato, a violência urbana como representação de uma ordem social parte da constatação real, experiencial, da ameaça à vida e à propriedade privada. Como distinguir os processos de construção desta representação do outro, pertencente à outra ordem, violenta, dos demais processos históricos de segregação e violência contra as classes subalternas? Se este, o “bárbaro” a ser temido, que abandonou os valores morais, que tem no uso da força o fundamento único de suas ações, é quase sempre o negro, pobre e favelado, como se livrar do perigo da racialização, da violenta segregação e

⁸¹ Ver Freud (2011).

⁸² Ver Elias (1993).

das soluções drásticas, que podem ir do encarceramento em massa ao extermínio? São questões problemáticas.

Por outro lado, algumas evidências empíricas parecem reforçar esta ideia. Relatos de moradores de algumas favelas da cidade apresentam perspectivas de um cotidiano aterrador, marcado por extrema brutalidade e uma violência física que escapa a toda tentativa de pautá-la por qualquer valor que não seja o uso da força. Sem abandonar o conceito, mas pensando-o precisamente naquilo que ele propõe, que a sociabilidade violenta é um processo em curso, pode-se pensar que esta ordem violenta-caso se faça questão da conservação do conceito de “ordem”- é híbrida. É preciso definir, então, o que é parte integrante da sociabilidade violenta, sem a qual ela deixa de existir. Se é o uso da força e da violência, abandonando-se qualquer referência de valores morais, faz-se necessário reconhecer que esta sociabilidade disputa com algum outro tipo de sociabilidade, na composição da violência urbana, a contiguidade em relação à ordem estatal. Por outro lado, se for possível admitir que o uso da força e da violência, abandonando-se qualquer referência de valores morais, se dá de forma escalonada, com variações de grau, preserva-se o conceito sem a interferência da necessidade de se pensar em outro tipo de ordem que componha a violência urbana.

Pensemos a questão a partir de um elemento empírico. Na Maré, como já apontei, o estupro é classificado como crime punido com a morte, até mesmo quando é praticado por um integrante dos GCAs. Não seria este um valor moral, um interdito no comportamento que impõe limites à pura satisfação dos desejos sexuais violentos? Por outro lado, este interdito possui nuances. Quando alguém estupra uma mulher que qualifica como “sua”, seja esposa, amante ou namorada, isto não é classificado localmente como estupro. A categoria “estupro” na Maré só é aplicável quando é praticado contra uma mulher que não “pertence” ao estuprador. Voltamos a questão do valor moral. A proibição do estupro, vista dessa forma, deixa de ser um cuidado com as mulheres, qualquer tipo de proteção ou resposta a algum tipo de demanda feminista por respeito ou igualdade. Simplesmente se trata de uma violação de um bem que não lhe pertence, como o roubo na favela. Estuprar a mulher que não é sua é como apoderar-se de propriedade que não lhe pertence. É absurdo e desumano, mas não deixa de ser moral. A questão provocativa é a seguinte: a existência de condutas que não são admissíveis de serem violadas aponta para uma moralidade local, adotada pelos integrantes de GCAs, compartilhada e imposta às outras pessoas próximas, ou, simplesmente, é o exercício arbitrário de autoridade, puro gosto pelo poder e pela ameaça do uso da força, não importando o conteúdo da conduta moral (poderia ser não maltratar animais, por exemplo)?

A hipótese da variação de grau parece, num primeiro momento, um tanto mais confortável. Haveria uma ação racional pautada por valores, para usar o linguajar weberiano, caro ao autor, que competiria (e estaria em processo de perda de espaço) com uma ação puramente violenta, menos racional, mais afetiva, mais individualista, sem capacidade de reconhecimento do outro como igual. Onde ocorreria, então, esta competição? Na ordem social? Na conduta do portador da sociabilidade violenta? São questões, ainda, abertas. Todavia, há uma questão que proponho para aprofundar a discussão e que me parece não estar resolvida. Nesse ponto, acho que o esquematismo weberiano mais atrapalha do que ajuda. Que tipo de conduta é essa que não se pauta pela moral? Ela não se pautaria por moral nenhuma ou simplesmente não se pautaria por valores caros àquela moral que convencionou-se chamar de civilizada, naquela linguagem dos direitos humanos inaugurada com a modernidade? O “portador da sociabilidade violenta” é um amoral ou alguém não pautado pelos valores morais convencionados como “civilizados”? Parece-me que, quando Machado da Silva concebe a amoralidade do criminoso comum como “portador da sociabilidade violenta”, ele está pensando numa moral de conteúdos determinados. Este conteúdo parece passar pela alteridade e pela empatia. O individualismo do criminoso seria tão exacerbado que ele demonstra um esvaziamento desta capacidade, que para Machado da Silva é a moral, e se transforma em alguém que não se pauta mais por valores morais, mas pela força. O uso da força e da violência seria, então, para o autor, o oposto da conduta moral.

Algumas pesquisadoras(es) da área já ponderaram sobre a radicalidade desta posição. Carla Mattos (2012), numa análise sobre o “desenrolo”⁸³ na Maré, demonstrou a existência de elementos de negociação que possibilitam o contornamento do uso da força física. Estas negociações são facilitadas dependendo de *quem* são as partes do “desenrolo”. Mattos aponta que mães, sambistas e evangélicos possuem um prestígio moral que contribui decisivamente para o sucesso na disputa. Em meu próprio trabalho de campo na Maré, conheci e entrevistei uma pastora evangélica local que conseguiu, num “desenrolo” com o chefe do Comando Vermelho à época, impedir a morte de quatro pessoas, acusadas de deladoras. Ser um “xisnove” é, possivelmente, a mais mortal transgressão da lei do tráfico. Ainda assim, aquele improvável “desenrolo” foi bem-sucedido. O prestígio da interventora teria sido um fator determinante. Ela conhecia o chefe e sabia como, apelando para a moral religiosa, relativizar até mesmo uma situação de tal gravidade.

⁸³ O “desenrolo” é quando se é chamado, por integrantes dos GCAs, para prestar conta por alguma conduta considerada imprópria pelos valores locais.

E ele chorou muito nesse dia, ele chorou, chorou, chorou, deixei ele chorar. (...) Aí eu comecei a conversar com ele dentro da bíblia, não é... porque aquele que não tem pecado, atire a primeira pedra. Todo mundo falta, mas às vezes a gente intitula pecado grande, pecado pequeno. Se eu mentir pra você, se ele matar, o pecado é o mesmo diante de deus, entendeu. (...) falei com ele: 'eu sei, te conheço, meu filho, deus tem te dado vida, livramento... tá, beleza, chegaram lá, levou o físico, levou o material, mas você tá aí, há uma esperança'. E ele chorou, chorou, chorou. 'Poxa, cara, são vidas. A bíblia fala, se o homem derramar sangue, o sangue dele vai ser derramado. Cara, tu não cabe pra isso, libera isso, coisa e tal'. Ele veio, saiu, depois de muita conversa, ele se refez, e tal... 'vou liberar os quatro'. Eu disse: 'quatro? Não é cinco?'. Ele falou: 'a outra, não'. 'Meu filho, quem perdoa quatro, perdoa cinco'. Mas, nesse período, outras pessoa já tinha feito uma maldade com essa pessoa que veio de fora, que se infiltrou aqui dentro, já tinha feito uma maldade. Eu falei, ele falou: 'vou levar a senhora não. Tô até com vergonha.' Falei: 'deixa eu ir lá, só queria ir lá fazer o meu lado espiritual'. Ele falou: 'não, não, senhora. Eu tô com vergonha'. Eu falei: 'cara, não fica com vergonha não, é assim mesmo, eu só vou lá, cara, oferecer Jesus Cristo pra vida dela.' Ele falou: 'ela tá ruim tá muito ruim. Ela não tem mais jeito'. Falei: 'tem certeza?'. Ele falou: 'tenho. De repente se a senhora chegasse lá antes, eu ia liberar ela também, mas já tá muito...os meninos lá já ... (...) aí eu fiquei... mas eu vou te dar as quatro'. Aí eu falei: 'agora?'. 'A senhora vai, o fulano vai levar a senhora, a senhora vai e fica lá no mesmo lugar, que eu vou mandar devolver'. Aí, eu peguei e falei com ele: 'mas você não vai fazer nada, não, né?'. Ele falou: 'não, eu só vou só aconselhá-los'. E foi isso que ele fez.

Essa situação demonstra dramaticamente que as negociações, os “desenrolos”, são eventos em que, entre outros elementos, o recurso moral entra em cena. A pastora apela à consciência religiosa do executor, que tomado por sentimentos os quais somente ele poderia descrever, chora e decide não cumprir a pena. Côrrea (2015), em etnografia na Cidade de Deus, demonstrou o quanto a religião e o tráfico se apresentam como categorias não estanques, mas como formas de vida que se cruzam, se misturam e se transformam mutuamente. Grillo (2013), por sua vez, numa descrição analítica das práticas do que vai chamar de “socialidade criminal” em favelas, contrapõe-se a Machado da Silva e também evoca o “desenrolo”:

Os *desenrolos* são o contraponto da violência descontrolada, pois instituem um espaço de diálogo, abrindo brechas para a moderação do uso da força. É certo que eles estão atravessados por assimetrias de status e que os seus desfechos podem ser cruelmente arbitrários, mas eu pude observar que há sempre um empenho para justificar os argumentos e decisões com referência a uma moralidade: aos sentidos do que se entende por *certo* e *errado*. Prescrições gerais de comportamento são evocadas e encaixadas às circunstâncias, produzindo-se algum senso de justiça. (Idem, p. 109)

Na Maré, especialmente nas áreas de atuação das facções criminosas Comando Vermelho e do Terceiro Comando Puro, caso a hipótese de variação de grau esteja correta, como acredito que esteja, vive-se, atualmente, uma espécie de mitigação⁸⁴ da violência de

⁸⁴ Veja o relato de uma liderança local: “Agora menos, era mais. E é sempre essa coisa... me parece, né? Que é muito mais teatralizado, muito mais ameaçando sabendo que não vai mesmo matar a pessoa, esperando que alguém venha e leve para uma clínica. Eles têm uma pressão muito grande. O que eles fazem, eles tem uma pressão muito grande para manter o ordenamento, então em último caso eles vão fazer isso, vão matar a pessoa, mas cada ano que passa, isso é menos comum e também agora tem uma coisa, que logo quando eu

integrantes dos GCAs contra moradores. Com “mitigação” quero dizer que ela já foi mais intensa, mais explícita, não que tenha deixado de existir ou não seja grave⁸⁵. Esta observação foi feita em diversas conversas e entrevistas que tive com moradores, especialmente os de idade mais elevada, que puderam vivenciar diferentes épocas na Maré. Um dos resultados da pesquisa foi que a entrada de um outro ator, o Exército Brasileiro, produziu um desequilíbrio significativo na tênue cadeia de relações locais, que resultou na necessidade não somente de uma reconfiguração, mas também numa escalada de tensão entre as lideranças locais e os GCAs.

Na Maré, as pessoas se casam e descasam, fazem e rompem negócios e relações, têm suas rotinas profissionais, escolares, domésticas, e vivem uma sociabilidade da rua, da esquina, dos bares, das igrejas, das organizações locais, e não precisam, para isso, pedir permissão ou dar qualquer tipo de satisfação ao “movimento”⁸⁶. Existem regras que são compartilhadas e cada morador parece possuir um conhecimento razoável de como se portar. Estas regras de conduta produzem tensões e levam, certas vezes, à necessidade do “desenrolo”. Múltiplos fatores contribuem para o sucesso de um “desenrolo”: a gravidade da situação⁸⁷, a conduta prévia do morador, seu prestígio e honestidade, sua rede de relações⁸⁸ e, por fim, sua capacidade de argumentar racionalmente em sua defesa. Há lideranças locais que costumam ser chamadas na defesa de alguém acusado de violar alguma regra. Entrevistei longamente algumas delas. Por fim, o “desenrolo” pode ser convocado pelo “movimento”,

cheguei aqui na Maré... as pessoas matavam no meio da rua. [...] Era um exemplo. Aquilo era uma mensagem e hoje em dia não. Hoje em dia cada vez mais tem a coisa de ocultar. Aqui nessa região onde mata-se mais gente é lá no Parque União e já muito e muito tempo que eles têm um negócio de matar e jogar na Baía de Guanabara... os caras falam mil coisas, que corta, que faz isso, mas essa parada de sumir com cadáver e não chamar a atenção. No terceiro comando isso é muito mais antigo.” Outro relato: *“Mas aqui, em relação aos líderes que já passaram, desde que eu era criança, esses são os menos violentos. Então esse momento... e por outro lado é muito contraditório porque é o momento em que tem mais armas na favela, porque o medo gera isso, essa violência que não é computada, e isso se reflete em outro tipo de violência que é o cercamento da favela, a violação de quem entra e sai de carro, caminhão de entrega, de trabalho, mas que é gerado pelo medo. O medo alimenta essa violência.”*

⁸⁵ A própria presença física de indivíduos portando armas de guerra, distribuídos pelo território, controlando entradas e saídas já é uma violência, mesmo que eles não interfiram diretamente na vida do morador.

⁸⁶ Termo local para se referirem aos GCAs.

⁸⁷ O estupro, nos termos que já discuti, e o “xisnove”, o delator, costumam ser assassinados.

⁸⁸ Na Maré, embora, especialmente após as Unidades de Polícia Pacificadora, haja criminosos que não são “crias” da favela, mas vieram de fora, parece que a maior parte dos integrantes destes grupos são recrutados localmente. Então, falar do “movimento” e lidar com ele muitas vezes se traduz em lidar com um vizinho, um parente, um amigo de infância, um conhecido, ou seja, alguém que se tem uma relação prévia ou está ligado a uma rede de relacionamentos comuns. Isto, por vezes, pode ser um elemento pacificador dos conflitos.

mas, na maioria dos casos, parece ser provocado por algum morador, quando em demanda ou litígio com outro⁸⁹.

Mesmo que muitos moradores, especialmente os mais antigos, tenham alguma história de interferência do “movimento” em suas vidas, não parece haver, na Maré, o sentimento de uma *vida sob cerco*, ou que as pessoas entendam que têm a necessidade de prestar contas de suas atividades. Isto não é comum. Em suma, sabem-se as regras de conduta e os limites que não podem ser transpostos. Estas regras são, de muitas formas, internalizadas e as pessoas, então, tocam suas vidas. Pode-se passar uma vida inteira sem que a trajetória de alguém seja interpelada, mas todos sabem que são vigiados. Se não parece haver o sentimento de uma *vida sob cerco*, há, amplamente, o sentimento de uma *vida vigiada*⁹⁰. Este sentimento não é fundado em uma paranoia, mas em evidências da realidade cotidiana que apontam que, de fato, suas rotinas e hábitos são conhecidos.

2.2 A emergência de uma nova sociabilidade violenta

Contudo, há mais um ponto sobre a sociabilidade violenta que gostaria de discutir. Assumo os riscos de propor um novo olhar sobre o conceito, ao mesmo tempo que reconheço a enorme dívida para com ele. A provocativa tese de Machado da Silva e a forma aberta com que ele a apresenta em seus textos soa quase como um convite ao debate. A hipótese que apresentarei terá o caráter, também, de abertura e, como tateio no escuro, a precisão só será possível se vista na ótica do processo. Olharei a história em curso e, por isso, do olho do furacão, posso incorrer em falhas de perspectiva. Só avanço por acreditar, usando as palavras de Pierre Bourdieu, na sociologia como um esporte de combate, não de ataque, mas de defesa.

Seria incoerente adotar outro tipo de forma literária, nesta subseção, que não fosse a do *ensaio* sociológico, a mesma utilizada pelo autor em questão ao lançar-se em sua empreitada teórica. Ao reclamar a forma do ensaio, penso exatamente naquilo que Adorno

⁸⁹ Ênfase que uma menor parte dos impasses entre as pessoas sofre interferência do “movimento” e depende muito da postura e da gravidade da situação. Mesmo em situações graves, existe a decisão de solicitar ou não a interferência externa.

⁹⁰ Isto pareceu-me que se intensificava em áreas do TCP, já que este grupo precisa lidar com três ameaças potenciais: o CV da Maré, o ADA do Caju e as operações policiais. Ali parece que o controle se dá de forma mais forte e militarizada.

(2003) apresentou em seu artigo/ensaio *O ensaio como forma*. Logo, este texto tem um caráter determinadamente interpretativo, onde o ensaísta “abandona suas próprias e orgulhosas esperanças, que tantas vezes o fizeram crer estar próximo de algo definitivo” (Idem, p. 25), como aquele que se encontra em terra estrangeira e é obrigado a falar a língua do país, em vez de balbuciar as regras da gramática aprendidas na escola e no dicionário, por isto estará exposto ao erro e caminhará com falta de segurança, mas faz parte do ensaio renunciar ao ideal desta certeza, livre de dúvida. Então, anula-se a pretensão da completude, afinal ainda há um tanto, e sempre haverá, a ser dito. Este texto, então, compõe, experimentando, e não chega a uma conclusão, mas propõe-se como abertura, o que não significa, em hipótese alguma, que não tenha método, rigor ou coerência. Se, como Adorno pensou, “a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia” (Idem, p. 45), este texto é, humildemente, uma interpretação herética de Machado da Silva.

Contudo, há mais um ponto sobre a sociabilidade violenta que gostaria de discutir. Antes de seguir, contudo, preciso definir o recorte do meu objeto como o Rio de Janeiro. Assim, resguardo a análise do equívoco de generalização indevidas. Os fenômenos que serão analisados daqui por diante possuem, em grande medida, escala nacional. O estudo deste caso particular pode lançar luz para a compreensão de outros casos, especialmente se for admitida a hipótese, que defendo neste capítulo, de que o Rio de Janeiro, por ter sido palco recente de importantes megaeventos esportivos e um laboratório de experimentos em segurança pública - pacificação, políticas de segurança para grandes eventos internacionais, militarização-, pode ter produzido um modelo nacional.

2.2.1 A linguagem dos direitos humanos e a linguagem da violência

Para Machado da Silva, o ponto nodal que tornará possível a emergência de uma sociabilidade violenta está na mudança da linguagem, de uma linguagem dos direitos humanos, para uma linguagem da violência. Isto se dá, originalmente, na década de 1980, no Rio de Janeiro, como resposta ao primeiro mandato de Leonel Brizola como governador, de 1983 a 1987, que incorporou a linguagem dos direitos humanos, numa resposta à sua base social muito forte entre os mais pobres, e evidentemente entre os favelados, realizando ousados projetos sociais, especialmente na área da educação, junto com Darcy Ribeiro, seu

vice-governador e, cumprindo promessa de campanha, mudando a forma de atuação da polícia nas favelas, proibindo as operações policiais truculentas (e inócuas em termos de resultado policial) na favela⁹¹.

Sua campanha para governador, de 1982, foi marcada por uma radical opção pelos mais pobres e as respostas de setores mais conservadores e elitizados da sociedade fluminense acabou por produzir uma forte polarização que, constantemente, chegava a episódios de violência. De fato, a campanha de 1982 teve como marco uma profunda cisão de classes. De um lado, os brizolistas, defensores daquilo que o próprio Brizola chamou de “socialismo moreno”, formado majoritariamente por pobres urbanos da capital, movimento negro, favelados e intelectuais de esquerda, e de outro, as classes mais ricas, significativa porção da classe média conservadora, o interior do Estado, militares e um confessor inimigo histórico, bastante combativo, Roberto Marinho, dono das empresas Globo de comunicação, que fez massiva campanha antibrizola em todas as suas campanhas e mandatos⁹².

A figura carismática e populista de Leonel Brizola determinará por duas décadas esta polarização no Rio de Janeiro. Figuras políticas que até hoje são importantes no Estado surgiram à sombra de Brizola, tais como Marcelo Alencar, César Maia e Anthony Garotinho, mesmo negando-o em fases posteriores de suas carreiras políticas. Em seu primeiro mandato como governador, Brizola aprofunda sua base social e vê crescer a oposição a seu nome que, desta vez, o culpa pelo crescimento da violência urbana, especialmente na capital. O mandato de Brizola coincide com o boom da cocaína na década de 1980 e um aumento generalizado da violência urbana nas grandes cidades brasileiras e do mundo. O poderio armado de grupos criminosos, entrenchados em favelas, aumenta significativamente com vistas à defesa de seus extremamente lucrativos e cada vez mais disputados territórios de venda de drogas ilícitas. Em resposta a estas transformações, duas mudanças significativas ocorrerão com as polícias estaduais. A primeira é que, com a significativamente maior circulação de dinheiro, drogas e armas nas favelas, a distribuição de “mercadorias políticas” (MISSE, 2007) e, conseqüentemente, a corrupção policial aumenta consideravelmente, pelo menos em termos de valores e intensidade. Segundo, a fim de acompanhar o poderio bélico dos grupos

⁹¹ Ver Machado da Silva (2010) e Buarque de Holanda (2005).

⁹² As Organizações Globo chegaram a anunciar a vitória de Moreira Franco, candidato do ARENA, partido ligado ao regime militar, e teve seu estúdio invadido pelo próprio Brizola, exigindo explicações. No fim da apuração, Brizola teve 126 mil votos a mais que seu rival. O impasse se deu pela contratação da empresa Proconsult, ligada a ex-funcionários da inteligência militar, com o objetivo de informatizar parte da apuração. A empresa teria anunciado, indevidamente, vantagem e vitória de Moreira Franco. Para uma versão deste evento contada por um jornalista ver Amorim (2015).

criminosos armados, as polícias, mesmo atrasadamente, passam a utilizar, também, armamentos pesados e a especializar as operações nas favelas a grupos especiais de combate. O que quero dizer é que não foi a política de segurança de Brizola, que entendia a violência como falta de educação, a responsável pela escalada da violência urbana no Rio de Janeiro, mas se generalizou essa ideia, especialmente disseminada entre agentes do estado e a grande mídia. Isto persiste, no senso comum de algumas classes, até hoje.

Moreira Franco, desta vez pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nas eleições seguintes para o governo estadual, encampa a centralidade do discurso de segurança e promete resolver aquilo que já havia se tornado, ao menos como representação, o elemento-chave do papel do estado: combater a violência urbana. Isto se dá em finais de 1986 e pode-se dizer que, pela primeira vez, a questão da violência urbana se torna, ao menos no Rio de Janeiro, a questão central da política e da percepção das hierarquias dos problemas urbanos. Evidentemente, a polarização persiste e a questão da violência urbana é perpassada por um profundo recorte de classe, embora todas se vejam afetadas por ela. Em entrevista ao jornal O Globo, durante a campanha, Moreira Franco disse: "A promessa de acabar com a violência absoluta (no Rio) em seis meses não é absurda, porque o índice de violência é fruto da cumplicidade do governo com a criminalidade"⁹³. Tendo costurado um amplo apoio partidário, em uma coligação composta por doze partidos, consegue vitória nas eleições e governa o estado até 1991. Em seu governo, contudo, liberada a polícia para voltar a atuar com truculência⁹⁴, as taxas de homicídio dispararam de 20,2 para cada 100 mil habitantes em 1986, ainda na era Brizola, para 56,1 em 1990⁹⁵, seu último ano completo no governo, ou seja, estiveram próximas de triplicar. Ressurgiram, também, os esquadrões da morte, principalmente na Baixada Fluminense. No fim de seu mandato, em resposta a uma onda de sequestros de empresários e seus familiares, imerso em enorme impopularidade, surge a proposta de uma intervenção federal na área da segurança pública, mas não prospera. Em 2018, Moreira Franco, como ministro do Presidente Michel Temer, e seu mais fiel conselheiro, é um dos articuladores da intervenção federal, de caráter militar, na segurança pública do Rio de Janeiro.

Na campanha eleitoral para o governo do estado em 1990, a figura de Brizola volta com força e ganha no primeiro turno as eleições, contra o candidato de Moreira Franco,

⁹³ <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/moreira-que-prometeu-dar-fim-violencia-no-rio-fez-aliados-de-fh-lula-temer-22596719>

⁹⁴ O período foi marcado por muitas denúncias de abuso policial

⁹⁵ Ver <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/03/15/moreira-franco/>

Nelson Carneiro. A polarização continua e, nas eleições seguintes, em 1994, também com um forte discurso de segurança, Marcelo Alencar, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ex-aliado histórico de Brizola, derrota o candidato de Brizola. Derrotado em 1994, Anthony Garotinho, candidato de Brizola, vence as eleições em 1998, derrotando o ex-brizolista Cesar Maia.

É no seio desta polarização, iniciada em 1982, que ocorre, nas palavras de Machado da Silva, uma mudança de linguagem, que se intensificará com a pauta da violência urbana. Para ele, uma linguagem de direitos humanos perde lugar para uma linguagem de violência:

E mudando a linguagem, muda a tematização do padrão de sociabilidade, que era até então a linguagem dos direitos humanos. Não se trata mais de uma questão de discutir os direitos em seus conteúdos operacionalizados, e sim de uma total transformação do significado semântico da ideia de direito. (...) Não estou falando de discursos, de palavras, mas de linguagem em sentido amplo, que configura repertórios de ação, de interpretação, de interação. Linguagem é prática.⁹⁶

Quando questionado sobre a linguagem dos direitos humanos, Machado da Silva entende que a linguagem de direitos humanos é determinante desde a revolução francesa, no caso da Europa, e é base para o clientelismo político da favela⁹⁷. Esta é a linguagem de Brizola e não deixa de ser, de variadas formas, a linguagem de projetos assistencialistas e de intervenção nas favelas, como o Projeto Rio, que se desenrolava à época. É claro, e não penso que o autor tenha indicado isso, que esta linguagem dos direitos humanos é uma linguagem única e que não coabita com outras linguagens da violência, como a própria mudança na política de segurança de Brizola aponta, mas concordo quando ele aponta que a linguagem da violência predominará e produzirá uma mudança na ordem social, ou o surgimento de uma nova ordem, a qual ele chamará de sociabilidade violenta.

Minha hipótese é que a linguagem da *violência urbana* problematiza uma *ordem social específica* ou, em outras palavras, reconhece um padrão de sociabilidade que venho chamando de “sociabilidade violenta” e cujos contornos há algum tempo procuro apreender. Assim, este é o referente empírico da *violência urbana*, seu significante. (2010, p. 586)

Sua proposta de compreensão da questão é “que, nas grandes cidades brasileiras, está em adiantado processo de consolidação, no âmbito das rotinas cotidianas, uma ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal à força” (MACHADO DA SILVA, 2016, p. 194, 195).

⁹⁶ Machado da Silva em entrevista a Misse et al. (2011), p. 686.

⁹⁷ Ibid., p. 687.

2.2.2 A nebulosa da sociabilidade violenta

O “portador” da sociabilidade violenta, como vimos, é o criminoso comum, especialmente, mas não somente, o traficante de drogas. É justamente neste ponto que proponho mais um caminho alternativo à interpretação de Machado da Silva. Caso se admita, como o faço, o reconhecimento da emergência da sociabilidade violenta, penso que reduzi-la ao criminoso comum, tendo o traficante como seu tipo ideal favorito, é um reducionismo por três motivos.

Primeiro, não considera um elemento determinante que é a relação do criminoso comum com outros agentes violentos, que seriam os agentes da ordem legal-estatal. A figura idealizada do traficante violento e sua forma de vida se constroem num processo em que há um inimigo, um totalmente outro, que é o policial. A violência do traficante se exacerba na disputa de território com o outro traficante rival e, especialmente, na incorporação pelas forças policiais da linguagem e do armamento de guerra contra ele. O traficante “binladen”, “neurótico”, que se lança de forma quase irracional no combate contra inimigos, o faz, em parte, porque está pronto para morrer. Sabe que, se capturado ou se estiver na linha de fogo, mesmo rendido e desarmado, morrerá. Em parte, por isso, “cai atirando”.

Segundo, se esta ordem social subsiste somente em função do criminoso comum, o dispositivo explicativo para a violência urbana perde força para interpretar os últimos dez ou quinze anos da “violência urbana” no Rio de Janeiro. Quando Machado da Silva exclui policiais e milicianos da sociabilidade violenta, entendendo que são padrões de sociabilidade radicalmente distintos, como pensar a violência urbana sem estes? A exclusão dos policiais, por fazerem parte de outra ordem, estatal, legal, pode ter sentido, mas será que milicianos também? É preciso encontrar algo que explique outro tipo de forma de vida, que tentarei apresentar mais adiante.

Terceiro, Machado da Silva aponta a existência de duas ordens, a ordem da violência urbana e a ordem institucional-legal, que existem em contiguidade, mas são autônomas, “de modo que as transformações internas em uma provocarão no máximo mudanças marginais na outra” (2016, p. 221). Uma ordem social não é possível sem as pessoas, assim como as instituições não existem sem seus agentes. No caso da sociabilidade violenta, ele aponta que, nesta ordem, há no topo da dominação, um “portador” desta ordem e em outro polo, aqueles

que são dominados, a população, em geral, mas entre estes dois polos “há uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas e, segundo creio, ainda não são bem compreendidas” (Idem, p. 225). Entre esses dois polos, há ainda a possibilidade de “conversão”, que ele aponta, mas não se detém. Minha hipótese é de que, entendendo a sociabilidade violenta, de uma forma mais pura, como uma ordem onde o uso da força e o apelo à violência são seu fundamento, houve a emergência de algo novo nos últimos dez anos e que pode ser classificado como uma *nova sociabilidade violenta*, uma consolidação da sociabilidade violenta apontada por Machado da Silva ou, caso se queira, uma outra coisa totalmente diferente de uma sociabilidade violenta⁹⁸. Caso Machado da Silva esteja totalmente correto, e essas ordens são estanques, e admitidas minhas observações anteriores, sobre o escalonamento e a variação de grau na relação entre a orientação por valores e a orientação puramente violenta vazia de referência, que não seja individualista, e a própria violência e a força em si, o que proponho é olhar para a *nebulosa*, porque virão dela os elementos que poderão nos ajudar a entender estas mudanças que apontei. A ideia de nebulosa vem da física, mais precisamente da astronomia. Trata-se de nuvens de poeira cósmica, hidrogênio, hélio e plasma, que se mantêm próximas graças à ação gravitacional. A proximidade e a união destes materiais cósmicos podem dar origem a novos corpos, como estrelas, por exemplo. Pensando em termos sociológicos, esta metáfora pode ser muito útil como ferramenta conceitual a nos ajudar a entender certos fenômenos. Por um lado, a nebulosa agrega um conjunto de fenômenos, fazendo-os gravitar em um determinado espaço social, por uma força maior, que podemos chamar de uma ordem. Por outro lado, ela conserva um enorme grau de possibilidades, de imprevisibilidades, de aleatoriedades, de colisões, de desordens dentro daquele espaço gravitacional determinado. A nebulosa equilibra bem o indivíduo e a sociedade, para falar em termos mais tradicionais, e tem o mérito da abertura e da possibilidade da novidade, da mudança e da criação. A nebulosa, como berço das estrelas, é também o berço onde se formam novos fenômenos sociais.

Se os dois polos extremos, da pura dominação violenta e da pura submissão dominada e violentada, são possíveis, é no caminho entre os dois que quero olhar. *A ordem da sociabilidade violenta é a nebulosa*. Para explicitar melhor o objeto de investigação, trata-se de todo um universo de discursos e práticas, e, evidentemente, de agentes, que não estão nem

⁹⁸ Ou seja, a sociabilidade violenta continua sendo a referência. Diante do questionamento se vale a pena insistir na teoria de Machado da Silva, modificando-a e, em muitos pontos, pensando diferente dele, penso que ainda não há uma base de referência melhor para se pensar a violência urbana, especialmente a do Rio de Janeiro, e sua teoria se apresenta de forma não dogmática e aberta o suficiente, apresentada muitas vezes na forma de uma proposta de caminho, o que garante a liberdade para seu uso e, às vezes, até abuso.

na categoria de leões, nem de cordeiros. Exemplificando, na nebulosa, para pensar no típico “portador” da sociabilidade violenta nos termos de Machado da Silva, não há nem o traficante sanguinário, um Scarface, que com a cara branca de cocaína, morre agarrado a sua metralhadora como a coroação de uma trajetória de massacres e imprevisibilidade, nem o bandido pai dos pobres, representante tardio do banditismo social, mas um conjunto de discursos, práticas, e, claro, indivíduos e grupos que as reproduzem, que vão muito além da imagem tradicional proposta do “portador” da sociabilidade violenta.

Antes de desenvolver este ponto, algumas categorias precisam ser resolvidas.

A questão da contiguidade das ordens pode ser pensada na forma de um tipo puro, ideal, mas não concordo com Machado da Silva que a relação entre estas ordens se dê de forma tão distanciada, como se uma não fosse capaz de afetar determinadamente a outra. A figura do criminoso comum produz no imaginário social representações cuja força não suporta o represamento e acaba por produzir outras representações típico ideais que, como toda representação típico ideal, não existem no mundo social da forma como são construídas conceitualmente, mas se relacionam com ele em muitos pontos. Duas figuras típico ideais são notórias no imaginário social e reproduzidas com muita força. A primeira é a do defensor dos direitos humanos, habitante da ordem estatal-legal, mas, pensando em termos weberianos, também da sociabilidade violenta, porque se orienta por ela ao negá-la. Habita não como “portador”, ou como forma de vida, mas como sua negação, seu efeito reativo, mas reconhece sua existência e se guia por ela para rejeitá-la. Na sua versão mais negativa, o(a) “ongueiro”(a) usuário(a) de drogas ilícitas, bem-educado(a), não muito chegado(a) ao trabalho pesado e filho(a) da elite. Na sua versão mais positiva, o(a) político(a) defensor(a) de bandidos e que, irresponsavelmente, “atrapalha” as polícias a fazerem devidamente o seu trabalho de “limpeza” urbana, executando “marginais”. A segunda figura típico ideal, que existe dentro da ordem estatal-legal, é a do policial heroicamente engajado numa missão de guerra para proteção dos “cidadãos de bem”, ou seja, a população que não mora nas favelas e, mais especificamente, as classes economicamente superiores, e que, para isso, põe diariamente, de forma altruísta, sua vida em risco. Esta seria uma versão mais positiva. A versão mais negativa é a do policial, encarnado no agente do Batalhão de Operação Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), como máquina de guerra de matar bandidos, o “caveira”, “terror da favela”, “matador de ganso”, comissionado e autorizado a fazer o que for preciso para exterminar o mal, representado pelo “portador da sociabilidade violenta”, o traficante armado da favela, culpado simbolicamente pelos males da

violência urbana, e proteger o “cidadão de bem”. Todas estas representações se constroem socialmente no Rio de Janeiro, especialmente nas últimas décadas, com uma intensificação nos últimos vinte anos, como uma reação à violência urbana. Como veremos, algumas ilustres figuras públicas acabam por “encarnar” em certo imaginário social estes tipos. Evidentemente, trata-se de uma redução preconceituosa, em muitos casos, injusta e violenta, mas perfeitamente verificável. Marcelo Freixo⁹⁹ e Marielle Franco¹⁰⁰ encarnaram esta versão política da representação, assim como instituições específicas como Justiça Global, Anistia Internacional, Observatório de Favelas, Redes de Desenvolvimento da Maré, entre outras. Do outro lado, Rodrigo Pimentel, ex-capitão do Bope, que teria inspirado a construção ficcional do Capitão Nascimento, protagonista dos dois filmes *Tropa de Elite*, de José Padilha, cuja influência tratarei mais adiante. Não se pode minimizar a força cultural destas representações para a constituição das mudanças que analiso. Todas estas construções têm em comum o fato de surgirem das representações da violência urbana e, como apontarei a seguir, são, de muitas formas, expressões de uma linguagem da violência. Logo, estas ordens, de forma dinâmica, se constroem socialmente num processo relacional uma com a outra. Para melhor compreendê-las, deve-se olhar para a *relação*, e não somente para suas regularidades e dinâmicas próprias.

Quanto ao conceito de ordem social, proponho algumas observações. A ideia de um “portador” da ordem pode sugerir, como apontaram Misse et al. (2011), que a ordem exista independente dos indivíduos, uma existência autônoma. Nesse sentido, quando Machado da Silva opta por usar *forma de vida e linguagem*, no sentido de Wittgenstein, a explicação ganha força. No arcabouço teórico que ele aponta para a construção do conceito está, ainda, a ideia de sociabilidade como conflito de classes, em Marx:

Não! Nesse caso é Marx, é o conceito de Marx. Ele apresenta um conceito de sociabilidade centrado na ideia de oposição de classe. E, nele, o conflito organiza a sociabilidade. Acredito que a apresentação de Marx expressa melhor essa autoimagem da sociedade, porque expressa como a sociabilidade é compreendida pelos atores que se reconheciam como classes opostas. Esse padrão de sociabilidade foi violento

⁹⁹ Atualmente deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o segundo mais votado no Rio de Janeiro nas eleições de 2018, Freixo foi vereador, deputado estadual e candidato à prefeitura do Rio de Janeiro. Ficou conhecido por presidir uma Comissão Parlamentar de Inquérito que levou à prisão muitos milicianos do estado. Foi representado como um defensor dos direitos humanos no famoso filme “Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro” (2010). Este filme foi uma tentativa de responder às acusações, sofridas pelo filme “Tropa de Elite” (2007), de defender o uso da violência extralegal da polícia e heroificar o violentíssimo Bope.

¹⁰⁰ Marielle Franco foi uma liderança da Maré, assessora de Marcelo Freixo por muitos anos. Socióloga, feminista, defensora das pautas LGBTQ+ e dos direitos humanos, foi a quinta vereadora mais votada do município do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, pelo PSOL. Em 14 de março de 2018 foi executada a tiros, num atentado político, onde também morreu seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes. Até o momento da escrita desta tese, acreditava-se que os mandantes seriam agentes públicos ligados às milícias, mas os responsáveis ainda não haviam sido presos.

durante muito tempo e essa violência se reduziu historicamente à medida que começa a ser recolocada nos termos de uma linguagem que chamo de linguagem dos direitos humanos (Misse et al., 2011, p. 683)

O conceito de ordem social, em Machado da Silva, parece saído de Weber¹⁰¹. A referência ao sociólogo alemão me ajuda nesta tentativa de tornar os termos mais precisos. Os indivíduos podem agir socialmente orientados pelas diferentes e vigentes ordens sociais¹⁰² que participam. Em Weber, “toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela *representação* da existência de uma *ordem legítima*” (WEBER, 2014, p. 19). Não haveria, para Weber, dificuldade da sociologia em reconhecer a vigência paralela de diversas ordens, contraditórias, entre si, no mesmo grupo de pessoas. Ou seja, um mesmo indivíduo pode agir orientado por muitas ordens contraditórias, não apenas sucessivamente, mas numa mesma ação (Ibid., p. 20). Outra possibilidade é que o indivíduo aja orientado por uma ordem ao negá-la ou violá-la, pois tem a vigência desta ordem como referência: “O ladrão orienta sua ação pela “vigência” da legislação penal: ao ocultá-la” (Ibid.). Isto nos ajuda a pensar melhor na nebulosa apontada anteriormente, ao admitirmos que os atores e atrizes sociais podem agir orientados tanto pela sociabilidade violenta como por outras ordens que a negam e a contradizem. Antes de avançar neste ponto, todavia, é preciso definir aquilo que é essencial na ordem da sociabilidade violenta e aquilo que é contingente. Se somente a força e o uso da violência para fins individualistas, com o conseqüente esvaziamento e até o desaparecimento de uma orientação por valores morais, forem o fundamento desta ordem, sem a qual ela é impensável; ou se além disto, a identificação do seu agente com o criminoso comum é, também, um elemento necessário. Machado da Silva identifica o agente, mas não parece entrar na discussão sobre o que é necessário e o que é contingente na sua teoria. Tomo a liberdade, à revelia e assumindo todos os riscos, de optar por não tornar a identificação do agente como fundamento da teoria, mas sim a sua orientação pela violência.

Algumas conhecidas figuras do imaginário social do Rio de Janeiro podem contribuir para tornar a orientação teórica mais palatável empiricamente.

¹⁰¹ Não tenho certeza se somente Weber ou Weber relido por Parsons, mas penso que esta diferença não será determinante na construção da teoria da sociabilidade violenta.

¹⁰² “Ao conteúdo do sentido de uma relação social chamamos a) “ordem” somente nos casos em que a ação se oriente (em média e aproximadamente) por “máximas” indicáveis, e somente falamos b) de “vigência” dessa ordem quando a orientação efetiva por aquelas máximas sucede, entre outros motivos, também (quer dizer, num grau que tenha algum peso na prática) porque estas são consideradas vigentes com respeito à ação, seja como obrigações, seja como modelos de comportamento” (WEBER, 2014, p. 19)

Uma delas é a do *policia matador*. Na década de 1980, a imagem do policial matador era a do integrante do grupo de extermínio que, na calada da noite, fazia a “limpeza” que era impedido de fazer à luz do dia, resolvendo os problemas que os entraves, as burocracias e a linguagem dos direitos humanos dificultavam uma rápida e eficiente solução. A incorporação da linguagem da sociabilidade violenta e, nas palavras de Márcia Leite (2012), da “metáfora da guerra”, a adoção do armamento pesado pelas polícias e a construção heroificada do Bope e da figura fictícia do Capitão Nascimento, em 2007, pelo filme *Tropa de Elite*, transformam a antiga figura da “polícia mineira”, no policial que é uma máquina de guerra a enfrentar heroicamente as “hordas molambentas” (Duarte, 2012) e a se utilizar, numa exacerbação da virilidade e da violência, de todos os meios necessários para derrotar o inimigo, tais como as invasões de domicílios, as execuções sumárias e a tortura. Este policial, herói da sociedade, é representado socialmente de uma forma nova. São excluídas todas as tintas de ambiguidade moral e de corrupção que marcaram historicamente a polícia militar do Rio de Janeiro. A partir da ordem estatal legal, este policial “novo” é honesto, um “cara de família”, comissionado para a proteção dos “cidadãos de bem” (não favelados). Sua missão é dura, cruel, com muitos grupos e instituições jogando contra (especialmente as Ongs defensoras dos direitos humanos), por isso ele, muitas vezes, é um incompreendido. Ele é um herói do estado, um herói da nação, que se sacrifica pelo próximo. Contudo, há algo mais. Ele é o agente do estado em sua faceta mais violenta de detentor do monopólio da violência, mas não pode se pautar pelos valores morais convencionais, muito menos pelos legais. Sua imagem é a “caveira”, símbolo do Bope, e ele próprio é o “caveira”, figura ambígua que representa a morte, um arquétipo conhecido de destruição para transformação. O “caveira” do Bope é o agente autorizado para circular entre distintas e quase sempre divergentes ordens, por isso é o agente da lei, mas não precisa cumprir a lei. Ele julga, invade, executa, tortura à revelia da lei. Ele pertence à ordem estatal legal, a representa, mas sua orientação, o fundamento de sua ação, é, em muitos casos, possivelmente, na maioria deles, pela força e pela violência, ou seja, pela sociabilidade violenta. Qualquer ponderação, qualquer cobrança por valores morais, qualquer tentativa de freio ou crítica à ação truculenta é imediatamente rechaçada. Nas palavras de um ex-comandante do Bope: “as sutilezas requeridas por espíritos mais sensíveis ali são completamente ignoradas” (Duarte, 2012, p. 24). Em suma, o que quero dizer é que a representação social do policial violento traz essa ambiguidade de dupla orientação. Num mesmo agente coexistem a ordem estatal legal e a ordem da violência urbana. O policial violento que entra na favela, captura, tortura, executa e oculta o cadáver de um criminoso comum se orienta pela mesma lógica da violência que o criminoso comum violento.

Pode-se contrapor meu argumento afirmando que o policial violento se vê orientado por uma missão de defesa da sociedade, ou seja uma missão moral, enquanto o criminoso que esquarteja um “xisnove” não se orienta por estes valores. Nesse sentido, o policial agiria orientado por um valor maior e os meios que se utiliza, mesmo que imorais, serviriam para a execução de um bem maior. Os fins justificariam seus meios. A truculência, a arbitrariedade e a desumanidade de sua ação seriam justificadas porque eles entregariam à sociedade (não favelados) uma cidade mais segura. No caso do criminoso comum, suas motivações seriam puramente egoístas e voltadas para a proteção de seu grupo.

Estes argumentos têm, a meu ver, problemas fundamentais. Minha experiência de pesquisa e convívio com policiais me levam a outro caminho. A representação do grupo de heróis que parte numa missão de defesa da sociedade, assim como a do indivíduo que invade a favela motivado pelos valores morais mais nobres funciona bem como discurso institucional, especialmente para os que estão de fora da instituição. Quando nos atemos às subjetividades que estão para além do discurso, a realidade é bem outra. Há muito mais elementos de ódio de classe, racismo, exacerbação da virilidade violenta, banalização do mal e sadismo do que supõe nossa vã antropologia.

Tem alguma coisa psicanalítica na guerra, algo que possivelmente possa ser explicado pelos intérpretes de Lacan, porque, sei lá, penso que a zona de combate é local de gozo. Fui ao embalo do prazer, de avançar sobre o território do outro, de gozar no outro. (Duarte, 2012, p. 49)

Minha hipótese é de que o lugar da violência na orientação da ação e a escala de valores morais da sociabilidade violenta é similar no agente do Bope e no criminoso comum. Ambos têm sua ação orientada fundamentalmente pela violência e pelo uso da força. A diferença fundamental é que o policial violento¹⁰³ transita entre ordens divergentes e, muitas vezes, orienta sua ação, nos termos weberianos, por ordens contraditórias.

Outra figura ambígua é a do *miliciano*. Embora haja uma enorme variação de perfis na figura do miliciano, na representação dominante, com fundamentos empíricos, trata-se de um agente ou ex-agente público, policial, bombeiro, agente penitenciário, guarda municipal, ou outro, que transita entre a ordem estatal legal e fora (contra) esta ordem. Ele é, ao mesmo tempo, o agente do estado e da lei, e o agente contra o estado e fora da lei, que se utiliza de sua posição, de seus acessos e de sua delegação para benefício próprio. Se a regulação moral

¹⁰³ Uma observação importante é que a violência policial não se reduz ao Bope, mas a toda a polícia brasileira, especialmente em sua relação com as classes populares, o que é fartamente documentado pelas pesquisas e estatísticas na área.

que as áreas de atuação de milícia sofrem é diferente da regulação moral de favelas com atuação de outros grupos criminosos armados ligados ao tráfico de drogas ilícitas, a orientação pela violência e o individualismo exacerbado são semelhantes. Na milícia, contudo, o trânsito entre as ordens é maior, seja pela estatal-legal, seja pela sociabilidade violenta, com a gravidade maior devido ao trânsito que possuem com a política, elegendo representantes e defensores para cargos políticos importantes no estado e nos municípios.

Todas as figuras ambíguas que apresentei estão no mesmo lugar, naquela *nebulosa*, naquele lugar onde, para além dos polos típicos extremos, para além da oposição entre as ordens sociais, está a dupla orientação, estão as ações e reações de cada uma das ordens, estão as redes imbricadas e o cadinho onde será forjada a mudança ou a intensificação da sociabilidade violenta, que apontarei em mais detalhes a seguir. Em resumo, penso que *além do criminoso comum, o policial matador e o miliciano habitam a mesma nebulosa da sociabilidade violenta*.

2.2.3 Nova sociabilidade violenta

Dadas todas as orientações teóricas que me guiam, minha hipótese, timidamente formulada em parágrafos anteriores é de que houve nos últimos anos a emergência de um novo grau daquilo que Machado da Silva nos ensinou a chamar de sociabilidade violenta, de intensidade tão diversa que me leva a admitir o surgimento de uma *nova sociabilidade violenta*, com implicações e consequências profundas no Rio de Janeiro e que se disseminará, em maior ou menor grau, para todo o Brasil. Em outras palavras, acredito que no Rio de Janeiro tem se forjado há pouco mais de dez anos uma mudança cultural que produziu um avanço, próximo à hegemonia, da linguagem da violência. Ressalto que ao apontar uma mudança, não o falo no sentido de uma conversão de algo que não era e passou a ser, mas no sentido de uma intensificação, de uma hegemonização. Mudança de grau, não de essência. Cabe apontar como isso se deu. Farei alguns apontamentos e tentarei elencar os elementos que, penso, forjaram esta mudança. Nesse ponto, o texto assume ainda mais profundamente seu caráter ensaístico. Não pretendo dizer que não haja empiria, nem fundamentos para a proposta interpretativa que segue, mas que ela assume uma marca provisória de apontamento de caminhos possíveis, assim como uma futura agenda de pesquisa para o próprio autor. Já

adianto ao leitor que parte do que virá é, ao mesmo tempo, uma percepção sociológica do autor e provocação interpretativa. Muito ainda padece de confirmação e está aberto à refutação, mas o que apresentarei o farei porque estou, até o presente momento, convencido.

O primeiro elemento é que, como aponte, a violência urbana tem produzido, no Estado do Rio de Janeiro, uma série de conturbações políticas. Da primeira eleição de Brizola para o governo do estado, no início da década de 1980, até meados dos anos 2000, a questão da segurança pública tem sido um dos, quando não o, ponto central das campanhas políticas. Alternadamente, discursos mais duros de enfrentamento e outros voltados para políticas sociais vinham se alternando no poder, até que, em 2006, é eleito para o governo do estado o então senador Sérgio Cabral Filho. Sua eleição, apoiada pela família Garotinho, de alguma forma, marca um período de hegemonia da herança brizolista por três mandatos consecutivos¹⁰⁴. Em 2008, Cabral começa o seu projeto de “pacificação” da capital através da implantação, nas favelas, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), programa que, do apogeu ao fracasso, se estenderá até os dias de hoje. O primeiro elemento a considerar é o recrudescimento da violência urbana após alguns anos de relativa melhora estatística com as UPPs¹⁰⁵. Toda a política dos direitos humanos e da constituição de uma polícia cidadã, de proximidade, que tentaram, pelo menos no embrião do projeto, compor um “novo” projeto de polícia, foram virulentamente criticados, abandonados e, em muitos termos, culpabilizados, mais uma vez, pela violência urbana. A lógica das operações de incursão de guerra nas favelas retornou com força após a crise das UPPs e se intensificou na intervenção federal de caráter militar no Rio de Janeiro, em 2018.

Não se pode minimizar o impacto cultural dos filmes *Tropa de Elite*, especialmente em algumas regiões morais (PARK, 1967) da cidade. O filme, campeão de bilheteria entre os filmes nacionais naquele ano, teve 2,4 milhões de ingressos vendidos no Brasil e uma incalculável circulação em cópias piratas¹⁰⁶. A tese central do filme, que conta de forma fictícia, mas com tintas de facticidade, a formação do famigerado Bope, é de que a solução para o problema da violência urbana do Rio de Janeiro (que consiste, basicamente, nos grupos criminosos armados das favelas) está numa força policial especial cuja violência e eficiência

¹⁰⁴ Mesmo que Garotinho tenha saído do PDT e mudado significativamente suas políticas de segurança durante seu primeiro mandato como governador e, no segundo mandato, de sua mulher, Rosinha, quando foi Secretário de Segurança.

¹⁰⁵ As UPPs sempre sofreram forte oposição interna da própria polícia.

¹⁰⁶ Sua sequência, em 2010, foi um sucesso ainda maior, com 11 milhões de ingressos vendidos no Brasil. A maior bilheteria da história do cinema nacional, até então. Ver: <https://www.omelete.com.br/tropa-de-elite-2/tropa-de-elite-fugiu-do-estereotipo-marxista-do-cinema-nacional-diz-jose-padilha>, consultado em 16.11.2018.

supera a dos criminosos, mas que acaba impedida de realizar seu trabalho definitivo, e heroico, de limpeza social por nuances da lei e pelos ongueiros defensores de direitos humanos. Embora tenha vencido o prêmio máximo do Festival de Berlim, um dos mais importantes do mundo, o filme acumulou algumas reações negativas iniciais, que acabaram se intensificando após seu sucesso comercial. A revista *Variety* o chamou de “uma monótona celebração da violência, um filme de recrutamento para fascistas brutamondes”¹⁰⁷. Numa entrevista em 2017, seu diretor José Padilha afirmou que:

O *Tropa* fugiu do estereótipo marxista do cinema nacional, dado que não teve como protagonista um herói excluído pelo sistema capitalista. Na cinematografia brasileira anterior ao *Tropa*, o protagonista era sempre o menino de rua (Sandro de *Ônibus 174* é um exemplo), o pequeno marginal, o preso político ou o militante antiditadura. Um policial protagonista era impensável¹⁰⁸.

No Rio de Janeiro, foi um fenômeno cultural. Suas falas se tornaram icônicas, seus personagens conhecidos nas rodas de conversa e, para muitos, foi encarado como um curso de formação sobre segurança pública. Depois do filme, discutir suas soluções, discutir a violência e a segurança pública, se tornou extremamente popular. Ouso comparar seu impacto cultural ao impacto de filmes como *Rebel Without a Cause* (1955) para a geração dos anos 1950. *Tropa de Elite* forjou para uma parcela da sociedade a imagem heroica do Bope e do Capitão Nascimento, assim como a normalização e legitimação da linguagem da violência, que já se espraiava há muito, mas ainda não havia conquistado tamanho grau de hegemonia. O que defendo é que, como fenômeno cultural de massa que foi, os filmes *Tropa de Elite* popularizaram, glamourizaram e revestiram de um caráter *cool* e descolado os mais reacionários discursos sobre segurança presentes na sociedade, especialmente aqueles compartilhados por agentes de segurança e parcela da sociedade fluminense. Como bem apontou Oliveira (2013):

Nascimento não é só “um dos nossos”, como condensa um aspecto fundamental de nossa experiência social. O que o torna igual ao cidadão comum “de bem” é que, quando ele ordena a um subalterno que abaixe as calças do prisioneiro e pega uma vassoura velha em um monte de entulho, entendemos de imediato o que está prestes a acontecer. O que o torna nosso herói é que o espírito imanentista-naturalista do filme demonstra como nós temos de ser assim como somos. (p. 54)

Assim, não somente generalizaram certo senso comum como livraram as ideias que veiculava da aura que tinham antes, de ideias reacionárias, preconceituosas, classistas ou fascistas. Este é o segundo elemento.

¹⁰⁷ <https://oglobo.globo.com/cultura/na-imprensa-mundial-tropa-de-elite-divide-critica-equipe-nao-teme-lancamento-em-outros-paises-3633147>, consultado em 16.11.2018.

¹⁰⁸ <https://www.omelete.com.br/tropa-de-elite-2/tropa-de-elite-fugiu-do-estereotipo-marxista-do-cinema-nacional-diz-jose-padilha>

O terceiro elemento que aponta para uma nova sociabilidade violenta, e isto vai além de simplesmente uma intensificação ou uma revitalização de suas características anteriores, é que esta se *politiza*. Politizando-se, produz uma nova *violência política*. Isto não se deu do dia para a noite, mas num processo que vai acumulando uma série de elementos que, por fim, darão origem a algo novo. O ano de 2018 será o ponto máximo, -até o presente momento, já que me isento da responsabilidade de qualquer exercício de previsão do futuro-, deste fenômeno. Como numa nebulosa que se torna o berço de um novo corpo celeste, pela reunião e atração de material variado, este fenômeno que aponto se deu na forma de um processo marcado, em grande medida, por aleatoriedade e consequências não intencionais. Não compartilho, desde já, simpatia por teorias conspiratórias que olham o presente como o resultado do planejamento meticuloso e consciente de certos atores que ascenderam nesse processo.

O primeiro passo no sentido de uma politização foi que, há pelo menos quinze anos, mas com grau de intensidade cada vez maior, grupos de milicianos elegeram numerosos representantes como deputados estaduais, vereadores e até prefeitos de municípios, fato amplamente conhecido e divulgado¹⁰⁹. Numa espécie de milicianização da política fluminense, estes grupos criminosos foram amplamente favorecidos em diversas esferas e contaram sempre com a tolerância, quando não o apoio logístico, das polícias estaduais. Embora seja cedo para afirmar, pode-se começar a pensar, inclusive, na hipótese de uma milicianização da política em um nível nacional, devido a histórica defesa que a família Bolsonaro fez da atuação das milícias, suas críticas, especialmente as de Flávio Bolsonaro, à CPI das milícias, no Rio de Janeiro, e suas relações com conhecidos milicianos cariocas¹¹⁰.

Esta politização da sociabilidade violenta aconteceu em um ambiente, e por causa de um ambiente, -ou seja, ele foi alimentado e, ao mesmo tempo, alimentou-, de radical polarização política na sociedade brasileira, especialmente intensa após as manifestações de junho de 2013 e tudo que se seguiu a partir de então, fatos amplamente conhecidos por todos

¹⁰⁹ Vale também ressaltar os públicos elogios à milícia feito pelo ex-governador Sérgio Cabral Filho e o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=8YfnQdCZ8jc> e <https://www.youtube.com/watch?v=IKO1ouUPZzg>, consultados em 17.11.2018. Sobre a forma de atuação das milícias ver Alves (2003), Misse (2011), Cano e Duarte (2012) e entrevista com José Cláudio Souza Alves, de 17.03.2018: <https://exame.abril.com.br/brasil/alves-da-ufrj-milicia-tem-poder-maior-que-o-traffic-no-rj/>.

¹¹⁰ Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548165508_401944.html, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/22/flavio-bolsonaro-contratou-mae-de-foragido-de-operacao-contram-ilicia-ex-assessora-e-citada-pelo-coaf.ghtml>, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/familia-bolsonaro-tem-historico-de-elogios-a-pms-suspeitos-de-elo-com-milicia.shtml>, <https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/> e <https://oglobo.globo.com/brasil/jair-bolsonaro-defendeu-chefe-de-milicia-em-discurso-na-camara-23401641>

e que não precisam ser elencados¹¹¹. Começa a crescer e ganhar força um ultraconservadorismo -de caráter religioso, moral e político- que sempre esteve explicitamente presente ou latente em parcelas de nossa sociedade. Este ultraconservadorismo não é a sociabilidade violenta, nem uma expressão dela, mas penso que aquilo que chamei de nova sociabilidade violenta se potencializou, se alimentou, se fortaleceu deste ultraconservadorismo, de forma que os fenômenos que aponto como novos e que culminaram nas turbulências de 2018, só foram possíveis por causa da ascensão deste.

Nesse ultraconservadorismo, a esquerda passa a ser identificada com toda uma série de ofensivas mudanças comportamentais, especialmente ligadas à liberdade sexual, às pautas LGBTQ+, ao feminismo, às cotas raciais, às pautas de tolerância religiosa e à linguagem dos direitos humanos. Esta, especialmente, é culpabilizada pelo avanço da violência urbana, numa reedição da antiga controvérsia com Brizola, só que desta vez, em escala nacional: o Partido dos Trabalhadores encarna as acusações de tolerância para com o crime. Como no passado, a linguagem da violência é acionada como contraponto à linguagem dos direitos humanos, mas com graus inéditos de violência política. No Rio de Janeiro, a partir de 2013, e com forte avanço em 2014, ano de eleições presidenciais, 2016, ano do impeachment de Dilma Rousseff e 2018, mais uma vez ano de eleições presidenciais, o avanço ultraconservador produziu uma série de casos de violência política. Em muitos lugares da cidade, especialmente em alguns bairros do subúrbio carioca, ou áreas emergentes, de novos ricos e classe média, como a Barra da Tijuca, já há alguns anos, expor publicamente sua preferência política, portando qualquer imagem que seja associada a partidos ou líderes de esquerda, como Lula, poderia trazer problemas. Nos anos referidos, certamente exporia o indivíduo à violência. Candidatos identificados com a esquerda foram explicitamente proibidos de fazer campanha em certas áreas da cidade e a recomendação para os militantes era evitar determinados lugares. Quem não se identificava com estas pautas ultraconservadoras, por medo, teve que internalizar certos cuidados e evitar alguns comportamentos em público¹¹².

Possivelmente, o evento que melhor ilustra este tipo de violência política esteja no assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Mulher, negra, feminista, defensora das pautas LGBTQ+ e, principalmente, dos direitos humanos, Marielle, oriunda da Maré, foi assassinada a tiros. Sua morte, ainda não solucionada, produziu enorme

¹¹¹ Sugiro duas análises sobre a questão: Souza (2016) e Santos (2017).

¹¹² Esta é uma observação fundamentada em experiência pessoal e de pessoas próximas. Morei e trabalhei em subúrbios cariocas a maior parte da vida, e ainda conservo laços familiares e profissionais por lá.

comoção internacional. Contudo, em muitos grupos orientados por esta *nova sociabilidade violenta*, sua morte foi ridicularizada, diminuída e justificada pelas mais chocantes falas e imagens. Centenas de notícias falsas sobre a vereadora passaram a ser veiculadas e compartilhadas nas redes sociais. Numa imagem gravada em vídeo, dois candidatos a deputado e um a governador do Estado apareceram em foto de um comício onde uma placa feita em homenagem à vereadora é quebrada e o então candidato a deputado, Rodrigo Amorim, afirma:

Esses vagabundos, eles foram na Cinelândia, e à revelia de todo mundo, eles pegaram uma placa da Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e botaram uma placa escrito Rua Marielle Franco. Eu e Daniel essa semana fomos lá e quebramos a placa. Jair Bolsonaro sofreu um atentado contra a democracia e esses canalhas calaram a boca. Por isso, a gente vai varrer esses vagabundos. Acabou Psol, acabou PCdoB, acabou essa porra aqui.¹¹³

Após a veiculação da imagem, os candidatos a deputado federal Daniel Silveira e a deputado estadual Rodrigo Amorim tiveram expressivas votações e foram eleitos. Amorim, um desconhecido como figura pública, foi o mais votado candidato a deputado estadual em 2018. O candidato a governador Wilson Witzel, até então amargando uma inexpressiva posição nas intenções de voto, em dois dias assumiu a liderança e alcançou no primeiro turno mais que o dobro de votos que o segundo colocado. No segundo turno, foi eleito com ampla margem de votos. Ou seja, ao assumirem estridentemente a linguagem da violência, eles se tornaram imensamente populares¹¹⁴. Na semana em que Marielle foi morta, quando fui abordar a questão, como docente em uma aula de Sociologia Jurídica, em uma universidade privada, num município da Baixada Fluminense, um grupo de alunos se exaltou atacando a vereadora e dizendo que ela teve o que merecia. Contestei sozinho, para mais de setenta pessoas, as falas. Ninguém se levantou em meu auxílio. Contestei, mas não convenci. Desde o início de 2018, em diferentes turmas do curso de direito, todas as falas que não reproduziam a linguagem da violência foram contestadas pelas turmas e, em algumas aulas, como a que tratou especificamente de direitos humanos, a tensão beirou o insuportável. Mesmo que eu saiba que nem todos ali concordavam com esta posição, ainda assim se calaram. Tiveram medo de que aquela violência os alcançasse.

Nesse caldo, a figura polêmica do capitão reformado do exército, Jair Bolsonaro, tipo folclórico da política desde o final da década de 1980, parlamentar medíocre, famoso por suas

¹¹³ <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel-23140096>, consultado em 09.10.2018.

¹¹⁴ A campanha de Witzel foi marcada, além deste evento com a placa de Marielle, por um discurso de segurança muito duro, que incluía, entre outras coisas, a execução sumária de criminosos através do uso de snipers.

frases explicitamente violentas, racistas, machistas e homofóbicas, vai ganhando ares de celebridade. Bolsonaro já era figura conhecida e muito popular no Rio de Janeiro¹¹⁵ e encarnará, nas eleições de 2018, para surpresa da esquerda e da direita tradicional, o antipetismo. Em sua vitoriosa e controversa campanha presidencial de 2018, visitou a sede do Bope e disse: “pode ter certeza, em chegando, teremos um dos nossos lá em Brasília. Caveira!”¹¹⁶. Por fim, disse que quem vai mandar no Brasil são os capitães¹¹⁷.

O quarto elemento é a *militarização* do cotidiano e da experiência urbana que, no caso do Rio de Janeiro, teve forte intensificação nas ocupações militares do Complexo do Alemão e da Maré¹¹⁸ e na intervenção federal de caráter militar do Rio de Janeiro, em 2018. Como mostrarei no quarto capítulo, esta militarização não é um fenômeno novo no Brasil, muito menos no Rio de Janeiro, já possuindo sólidas bases culturais que remontam ao advento de nosso passado republicano e se aprofundando no período de ditadura militar, entre 1964-1985.

Os militares passaram, novamente, a ser vistos como a solução para os problemas mais graves que os civis não conseguiram resolver com seu “mimimi” de direitos humanos. Em 2017, o Congresso Nacional mudou a lei que previa que crimes cometidos por militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) fossem julgadas pela justiça comum e a transferiram à justiça militar. Esta militarização volta a se tornar *política* a partir da aproximação que o governo de Michel Temer faz com os militares¹¹⁹ e a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república. Quanto à militarização da política, se num polo estão os saudosistas de um glorioso passado militar inventado, convertidos a uma imagem idealizada de racionalidade, moralidade, honestidade e eficiência dos militares, do outro, onde se encontram a família Bolsonaro e seus adeptos, estão os defensores da mais sombria faceta

¹¹⁵ Vale a pena aqui contar um caso interessante. Havia um bar, no tradicional bairro de Marechal Hermes, no subúrbio carioca, cujo dono era um militar reformado, ultraconservador, amante das armas. Durante suas campanhas para deputado, a figura de Jair Bolsonaro era comum por lá, por ser amigo do dono do bar. Quando ele aparecia, havia uma verdadeira comoção local. Isto se deu muito antes dele ter se tornado figura de projeção nacional. O dono do bar não viveu para assistir seu candidato se tornar presidente. No final de 2017, numa brincadeira com outro colega militar, uma arma, objeto da brincadeira, disparou e ele, atingido no abdômen, faleceu.

¹¹⁶ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/15/bolsonaro-diz-que-inversao-de-valores-dificulta-autoridade-do-professor-na-sala-de-aula.ghtml>, consultado em 15.10.2018.

¹¹⁷ <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,em-visita-ao-bope-bolsonaro-diz-que-quem-vai-mandar-no-brasil-sao-os-capitães,70002548095>, consultado em 15.10.2018.

¹¹⁸ Ver Esperança (2014a, 2014b, 2016 e 2017).

¹¹⁹ Além da intervenção no Rio de Janeiro, e do apoio à mudança na legislação das GLOs, Temer escolheu um general para o ministério da defesa, posto tradicionalmente ocupado por civis desde que foi criado, além de cercar-se de militares em seus círculos mais próximos. O Comandante do Exército no governo Temer, general Villas Boas, fez declarações controversas, sugerindo, para muitos a possibilidade de uma quartelada, especialmente durante o julgamento do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

militar: o autoritarismo, a violência de estado, a repressão, um anticomunismo que beira a paranoia e a tortura. As controvérsias envolvendo o nome do falecido coronel Ustra, o mais famoso e cruel dos torturadores da ditadura militar passada, ilustram bem este tópico. Tanto Bolsonaro, pai, quanto seus filhos, e muitos de seus seguidores, se viram na missão de “defender a memória” de Ustra, como no dia da votação do impedimento de Dilma na Câmara dos Deputados, quando Bolsonaro votou homenageando Ustra, chamando-o de “o pavor de Dilma Rousseff”¹²⁰.

Para concluir, gostaria de considerar mais alguns pontos para uma melhor compreensão de minha proposta interpretativa que chamo de *nova sociabilidade violenta*, e em que ela se diferencia da teoria de Machado da Silva.

Se na sociabilidade violenta, o locus principal é a favela e seu tipo ideal é o criminoso comum, principalmente o *traficante*, na nova sociabilidade violenta, há uma extensão para outras áreas, especialmente os subúrbios cariocas e fluminenses, e seus tipos ideais são, além do traficante, o *policia matador* e o *miliciano*. Quando esta se politiza¹²¹, acabam por surgir outros, novos, tipos, o *político tradicional*, que busca votos, e o *militante político*. Habitantes da nebulosa da nova sociabilidade violenta, estão lá porque têm no uso da força e da violência o fundamento de sua ordem política ou do seu projeto de ordem política, atacando com esta força e violência a linguagem dos direitos humanos, em todos os seus discursos e práticas, e, politicamente, negam a própria política, ameaçando¹²² e intimidando seus opositores¹²³.

¹²⁰Vale destacar que Dilma foi torturada e presa política à época da ditadura.

¹²¹Quanto ao primeiro tipo, os traficantes, quando lidam com a política, o fazem, geralmente, de forma pragmática. Oferecem apoios e fazem alianças movidos, quase sempre, por questões práticas (cobram altos valores para “permitir” que o candidato faça campanha política na favela) ou de interesse local.

¹²²A ameaça, essencial negação do diálogo, adquire uma proeminência na forma como lidam com quem lhes opõe. Embora os casos de violência física tenham se multiplicado e foram amplamente divulgados, as ameaças ganharam uma proporção substantivamente maior. Parte delas foram feitas em redes sociais de forma anônima. Não aceito, contudo, o argumento de que se tratam somente de bravatas e devem ser tratadas como tal. Se, o que é evidente, nem toda violência que se ameaçou foi concretizada, isto se deve em parte aos cuidados tomados pelas pessoas ameaçadas, e, o ponto principal, é que a ameaça já é, em si, uma violência. Em alguns casos, ameaças são mais atemorizantes e produzem danos mais duradouros que atos de violência física.

¹²³O próprio Jair Bolsonaro foi vítima de uma facada durante um comício. Contudo, levantamentos sobre a violência política em 2018 foram unânimes em apontar que seus seguidores eram majoritariamente os autores e não as vítimas da violência. Jornalistas, Mulheres e pessoas LGBTQ+ foram as principais vítimas. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/episodios-de-violencia-por-motivacoes-politicas-crescem-pos-primeiro-turno>, <https://www.hrw.org/pt/news/2018/10/12/323256>, <https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>, <https://br.okfn.org/2018/10/16/repudiamos-a-discriminacao-e-a-violencia-na-politica/> e <http://mapadaviolencia.org/as-denuncias/>, todos consultados em 18.11.2018.

A utilização em massa das redes sociais é uma outra faceta desta nova sociabilidade violenta. O criminoso comum, especialmente o favelado, se utiliza das redes sociais para exaltação de sua força bélica, exibição de seus itens de luxo e para espalhar vídeos de pessoas, principalmente mulheres, sendo humilhadas e sofrendo violência como castigo por alguma transgressão das normas locais. Neste novo padrão, as redes sociais costumam ser utilizadas para ameaçar e expor pessoas, seja quem for, que manifestam discordância de suas ideias ou criticam qualquer um de seus ícones culturais e pautas morais. Operam com uma lógica de grupo militarizada, “nós” contra “eles”, “quem não está do nosso lado está contra nós”, com ampla sociabilidade virtual, em grupos de Facebook e Whatsapp, com alimentação diária de notícias falsas contra adversários e notícias positivas ligadas a seus adeptos, num típico uso militar das chamadas operações psicológicas de guerras híbridas.

Se o alvo do ódio do criminoso comum são policiais e rivais de outras facções, assim como aqueles que violam normas locais, como estupradores e “xisnove”, o novo padrão representa uma considerável expansão de objetos de ódio, são artistas, pessoas LGBTQ+¹²⁴, intelectuais e políticos não identificados com a extrema direita, jornalistas, cotistas, feministas, profissionais de ciências humanas, professores em geral, ongueiros, estrangeiros-especialmente venezuelanos e cubanos-, defensores de direitos humanos, lideranças de movimentos sociais reivindicatórios de moradia e terra, não cristãos e qualquer um que questione suas práticas e ideias. Este ódio, como vimos, pode ser externalizado na forma de simples ameaças pessoais -espancamentos, apedrejamentos, pauladas, estupros, estupros coletivos, ameaças aos filhos e a outros familiares-, como em discursos de ódio, defendendo, desde seu aprisionamento, expulsão do país até sua eliminação física, e, por fim, a consumação das ameaças em práticas violentas. Não quero dizer que a onda conservadora brasileira seja composta por pessoas que têm na sociabilidade violenta uma forma de vida, mas por dentro desta onda, aparentemente de forma difusa, não organizada, há uma parcela, difícil de mensurar, de indivíduos e grupos de indivíduos que se enquadram nas descrições propostas de terem no uso da força e da violência física o fundamento de suas ações e, por isso, habitam na nebulosa da (nova) sociabilidade violenta.

Um último elemento a ser considerado é o *viés religioso* desta nova sociabilidade violenta. Vital da Cunha (2008, 2009, 2015), Teixeira (2011) e Corrêa (2015) já discutiram,

¹²⁴ O caso do deputado Jean Wylis, do PSOL, é notável neste sentido. Até então, o único congressista brasileiro abertamente homossexual, reeleito em 2018, desistiu do mandato depois de repetidas ameaças de morte sofridas. O presidente da república, no mesmo dia de seu anúncio, fez piada nas suas redes sociais sobre seu antigo desafeto.

em admiráveis trabalhos etnográficos, as complexas relações entre crime, religião, favela e tráfico de drogas, a partir da perspectiva dos evangélicos. Contudo, para se entender melhor esta nova sociabilidade violenta, penso que é preciso olhar para textos que apontem para as relações entre religião e polícia, religião e militarização no Brasil, e que se voltem para a análise de uma linguagem da violência e da guerra em certas igrejas neopentecostais que apresentam uma teologia da batalha espiritual, militarizada e violenta¹²⁵. Não pretendo traçar uma relação de linhagem entre a nova sociabilidade violenta e o neopentecostalismo, muito menos afirmar que a forma de vida da nova sociabilidade violenta é evangélica neopentecostal, mas apontar que há aproximações, apropriações e ressignificações entre uma linguagem da violência e a linguagem religiosa típica deste segmento religioso, como já apontaram pesquisas recentes, já citadas. Contudo, esta é uma percepção a ser aprimorada e aprofundada em novas pesquisas.

Para concluir, e este conjunto de fenômenos que aponto como sendo diferente, em termos de grau e abrangência, daquilo que Machado da Silva nos ensinou a chamar de sociabilidade violenta e que, por isso, me atrevo a chamar de uma *nova sociabilidade violenta*. Parti do Rio de Janeiro como centro referencial desta mudança, por se tratar do meu campo de pesquisa e conhecimento, mas também por encontrar evidências para ver na capital do estado e sua região metropolitana o cadinho cultural que a forjará e, de diferentes maneiras, como uma força centrífuga que se disseminará para fora de seus limites geográficos. Aposto, contudo, que, de diferentes maneiras, um processo semelhante a este que analisei também se deu em outras regiões, mas esta agenda de pesquisa só será possível para quem quiser se aventurar nesta hipótese.

¹²⁵ Neste ponto, há os trabalhos de Birman e Machado (2012), Machado (2014a, 2014b, 2015, 2017), Machado, Esperança e Gonçalves (2018) e Esperança (2013, 2014a, 2015, 2015, 2017).

3. MEGAEVENTOS E PACIFICAÇÃO

Se no teu distrito
Tem farta sessão
De afogamento, chicote
Garrote e punção
A lei tem caprichos
O que hoje é banal
Um dia vai dar no jornal

Se manchas as praças
Com teus esquadrões
Sangrando ativistas
Cambistas, turistas, peões
A lei abre os olhos
A lei tem pudor
E espeta o seu próprio inspetor

(Chico Buarque de Holanda, *Hino da repressão*)

Entre os meses de abril de 2014 e junho de 2015, enquanto o Rio de Janeiro era uma das sedes da copa do mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e se preparava para sediar, em poucos meses, os jogos olímpicos de 2016, uma específica região da cidade, e somente esta, sofria uma ocupação militar de prazo relativamente longo. O modelo da ocupação era semelhante ao executado nos Complexos do Alemão e da Penha, entre novembro de 2010 e junho de 2012, quando à saída do exército sucedeu-se a implantação do, então aclamado, modelo de segurança pública das unidades de polícia pacificadora (UPP). Como era de se esperar, o mesmo modelo não garantia os mesmos resultados, e as ocupações se processaram, quando comparadas, de forma profundamente distinta. Em 2014, o modelo das UPPs já havia entrado em sua fase final de contestação e crise, o Governo do Estado do Rio de Janeiro já havia anunciado sua falência econômica e, para completar, a saída do exército, descumprindo o prometido e o suposto propósito da ocupação, não foi sucedida pela implantação da UPP.

Estava-se, também, bem no meio do ciclo dos megaeventos¹²⁶ que a cidade sediou. Enquanto a cidade, o país e, quiçá, o mundo inteiro, voltavam seu olhar para o Rio, e miríades de turistas e autoridades de toda parte enchiam os hotéis e as ruas dos pontos “nobres”, um bairro da cidade, localizado no entrecruzamento de muitos trajetos essenciais para a circulação no Rio de Janeiro, vivia sob intervenção militar. É pela não naturalização deste processo que este capítulo, e também, toda esta pesquisa, se debruça. Este capítulo tratará do ciclo dos megaeventos e da pacificação; o próximo, da militarização do Rio de Janeiro. Ambos tentarão dar conta de três grandes processos que se cruzaram, se influenciaram e, em alguma medida, tiveram seu próprio e autônomo desenvolvimento. Eles se deram concomitantemente, e olhá-los de forma separada é um recurso utilizado para facilitar a compreensão.

3.1 O ciclo dos megaeventos

3.1.1 O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ)

A partir da década de 1980, com o avanço do modelo econômico neoliberal, surge um novo modelo de gestão urbana, que entende o “gerenciamento” das cidades de forma assumidamente empresarial, a partir da constituição de “planejamentos estratégicos”, que visavam transformar a cidade em um negócio, como se a própria cidade fosse uma empresa, a disputar com outras cidades pelo mundo o mercado de investimentos, realização de grandes eventos, obras de infraestrutura etc.. Algumas cidades tornaram-se modelares neste novo tipo de gestão. Embora o surgimento desta chamada “terceira geração urbanística” tenha sido nos Estados Unidos (ARANTES, 2013), o caso mais famoso foi, sem dúvida, Barcelona, sede dos

¹²⁶ Entendo ciclo de megaeventos como o período que vai desde a candidatura da cidade, sua escolha como sede, os preparativos, até o fim do megaevento, com a saída dos visitantes. No caso do Rio de Janeiro, pode-se pensar que o ciclo dos megaeventos foi um caso extraordinário no mundo, não somente pela longa duração, mas pelo tamanho e quantidade dos megaeventos aqui realizados. Num intervalo de dois anos, por exemplo, o Rio sediou os dois maiores megaeventos esportivos do planeta. Numa perspectiva conservadora, ele durou de 2009 a 2016, mas não seria nenhum exagero considerar o período anterior a 2009 como fazendo parte deste ciclo, como apresentarei ao longo do capítulo.

jogos olímpicos de 1992. O sociólogo e urbanista Jordi Borja, que, como político, esteve diretamente envolvido nas transformações de Barcelona nesta época, foi o principal teórico deste movimento.

Otília Arantes (Idem) aponta que este novo modelo, além de transformar a cidade em mercadoria, a concebe como uma *growth machine*:

(...) coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. (Idem, p. 27)

O outro elemento necessário para o sucesso desta nova gestão, segundo a filósofa, é a fabricação de consensos, que precisa transformar a cidade numa fábrica de ideologias em torno do senso comum econômico, através de uma extensa máquina de propaganda. Produz-se assim, uma “matriz conceitual comum na origem das novas estratégias urbanas” (Idem, p. 67), o que ela chama de “*um pensamento único das cidades*” (Ibid.):

(...) -em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico – que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial, e por isso mesmo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno. (Idem, p. 67-68)

Na crista desta onda, em 1995, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, durante o primeiro mandato do prefeito César Maia, elaborou o seu Plano Estratégico. Foi, então, contratada a empresa catalã Tubsá, um empreendimento público-privado presidido por Jordi Borja, para a Direção Executiva do Plano¹²⁷. O modelo a ser seguido era, evidentemente, o de Barcelona.

Em uma análise da estratégia discursiva dos planejamentos urbanos, Vainer (2013b) aponta que ela articula três analogias constitutivas. A primeira é a da *cidade-mercadoria/cidade-objeto de luxo*, onde, acima de tudo, se vende uma imagem: “uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis*” (Idem, p. 83). A segunda é a da *cidade-empresa*, onde não fica claro se há uma democracia direta da burguesia ou simplesmente uma ditadura gerencial. Aqui, a cidade é concebida como uma empresa no mercado neoliberal, um agente econômico que “encontra neste mercado *a regra e o modelo* do planejamento e

¹²⁷ Todo o processo que vai desde as primeiras reuniões até a aprovação do PECRJ foi documentado por Carlos Vainer (2013a), do IPPUR-UFRJ, então um dos mais de 300 membros do Conselho da Cidade. Sua conclusão é que se tratou “de bem orquestrada farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade. (...) A notória ausência dos partidos políticos reforça um movimento geral de despolitização da questão urbana. É a democracia direta... da burguesia.” (Idem, p. 115-116)

execução de suas ações” (Idem, p. 86). Supera-se a rígida demarcação entre o público e o privado, dando vez à ascensão das parcerias público-privadas, que garantem os interesses dos agentes do mercado num processo de “apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (Idem, p. 89). Por fim, a *cidade-pátria*, onde se faz necessária a fabricação do consenso em torno de um mesmo projeto, na constituição de um patriotismo de cidade, despolitizado e preferencialmente conduzido por algum tipo de liderança carismática. Para Vainer, esta “estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar da construção da cidadania” (Idem, p. 98).

Embora o Rio de Janeiro tenha sido sede de um grande evento em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), quando o prefeito era Marcello Alencar, foi a partir do Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, finalizado em 1995, na primeira gestão de César Maia¹²⁸, que a cidade entra de cabeça na disputa por investimentos e para tornar-se sede de megaeventos. O Rio se candidatou a sede dos jogos olímpicos de 2004 e 2012, mas não foi escolhido. A realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 tornou-se um referencial (MIAGUSKO, 2012). A partir deles, a cidade, convertida em um canteiro de obras, especialmente através do Programa de Aceleração do Crescimento¹²⁹ (CAVALCANTI, 2013), do governo federal, saiu vitoriosa de todas as disputas entre cidades concorrentes e, num período de dez anos, que vai de 2007 a 2016, o Rio de Janeiro virou uma espécie de grande estrela num disputadíssimo mercado de escala global dos megaeventos e o maior símbolo de visibilidade do sucesso econômico de um país em desenvolvimento, que almejava, num curto prazo, tornar-se plenamente desenvolvido¹³⁰.

¹²⁸ Outra característica das gestões de César Maia foi a ênfase na revitalização urbana, com grandes obras de embelezamento e grandes complexos culturais. A Cidade da Música, depois rebatizada de Cidade das Artes, localizada no bairro da Barra da Tijuca, que levou dez anos para ficar pronta, tendo custado mais de R\$ 600 milhões de reais, com denúncias de superfaturamento, foi um símbolo desse período. Nas favelas, houve a implantação, nas de pequeno e médio porte, de um programa de urbanização chamado Favela-Bairro. Sobre este programa ver Burgos (2006).

¹²⁹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pelo governo federal, em 2007, teve como objetivo, segundo o Ministério do Planejamento: “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>, consultado em 24.02.2019).

¹³⁰ O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, à época da escolha do Rio para sediar os jogos olímpicos, afirmou: “Chegou a nossa hora. Entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é o único país que não sediou os Jogos Olímpicos. (...) Essa candidatura não é só nossa, é também da América do Sul, um continente com quase 450 milhões de homens e mulheres e cerca de 180 milhões de jovens, um continente que, como vimos, nunca realizou os Jogos Olímpicos. Está na hora de corrigir esse desequilíbrio. É hora de acender a pira olímpica em um país tropical, na mais linda e maravilhosa cidade: o Rio de Janeiro. (...) Nós precisamos provar cada dia ao mundo que o Brasil resolveu se transformar em uma nação desenvolvida, uma nação capaz de recuperar no século 21 o que não conseguiu produzir no século 20”. <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1327013-5601,00->

Neste período, a cidade sediou: em 2011, os Jogos Militares; em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20; em 2013, a XXVIII Jornada Mundial da Juventude, evento da Igreja Católica, com a visita do Papa Francisco, e a Copa das Confederações FIFA; em 2014, foi uma das sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014, sendo palco do jogo final; em 2016, sediou os Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

3.1.2 Por que a Maré foi ocupada pelas Forças Armadas?

Responder a esta pergunta nos faz passar por dois caminhos. O primeiro é o reino dos discursos oficiais, de agentes do estado; o segundo é interpretativo, e nos leva aos discursos não-oficiais e a uma contextualização do que já se fez história, passados quase quatro anos do evento. A ênfase, evidentemente, recai sobre o segundo caminho, já que, como vimos, se os discursos dos agentes do estado no Brasil já são, por si só, contaminados por uma miríade de desconfianças, quando se trata do ciclo extraordinário dos megaeventos, o enviesamento se multiplica- e este não é um caso exclusivamente brasileiro. O que quero dizer, sem meias palavras, é que durante ciclos de megaeventos a cooptação dos agentes do estado envolvidos nos processos de realização e garantias destes faz com que seus discursos e ações sejam inteiramente voltados para o sucesso do empreendimento, que inclui a sensação pública de segurança, bem-estar e organização.

Mais do que garantir o envolvimento da população local com os processos, numa espécie de patriotismo de cidade (Vainer, 2013b), a fabricação de consensos se torna mais efetiva quando articula aquilo que Lenskyj (2002) chamou de metáforas pseudoreligiosas tais como “espírito olímpico”, “família olímpica”, “movimento olímpico” e “olimpismo” que “há muito tempo têm sido usadas para reforçar os mitos do “atleta olímpico puro” e “esporte olímpico puro” - conceitos a-históricos e descontextualizados que obscurecem as práticas diárias de negócios, políticas e esportes que compõem a indústria olímpica.” (Idem, p. 8). Nesse sentido, o conceito de “legado olímpico” torna-se um dispositivo acionado para

[CHEGOU+A+NOSSA+HORA+DIZ+LULA+EM+DISCURSO+DE+DEFESA+DO+RIO.html](#), reportagem de 02.10.2009, consultada em 08.12.2018. **Um interessante olhar estrangeiro sobre o sonho de Lula foi desenvolvido por Clift e Andrews (2012).**

justificar práticas de exceção, remoções forçadas, ilegalidades, violência de forças de segurança, falta de transparência financeira, entre outras, por uma causa, um bem maior que passa por três grandes questões.

A primeira é a honra de oferecer hospitalidade à grande confraternização entre os povos -constituída por uma gigantesca operação midiática e de marketing esportivo para fazer transparecer a ideia de que os jogos olímpicos são uma festa universal da paz e da fraternidade humana. De certa forma, os jogos funcionam como um sinédoque de um mundo globalizado governado por instituições transnacionais e pela fantasmagórica figura imperial do mercado, irrepresentável, indefinível como o deus do Antigo Testamento, mas que, no fundo, todos sabem do que se trata, o governo das maiores multinacionais e dos agentes especulativos bilionários que operam no mercado financeiro. São como o sonho de uma *pax romana* de tipo novo, onde todos os valores sagrados do neoliberalismo são concretizados e celebrados, travestidos do espírito santo da meritocracia. O espírito vitorioso do atleta olímpico, do medalhista, é quase sempre forjado pelos valores aristocráticos do esforço pessoal e do mérito sobre-humano, quando, na verdade, por trás de toda glória, estão os vultosos investimentos, das nações desenvolvidas, em esportes de alto desempenho e ciência esportiva. Quando se vê qualquer quadro das nações que mais ganham medalhas vê-se também um espelho de construção de valor, onde as nações mais ricas terão quase sempre melhor desempenho, especialmente a partir do fim da URSS e da ascensão neoliberal. As pequenas exceções só parecem confirmar a regra. Os jogos olímpicos modernos se tornaram, a partir da década de 1980, num ritual de celebração da ordem neoliberal, de exaltação de seus valores mais caros que, de quatro em quatro anos, são materializados numa festa mundial que, é claro, transforma-se numa oportunidade única de negócios e de incrementação de fortunas.

A segunda questão do “legado olímpico” ou do legado dos megaeventos, em geral, é de caráter puramente pragmático. É disseminada, por agentes do estado, por agentes transnacionais envolvidos na sua organização e pela grande mídia local, a ideia de que os custos, financeiros e humanos, são, na verdade, um grande esforço que -como no mito meritocrático- será recompensado no futuro por vultosos ganhos em termos de infraestrutura, segurança, credibilidade internacional e aparelhos públicos, que beneficiarão a população em geral. Ou seja, todo sacrifício é para um bem público maior e todos os gastos são investimentos. Há uma vasta literatura crítica a esta questão e este trabalho não pretende dar

conta de uma análise minuciosa dos impactos dos megaeventos nas cidades do mundo¹³¹ e, especialmente, no Rio de Janeiro, mas refletir sobre a questão em uma de suas mais contundentes manifestações: a ocupação militar da Maré.

A terceira questão diz respeito ao caráter político dos megaeventos, em especial os jogos olímpicos e a copa do mundo da FIFA. Tanto o Comitê Olímpico Internacional (IOC) quanto a FIFA apresentam-se como organizações transnacionais não políticas. Contudo, a literatura crítica sobre estas instituições tem mostrado o escandaloso mundo de redes de corrupção, ameaças e negócios clandestinos que envolvem a realização destes megaeventos, ao ponto de Jennings (2012, 2014) comparar a FIFA a uma máfia. Boykoff (2016), ao construir uma história política das olimpíadas mostra o quanto há de profundamente político nelas:

Na realidade, as Olimpíadas são políticas de ponta a ponta. A marcha, as bandeiras, os hinos nacionais, as alianças com patrocinadores corporativos, a exploração trabalhista por trás das marcas de roupas esportivas, o tratamento dos povos indígenas, a marginalização dos pobres e da classe trabalhadora, a seleção das cidades-sede das Olimpíadas- tudo político. Dizer que as Olimpíadas transcendem a política é conjurar fantasia¹³² (Ibid., p. 14).

Além de todas estas questões apontadas por Boykoff, embora não seja o escopo deste trabalho, há de se considerar seriamente o significativo papel que o ciclo carioca dos megaeventos teve sobre as crises políticas nacionais e as do Estado do Rio de Janeiro. De certa forma, o ciclo dos megaeventos foi seguido de um ciclo de crises múltiplas no Brasil e no Estado, moral, financeira, política, democrática. A prisão de dois governadores do Estado do Rio de Janeiro, e vários outros políticos, diretamente envolvidos nos megaeventos, é o sinal mais visível da rede de esquemas, favorecimentos clandestinos e outros crimes que estiveram por trás das transformações da cidade. O legado dos megaeventos, além do medíocre desempenho esportivo brasileiro na Copa e na Olimpíada, foram gastos exorbitantes, a bancarrota das contas públicas estaduais, a crise moral com a exposição das redes de corrupção, remoções forçadas de milhares de pessoas e um aprofundamento da violência urbana, que contribuiram para a intensificação daquilo que chamei no capítulo anterior de nova sociabilidade violenta, além de alimentar a onda política reacionária que

¹³¹ Sobre os impactos da Olimpíada de Sidney, sugiro Lenskyj (2002); de Atenas, sugiro Souliotis, Sayas e Maloutas (2014); de Londres, sugiro Lindsay (2014); de Pequim, sugiro Brodehoux (2007, 2011); do Rio de Janeiro, sugiro Miagusko (2012), Gonçalves (2014) e Azzi (2017); sobre a relação entre megaeventos e as questões de segurança, sugiro Boyle e Haggerty (2009) e Giulianotti e Klauser (2010); sobre uma história política das olimpíadas, ver Boykoff (2016). Sobre as copas do mundo da FIFA, ver entrevista de Andrew Jennings, <http://apublica.org/2014/05/eles-estao-roubando-voces/>, de 8 de maio de 2014, consultada em 09.12.2018, Sánchez et al. (2014) e Jennings et al. (2014).

¹³² Tradução minha.

varreu o país após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, culminando nas campanhas vitoriosas de Bolsonaro à presidência e Witzel ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

De volta à pergunta que provocou esta digressão, os discursos oficiais, quando da formalização do emprego das forças armadas na Maré, em 5 de abril de 2014, não faziam referência aos grandes eventos e situavam a ação no processo, então em curso, de “pacificação” das favelas da cidade. As tropas deveriam permanecer até o dia 31 de julho daquele ano, quando seriam instaladas as Unidades de Polícia Pacificadora. O general Francisco Modesto, então comandante do Comando Militar do Leste, batizou a operação de “São Francisco”, pois São Francisco era um mensageiro da paz: “o nosso objetivo é levar a paz àquela região da cidade”. O então ministro da defesa, Celso Amorim, afirmou na ocasião: “As Forças Armadas estão participando no apoio à pacificação da Maré e as tropas estão prontas para cumprir mais essa missão”¹³³. O então governador do Estado, Sérgio Cabral Filho, afirmou: “O Complexo da Maré é uma cidade. (...) com regras próprias, dividida por facções, comandos, milícia e onde o estado não está presente. O que queremos é fazer, a partir da nossa entrada, com que a sociedade e o poder público entrem com tranquilidade.”¹³⁴

Estão presentes nestas falas algumas das típicas representações sobre a favela. A Maré foi representada como um *espaço social e geográfico em conflito aberto* com o estado, que não se faz presente lá. A paz precisa ser levada através do uso das forças armadas, e com ela, o estado e, quiçá, a sociedade. No discurso do governador, a Maré, por estar em guerra, era um território perdido do estado e, por isso, não era parte integrante da sociedade (!). Temos aqui uma pura expressão da construção/reforço da representação dos favelados como bárbaros, que, embora frequentem os espaços da “sociedade”, habitam num território sem lei e inimigo da “sociedade”.

Cabe ainda uma outra observação. Em 2010, a prefeitura instalou “barreiras acústicas” na Linha Vermelha e na Linha Amarela, duas das vias expressas que cortam a Maré e passagem obrigatória de quem chega pelo aeroporto internacional da cidade. O objetivo seria o de reduzir o barulho dos carros, para quem morasse nas margens das vias, e reduzir os atropelamentos daqueles que atravessavam as pistas. Contudo, as obras, que custaram em torno de 20 milhões de reais aos cofres públicos¹³⁵, foram prontamente interpretadas, com

¹³³ <https://www.defesa.gov.br/noticias/8756-defesa-governos-formalizam-acordo-de-emprego-das-forcas-armadas-na-pacificacao-da-mare-no-rio>, notícia de 05.04.2014, consultado em 26.4.2018.

¹³⁴ <https://oglobo.globo.com/rio/entrada-das-forcas-de-seguranca-na-mare-sera-uma-conquista-muito-significativa-diz-cabral-1-12028591>, notícia de 29.03.2014, consultado em 12.2.2018.

¹³⁵ <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/barreiras-acusticas-sao-instaladas-na-linha-vermelha-no-rio-de-janeiro/n1237608107370.html>, reportagem de 11.03.2010, e <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/135439/Pain%C3%A9is-ac%C3%Basticos-geram->

suspeita mais que fundamentada, que o objetivo real era o de dificultar possíveis ações de criminosos e “esconder” a favela dos visitantes da cidade. Brodehox (2014) chama este tipo de ação de *potemkinismo*, em referência ao príncipe russo Grigory Potemkin que, ao receber a visita de Catarina, a Grande, na Crimeia, “usou cenários de palcos teatrais para erguer imitações de aldeias na paisagem, assim sugerindo um ritmo mais avançado de colonização” (Ibid., p. 22). Embora a autora valorize demais, em minha percepção, os aspectos emocionais envolvidos na produção de uma imagem para o outro, considerado maior e melhor que você, e minimize os aspectos de negócios e puramente econômicos envolvidos na produção de uma imagem falsificada, maquilada, ainda assim seu conceito é útil para pensar essa gama de processos de construções artificiais de cenários, imagens, que escondem a segregação, a desigualdade, a “feira da pobreza”, especialmente durante ciclos de megaeventos.

Imagem 1 - As “barreiras acústicas”



136

Fonte: FOLHA, 2016.

Se todo o processo de pacificação das favelas do Rio de Janeiro precisa ser lido à luz da transformação da imagem do Rio de Janeiro de cidade violenta em uma cidade segura para os negócios e para sediar grandes eventos internacionais, a pacificação da Maré tem elementos suficientemente específicos para que seja interpretada como tendo relação direta com os megaeventos, especialmente a Copa do Mundo da FIFA. Para começar, o decreto tinha como prazo determinado que a ocupação das Forças Armadas durasse até o dia 31 de

[controv%C3%A9rsia-nas-favelas.htm](#), reportagem de 02.04.2014, consultadas em 17.12.2018. Sobre estas barreiras, ver também Cavalcanti (2013).

¹³⁶

<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>, reportagem de 12.07.2016, consultada em 17.12.2018, sem referência ao autor da foto.

julho de 2014. A grande final da Copa, que aconteceu no estádio do Maracanã, que fica a 10km da Maré, foi no dia 14 de julho. Mesmo que a ocupação tenha se estendido por 14 meses, seu planejamento inicial era para durar até o fim da Copa. A Maré continha o único conjunto de favelas, de tamanho relativamente grande, situada no cinturão de segurança da pacificação, que ainda não havia sido pacificada. Qualquer trajeto que saísse do Aeroporto Internacional Tom Jobim passava necessariamente por lá, ou seja, todos os turistas, autoridades, delegações que viessem ao Rio passariam por ela.

A ocupação da Maré pelas Forças Armadas foi, então, antes de mais nada, uma das medidas de segurança para a Copa do Mundo. O argumento de que as forças armadas, à semelhança do que aconteceu nos Complexos do Alemão e da Penha, pacificariam a região para dar lugar às Unidades de Polícia Pacificadora depende de se acreditar que o governador e secretário de segurança não sabiam que faltariam recursos para a implantação das UPPs da Maré. Em vista das temerárias gestões de Cabral e de seu sucessor, Pezão, isto não seria uma surpresa, mas fica no âmbito da especulação e, mesmo assim, não contradiz a hipótese mais forte de se ter prestado um serviço para a FIFA.

A ocupação da Maré pelas Forças Armadas foi, assim, uma medida de minimização do risco da ocorrência de algum evento que pudesse manchar a imagem da cidade que seria, dois anos depois, sede dos jogos olímpicos, mas também um cumprimento de contrato com a FIFA¹³⁷. Quais seriam os possíveis riscos vindos da Maré? Ações dos criminosos locais nas importantes avenidas que cruzam a cidade, Linha Vermelha, Linha Amarela ou Avenida Brasil; guerra entre facções; qualquer tipo de ação reativa da polícia, que reproduzisse a costumeira brutalidade das frequentes operações feitas na Maré. Organizações locais poderiam aproveitar a oportunidade de visibilidade internacional para denunciar as violações de direitos humanos que têm sido frequentes na região. Soma-se a isso o peso do ganho político, já que o uso das forças armadas para o combate à violência urbana recebe forte aprovação de uma significativa parcela da sociedade carioca.

Enquanto o futebol roubava a cena e as atenções, um contingente de algumas dezenas de milhares de agentes de segurança, policiais militares e militares das forças armadas, principalmente do exército, então convertidos em agentes de segurança pública, ocupavam as favelas da cidade, numa espécie de cinturão de segurança para o entorno dos eventos e das áreas nobres. Nesse sentido, as UPPs e a ocupação da Maré pelas forças armadas, a chamada

¹³⁷ Não se pode perder de vista que no ano anterior havia acontecido as chamadas “jornadas de junho” que, entre suas demandas estava a que “não vai ter copa”. O risco de uma comoção popular estava ainda muito vivo na memória dos organizadores e das próprias forças de segurança.

“pacificação” da cidade do Rio de Janeiro, ou de parte de suas favelas, funcionavam como um tipo de cerco, não tradicional, mas feito por dentro, na forma de ocupação do território, dos indesejáveis, daqueles que não foram convidados para a festa e cuja presença não era esperada. Desta forma, o Rio efetuou o controle e a repressão das populações mais pobres da cidade sem precisar remover a todos¹³⁸ e, em termos de um puro olhar de gestão, desumanizado, com extremo sucesso. O ciclo dos megaeventos passou sem grandes incidentes que os atrapalhassem. Logo após o fim da olimpíada, o agonizante projeto de pacificação entra em seu estágio final, a crise financeira do Estado do Rio de Janeiro se aprofunda, a violência recrudescer.

3.2 A pacificação das favelas do Rio de Janeiro

Embora a questão já tenha sido abordada em tópicos anteriores, nesta seção farei um pequeno resumo da temática e discutirei algumas questões teóricas sobre a ideia de “pacificação”.

3.2.1 A pacificação como dispositivo¹³⁹ de manutenção e recuperação da ordem

Se o uso do termo “pacificação” para tratar do recente processo de ocupação militar das favelas cariocas já é carregado de simbolismos e ideologias, sua análise ganha contornos

¹³⁸ Principalmente a partir dos dois mandatos do prefeito Eduardo Paes (2009-2013, 2013-2017), as remoções de favelas voltam à pauta e se tornam uma prática recorrente. Sobre esta questão ver Rolnik (2014) e Magalhães (2016).

¹³⁹ Ao usar o termo “dispositivo” valho-me diretamente da sua utilização por Michel Foucault, que o definiu como: “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. (FOUCAULT, 1979, p. 244). Sobre uma análise do uso do conceito de dispositivo em Foucault, ver Lemke (2018) e Agamben (2005).

de maior complexidade quando se volta o olhar para o uso histórico que os dispositivos da pacificação tiveram desde o Brasil colônia¹⁴⁰. De muitas maneiras, “práticas pacificadoras” formaram o estado brasileiro (Souza et al., 2017, p. 10).

Pacheco de Oliveira (2017) aponta que, já em meados do século XVI, os dispositivos da “pacificação” eram utilizados nas chamadas “guerras justas” dos portugueses contra os índios, para designar “comunidades que haviam sido vencidas militarmente e que aceitavam temporariamente o sistema missionário” (Idem, p. 57). Nesse contexto, a “pacificação” era uma guerra de conquista contra as “nações indígenas”. No século XX, através de uma atitude de tutela e proteção dos nativos, os processos de “pacificação” passaram “a ser a marca distintiva do indigenismo brasileiro, símbolo de um tratamento fraterno dado às populações mais primitivas ainda existentes no país” (Idem, p. 53). Ele apontou, primeiro em artigo de 2014, depois, em artigo mais recente, em 2017, a semelhança na forma como o estado lidou com a questão indígena e a “pacificação” das favelas pelas UPPs:

As favelas como espaço urbano e superpovoado, parecem hoje substituir os distantes e ditos ermos sertões, “infestados de índios”, que supostamente desafiavam as autoridades coloniais e as elites dirigentes dos séculos XIX e XX em sua cruzada civilizatória. (...) Há aqui uma clara analogia com as “pacificações coloniais, dirigidas contra as aldeias dos autóctones que não se submetiam voluntariamente às autoridades administrativas e religiosas da época (2017, p. 67-69)

Para Souza Lima (2017), a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, tinha como ideal a “transformação dos indígenas em trabalhadores e cidadãos nacionais” (Idem, p. 24), através de “um conjunto de técnicas de poder: a *pacificação*” (Ibid.). Estas estratégias, levadas a cabo pelos chamados *sertanistas*, pressupunham a constituição de um índio *ideal*, a ser moldado à imagem do novo trabalhador brasileiro, outra idealização da época. Isto nada mais foi do que uma continuação, “uma forma sublimada das guerras de conquista” (Idem, p. 36).

Assim, para Pacheco de Oliveira e Souza Lima, os dispositivos de “pacificação” funcionavam na forma de uma missão civilizatória que poderia se revestir tanto do caráter mais abertamente violento e repressivo, na “pacificação” dos Tupinambás¹⁴¹, por exemplo, como pelo uso de um poder tutelar, no caso do Serviço de Proteção aos Índios¹⁴². Penso que

¹⁴⁰ Esta subseção deve muito ao livro sobre a história da “pacificação”, organizado por Souza et al. (2017).

¹⁴¹ Para Moreira (2017): “o processo de pacificação e castigo dos índios considerados inimigos e resistentes deveria ser feito por meio da guerra e da matança de caráter exemplar” (p. 127)

¹⁴² Mais uma vez Moreira (2017): “Pacificar é, nesse contexto, o segundo ato da guerra de conquista, que podia refundar em um processo de ressocialização (“civilização”), evangelização e trabalho nos limites dos aldeamentos, em que se resguardava a liberdade dos neófitos; ou em cativeiro ou outras formas de sujeição dos índios aos colonos e ao Estado” (p. 144)

estão corretos ao identificarem semelhanças na forma de atuação do estado, já que a “pacificação” dos indígenas foi um dos elementos que forjou o estado brasileiro, produzindo uma “memória da pacificação”. Quando o ex-governador Sérgio Cabral identifica a Maré como território que não faz parte da sociedade, e onde o estado não entra, sendo necessário uma intervenção militar, um grande “cerco de paz”, nos termos de Souza Lima, evoca os mesmos dispositivos usados no passado para “pacificar” os índios¹⁴³.¹⁴⁴

No século XIX, a partir da independência, os dispositivos de “pacificação” são acionados, segundo Kraay (2017), para lidar com os cidadãos rebeldes e as emergentes revoltas, com a Cabanagem, no Pará, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Não são mais somente os índios, mas todos os não suficiente socializados no novo ideal de trabalhador almejado pelas elites dominantes. Assim, “durante a década de revoltas inaugurada pela Cabanagem, as ações empreendidas em nome da “pacificação” foram um elemento central da política partidária emergente” (Ibid., p. 172). Mas talvez a mais interessante construção de mitologia estatal relacionada à pacificação seja a do Duque de Caxias, “o pacificador”, como apontou Souza (2017). Como processo habitual na história política brasileira, os movimentos contestatórios e/ou reivindicatórios produziram, no século XIX, um regresso conservador, onde o medo foi largamente explorado como justificativa para medidas autoritárias e o sufocamento violento, por forças militares, destes movimentos. É nesse contexto que surge a figura de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, o “pacificador”, o grande patrono do Exército Brasileiro, cujo mito se consolidou um século depois, na década de 1930 (Souza, 2017, p. 179). É significativo que na história que o exército conta sobre si mesmo, a invenção de sua tradição, tenha raiz num processo de sufocamento de um movimento contestatório, no caso, a Balaiada, no Maranhão. O Patrono do Exército Brasileiro, seu herói, seu modelo é, ao contrário de outros heróis nacionais latino-americanos, que lutaram em guerras de independência, alguém que lutou contra os próprios nacionais, contra sua própria população, o que inaugura um modelo de ação e existência do exército no Brasil, como uma força de sufocamento, de repressão e de “pacificação” voltada para grupos internos à nação, qualquer movimento mais ou menos organizado que conteste ou ameace a ideia que se faz de ordem naquela época¹⁴⁵. “Pacificar”, assim, significou, muitas vezes, o uso de forças militares para a

¹⁴³ Ver também Pompa (2017), Moreia (2017) e Missagia de Mattos (2017).

¹⁴⁴ Souza (2017) apontou que: “A definição deste duplo objetivo- controlar territórios e administrar populações- e sua operacionalização por meio do emprego de forças militares integra uma lógica política cujas raízes podem ser localizadas desde, pelo menos, o “direito pombalino”, em finais do século XVIII” (p. 176).

¹⁴⁵ Esta não é uma exclusividade do exército brasileiro. Veja o que diz Janowitz (1967) sobre o exército estadunidense no século XIX: “O exército permanente americano era conservado pequeno, quase minúsculo,

construção ou restauração de uma ordem ameaçada. Um remédio cuja dose dependeu do grau de resistência e insubordinação das populações que foram objeto da sua intervenção, que foi desde a tutela e a missão civilizatória de caráter pedagógico ou religioso, até a destruição completa, através de sua eliminação física, como em Canudos.

Por fim, no século XX, dentro de um contexto de incontáveis quarteladas e crises políticas, tendo o exército como um de seus agentes principais, a “pacificação” foi utilizada como dispositivo de apagamento da memória, de esquecimento forçado, a fim de não ferir as sensibilidades militares, como nas anistias de 1945 e 1979 (COIMBRA, 2017; RODEGHERO, 2017). Consolidou-se, no Brasil, imposta pelos próprios militares e por parte de nossas elites, parceiras nas intervenções militares, uma política do esquecimento forçado, através da justificativa de que para se seguir em frente era preciso esquecer os crimes do passado. Foi imposta uma versão da história de que os militares agiram em defesa da pátria e seus excessos, se porventura realmente existiram, foram na busca de um bem maior e na proteção à segurança nacional, ameaçada por inimigos internos e externos. As ríspidas reações de militares às audiências e investigações da Comissão Nacional da Verdade¹⁴⁶, bem como a seu relatório final, demonstram bem esta afirmação¹⁴⁷. A reafirmação contundente e

de modo que a principal fonte de potencial humano era a milícia estatal. A organização das forças terrestres objetivava a seu emprego em desordens civis, pacificação de tribos indígenas e atividades de engenharia de interesse coletivo” (p. 28),

¹⁴⁶ A Comissão Nacional da Verdade foi instituída pela Lei 12.528, de 2011, e instalada em maio de 2012, com o objetivo de investigar violações de [direitos humanos](#) cometidas por agentes públicos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Seu relatório final concluiu que houve “graves violações de direitos humanos entre 1946 e 1988, período assinalado para sua investigação, notadamente durante a ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985. Essa comprovação decorreu da apuração dos fatos que se encontram detalhadamente descritos neste Relatório, nos quais está perfeitamente configurada a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro. (...) as graves violações de direitos humanos perpetradas durante o período investigado pela CNV, especialmente nos 21 anos do regime ditatorial instaurado em 1964, foram o resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro. Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres. Ao examinar as graves violações de direitos humanos da ditadura militar, a CNV refuta integralmente, portanto, a explicação que até hoje tem sido adotada pelas Forças Armadas, de que as graves violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos, gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares.” (BRASIL, 2014, p. 962-963)

¹⁴⁷ Ver: <https://veja.abril.com.br/brasil/tribunal-militar-reage-a-relatorio-da-comissao-da-verdade-equivocos/>, reportagem de 12.12.2014; <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-05-31/insatisfeitos-militares-convocam-protesto-por-dois-lados-na-comissao-da-verdade.html>, reportagem de 31.05.2013; http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2014/12/10/interna_politica,548338/para-

ativa, por parte dos militares, de que fizeram o que tinha de ser feito, não podendo ser cobrados ou criminalizados pelo cumprimento de seu dever, pode ser vista na entrega da Medalha do Pacificador, prestigiosa condecoração militar, largamente distribuída para os mais conhecidos agentes da repressão, entre eles o infame coronel Ustra, conforme apontaram Joffily e Chirio (2017).

Então, ao batizar de “pacificação” o novo projeto de segurança pública fluminense, gestado durante o ciclo dos megaeventos, não podemos perder de vista a longa trajetória deste dispositivo como missão civilizadora, violências e políticas de repressão àqueles grupos que não participavam das esferas de poder de nossas classes dominantes.

3.2.2 Afinal, o que foi a pacificação das favelas cariocas^{148?}

Não pretendo fazer uma análise das Unidades de Polícia Pacificadora, por três motivos. Primeiro, poucas políticas públicas¹⁴⁹ na área de segurança foram tão estudadas pelas ciências sociais brasileiras como foram as UPPs, havendo uma vasta literatura, com pesquisas de grande qualidade¹⁵⁰. Segundo, interessa mais para esta pesquisa os dispositivos

[gerais-comissao-da-verdade-cometeu-injustica.shtml](#), reportagem de 10.12.2014. Todas consultadas em 13.12.2018.

¹⁴⁸ Somente uma favela fora do município do Rio de Janeiro foi objeto deste projeto. A 37ª. UPP instalada foi no conjunto de favelas da Mangueirinha, em Duque de Caxias. Sobre as expectativas e representações sobre a UPP na Baixada Fluminense ver Miagusko (2016, 2018).

¹⁴⁹ Apesar de reconhecer a observação que alguns autores fazem de que as UPPs não se burocratizaram e não produziram um protocolo suficiente para que se tornassem, de fato, uma política pública, permanecendo, em grande medida, na esfera da improvisação e do “vamos aprender fazendo”, ainda assim prefiro chamá-la de política pública, na medida em que envolveu, como projeto de intervenção, uma ampla quantidade de agentes públicos, tendo como objeto de atuação, espaços públicos habitados por uma significativa parcela da população favelada da cidade. Teve organização, planejamento, estrutura burocrática de cadeia de comando, publicidade, orçamento próprio, logo, no meu entender, foi um tipo de política pública.

¹⁵⁰ Sem pretender ser exaustivo, recomendo, para uma compreensão analítica do que foram as UPPs, os seguintes textos: para um balanço analítico de caráter mais geral, ver Rodrigues, Siqueira e Lisovsky (orgs.) (2012), Silva (2012), Oliveira (2014), Ganem Misse (2014), Fridman (2014), Leite (2014, 2015, 2017), Machado da Silva (2016), Ribeiro e Vilarouca (2017), Menezes e Corrêa (2017), Menezes (2018), Carvalho (2013, 2018); sobre as relações entre UPPs e religião, sobretudo protestantes evangélicos, ver Esperança (2012, 2013, 2014a, 2015a, 2017), Machado, Esperança e Gonçalves (2018); sobre as UPPs e sua relação midiática, ver Almendra (2014), Rocha e Palermo (2014) e Vital da Cunha (2015); sobre o engajamento dos policiais de UPPs em projetos sociais, ver Teixeira (2015); sobre a relação entre as UPPs e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovidas pelo governo federal, ver Cavalcanti (2013); sobre algumas UPPs específicas: Cidade de Deus, ver Menezes (2014), Tommasi e Velazco (2017) e Freire (2018); Complexo do Alemão, ver

da pacificação e tudo que eles abarcam, sendo as UPPs um aspecto, uma faceta, de um elemento da formação do estado brasileiro, que remonta, como vimos à colonização. Terceiro, a pacificação da Maré foi etapa de um planejamento abortado, de uma UPP que nunca houve, de uma série de complicadíssimos processos locais, aos quais esta tese pretende formar um olhar. Por isso, tentarei me limitar a uma breve explicação da recente política de pacificação das favelas cariocas.

O projeto começou a ser implantado em dezembro de 2008, na favela de Santa Marta, no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, como laboratório de um novo tipo de policiamento que, caso funcionasse, poderia ser levado para outras favelas (BELTRAME, 2014; MENEZES, 2015). A constituição desta experimentação como programa e política pública, mesmo precariamente sistematizada e burocratizada, passa diretamente pelo ciclo dos megaeventos, a Copa do Mundo da FIFA seria em 2014, e se intensifica, no ano seguinte, após a escolha da cidade como sede da olimpíada de 2016. Acompanhei estes processos desde o início, como morador da cidade e cientista social em formação e, efetivamente, desde 2011 com trabalho etnográfico no Complexo do Alemão, à época ocupado pelo exército e na expectativa de receber suas próprias UPPs. Em 2012, além do Alemão e do Complexo da Penha, fiz campo também na favela do Batan, na zona oeste, que já tinha sua UPP, de características muito peculiares, implantada após a tortura de jornalistas por milicianos que atuavam na região (ESPERANÇA, 2012). Já naquela época, enquanto havia um notável esforço na fabricação de um consenso de que as UPPs seriam a solução para a criminalidade urbana do Rio de Janeiro, surfando numa alta popularidade causada pela redução de índices de crimes na cidade, moradores de favelas ocupadas pela polícia, especialmente os mais velhos, pareciam ser habitados por uma enorme desconfiança de que todo aquele esforço seria perdido em breve, quando a cidade saísse da vitrine dos megaeventos. Evitar se envolver e manter uma postura crítica foi a decisão de muitos moradores e algumas instituições locais, que temiam represálias após o fim do projeto. Eles estavam corretos em sua desconfiança. Contudo, antes de apontar o progressivo esfacelamento das UPPs, cabe destacar o que as diferenciava do modelo anterior de relação da polícia com as favelas.

As UPPs invertiam o modelo tradicional de enfrentamento dos criminosos armados locais como política de segurança para as favelas. O próprio Secretário de Segurança à época e principal idealizador das UPPs, José Mariano Beltrame, reconhecia que o padrão de

Esperança (2014b, 2017); Rocinha, ver Larkins (2015); Santa Marta, ver Menezes (2014, 2015); Borel, ver Silva e Carvalho (2015).

incursões esporádicas da polícia às favelas era ineficiente e perigoso tanto para moradores quanto para policiais, e estava longe de resolver o problema do crime na cidade (BELTRAME, 2014). A polícia ocuparia, então, de forma permanente as favelas objeto do projeto, aproximando-se de um modelo de policiamento comunitário, tendo como foco não o combate nem a perseguição ao tráfico de drogas, mas o controle da circulação de armas pesadas, especialmente os fuzis. Diminuindo-se os confrontos, diminuía também a letalidade e o risco para os favelados, policiais e bairros onde estas favelas estivessem inseridas. Em entrevista ao jornal *The Guardian*, em 2010, Beltrame declarou que:

Nós não podemos garantir que poremos um fim no tráfico de drogas, nem temos essa pretensão. (...) O que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra. Nosso objetivo concreto é que o cidadão possa ir e vir quando quiser, e que os serviços públicos e privados possam estar lá sempre que quiserem.¹⁵¹

Para garantir a mudança de modelo, uma série de medidas foi tomada. Entre as mais significativas foram: o reconhecimento da necessidade de mudança na cultura policial, priorizando que os soldados que atuassem nas UPPs fossem recém-formados¹⁵² e planejando uma ampla mudança na formação dos policiais militares¹⁵³; o oferecimento, a estas favelas ocupadas, de uma série de programas sociais, culturais, ambientais e de desenvolvimento, coordenada pelo programa batizado, em 2010, de UPP Social, inicialmente da responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas passado, no ano seguinte, à responsabilidade do Instituto Pereira Passos, de gestão municipal¹⁵⁴.

O programa se expandiu até o ano de 2014, quando foram inauguradas as duas últimas UPPs, de um total de 38, a da Vila Kennedy, na zona oeste, e a única da Baixada Fluminense, no Complexo da Mangueirinha. O número de policiais atuando em UPPs chegou próximo aos dez mil¹⁵⁵.

¹⁵¹ <https://www.theguardian.com/world/2010/apr/12/rio-de-janeiro-police-occupy-slums>, de 12.04.2010, consultada em 15.12.2018. Tradução minha.

¹⁵² Conforme notei em Esperança (2014a, 2014b, 2017), pouco adiantou essa medida, já que os policiais responsáveis por esses novatos, eram graduados e tinham, na sua maioria, muitos anos na polícia. Assim, o ensinamento prático do policiamento foi tutelado pela “velha guarda”, com toda aquela cultura policial de “nós é que sabemos como funciona”.

¹⁵³ Participei em 2013, como pesquisador, de um projeto do ISER em parceria com a Secretaria de Segurança para a construção de um novo programa pedagógico para a PMERJ. Depois de menos de um ano de atividades, por falta de recursos, o projeto foi abortado.

¹⁵⁴ O programa depois disso, perdeu seu gestor, Ricardo Henriques, e mudou de nome, para Rio + Social. Quase nenhuma de suas promessas foi alcançada. Ver: <http://rioonwatch.org.br/?p=14378>, reportagem de 15.05.2015 e <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/05/10/quem-se-lembra-da-upp-social/>, reportagem de 10.05.2017, consultadas em 15.12.2018.

¹⁵⁵ <http://www.upprj.com/index.php/historico>

Uma série de benéficas mudanças foi percebida, pelo menos até 2012, entre elas, a redução dos homicídios, especialmente os autos de resistência; uma significativa diminuição dos tiroteios nas favelas onde foram instaladas UPPs, o que levou a uma maior tranquilidade e uma maior liberdade de circulação tanto para estas favelas quanto para os bairros do entorno; uma percepção generalizada de que o Rio de Janeiro estava se tornando mais seguro; uma mudança na cultura policial, historicamente acusada, justamente, de violência desmedida e arbitrariedade, especialmente contra os favelados, em direção a uma polícia cidadã. Contudo, mesmo nesta idade de ouro das UPPs, não se pode deixar de levar em conta que houve também uma intensa produção de fabricação de consensos e que a grande mídia fluminense, uma das principais fabricantes do pânico moral e da “metáfora da guerra” (LEITE, 2012), decidiu apoiar quase sempre de forma acrítica as ações de preparação da cidade para a recepção dos grandes eventos (ALMENDRA, 2014; ESPERANÇA, 2014a, 2016, 2017). Já antes da crise do projeto, vozes dissonantes, especialmente dos moradores de favelas, foram pouco ouvidas. Estudiosos¹⁵⁶ já apontavam que o modelo trazia outros problemas que precisavam ser trabalhados, tais como a arbitrariedade e o autoritarismo dos comandos das UPPs, que passaram a praticar uma gestão moral e do cotidiano das favelas, que ia muito além da função policial; a falta de diálogo de muitos destes comandos com as demandas locais; a ausência de um protocolo que padronizasse o projeto, não deixando sua implantação e atuação ao arbítrio de seus comandantes; a já percebida ineficácia das UPPs sociais; em algumas UPPs, começavam a surgir denúncias de que os policiais recebiam propinas de traficantes, em outras, denúncias de agressões e abuso sexual por parte dos policiais. Entretanto, as críticas eram vistas como arestas que poderiam ser sanadas, que ainda não representavam uma crise estrutural no modelo.

A partir de 2013, contudo, as UPPs entram numa crise que se intensificará ano após ano, até o anúncio de sua morte ou quase morte, em 2018, durante a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. As denúncias de abuso policial e corrupção nas UPPs começam a aumentar sensivelmente; os tiroteios, dentro destas favelas, voltam a acontecer, só que de forma ainda mais dramática, já que a presença policial não é esporádica, mas definitiva,

¹⁵⁶ Os trabalhos já citados, neste capítulo, parecem notar tanto estes benefícios quanto suas limitações e problemas. Faço uma nota, contudo, para a hipótese de Ganem Misse (2014), de que a redução de homicídios, notada com as UPPs, pode não ter uma relação causal. Primeiro, porque as taxas estavam em queda antes da sua implantação; segundo, outro fator pode ser a implantação, pela Secretaria de Segurança, em 2009, do Sistema Integrado de Metas (SIM), que previa uma gratificação financeira ao cumprimento de metas, levando a um maior controle e rigor tanto nas notificações relacionadas à letalidade violenta quanto nas ações policiais na ponta.

dividindo o mesmo espaço com criminosos¹⁵⁷; a chegada e/ou regularização de serviços como luz e internet, aliada a uma melhoria da imagem destas favelas “pacificadas”, fez com que houvesse um aumento do custo de vida local e um processo de especulação imobiliária que passou a produzir uma “remoção branca” nestas favelas, expulsando seus moradores mais pobres ou levando-os a uma mais intensa pauperização. Por fim, houve a comoção internacional com o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza que, preso pela polícia e levado à sede da UPP da Rocinha, foi, segundo indícios, torturado, morto e teve o corpo ocultado. Foi feita uma campanha de grande repercussão chamada “Onde está o Amarildo?”, com o apoio de personalidades públicas e entidades de direitos humanos. As investigações levaram à prisão e condenação de 12 de 25 policiais militares acusados pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. A maior pena foi dada ao ex-comandante daquela UPP, o major Edson Raimundo dos Santos, 13 anos e sete meses de prisão¹⁵⁸. A UPP da Rocinha, até então, era considerada um modelo de sucesso do programa e seu comandante, uma referência para os demais¹⁵⁹. O corpo de Amarildo, até hoje, não foi encontrado.

Os anos seguintes intensificaram estas críticas, que levaram a uma crise definitiva do projeto, acompanhada pela crise econômica do Estado do Rio de Janeiro, a saída de Beltrame da Secretaria de Segurança, o aumento nas taxas de criminalidade e a prisão do ex-governador Cabral, em novembro de 2016, e do então governador Luiz Fernando Pezão, em dezembro de 2018. Em fevereiro de 2018, o governo federal decretou intervenção federal na área da segurança no Estado do Rio de Janeiro, nomeando um general do exército, Braga Netto, como interventor. A Secretaria de Segurança foi assumida por outro general, Richard Nunes, um dos generais que comandou a Operação São Francisco, na Maré. Eles anunciaram a extinção de 12 UPPs e a incorporação de outras 7 por outras unidades¹⁶⁰. Ainda não se sabe o destino das outras UPPs durante a gestão no novo governador do estado, Wilson Witzel, cujo mandato se iniciou em 2019.

¹⁵⁷ 2013 foi meu último ano de trabalho de campo no Complexo do Alemão e percebi que, já no seu primeiro ano, as UPPs lá instaladas pareciam ser, de forma dramática, a representação de um projeto que ruiria em breve. Lá houve a primeira morte de um policial de UPPs, a soldado Fabiana. A tensão e a violência estavam, naquele ano, num limite prestes a explodir (ESPERANÇA, 2014a, 2014b, 2017), o que de fato vem a acontecer no ano seguinte.

¹⁵⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>, reportagem de 01.02.2016, consultada em 12.12.2018.s

¹⁵⁹ Participei, alguns meses antes do caso Amarildo, no âmbito da pesquisa do ISER, de grupos focais com policiais de UPPs, um deles somente com comandantes.

¹⁶⁰ <https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-anuncia-fim-de-12-upps-mudancas-em-outras-sete-unidades-22631936>, reportagem de 26.4.2018, consultada em 16.12.2018.

4. MILITARIZAÇÃO

É preciso ter presente que as Forças Armadas brasileiras, ao contrário do que ocorre em outros casos, longe de constituírem uma casta privilegiada, representam um dos mais importantes e bem definidos setores da nossa classe média ... As Forças Armadas, identificadas, como mencionei acima, com as aspirações populares e fieis a elas, exercem na prática uma espécie de poder moderador (...)

(General Juracy Magalhães, discurso proferido em 1965, quando era embaixador brasileiro em Washington)

Um outro aspecto a ser considerado, para se pensar a ocupação militar da Maré, além do ciclo dos megaeventos e da pacificação, é o processo de militarização da sociedade, da experiência urbana em geral e da cidade do Rio de Janeiro, em particular. Muitos autores, não brasileiros, têm, corretamente, apontado o processo de militarização das cidades ao longo do mundo, processo profundamente intensificado após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Seduzidos por essas análises, acredito que parte das ciências sociais brasileira reproduziu algumas ideias destes autores, reconhecendo processos similares acontecidos por aqui, o que os levou a tratar de um processo de militarização da experiência urbana brasileira e, especialmente, do Rio de Janeiro, como um palco privilegiado, como se a cidade houvesse se tornado um laboratório para estes processos. Desta forma, reproduziram um esquema exógeno construindo a ideia de que houve uma mudança, ou uma intensificação, ou um aprofundamento, mas sempre no sentido de algo novo, nas relações entre o militarismo e nossa sociedade.

Neste capítulo, defendo a hipótese de que não há um recente processo de militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro, mas trata-se de um elemento formador da nossa república e do estado no Brasil, assumindo, em cada momento histórico, diferentes papéis. Ou seja, não há um processo recente de militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro porque estas já são estruturalmente marcadas pela experiência da militarização. Vivemos numa sociedade historicamente militarizada, em que as forças armadas jamais deixaram de ter protagonismo, onde a experiência militar ocupa um lugar privilegiado em certo imaginário social de ordem, de disciplina e de moralidade e onde os militares construíram para si mesmos uma identidade como uma elite de dirigentes responsáveis pela

ordem e pelos rumos tomados pelo país, os únicos capazes de, como classe dirigente, ter o altruísmo e o patriotismo -que falta aos políticos a aos “paisanos” em geral- necessários para defender os interesses e o desenvolvimento nacional, o que fizeram, a seu ver, ao longo da história. Esta missão nacional de defesa da ordem e do desenvolvimento, contra ameaças reais ou construídas, justifica seu espírito intervencionista e golpista que, mesmo em épocas onde a democracia parecia estar mais consolidada, jamais arrefeceu, mas esteve ora adormecida, ora somente fora dos holofotes. Apareceu, contudo, sempre que se viram ameaçados ou contestados, como no caso da Comissão Nacional da Verdade, por exemplo, como vimos em capítulo anterior.

Pretendo, nesta seção, realizar três movimentos. Primeiro, traçar um breve panorama dos elementos que apontam para uma militarização da questão urbana no mundo. Segundo, tentar identificar analiticamente quais desses processos são, de fato, reconhecíveis na experiência urbana brasileira e se são, realmente, fruto desse fluxo global de ideias e práticas militarizantes. Terceiro, elencar elementos que, segundo penso, apontam não para uma recente militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro, mas um longo processo histórico de militarização que remonta à formação do estado brasileiro.

4.1 A militarização das cidades

Já há algum tempo tem se produzido uma notável literatura nas ciências sociais e em outras áreas tendo como tema a militarização da sociedade civil, que, para Graham (2016), significa: “a extensão das ideias militares de rastreamento, identificação e seleção nos espaços e meios de circulação da vida cotidiana” (p. 24), que estaria produzindo um “novo urbanismo militar” (p. 26), cuja origem está numa mudança de paradigma que passa a entender os espaços urbanos, públicos e privados, e a população civil, como alvos e ameaças de uma guerra de tipo novo, “assimétrica”, “irregular” ou, nas palavras de Virilio (2007), “transpolítica”.

(...) o novo urbanismo militar, em toda a sua complexidade e o seu alcance, se apoia em uma ideia central: técnicas militarizadas de rastreamento e triagem precisam colonizar permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana tanto na

“pátria” quanto nas cidades do Ocidente, bem como nas fronteiras neocoloniais do mundo. (Ibid., p. 27)

A militarização também envolve a normalização de paradigmas militares de pensamento, ação e política; esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades considerados não condizentes com noções masculinizadas (e interconectadas) de nação, cidadania ou corpo; e o uso de uma ampla e diversificada propaganda política que romantiza ou higieniza a violência como um meio de vingança legítimo ou de conquista de algum propósito divino. (Ibid. p. 122)

O inimigo, essencializado, orientalizado¹⁶¹, é o terrorista ou o insurgente, oculto no meio das massas urbanas, imperceptível, pronto para um ataque surpresa contras as bases da dominação militar e econômica do império¹⁶². A antiga forma de guerra, na forma de estados-nação contra estados-nação, se tornou obsoleta e caiu em desuso, desde o fim da Guerra Fria. O inimigo agora não mais é o país vizinho ou a nação insurgente, mas grupos, redes transnacionais, cujo objetivo é desestabilizar e combater a hegemonia imperial. Estas redes infiltram seus componentes na complexidade da trama urbana, tornando impossível a antiga forma de se fazer guerra¹⁶³. Esta, por sua vez, se urbaniza, num processo que teve início com as grandes guerras do século passado, onde as cidades se tornaram alvos de destrutivos bombardeios aéreos e ataques nucleares (BISHOP e CLANCEY, 2004), mas se aprofundou de uma forma nova (GRAHAM, 2004). Virilio (2007) vai chamar isto de estratégia anti-cidade. Para ele, hoje, a geopolítica cedeu lugar a uma *metropolítica*. A infraestrutura urbana, abastecimento de água e luz, sistemas de transportes, estradas de acesso e aeroportos, locais de aglomeração de pessoas, se tornaram os alvos prediletos de ataques que visam desestabilizar regimes e resistências, com desastrosas consequências para a população civil, especialmente os mais pobres, pessoas idosas e crianças¹⁶⁴. Como apontaram Bishop e Clancey (2004), as cidades globais se tornam e permanecem globais na medida em que são

¹⁶¹ O texto seminal de Edward Said, *Orientalismo*, permanece mais atual do que nunca. Para ele, o Orientalismo “pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o; em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter poder sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29)

¹⁶² Adoto o conceito de império, como foi pensado por Hardt e Negri (2002). O império se consolida com o enfraquecimento do tradicional conceito de estado-nação e a emergência de uma soberania de tipo novo, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma nova lógica global econômica, pós-fordista, neoliberal. O império se caracteriza pela fluidez de suas fronteiras e tem como objeto de seu governo toda a vida social, constituindo-se como um biopoder.

¹⁶³ Além de guerra “assimétrica”, “híbrida” ou “irregular”, usa-se também na nova doutrina militar dedicada a este tema os termos: “conflito de baixa intensidade”, “netwar”, “guerra longa” ou “guerra de quarta geração” (GRAHAM, 2016, p. 28).

¹⁶⁴ Os exércitos norte-americano e israelense, nos respectivos conflitos em que estiveram envolvidos, e numa parceria militar, que envolve transferência de tecnologia e inteligência, especializaram-se nessas ações (Graham, 2016).

“alvos”, de forma que é o seu status como potencial “alvo” que as fazem, de fato, globais (p. 67).

Graham, por sua vez, enfatiza que “o que conduz os espaços ordinários a se tornarem alvos militares é uma nova constelação de teorias e doutrinas militares” (2016, p. 73). Assim, para esta teoria, há uma ampla rede de ameaças transnacionais que atuam na forma de “redes sociais, técnicas, políticas, culturais e financeiras” (Ibid.) e ameaçam as sociedades ocidentais “ao ter como alvo ou explorar espaços, infraestrutura e tecnologias de controle que sustentam as cidades contemporâneas” (ibid.).

Obscurecem-se, nestes novos conflitos, as fronteiras entre guerra e paz; entre policiamento e militarização; entre o inimigo e o cidadão (BIGO, 2000). A ameaça, agora, está em Bagdá, e em Cabul, mas também nas ruas de Nova York, Paris e Londres. As técnicas de controle e repressão aprendidas pelos países colonizadores ou invasores agora são aplicadas, como num efeito bumerangue, em suas próprias nações. As separações legais que permitem que as forças armadas atuem dentro de sua própria nação são relativizadas ou, simplesmente, caem sob novas legislações. As mesmas técnicas usadas pelo exército norte-americano para lidar com a insurreição iraquiana são usadas para lidar com os indesejáveis de New Orleans que se recusam a deixar suas casas após a passagem do furacão Katrina, por exemplo¹⁶⁵. Como diz Graham (2016): “Por processos de imitação, modelos explicitamente coloniais de pacificação, militarização e controle, aperfeiçoados nas ruas do Sul do globo, se espalham pelas cidades dos centros capitalistas do Norte” (p. 30). Virilio (2007) vai chamar estes novos processos, em contraste ao seu conceito de guerra pura, como *guerra impura*, onde “a dissuasão não é mais destinada apenas ao setor militar, mas essencialmente à população civil” (Ibid., p. 9)¹⁶⁶.

Este novo urbanismo militar é o palco de experimentação de novas tecnologias de controle que, de uso inicialmente militar, agora são aplicadas e adaptadas ao monitoramento de fluxos de capitais, de pessoas e, especialmente, da vida ordinária das grandes metrópoles, em busca de potenciais ameaças, e na fabricação de um imaginário de segurança e de total controle, numa lógica que “permeia a cultura popular, dos automóveis a videogames, cinema,

¹⁶⁵ O filme norte-americano *Beasts of the Southern Wild*, de 2012, -que, no Brasil recebeu o bizarro título de *Indomável Sonhadora*-, se passa entre as vítimas do furacão Katrina, que insistem em permanecer em suas casas e são tratados como insurgentes pelas ações militares de resgate. Numa belíssima sequência inicial, uma criança negra corre, brincando com fogos de artifício, evocando a icônica imagem da menina Kim Phuc Phan Thi, correndo nua e desesperada, ferida por napalm, logo após um bombardeio aéreo norte-americano no Vietnã. A comparação é óbvia.

¹⁶⁶ Tradução minha.

ficção científica e daí em diante até uma fusão de entretenimento, guerra e design de armas” (Graham, 2016, p. 442).

Tecnologias como internet, realidade virtual, viagens a jato, mineração de dados, circuitos internos de segurança, engenharia espacial, controle remoto, micro-ondas, radar, posicionamento global, computadores em rede, comunicação sem fio, monitoramento por satélite, containerização e logística -que hoje em dia facilitam coletivamente a vida urbana cotidiana – foram criadas na segunda metade do século XX como parte da elaboração de sistemas de controle militar. (Graham, 2016, p. 127)

Há um amplo leque de organizações estatais e não estatais envolvidas nesses processos. Além do complexo industrial militar, incluídas as indústrias privadas de segurança e tecnologia em segurança, muitas controladas por militares e ex-militares, as agência da alfândega, de inteligência, serviços secretos, policiais, militares, organismos transnacionais, “um oligopólio de enormes corporações transnacionais de segurança dominadas pelo mercado” (Ibid., p 140), todas passam a cooperar entre si contra seus inimigos comuns, “terroristas e os países que os apoiam, o crime organizado e o tráfico de drogas, a corrupção e os mafiosos, o risco de motins urbanos de natureza étnica e suas implicações para a política internacional com os países de imigração”¹⁶⁷ (BIGO, 2000, p. 323). Assim, é mais preciso falar de um processo de *securitização*, com a produção de uma nova doutrina de segurança, onde cada um destes atores/atrizes, agências e organizações, contribui com seus próprios interesses¹⁶⁸. Didier Bigo está correto ao apontar que:

Assim, segurança, e em particular segurança interna, deve ser entendida como um processo de securitização/insecuritização das fronteiras, das identidades e da concepção de ordens. Securitização é, nesse sentido, não uma resposta à insecuritização, mas uma capacidade de gerenciar (e criar) insegurança. Quando a securitização aumenta, a insecuritização também aumenta, como metaforicamente, é o envelope da esfera de segurança. Mais do que isso, às vezes a segurança cria efeitos colaterais indesejados em relação a outros grupos de pessoas e, além de ter um dilema de segurança nos níveis externo e estadual, há um dilema de segurança nos níveis interno e comunitário. Esse dilema cria insecuritização devido à profecia autorrealizável dos discursos de segurança, por exemplo, entre migrantes e polícia de fronteira, ou entre cidadãos de origem estrangeira e policiais que controlam os subúrbios. (Ibid.)¹⁶⁹

Nesta nova doutrina de segurança, militarizada, as pessoas passam a ser catalogadas pelo potencial de risco que elas representam. O estado, por sua vez, passa a ter no imperativo de proporcionar segurança uma função que tende a sobrepujar todas as outras. E, como era de

¹⁶⁷ Tradução minha.

¹⁶⁸ Sobre uma antropologia da segurança, ver o livro editado por Maguire, Frois e Zurawski (2014). Hardt e Negri (2005) chamam a atenção para a diferença entre as ideias de “defesa” e de “segurança”: “Enquanto a ideia de “defesa” envolve o conceito de uma barreira de proteção contra ameaças externas, a de “segurança” justifica uma constante atividade marcial, tanto no interior do país quanto no exterior” (p. 44).

¹⁶⁹ Tradução minha.

se esperar, árabes e seus descendentes¹⁷⁰, todo sorte de imigrante ou refugiado, assim como aquelas pessoas classificados como indesejáveis ou marginais, dos negros dos guetos¹⁷¹ de Chicago, aos latinos e negros de Los Angeles¹⁷², ou aos jovens dos banlieus franceses¹⁷³, são construídos socialmente e nos discursos de agentes do estado como ameaças, monitorados, abordados frequentemente de forma vexatória, violenta e humilhante, encarcerados e, quando resistem, mortos. As ameaças se estendem mais além, para manifestantes contra medidas do Fundo Monetário Internacional, ou do World Bank, grupos em defesa de moradia, pessoas removidas em decorrência de obras para a realização de megaeventos¹⁷⁴, ou quaisquer grupos contestatórios, que podem também se tornar alvos de repressão e violência cometidas por policiais (cada vez mais militarizados) e/ou militares¹⁷⁵. Como apontaram Linke e Smith (2009), sobre a linguagem securocrática do estado ocidental contemporâneo: “é um discurso de guerra: ele não apenas fortalece o alcance militar de um Estado além das fronteiras nacionais, mas também diminui a sociedade civil, abandona os direitos humanos, a diplomacia e as visões de paz” (p. 3)¹⁷⁶.

Historicamente, estas novas tendências surgem e são fortalecidas com a guerra fria¹⁷⁷. O fim da URSS, contudo, não pôs fim ao paradigma, mas, acompanhado da chamada *revolução nos assuntos militares (RMA- Revolution in military affairs)*, só o intensificou. Esta “revolução” foi a mudança, após o fim do conflito mundial binário com os soviéticos, da estratégia de defesa dos Estados Unidos. A RMA se baseia, segundo Hardt e Negri (2005), em três conceitos fundamentais:

¹⁷⁰ Sobre a segregação dos árabes na cidade de Detroit, ver Howell e Shryock (2003).

¹⁷¹ Sobre a história do conceito de gueto, ver Duneier (2016). O texto clássico sobre a questão ainda é, sem dúvida, o de Louis Wirth (1928 [1956]).

¹⁷² Sobre os dilemas do policiamento nestas áreas ver Wacquant (2001)

¹⁷³ Um excelente texto sobre políticas urbanas para os banlieus e a construção das representações de medo relacionada a estes lugares é Dikeç (2007). Para um olhar sobre esta questão a partir de uma antropologia das moralidades, ver Fassin (2015).

¹⁷⁴ Sobre os violentos processos de remoção de pobres em Pequim, para a realização da Olimpíada de 2008, e a forma como foram reprimidos e calados ver Broudehoux (2007).

¹⁷⁵ “No Reino Unido, por exemplo, as leis antiterroristas estão sendo usadas para prender pessoas que protestam pacificamente contra feiras de armas e a globalização neoliberal. Elas têm sido usadas desde o 11 de setembro para minar e criminalizar o legítimo protesto público nas ruas da cidade.” (Graham, 2004, p. 16). Tradução minha. Ainda Graham (2016): “Esse paradigma permite que uma série de movimentos e campanhas transnacionais- por justiça social ou sustentabilidade ecológica, contra a opressão do Estado ou contra os efeitos devastadores do fundamentalismo de mercado- sejam considerados como formas de “netwar”” (p. 74). Hardt e Negri (2005), por sua vez, destacam que “uma guerra para criar ou manter a ordem social não pode ter fim. Envolverá necessariamente o contínuo e ininterrupto exercício do poder e da violência. Em outras palavras, não é possível vencer uma guerra dessas, ou, por outra, ela precisa ser vencida diariamente. Assim é que se tornou praticamente impossível distinguir a guerra da atividade policial” (p. 36-36).

¹⁷⁶ Tradução minha.

¹⁷⁷ Stepan (1973a) já havia notado, no início da década de 1970 que o exército norte-americano passou a ser usado para lidar com distúrbios internos e lhe foi dada a função de manutenção da ordem interna.

(...) que novas tecnologias oferecem a possibilidade de uma nova forma de combate; que atualmente os Estados Unidos exercem um domínio esmagador em matéria de poderio militar sobre todos os demais países; e, que, com o fim da guerra fria, também chegou ao fim o paradigma da guerra como um previsível conflito de massa. (p. 69)

Graham (2016) apontou que, desde 2005, o Pentágono, a partir do desastre da invasão militar do Iraque, adotou o conceito de “Guerra Longa”, marcado pela adoção de ataques preventivos e uso de satélites e drones armados para o assassinato de alvos e o monitoramento de seus inimigos¹⁷⁸.

Neste contexto, o medo¹⁷⁹, um medo socialmente construído, continuamente alimentado por agentes midiáticos e agentes do estado, exerce o papel de justificar e legitimar este processo de militarização, fazendo com que aqueles que temem, aceitem ser cada vez mais monitorados, cerceados, ter sua liberdade restringida, desde que os “novos bárbaros” sejam mantidos sobre controle, segregados, encarcerados, afastados. Como apontou Graham (2016), “quase qualquer grande grupo que se reúna nas ruas de uma cidade e não esteja preocupado com o consumo foi demonizado” (p. 119). Todorov (2010a), numa rica reflexão sobre o medo dos bárbaros, refletindo sua experiência europeia, conclui que é este medo que faz com que as pessoas se tornem bárbaras elas mesmas:

O medo se torna um perigo para aqueles que o experimentam, e é por isso que não se deve permitir que ele desempenhe o papel de paixão dominante. É até mesmo a principal justificativa para o comportamento frequentemente descrito como "inumano". O medo da morte que me ameaça ou, pior ainda, ameaça aqueles que são me são queridos, faz-me capaz de matar, mutilar e torturar. Em nome da proteção de mulheres e crianças (aqui em casa), muitos homens e mulheres, idosos e crianças foram massacrados (no exterior). Aquelas pessoas, as quais é tentador descrever como monstros, muitas vezes agiram com medo pelos seus entes queridos e por si mesmas. Quando se pergunta aos policiais e soldados sul-africanos por que, sob o apartheid, mataram ou infligiram sofrimentos indescritíveis, eles respondem: para nos proteger da ameaça à nossa comunidade representada pelos negros (e pelos comunistas). "Não gostamos de fazer isso, não queríamos fazer isso, mas tínhamos que impedi-los de matar mulheres e crianças inocentes." Mas, depois de concordar em matar, vocês também concordaram com os próximos passos: vocês torturaram (para obter informações sobre 'terroristas'), vocês mutilaram corpos (para disfarçar assassinatos como tentativas de assaltos ou explosões acidentais): todos os meios são bons quando a vitória é o objetivo - e o medo precisa ser eliminado. (Ibid., p. 6)¹⁸⁰

¹⁷⁸ Graham (2016) também chama a atenção para a relação direta, desde a presidência de Jimmy Carter, entre as ações militares dos Estados Unidos e as reservas de petróleo mundiais. A sociedade estado-unidense é apontada por este autor como uma “sociedade arquetípica hiperautomobilizada desde antes da Segunda Guerra Mundial” (p. 394) e que, com cerca de 5% da população mundial, consome um quarto do suprimento mundial de petróleo. Tendo somente 3% das reservas mundiais de petróleo e com o anunciado provável fim das reservas fósseis nas próximas décadas, os Estados Unidos empreendem uma corrida militarizada para garantir o controle e a proteção das reservas remanescentes.

¹⁷⁹ Sobre a forma como o medo se tornou uma característica central da vida social global ver Linke e Smith (2009).

¹⁸⁰ Tradução minha.

O medo se transforma assim, numa inversão perversa, na arma dos fortes contra os mais fracos. Este novo urbanismo militar é, ao mesmo tempo, uma resposta ao medo e um elemento alimentador e fundamentador do medo. Ele depende do medo para existir e avançar, produzindo e consolidando carreiras políticas, fortalecendo as instituições militares e gerando negócios bilionários para o complexo militar-industrial de segurança¹⁸¹. Produz-se, assim, aquilo que Linke e Smith (2009) chamaram de “culturas do medo”:

Concebemos “culturas de medo” em termos dos regimes de terror que são aplicados discursivamente, estrategicamente e experimentalmente a seres humanos aprisionados nas zonas de contato cada vez mais voláteis entre sistemas políticos, comunidades militarizadas e aparatos administrativos. Culturas de medo têm um fundamento político: emoções negativas como o medo ou o terror são produzidas e sustentadas para governar as populações dentro dos espaços carcerários das sociedades militarizadas. Nesse sentido, um sistema cultural emergente de medo não pode ser entendido apenas como um subproduto da violência ou como um sintoma inevitável da guerra. Formas de terror são artefatos da história, da sociedade e da política global. Culturas de medo e estados de terror são ferramentas efetivas de governo que surgem como um modus de gestão populacional implantado por atores militares, políticos e administrativos. (p. 4-5)¹⁸²

Com o declínio do padrão de guerra moderna, entre estados-nação, os militares atuam em operações, fora do país, de estabilização e pacificação de áreas em crise, nos países mais pobres, e, dentro do seu próprio país, em operações de garantia da ordem, da segurança interna, especialmente acionados contra supostas ameaças terroristas e para a segurança de megaeventos, que podem ser tanto esportivos, quanto uma reunião do G20 ou uma conferência da ONU sobre o clima do planeta. Para Graham (2016), configura-se o “ressurgimento de um militarismo agressivo, colonial, voltado para a apropriação violenta de terras e recursos do Sul” (p. 45). Trata-se, portanto, de um processo de pilhagem do Sul Global pelo Norte, que se apropria dos recursos naturais das regiões mais pobres, explorando condições de trabalho baratas, semiescravas ou análogas à escravidão, desestabilizando a região politicamente e produzindo devastação natural em larga escala.

Se, a guerra moderna era marcada por ser um conflito de certa duração, com início, marcado por uma crise entre estados-nação, geralmente por questões territoriais locais e/ou disputas de mercados e territórios de sua dominação para além de seu território, um meio, num conflito bélico definido por estratégias militares e ataques a posições inimigas com o

¹⁸¹ Graham aponta que “essa colonização emana de uma gama complexa de origens, que englobam vastos complexos industriais multinacionais que se estendem para além dos setores militares e de segurança para abranger as indústrias de tecnologia, da vigilância e do entretenimento; um leque amplo de consultores, laboratórios de pesquisa e universidade corporativas que vendem soluções de segurança como balas de prata para solucionar problemas sociais complexos; (...) Em meio ao colapso econômico global, os mercados para serviços e tecnologias de segurança estão em ascensão como nunca antes.” (2016, p. 37)

¹⁸² Tradução minha.

intuito de enfraquecê-lo, dissuadi-lo e, por fim derrotá-lo, e um fim, com um dos lados derrotado, sendo obrigado a aceitar os novos termos geopolíticos e econômicos, por causa de sua derrota e a aceitar as sanções como resultado de suas ofensas passadas, agora tudo mudou.

Ninguém expressou esta mudança de forma tão precisa- e concisa- quanto Alain Joxe: “Você tem um processo de paz que também é um processo de expansão da guerra.” (2002, p. 20). Este processo está diretamente ligado, para o autor, a outro: o de morte da soberania democrática em nome da soberania corporativa. Como soberania está diretamente relacionada aos estados e eles se enfraqueceram, ou melhor, perderam/cederam sua força às corporações, logo a democracia está arruinada (Ibid., p. 61). Para Virilio (2007), há uma enorme ameaça para a democracia, em todos os países, sem exceção. Legislações como o Patriot Act¹⁸³ estadunidense, e outras similares, -penso imediatamente nas operações militares brasileiras de garantia da lei e da ordem-, com sua pretensão de restauração da ordem, na verdade, abrem os portões para o caos (Ibid., p. 9)

É na linha deste raciocínio que Hardt e Negri (2002, 2003, 2005, 2017) desenvolveram, em vários trabalhos, sua célebre teoria do império, da multidão, do poder constituinte e da assembleia, uma releitura de toda teoria marxista. Uma das três divisões de seu *Multidão* (2004), era exatamente “Guerra”. Embora Hardt e Negri não tenham sido os primeiros a refletir nestas linhas, construíram a melhor sistematização sobre aquilo que Joxe chamou de “guerras civis por toda parte” e Enzensberger (1995) de “guerras moleculares”. Para eles, como esta guerra é de alcance global e de longa duração, sem previsão para acabar, “a democracia também se torna indefinida ou mesmo permanente” (2005, p. 10). A guerra impõe sua própria ordem política e a democracia “parece então totalmente irreversível, totalmente encoberta pelos regimes armados e de segurança de nosso constante estado de conflito” (Ibid.). A guerra não é um acidente, mas inevitável, perpétua, e funciona como instrumento de domínio do Império.

Graham vai chamar este estado de guerra permanente de *permawar*, cujo inimigo advém de uma vaga noção de violência informal, “terrorismo”, “abstráida de qualquer discussão sobre as tensões e processos geopolíticos que a alimentam” (2004, p. 15). Esta *permawar* não traz a possibilidade de se completar e o que realmente significaria “vitória”.

¹⁸³ Lei criada nos Estados Unidos, após o 11 de setembro de 2001, que dava poderes quase absolutos aos agentes da lei diante de crimes que supostamente ameaçassem a segurança nacional. A lei autorizava, entre outras coisas: a detenção indefinida de imigrantes; buscas em casas ou empresas sem ordem judicial e sem o consentimento e a presença de seus donos; buscas de registros telefônicos, e-mails e movimentações financeiras, sem ordem judicial.

Para Enzensberger (1995), esta guerra civil não dura para sempre, mas a todo instante ameaça irromper.

Essa falta de distinção clara entre a manutenção da paz e os atos de guerra faz com que a guerra invada todo o terreno do social, tornando o estado de exceção¹⁸⁴ permanente e generalizado (HARDT e NEGRI, 2005; AGAMBEN, 2004). Para Hardt e Negri, a guerra se transformou num *regime de biopoder*, “uma forma de governo destinada não apenas a controlar a população, mas a produzir e reproduzir todos os aspectos da vida social” (2005, p. 34). Não é mais possível distinguir o conceito e a prática da guerra com o do policiamento. O “inimigo”, geralmente o estrangeiro, e as “classes perigosas”, ameaças à ordem interna, são cada vez mais difíceis de distinguir, produzindo-se assim uma sociedade de tolerância zero e uma guerra social permanente, assim como uma escalada de autoritarismo e totalitarismo até mesmo nas nações mais tradicionalmente democráticas. Para Graham, “esses paradigmas transformam atos sociais prosaicos que constituem coletivamente a vida urbana em ameaças à existência e à sociedade” (2016, p. 80). Não há mais os combates em larga escala, como nas duas grandes guerras do século passado, mas “ações policiais de alta intensidade¹⁸⁵, como o envolvimento americano no Vietnã e na América Latina e o dos soviéticos no Afeganistão” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 66).

Nessa guerra permanente, a tortura torna-se “uma técnica de controle cada vez mais generalizada, ao mesmo tempo em que se banaliza sempre mais” (Ibid., p. 42). Os ataques preventivos, através da retomada do conceito de guerra justa, “em nome da segurança solapam abertamente a soberania nacional, tornando cada vez mais irrelevantes as fronteiras nacionais” (Ibid., p. 43). A guerra transforma-se no fundamento da vida social, na base da própria política. “(...) terá de tornar-se ao mesmo tempo uma atividade processual e uma atividade reguladora, de ordenação, criando e mantendo hierarquias sociais, uma forma de

¹⁸⁴ Tem se tornado lugar comum de falas sociológicos e de ativistas locais interpretarem as ações policiais nas favelas com a teoria do estado de exceção. Contudo, o que Hardt e Negri, e Agamben querem, na verdade dizer, é que o estado de exceção se tornou, parafraseando Walter Benjamin (1994), a regra, a permanência, o ordinário, o paradigma de governo, não o extraordinário, o episódico. Assim, se a ação policial na favela configura um estado de exceção não é porque ele se transfigura de estado quando trata da favela, e volta à legalidade quando sai de lá, mas porque o paradigma dos governos contemporâneos, se seguirmos e concordamos com estes autores, é um estado de exceção permanente, que torna possível uma ação arbitrária e sanguinária numa favela, sem que isto incorra em ilegalidade pela via jurídica ordinária. Nesse sentido, é melhor voltar as origens do conceito, com Carl Schmitt (2009), que defina o soberano como aquele que decide sobre o estado de exceção. “Do que segue se verá que, aqui, por ‘estado de exceção’ se entenderá um conceito geral da doutrina do Estado, não um decreto de necessidade qualquer ou um estado de sítio. Uma razão sistemática lógico-jurídica faz do estado de exceção em sentido eminente a definição jurídica da soberania” (p. 13, tradução minha)

¹⁸⁵ O destaque é dos próprios autores.

biopoder voltada para a promoção e a regulação da vida social” (Ibid., p. 44-45). Sua relação com o direito internacional, por sua vez, utiliza-se dos conceitos de crime contra a humanidade e as atividades dos tribunais internacionais, para relativizar e, muitas vezes, destruir os direitos e a soberania de certos países (Ibid.). Assim, os tribunais internacionais reproduzem as hierarquias imperiais e legitimam a violência para a manutenção ou restauração da “ordem”, definida pelos interesses do império. “(...) *as distinções entre violência legítima e ilegítima, entre guerras de libertação e guerras de opressão tendem a ficar confusas*¹⁸⁶. Todas as formas de violência tornam-se cinzentas” (Ibid., p. 57). Para Virilio (2007), estamos diante da primeira guerra civil mundial da história, “uma fusão entre a guerra civil hiper-terrorista e a guerra internacional, a tal ponto que elas são indistinguíveis”¹⁸⁷ (Ibid., p. 13).

Seguindo ainda Hardt e Negri (2005), há uma íntima conexão entre esta nova forma de guerra e as recentes transformações do trabalho social, que passou de um modelo fordista para um modelo pós-fordista. De forma resumida, pode-se apontar estas transformações como consequência da crise estrutural do capitalismo nas décadas de 1960 e 1970, que gestaram um novo paradigma econômico, o neoliberalismo, cujo símbolo e modelo foram os governos de Reagan nos Estados Unidos e Thatcher, na Inglaterra. As principais mudanças passam pelo ataque ao sindicalismo, a flexibilização das leis trabalhistas e da garantia de emprego, a descentralização produtiva, a emergência do trabalho e das organizações em rede e do trabalho imaterial, “o trabalho que cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma reação emocional” (p. 149).

A nova guerra, a guerra do RMA, “é uma antecipação e uma extrapolação das recentes transformações do trabalho social, projetando os dados econômicos da produção no campo de batalha” (p. 73). O soldado, agora, como um operário pós-fordista, precisa ser flexível, saber trabalhar em redes menores e descentralizadas, como pequenas unidades, e produzir mais do que a morte do inimigo, mas também uma grande dose de trabalho imaterial, manejando bem a comunicação social, a linguagem da pacificação, o trabalho humanitário, a conquista de corações e mentes, “como também ser capazes de determinar para as populações conquistadas as normas culturais, jurídicas, políticas e de segurança a serem cumpridas” (Ibid.)¹⁸⁸.

¹⁸⁶ O destaque é dos próprios autores.

¹⁸⁷ Tradução minha.

¹⁸⁸ Como será amplamente demonstrado no próximo capítulo.

Evidentemente, esta nova forma de fazer guerra cria também, para estes autores, múltiplas e inovadoras formas de resistência, na forma da multidão, mas não as tratarei, para não perder o foco na questão central da militarização. Um ponto, contudo, que vale a pena destacar, para encerrar esta seção, diz respeito à eficácia desta guerra e das medidas de controle e confinamentos das “classes perigosas”. Neste ponto, penso que Graham (2016) está correto ao apontar que, apesar de todos esses discursos “alimentados com fetichismo tecnológico e devaneios de onisciência e controle todo-poderoso” (p. 213), não se fez da cidade um grande Big Brother, perfeitamente integrado, que cerceia, como nos mais assustadores contos de ficção-científica, a vida das pessoas e as controla integralmente, mas uma miríade de *Little Brothers*, não um panóptico, mas um “omnóptico”, com “múltiplos sistemas de monitoramento de escopo, escala, efetividade e alcance diversos, que às vezes interagem, mas com muita frequência – apesar da badalação- não” (Ibid.). Estas “novas fronteiras tecnológicas tendem à pane tecnológica, à ineficácia, aos erros e aos efeitos não intencionais” (Ibid.). Falham porque a tecnologia falha, a integração entre diferentes sistemas e organizações falha, os efeitos de previsão e antecipação ao risco se equivocam, os operadores não conseguem lidar com a complexidade das situações e os resultados são, muitas vezes, desastrosos, como no caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, assassinado pela polícia no metrô de Londres, em 2005, confundido com um terrorista.

Assim, grande parte de todo o aparato tecnológico e das espetaculares e militarizadas soluções de segurança, como mostrou Graham (2016), devem ser vistas também em função do efeito que produzem sobre as pessoas, mais do que efetivamente seus resultados. Há uma parte de teatralidade e de espetáculo, que não podem ser esquecidas. Ele lembrou de uma forte ação de repressão contra “imigrantes ilegais” nos condomínios fechados luxuosos de Long Island, acontecida em 2008, quando “os moradores riquíssimos desses enclaves logo descobrem que suas casas não estão limpas, seus parques não foram podados, seus filhos não têm babá e, ironicamente, suas fronteiras não estão sendo policiadas” (Ibid., p. 214).

4.2 Militarização e megaeventos: entre a sociedade de controle e a sociedade do espetáculo

São nos megaeventos que se materializa de forma notável, como apontaram Boyle e Haggerty (2009), uma conjugação entre duas diferentes concepções sobre as sociedades modernas, o controle e o espetáculo. Aqui, Michel Foucault e Gilles Deleuze encontram Guy Debord, apontando que as duas concepções não são contraditórias, mas podem ser complementares.

Foi em *Vigiar e punir* (2012 [1975]) que Foucault desenvolveu sua famosa tese da constituição da moderna sociedade disciplinar. O desaparecimento dos suplícios como forma de punição vai se extinguindo, suprimindo-se o espetáculo punitivo. Para ele, “o desaparecimento dos suplícios é, pois, o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue” (p. 15). A civilização do espetáculo foi a Antiguidade e “nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância” (p. 205). Embora não o diga, a referência óbvia é Debord (1997), cujo *A sociedade do espetáculo* foi publicado em 1967. Para este, vivemos numa sociedade fundamentalmente *espetaculoísta*. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.” (p. 13). O espetáculo é uma “relação social entre pessoas, mediada por imagens” (p. 14), “é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem” (p. 25).

De volta a Foucault (2012), contar a história de uma microfísica do poder punitivo é uma forma de genealogia da “alma” moderna (p. 31), assim ao construir a genealogia do surgimento de formas mais racionalizadas e abstratas de punir pode-se entender como se constituiu a moderna sociedade disciplinar, que traz “uma tendência para uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância mais atenta do corpo social” (p. 76). Após o tempo do espetáculo dos suplícios, surge uma sociedade disciplinar, onde a “disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (p. 133) e são formadas uma série de instituições de sequestro destes corpos, destinadas a disciplinar o corpo social, as escolas, os quartéis militares, a fábrica, o hospital psiquiátrico, a prisão, “para que, todos, se pareçam” (Ibid., p. 175). O panoptismo seria a forma mais bem-acabada de produzir uma vigilância eficiente e econômica e “constituía o processo técnico, universalmente difundido, de coerção” (p. 209), de tal forma que se formou uma sociedade panóptica, de tessitura carcerária, marcada pela onipresença dos dispositivos de disciplina, que fazem reinar a universalidade do normativo. Deleuze (1992), partindo de Foucault, vai apontar que as sociedades de controle estão substituindo as sociedades disciplinares, caracterizando o advento de um novo regime de dominação, e isto é marcado pelas transformações do

capitalismo do século XIX pelo do final do século XX, especulativo, financeirizado, que vende serviços. Para Deleuze, o modelo não é mais a fábrica, mas a empresa e o gerenciamento, a gestão empresarial, que invade e forma todos os outros espaços, da escola à prisão. “O marketing é agora o instrumento de controle social” (p. 224) e “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (Idem).

Os megaeventos, especialmente os esportivos, tais como a Copa do Mundo da FIFA e os jogos olímpicos, são acontecimentos em que o espetáculo, a disciplina e o controle se encontram, o que me faz sugerir, seguindo a sugestão de Boyle e Haggerty (2009), que aparentemente contraditórias concepções da sociedade podem ser na verdade não excludentes, mas complementares. Certamente, este foi o caso do Rio de Janeiro durante seu ciclo próprio de megaeventos. Dezenas de ruas fechadas, leis de exceção, rigorosos processos de identificação de pessoas e controle de seu comportamento, militares ocupando as favelas do entorno dos eventos, a fim de evitar possíveis distúrbios e imprevistos dos “indesejáveis” da festa, circuitos de câmeras cobrindo cada espaço, tudo isso aponta para um intenso padrão de controle e vigilância, de forma que todos e cada um saiba que está sob vigilância e nenhum ato fora de conformidade deixará de ser notado e disciplinado. Ainda, além do funcionamento, eficaz ou não, de toda esta vigilância, a própria segurança, em si, em tudo que envolve, torna-se parte do próprio espetáculo. É uma segurança espetacularizada, que conjuga alternadamente discrição e extrema e espetacular visibilidade, afinal, como apontou Graham (2016), “processos que tornam espaços “seguros” estão sempre carregados de teatralidade; a simbologia e a performance ao mesmo tempo tranquilizam e semeiam ansiedade” (p. 214). Nos megaeventos, não basta saber, mas é preciso ver, na forma do espetáculo, a segurança, de forma que a própria segurança é o espetáculo.

4.3 Militarização no Brasil

Todos os autores citados anteriormente, que trataram da temática da militarização das cidades e de um novo tipo de guerra, construíram, cada um a seu modo, precisas percepções dos nossos tempos. Tendo a concordar com eles nas linhas gerais que descrevi. Reconheço, também, que, evidentemente, muitos destes processos foram e são sentidos no caso brasileiro, especialmente durante o ciclo dos megaeventos, no caso do Rio de Janeiro, que é o campo em

questão. Entretanto, não se pode transpor estes diagnósticos para o caso brasileiro sem uma detalhada análise de cada um dos elementos que os compõem. Não há dúvida de que esta observação vale para cada diferente contexto, mas chamo a atenção para um fato peculiar da realidade brasileira e que vem a determinar decisivamente a análise: o protagonismo da questão militar no Brasil. Digo mais, entendo que, a partir da proclamação da república, em 1889, em um golpe militar, inaugurou-se, no Brasil, uma experiência republicana marcada pela militarização, na forma de uma democracia tutelada, ou impedida (SANTOS, 2017), condicionada à obediência a certos limites impostos por grupos dominantes. Desde então, as Forças Armadas, mais notadamente o exército, funcionaram como uma espécie de fiador deste modelo, tendo herdado uma tradição de autoritarismo que vai além de seu caráter puramente interno, até 1964, quando de fiadores tornaram-se protagonistas. A experiência autoritária 1964-1985 aprofundou significativamente a militarização da sociedade brasileira, de tal forma que mesmo a transição, entre os governos Geisel e Figueiredo, seguida de uma experiência semidemocrática com o governo Sarney, não foi suficiente para produzir a desmilitarização de amplos aspectos de nossa sociedade, nem teve sucesso em produzir um eficiente controle civil sobre as forças armadas.

Entre avanços e retrocessos, a experiência democrática pós-1988 e a eleição de Collor, no ano seguinte, proporcionou os trinta anos de maior regularidade institucional de nossa história republicana e de menor caráter intervencionista ou desestabilizador entre nossos militares. Os anos em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores acabou produzindo, em parte de nossas ciências sociais, a ilusão otimista de que um passado autoritário e golpista havia ficado para trás. Passou a se falar do exército como um “tigre de papel” (HUNTER, 1997) e a enfatizar o caráter profissional adquirido pelos militares nessa nova experiência democrática. Uma nova geração de estudiosos, especialmente os que se formaram após a ditadura, sofreram de certa hipermetropia e, espantados com o que chamaram de militarização do Brasil, ou das cidades brasileiras, ou do Rio de Janeiro, não perceberam os elementos profundamente enraizados da cultura militar em nossa sociedade, especialmente em certas classes. Confundi-se a rejeição à experiência militar autoritária das décadas anteriores, sentida por certos estratos de nossa sociedade, especialmente as mais intelectualizadas e economicamente superiores, bem localizadas nas capitais brasileiras, como se fosse um sentimento geral de toda a sociedade brasileira. Ao se espantarem com aparentes processos de militarização, não viram o quanto já há de militarizado, especialmente nas

estruturas de estado, e se interpretou como novo aquilo que já é moeda corrente há algum tempo.

O que quero enfatizar é que o que se chamou de militarização no Brasil, por parte de nossos estudiosos, seduzidos por análises exógenas, identificando processos relativamente recentes em consonância com a militarização das metrópoles pelo mundo, trata-se, na verdade, no caso brasileiro, de um longo processo, que se desenrolou mais fortemente a partir da proclamação de nossa república, embora tenha raízes coloniais, e foi marcado por períodos de extraordinária intensificação. Na verdade, o que sugiro, num olhar histórico, é que, nos últimos cento e trinta anos, alternaram-se períodos de intensa militarização, seguidos de períodos de aparente recuo dos militares, mas que, mesmo recolhidos a seus quartéis, jamais deixaram de ter determinante papel como garantidores constitucionais da lei e da ordem, e costumaram sempre, mesmo quando derrotados por interesses civis, marcar posição para não perder nenhuma de suas prerrogativas de poder. Ademais, a militarização de uma sociedade vai além do papel ocupado pelas forças armadas e, como vimos com Graham (2016), diz respeito à extensão das ideias e paradigmas militares através do corpo social e suas instituições, em “esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades considerados não condizentes com noções masculinizadas (e interconectadas) de nação, cidadania ou corpo” (p. 122), assim como ideias militares específicas sobre o uso da violência. Nesse sentido, mesmo quando os militares não foram protagonistas da política no Brasil, o processo de militarização de nossa sociedade estacionou ou avançou, produzindo, por vezes, novidades. Uma destas novidades é a recente intensificação do uso do exército para ocupações, relativamente longas, de favelas no Rio de Janeiro. De fato, há novas etapas da militarização de nossa sociedade, de nossas cidades e, especificamente, do Rio de Janeiro, mas fazem parte de um longo e antigo processo que diz respeito à formação do estado brasileiro, não sendo, portanto, uma variação local dos processos mundiais de militarização urbana apontado pelos autores já citados neste capítulo.

É importante reforçar, como já foi sugerido, que militarização e protagonismo político dos militares não são necessariamente dependentes. Espera-se que, em períodos onde os militares assumam o poder do estado nas suas mãos, seja via golpes de estado ou por normalidade institucional, intensifiquem-se os processos de militarização da vida política e social. De fato, nos períodos mais autoritários de nossa história, 1937-1945, durante o Estado Novo, e 1964-1984, na ditadura militar, houve um significativo avanço destes processos. Contudo, mesmo em períodos de “normalidade” democrática, onde eleições livres são

realizadas periodicamente, e seus resultados respeitados, não significa necessariamente que os processos de militarização da sociedade tenham retrocedido. O que se vê, como veremos, é que podem, inclusive, avançar, como notou-se a partir de 2010, com o uso recorrente de operações militares de garantia da lei e da ordem.

Outro grupo, ao se voltar para estudar os militares, foi vítima daquilo que Robben (1995) chama de sedução do trabalho de campo. Em seu trabalho de campo entre militares argentinos, o autor apontou o quanto a reconstrução histórica da ditadura militar argentina foi lembrada, contestada, negociada e reconstruída em público pelos seus protagonistas. Foi entrevistando militares que ele se deu conta da importância da sedução como dimensão do trabalho de campo. Para ele, esta dimensão é proeminente nas pesquisas sobre conflitos políticos violentos porque os interlocutores possuem especial interesse em fazer o etnógrafo corroborar de suas visões e adotar suas interpretações sobre o campo. Junta-se, ainda, a possibilidade de afinidades intelectuais, de gostos de classe ou outras empatias, entre o estudioso e seu interlocutor militar. O risco da sedução etnográfica seria comercializar nossa postura crítica como observadores por uma ilusão de harmonia com os atores do campo. Quando se trata de militares, este risco se potencializa, já que é notória sua desconfiança para com intelectuais não militares. A enorme dificuldade de acessá-los e construir uma ponte de escuta pode ser facilmente perdida caso eles percebam que o resultado da pesquisa não lhes foi favorável ou foi feita por alguém que não é “amigo do exército”. Assim, o risco de perder contatos e financiamentos de pesquisa, de se tornar *persona non grata*, e ter seus acessos bloqueados é sempre muito grande e a linha de aceitação para *paisanos* é muito tênue. Desta forma, o pesquisador pode se ver, até mesmo inconscientemente, pressionado a moderar ou suavizar sua postura crítica, o que ainda é o caso menos grave. Mais grave é quando – e esta observação se estende para pesquisas entre militares em geral, incluindo policiais- o pesquisador acaba reproduzindo, sem perceber, o ponto de vista dos militares, não como um ponto de vista, mas como verdade factual. Assim, há o risco de se deixar seduzir pela cortesia, pela pompa militar, pela “honra” de ser recebido e bem tratado pelo oficialato, comer de sua mesa, receber deferência de alguém acostumado a recebê-la, pela ilusão de eficiência e organização que é construída para os observadores externos, e se esquecer que o interlocutor é alguém “possuído” pelo *ethos* militar, que passou por uma socialização muito específica, produtora de uma nova identidade e que pertence ou pertenceu a uma instituição fundamentada na hierarquia, na autopreservação, e acostumada a receber críticas e a não ser compreendida pelos que são de fora (CASTRO, 2004, 2009; LEIRNER, 1997a, 1997b). Logo,

há, além de um instinto de autopreservação, uma profunda desconfiança dos militares para com *paisanos* e um cuidado para que qualquer coisa dita não comprometa a carreira daquele que o diz, ou de qualquer outro colega de farda, e não produza material que alimente aquilo que os militares identificam como o *revanchismo* de certos grupos civis contra eles (CASTRO e D'ARAÚJO, 2001). Em suma, para estudar militares, em geral, e brasileiros, em particular, é preciso ter em mente todas essas dificuldades e riscos, para não se produzir uma pesquisa “chapa branca”¹⁸⁹, como, penso, é o caso de algumas pesquisas sobre militares no Brasil.

Não pretendo, neste capítulo, trazer uma reconstituição da história militar do Brasil ou das relações civis-militares, nem como da relação entre forças armadas e política no Brasil. Isto já foi feito com muita propriedade por diversos autores¹⁹⁰. Contudo, uma reflexão teórica precisa ser feita antes de se explorarem os conceitos centrais deste capítulo.

4.3.1 Três distintas concepções sobre militares no Brasil

Nesta seção, tomarei um diálogo direto com dois autores fundamentais nos estudos sobre militares no Brasil: Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho.

Coelho publicou “*Em busca da identidade*” em 1976, quando o presidente militar era o general Ernesto Geisel, que prometia uma abertura lenta, segura e gradual. Geisel era crítico da perda de controle dos aparelhos de repressão nos últimos anos, protagonizada pelos militares da linha dura. De fato, parecia que os mecanismos de repressão e autoritarismo

¹⁸⁹ Uma pesquisa “chapa branca”, em se tratando de militares, é uma pesquisa que evita os temas espinhosos e que busca, como um de seus objetivos, ter uma boa aceitação entre os grupos que foram pesquisados. Assim, por exemplo, pode-se produzir uma pesquisa sobre o mundo prático de policiais militares sem mencionar a corrupção e a violência praticada por eles, ou sobre militares na ditadura, evitando tratar das violações de direitos humanos. Em suma, retratá-los sem contestá-los.

¹⁹⁰ Há uma vasta literatura sobre estas temáticas. Pode-se dividi-la, basicamente, em três diferentes abordagens. Aquelas que se empenham em uma interpretação das relações entre exército e política numa abordagem pela sociologia das organizações, atentos para as dinâmicas internas e institucionais que justificam o comportamento dos agentes. A segunda identifica o exército como um representante dos interesses da classe média. A terceira opta por uma abordagem instrumental, que enxerga o exército como estando sempre a serviço de interesses alheios e que acaba sendo “usado” por setores das classes oligárquicas ou políticas. Algumas vezes estas abordagens são combinadas num mesmo autor, interpretando diferentes períodos históricos. Sem promover uma rígida divisão, todos os seguintes trabalhos foram importantes, cada uma a seu modo, para esta tese: Stepan (1973, 1975, 1986), Silva (1984), Sodré (1967, 1987, 1994, 2010), Skidmore (1976), Oliveira (1987), Schulz (1994), Coelho (2000), Castro e D’Araújo (2001), Figueiredo (2005), Carvalho (2006), Teles e Safatle (2010), D’Araújo, Soares e Castro (2014) e Pinheiro (2014). Numa perspectiva mais sociológica, para além do Brasil: Janowitz (1967) e Huntington (1996).

havia ganho vida própria, independente do comando maior, e isso passou a ser combatido, ou melhor, controlado, nem sempre com muito sucesso. O livro faz uma análise das relações entre o exército e a política no Brasil, tendo como questão o processo de formação de identidade entre os militares, processo que não só coincide, mas é determinante para os processos formativos do estado nacional desde a proclamação da república até a atualidade. Ou seja, para ele, o processo de formação da identidade militar é também o processo de formação do estado republicano nacional.

Para Coelho, a construção da identidade militar é marcada por uma “desagradável e dupla ‘orfandade’” (2000, p. 19). A orfandade funcional, que entende que a sociedade civil e a elite política os desvalorizam e os consideram dispensáveis. Esta percepção nada tem de ilusória e é reforçada de tempos e tempos por inúmeros atores antimilitaristas. A outra orfandade é institucional, que, por sua vez, entende que, se há muitos que os atacam, não há quem os defenda, quem os reconheça e trabalhe pelo respeito às características particulares desta instituição (Idem, p. 33).

Coelho aponta que impera uma *concepção instrumental*, que busca interpretar o sentido do comportamento do exército meramente se concentrando nos jogos de interesses e nas disputas entre as classes sociais. Esta abordagem dispensa o estudo da organização militar como objeto de análise em si mesma (Ibid.). Incorrem neste equívoco Tobias Monteiro e Oliveira Vianna que, segundo o autor, aplicam ao exército o *dom da eterna ingenuidade*, que os leva sempre a serem seduzidos pelo canto de sereia dos hábeis políticos. Hélio Jaguaribe representa a versão dos militares como *representantes dos setores médios da sociedade*. Nelson Werneck Sodré, por sua vez, como representante da versão marxista do conflito de classes e da versão oligárquica da concepção instrumental. As dificuldades destas abordagens, para ele, saltam aos olhos. Primeiro, como explicar as contínuas intervenções, especialmente em 1937 e 1964, do exército na política, contrariando tantos interesses de importantes setores das classes oligárquicas e políticas? Segundo, pressupõe uma tal abertura do exército às influências da sociedade civil, como se o exército pode simplesmente ser identificado com as classes sociais, que fazem desaparecer as características próprias da instituição militar, seus interesses, sua identidade. Terceiro, e em decorrência disto, retira do exército a autonomia e a possibilidade de uma existência institucional que tem vida própria. Coelho propõe, através da

abordagem organizacional, tomar a organização como objeto de análise, numa perspectiva histórica¹⁹¹.

“*Forças Armadas e política no Brasil*”, cuja primeira edição é de 2005, é uma coletânea com todos os escritos, ao longo de quatro décadas, de José Murilo de Carvalho sobre militares e política no Brasil. Ele aponta para certas deficiências metodológicas que estudos prévios apresentaram e que, de alguma forma, comprometeram seus resultados. Entre elas, e a principal, a pouca consideração dada a aspectos organizacionais, o que leva a atribuições apriorísticas de determinados papéis políticos às Forças Armadas ou se limitam a explicações *ex post facto* (2006, p. 13). Assim, enfatiza “a importância do recurso à dimensão organizacional para o melhor entendimento do comportamento político das Forças Armadas” (Idem, p. 14). Além dele mesmo, obviamente, Carvalho reconhece como seguidores desta recomendação, somente, no Brasil, Edmundo Campos Coelho, e entre não-brasileiros, Morris Janowitz. Outro equívoco é reduzir a complexidade da ação e do papel político do exército a porta-voz das classes médias, como se encontra, segundo ele, em autores como Virgínio Santa Rosa, Santiago Dantas e Nelson Werneck Sodré.

Em suma, para Coelho e Carvalho, qualquer abordagem que não seja a partir de uma sociologia das organizações, que olha para as dinâmicas internas da própria instituição, é insuficiente para se compreenderem os papéis que o exército desempenhou na história brasileira. Embora concorde e adote uma abordagem organizacional em muitas de minhas análises sobre exército e polícia (ESPERANÇA, 2014a, 2014b, 2017), não entendo que esta necessariamente exclua uma abordagem instrumental ou do exército como representante de certos interesses da classe média.

De fato, entender os usos políticos que Vargas faz do exército, após 1930, as diversas vezes em que as Forças Armadas foram instrumento de repressão e violência contra grupos opositores e movimentos populares, assim como a instrumentalização das operações militares de garantia de lei e da ordem a partir, principalmente, da experiência do Complexo do Alemão e da Penha, em 2010, trazem fortes evidências de um uso instrumental das Forças Armadas, mais notadamente o exército, para a consolidação e a garantia de certos setores políticos e oligárquicos brasileiros.

¹⁹¹ Ele entende que há três processos históricos determinantes para a evolução do Exército: “a) O peso crescente dos interesses e necessidades próprios da organização como fatores de seu comportamento político; b) A aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema social e com relação a segmentos particulares deste; c) um “fechamento” progressivo aos influxos da sociedade civil” (Idem, p. 41)

Não é possível compreender o que foi o movimento de 1964 sem levar em consideração as reações do alto oficialato àquilo que consideraram quebra de hierarquia e disciplina, assim como uma ameaça à própria existência do exército, quando o presidente João Goulart prestigiou baixos escalões que se rebelaram. Isto produziu “um claro *sentimento de autodefesa* por parte dos grupos que depuseram o governo” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 2014). Os anos que se seguiram após o golpe foram marcados por intensas disputas internas dentro da instituição, numa polarização entre o grupo mais moderado, próximo a Castelo Branco, e a ala radical, próxima a Costa e Silva. Ou seja, é preciso olhar para as dinâmicas internas da instituição para que se possa compreender as complexas tramas que envolveram o golpe e a longa ditadura.

Por fim, talvez não com tanta força, mas como uma possibilidade sempre latente nas interpretações, um olhar para os militares como uma classe social que, se não se esgota nos atributos gerais da classe média, enquadra-se como *uma* classe média, compartilhando suas aspirações, seus valores, em suma, seu ethos, pode ajudar a entender uma série de aspectos da militarização à brasileira. Ainda que pesem as múltiplas possibilidades de definição de “classe média”, condicionadas historicamente, segundo Pochmann (2014), às diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, esta concepção que relaciona os militares às classes médias urbanas, desde que associada a um bem delimitado e contextualizado conceito de classe média, também pode contribuir para o estudo dos militares. Não acredito que esta concepção, por si só, seja suficiente, mas que pode promover bons insights. Sabe-se o quanto as políticas econômicas e sociais do regime militar beneficiaram as classes médias:

Mas o salto mesmo da classe média brasileira ocorreu na década de 1970, com a ditadura militar (1964-1985), estimulando políticas de proliferação de empregos associados à intensa desigualdade de renda. Foram também adotadas políticas públicas orientadas para os mais altos salários (crédito ao consumo, educação superior e política habitacional diferenciada), de modo que se tornou possível a modernização do padrão de consumo para a elite e a classe média assalariada no Brasil. A desigualdade organizadora do avanço da classe média brasileira permitiu também que essa classe desfrutasse dos serviços de baixo custo, potencializados pelo enorme êxodo rural (...). Assim, um verdadeiro exército de serviços esteve voltado à realização de qualquer atividade de sobrevivência, sobretudo em relação à nova classe média assalariada em ascensão (...). (POCHMANN, 2014, p. 42)

Certamente, este é um dos fatores que explica o saudosismo, de certos setores médios, da ditadura militar. Outros seriam o status, entre a classe média assalariada, auferido pelos militares e a possibilidade da carreira militar para os seus filhos, um emprego seguro, estável, valorizado socialmente, com ganhos compatíveis aos da classe média e uma série de benefícios extras, acima da média da área privada. A popularidade de ideias militares e o

entusiasmado apoio, em 2018, de certos setores médios à nova ascensão dos militares ao poder político é um caminho a ser desbravado, que esta pesquisa não terá fôlego para tratar.

Stepan (1975) traz uma excelente contribuição à reflexão da relação entre militares e classe média. Analisando dados de ingresso para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da década de 1960, observa que predominam alunos oriundos da classe média. O ingresso numa escola militar de elite funcionava, entretanto, como um meio de mobilidade ascensional para a classe média baixa. Stepan destaca que 48% dos cadetes eram filhos de funcionários públicos ou militares, a maioria oriundos do Rio de Janeiro (Guanabara). Contudo, os militares se consideram um grupo sem classe, ou sem interesses específicos de classe.

Para os oficiais brasileiros, as elites tradicionais têm interesses estreitos e pessoais, incompatíveis com o que os militares consideram problemas nacionais mais amplos. Pensam o mesmo das classes baixas, especialmente os trabalhadores de sindicatos, em quem veem defensores de mesquinhos objetivos sectários, opostos muitas vezes ao bem-estar nacional. Os militares se consideram um grupo social e organizacional cujos interesses coincidem com o desenvolvimento nacional ou contribuem para este desenvolvimento (STEPAN, 1975, p. 35)

A classe média, conforme destaca o autor, é profundamente dividida em relação a muitas questões políticas essenciais, sendo, assim, impossível representá-la. A análise de regimes militares acaba apontando que o apoio da classe média tende a diminuir conforme aumenta o autoritarismo e restringe-se a liberdade. Assim, a relação entre militares e classe média acaba se dando, também, de uma forma instrumental. Ela apoia intervenções militares motivada pelo seu temor da ascensão de movimentos populares, mas desmobiliza seu apoio quando suas liberdades passam a ser ameaçadas. Outro elemento que enfraquece a teoria da identificação dos militares com a classe média seria, segundo Stepan (1975), o tipo de socialização a que o oficial militar brasileiro sofre, passando anos em várias escolas militares, criando-lhe um espírito corporativo que tende a sobrepujar sua identificação de classe. Ele conclui que:

(...) o simples fato de uma instituição militar ser formada de indivíduos de classe média não pode, por si só, explicar o comportamento político ou a intervenção política, embora num dado momento histórico possa ser um dos vários fatores que influenciam o curso dos acontecimentos. (...) Não pretendemos aqui que a origem de classe é irrelevante na determinação do comportamento político, mas antes sugerir que ela, *por si só*, quase nunca determina a atitude política das elites. (...) para a maioria dos oficiais militares tomados individualmente, muitas variáveis de experiência vivencial e padrão de carreira interna vêm entre seu ingresso no sistema escolar militar, nas idades de 14 a 18 anos, e sua promoção a coronel ou a general vinte e cinco ou trinta anos mais tarde, de tal modo que o impacto direto da origem socioeconômica se enfraquece consideravelmente. Experiência política recente, posição no emprego e estilo de vida atual terão muito mais valor de previsão com relação às atitudes presentes. (STEPAN, 1975, p. 41-43)

Em suma, Coelho e Carvalho, quando investiram numa abordagem organizacional para estudar os militares no Brasil fizeram uma grande contribuição para as pesquisas da área,

mas, ao propor a adoção de uma única perspectiva, excludente, também perderam de vista muitos ricos aspectos trazidos por outros autores em outras abordagens, como a instrumental e a da classe média. Entendo que a melhor forma para o estudo dos militares no Brasil é uma *conjugação destas três abordagens*, cada uma contribuindo para a compreensão de uma determinada faceta ou fase histórica do fenômeno.

4.3.2 Militarização e formação do estado brasileiro

A militarização é um dos elementos formadores do estado brasileiro e não um fenômeno de caráter recente. Em seu monumental trabalho sobre a história militar do Brasil, Sodré (2010) encontrará já na colônia, em meados do século XVI, os primeiros sinais de uma estrutura militarizada. O início de uma legislação militar dataria, segundo ele, de 1534, a Carta de Doação, que era uma carta política e uma diretriz militar para Tomé de Souza, Governador-Geral do Brasil (SODRÉ, 2010, p. 26-27). Tomé de Souza deveria, assim, fazer guerra contra toda resistência. A Carta trazia, também, normas de recrutamento e de serviço militar. Sodré conclui que: “A empresa de ocupação e povoamento era uma empresa militar inequívoca, revestia-se necessariamente de sentido militar” (Ibid., p. 33). Esta organização militar improvisada garantia a segurança, o estabelecimento e a expansão do colonizador, sendo um tipo de organização militar específica, que “espelha de alto a baixo a forma de exploração aqui estabelecida e a posição relativa de classes nessa obra” (Ibid., p. 35).

Antes de demonstrar alguns dos elementos que, segundo penso, confirmarão esta hipótese, pretendo apontar o tipo de ilusão interpretativa que entende a militarização da sociedade brasileira, da questão urbana e do Rio de Janeiro como um fenômeno recente. Este equívoco se processa pelos seguintes motivos:

Primeiro, pela ideia de que os militares, após a redemocratização se recolheram a seus quartéis e se profissionalizaram, tornando-se como “tigres de papel” (HUNTER, 1997). A festiva ilusão democrática dificultou enxergar o quanto permaneceu de militarizado na nossa sociedade e quando alguns processos -de velha tradição, mas com nova roupagem- voltaram à tona, interpretou-se como se estivéssemos nos militarizando ou novamente nos militarizando. Como aponte, a nova literatura internacional sobre militarização e guerra foi importante para esta conclusão.

Segundo, pela dificuldade de se mapear discursos internos, aqueles que os militares fazem para dentro da instituição, e entre seus pares, confundiu-se, muitas vezes, o discurso militar oficial, aquele que é feito para fora da instituição, para civis e aqueles que os estudam, como similar ao discurso interno, negligenciando o fato de que o discurso militar, institucional, é sempre um discurso político, polido, atento às repercussões negativas que pode causar, e cuidadoso para não comprometer a hierarquia, a imagem e a sobrevivência da instituição. Claro que esta não é uma regra infalível. Militares, continuamente, falam demais, falam quando não deveriam e produzem crises internas e externas com o que dizem, mas a tendência não é essa e é melhor tratar estas polêmicas como exceções¹⁹².

Terceiro, confundiu-se a rejeição à experiência militar autoritária das décadas anteriores, sentida por certos estratos de nossa sociedade, especialmente as mais intelectualizadas e economicamente superiores, bem localizadas nas capitais brasileiras, como se fosse um sentimento geral de toda a sociedade brasileira. Para os militares, segundo apontaram Castro e D'Araújo (2001), na guerra pela memória de 1964 e o regime militar instaurado desde então, foram derrotados. Entre eles, é comum a ideia de que uma esquerda subversiva e uma mídia inimiga atuaram com “revanchismo” para impor sua versão da história, impondo-a às escolas e à opinião pública. Este é um ponto muito importante, que configura uma verdadeira batalha pela memória, e merece algumas considerações.

Embora a censura, por meio extralegais, tenha sido amplamente utilizada a partir de 1964, a lei 5.250, de 1967, a Lei de Imprensa, legalizou o controle à liberdade de expressão: “Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe” (Art. 1º. § 1º.), “Cap. 3: Dos abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação. Art. 16: Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem: I- Perturbação da ordem pública ou alarma social (...)”¹⁹³, o decreto-lei no. 1.077, de 1970, aprofundou a repressão e estabeleceu a censura prévia, acusando, no próprio texto da lei, revistas, canais de televisão e livros, de fazerem publicações obscenas, executarem programas contrários à moral e aos bons costumes, ofenderem frontalmente à moral comum, estimulando a licença, insinuando o amor livre e ameaçando destruir os valores morais da sociedade brasileira, obedecendo a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional¹⁹⁴. A censura

¹⁹² Vale destacar que muitos militares quando entram na reserva dedicam-se a falar o que não fariam caso estivessem na ativa. Contudo, o impacto de suas falas varia com o posto que ocuparam e o prestígio que tinham quando na ativa, mas é menor do que militares na ativa.

¹⁹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm

¹⁹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm

prévia durou até junho de 1978 e a liberdade de expressão só foi garantida, por lei, na Constituição de 1988, que garantia ser “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Título 2, Cap. I, Art. 5º. IX)¹⁹⁵.

Este novo ambiente de liberdade e as mudanças na sociedade brasileira desde então, além da subida ao poder de muitos dos indivíduos classificados como subversivos no passado, produziu dificuldades entre os militares, que tiveram que se mobilizar para garantir muitas de suas prerrogativas anteriores e protegerem a instituição de uma caça às bruxas, o “revanchismo”. Havia o temor de que se seguissem os caminhos tomados pelos países latino-americanos vizinhos, tendo na Argentina o maior exemplo, onde os militares tiveram que prestar contas dos crimes da ditadura. O ponto central era exatamente este: nossos militares atuaram, com um forte lobby na assembleia constituinte e através de muitas articulações políticas, por vezes com o puro caráter de ameaça, durante a transição, para que não fossem submetidos à posição de prestar contas dos vinte e um anos em que estiveram no poder de forma autoritária. Todos os movimentos, desde então, da sociedade civil e do próprio governo, de “tocar na ferida” e não “esquecer o passado” eram veementemente repudiados, no limite da insubordinação e da ilegalidade.

Nesse sentido, Oliveira e Soares (2000), escrevendo pouco mais de uma década após a Constituinte ter se encerrado, contrariando o ressentimento militar da ideia de “revanchismo”, apontam que se instituiu um *pacto de silêncio* que condicionou o comportamento da mídia em “eventuais escândalos, suspeitas de procedimentos inadequados, vantagens inaceitáveis e outros temas negativos (...)” (p. 108) que envolvessem militares, em termos institucionais. Desta forma, como apontei em outras seções desta tese, os militares “paradoxalmente, continuam gozando de elevado prestígio junto à opinião pública” (Ibid.).

Nossas forças armadas, e aqui, predominantemente o exército, que ao menos desde a Guerra do Paraguai foi a força militar proeminente no Brasil, teve o processo de construção de sua identidade marcado por um viés autoritário e avesso ao diálogo. Nesse ponto, discordo da ideia de dupla orfandade, de Coelho (2000), que parece reforçar certa ideia vitimista de incompreensão e injustiça. Afinal, órfãos, a não ser em caso de parricídio ou matricídio, são vítimas de um destino injusto e acometidos de um sofrimento que lhes escapa de qualquer imputação de responsabilidade. São, portanto, inimputáveis. De alguma maneira, a postura institucional, levada adiante, evidentemente, por oficiais de alta patente, responsáveis pelo

¹⁹⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

direcionamento da instituição, reclamou, sempre, uma inimizabilidade institucional. O discurso institucional, repetido sempre que é instado a prestar contas, é de que a missão de defesa da segurança nacional ante a ameaça externa subversiva, comunista, exigiu sacrifícios e tudo o que foi feito, mesmo alguns excessos, foram por um bem maior, que é a integridade nacional, a lei e a ordem¹⁹⁶. O discurso vitimista, na verdade, esconde uma postura avessa à subordinação ao poder civil, que é considerado inferior em termos de eficiência, moralidade e desprendimento. Não foram poucas as situações em que a recusa ao diálogo e à prestação de contas se transformou, levado a cabo por indivíduos mais radicais dentro da instituição, em ameaças e brutal violência.

Um episódio, contado por Euclides da Cunha (2002) e Hélio Silva (1984), ocorrido em 1883, poucos anos antes do golpe militar instaurador da república, ilustra de forma provocante o tipo de cultura institucional que estava se formando nos filões do exército e que acabou se tornando um padrão no século seguinte, especialmente nos períodos mais autoritários. O jornalista Apulcro de castro, redator-chefe e proprietário do jornal *O Corsário*, muito crítico ao império, teria escrito um artigo atacando alguns oficiais do exército. Foi, então, ameaçado por um grupo de militares, que afirmaram que o iriam “matar como um cão, fosse onde fosse, a cacete, a faca e bala” (SILVA, 1984, p. 34). Apulcro procurou em vão a polícia em busca de proteção. Ao sair da chefatura da polícia, na rua do Lavradio, aconselhado a procurar o Ajudante-General do exército, Visconde da Gávea, percebeu um ambiente suspeito nas ruas e voltou à polícia. O Visconde da Gávea enviou, então, seu ajudante de ordens, coronel Ávila, para acompanhá-lo. Após a garantia do coronel de que nada lhe aconteceria, aceitou sair de lá. Logo que entrou no carro, foi atacado por um grupo de pessoas, num episódio chamado por Euclides da Cunha de linchamento, assassinado a “punhal, cacete e bala”. Sua morte causou enorme comoção popular na cidade, tendo provocado até mesmo ataques aos postos policiais.

Três elementos chamam a atenção neste fatídico episódio. Primeiro, a garantia de um oficial que nada lhe aconteceria a fim de convencê-lo a sair de um ambiente protegido. Segundo, o grupo de assassinos era liderado por Antônio Moreira César, então um jovem capitão, de patente inferior ao coronel Ávila. Terceiro, Moreira César, após o crime público, foi apenas transferido para o Mato Grosso, mas logo se destacará, já promovido, na deposição

¹⁹⁶ Como apontou Stepan (1973), através do prisma das doutrinas da guerra interna, no novo profissionalismo militar, uma parte significativa dos militares brasileiros percebia nos níveis crescentes de greves, na alta taxa inflacionária, no declínio econômico, nas demandas da esquerda por uma assembleia constituinte e no crescimento da indisciplina nas fileiras militares, os sinais de que o Brasil estava entrando num estágio de guerra subversiva (p. 58).

do presidente da Bahia, em 1891, e no sufocamento violento da Revolta da Armada, em 1893. Famoso por seu histórico sanguinário, era a pessoa certa para acabar com o arraial de Canudos, para onde foi enviado com suas tropas, em 1897, onde foi ferido mortalmente no ventre após algumas horas de combate (CUNHA, 2002). O que chama a atenção não é o famoso caráter sanguinário de Moreira César, mas o fato de que cada vez que agia mais brutalmente, sua carreira no exército avançava. A revolta da Armada ficou célebre por ter sido encerrada com um sem número de execuções sumárias, entre elas a do Barão do Batovi, herói da guerra do Paraguai. A figura de Moreira César parece inaugurar um estranho padrão de recompensa interna das figuras mais radicais de linha dura, daqueles que se dispõem a “sujar as mãos” com atos de violência extralegal, e que terá na entrega da medalha do pacificador ao coronel Ustra seu ponto máximo¹⁹⁷.

A baixa tolerância a críticas de civis, a pouca afeição ao diálogo e a prestação de contas, e a resistência à submissão e ao controle civil serão marcas que acompanharão a história militar do Brasil pelo menos desde a proclamação da república até os dias de hoje. Perder o controle de impor sua própria versão da história, controlando a memória, foi um golpe duro para os militares que estiveram no poder durante a ditadura. A redemocratização impunha-lhes uma mudança de postura e um recuo estratégico no momento de mais baixa popularidade da instituição militar, a fim de preservá-la. Este recuo produziu uma demanda reprimida por contar sua versão dos fatos e um ressentimento de grande parte do oficialato, que se sentiu estigmatizada e injustamente tratada pela “sociedade”. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e, mais recentemente, A Comissão Nacional da Verdade foram encaradas como uma verdadeira vingança e uma injustiça que estavam sofrendo.

Apesar de tudo, deve-se tomar muito cuidado com a ideia de que os militares perderam a guerra da memória, mesmo quando esta queixa parte de militares. É verdade que a história é contada por aqueles que sobreviveram e puderam ter acesso aos meios de contar sua versão da história, assim como também é verdade que contá-la a partir do olhar dos exilados, dos perseguidos, dos torturados, é uma escolha moral, política e ideológica. A enorme demanda reprimida por anos de silenciamento e censura foi liberada com muita força, consolidando em parte da grande mídia e nas academias uma versão crítica aos anos da ditadura. Contudo, é um equívoco se acreditar que a opinião de agentes ligados a movimentos sociais, intelectuais, artistas e jornalistas, formadores de opiniões, mas representantes de uma

¹⁹⁷ O presidente Itamar Franco, conforme apontou Zaverucha (2010), promoveu a general o coronel-médico Ricardo Fayad, após ele ter sua licença cassada pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, sob a acusação de ser sido torturador no regime militar.

certa elite, é um reflexo daquilo que as outras pessoas, que não pertencem a estes grupos, pensam. Ou seja, erra-se ao atribuir o pensamento de um grupo à toda a sociedade. A redemocratização, a promulgação de uma constituição em certos pontos avançadíssima, a realização de eleições livres, com seus resultados sendo respeitados, tendo levado ao poder algumas das mais importantes lideranças das esquerdas, significou importantes mudanças políticas e sociais no Brasil, mas, rejeitando-se uma versão evolucionista ou teleológica da história, que entende que as sociedades amadurecem e caminho para um alvo definido, errou quem pensou que nos tornamos progressistas amantes da democracia, das liberdades civis e do igualitarismo. A versão militar dos anos passados não ficou confinada aos quartéis, mas esteve sempre disseminada de forma multipolar e descentralizada nos muitos tentáculos de militarização de nossa sociedade. Foi como outra demanda reprimida, mas que esteve presente, acumulando-se e esperando o momento de irrupção. Muitos interpretarão esta irrupção como fruto de um outro tipo de silenciamento, o do não tratamento de uma ferida ou da negação de um luto, o que foi, de muitas formas, imposto pelos próprios militares nas negociações da transição. Não foi em 2014, como marco da ascensão de uma nova direita radical, bem antes disso as forças armadas haviam voltado a gozar de forte popularidade, aparecendo nas pesquisas entre as mais confiáveis instituições. A onda transborda em 2018 com a eleição de Bolsonaro e a promessa da restauração da ordem e o revisionismo da história. Nesse sentido, 2018 é um marco de transbordamento de uma demanda reprimida. Os eventos desencadeados neste ano fornecem uma nova luz para tratar do tema da militarização no Brasil e provocam a necessidade de se rever certos conceitos, que se mostraram equivocados. Em parte, é isso que este capítulo se dispõe a fazer.

Quarto, um dos fundamentos das teorias da nova militarização e do novo tipo de guerra está na mudança de paradigma na constituição do inimigo, ou de quem são as ameaças. Estas teorias surgiram, fundamentalmente, entre teóricos norte-americanos e europeus, oriundos das nações imperialistas, que se especializaram, através da história, em investidas militares contra outras nações. O inimigo, assim, histórico, era o outro, orientalizado, racializado, que resistia às pretensões de exploração total programada pelas nações ricas. Como vimos, o efeito bumerangue atual é que as técnicas de repressão, pacificação e violência que foram eficazes contra estes grupos passaram a ser usadas, recentemente, contra ameaças internas, dentro das fronteiras das nações ricas. A questão é que, no caso brasileiro, com a exceção das tentativas de invasão holandesa e francesa na época da colonização e da Guerra do Paraguai, o inimigo sempre foi interno e as forças militares, desde o início da colonização, sempre foram usadas para lidar com as ameaças internas: índios, quilombolas,

movimentos messiânicos, movimentos contestatórios, greves de operários, manifestações estudantis, favelados e pobres urbanos e rurais, em geral. Como apontei na seção em que tratei da pacificação, a violência do estado brasileiro esteve, preferencialmente, reservada a grupos internos da própria nação, que se mostrassem em desacordo, resistência ou contestação da ordem estabelecida pelas elites políticas, econômicas e militares. A história militar do Brasil pode ser contada a partir dos conflitos apaziguados ou, geralmente, dizimados, pelas forças armadas, onde os derrotados eram, via de regra, gente desta terra.

4.3.3 Uma síntese das relações entre o exército e a política até 1964

O golpe militar de 1964 foi o evento mais importante, em termos de um significativo aprofundamento da militarização de nossa sociedade, cujos efeitos sentimos até os dias de hoje. Todavia, esta seção pretende sintetizar as relações entre o exército e a política antes deste golpe militar e a instauração da longa ditadura¹⁹⁸. O motivo para investir neste detalhamento é porque entendo que o movimento de 1964 foi a culminância de um longo processo gestado ao longo das décadas anteriores e porque muitos aspectos da militarização de nossa sociedade tiveram início ainda antes de 1964. Há uma vasta literatura sobre o assunto, por isso decidi tomar os trabalhos de Coelho (2000) e Carvalho (2006) como base teórica principal das seções que seguem, apontando apenas alguns pontos de discordância com estes autores, e comentando seus trabalhos com o de outros autores.

4.3.3.1 Os militares no império

Para Coelho (2000), que usa um conceito de Samuel Huntington, o que marca as relações entre o exército e a política desde a independência até o fim da república velha é uma

¹⁹⁸ Estou consciente do relativamente recente uso dos termos ditadura civil-militar ou ditadura burgo-militar (PINHEIRO, 2014a). Resolvi, contudo, adotar o termo mais simples, reconhecendo, todavia, que a ditadura militar contou com efetiva e decisiva participação das elites industriais e bancárias nacionais, enquanto estavam em linha com os interesses do grande capital internacional e dos Estados Unidos da América.

política de erradicação, que vai de uma hostilidade aberta até formas mais sutis de cooptação e marginalização. No império, predominou a hostilidade. Entre os motivos, estão a negatividade da experiência com as tropas coloniais portuguesas, que provocou sentimentos antimilitares na população, e o elemento português presente no exército, que era composto, em sua oficialidade, de “brasileiros adotivos”. Durante o período, o exército esteve debaixo do domínio do Legislativo, desconfiado e antipático à instituição, mas que a usava de acordo com os interesses de cada legislatura. Havia, no legislativo e entre as elites, a suspeita de que a força militar, se não fosse descentralizada ou enfraquecida, estaria ao lado do imperador e não dos legisladores. De acordo com a Constituição de 1824, a força militar era “essencialmente obediente” e sequer poderia se reunir sem a ordem do imperador¹⁹⁹.

Após a abdicação de D. Pedro I, a classe política cria a Guarda Nacional, uma milícia civil, que por quase um século fará sombra ao exército, e reduz drasticamente os gastos militares. Somente em 1907, com a exceção de 1865, ano da deflagração da guerra do Paraguai, que os gastos chegarão ao nível de 1830 (COELHO, 2000). Mesmo a vitória na guerra pouco contribuiu para mudar a marginalização do exército. A própria experiência da barbárie da guerra acabou produzindo em muitos ex-combatentes e pessoas informadas das condições no campo de batalha um sentimento de que a experiência militar era essencialmente violenta, grosseira e desumana. O status social do militar, durante o império, era baixíssimo e não funcionava como um meio de ascensão social. Coelho (Idem) destaca que:

Para os militares, o requisito para sua aceitação e sucesso na sociedade civil era o de que se comportassem menos como militares e se identificassem o mínimo com a organização militar. Os jovens da nascente classe média que ingressavam nas academias buscavam a educação gratuita que lhes proporcionava a ilustração bacharelesca ou o diploma de engenharia, ambos valorizados na sociedade brasileira. Poucos permaneciam no Exército, e os que aí ficavam compraziam-se em diferenciar-se, como *engenheiros*, da população dos homens fardados (Ibid., p. 59-60).

Essa hostilidade civil foi determinante para o movimento militar que proclamou a república, porque despertou nos militares a consciência da necessidade urgente de uma profissionalização e um equipamento do exército, que se via cada vez mais humilhado e ameaçado em sua existência. Surge, então, a *questão militar*, ancorada na ideia do soldado-cidadão, que serviu tanto para reparar a honra da instituição como para derrubar o regime monárquico.

¹⁹⁹ Capítulo VIII. Da força militar. Art. 147: A Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legítima. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

4.3.3.2 Os militares e a primeira república (1889-1930)

Na primeira república, que vai desde a proclamação da república, em 1889, até a revolução de 1930, importantes mudanças organizacionais ocorrem nas forças armadas. Entre as mais importantes: a introdução do alistamento universal e do sorteio, acompanhado de uma mudança na forma de recrutamento de oficiais que, ao contrário do modo anterior, que favorecia estratos sociais ligados às elites, passou a ser feito a partir de efetivos da própria organização e entre grupos sociais menos abastados (CARVALHO, 2006, p. 17); a eliminação da Guarda Nacional²⁰⁰; o surgimento de um novo inimigo, nas polícias militares estaduais, controladas pelas oligarquias regionais, que contavam, quase sempre, com maiores efetivos e melhores equipamentos; o crescimento dos efetivos²⁰¹ e sua disseminação estratégica pelo território nacional; melhorias no treinamento, na estruturação interna e uma maior clareza dos objetivos institucionais. Todas estas significativas mudanças se dão num aprofundamento do envolvimento político dos militares, chamada por Carvalho de “a passagem da fase da política na organização para a da política da organização” (2006, p. 59). A primeira fase se caracteriza pela atuação das forças armadas como um elemento desestabilizador, especialmente através da figura de jovens oficiais simpáticos a movimentos contestatórios. A segunda fase é gestada junto ao crescimento da urbanização e da industrialização e o conseqüente enfraquecimento das oligarquias rurais. Estes novos atores, urbanos, industriais, se aproximam das forças armadas. A criação, em 1927, do Conselho de Defesa Nacional marca essa aproximação na promoção e defesa de interesses compartilhados. Carvalho destaca que “o velho divórcio entre Forças Armadas e as elites civis derivadas do mundo agrário desaparecia em favor de uma aliança com a burguesia industrial emergente e com a tecnocracia estatal” (2006, p. 60). O país se modernizava, e o exército também.

A primeira constituição republicana, de 1891, já marca uma mudança significativa em relação aos militares, promovendo-os às disposições preliminares: “A definição e as funções

²⁰⁰ Para Carvalho (2006), a Guarda Nacional estava ligada às elites civis, já que a lei obrigava a servir todas as pessoas com renda anual superior a 100\$000, entre 21 e 60 anos de idade. Este valor produzia duas formas e instituições de alistamento. A primeira, reservada para as elites, e com melhores condições de trabalho, seria a Guarda Nacional. A segunda, servindo aos mais pobres, eram o Exército e a Marinha. Desta forma, criou-se um ressentimento dos oficiais com as elites, especialmente os políticos (Ibid. p. 21). Nesse sentido, era preciso o fim da Guarda Nacional para a modernização e o desenvolvimento do Exército. Um outro fator que afastava o Exército das elites civis era a quase total ausência de paulistas e mineiros entre as lideranças militares (Ibid., p. 34).

²⁰¹ “A população do país cresceu 162% entre 1890 e 1930, os efetivos cresceram 220%. A proporção soldados-população, que era de 0,8% ao final do Império, passou para 1,1% soldados em 1930” (CARVALHO, 2006, p. 30)

das Forças Armadas aparecem antes da legislação sobre a organização do Estado, como se a força militar fosse anterior à própria escolha do desenho que se queria dar ao Estado” (MATHIAS e GUZZI, 2010, p. 43). Desta forma, lê-se no Art. 14:

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.²⁰²

Mathias e Guzzi (2010) chamam a atenção para três elementos, contidos nesta disposição legal, que marcam o papel determinante dos militares na formação do novo estado brasileiro. Primeiro, seu *caráter nacional* contrasta com o caráter federativo da república, dando às forças armadas a peculiaridade de ser a única instituição de unificação da nacionalidade. Segundo, seu *caráter permanente*, que legitima sua autonomia. Terceiro, sua relação com a legalidade. A força armada era responsável pela manutenção da lei no interior do país, assim como deveria ser essencialmente obediente, dentro da legalidade²⁰³.

Neste período, também são gestadas as três principais ideologias de intervencionismo. A primeira partia da ideia do *soldado-cidadão*²⁰⁴, a intervenção reformista, que, tanto servia de instrumento de afirmação militar, quanto refletia o ressentimento das forças armadas com as elites civis dominantes, que rebaixavam os militares a cidadãos de segunda classe. Essa ideologia era levada a cabo pelo tenentismo e foi vitoriosa na revolução de 1930, mesmo tendo trazido graves questões internas para a própria instituição, já que o movimento foi conduzido por oficiais de menor patente. A saída foi a rápida promoção dos tenentes líderes, com destaque para Goés Monteiro, então tenente-coronel, comandante-chefe da revolução, e que será, enquanto general, a mais importante figura militar nos trinta anos que se seguirão.

A segunda ideologia era a do *soldado profissional*, ou a ideologia da não-intervenção, que via a profissionalização militar como efeito do afastamento das Forças Armadas para com a política. Este grupo perde força e se enfraquece diante das outras duas ideologias.

²⁰² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

²⁰³ OS autores entendem isto como um paradoxo e um conflito entre a hierarquia e a legalidade. Penso não haver paradoxo, já que a legalidade se apresenta claramente como o limite da obediência e da hierarquia. Caso a hierarquia ameaçasse a legalidade, o militar deveria, constitucionalmente, escolher a obediência à lei. O grande problema não é o conflito entre a hierarquia e a legalidade, mas a definição da legalidade, que estaria sujeita a múltiplas interpretações e, portanto, seria essencialmente conflituosa, dando margens a pretensões golpistas. De fato, Deodoro, o primeiro presidente, líder relutante do golpe militar republicano, quando contrariado, deu seu próprio frustrado golpe de estado, pouco depois de assumir a presidência.

²⁰⁴ Gestada, segundo Coelho (2000), na proclamação da república, mas tendo adquirido protagonismo com os chamados “jovens turcos”, um grupo de tenentes que, durante o governo Hermes, foram enviados para estagiar no exército alemão. De lá, trouxeram ideias e fomentaram uma forte campanha pela profissionalização do exército. Essa campanha teve forte adesão entre os oficiais subalternos.

A terceira era a do *soldado-corporação*, ou a intervenção moderadora, que via no exército uma função conservadora e estabilizante, pronto para corrigir perturbações internas. Esta ideologia admitia abertamente a intervenção na política, conduzida pelo seu órgão de cúpula, o Estado-Maior, ou seja, pelos generais. Goés Monteiro, começa aderindo ao reformismo, enquanto tenente, e se torna o principal articulador da terceira, enquanto general. O golpe de 1937 marca a vitória deste grupo.

Por fim, outros dois fatores importantes para a compreensão do papel político dos militares na primeira república são a ocupação de cargos políticos e administrativos por militares e os gastos militares. Quanto ao primeiro aspecto, as pastas militares, com a república, passam a ser ocupadas majoritariamente por militares, o que não se dava no império (CARVALHO, 2006). Além disso, o primeiro congresso republicano contava quase 20% de militares entre seus políticos. Quanto ao segundo aspecto, destaca-se o aumento de gastos militares, que passaram de 31.000 contos em 1889 para 483.000 contos em 1930 (Ibid., p. 56).

É nesse período, segundo Coelho (2000), que, em reação à política de erradicação e o desprezo civil, nascem a autoconsciência e a autoestima militares, mesmo que ainda sem uma liderança institucional. Contudo, ainda faltava um tanto para que houvesse alguma clareza e profundidade, e surgisse uma doutrina de sua missão e sobre seu papel na política. Ou seja, “a referência a esta *função moderadora*, praticamente inexistente entre os militares até 1924, e sua frequência só é notável a partir de 1945, quando é incorporada a semântica da *política laudatória*” (Ibid., p. 83).

A ideia da função moderadora, para Coelho (2000), contém uma forte dose de oportunismo, pela sua maleabilidade e adaptabilidade às circunstâncias mais díspares, podendo responder somente a necessidades imediatas e funciona como uma legitimação para intervenções militares de qualquer natureza. O oportunismo pode ser confirmado na rápida ascensão ao poder dos líderes do tenentismo, que logo puseram em segundo plano as preocupações com os problemas da organização militar e foram domesticados pelo poder civil ao qual se aliaram.

A fase que vai da Questão Militar até a Revolução de 1930 é chamada por Coelho (2000) de *fase de ativação*, quando a instituição ganhou maior consciência de sua existência, uma existência distinta de outros grupos da sociedade, ou seja, “as fronteiras da organização

militar tornaram-se mais firmemente definidas na consciência de seus membros” (Ibid., p. 135).

4.3.3.3 Os militares na primeira era Vargas (1930-1945)

A chamada era Vargas, ou segunda república, inaugurada com a revolução de 1930, que derrota as oligarquias estaduais paulistas e mineiras, cujo revezamento no poder marcou a chamada república velha, representa uma mudança decisiva na relação entre os militares e a política. Agora, o exército, principalmente, é jogado ao centro do poder e o golpe de 1937 representará um aprofundamento desse status.

Contudo, o movimento militar de 1930 trouxe, de imediato, muitas questões internas que precisaram ser resolvidas nos anos seguintes. A primeira era o caráter tenentista da revolução e a não adesão dos oficiais. Depois de consolidada a revolução, a solução foi promover rapidamente os líderes do movimento²⁰⁵, com destaque para dois tenentes que se tornarão as mais importantes figuras militares nos anos seguintes: Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Como não era possível a promoção de todos, os grupos dos sargentos e a esquerda tenentista²⁰⁶ se tornaram nos anos seguintes um foco de constantes ameaças e tentativas de quarteladas. Entre os que estiveram ao lado do poder, prevaleceu a concepção do intervencionismo controlador (CARVALHO, 2006).

A Constituição de 1934, embora de curtíssima vigência, trouxe significativas mudanças em relação às forças armadas, introduzindo o conceito de “segurança nacional” e criando a Justiça Militar. A introdução do conceito de “ordem”, ao lado da “lei”, não pode deixar de ser notado, e se transformará, ao longo dos anos, no principal dispositivo acionado por militares, e civis que os apoiam e, por vezes, os instrumentalizam, para justificar quarteladas, intervenções e golpes. Diz o artigo 162: “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e

²⁰⁵ Além de expurgar os discordantes.

²⁰⁶ Que se associou à Aliança Nacional Libertadora e ao Partido Comunista.

a lei”²⁰⁷. A falta de uma definição do que é “ordem” e da relação desta com a lei deixa uma ampla margem de manobra para interpretações e um caminho aberto para que grupos que disputam o poder possam intervir dentro da própria legalidade, ou de sua aparência.

A Constituição autoritária de 1937 tanta resolver, enquanto teve vigência, esta ambiguidade. Lê-se, em seu Art. 161: “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República”²⁰⁸. Como notaram Mathias e Guzzi (2010), esta Constituição se aproxima da imperial, por subordinar as forças armadas à autoridade máxima do país, comprometendo sua autonomia. Nenhuma destas constituições impediu, como era de se esperar, que, desagradados, os militares conspirassem contra os poderes constituídos e fossem os principais responsáveis pela mudança na ordem.

O serviço militar obrigatório²⁰⁹, a melhoria das condições dos quartéis e a ampliação do sistema de ensino, aliados à visibilidade política dos militares na era Vargas começaram a atrair filhos de classes mais altas para a carreira militar. Agora, o exército não só tinha representantes de todas as classes sociais, como não trazia mais o peso de negatividade do passado. Uma carreira militar se tornava uma possibilidade de ascensão social e poderia representar significativa elevação de status. Carvalho (2006) aponta que “o Exército penetrava amplamente na sociedade e tornava-se capaz de a influenciar” (Ibid., p. 77). Por outro lado, faziam-se necessários dispositivos que, diante da fragmentação da sociedade civil, homogeneizassem a instituição e a blindassem dos influxos danosos vindos de fora. As duas mais importantes medidas foram a restrição na porta de entrada da instituição, especialmente no Colégio Militar²¹⁰ e nas Escolas Preparatórias de cadetes, com medidas que excluía os “não-católicos, sobretudo os judeus, os filhos de imigrantes, os negros, os filhos de pais não legalmente casados e os filhos de pais cujas ideias políticas não agradassem o regime” (CARVALHO, 2006, p. 80), e o isolamento imunizador e a homogeneização doutrinária do oficialato contra doutrinas consideradas perigosas, especialmente o comunismo. Este, torna-se o principal inimigo a ser combatido, em especial depois do fracasso da Intentona Comunista

²⁰⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

²⁰⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

²⁰⁹ “O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença da inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas, na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país” (CARVALHO, 2006, p. 78)

²¹⁰ Uma riquíssima análise da educação militar está nas memórias de Nelson Werneck Sodré (1967).

de 1935, que teve como consequência uma mudança na legislação (COELHO, 2000), que permitiu a cassação e o expurgo dos oficiais que se envolvessem em atividades subversivas.

Quanto aos efetivos militares, mais que triplicaram no período. Em 1930, havia 4.185 oficiais e 43.812 praças, em 1944, em plena guerra mundial, havia 10.087 oficiais e 161.213 praças (CARVALHO, 2006, p. 87). As ameaças à hegemonia do exército também se dissiparam. As policiais militares estaduais tiveram seu crescimento interrompido após 1937 e foram postas sobre o controle do Ministério da Guerra. Os gastos militares são um indicador preciso do quanto as forças armadas funcionaram como fiadoras do regime varguista, principalmente após a decretação do Estado Novo. Em 1937, os gastos militares que, no ano anterior, representavam 11 e 5 % dos créditos não-orçamentários sobre o total de créditos, respectivamente distribuídos para o exército e a marinha, passaram para 27 e 41 % (Ibid., 90). Carvalho aponta que:

O Estado Novo foi a materialização da política do Exército, como concebida por Góes Monteiro e pelo grupo de generais ao seu redor. (...) foram reformuladas todas as leis básicas do Exército, foram construídas escolas e quartéis, foram organizados vários corpos, impulsionou-se o plano de reequipamento e armamento graças a compras no exterior e ao incentivo à indústria bélica nacional (Ibid., p. 92).

O general Goés Monteiro foi, neste período, o cérebro por trás de todas essas mudanças²¹¹, consolidando, como ministro de Vargas em todos esses anos, o papel da organização militar na política nacional, com ênfase no desenvolvimento econômico e industrial²¹². Sua concepção das forças armadas fazia do exército e da marinha modelo para a organização da sociedade civil. Suas ideias são idênticas à doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra e antecipam em vinte anos a doutrina militar vitoriosa no golpe de 1964 (CARVALHO, 2006, p. 116). Ele tanto foi o suporte militar de Vargas em todo o período, como também seu algoz no fim do regime, em 1945, quando o líder populista passou a se converter, aos olhos militares, numa ameaça. Esta ameaça se concretiza quando Vargas, capitalizando sobre a legislação social e sindical que criou, forçou a entrada de novos

²¹¹ “Tinha cultura política superior à da média dos oficiais de sua geração, adquirida por esforço de autodidatismo. Foi o principal inspirador e articulador do Estado Novo e homem forte do regime. (...) O que chamaremos de doutrina e política militar da época foi obra intelectual deste homem” (Coelho, 2000, p. 111)

²¹² “O Estado Novo veio coroar e levar às últimas consequências o modelo visualizado por Goés Monteiro. Ao eliminar totalmente a política partidária na sociedade, permitiu aos chefes da facção hegemônica militar eliminá-la também das Forças Armadas. Com o acordo em torno do Estado Novo, Vargas e as Forças Armadas atingiram o ponto máximo de sua influência, derrotando os adversários e eliminando sua capacidade de reação pelo fechamento dos mecanismos de participação. Os militares se consolidaram como atores políticos assumindo pelo lado político, a garantia da base social das elites tradicionais e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente.” (Carvalho, 2006, p. 110)

atores na cúpula decisória política, os líderes sindicais e a classe operária²¹³. O objetivo do presidente parecia ser, através destes, dividir o poder conquistado pelos militares nesse período²¹⁴, com a proposta de uma assembleia constituinte. Esta marcou o rompimento da boa relação de Vargas com os militares e o início do fim do regime. Este período foi chamado por Coelho (2000) de *fase institucional*, onde se completa o processo através do qual o exército deixa de ser uma mera *organização* para se transformar, na cabeça de seus membros, numa *instituição* (Ibid., p. 136).

4.3.3.4 Os militares na segunda república (1945-1964)

O retorno de Getúlio à presidência, pelo voto popular, reacendeu a intranquilidade de anos anteriores. Desta vez, ao seu lado, os militares tinham o apoio de amplos setores da burguesia. Seus instrumentos ideológicos, a Escola Superior de Guerra e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), além de construir a hegemonia, aproximavam os interesses militares dos interesses das elites econômicas. O exército deste período não possuía mais os aspectos reformistas do tenentismo passado e se aprofundava no anticomunismo, no conservadorismo e no autoritarismo. Sua face autoritária não tolerava lidar com os conflitos democráticos ou conviver com novos atores sociais (CARVALHO, 2006, p. 117). Sua coesão interna havia alcançado um grau nunca antes visto²¹⁵.

A nova Constituição, de 1946, retoma elementos da Constituição de 1934 e introduz algumas novidades. Lê-se no Art. 176: “As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei” e no Art. 177: “Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”²¹⁶. Entre as novidades, a tripartição da

²¹³ Seu cão de briga nesse sentido era o Ministro do Trabalho, João Goulart que, por isso, veio a se tornar, aos olhos do exército, um perigoso e histórico inimigo.

²¹⁴ Para Coelho (2000), o Estado Novo foi de fato uma ditadura militar, instaurada, imposta e cancelada quando não atendia mais os interesses da organização: “Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército” (Ibid., p. 121)

²¹⁵ “Em 1954, 1955, 1961 e 1964, quando a divisão interna parecia irremediável e iminente um confronto entre as facções militares, seus líderes recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou do restabelecimento da integridade hierárquica” (Coelho, 2000, p. 125)

²¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

constituição das forças armadas, com destaque para a inclusão da Aeronáutica, e a introdução da ideia de “disciplina”. As forças armadas, à semelhança da Constituição de 1937, continuam sujeitas à autoridade do Presidente da República, mas, desta vez, limitada pela lei, o que não aparecia em 1937. Retornam, também, os conceitos de “lei” e “ordem”, esta, como será característica de todas as constituições nacionais, sem definição.

Coelho (2000) aponta que há uma relação direta entre o número de votos de um candidato, a motivação intervencionista e a frequência dos apelos para intervenção militar, de forma que quanto mais expressiva a votação que um político consegue, maior a instabilidade. Ele traz também um dado importante: os candidatos à presidência, de forma geral, prometem benefícios ao exército, mas quando eleitos cortam gastos. Assim, os períodos mais conturbados em termos de ameaça de intervenção militar coincidiram com épocas de problemas no aumento dos vencimentos dos militares e cortes de despesas, com destaque para os anos de 1954, 1961 e 1963 (Ibid., p. 142-143). Todavia, o autor entende que as intervenções militares funcionam como uma lei de rendimentos decrescentes. Após intervirem, os grupos de oposição ao governo identificam os propósitos interventores como seus e acabam aprisionando o exército, por via daquilo que chama de política laudatória, em outros interesses que não são os seus. Além disso, há gastos de recursos materiais e o desgaste junto à massa da população, que produz efeitos indesejáveis, tais como dificuldade de recrutamento de indivíduos mais qualificados para os quadros de oficiais. Por fim, provocam também desorientação política e vulgarização da atuação política do exército (Ibid., p. 145-146).

Por que intervir, então? Para Coelho (2000), a intervenção precisa ser compreendida primordialmente a partir de aspectos internos à organização militar. No caso de 1964, entende que a motivação básica da liderança militar se deveu à degeneração dos mecanismos de proteção do contágio das Forças Armadas em relação aos influxos da sociedade civil. Assim como a intentona comunista contribuiu para o golpe do Estado Novo, “a estridência das lideranças populistas, a proliferação dos “generais do povo” e a mobilização política dos suboficiais nas três Armas provocaram a reação militar em 1964” (Ibid., p. 170). A lei de segurança nacional, por sua vez, só era eficaz porque produzia consenso interno e solucionava a crise de identidade difusa das forças armadas²¹⁷:

²¹⁷ Contudo, reconhecida a precisão do trabalho de Coelho até o golpe de 1964, entendo que falta na análise de “Em busca de identidade” a mesma precisão na análise organizacional para o período autoritário pós-1964. A opção por, em momento algum, abordar a violência de estado pode ser justificada se entendermos que o

Em primeiro lugar, a doutrina da Segurança Nacional, em vez de afirmar o compromisso das Forças Armadas com os sucessivos governos, inverteu a ordem dos fatores de tal forma que aos governantes não cabe, como era prática no regime anterior, o recurso à organização militar como suporte de políticas formuladas fora de suas fronteiras e que, frequentemente, não catalisavam parcela razoável do consenso militar. (...) Em segundo lugar, a doutrina da Segurança Nacional facilita a coexistência dos aspectos seculares do novo profissionalismo militar com os valores tradicionais da profissão. (...) Em terceiro lugar, e como já fora sugerido antes, a doutrina da Segurança Nacional sugere as condições para a integração dos militares na sociedade, ao propor um modelo no qual a estrutura societal é tão monolítica a ponto de reduzir a competição política a níveis excepcionalmente baixos. (...) Em suma, a doutrina da Segurança Nacional pressupõe a intervenção militar na sociedade civil com o propósito de instaurar um modelo estrutural no qual a liderança nas Forças Armadas seja sinônimo de filiação à elite política e social. (Ibid., p. 171)

Carvalho (2006), ao tratar do golpe de 1964, seguido de um governo militar, destaca seu caráter inesperado tanto para governistas quanto para a oposição política. Essa imprevisibilidade se deveu à desconcertante falta de conhecimento destes sobre os militares. As teses do complô imperialista norte-americano ou da explicação do golpe como tendo seus autores as elites políticas e econômicas dominantes, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), se multiplicaram (SODRÉ, 1967, 1987, 1994). Outra explicação estaria centrada em fatores econômicos, que entendia que somente um regime autoritário seria capaz de manter a superexploração do trabalho num sistema de dependência econômica. Todas estas explicações são, para Carvalho, *a posteriori*, e retiram dos atores políticos a responsabilidade dos acontecimentos (Ibid., p. 120). Não se pode, segundo ele, retirar a responsabilidade nem dos específicos atores militares que levaram a cabo a ação, nem do presidente João Goulart, que parecia a cada dia fazer de tudo para irritar os militares, não atendendo aos insistentes apelos de conselheiros próximos, em atitudes que seriam interpretadas como diretamente ofensivas ao exército, por corroer a hierarquia e a disciplina, como comparecer à festa dos sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 30 de março. Seu discurso naquela ocasião precipitou o golpe: “Nas palavras de um dos conspiradores, muitos militares dormiram legalistas a 30 de março e acordaram revolucionários no dia seguinte” (Ibid., p. 124). A ineficiência de seu dispositivo militar de resistência e sua recusa em resistir, para que se evitasse um banho de sangue, levaram Carvalho a concordar com a tese de Antônio Callado, de que Jango realizava

modelo organizacional procurou enfatizar as dinâmicas internas e não as externas. É incômodo, mas justificável, mesmo com o silêncio no prefácio da edição de 2000 do livro. Para ele, a crise de identidade das forças armadas se resolveria pela institucionalização da doutrina da Segurança Nacional, que teria produzido altos níveis de coesão e consenso internos. Neste aspecto, Coelho escuta o canto da sereia e parece confundir o discurso que a instituição faz de si mesma com a realidade. Olhando em perspectiva, sabe-se que, em 1976, ano de publicação da obra, havia pelo menos duas correntes que disputavam o poder e ameaçavam a coesão interna da instituição. O evento do Riocentro, alguns anos depois, por exemplo, mostrará de forma dramática esse racha institucional. Ao longo da obra, o autor parece continuar a aderir a certo discurso institucional, escolhendo não levar em consideração o alto custo das estratégias militares para a construção desta sociedade integrada.

um suicídio incruento: “Sobreestimando a própria força e subestimando a do inimigo, o presidente e as esquerdas se empenharam numa corrida para o abismo” (Ibid., p. 125). Claro que com isso, não quis culpar o presidente pelo golpe: “A responsabilidade principal pelo golpe foi dos que o deram e não dos que o sofreram. Os vencedores, contaram, no entanto, com a ajuda dos perdedores” (Ibid., p. 126).

4.3.4 Militarização no Brasil após 1964

O golpe de estado de 1964, conduzido por militares e apoiado por amplos setores da sociedade civil, levou, como se sabe, à ditadura que durou 21 anos²¹⁸. Nestas pouco mais de duas décadas, ampliaram-se e aprofundaram-se processos de militarização do Brasil, frutos de um projeto de hegemonia conservador, elitista, anticomunista e autoritário. Alguns destes processos, no período da redemocratização, se enfraqueceram, outros foram recalcados e, vez ou outra, surgiam com força total, enquanto uns permaneceram vivos, sem grandes mudanças, impedidos, pelos próprios militares, de serem tocados. Nesta seção, tratarei de alguns destes elementos que entendo como sendo exemplares para demonstrar o argumento. Nas palavras de Teles e Safatle (2010):

(...) faz-se necessário mostrar, àqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas (p. 9).

4.3.4.1 O papel constitucional dos militares

O primeiro e mais evidente sinal de que a redemocratização trouxe consigo uma ameaça, uma espécie de cavalo de troia, ou uma espada de Dâmocles, está no próprio texto constitucional de 1988. Stepan (1986) e Moraes (1987) estavam corretos quando, no olho do furacão, antes da nova constituição, apontaram que a abertura, mais que uma democratização,

²¹⁸ Não detalharei as conturbações que antecederam o golpe. Para entender melhor seu contexto histórico ver Stepan (1973, 1975), Ianni (1975, 2004), Skidmore (1976), Silva (1984), Sodré (1967, 1987, 1994, 2010), Carvalho (2006), Markun e Hamilton (2011), Fausto (2014), D’Araújo, Soares e Castro (2014), Schwarcz e Starling (2015) e Del Priore e Venancio (2016).

era, nas palavras do general Golbery, uma liberalização, ou uma “liberalização democratizante” que, mais que tudo, era “uma contraofensiva política visando a desarticular ‘a frente oposicionista’” (MORAES, 1987, p. 23), ou seja, tratou-se de uma espécie de concessão regulada de cima e que “deixou perigosas heranças na forma de prerrogativas contínuas que são inconsistentes com a redemocratização plena” (STEPAN, 1986, p. 21). Numa perspectiva mais moderada, Soares, D’Araújo e Castro (1995) caracterizam a abertura como “um *projeto* que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças” (p. 39)

Durante a Assembleia Constituinte formuladora da constituição de 1988, os militares nomearam 13 oficiais superiores para atuarem como consultores, ou lobistas, ou, dependendo do ponto de vista, controlarem o texto constitucional novo que seria produzido, especialmente nos temas caros às forças armadas²¹⁹. Um dos generais lobistas chegou a ameaçar de intervenção a Constituinte, caso fosse retirado o artigo que sustentava o papel dos militares na garantia da lei e da ordem²²⁰. O resultado foi que, embora avançada e progressista em diversos tópicos, como no referente aos direitos sociais, a nova constituição não foi capaz de alterar os pontos fundamentais que envolviam o papel constitucional das forças armadas, as policiais militares estaduais e a justiça militar, assim a nova constituição herdou toda a carga autoritária e desestabilizadora das constituições passadas (ZAVERUCHA, 2010). Oliveira e Soares (2000) chamaram o período que vai do início da transição até a extinção do Serviço Nacional de Informação (SNI), com o presidente Fernando Collor de Mello, de época da *tutela militar*, marcada, especialmente, pela atuação do general Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do exército, com suas “iniciativas, pressões e ameaças (...) contra o governo, a sociedade e o Congresso Nacional na Assembleia Constituinte” (OLIVEIRA e SOARES, 2000, p. 101). Ainda sobre este ministro, ainda afirmaram que:

O general Leônidas intrometeu-se na política externa quando, durante as primeiras iniciativas para a formação do Mercosul, afirmou que o Brasil construiria um

²¹⁹ A Comissão responsável pelos capítulos que interessavam particularmente aos militares, a Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições, foi presidida pelo senador Jarbas Passarinho, coronel da reserva, ex-ministro de três governos militares e um dos signatários do Ato Institucional no. 5 (ZAVERUCHA, 2010, p. 46)

²²⁰ A satisfação dos militares com o resultado de seu trabalho de “lobby ameaçador” foi precisamente expressa na fala do almirante Henrique Saboia, então ministro da marinha: “Nessa parte, nós tivemos sorte de conseguir convencer os parlamentares sobre certos pontos fundamentais. Deu muito trabalho, mas conseguimos. Depois que foi criado o “Centrão”, nós tivemos mais facilidade. 18 Tivemos oportunidade, com um trabalho profundo, bem-feito, cuidadoso, de preservar as coisas que julgávamos essenciais. Umas pequenas coisas ainda passaram, mas o que era essencial para as Forças Armadas nós preservamos.” (CASTRO e D’ARAÚJO, 2001, p. 61)

armamento nuclear se julgasse que a Argentina o faria. No plano interno, ameaçou partidos, lideranças e congressistas para que as teses militares fossem acolhidas na nova Constituição e identificou como de *interesse militar* a preservação do regime presidencialista contra a tendência pró-parlamentarismo. (Ibid.)

A Constituição de 1967, cujo principal objetivo era legitimar a ruptura democrática de 1964, incorporando seus Atos Institucionais de exceção, seguiu, em relação às forças armadas, a maior parte do texto de 1946, mas produziu pequenas, mas significativas mudanças no texto. Lê-se no Art. 92:

As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”. § 1º - Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem²²¹.

A principal mudança está que, em 1946, as forças armadas destinavam-se a garantir os “poderes constitucionais”, agora são os “poderes constituídos”. Ou seja, o foco de defesa sai da constituição e passa para o estado. A emenda no. 1, de 1969, acrescenta: Art. 91: “As Forças Armadas, *essenciais à execução da política de segurança nacional*, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”²²². Concordo com o comentário de Mathias e Guzzi (2010) sobre esta mudança, ao apontarem que:

Nos demais aspectos, a Ementa mantém o texto de 1967, reforçando a importância e a primazia da segurança para o desenvolvimento nacional. Em outras palavras, tanto a Constituição de 1967 como a Emenda de 1969, sublinham a Doutrina de Segurança Nacional como um parâmetro para o desenvolvimento do país. Por esta via, transformaram o Estado e a sociedade em instituições militarizadas, ao subordinarem seus interesses às determinações do lema adotado, garantindo às Forças Armadas o papel de guardiãs e tradutoras de uma nacionalidade ameaçada, segundo sua visão. (p. 49)

A Constituição de 1988 elimina o problema dos “poderes constituídos”, de 1967, mas, na sua redação, aponta não para uma ruptura, mas uma continuidade, ao repetir grande parte dos textos constitucionais anteriores. O Art. 142, da nova Constituição, dirá:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.²²³

O retorno aos “poderes constitucionais” em vez de “constituídos” retoma 1946. Ou seja, a Constituição de 1988 recria um ambiente constitucional idêntico ao do período democrático de 1946-1964, que, embora tenha tido eleições regulares e respeito aos seus

²²¹ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao67.htm

²²² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm, o destaque é meu.

²²³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

resultados, a espada de Dâmocles esteve presente em praticamente todos os governos, com um breve arrefecimento no governo do General Dutra (1946-1951), por motivos óbvios. Todos os presidentes do período, após Dutra, enfrentaram crises com os militares e foram ameaçados por eles, que acionaram o problema da “ordem” para justificar suas ações, culminado em 1961, quando, após a renúncia de Jânio Quadros, os militares impediram que o vice-presidente João Goulart assumisse. Neste ano, pela “garantia da ordem” os militares afrontaram a “lei”. Após as negociações para que Goulart assumisse, com a bizarra mudança de regime presidencialista para parlamentarista, as crises e ameaças persistiram até o fatídico 31 de março de 1964.

O texto de 1988 produz outro problema, ao determinar que os poderes constitucionais podem ter a iniciativa de acionar as forças armadas. A desastrada intervenção do exército, no final de 1988, acionado por um juiz local, em uma greve na Companhia Siderúrgica Nacional, que resultou na morte de três metalúrgicos, mostrou o tamanho dos problemas que esta redação confusa do texto constitucional poderia provocar²²⁴. A Lei Complementar no. 69, de 1991, visou a resolução deste problema, limitando ao Presidente da República o emprego das forças armadas na defesa da lei e da ordem:

Art. 8º O emprego das Forças Armadas, na defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, é da responsabilidade do Presidente da República, que o determinará aos respectivos Ministros Militares.

§ 1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por sua iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por qualquer dos poderes constitucionais, através do Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Presidente do Senado Federal ou do Presidente da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas respectivas áreas.

§ 2º A atuação das Forças Armadas ocorrerá de acordo com as diretrizes do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.²²⁵

Contudo, o problema da “ordem” continua sem ser resolvido. Como a Constituição não a define, nem a qualifica, sua interpretação é aberta. Pode tratar-se de uma ordem política, ordem moral, ordem econômica, ordem social. Quem está qualificado, dentro da estrutura do estado, para avaliar a ordem? Se não se sabe de qual ordem se trata, como saber quando ela está ameaçada? A questão é que, como apontou Carl Schmitt (2009), o soberano é quem decide sobre o estado de exceção. Sendo que toda ordem descansa sobre uma decisão e se são as forças armadas que têm a prerrogativa desta decisão, vivemos uma situação de soberania

²²⁴ Seguindo o padrão Ustra, o presidente Collor promoveu o general responsável pela operação.

²²⁵ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1991/leicomplementar-69-23-julho-1991-364952-publicacaooriginal-1-pl.html>

militar. São, assim, os militares que, acima da ordem jurídica e política, têm a competência de definir a situação da ordem. Pode-se argumentar que o limite desta competência estaria dado pela “lei”, ao menos textualmente, mas um breve olhar histórico demonstra rapidamente que a “ordem” foi posta, pelos militares, acima da “lei”. Quando a “lei” se tornou um empecilho, mudou-se a lei, como nos Atos Institucionais, a partir de 1964, que serviram para legitimar o extra-legal e aprofundar, até o fatídico Ato Institucional no. 5, a soberania militar sobre o estado, a lei e, por fim, os corpos dos que lhes resistiam.

Em 2018, as tratativas jurídicas que envolviam a prisão ou a soltura do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva trouxeram mais uma vez a ameaça interventiva do exército. Nas vésperas do julgamento de um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, que poderia soltar Lula, o comandante do exército, Gen. Villas Boas, publicou em sua página pessoal da rede social Twitter: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. A ameaça não foi clara, mas está implícita. Sete meses depois, o mesmo general, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo afirmou que: “Ali, nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite. Mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse”²²⁶. Será que estivemos próximos a uma intervenção militar? A atitude não deixa dúvida de que o exército tomou a liberdade de interpretar a soltura de Lula como uma ameaça à ordem nacional e tentou intimidar, com relativo sucesso, o STF. Como apontou Zaverucha (2010):

Ordem não é um conceito neutro e sua definição operacional, em todos os níveis do processo de tomada de decisão política, envolve escolhas que refletem as estruturas política e ideológica dominantes. Portanto, a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos. (...) Deste modo, as Forças Armadas garantem a ordem constitucional, pública, política, social e econômica. Haja poder! (p. 49)

Em suma, a Constituição de 1988 deixou suspensa uma espada de Dâmocles sobre a democracia, ao perpetuar o papel das forças armadas como garantidoras do estado, da lei e da ordem. “Portanto, cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei” (ZAVERUCHA, 2010, p. 48). Ainda que tenham se passado muitos anos sem ameaças como a de 2018, é um

²²⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/11/villas-boas-desagrada-o-stf-ao-falar-de-liberdade-de-lula.shtml>, de 13.11.2018, e <https://www.revistaforum.com.br/general-villas-boas-confessa-que-exercito-esteve-no-limite-de-intervencao-caso-lula-fosse-solto/>, de 11.11.2018, consultadas em 05.01.2019.

equivoco pensar que houve uma mudança estrutural profunda nas nossas forças armadas, de modo que tenham perdido seu caráter intervencionista. Os anos de relativa tranquilidade, à luz de 2018, devem ser interpretados como um período em que os militares não se sentiram ameaçados ou não calcularam que havia, a seu ver, ameaças à ordem. Em minhas pesquisas com militares, alguns pontos recorrentes em suas falas parecem ter contribuído para uma mudança de postura: a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, mulher e ex-guerrilheira torturada na ditadura, teria desagradado muitos militares; seu público apoio à instauração da Comissão Nacional da Verdade teria provocado o rompimento definitivo e a ira dos setores mais conservadores e linha dura, especialmente no exército; os escândalos de corrupção foram mais um fator de alarme e sinal, para a cúpula militar, de degradação moral da política, mesmo que tenham se aproximado e apoiado o governo de Michel Temer, o príncipe das denúncias entre os presidentes, cercado de investigados e denunciados; algumas manifestações, a partir das jornadas de junho de 2014, de apoio populacional a uma intervenção militar teria mexido com os brios de alguns oficiais; a possibilidade de Lula concorrer e vencer novamente as eleições era visto como o pior cenário possível para eles, mesmo que, nos governos passados, as relações com o ex-presidente tenham sido amistosas. Estes fatores produziram um choque institucional, que levou a um reposicionamento. Por fim, como último fator, é mister considerar que os generais que ocupam esta posição na ativa, atualmente, ingressaram, em sua maioria, no exército, na época da ditadura e, mesmo os mais jovens, foram formados, comandados e conviveram com os generais da ditadura. Trata-se de uma memória ainda muito recente forjada numa instituição que jamais foi levada a fazer *mea culpa* pelos anos de chumbo e que continuou celebrando a data do golpe, ao qual chamam “revolução”, de forma festiva.

O texto constitucional de 1988 seguiu os anteriores também na seção em que trata da segurança pública, promovendo pouquíssimas mudanças significativas, o que nos leva ao próximo ponto da análise.

4.3.4.2 A militarização da segurança pública

Tornou-se lugar comum, já há alguns anos, estudiosos e jornalistas falarem de uma militarização da segurança pública no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro. Se esta se

refere aos usos das forças armadas, mais especificamente o exército, para a solução de problemas de segurança, ou, para ser mais preciso, para dar uma resposta a determinados grupos sociais ao problema da violência, a análise está correta apenas de forma parcial. Vamos às razões.

De fato, entre 2010 e 2018, o Rio de Janeiro sofreu três grandes intervenções militares em seu território: as ocupações dos Complexos do Alemão e da Penha, a ocupação da Maré e, por fim, a intervenção militar na segurança pública em todo o Estado. Além destas grandes intervenções, o exército foi utilizado para outras ações de caráter pontual e de curta duração. As três grandes intervenções, e outras menores, foram operações de garantia da lei e da ordem, que têm base legal específica, que tratarei mais adiante. O uso deste dispositivo para lidar com questões de segurança no Rio de Janeiro foi interpretado como um recente processo de militarização da segurança pública, em geral, e da segurança pública do Rio de Janeiro, em particular.

Contudo, negligencia-se outro elemento, mais determinante que o uso relativamente recente do exército em operações de garantia da lei e da ordem, para se pensar a militarização da segurança pública. Precisamos voltar ao ano de 1967, com o decreto presidencial 61.245²²⁷, que aprovou o Regulamento para a Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM)²²⁸. Este decreto, em suma, subordinou as polícias militares estaduais a IGPM, que por sua vez se reportava ao Ministério do Exército. Entre as competências da IGPM, estavam:

baixar normas, diretrizes e fiscalizar a instrução militar das Polícias Militares em todo o território nacional, com vistas às condições peculiares de cada Unidade da Federação e a utilização das mesmas em caso de convocação, inclusive mobilização, em decorrência de sua condição de forças auxiliares, reservas do Exército. (Art. 2º., 3)

cooperar com os Governos dos Estados, Territórios e com o Prefeito do Distrito Federal no planejamento geral das distribuições do efetivo das Polícias Militares em cada Unidade da Federação, com vistas à sua destinação constitucional, e às atribuições de guarda territorial em caso de mobilização. (Art. 2º., 4)

Em 1969, a partir do Ato Institucional no. 5, do ano anterior, Costa e Silva emitiu o decreto-lei no. 667, que reorganizou as polícias militares e os corpos de bombeiros dos estados. Lê-se:

Art. 1º As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-lei. *Parágrafo único.* O Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento: (...)

²²⁷ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61245-28-agosto-1967-402464-publicacaooriginal-1-pe.html>

²²⁸ Há um histórico das IGPMs desde a sua criação até os dias de hoje em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/historico-igpm>

Art. 3º Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete as Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas e os casos estabelecidos em legislação específica, o policiamento ostensivo,

- a) fardado planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;
- c) atuar de maneira regressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprêgo das Forças Armadas; atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção,
- d) subordinando-se ao Comando das Regiões Militares para emprêgo em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Territorial.²²⁹

Em dezembro de 1969, o decreto-lei no. 1.072²³⁰, permitiu que se aproveitem os oficiais das extintas guardas-civis no quadro de oficiais das polícias militares. O que significaram todas estas legislações?

- (I) Que as polícias militares- e os bombeiros militares- são forças auxiliares do exército, reserva do exército e subordinadas a este. Esta é uma relação típica de regimes autoritários;
- (II) Que as polícias militares além de controladas e instruídas pelo exército, deveriam ser seu braço repressivo mais próximo à população, atuando no policiamento ostensivo e na repressão à perturbação da ordem. A palavra “ordem” aparece repetidas vezes no decreto. Ela deve ser “mantida”; deve-se prevenir a “possibilidade de sua perturbação”, cabendo ao policial “presumir” que isto possa acontecer; deve-se “prevenir” ou “reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção”;
- (III) Que se retira dos civis, mais especificamente, das polícias civis estaduais, as funções de policiamento ostensivo, manutenção da ordem e controle do tráfego, além de “retirada a prerrogativa jurisdicional do delegado de polícia para realizar a instrução dos processos sumários” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 56).
- (IV) Que se “desenquartelam” as polícias militares, instituições até então secundárias, e as lançam às ruas, instruídas e subordinadas como militares que

²²⁹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-publicacaooriginal-1-pe.html>

²³⁰ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1072-30-dezembro-1969-375302-publicacaooriginal-1-pe.html>

são, às concepções e às práticas do exército, substituindo as forças civis, que são enfraquecidas e perdem a maior parte de suas atribuições.

Não há maior sinal de militarização da segurança pública que a imposição, pela ditadura militar, deste novo modelo de segurança, especialmente a partir de 1969, ou seja, há cinquenta anos. Nos vinte anos seguintes, as polícias militares transformaram-se em executoras da política repressora do exército, constituídas não como uma polícia cidadã ou de serviço aos cidadãos, mas como um braço armado do estado cuja função primordial, e praticamente única, é zelar de forma discricionária pela manutenção da “ordem”, aquele malfadado conceito. Na prática, as polícias militares são inchadas, crescem desmedidamente, transformando-se em grandes instituições estatais.

Se, como diz a anedota, o maior truque do diabo é fazer as pessoas acreditarem que ele não existe, um curioso elemento de nossa sociabilidade regional é não ver, ou não perceber, o quanto há de militarização entre nós. Numa estranha operação de “normalização”, deixamos de estranhar o fato de que, há cinquenta anos, e não houve mudanças significativas com a redemocratização, como mostrarei adiante, nossa ordem pública é militarizada. As abordagens, as operações em favelas, as “blitzes” pelas ruas, as viaturas paradas nas esquinas, a repressão aos crimes, o atendimento a situações de perigo, a segurança em jogos de futebol, manifestações e eventos públicos em geral, entre outras situações, são feitas por militares. Policiais militares *são* militares²³¹, mesmo “desenquartelados”, mesmo mais próximos à população, e esta proximidade, que pode ir da cordialidade e proteção contra o crime, até a violência desmedida, o autoritarismo e a extorsão, parece ter-nos feito esquecer o que são: militares e forças auxiliares, reservas, do exército. Passada a ditadura, os militares ainda são *os* responsáveis pela ordem e segurança pública e, pelo menos a partir de 1988, os garantidores de um direito social: o da segurança do cidadão.

O que nos trouxe a Constituição de 1988 em relação a esta questão? Em seu capítulo III, “Da segurança pública”, lê-se no artigo 144:

²³¹ Zaverucha (2010) bem observou que “as PMs copiam o modelo de infantaria do Exército. São regidas pelo mesmo Código Penal e de Processo Penal Militar das Forças Armadas, e seu Regulamento Disciplinar é muito similar ao Regulamento Disciplinar do Exército (...). Seus serviços de inteligência (P-2) continuam, tal qual durante o regime militar, a fazer parte do sistema de informações do Exército, conforme dispuserem os Comandos Militares de Área (...). Isto significa que as PMs são obrigadas, por lei, a passar as informações coletadas através do chamado “canal técnico” ao comandante do Exército” (p. 54)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios²³².

Suaviza-se o texto autoritário de 1969, com suas incansáveis referências à ordem e que flertava com a paranoia, construindo um texto mais claro e limpo, preservando a essência da herança da ditadura. As polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do exército, embora subordinados aos governos estaduais, numa dupla e confusa subordinação. As polícias militares continuam como as responsáveis pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Agora, com um agravante: a segurança é um direito social (Art. 6º). Logo, os militares tornam-se, a partir de 1988, os garantidores deste direito.

Como bem observou Zaverucha (2010), somente em regimes autoritários é que as forças policiais, à exceção dos períodos de guerra, são forças auxiliares e reserva do exército. Em regimes democráticos, o exército é reserva e força auxiliar das polícias, geralmente civis, atuando em seu socorro, respeitada a legislação vigente para sua convocação, esgotado seu poder de ação.

4.3.4.3 Operações de garantia da lei e da ordem

Em 1999, através de Lei Complementar no. 97²³³, e em 2001, pelo decreto 3.897²³⁴, ambas assinadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, são fixadas as diretrizes para a utilização das forças armadas na garantia da lei e da ordem. Mantida a legislação anterior, de 1991, que dava prerrogativa ao presidente para autorizar seu uso, a nova legislação detalha e amplia a utilização do instrumento. O pedido pode ser feito por governadores, pelos presidentes dos poderes constitucionais ou a medida pode ser adotada por iniciativa presidencial. Na prática, significa que as forças armadas são autorizadas, quando acionadas por este dispositivo, a atuar com as atribuições das polícias militares, em estados de

²³² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

²³³ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html>

²³⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm

extraordinária instabilidade, quando estas “em determinado momento, indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional” (Decreto no. 3897, Art, 3º., parágrafo único) ou em situações “em que se presume ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado” (Idem, Art. 5º.).

Não se trata, essencialmente, de uma nova lei, pois já estava prevista constitucionalmente, mas de uma expansão e fixação de diretrizes. O Art. 5º. do Decreto no. 3897 parece indicar textualmente que se trata de uma excepcionalidade: “O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, que deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível (...)”. Na verdade, GLOs são utilizadas largamente, somando, desde junho de 1992, na Eco92, até novembro de 2018, 135 acionamentos²³⁵, que duraram de alguns poucos dias até 583 dias, no caso dos Complexos do Alemão e da Penha²³⁶. Destes 135 acionamentos, 20 foram especificamente no Rio de Janeiro; 23 abrangeram todo o território nacional, incluindo o Rio de Janeiro, ou seja mais de 30% das GLOs envolveram o estado do Rio de Janeiro, inclusive as mais custosas²³⁷ e longas, como as operações “Arcanjo” e “São Francisco”.

4.3.4.4 A justiça militar²³⁸

De acordo com o Art. 124 da Constituição de 1988, “À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei”²³⁹. O Art. 125 trata da justiça militar

²³⁵ O ano 2000 foi o ano com o maior número de eventos de GLO. O então presidente FHC autorizou 11 destas operações. Há uma contradição entre dois documentos divulgados pelo Ministério da Defesa: uma tabela (https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/dados_historicos_atualizada.pdf) e outro documento sobre o histórico das GLOs (https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/metodologia_estudo.pdf), que aponta 183 operações, explicando, sem muita clareza, a metodologia que o levou a esse número. Preferi ficar com os números da tabela, que detalha cada operação.

²³⁶ https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/dados_historicos_atualizada.pdf, consultada em 07.01.2019.

²³⁷ Há uma tabela oficial dos custos, a partir de 2010, disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/custos_efetivos.pdf, contudo esta tabela não ajuda muito porque os custos foram distribuídos desigualmente entre as rubricas, de forma que algumas operações são suboperações de outras maiores, o que pode causar confusão.

²³⁸ Para uma perspectiva mais geral sobre o assunto, ver Santos (2011).

em âmbito estadual: “§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças”²⁴⁰.

A questão que chama a atenção na leitura destes artigos é o da falta de definição do que é um “crime militar”. Para isto, é preciso recorrer ao Código Penal Militar, o Decreto-Lei no. 1.001, de 21 de outubro de 1969²⁴¹, assinado no auge da repressão. Este código, com suas respectivas emendas e alterações, ainda é o vigente até os dias de hoje, sobrevivendo à Constituição de 1988, com poucas mudanças. Este código, em seu Art 9º., considera crime militar, em tempo de paz, praticamente qualquer crime cometido *por* um militar em serviço, seja contra o patrimônio, seja contra outro militar ou contra um civil. O texto original de 1969 diz:

- Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:
- I - os crimes de que trata êste Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;
- II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:
- a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;
 - b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
 - c) por militar em serviço, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito a administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
 - d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
 - e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;
 - f) por militar em situação de atividade ou assemelhado que, embora não estando em serviço, use armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, para a prática de ato ilegal;

A Constituição de 1988 não produziu mudança na prerrogativa distintiva que os militares possuíam, em relação ao restante da população. Qualquer crime cometido por um militar, em serviço, seria julgado por um tribunal militar, ou seja, pelos seus pares, numa garantia, desde que não fosse crime cometido contra a instituição militar, ou de simpatizantes do comunismo, de corporativismo e impunidade. A situação se agravava quando esta

²³⁹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

²⁴⁰ Ver Rocha (2008).

²⁴¹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1001-21-outubro-1969-376258-publicacaooriginal-1-pe.html>

prerrogativa se estendia às policiais militares estaduais, reconhecidas por sua truculência, corrupção e execuções sumárias.

A Lei no. 9.199, de 1996²⁴², e a emenda constitucional no. 45, de 2004, foram passos importantes na desmilitarização da justiça na direção de uma responsabilização militar em caso de crime contra a vida de civis, ao incluir no Art. 125 §4, da Constituição, a seguinte exceção: “ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil”. A lei no. 13.941, de 2017²⁴³, assinada por Michel Temer, atendendo a pedidos de seu círculo militar, retorna à Justiça Militar crimes cometidos por militares das forças armadas -os policiais e bombeiros militares estaduais permanecem sujeitos à emenda no. 45- nas seguintes situações:

- I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;
- II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou
- III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal (...)

Ou seja, desde 2017, crimes cometidos por militares em operações de GLO voltam a ser julgadas por tribunais militares, o que nos faz retornar à situação de 1969, confirmada pela Constituição de 1988, mas alterada em 1996. No ano seguinte, em 2018, a lei já fez sentir seus efeitos. Uma operação conjunta, feita de madrugada, entre a polícia civil (Core) e o exército, no morro do Salgueiro, em São Gonçalo, deixou sete mortos, com sinais de execução, e vários relatos de violência desmedida e ações psicológicas de guerra contra os moradores, indistintamente. O Core apontou o exército como o responsável pelas mortes. Como havia de se esperar, a investigação não andou e ninguém foi responsabilizado²⁴⁴.

Se, vigorar uma legislação de guerra durante operações de GLO, já é uma aberração em períodos de liberdade democrática e paz relativa, um outro elemento produz estranheza ainda maior: o julgamento de civis pela justiça militar. A legislação mantém exatamente a mesma redação do Código Penal Militar da ditadura, que iguala civis, militares reformados e militares da reserva em crimes contra as instituições militares, que são crimes:

- a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar; b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça

²⁴² “Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum”, alternado o Art. 9º. Do Código Penal Militar. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9299.htm#art1

²⁴³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13491.htm#art1

²⁴⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/politica/1510686437_487995.html, de 15.11.2017, <https://apublica.org/2018/11/um-ano-depois-sobreviventes-da-chacina-do-salgueiro-nao-foram-ouvidos-pela-justica-militar/>, de 05.11.2018, consultados em 07.01.2019.

Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo; c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras; d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior. (Art. 9º.)²⁴⁵

A única ressalva é que a Constituição de 1988, em seu Art.125, limitou à justiça militar estadual o julgamento de policiais e bombeiros militares, excluindo civis. Contudo, os civis estão sujeitos ao Código Penal Militar quando se trata de crime contra as instituições militares federais, ou seja, o exército, a marinha e a aeronáutica. Há uma grande quantidade de casos de civis que são processados pela justiça militar. Zaverucha (2010) destaca três casos paradigmáticos na década de 1990: Em 1994, dois civis foram condenados por tentar roubar madeira de árvores cortadas em área militar; em 1995, o STM condenou dois civis por apropriação indébita de material de construção e outros dois por receptação; em 1997, dois civis foram presos por desacato e processados na justiça militar por terem resistido à ordem de não usar uma passagem subterrânea que dava acesso ao conjunto habitacional onde moravam e que havia sido recentemente fechado pelos militares (p. 59). As recentes operações militares de ocupação de favelas, a longo prazo, no Rio de Janeiro, mais especificamente a Operações Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha, e a Operação São Francisco, na Maré, produziram, respectivamente, 25 e 39 processos contra civis²⁴⁶, a maioria por desacato²⁴⁷. Chama a atenção evento que apresentarei no sexto capítulo da tese, em que o motorista de um carro alvejado pelo exército, que vitimou o carona Vitor Santiago, deixando-o paralisado e amputado, foi processado na justiça militar por supostamente não ter acatado a ordem de parada.

A possibilidade de um civil, em tempo de paz, ser processado por crime militar, na justiça militar, e por militares²⁴⁸, é mais um resíduo autoritário da ditadura, que permaneceu

²⁴⁵ Publicação original: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1001-21-outubro-1969-376258-publicacaooriginal-1-pe.html>; legislação atual: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm

²⁴⁶ <https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-07-05/justica-militar-condena-cidadaos-no-rio-sem-direito-de-defesa.html>, de 05.07.2015; <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/451-justica-militar-acumula-processos-de-civis-condenados-por-desacato>, de 28.02.2018; <https://www.metropoles.com/brasil/justica/justica-militar-acumula-processos-de-civis-condenados-por-desacato>, de 27. 02.2018. Todos consultados em 09.01.2019.

²⁴⁷ Ver Silva (2017a).

²⁴⁸ A composição da justiça militar da União possui duas instâncias. Na primeira instância, os julgamentos são realizados pelo Conselho de Justiça, formado por quatro oficiais e um juiz-auditor (<https://www.stm.jus.br/ostm-stm/primeira-instancia>). A segunda instância é o Superior Tribunal Militar (STM), de acordo com o Art.123 da CF/88 é composto por “quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre

entre nós. É uma clara violação do direito a um julgamento justo, impor a um civil um julgamento militar, por crime militar, julgado por militares. Ainda mais aberrante é submeter um civil a um código militar. Não seria exagero, em tese, dizer que o código militar está acima do código civil, já que um militar em serviço não está sujeito ao código civil, mas um civil responde a dois códigos, tanto o civil quanto o militar, dependendo da “espécie” de crime que comete, sendo que, quando incorre na acusação de “crime militar” é lançado a um mundo em que não foi socializado, não conhece as regras e sequer pertence. Assim, a mera possibilidade da existência de um não militar incorrer, em tempos de paz, em crime militar é um sinal inequívoco de uma sociedade militarizada e uma democracia restrita.

4.3.4.5 Estruturas militarizadas no estado brasileiro

Ainda há outras estruturas do estado brasileiro que permanecem profundamente militarizadas.

Oliveira e Soares (2000) apontaram, precisamente, que a forma como foi conduzida, de forma tutelada, a transição para a democracia, permitiu que os militares se entrincheirassem praticamente sozinhos na definição, elaboração e desenvolvimento das questões referentes à segurança nacional, ou mais precisamente, às políticas de defesa nacional, que não conseguem superar o paradigma da guerra fria, de “defesa interna”. Pesam sobre este protagonismo o baixíssimo envolvimento institucional do meio político e a pobre tradição brasileira de pesquisas civis sobre a temática, impedindo o desenvolvimento de uma perspectiva que supere a militarização da segurança pública em prol de “um modelo teórico e operacional de defesa do Estado democrático de direito” (p. 114);

O *Gabinete de Segurança Institucional (GSI)* foi criado em 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A medida provisória 1911-10, em seu Art. 1º., definia a constituição da Presidência da República: “A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral e pelo Gabinete de Segurança Institucional”²⁴⁹. As competências do GSI foram definidas pelo Art. 6º. desta MP:

oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis”. Nas duas instâncias, a balança pende para os militares, não sendo exagero dizer que na justiça militar brasileira, pelo maior peso conferido (4 a 1 na primeira instância e 10 a 5 no STM) os julgamentos são feitos por militares.

²⁴⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-10.htm

Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança das comunicações, zelar pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República, e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem assim pela segurança dos palácios presidenciais, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional Antidrogas, a Secretaria Nacional Antidrogas, o Gabinete, uma Secretaria e uma Subchefia²⁵⁰.

A linhagem do GSI é antiga, já tendo sido chama de Estado-Maior, Gabinete Militar e Casa Militar. Ao chefe do GSI foi dado o atributo de Ministro de Estado e foi, desde a sua criação, um general. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é uma recriação, em 1999, também no governo FHC, do serviço de inteligência²⁵¹, cuja linhagem remonta ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 pela ditadura, abolido pelo presidente Collor e transformado em Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (DI/SAE), depois, no governo Itamar Franco, Subsecretaria de Inteligência (SSI). Em seu desenho institucional, a ABIN subordinou-se ao GSI²⁵². Isto foi mantido pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

A criação do GSI se apresenta como uma compensação do governo pela criação do Ministério da Defesa, no mesmo ano, subordinando as três forças armadas a este ministério, comumente entregue a um civil. Se houve a redução de ministros militares e sua substituição por um civil, o GSI, com seu peso institucional e poder, tendo um general à frente, compensou a perda para os militares, criando uma estranha situação: se as forças armadas respondiam hierarquicamente ao ministro da defesa, o GSI respondia somente ao presidente da república, ou seja, tanto o ministro da defesa, civil, quanto o ministro chefe do GSI, militar, reportavam-se diretamente ao presidente como iguais ministros de estado. Em 2018, pela primeira vez desde a sua criação, o governo Michel Temer nomeou um general para o Ministério da Defesa, depois de ter entregue a generais a chefia do gabinete da Casa Civil, A Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O governo Temer é marco não tanto de uma militarização da sociedade ou da política, mas de uma repolitização do exército²⁵³. Não é de estranhar que as veementes falas de generais contra

²⁵⁰ Ver também: <http://www.gsi.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/competencias>

²⁵¹ Sobre uma história do serviço secreto brasileiro, ver Figueiredo (2005);

²⁵² <http://gsi.gov.br/sobre/estrutura>

²⁵³ Há de se destacar a postura significativamente mais profissional da aeronáutica e da marinha, que acabaram mais uma vez subordinadas a generais do exército. Também não quero dizer que o exército tenha, em algum

a corrupção do partido dos trabalhadores, com ameaças intervencionistas no caso do ex-presidente Lula, jamais foram direcionadas a Temer e seus aliados que, como vimos, foi o presidente e a equipe ministerial campeãs de denúncias e investigações. O modelo de Temer foi seguido e aprofundado pelo governo Bolsonaro.

A *aviação civil* brasileira permaneceu nas mãos de militares, mesmo com a extinção do Departamento de Aviação Civil (DAC) e a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A aeronáutica é a responsável pelo controle do tráfego aéreo civil, o espaço aéreo comercial, a fiscalização sobre a segurança de aviações civis e a investigação em caso de acidentes (ZAVERRUCHA, 2010). Em 2007, o governo Lula tentou desmilitarizar a aviação comercial, mas logo teve que voltar atrás, com uma greve dos controladores aéreos militares e outros atos de insubordinação.

A marinha, por sua vez, como uma “guarda costeira” é responsável, por organizar, fiscalizar e orientar a *marinha mercante*, além de policiar a costa brasileira e águas interiores. A marinha, assim, é responsável pelo licenciamento de navios mercantes, iates *jet skis* e embarcações turísticas, sendo a responsável pela investigação em caso de acidente marítimo.

Assim, duas sensíveis áreas da infraestrutura nacional, a aviação civil e a marinha mercante, continuam sendo controladas pelos militares. Tentativas de desmilitarização são historicamente tratadas como um insulto às forças armadas, que reagem veementemente.

Por fim, outro item em que os militares bateram pé pela permanência, foi a obrigatoriedade do serviço militar, conforme consta no Art. 143, da CFRFB/88:

Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

Assim, faz parte da experiência de praticamente todos os homens brasileiros, ao completarem a maioridade, a obrigação de se apresentarem às forças armadas, a fim de serem avaliados como aptos ou não, como devendo “servir” ou serem “dispensados”. Por inúmeras razões, como falta de verba, excesso de jovens aptos, na maioria dos casos, só “servem” aqueles que assim o desejarem, ou forem pobres. São raríssimos os casos de filhos da classe média ou das elites que são obrigados a prestar o serviço militar obrigatório. Quando, por

momento, deixado de ser uma instituição política, mas que se manteve, por certo tempo, afastado de certas funções públicas.

acidente, são alistados, há quase sempre a possibilidade de se acionar algum militar conhecido, para providenciar a dispensa. Para os jovens que não são oriundos das classes mais pobres, a experiência militar almejada é o de ingresso em uma escola militar de elite, que proporcionará o ingresso ou no oficialato ou como especialista. Ainda hoje, muitos jovens pobres veem o ingresso nas forças armadas, a partir do alistamento obrigatório, como uma oportunidade de sobrevivência, ao menos por alguns anos, mesmo que este caminho seja bloqueado para o acesso ao oficialato. Todo homem brasileiro, em tese, mesmo civil, é um reservista das forças armadas, podendo ser convocado em tempos de guerra. O certificado de reservista é um documento que se tem que carregar para o resto da vida, exigido para que se assumam empregos de carteira assinada, matrícula em universidades e para se assumir cargos públicos. No Brasil, a experiência militar, de alguma forma, é imposta pelo estado a todos os homens, e seu reconhecimento como cidadão passa, necessariamente, pela experiência da apresentação às forças armadas que, soberanamente, em tese, não na prática, e de acordo com a lei, se você deverá “servir” ou não a sua pátria, como militar. Em suma, no Brasil, a cidadania do homem brasileiro precisa do aval das forças armadas, o que é um inequívoco sinal da militarização da nossa sociedade.

4.3.4.6 A militarização do Rio de Janeiro

Se é fato que o Rio de Janeiro, especialmente a capital e sua região metropolitana, tem experimentado, nos últimos anos, uma intensificação de ações de GLO, não se pode, ainda, falar de um recente processo de militarização, porque a antiga capital da república foi e permaneceu como a metrópole mais militarizada do país. Apresento alguns motivos para justificar esta afirmação. O que o ciclo dos megaeventos trouxe foi uma intensificação de alguns processos, mas que estão historicamente enraizados na experiência carioca de cidade.

A segurança pública foi, comumente, entregue, em termos estaduais, aos militares, e isto transcende a redesignação das polícias militares depois do AI-5. Os secretários de segurança do antigo Estado da Guanabara eram generais do exército. Depois da extinção do Estado da Guanabara, em 1975, e sua incorporação ao Estado do Rio de Janeiro, o cargo de secretário de segurança só foi ocupado por generais, até a extinção da secretaria em 1983. Ela foi recriada em 1995, com o então governador Marcello Alencar (1995-1998), que teve três secretários, dois generais e um coronel do exército. O governo Anthony Garotinho (1999-

2002), depois de iniciar a gestão com o general José Siqueira na secretaria de segurança, inovou, e pela primeira vez, colocou um oficial da polícia militar no posto, o coronel Josias Quintal, ex-analista de informações do DOI-CODI, entre 1976 e 1978²⁵⁴. Quando Garotinho renunciou, em 2002, para concorrer à presidência da república, tendo assumido Benedita da Silva, a primeira mulher a governar o Estado, inovou e, pela primeira vez, um civil, não ligado à carreira policial, assumiu a secretaria, o jurista Roberto Aguiar. Quando Rosinha Garotinho assume o governo, em 2003, reinstala Josias Quintal, vindo a demiti-lo pouco depois, para que o próprio ex-governador Anthony Garotinho, seu marido, assumisse a secretaria. Garotinho deixa a secretaria no final de 2004, inaugurando um novo ciclo, o dos delegados da polícia federal, que estiveram a frente da secretaria de 2004 a 2018: Marcelo Itagiba (2004-2006), Roberto Precioso Junior (2006), José Beltrame (2007-2016), o mais longo, e Roberto Sá (2016-2018). Visto deste prisma, entre 2003 e 2018, quinze anos, civis estiveram a frente da segurança estadual, o que pode indicar um processo de desmilitarização da área. Contudo, a lógica militar da guerra esteve presente nestes secretários, que pouco fizeram, com exceção de Beltrame, para tentar mudar as práticas violentas e a cultura militarizada de repressão e guerra das polícias militares. Nesse sentido, pode-se dizer que o ponto máximo da militarização de uma sociedade se dá quando os próprios civis perpetuam e reproduzem a lógica e a cultura militar. Mesmo as UPPs, que começaram na gestão Beltrame, embora, em tese, fossem uma tentativa de transformação da cultura do policial militar por uma postura mais cidadã, estiveram longe de ser um processo de desmilitarização da polícia. Muito pelo contrário, mesmo quando o projeto era visto com bons olhos por estudiosos, grande mídia e parte da população, povoar a favela com centenas de policiais militares, controlando, por vezes, os mais significativos processos locais, como a mobilidade, o comércio e a sociabilidade, significa militarizar a favela, e não o contrário.

O ciclo de secretários delegados da polícia federal se encerrou com a intervenção federal, de caráter militar, na segurança pública, em 2018, decretada pelo presidente Michel Temer. Tanto o interventor quanto o novo secretário de segurança foram dois generais do exército. O secretário, general Richard Nunes, foi um dos generais da Maré.

Como vimos anteriormente, o Rio de Janeiro, estado e capital, foram os territórios nacionais que mais receberam operação de GLO. Os megaeventos que o Rio sediou, começando com a Eco-92, em 1992, foram ocasiões em que o dispositivo foi acionado e as forças armadas estiveram nas ruas a cuidar da segurança dos eventos e, especialmente, das

²⁵⁴ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/quintal-josias>

favelas do Rio. O trinômio GLOs, megaeventos e favelas se constituiu como um padrão no Rio de Janeiro, desde a década de 1990. Para citar apenas as mais importantes GLOs, houve a Operação Rio I, em 1994 (RESENDE, 1995), e Rio II, no ano seguinte. A primeira utilizando-se de dois mil militares, a segunda com vinte mil. Em 2003, a Operação Guanabara foi ativada para garantir a segurança do carnaval. Entre novembro de 2010 e julho de 2012, a Operação Arcanjo ocupou os Complexos do Alemão e da Penha. Entre abril de 2014 e junho de 2015 foi a vez da Maré ser ocupada, na Operação São Francisco.

O Rio de Janeiro, ex-capital do império e da república, como era de se esperar de um território estratégico da emanção do poder nacional, se transformou, a partir do século XIX, numa cidade com tantos aparelhos militares, que quase pode ser comparada a uma fortificação. O Rio de Janeiro, capital do estado, é a metrópole mais militarizada do país, e possivelmente da América Latina, não somente por tudo que foi apontado anteriormente, mas também por ter espalhada em sua malha urbana uma série de instituições militares, tornando a presença das forças armadas um dos elementos constitutivos da experiência carioca de cidade.

Zaverucha (2010) listou estas unidades militares:

No Centro da cidade há o III Comando da Aeronáutica (Comar), na Praça XV; o Comando Militar do Leste, na Central do Brasil; a Escola Naval, ao lado do Aeroporto Santos Dumont; o I Distrito Naval, também na Praça XV. Na Tijuca, o Batalhão de Polícia do Exército. Na zona sul, o Forte de Copacabana; o Forte Duque de Caxias, no Leme; a Vila Militar da Babilônia, em Copacabana; e a Fortaleza de São João, na Urca. Em Deodoro, a Vila Militar do Exército (maior vila da América do Sul) e o Campo de Instruções de Guerra de Gericinó. Na Ilha do Governador, o Parque de Material Bélico da Aeronáutica; o Hospital da Aeronáutica; e a Base Aérea do Galeão. Na avenida Brasil, o Centro de Instrução Almirante Alexandrino, na Penha; o Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro, em Bonsucesso; e o 24º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) do Exército, em Bonsucesso. Em Benfica, o Hospital Central do Exército. No Caju, o Arsenal de Guerra do Rio (Exército). Em Santa Cruz, a Base Aérea de Santa Cruz. Em Sulacap, o Campo dos Afonsos (Aeronáutica). (p. 64-65)

A simples listagem não dá ideia das dimensões de algumas destas áreas. A Vila Militar, de 1904, é um bairro da cidade que concentra cerca de 60 mil militares, a maior concentração militar da América Latina. O Campo dos Afonsos, berço da aviação brasileira, constituído como outro bairro da cidade, impressiona também por suas proporções. Além destes, alguns bairros têm uma presença militar tão forte que são considerados bairros militarizados, e muitas vezes valorizados em termos imobiliários por isso, como Sulacap e Urca. A lista de Zaverucha não é exaustiva, e nem pretendo ser, mas ainda há de se destacar a ausência do Hospital Naval Marcílio Dias, um centro de referência, situado no bairro de Lins de Vasconcelos. O Colégio Militar do Rio de Janeiro, no bairro Maracanã, o primeiro do país, fundado em 1889. Na avenida Brasil, há o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

(CPOR), unidade de ensino, situada na região da Maré. Há, também, pelo menos, cinco museus militares.

Esta presença militar ganha ainda maiores proporções quando consideramos, também, os clubes militares, inclusive o histórico Clube Militar do Rio de Janeiro, berço de tantas conspirações, os batalhões, dezesseis só na capital, e instituições da polícia militar (museus, hospitais, centros administrativos e de treinamento), as unidades especializadas e as unidade de polícia pacificadora, que também se espraiam pela cidade e marcam a presença militarizada da experiência urbana carioca.

Pretendi, assim, nesta seção, mostrar aspectos não de uma recente, mas de uma antiga militarização do Brasil e, mais especificamente, do Rio de Janeiro, procurando demonstrar que a militarização é parte constitutiva da formação do estado brasileiro, tendo lançado raízes profundas em nossa sociabilidade, nossa experiência de metrópole e na constituição de nossas leis, a tal ponto que alguns processos passam a ser naturalizados. A intensificação da presença militar, mais especificamente do exército, nos governos Temer e Bolsonaro são sinais não de uma militarização do Brasil, mas de uma repolitização do exército, que volta a assumir protagonismo, mas sem nunca ter deixado de estar presente, ora tutelando, ora afiançando ou ameaçando os rumos de nossa democracia pós-ditadura.

5. VOZES E IMAGENS DE UMA OCUPAÇÃO MILITAR

(...) um conflito moderno. Uma guerra irregular,
sem fronteiras, com inimigo difuso.

(General de Souza)

Este capítulo tem por objetivo reconstituir a ocupação militar da Maré a partir das vozes das pessoas que a vivenciaram e da análise de imagens, vídeos e fotografias, registradas na época.

Adoto a ideia de “vozes” por ser mais aberta ao caráter fragmentado e múltiplo da experiência social, conforme apontou Veena Das (1995), fazendo o etnógrafo sair da postura de mero observador para assumir a postura de alguém que, na escuta, lida com aqueles que se comunicam. Desta forma, sair da terceira pessoa e passar para a primeira corporifica a narrativa. Somente desta forma, é possível falar do trauma, da dor, da humilhação, da vergonha. Apresentar estas vozes é um exercício etnográfico de deslocamento da proeminência da posição de autoridade interpretativa para a de organizador. É claro que, para transformar estas experiências num texto acadêmico, escolho, recorto, interpreto e analiso, e tudo isto é perpassado pela experiência, ética e escolhas políticas. Não reproduzo a ilusão de que o etnógrafo se anula para que o *outro* surja, como uma voz que clama no deserto, preparando os caminhos do outro e saindo de cena depois. Apenas indico a preferência por uma forma de texto que valoriza o testemunho e a narrativa corporificada de quem viveu a experiência.

De quem são estas vozes? Acima de tudo, de moradores da Maré. Além das conversas informais e entrevistas que realizei, li atentamente todas as postagens do coletivo de mídia comunitária “Maré vive”²⁵⁵, em sua página da rede social Facebook, que, de forma

²⁵⁵ <https://www.facebook.com/Marevive/>, em 12.01.2019, 140.966 pessoas seguiam a página em 12.01.2019. Lá, o coletivo se apresenta da seguinte forma: “Maré Vive é um canal de mídia comunitária feito de forma colaborativa. Nossas notícias são desenvolvidas através da colaboração dos moradores, o canal é feito por todos nós aqui da Maré. Nossa fonte de informação são os próprios moradores, checamos os informes que chegam sempre com mais de uma fonte para desenvolver melhor a notícia através de outros pontos de vista e cruzamento de informações. Mantemos as notícias constantemente sendo atualizadas, enquanto chegam informes e relatos, assim diminuimos os riscos de cometer erros ou publicar algum dado equivocado. Sua contribuição é fundamental para que possamos levar as notícias de forma rápida e confiável. Nossa política é de manter o anonimato das pessoas que colaboram com a página, não divulgamos o nome ou qualquer outro

colaborativa e crítica à ocupação militar, funcionou como um significativo e popular canal de resistência local. Diariamente, o “Maré vive”, surgido a partir da experiência da ocupação militar e da insatisfação, segundo seus criadores, com a cobertura tendenciosa da mídia tradicional, que não apresentava aquilo que realmente acontecia nas favelas, propunha reflexões, postava fotos, relatos e vídeos feitos por moradores, avisava de operações e tiroteios e denunciava os abusos cometidos por militares.

As vozes locais funcionarão, neste texto, como uma linha mestra. Esta é, evidentemente, uma escolha política, determinante para o tipo de análise que será construída.

Escutei, também, militares que participaram desta ocupação. Todos com quem conversei eram oficiais, portanto, a limitação evidente da pesquisa está na ausência das vozes dos militares da ponta, que passavam o dia em patrulhas e em contato direto com os moradores. Não os entrevistei porque simplesmente não consegui. As tropas vinham de outros estados e, após dois meses, voltavam de onde vieram. Muitos soldados, inclusive, nem no exército estariam mais, tendo cumprido seu serviço militar obrigatório. A forma de acesso que tive aos militares limitou-me às conversas com oficiais, que me trouxeram um outro tipo de olhar e de reflexão sobre o tempo que passaram na Maré, em contato com as tropas e a favela, possivelmente, mais sistematizado e global, o que, de forma alguma, é descartável. Tratando-se de uma instituição fundamentada na hierarquia, seus valores e posicionamentos deveriam refletir diretamente em seus subordinados e, de fato, percebi, desde a pesquisa no Alemão, que o ânimo de generais e outros comandantes reflete diretamente em suas tropas, mas entre a escuta, a determinação, a regra de engajamento, há um outro espaço, das práticas, das moralidades, das resistências. É nesse espaço entre as discursividades e as práticas, entre os comandos e as resistências, que estão os mais importantes insights para se entender mais profundamente o mundo social em questão. Concordo com Giddens quando afirma que as tecnologias de poder, ou os procedimentos formalizados de domínio, raramente funcionam “com a “firmeza” que, diante dos fatos, eles parecem possuir” (2008, p. 37), produzindo

dado que possa identificar quem colaborou, a não ser que seja da vontade da própria pessoa de se identificar. Somos um espaço plural e democrático, sempre aberto ao diálogo e com a disposição de crescer e evoluir sempre. Achar que fazemos um trabalho leviano e irresponsável, é um erro. Estamos desenvolvendo uma atividade jornalística da mesma forma que qualquer outro jornal, revista ou TV faria, mas com a nossa visão, sob o ponto de vista da comunidade do Complexo da Maré. É raro surgir um veículo de mídia disposto a mostrar o lado da favela e seus moradores, normalmente somos marginalizados e mostrados de forma negativa, mas aqui não! Não temos nenhum posicionamento anti-exército, anti-polícia ou qualquer outro na hora de noticiar um fato. Nosso posicionamento é sempre em favor dos moradores, esse sim é nosso lado e não temos problema nenhum em assumir isso Tamo junto, Favela!”. Ainda sobre o “Maré vive”, ver: <https://jornalocidadao.net/mare-vive-a-pagina-que-informa-e-valoriza-a-favela/> e <http://rioonwatch.org.br/?p=11067>.

aquele que ele chama de *dialética do controle* nos sistemas sociais, ou seja, o fato de que “todas as estratégias de controle empregadas por indivíduos ou por grupos superiores suscitam contra-estratégias por parte dos subordinados” (Ibid.).

5.1 Relatos e a economia moral da narrativa

Reconstituir estes meses, através das vozes de seus envolvidos e das imagens da época, é um trabalho de (re)construção de memória. Se a maior parte dos relatos e imagens do Maré Vive foram feitos no calor dos acontecimentos, sendo fruto, portanto, de uma memória recente, os outros testemunhos me foram dados entre alguns meses até três anos após a ocupação. O tempo decorrido trouxe camadas de novas interpretações, especialmente à luz das crises enfrentadas pelo país e pelo estado do Rio de Janeiro, após 2015. A decadência e o desmonte das UPPs, a falência das contas do estado, a prisão de Cabral e Pezão, a intervenção federal, o assassinato da vereadora Marielle Franco, foram acontecimentos que determinaram a avaliação da ocupação, por todos que dela participaram.

Ao reconstituir acontecimentos pelas vozes e imagens daqueles que os viveram, não tenho qualquer pretensão investigativa de encontrar a “verdade” por trás dos relatos e imagens. Não avalio, nem julgo, meus interlocutores em momento algum, apenas busco analisar seu discurso. Se, porventura, surgem relatos contraditórios, não me interessa onde está a maior aproximação daquilo que realmente aconteceu, mas sim o relato. Almejo a palavra, o testemunho, não espero nenhuma espécie de verdade por trás das palavras. Se há conflito e contradição de versões, é o conflito que interessa. São as tensões, as resistências, os discursos oficiais e a resistência a eles, a informação e a contrainformação.

Quanto ao uso de fotografias e vídeos, utilizo-os e analiso-os como uma forma de testemunho, que apenas se utiliza de outros recursos. Não é exagero afirmar que uma grande parte da história da ocupação militar da Maré está em dispositivos de smartphones e jamais será vista. Uma parte, entretanto, pode ser acessada porque foi tornada pública em redes sociais. Os smartphones converteram-se numa arma de resistência e publicização de violências que ficavam restritas ao testemunho de pessoas que logo eram desqualificadas por serem “subalternas”, “cúmplices”, “manipuladas” ou “cidadãos de segunda classe”. Se suas vozes dificilmente eram escutadas, agora possuíam também o poder das imagens, que saindo,

em questão de segundos, de seus pequenos celulares, poderiam tomar a rede e percorrer o mundo. Não à toa, filmar era visto, pelos militares, quase sempre como uma afronta, um desacato. Não foram poucos os relatos de celulares quebrados. A imagem de um militar se aproximando da lente, em fúria, para evitar filmagens é um dos mais corriqueiros e simbólicos retratos da violência de estado.

O recurso de filmar operações também foi utilizado pelos militares. O objetivo seria, conforme entrevistas, o de evitar falsas acusações de abuso e documentar, com fins históricos e de treinamentos futuros, as operações. Jamais as filmagens internas foram veiculadas publicamente se prejudicassem, de qualquer forma, a imagens dos militares. Estes, assim, escolhiam cuidadosamente os vídeos que viriam a público, para transmitir a ideia de eficiência bélica e empatia humanitária dos soldados. Assisti a muitos desses vídeos, que também foram tratados como material de campo, mas com muitas reservas. Sua utilidade está por apresentarem uma “história oficial”, contada a partir da ótica dos que ocupam e dos que têm a força das armas.

Todas estas escolhas foram feitas com o objetivo de produzir um olhar micropolítico. Os capítulos anteriores cumpriram, a meu ver, a função de uma análise macropolítica, institucional e de caráter mais abrangente dos processos locais que produziram contextualmente a política de pacificação e a decisão estatal de ocupar, em um dado momento histórico, certos conjuntos de favelas, utilizando-se das forças armadas. O principal interesse, aqui, é reconstituir a ocupação militar da Maré, não através de números, nem de grandes movimentações e operações militares, mas sim no encontro do agente armado do estado, o militar, com o morador. São nestes encontros – de passagem, de abordagem, de ameaça, de serviço humanitário, de empatia, de violência, entre outros possíveis- que o estado se faz presente e se forma. Sem desmerecer a análise institucional, a qual também me dediquei nesta tese, todo este terceiro bloco é uma análise micropolítica, uma etnografia da formação do estado em suas margens (DAS e POOLE, 2004)²⁵⁶, nos encontros entre o militar e o favelado.

²⁵⁶ Penso em margens no sentido que foi dado ao conceito por Das e Poole (2004). As autoras apontaram que pensar as margens do estado exige repensar radicalmente a ideia de estado, afastando-se da imagem entranhada do estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política, que se torna mais fraca ou menos totalmente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Três questões, segundo elas, são necessárias para tratar das margens: (I) A ideia de margens como periferias que formam contêineres naturais de pessoas insuficientemente socializadas na lei; (II) a legibilidade e ilegibilidade apontam para a produção de papéis e documentos pelo estado a fim de “promover a existência”, “permitir” ou “autorizar” o funcionamento da sociabilidade, das trocas, da circulação e do comércio; (III) as margens devem ser entendidas como um espaço entre os corpos, a lei e a disciplina, que mostram o estado e seus agentes operando não somente sobre um território determinado, mas sobre os corpos das pessoas.

Assim, o estado se torna, nas palavras de Fassin (2015a), “o que seus agentes fazem sob as múltiplas influências das políticas que implementam, os hábitos que desenvolvem, as iniciativas que tomam e as respostas que obtêm de seus públicos” (p. IX)²⁵⁷.

Uma das questões que surgiu ao longo da pesquisa, e que foi observada por alguns interlocutores, estaria no possível caráter de exagero e imprecisão dos relatos. Se os militares tendiam a contar uma história “chapa branca”, ocultando seus excessos, omitindo suas violações, os moradores podiam tender a contar uma versão exagerada e imprecisa, enfatizando somente os aspectos desagradáveis e esquecendo os possíveis benefícios que tiveram durante a ocupação militar. Uma versão mais maldosa deste argumento sugeria que muitos moradores eram aliciados pelos criminosos locais para produzirem tumultos e provocarem os militares, que, reagindo, acabariam se desmoralizando e perdendo a credibilidade que possuíam para observadores externos. Escutei, também, de algumas pessoas bem-intencionadas e esclarecidas quanto ao preconceito e a segregação urbana, que deveria ter muito cuidado com relatos locais, mais uma vez, por certa tendência ao exagero e autocomiseração por parte dos favelados.

O cuidado em relação à versão militar é pleno de sentido, mas cabe uma reflexão quanto à extensão deste argumento para os relatos dos moradores. De fato, em certos momentos, houve provocações aos militares que, ora reagem com admirável profissionalismo, ora partiam brutalmente para o confronto. Mais do que seguir orientações superiores de não reagir a provocações, não se pode esquecer que, quando analisamos soldados, considerá-los como máquinas reprodutoras de obediência às escalas de comando é um escandaloso reducionismo. Ao contrário, são agentes morais postos na encruzilhada de tomar decisões morais, trazendo consigo certo entusiasmo juvenil, preconceitos sobre a favela e seus moradores, dificuldades na construção da empatia por indivíduos que quase sempre escutaram as piores adjetivações, o sentimento de ultraje por sua autoridade de homem armado, o gosto pela violência e o amor pela guerra glamourizada por certos militares, e tantas outros elementos complexos. O relato abaixo, que me foi dado por um militar, aponta bem esta questão.

No ônibus que nós estávamos indo, as brincadeiras, nas falas de um cabo, muito forte, que me marcou. Eu até falei com o tenente do pelotão dele. O cara falou: ‘eu vou pro Rio pra bater em carioca, pra matar carioca’. Por mais que seja assim, uma brincadeira, tu percebe... dava pra perceber que tinha aquela vontade de estar aqui, baixar o cacete no carioca que tava ali na favela da Maré.

²⁵⁷ Tradução minha.

Em outras palavras, estes encontros envolvem e são diretamente produzidos por uma economia moral, num sentido mais amplo, geral, sobre “como valores e afetos são produzidos, circulam e são apropriados em torno de uma dada situação que a sociedade constrói como um problema” (FASSIN, 2015a, p. X)²⁵⁸, que num nível micro, particular, produz subjetividades morais que “revelam os valores e afetos envolvidos nas questões e dilemas éticos enfrentados pelos agentes com relação a esses problemas” (Ibid.)²⁵⁹. Isto não vale somente para o soldado, mas também para o morador, evidentemente.

De volta à questão do possível caráter de exagero e imprecisão dos relatos, reforço o ponto que encontrar a “verdade” por trás das imagens e das narrativas é uma tarefa não somente inalcançável e impossível, por ser muito difícil, mas porque, de fato, esta “verdade” não existe. O que existem são impressões e interpretações, determinadas por uma miríade de fatores complexos, que variam entre indivíduos e grupos. Claro que as imagens que analisei produziriam dúzias de diferentes interpretações. Apresentei a minha, à luz de reflexões teóricas próprias, opções políticas e do trabalho de campo que fiz na Maré. Entretanto, em resposta a qualquer desmerecimento dos relatos locais trago uma observação, constituída ao longo da pesquisa, que pode contribuir para este exercício de análise do discurso e, especialmente, para esta tímida tentativa de fazer uma antropologia do estado, a partir dos seus agentes e das suas margens.

Com relação ao alcance da mensagem, se é que há uma, pode-se fazer, a grosso modo, uma divisão dos relatos locais em duas categorias.

A primeira busca ou tem consciência do alcance do relato, trazendo em sua construção uma espécie de mensagem, de conteúdo específico. Assim, o relato é estruturado e construído visando produzir determinado efeito, geralmente com o caráter de uma denúncia. Estes relatos tendem a ser mais racionalizados, a usar mais adjetivações e a enfatizar os elementos que possam contribuir para a produção de um impacto e o sucesso da denúncia. Trata-se de uma forma absolutamente legítima e por vezes necessária de se fazer ouvido, num contexto de repressão, descrédito e silenciamento. É muito comum que este tipo de relato brote de lideranças locais e de vítimas da violência do estado, que acabam liderando movimentos específicos por reparação e/ou justiça. Chamarei estes de *relatos comissionados*.

²⁵⁸ Tradução minha.

²⁵⁹ Tradução minha.

A segunda categoria, ou não tem consciência do alcance do seu relato, ou não vê no receptor alguém que possa contribuir, ou ainda não tem qualquer pretensão de, através do relato, veicular algum tipo de mensagem específica. Desta forma, o relato tende a ser mais desarticulado, espontâneo, por vezes deixando surgir, inconscientemente, algumas impressões profundas e ainda não racionalizadas. Chamarei estes de *relatos espontâneos*.

Os dois relatos são válidos, não havendo hierarquias entre eles, embora variem consideravelmente, mesmo quando tratam de uma mesma situação. Em minha pesquisa, ambos foram importantes. Um terceiro possível tipo é o *relato de caráter oficial*, ou produzido por alguém numa posição institucional específica, ligado a alguma agência estatal. Estes se aproximam do primeiro tipo, com o mesmo grau de racionalização e estruturação, mas seu conteúdo tende a ser uma defesa institucional. Se os dois primeiros tipos são relatos locais, este terceiro é oficial, tendo enorme vantagem em termos de alcance, em relação aos outros, por estar alinhado às estruturas de poder. No seio deste terceiro tipo, é comum, em casos de conflitos de versões, que prevaleça a sua e que as outras sejam desqualificadas, seja pelo teor da mensagem -acusada de parcialidade, conivência com o crime, interesse financeiro ou de publicidade, preconceito para com os agentes do estado ou, simplesmente, mentira-, seja pela “qualidade” dos que a trazem.

Qualquer relato, qualquer narrativa, é uma versão do real, contada a partir de um determinado ponto de vista. Não há de novo nisso. Em todos os três tipos apresentados acima, dois locais e um oficial, há uma *economia moral da narrativa*.

No relato oficial, a economia moral da narrativa volta-se para uma defesa institucional. Quando esta se torna insustentável, como em um vídeo que será analisado, onde um militar espanca um morador, culpa-se o agente, acusando-o de desvio do padrão institucional. Preserva-se, deste modo, a instituição e a integridade de seu papel.

No relato comissionado, a economia moral da narrativa é estruturada e construída para produzir um determinado efeito, e o primeiro e mais urgente de todos é, partindo de uma posição mais fraca, ser escutado. Como os canais de verdadeira escuta destes relatos costumam ser frágeis, limitados e deslegitimados pelo poder, opera-se um verdadeiro trabalho de síntese e objetividade, para tornar a mensagem clara, para que ela não seja desautorizada ou deslegitimada por imprecisões ou exageros. Nas discursividades oriundas de ONGs situadas em favelas é comum, por exemplo, o forte teor de denúncia para com violências do estado, acompanhada de uma menor ênfase, por vezes nenhuma, nas violências praticadas por

grupos criminosos armados locais. Isto se deve, em grande medida, a questões de segurança, mas também como uma forma ideológica de rejeição ao estado, assim como sua própria colocação, na forma de organização fora do estado, como instrumento de intervenção, apta a receber financiamentos para fazer aquilo que o estado é incompetente para alcançar. Em alguns casos, estes silêncios seletivos são justificados pelo fato de que já há suficiente demonização do criminoso favelado, não querendo, estas organizações, contribuírem para a legitimação do extermínio de, especialmente, jovens negros.

É possível, e até bastante comum, que o mesmo agente, representante de um discurso oficial ou comissionado, a depender da situação em que se encontra, produza um relato espontâneo. São momentos epifânicos, que fazem a alegria de todo pesquisador. Contudo, relatos espontâneos locais tendem a ser produzidos em situações informais, em conversas, desabafos, situações de confiança entre pesquisador e interlocutor. Sem querer entrar numa discussão de técnicas de trabalho de campo, ou sobre como o tipo de ambiente que propicie relatos espontâneos pode ser produzido, destaco algumas questões observadas na pesquisa. Tratam-se, muitas vezes, de impressões e não se apresentaram todas ao mesmo tempo, no mesmo relato.

- A. Realizar pesquisas em territórios que sofrem intervenções militares e que são alvos de específicas políticas de controle e “pacificação” é mapear um terreno de aguda violência. Não somente porque estes territórios, tais como os Complexos do Alemão e da Penha e a Maré, nas últimas décadas, foram palco de inúmeras violências -estatais e dos grupos criminosos armados locais-, mas também porque a “pacificação”, mais do que a paz, trouxe outras formas de violência. Nesse sentido, depois de escutar muitos relatos e histórias, de ter tido acesso ao compartilhamento de muitas memórias, percebi que, por debaixo da superfície do que se tornou público, há enormes silêncios e invisibilidades. Muitas histórias não foram contadas porque não havia quem as escutasse, outras não foram contadas porque foram silenciadas por medo. Ainda trago comigo alguns relatos que sequer entraram em meus textos, mas que me causaram profundas impressões, em quase uma década de pesquisa em favelas: o cordão de ouro roubado da escrivania do quarto de dormir após um morador ter a casa invadida por militares durante uma operação; o cachorro baleado porque latia demais e irritou um soldado; a tortura praticada por policiais do Bope a dois jovens, dentro de uma igreja pentecostal, onde um deles foi penetrado com um cabo de vassoura e morreu no hospital, dias

depois; O “caveirão” que pingava sangue depois de sair da favela com um monte de corpos de pessoas que havia executado, a fim de “desová-los”; a família que foi acordada com uma bomba de gás lacrimogêneo jogada para dentro de sua casa, que levou ao quase sufocamento de um bebê. Estas são apenas algumas. Como notou Nordstrom (2004), por vezes, “a ofensa não está nas realidades da violência, mas em falar delas” (p. 32)²⁶⁰. Alguns relatos são tão incômodos, tão brutais, tão humilhantes, que são evitados. Alguns são contados depois que se estabelece algum tipo de relação de confiança, em tom de voz mais baixo, como se estivesse contando um segredo ou adentrando no território do indizível. Isto lembra o testemunho de Primo Levi (2016), quando diz que a história dos campos foi contada por aqueles que não tatearam o seu fundo, porque quem o fez, não voltou, ou teve sua capacidade de observação paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão (p. 12). Um dos meninos torturados pelo Bope, o que sobreviveu, foi-me apontado como uma testemunha que não servia. Teria ficado “maluco”.

- B. Não se pode deixar de considerar as limitações da linguagem ao tratar da violência. Parafraçando Wittgenstein, para quem os limites do nosso mundo são o limite da nossa linguagem, muitos desses relatos, talvez por escassez de recursos linguísticos, trazem, para os ouvidos e “gostos” daqueles que não pertencem a este mundo, uma incômoda *secura*²⁶¹, uma linguagem direta por vezes chocante e uma aparente impressão de naturalização da violência. Isto não quer dizer, entretanto, que entendo a violência sofrida e o trauma como incomunicáveis, indescritíveis ou inenarráveis. Pensar dessa forma inviabilizaria toda possibilidade do testemunho. Tratando de Auschwitz, Agamben (2008, p. 42) diz que:

Dizer que Auschwitz é “indizível” ou “incompreensível” equivale a *euphemein*, a adorá-lo em silêncio, como se faz com um deus; significa, portanto, independente das intenções que alguém tenha, contribuir para sua própria glória. Nós, pelo contrário, “não nos envergonhamos de manter fixo o olhar no inenarrável”. Mesmo ao preço de descobrirmos que aquilo que o mal sabe de si, encontramos-lo facilmente também em nós.

- C. A naturalização da violência é uma expressão exógena que só pode funcionar como uma observação superficial e, em certa medida, equivocada para tratar da violência nos territórios urbanos da pobreza. Embora seja evidente que a percepção da violência traga enorme carga de subjetividade por ser cultural, jamais se pode naturalizar a violência. Isto é como uma aporia. A violência é essencialmente

²⁶⁰ Tradução minha.

²⁶¹ Sobre uma reflexão dessa pobreza de palavras como virtude, ver Das (1999).

violação, assim não há violência que não se constitua como uma dor, um crime, uma ofensa. O que se naturaliza deixa de ser violência, porque ela precisa ser sentida, notada. Ela viola uma ordem, um limite, um tabu, um espaço. Acostumar-se com a violência é diferente de naturalizá-la. Em certas circunstâncias, nestes territórios, a violência perde seu caráter extraordinário e assume um caráter ordinário. Isto não vale somente para a favela. Moradores de todo o Rio de Janeiro, por vezes oriundos de espaços elitizados, viram tornar-se parte do seu cotidiano rajadas de tiros e barulhos de bombas, blitzes policiais em que agentes do estado abordam indiscriminadamente motoristas apontando para eles suas armas de guerra, notícias de latrocínios, balas perdidas e tiroteios nos espaços públicos. A violência, mais que um dado estatístico, tornou-se parte da construção das subjetividades fluminenses, uma representação. Afinal, quem, nascido nestas terras, não tem uma (ou algumas) história de violência para contar numa mesa de bar? O caráter ordinário da violência faz dela um elemento cotidiano, com o qual se precisa aprender a lidar, tentar reconhecer suas regularidades, afinal importa, sempre, sobreviver. Contudo, jamais se naturaliza. A violência (sofrida) é sempre ofensiva, por mais anestesiado e acostumado que alguém esteja a ela. Ninguém, em regular estado de consciência, não tomado por impulsos martirizantes, se puder escolher, escolheria sofrê-la.

- D. Nossa estrutura psíquica oferece mecanismos para lidar com a memória da ofensa e a linguagem tem seus próprios meios de lidar com a experiência da violência. Embora haja outros, três me chamaram a atenção. O *silêncio* é talvez o mais significativo. É a arma mais comum de se lidar com o escandaloso, o inefável, a humilhação e a ofensa sofrida, porque trazê-la de volta, na forma de uma narrativa, é, em certa medida, revivê-la. Como apontou Primo Levi: “o melhor modo de defender-se da invasão de memórias difíceis é impedir seu ingresso, estender um cordão sanitário ao longo do limite. É mais fácil vetar o ingresso a uma recordação do que dela se livrar depois de registrada” (2016, p. 23). A *desadjetivação*, ou seja, por falta de termo mais preciso, o processo de tentar extrair do relato atributos que o qualifiquem, que o valorem. Isto foi feito magnificamente na literatura do trauma, mas é também, e principalmente, um recurso de muitas narrativas orais, feitas por gente que não frequentou as universidades e os círculos literários, como se pode ver no documentário *Shoah* (1985) e no trabalho de Svetlana Aléksievitch (2016, 2016a). A *jocosidade*, por fim, funciona como uma forma de lidar com a

memória da violência, a fim de torná-la mais palatável, mais leve, para que se possa contá-la sem tornar o ambiente pesado. Ouvi inúmeros relatos de pessoas que se viram no meio de tiroteios ou em situações de ameaça, em que suas vidas estiveram em risco, contadas com tiradas cômicas e gargalhadas. Não me esqueço de um relato de um cadeirante que teve que se abrigar de uma operação policial, vendo-se no meio de uma troca de tiros, contado entre estridentes risadas. A jocosidade, porém, tem regras, estas variam localmente, e tem limites bem definidos. Nem tudo pode ser contado na brincadeira e na risada.

Nas próximas seções, construirei uma tentativa de organização de relatos, imagens, eventos e situações que surgiram com mais frequência na pesquisa ou foram, na concepção de meus interlocutores, os mais significativos do período da ocupação. Deixarei para os dois últimos capítulos a aproximação dos militares com as redes religiosas e uma análise de três casos de vítimas e processos traumáticos. Trata-se de uma construção artificial, com escolhas sob as quais me responsabilizo, reconhecendo que, mesmo dando voz aos agentes do estado, busco uma história contada a contrapelo.

5.2 A entrada das forças armadas na Maré

Após a formalização do acordo de emprego das forças armadas na pacificação da Maré, estabelecendo que elas atuassem no patrulhamento ostensivo, revistas e prisões em flagrante, a operação de ocupação utilizando cerca de 1.500 militares, começou a acontecer nas primeiras horas de um sábado, 5 de abril de 2014.

O início da ocupação foi horrível. Acho que não teve coisa pior que o início. Por que? Além de ter sido o choque inicial ... o sábado, foi no sábado, (...) na madrugada, entrou um aparato que a gente nunca tinha visto, né. Aparato militar absurdo, né, desproporcional mesmo. Você vê tanque na sua porta. Você vê um mundo, né, um outro mundo que a gente não tinha a menor noção. Só que o fato de a galera ser do Rio fez toda a diferença no aspecto negativo porque eles vieram já com, vamos dizer assim, já com o conhecimento do que é a favela, do que ... de tudo isso aqui. Muitos da molecada militar são da ...são oriundos de comunidade. Então, assim, no início da ocupação teve situações em que não teve, no decorrer eu não soube, situações de pegar o traficante e dialogar e conversar, negociar. Arma mesma coisa. A comunidade começou, ao mesmo tempo que teve aquele choque de imaginação, 'pô, vai mudar', de repente teve esses lances, né, essas situações que aconteceram que é típico da polícia. Não era típico, então, ninguém esperava isso do exército. (E., 27 anos, morador do Morro do Timbau)

E. nasceu e passou toda a vida na Maré. Mesmo depois de se casar, continuou no bairro. Em nossa conversa, evidencia-se uma relação de forte vínculo afetivo com os espaços locais de sua memória. Ver estes espaços ocupados por armamentos militares de guerra trouxe-lhe um incômodo. A percepção da “anormalidade” da situação foi amenizada pela esperança inicial, presente em outros relatos, de que aquele seria um remédio amargo para por um fim à atuação do controle territorial dos grupos criminosos armados locais. Para E., contudo, a primeira tropa deu sinais de um certo tipo de negociação com estes grupos, que lhe incomodou. O incômodo foi gerado, segundo ele, por se assemelhar à atuação da polícia, já bastante conhecida pelos moradores da Maré. Em outros momentos da conversa, mostrou-se crítico, também, aos confrontos. Isto nos leva ao próximo ponto.

5.3 O *modus operandi*

O quê que o morador tá acostumado na favela hoje? Ele vê um vagabundo de fuzil, parado aqui na boca, só que ele já conhece os sinais. (...) você sabe como é que tá a temperatura, vamos dizer assim. E você sabe que o problema é a chegada. Uma vez que você tá aqui dentro da comunidade, não existe a possibilidade de você ...o exército, não. O exército, tava todo mundo no mesmo lugar. Por exemplo, o exército tava nessa rua, os caras tavam ali ó. Qualquer movimentação um pouco mais rápida do exército, o pau cantava. Tu tá aqui, dentro da favela, com teu filho andando pra padaria, o pau quebrava. Então, foi uma instabilidade (...) foi uma paz quebrada, em segundos. Coisa que hoje não tem. Aonde que tá o risco? Se o blindado subir aqui vai ter tiro. (...) Na época deles, do exército, não existia mais essa paz. Era volante e os caras ficavam na tensão do que vai acontecer a qualquer momento, a qualquer momento vai acontecer alguma coisa. (...) Nego saía para ir à padaria, você ia a padaria, você ia e não voltava, ficava na padaria preso, o pau cantando, porque justamente naquele momento subia um blindadozindo do exército e o pau cantou, começou a cantar. (...) (E.)

Os moradores da Maré viram-se obrigados, pela constância dos confrontos armados, seja entre os GCAs e entre os GCAs e a polícia, a interpretar os sinais, o “clima” da favela. Após algum tempo convivendo na favela, aprende-se que observar o comportamento, as expressões faciais e gestuais dos criminosos locais, é uma forma de saber se há iminência de um confronto, se há alguma ameaça ou se eles estão se preparando para alguma coisa. Quando os criminosos locais começam a circular com rapidez maior que a habitual, falar muito em seus rádios de comunicação, a ostentar os armamentos e a se agruparem, é sinal de que algo pode acontecer em breve. É claro que estes sinais são previsões, formas de se proteger da

violência, nem sempre funcionam e as pessoas se veem no meio de tiroteios. Evitar estas situações, todavia, é uma arte que o morador se empenha em praticar com esmero.²⁶²

A presença dos militares²⁶³, em patrulhamento ininterrupto, circulando dia e noite pela Maré, trouxe um novo elemento às dinâmicas locais. As ruas da Maré, sendo tomadas por centenas de militares, obrigavam os moradores e as redes criminosas locais a reconfigurar seu padrão de sociabilidade, ação e circulação. O conhecimento, adquirido por experiência acumulada, de um morador sobre o grau de segurança das ruas de seu bairro não servia mais. A qualquer momento, ao cruzar uma viela, ou após uma abordagem, era possível que estourasse uma troca de tiros, o que de fato aconteceu com frequência. Não era mais possível o cálculo do risco. O risco, antes previsto e episódico, agora era imprevisível e constante.

Conversando, até, um dois meses atrás com o 'cara'²⁶⁴, falei: 'vem cá, cara. E aí como é que tá a cabeça de vocês? Se vier o Bope, alguma operação pra tomar isso daqui por causa da olimpíada, antes da olimpíada?'. Falou: 'cara, o pior já passamos. Não vai ser pior que o exército'. O que eles fizeram foi treinar os caras, pô. (...) O que eles fizeram foi treinar bandidos. A função de ratoeira deles, eles têm melhor agora. (...)

O exército tinha uma característica que eu acho assim, típica do exército. Eles vêm nessa rua aqui hoje, o pau quebra aqui, o pau quebra com força. A polícia militar teria uma outra visão, já cercaria agora por trás, viria dois depois. Amanhã, no mesmo horário, o exército tava aqui. O exército tem aquela constância que a gente ainda não tinha visto ainda. O pau quebrar. 'Não vai na Baixa hoje que o pau quebrou'. Eles iam. 'Não, não vai em tal lugar porque...'. Eles estavam lá. Outra coisa que incomodou muito o tráfego, na época, era a mudança da forma da operação. Por exemplo, hoje eles estavam em todas essas ruas aí. Aí, dois dias assim, três dias assim, em todas as esquinas das ruas. Aí, três dias depois, eles tavam nas vielas. Então, assim, os caras não conseguiam ter um padrão de operação deles. (...) estressava o local. Eles tinham um policiamento muito ostensivo mesmo. Os caras começaram a trabalhar, assim, muito volante. Não tinha mais aquele lugar fixo dos caras ficarem. (...) Agora, eles vieram meio que amordaçado. Eles não podiam entrar em casa de ninguém. Pra gente, a comunidade, é muito bom. E não podia investigar nada. Era só flagrante. (...)

Mas uma coisa é fato. Nessas ruas, então, nessas ruas principais, mas eles não paravam, mas isso era o exército, era acelerado. Meu irmão, a força que ficava na Vila do João, meu irmão, aquela força ali vinha pra problema... os fuzileiros ... pô, meu amigo, esses caras. Pensa num blindado, três, quatro blindado sem parar. (...) foi o mundo se acabando. Vila do João e Conjunto Esperança foram meses de guerra. Do Pinheiro pra cá, que era o exército, foi assim, aí volta a frase de vocês, dependendo do general, a coisa era mais acelerada ou mais ... não, mais o ... aonde era os fuzileiros, meu irmão, não era assim (...) sei lá, o que é que eles faziam daquilo lá, de treinamento. Foi a parte ruim de tudo, foi de lá. (F., 25 anos, morador da Vila do João)

Este relato traz um elemento constantemente evocado quando o assunto sobre a ocupação militar surgia. Já que as redes criminosas locais não se desfizeram e, ao que tudo

²⁶² Sobre esta questão ver Machado da Silva e Leite (2008a) e Cavalcanti (2008).

²⁶³ Segundo fontes oficiais, 2.700 militares.

²⁶⁴ Refere-se ao chefe local do TCP.

indica, nem sequer se enfraqueceram, precisaram encontrar formas de sobrevivência e de continuar a operar, mesmo com a presença militar na favela. Teriam, assim, feito uma espécie de estágio operacional de guerra irregular. Aprendendo a forma com que o exército atuava, buscaram, num verdadeiro trabalho de insurgência, uma reconfiguração de suas práticas e táticas operacionais. Ficaram, assim, melhores preparados para situações futuras de ocupações militares. Como apontou um pastor local:

Como a FPAC mudava o tempo todo a sua forma de agir, a sua forma de empregar seus recursos, o tempo todo o tráfico que mudar a forma de trabalhar, a forma de agir. Então assim, a partir dos plantões, a partir da comunicação e a partir da vigilância, tudo mudou para um outro nível. Hoje a Maré talvez seja uma espécie de um Big Brother do tráfico. Eles sabem tudo o que está acontecendo imediatamente. Então é comunicação o tempo todo, real. Talvez esse emprego de força da FPAC foi tão significativo para eles que ou eles mudavam a forma de agir e de trabalhar ou eles de fato seriam expulsos ou presos na comunidade. Então eles mudaram radicalmente e foi uma mudança sentida, foi uma mudança real. Hoje você não consegue passar de rua para rua sem ter algum soldado de comunicação para lidar com o tráfico. Para você ter uma noção, só dando um exemplo, a FPAC tinha em cada ponto de bloqueio, sobretudo nas comunidades que tinham um maior problema, a cada ponto de bloqueio a FPAC tinha contenções. Não muros, mas contenções de saco de areia, um por cima do outro, formando uma espécie de proteção militar. Quando eu falo que o emprego da força inspirou essa nova forma de trabalhar, hoje tem uma comunidade que está em guerra, Nova Holanda e Baixa, em que existem muros de contenção, só com o espaço do cara olhar e colocar o fuzil. Quer dizer, existem muros onde eles possam dali se enxergar, se perceberem, qual a movimentação que está acontecendo lá, que é uma comunidade de outra facção, e aqui, que é de outra facção. Então essa percepção talvez não seja exposta, talvez não seja escrita, talvez não seja tratado isso, mas é de senso comum, é de conhecimento da comunidade e isso é comentado. Isso é após a operação porque eles viram que deu certo com a UPP, desculpa, com a FPAC, então vamos fazer também, fazer muros de contenção, mas muros de fato, são muros de concreto, só tem espaço para o cara dar uma olhadinha e colocar o fuzil e começar o salseiro de tiros. (CRUZ, 2017, p. 33-34)

Outro ponto foi a atuação dos fuzileiros navais, tropa de elite da marinha, que forneceu cerca de 500 militares para a Operação São Francisco. Os fuzileiros atuaram na Vila do João e no Conjunto Esperança e, embora fossem da marinha, respondiam ao comandante da força de pacificação, posto sempre ocupado por um general do exército. Talvez pela histórica difícil relação entre estas forças e pelo fato de ser uma tropa de elite, foi unânime a percepção, tanto entre moradores quanto entre militares, que os fuzileiros agiram de forma mais truculenta e encararam a missão mais como um exercício de guerra do que de estabilização e pacificação. Tanto por certa semelhança nos uniformes, quanto pela forma de atuação, os fuzileiros navais eram constantemente associados, por moradores, ao violento e temido Bope. Mesmo em períodos mais tranquilos, a Vila do João e o Conjunto Esperança foram os locais da Maré com maior número de conflitos e problemas.

As mudanças bimestrais dos contingentes, com a respectiva mudança de comando da operação, provocavam, na percepção de alguns moradores, mudanças no *modus operandi*.

Havia percebido uma mudança na estratégia de atuação dos militares aqui dentro da favela, só não sabia o motivo. Estavam mais agitados, correndo de um lado pro outro, revistas mais precisas... Dai hoje fiquei sabendo que a tropa mudou. Saíram os militares do Sul e entraram os do Nordeste. Ontem fez uma semana.

Os militares do sul andavam em fila indiana, todos em cima do jipe/tanque e poucas incursões a pé. Os do nordeste já gostam de andar em solo, palmeando cada canto da favela com os seus fuzis, o que aumenta o risco para nós, moradores.

A estratégia é outra. O ritmo tá diferente.

Só eu que não sabia? (Maré Vive, em 27 de fevereiro de 2015)²⁶⁵

Na discussão provocada por esta postagem, uma moradora retruca alguém que criticava as reclamações dos moradores.

Criticar o nosso incômodo p qm não mora, não vivi mto menos visita o lugar onde vivo é fácil. Gostaria mesmo d saber s pessoas q vêm d fora tudo q se passa na midia mostra q não é a realidade d qm tá aqui dentro e q em plena madrugada acorda com o som do blindado quebrando as calçadas da comunidade e as luzes das miras dos fuzis dos soldados invadindo nossas janelas sem pedir licença.

A mudança de contingente de tropas da região Sul para da região Nordeste produziu dois comentários que me chamaram a atenção, lembrando a forte presença de migração nordestina na ocupação da Maré, refletida ainda no comércio de produtos típicos do nordeste brasileiro e a tradição do forró, especialmente notada no Parque União. Um dos comentários utiliza-se da jocosidade para tratar das abordagens e diferenças linguísticas regionais, o outro traz um tom amargo.

Eu só soube, pq outro dia eu reclamei de estar sendo revistado e um deles me chamou de "fi di rapariga!" 😏😏😏😏

É triste ver meus conterrâneos, nos caçando como se fossemos animais na caatinga, é latente a desumanização que esses pobre-coitados sofreram com a militarização que mais adentra, do que educa.

5.4 Abordagens e resistências

A ação mais executada, durante o patrulhamento, eram as abordagens aos moradores considerados suspeitos. Estas eram as situações potencialmente mais produtoras de conflitos. A condição de suspeito passava por uma série de representações prévias que acabavam por enquadrar qualquer pessoa em determinada situação. Bares, festas, encontros de sociabilidade masculina, adolescentes reunidos, pessoas circulando de moto e até estabelecimentos comerciais eram alvos preferidos das abordagens. Encontrar drogas e armamentos era o sonho de toda patrulha. Nas abordagens dos militares aos moradores, encontra-se uma situação

²⁶⁵ https://www.facebook.com/Marevive/posts/811747195527401?__tn__=C-R

social em que se materializam muitas das formas de ação do estado em suas margens. Três vídeos, dois gravados por moradores, a partir de seus celulares smartphone, e outro pelos próprios militares, trazem uma notável corporificação desta questão.

O primeiro vídeo²⁶⁶, que dura pouco mais de três minutos, é filmado por um grupo de moradores, a maioria composta por adolescentes, que provoca um destacamento de soldados em patrulha, próximo a um campo de futebol. Cerca de seis soldados se destacam da outra parte da patrulha, ficando alguns metros para trás, enquanto isso o grupo de moradores, um com uniforme escolar, os provocam. Dois adolescentes se aproximam de um dos soldados, aparentemente o que estava mais irritado, e fazem dancinhas indo em sua direção. O soldado volta, acompanhado dos outros. Não se escuta bem o que dizem, mas parece haver uma conversa no sentido de pedir respeito. Os soldados falam notadamente em tom de voz mais baixo que os moradores. Alguns dos moradores gritam, outros os xingam. Uma voz, ao fundo do vídeo, provavelmente de quem filmava, grita: *faz um três aí, faz um três (...)*. Outra voz: *vocês é pra trazer a paz pra comunidade... as criança olhando, as crianças olhando*. Daí se percebe que outras pessoas estão filmando também. Um dos soldados mostra o spray de pimenta. A voz do que filma: *tá coisando pra jogar na nossa cara. (...) nós tá aí no dia-a-dia... nem a gente tem medo de você*. Depois de muita gritaria dos moradores, os soldados recuam e vão embora, sendo seguidos com provocações e xingamentos. O vídeo acaba.

O segundo vídeo²⁶⁷ é mais longo, dura catorze minutos, e mostra uma abordagem de um grupo de soldados a um casal de moradores, que passava de moto e são parados para averiguação. A mulher permanece próxima à moto e filma toda a abordagem. O homem é levado para uma parede e sua mulher é impedida de se aproximar, mas continua filmando a poucos metros. A abordagem é feita por um soldado que aparentava ser o responsável pela patrulha. Este soldado dava, em tom elevado de voz, os comandos para o morador. Este parecia relutar e, mesmo sem levantar a voz, resistiu enquanto pode aos comandos, reclamando baixinho e obedecendo vagarosamente. A cada resistência do morador, o soldado subia o tom de voz. Em alguns momentos, a tensão beira o insuportável e parece que a cena vai acabar mal. *As duas mãos na parede, cidadão!*. O soldado só se dirige ao morador chamando-o de “cidadão”. O morador conversa, argumenta. *Cidadão, mão na parede!*, retruca repetidas vezes o soldado. *Cidadão, vou te levar preso, cidadão!*. O morador leva quase um minuto para obedecer ao comando, mas, para quem assiste, parece muito mais. Sua

²⁶⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=RE2MKPuEDXo&feature=share>

²⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=LnJ6C-lllkl&feature=share>

esposa pede para que outras pessoas gravem a abordagem, possivelmente com medo do seu resultado. Segundo comando: *Cidadão, abre as pernas, cidadão!* O morador se volta, argumenta, vira-se de novo para a parede e abre levemente as pernas. O comando é repetido várias vezes. O soldado força a abertura de suas pernas. Os outros soldados fazem o chamado “perímetro”, uma área de proteção da cena. Terceiro comando: *Cidadão, se afasta da parede, cidadão!* Os comandos anteriores se repetem. Um outro soldado aborda a mulher perguntando quem ela era e pedindo documentos. Ela reclama, o foco sai da abordagem de seu marido, mas se escuta o que está acontecendo por lá. Por alguns segundos, só a voz do soldado responsável e da mulher são audíveis. Algo sobre “maconha”, o soldado pergunta gritando: *você tá com droga, cidadão? Você usa que tipo de droga, cidadão? Você fuma maconha, cidadão? Você então é maconheiro!... mas você tá falando que é maconheiro, né, cidadão?* Ao que parece, o morador falou que usa maconha. Embora não seja possível ver, tudo que indica que o soldado não encontrou com ele qualquer tipo de droga. *Você passou a ser suspeito!* O morador argumenta, mas não podemos ouvi-lo. *Cidadão, cessa o papo, cidadão! Para de falar, cidadão!* A mulher diz que é lojista e sua loja fica logo ao lado. A revista continua por mais de quatro minutos, enquanto a mulher entrega o documento do marido a um soldado. *Tira o chinelo, cidadão!* O soldado quer que o morador entregue o chinelo que usava em suas mãos. O morador resiste, o soldado repete o comando, gritando. Nada é encontrado. *Essa moto é sua, cidadão?* Vão até a moto. O soldado exige que o morador abra o banco da moto. Ele reluta, demora, conversa. O soldado grita repetidas vezes o comando. A tensão aumenta. Por minutos, o soldado grita e o morador resiste. Os gritos do soldado aumentam. *Cidadão, você tá surdo? Cidadão, tire tudo o que tá aí dentro e coloque aqui! Coloque aqui, cidadão!* O morador reclama que vai bagunçar seus pertences. A gritaria continua. O soldado ameaça o morador de prisão. Lentamente, o morador retira os pertences da moto, enquanto o soldado grita sem parar. O soldado olha atentamente o conteúdo de um envelope e os papéis que estavam dentro do baú da moto. *Documento da moto, cidadão?* O morador diz que a moto é de seu irmão e só tinha um documento provisório, aparentemente escrito à mão. O soldado o adverte por andar de moto sem documentos. Outro soldado parece averiguar no celular a placa da moto. Tudo bem. Com o mesmo tom de comando, o soldado libera o casal: *Tá ok, cidadão. Obrigado pela cooperação. Conversando a gente se entende. Pode seguir sua viagem, cidadão. Muito obrigado pela cooperação.* O vídeo termina.

O terceiro vídeo²⁶⁸ dura um minuto e foi filmado por um militar que acompanhou a abordagem. O enquadramento parece simular o olhar do interrogador. Um homem, vestindo camisa e bermuda, está sentado no chão e chorando. O contexto sugere que ele acabou de ser flagrado usando algum tipo de droga ilícita. O soldado pergunta se ele é menor de idade. O homem confirma que é maior, quando logo recebe um tapa no rosto. Após o tapa, ele continua agachado e abaixo o rosto. O soldado diz: *Olha pra cá*. Não se sabe se é para olhar para ele ou para a câmera, que está muito próxima ao homem. Um segundo tapa é desferido. *Quer ficar usando essas merdas aí?*, repete alguma vezes o soldado, enquanto continua a esbofeteá-lo. *Seu vacilão, vai ficar dando exemplo pro menor, aí*. Outro tapa. O homem chora. O choro irrita o soldado. *Para de chorar, caralho!*, enquanto continua a dar-lhe tapas mais fortes. *Tá de sacanagem. Vai ficar chorando agora?* O homem deita no chão e continua a choramingar. *Tu num é malandro pra caralho? Vai ficar chorando agora?* Chuta o homem no chão. Fim do vídeo²⁶⁹.

Estes três vídeos trazem um notável retrato destes encontros entre militares e moradores, entre os agentes do estado e as populações objeto de sua intervenção. Em cada um deles, e nos três, olhados em conjunto, são visíveis algumas das principais questões da micropolítica da pacificação.

O primeiro vídeo mostra uma cena em que um grupo de militares é hostilizado por moradores. Algumas questões podem ser destacadas.

1. *Não houve reação violenta dos militares*. Uma série de especulações podem ser feitas sobre a presença das câmeras que os filmavam terem produzido um efeito sobre os militares, no sentido de evitar confusões. Se isto for verdade, os dispositivos smartphone funcionaram como uma arma de resistência contra a violência e o abuso de autoridade das forças do estado. Ainda que somente este tenha sido o motivo que explica a opção pela não reação, ainda assim produziu um evento de forte carga dramática e teor reflexivo. De fato, os militares foram desrespeitados. Não se pode, contudo, julgar os moradores que produziram a cena, por não ficar claro o que a motivou e, principalmente, por não sabermos o que produziu aquela reação de ataque contra os soldados. O desrespeito, filmado, o

²⁶⁸ https://extra.globo.com/casos-de-policia/militar-usa-tapas-para-interrogar-detido-no-complexo-da-mare-12654814.html?fbclid=IwAR0IFjUX23GCp4yp5eVHCBVndHktNm_2SCAZHZys2xFjcQWmJQEUGV_Iziw

²⁶⁹ Este vídeo causou alguma repercussão e o exército condenou a conduta do militar e teria aberto um inquérito interno. Nada mais foi divulgado ou se sabe das consequências do desvio de conduta, para o soldado.

deboche insistente, a postura por vezes ameaçadora de algumas pessoas poderia, contudo, ter provocado uma reação que, em último caso, até mesmo ter ocasionado uma tragédia. Os soldados decidiram não reagir. Seja por medo de serem acusados de má conduta, ou de se envolverem em uma disputa violenta, não importa, sua reação foi extremamente profissional e admirável, nesse sentido. Receberam a ofensa, saíram e evitaram uma possível tragédia. Também não se sabe se isto foi combinado antes da patrulha ou se foi obediência à alguma ordem expressa de um comando superior, mas nenhum dos integrantes do destacamento reagiu violentamente. Se somente um decidisse partir para o enfrentamento, certamente os outros se veriam numa situação de confronto, mas não aconteceu. Aquela cena, que antagonizava um punhado de jovens, uns uniformizados e fortemente armados, outros trazendo seus smartphones e o poder da intimidação pela zombaria, exigiu dos que dispunham do poder armado e da autoridade do estado uma decisão moral: dispor do armamento letal e não letal para reagir ao flagrante de um punhado de crimes militares, desacato, desobediência e coisas parecidas; aceitar a ofensa e sair da cena, fechar os olhos para o desacato, evitando assim uma situação que provavelmente descambaria para uma confusão ou uma tragédia; Seguir a lei, vingar a honra militar, preservar a ordem violenta e autoritária; ou perdoar, esquecer e escolher o mal menor, a não violência. Decidiram pela segunda opção, fizeram sua escolha moral.

2. Esta cena ilustra *uma faceta da ocupação militar da Maré*. Duas versões, diametralmente opostas e reducionistas, costumam surgir para descrever esse período. Uma, mais à direita, mais status quo e militarizada, descreve a (difícil) ocupação a partir da resistência dos moradores e dos ataques, sofridos pelos militares, feitos pelos traficantes que permaneceram. A outra, mais à esquerda, mais ongueira e local, descreve a (difícil) ocupação a partir da opressão e da vigilância constante dos militares, que cercaram e acuaram os moradores sem distinguir moradores de criminosos. Há uma nebulosa entre estes dois extremos, onde estão a maior parte das situações. O primeiro vídeo serviu para ilustrar que o cerco, a ocupação e a vigilância criminalizadora foram acompanhadas de muitas resistências. Não foram poucas as situações em que as pessoas se mobilizaram contra abusos por parte dos militares. Muitas vezes, as mobilizações eram feitas para evitar que o abuso acontecesse, o que era interpretado pelos militares como hostilidade ou conivência com o ilícito.

3. O primeiro vídeo mostra uma *cena de resistência*. A chacota, a zombaria, a intimidação, o recurso à filmagem, podem ser lidos como uma simples ação de repúdio e desrespeito gratuito às forças de “pacificação” local, contudo seria uma visão simplista. Os moradores não estavam armados, não partiram para a violência física. Não nos cabe julgar se tinham envolvimento com o crime. Isto não vem ao caso. Ali, naquele campo de futebol, não estavam cometendo crime. Sua resistência foi na forma de intimidar pela zombaria. O grito, durante a cena, lembrando os militares que eles ali estavam para trazer a paz e não jogar spray de pimenta neles é o selo definitivo, que marca aquela como uma cena de resistência à ocupação e de crítica feroz ao que os supostos pacificadores não traziam: a paz.

O segundo vídeo mostra uma cena completamente diferente, uma abordagem a um casal que circulava de motocicleta pela Maré. O homem é escolhido para averiguação, talvez por não haver um soldado mulher na patrulha para proceder a revista de sua esposa, talvez por se enquadrar no estereotipo do suspeito padrão, aos olhos das forças de segurança: homem negro, aparentemente jovem, bermuda, chinelo, boné, morador de uma favela. Esta cena, a mais longa das três, produz também algumas importantes observações.

4. Quanto à *conduta do soldado* que comandava a patrulha, que foi o único a interagir mais incisivamente com o casal. Não se pode criticá-lo por algum tipo de conduta ilegal, mesmo havendo pontos que produzam estranhamento. Ele somente se dirigiu ao morador chamando-o de “cidadão”. Antes do vídeo começar, a mulher que filma sugere que seu marido chegou a apanhar, mas a filmagem não capta nenhum momento de agressão física, ou qualquer tipo de ferimento produzido por ela. No fim, depois de encerrada a longa e complicada abordagem, ironicamente ou não, o soldado agradece a colaboração. Contudo, há algo a se dizer sobre a *forma da abordagem*. Não há de se esperar que uma abordagem feita por militares prime pela delicadeza e simpatia, mas esta se dá de forma especialmente intimidadora. A quantidade de soldados no destacamento, seu armamento de guerra, ser levado a um paredão para ser revistado, tirar os chinelos, tudo isto é profundamente vexatório, intimidador e humilhante, para quem não está cometendo qualquer tipo de crime. Apesar de agradecer no final, o soldado dirigiu-se ao morador, todo o tempo, de forma extremamente brutal, aos gritos, intimidando-o com o tom de voz e exigindo pronta obediência a seus comandos, *como se ele fosse um subalterno*. Este tipo de abordagem jamais seria admitida em

áreas nobres da cidade, ou tendo como alvo “cidadãos” que as forças de segurança consideram como de primeira categoria. Ironicamente, o acionamento do termo “cidadão” na forma de se dirigir ao morador da favela não é um reconhecimento de seus direitos e de sua igualdade formal perante todo outro brasileiro, mas uma confirmação de sua subalternidade, de sua posição dúbia e da pouca garantia de direitos reais diante da força armada do estado.

5. A pergunta feita pelo soldado ao morador sobre o uso de drogas ilícitas reproduz todo o imaginário social, trazido de fora, pelos militares, sobre o caráter moral dos usuários, no caso, aqui, o usuário de maconha²⁷⁰. Ao dizer que faz uso de maconha, o morador produz no soldado uma reação indignada. Para aquele soldado, o usuário de maconha *é um maconheiro*, o estigma social de um desajustado, um vagabundo, um marginal, alguém que perde a dignidade da cidadania e se torna, imediatamente, um *suspeito*. Não há distinção clara, para aquele agente de segurança, entre alguém que fuma maconha e um traficante. Para ele, se um favelado usa maconha possivelmente *é também* traficante. A partir desse momento, a abordagem torna-se ainda mais dura, porque o morador converteu-se, aos olhos do militar, de um *cidadão* para um *maconheiro* e, logo, num *suspeito*.
6. A exigência da apresentação de documentos torna-se, nestas abordagens, uma espécie de *ingresso de entrada na cidadania*²⁷¹. Os documentos de identidade do casal estavam em ordem, mas os da moto não. Na verdade, eles não o tinham. A ausência da documentação correta produz, em certos casos, uma oportunidade para os agentes do estado auferirem ganhos, em termos de propinas. Não foi este o caso, mas costuma produzir no agente público uma mudança de status em relação ao *irregular*, uma espécie de superioridade moral, acompanhada de um rebaixamento da cidadania do outro. Afinal, uma das marcas do estado moderno *é*, como já nos mostrou incansavelmente Max Weber, a burocratização, a formalização e a produção de documentos. No caso do favelado, ainda devemos acrescentar a crescente onda de informalização e precarização do trabalho produzida pela economia neoliberal. Se a favela sempre foi um terreno de informalidade e trabalho precário, um reservatório de mão-de-obra barata para os serviços, o comércio e a indústria da cidade, a partir da década de 1990, e com

²⁷⁰ O texto clássico sobre isso é o de Becker (2008).

²⁷¹ Ver Das e Poole (2004) e Jeganathan (2004)

força cada vez maior nos últimos anos, intensificou-se ainda mais a informalização e a precariedade do trabalho. O estado, desta forma, é um ativo produtor das suas margens através de suas políticas econômicas neoliberais. O despotismo deste estado ainda se mostra quando, depois de empurrar parcelas inteiras da população para a informalidade e para as margens entre a legalidade e a ilegalidade, chantageia, ameaça e violenta aqueles que ganham a vida nestas fronteiras entre o legal e o ilegal, entre o formal e o informal (TELLES, 2011). A exigência de um documento atualizado, um alvará de funcionamento, um licenciamento anual de veículo, entre outros, transforma-se em mais um dispositivo de coação, de domínio e de possibilidade de irrupção da violência, da discricionariedade e da arbitrariedade. A falta de documentos produz, aos olhos do agente público, um rebaixamento da cidadania, o que é visível na cena que descrevo.

7. Esta cena é também uma cena de notável *resistência, por parte do morador, ao autoritarismo na conduta do soldado*. Esta cena pode ser vista a partir da ótica do rebaixamento, da humilhação, do constrangimento, olhando o morador como uma vítima de uma situação abusiva. Não sou contra este olhar, mas proponho um diferente. Há, na postura do morador, uma forte carga de resiliência, resistência e dignidade. Como apontei na descrição, a abordagem chega, em alguns momentos, a se transformar numa cena de suspense. Não há como medir o quanto tudo que sucedeu foi determinado pelo fato de sua mulher estar filmando. Não há como saber se, em circunstâncias diferentes, os mesmos atores produziram uma cena de brutalidade e violação de direitos. Não há como especular, somente analisar o que nos mostra a filmagem: um homem que resiste, até o limite do tolerável, aos berros do militar, e seus comandos, e que, num tom baixo, respeitoso, argumenta, resiste, movimenta-se, propositalmente, de forma vagarosa, como se a lentidão fizesse parte da conservação da sua dignidade e altivez. Na maior parte dos momentos, é como se tudo o que morador fizesse, não fosse em obediência ao duro comando militar, mas porque, por sua própria vontade, o quisesse. Quando o soldado exige celeridade para que a abordagem não atrasasse sua vida, o morador replica dizendo que a demora na abordagem estava mesmo era atrasando a vida do militar. Esta postura, em muitas outras situações semelhantes, produziu brutais irrupções de violência por agentes do estado. Nesta, ao ser liberado e escutar os agradecimentos do soldado, podendo voltar a circular com sua moto *irregular*, produziu-se uma

curiosa e estranha cena em que o fraco derrota o mais forte, como um Davi e seu estilingue.

A terceira cena é um caso de pura brutalidade e abuso de autoridade por parte dos militares. Reflete-se, nela, o que há de pior na conduta de agentes do estado quando se relacionam com as populações faveladas. As três cenas podem ser vistas como um caso decrescente de correção na postura dos militares, indo de uma postura inteligente e pacificadora, a primeira cena, a uma degradante e reprovável, a terceira. Pode-se também ver as três cenas como um caso decrescente em termos de postura de resistência por parte dos moradores, indo de um caso de intimidação zombeteira, a primeira cena, passando por um caso de resistência pela vagarosidade que beirava a desobediência, a segunda, por um caso final, a terceira cena, que mostra um ser humano em estado de profunda humilhação e indignidade, jogado ao chão, aos prantos, apanhando dos militares por ser usuário de drogas ilícitas. Esta terceira cena se destaca também por outros motivos.

8. Não se pode deixar de destacar o fato de que *a cena foi filmada pelos próprios militares*. Filmar abordagens e operações foi uma prática comum durante a ocupação, mas qualquer tipo de filmagem que comprometesse a conduta do exército não era veiculado publicamente. Estranha o fato de que, mesmo sendo filmado, o militar continuou as agressões ao morador. Seria a certeza da impunidade? Seria uma filmagem informal que acabou vazando? Será que ele imaginava estar se portando corretamente ao “dar uma lição” ao usuário? Será que o vídeo seria usado para ser publicado em grupos de whatsapp, formado por militares, onde vídeos como estes fazem enorme sucesso? Não se sabe. Sobre a importância deste tipo de documentação, feita pelos perpetradores de crimes, Girard (2004) diz que: “o documento decisivo é o dos perseguidores bastante ingênuos para não apagar os vestígios de seus crimes, (...) ainda bastante persuadidos de seu direito e não muito desconfiados para maquiagem ou censurar os dados característicos de sua perseguição” (p. 15). O fato é que aquele agente do estado usou sua autoridade e poder armado para degradar e humilhar o morador com socos e chutes, mesmo quando este não mostrou resistência e deitou ao chão, chorando. Não sendo recomendação superior, nem protocolo ou regra de engajamento, o soldado, como um agente moral, atuou por conta própria, apoiado pela patrulha, e usou de violência desmedida, abusando de seu poder e autoridade.

Sendo agente do estado e militar do exército, o crime era cometido também pelo estado, e mais especificamente, pelo exército.

9. Sua decisão moral de agredir e humilhar o morador passa, certamente, pela representação que faz do que é um usuário de drogas ilícitas. Se na segunda cena, o militar repudia o uso de maconha, que transforma alguém num *maconheiro*, e, logo, num *suspeito*, esta situação aponta para algo mais grave. O soldado não o agrediu porque ele era um suspeito, mas porque era um usuário, e certamente por ser um *favelado usuário de drogas*, por isso alguém, a seu ver, indigno de qualquer respeito, de qualquer direito. Colocando-se naquela posição, o homem, pelo olhar militar, deixou de ser cidadão. O choro o irritou ainda mais e intensificou as agressões porque, possivelmente, ao chorar dava sinais de ainda maior fraqueza e falta de “masculinidade”. Isto dava-lhe, no entender do militar, o direito de violar seu corpo, de lhe pisar e humilhar.
10. Estas imagens retratam o lado sombrio da ocupação e da relação do estado, através de seus agentes, com suas margens. A posição da câmera, sempre acima da cabeça do favelado, que de sentado, cai deitado ao chão, numa imagem de extrema humilhação e subjugação do corpo negro e pobre ao poder ameaçador e moralizante do agente público. Mais que usar drogas ilícitas, seu crime era ser quem era. Seu choro era incapaz de produzir qualquer sentimento de compaixão ou humanidade no soldado, mas, ao contrário, produz irritação e maior agressividade, como se chorar, amedrontado, baixar o olhar e se humilhar daquela forma fosse tão demasiadamente humano que precisasse ser contido.

Trago, ainda, outros dois relatos de abordagens feitas por militares e que trazem importantes questões para a análise. Estes dois relatos me foram dados em entrevistas.

O primeiro deles é de A., homem, 30 anos, morador do Morro do Timbau.

Entrando aqui, três da manhã, vindo do trabalho. essa rua daqui, rua Luis Ferreira. (...) Entrei numa rua, cansado. Entrei numa vez na rua, eles tavam lá. Um caminhão e fazendo blitz na rua. Aí mandaram eu parar, com fuzil, aquela coisa toda e o carro, na época, o carro não podia desligar, por causa do motor de arranque do carro. ‘Sai do carro, sai do carro!’. Até então, como eu entrei correndo na rua, eu até entendi o comportamento deles em abordar daquela forma, três da manhã. Saí de boa. ‘Boa noite, boa noite’. Tinha acabado de fazer a transição do Richard pro De Souza²⁷². (...) Toda transição era problemática. Os caras, quando vinham, não vinham ... vinham numa tensão muito grande. (...) tipo assim, ‘o que é que nós vamos enfrentar lá? Vai ser hostil o tempo todo?’. Acho que eles viam o ‘Falcão Negro em Perigo’ o tempo

²⁷² Refere-se a dois generais que comandaram a Operação São Francisco.

todo, pensavam que ia ser aço pra tudo que é lado. Chegaram aqui, viram morador, viram trabalhador. Isso aí, pô, meu irmão, o cara abaixado, o outro abaixado do outro lado, o outro ... não, cara, de boa, era essa equipe que tava chegando. 'De boa, de boa'. "Sai, sai! Desliga o carro!'. 'Não, tranquilo, cara, sou trabalhador', e tal. Fui pegando o documento. 'Tira a mão, levanta a mão!!'. Aquela tensão. Os caras tão tensos, são três da manhã, eu tô sozinho, deixa eu ficar de boa, né. Ficar de boa, se não o negócio não vai ficar maneiro não. Os caras vão, sei lá, acontece alguma coisa não tem ninguém por mim. (...) pô, meu irmão, esse soldado mandou eu desligar. 'Pô, cara, não vou desligar, não. Sabe por quê? Meu carro tá ruim'. 'Desliga o carro agora, imediatamente!'. 'Não, só se tu me ajudar a empurrar'. Eu tava tentando o tempo todo assim, abaixar a bola do cara, a tensão do cara. 'Tu vai me ajudar a empurrar? Se tu me ajudar a empurrar eu vou desligar. Fica tranquilo'. 'Tá ruim o carro?'. 'Tá ruim o carro, pô'. E assim, falando com ele amistosamente mesmo. 'Desliga o carro agora!!'. 'Cara, não precisa gritar não, cara. Eu já te falei, o carro tá ruim. Se eu desligar, eu vou arrumar uma merda terrível pra sair daqui. Se tu me arrumar, se tu me ajudar a empurrar, eu desligo agora'. 'Pra parede!!'. Começou a gritar. (...) e aquela gritaria no meu ouvido. 'Cara, não tem necessidade, fica calmo, eu tô indo pra lá, fica calmo'. Aquele negócio... e eu ir pra parede, ele me apontando o fuzil. Eu falei: 'pô, cara. Quem é o chefe da operação aqui? Deixa eu conversar com vocês. Sou trabalhador que nem vocês. Fica calmo, só fica calmo'. Eu tava tenso, meu irmão. Suando. Pra mim, tava alterado porque tava chegando naquele momento. (...) Aí, já veio o cara, agente Felipe. Pô, esse cara já veio conversando de outra forma. 'Pô, 'esse cara' não, é militar, militar'. Ele foi me corrigindo. 'Não, o militar, o militar te...'. 'Então, pô, ele tá falando... o carro não pode nem desligar. Ele tá mandando eu ir pra parede, como se fosse um bandido. Pô, eu e ele somo trabalhador. Tamo chegando agora. Pode me revistar, revista o carro. Fica à vontade. O documento tá aqui, ó, deixa eu pegar o documento'. 'Não, beleza. Fica tranquilo'. (...) aí, foi conversando comigo. Foi transformando ... o que eu tô tentando dizer é o seguinte: as transições eram a hora em que mais aconteciam os problemas. Por que? O morador chega em casa cansado, do trabalho, tem que lidar com um cara que tá gritando com ele, mandando ele ir pra parede. Se tem um negócio que morador não gosta é de ir pra parede. Remete ele que ele é o bandido e o cara que é bandido tá de boa. O cara, pô, fica irritado. Pô, um negócio que me enoja é isso. O cara me mandar ir pra parede, pô. Fuzil mirando, pô. Você fica no alto risco de ser, sei lá, meu irmão, sei lá o que vai acontecer. (...) nem revistaram o carro, não pediram documento. No diálogo, o cara foi conversando comigo, 'não, tranquilo', e tal. 'O senhor pode abrir a mala pra mim, por favor?'. Abri a mala. Mas o que eu quero dizer pra você é o seguinte: nas transições era que aconteciam os problemas. Aí, o cara chega na favela, pega um moleque de boné, acha que esse moleque tá envolvido, porque ele tem o estereótipo que o preto, favelado, pobre, de boné, é o estereótipo do bandido. Aí, começava os problemas. Joga o moleque na parede. O moleque trabalhador, pô. (...)

B., mulher, cinquenta anos, moradora da Vila do Pinheiro:

Eu trabalhava na feira da Vila do João. E eu estava vindo, né, pra casa e já era até de noite. Eu, meu marido e minha neta, (...). Na época, ela estava com dois anos de idade e a gente pegou o mototáxi e viemos, então, tem um baile na c11, aí a gente ia passar por ali, aí ali tinha um tanque e o soldado mandaram parar. Parou. Mandou descer. Eu descí. A minha neta começou a chorar. E meu marido desceu, aí revistaram meu marido. Aí eu vi quando um dos soldados assobiou, aí chamando uma militar mulher. (...) Aí minha neta começou a chorar. Falei: 'calma, filha, calma', porque ela ficou assustada. (...) você se sentia muito oprimido. Eu me sentia muito oprimida. Muito, muito, a minha família, a gente tava sendo, aliás a comunidade inteira oprimida com isso. Aí ela veio me revistar. Eu olhei pra cara dela, assim, mas tudo bem, né. O trabalho deles. (...) 'A senhora pode abrir a bolsa, por favor'. Falei: 'claro'. Abri a

bolsa. Mostrei pra ela. Aí ela olhou, me fez umas perguntas que nem me lembro. Ah, lembro sim, me lembrei. 'A senhora está indo pra onde? A senhora está indo pro baile?'. Aí, eu olhei pra cara dela e falei assim: 'como é que a história?'. 'A senhora está indo pro baile?'. 'Olha só. Você tá me achando com cara de baile, querida? Você acha que eu tenho idade pra tar em baile?'. Apesar de que, tem pessoas da minha idade que vai, mas eu não vou, não gosto. (...) C²⁷³., teve um dia, que teve um estresse muito grande, porque eles pegaram o telefone do C. e queria que o C. abrisse a senha pra eles mexer no telefone. C. falou assim: 'eu não vou abrir, eu não vou abrir porque isso é particular meu, porque se não fosse não teria uma senha. É igual no banco. Você não tem sua senha particular? Você vai mostrar pra alguém?'. Aí o soldado 'abre!' (em tom alto). Ficou com muita marra, xingando o C.. 'Não vou abrir. Não adianta porque eu não vou abrir'. Aí apareceu o superior dele, né. 'O que é que tá acontecendo aí?'. 'Ah, porque ele não quer'. 'Eu não vou abrir, não adianta'. Aí o homem veio, né, o superior, olhou pro C.. Já tinha sido revistado, né. Várias vezes, porque o que eu falei pra você. Você vinha sendo revistado até chegar em casa, porque cada ponto existia uma barricada. (...) Era sacos de areia. Era cercado com, aí como é que é o nome, esse aparato de guerra. Eles ficavam deitado, apontando o fuzil. Era uma loucura aquilo. Cara, era surreal. Surreal o que a gente estava vivendo. Sabe como eu me sentia? Eu me sentia como se eu estivesse lá fora, no Irã, no Iraque, nesses países em conflito. Eu me sentia assim.

O primeiro relato evoca a tensão constituída quando havia a troca das tropas. Cada tropa ficava cerca de dois meses na Maré, depois disso a equipe e o comando eram integralmente trocados. Os relatos apontaram que os primeiros dias de uma nova tropa eram os piores momentos da ocupação. Em parte, porque os soldados estavam começando a conhecer o terreno e se familiarizar com a missão, em parte porque traziam representações anteriores sobre o que era favela e quem eram seus moradores. Isto, também, era notado entre os militares. Um deles me relatou em entrevista:

Chegava o grupo. Fazia uma aproximação com as lideranças. Tinha contato, tinha contato. Beleza. Sessenta, setenta dias depois ia embora. Chegava um novo. Aí esse novo grupo ia atrás da população: 'Ó, queria me apresentar pra vocês.' 'Eu já conversei com o exército'. Pro grupo, ele era novo, mas pra população continuava sendo o exército. Não era o grupo do sul, o grupo do... era o exército. Só que, cada vez que trocava, os caras iam lá se apresentar pra liderança. (...) começava do zero.

C., 28 anos, morador da Vila do João, também sobre as transições:

Também mudava muito de, não sei se fala comando né, mas de uma tropa pra outra mudava muito, principalmente quando eles acabavam de chegar. Quando mudou o pessoal do sul pro pessoal do nordeste, a gente percebeu uma mudança muito radical na abordagem. Eles tinham acabado de chegar. Eles tavam tensos com o ambiente, com o território. Então, houve uma tensão muito grande na abordagem com os moradores. Então, teve muito problema. Foi na época do general De Sousa. Teve muita dor de cabeça.

A abordagem sofrida por A. aconteceu justamente no período de uma dessas trocas. Nos relatos de A. e B., alguns outros pontos podem ser notados.

²⁷³ C. era seu filho.

11. O primeiro e mais evidente é a insistente *identificação* de A. *como trabalhador*. Ser *trabalhador*, na favela, é inserir-se numa das mais importantes categorizações locais. É não ser *bandido*, ou seja, não ter envolvimento com práticas criminosas. Autodeclarar-se trabalhador, por vezes portando a carteira de trabalho, é como um atestado de inocência, que distingue o *morador de bem*, dos que se desviaram e entraram para o mundo do crime. É claro que estas categorias são fluidas no mundo real e a entrada e saída no mundo do crime, alternando momento de trabalho não criminoso, são comuns. Contudo, para o morador -a maioria absoluta – que *jamais* se envolveu no *caminho errado* reafirmar sua posição como trabalhador é de suma importância. Ser confundido em sua posição, ser tratado como um criminoso, nessa situação, é uma ofensa extrema. A. se ofendeu por, naquela situação, segundo interpretou, ter sido tratado como um criminoso. “Ir para a parede” é igualar-se àqueles que sempre evitou ser, é uma violação grave de sua identidade e dignidade. Em suas palavras, *se tem um negócio que morador não gosta é de ir pra parede*. B., por sua vez, voltava do trabalho numa feira local, acompanhada de seu marido e uma criança de dois anos. Dois elementos poder ter levado os militares a proceder a abordagem: o uso da moto e a realização de um baile funk nas proximidades. Parar um casal, em torno dos cinquenta anos de idade, voltando do trabalho, logo, não vestidos como quem vêm de um baile, acompanhados de uma criança de dois anos, e questionar se vêm do baile é uma falta de sensibilidade e percepção que beira o ridículo, por isso B. sentiu-se ofendida com a pergunta.
12. As abordagens eram eventos potencialmente conflituos porque procediam a partir de uma *indiferenciação* entre as pessoas. É evidente que jovens negros foram os alvos preferidos. Mesmo assim, na maioria dos testemunhos locais sobre a ocupação, há relatos sobre abordagens. Dessa forma, pode-se apontar que a ação preferida dos militares, além de circularem ininterruptamente pelas ruas principais, era abordar as pessoas para averiguação. Por se tratar de um elemento exógeno à favela, os militares traziam suas concepções prévias sobre a favela e seus moradores e não conheciam as dinâmicas locais. Para o morador da Maré, ser constantemente abordado e tratado com desconfiança por este elemento estranho era como uma violência. Em alguns relatos, principalmente de jovens, escutei que às vezes, na realização de um simples trajeto por dentro da favela, havia revistas e abordagens em cada destacamento de militares, já que estes não se comunicavam

entre si, para evitar repetições de abordagens. Esta indiferenciação, esse desprezo pelas fronteiras simbólicas entre o *criminoso* e o *trabalhador*, era recebida pelos moradores como uma violência. Se é concebível conduzir criminosos para um paredão a fim de proceder uma revista, é vexatório e humilhante para um morador não envolvido com o crime ser levado a esta posição. A reação de A. foi de resistência. Ao voltar de madrugada, depois de um cansativo dia de trabalho, numa rota feita inúmeras vezes e ser abordado com um fuzil apontado em sua direção e tratado de forma indiferenciada, como se fosse um criminoso, foi visto por A. como uma violação de sua identidade, uma desconsideração pela sua posição de *trabalhador*, exatamente como a do soldado, e uma afronta à construção de sua dignidade, talhada localmente como uma pessoa digna e respeitável. O relato de B. sobre a tentativa de um militar de violar a privacidade telefônica de seu filho, também um *trabalhador*, é mais uma amostra desta indiferenciação ofensiva. A recusa de seu filho em informar a senha do celular foi mais um ato de resistência local a este tipo de situação violenta.

13. Especialmente no segundo relato, há uma declaração de incômodo com a forma como a ocupação se desenrolou. Revistas, barricadas, sacos de areia, armas sendo apontadas na direção das pessoas, tudo isto era uma *situação de guerra*. Os inimigos, como uma típica guerra assimétrica ou híbrida, estavam infiltrados no meio da população. Por se tratar de uma operação de “pacificação” e não de eliminação ou extermínio de forças de resistência ou inimigas, seria de se esperar que quanto menor o grau de conflitividade, mais bem-sucedida seria a missão. Os militares não tinham a pretensão de acabar com o crime na Maré, mas manter a região sob controle territorial armado até que a copa do mundo acabasse e as unidades de polícia pacificadora fossem instaladas, à semelhança do que aconteceu nos Complexos do Alemão e da Penha. Em tese, esta era a missão. O altíssimo grau de problemas e confrontos foi atribuído, por vezes militares, às resistências locais e à força do crime que permaneceu escondido durante a ocupação. Ou seja, a versão militar que ficou foi a de que as coisas saíam do controle por causa das pessoas da Maré e não por causa dos militares. Contudo, analisar a história da ocupação mostra que havia, por parte de alguns militares, ao contrário daqueles do primeiro vídeo, uma gana pela apresentação de certos resultados quantitativos, por vezes um amor pela guerra e uma ânsia policialesca. A forma como as tropas se portavam era um reflexo direto das orientações de seus generais comandantes e a

percepção da pesquisa foi que havia uma notável diferença de abordagem e comportamento entre estes generais, que variavam desde um general mais próximo a um relações públicas, encantado com o serviço humanitário, até outro *com a faca nos dentes, tipo um Capitão Nascimento*²⁷⁴, de perfil mais operacional e bélico. Algumas tropas que estiveram na Maré, distantes do ideal de uma missão de pacificação local, procuraram ativamente o confronto e criaram situações para o sufocamento e o extermínio do “inimigo”, no caso, as redes criminosas locais. Contudo, como é típico da nova guerra, prevaleceu o erro, o autoritarismo e a parca diferenciação, quando se tratam dos pobres das metrópoles das guerras urbanas, entre o inimigo e não inimigo. No final, ficou o dano colateral e o alvo permaneceu intocado e até fortalecido.

5.5 Confrontos

(...) É impressionante o quanto a gente tem dificuldade em construir uma legitimidade pra ação aqui, porque a percepção da sociedade, ela fica muito voltada naquilo que a gente faz em termos de repressão. Não percebe o quanto a gente faz em termos de construção de diálogo. Isso não é visível. Isso não interessa. Quem é que se preocupa com isso, não é? A notícia que é interessante, que pode ser dada a nosso respeito, é quando a gente tem um confronto. As reuniões com juventude, as ações cívico-sociais que nós fizemos. Nós pintamos aquelas escolas todas, pintamos a vila olímpica. Isso não vai dar ibope a ninguém. Ninguém vai publicar isso em lugar nenhum. Qual jornal vai ter interesse? Vai mostrar: ‘hoje, o exército pintou a escola em tal lugar’? Nenhum. Isso não interessa, né? (General Richard Nunes²⁷⁵, um dos comandantes da Operação São Francisco)

A reclamação do militar sobre a pouca consideração da “sociedade” pelos benefícios que as forças armadas trazem em suas ações é um lugar comum entre oficiais, especialmente quando tratam do período da ditadura de 1964-1985. Neste caso, o general reclama que a publicidade negativa trazida pelos confrontos não é equilibrada pelos supostos benefícios e ações sociais empreendidas por eles. A comparação entre confrontos e as “pinturas” é um tanto questionável. Não são, evidentemente, eventos que se comparem e a obsessão dos militares por pintar as coisas é até mesmo motivo de piadas internas. De fato, pintar, mesmo com a melhor das intenções, não faz diferença nenhuma para as questões e necessidades mais

²⁷⁴ Extraído do relato de um morador.

²⁷⁵ A entrevista com o general foi gentilmente concedida enquanto ele comandava a Escola de Estado Maior do Exército, na Urca, cargo que ocupou pouco tempo depois da sua atuação na Maré, e antes de se tornar secretário de segurança do Rio de Janeiro, durante a intervenção federal de 2018. Como se trata de uma pessoa pública, que concedeu a entrevista a três pesquisadores na ocasião, na condição de agente público, suas falas foram transcritas exatamente como se deram e seu uso devidamente autorizado pelo militar.

importantes da vida na favela. Diante de um confronto armado, onde vidas são expostas, pinturas não tem a menor relevância. Contudo, a vida dos militares durante a ocupação não foi nada fácil. Eles foram hostilizados e atacados a tiros em várias ocasiões. Em alguns vídeos, disponíveis nas redes sociais, pode-se ver o medo estampado no rosto dos jovens soldados, diante de um inimigo desconhecido e muito bem armado²⁷⁶.

O que se sabe é que aquele APOP²⁷⁷, que tava ali no dia-a-dia, ele aprendeu as regras de engajamento. Ele aprendeu porque o soldado não podia atirar se ele realmente não tivesse entrando em confronto com o APOP ali. Então, muitas vezes quando a tropa militar chegava e o cara tava armado com fuzil. Sabe o que ele fazia? Ele virava de costas. Então, ele tava aqui com o fuzil, a força armada se deparava com ele e ele dava as costas. Por que? Por que ele sabia que o militar não podia tirar nas costas. (G., oficial do exército)

Segundo as regras de engajamento, conforme se nota no relato acima, a orientação era evitar o confronto. Este deveria ser somente reativo. Conforme já apontei, todavia, entre as regras de engajamento e a prática há uma distância. Houve relatos que apontaram os militares como elementos desencadeadores dos confrontos armados, assim como, em várias ocasiões, eles foram vítimas de ataques surpresas. Em certas ocasiões, a Maré se tornou um verdadeiro cenário de guerra.²⁷⁸

Mais comuns eram as situações em que as abordagens, muitas vezes truculentas, acabavam desencadeando uma reação em cadeia dos moradores próximos, em defesa do abordado, gerando assim um confronto²⁷⁹. Os soldados, para darem seguimento às abordagens ou para se defenderem, dispersando a multidão, usavam spray de pimenta, atiravam para o alto e, em algumas ocasiões, na direção da multidão²⁸⁰.

Registro de confusão entre militares e moradores no Morro do Timbau, na noite de ontem (23/05).

Segundo relatos de moradores, por volta das 21:00, um blindado das Forças de Pacificação teria amassado um trailer próximo ao bar do Itamar em frente a Lan House Maremoto, na divisa com a Baixa do Sapateiro.

Os moradores teriam reclamado com os militares, que responderam com bombas de gás lacrimogêneo, atingindo o bar, que já estava com as portas fechadas, mas mantinha moradores em seu interior que se abrigavam do intenso tiroteio que acontecia.

²⁷⁶ https://www.youtube.com/watch?v=6spach_pldw&feature=share e <https://www.youtube.com/watch?v=s5fc5-YABO8&feature=share>

²⁷⁷ Sigla, usada pelos militares, para indicar um “agente perturbador da ordem pública”.

²⁷⁸ Veja este vídeo, gravado pelos próprios militares:

https://www.facebook.com/Marevive/videos/847714051930715/?hc_ref=ARSSjNr9TZq79IMtvobv14V6M8ZTZ-X-

²⁷⁹ Ver: <http://twixar.me/SVP3>, <http://twixar.me/zVP3>.

²⁸⁰ Neste vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=qmL6DezLzoo&feature=share>), gravado na Nova Holanda, tem-se um exemplo destas situações. Abordagem, seguida de um enfrentamento, onde os militares recebem garrafadas e reagem atirando spray de pimenta e atirando para o alto.

Uma mãe com seu filho, uma criança pequena, se encontravam abrigados dentro do bar, quando o gás foi lançado. (Maré Vive, em 24 de maio de 2015)²⁸¹

O uso indiscriminado do spray de pimenta foi um elemento produtor de muitas reclamações. Multiplicaram-se os relatos de seu uso na presença de idosos e crianças, produzindo efeitos adversos nocivos²⁸².

Via Moradores, isso mesmo, no plural!

Vários moradores estão reclamando do uso indevido dos Sprays de Pimenta.

"Os militares estão passando pelas ruas do salsa e merengue e tacando gratuitamente sprays de pimenta nos moradores q depois de uma rotina cansativa de trabalhos estão nos seus respectivos lugares nas suas portas de casa ou nos bares e simplesmente são coagidos a entrarem pq eles não estão dando direito da pessoa ir e vir...

Tacando em todo mundo.....tenho um filho de 2 anos e 8 meses e o cheiro adentrou por debaixo da minha porta e meu filho simplesmente ingeriu sem querer dessa substância e está tocindo vomitando e chorando demais pq o olho dele não para de arder"

"Os militares lançaram gás de pimenta aqui na Vila do Pinheiro. Um absurdo! Várias pessoas sufocando, crianças chorando... Um horror!

Nos apartamentos... Não sei se lançaram na ciclovía...

Mas atingiu vários apartamentos.

Inclusive de uma senhora de 70 anos" (Maré Vive, em 8 de dezembro de 2014)²⁸³

Entre os comentários desta publicação, mais relatos de abordagens truculentas e uso de spray de pimenta. Destaco três destes comentários que me chamaram a atenção:

Esses caras são foda. não si pode mais nem sair de casa que eles vem e dão dura tnc. sexta voltando da lona cultural eles vieram cheios de truculência dizendo pra não olhar na cara deles e dizendo que iria dar choque com o tazer no saco :/lixo mesmo!!!

Muitos moradores literalmente desrespeita a autoridade dos soldados ! Porem muitas vezes acho tbm que n e necessário utilizar a força bruta !!! Todo os dias saio para trabalhar as 3:30 da manha e sou parado a 10 passos do meu portão de casa para ser revistado sempre pela mesma tropa ate mesmo pelo mesmo soldado ! Ai eu pergunto, sera que eles ainda acha que sou algum traficante ou param pra tirar onda ???

Jogaram aqui perto de casa eu tenho um bebe que vai faser um mês agora dia 16 e simplimente ele começou a chora do nada se sufocando quando fomos ve o naris de todo aqui em csa ardendo e nao entendemos nada as crianças da travessa chorando ixi foi horroroso isso aqui na travessa 55

Uma das pessoas que entrevistei, J., pastor de uma igreja evangélica local e morador da Vila do João, foi acordado numa manhã por uma bomba de gás lacrimogêneo jogada, pelos militares, na laje de sua casa.

Eu tive um problema na minha casa. Eles disseram que eles viram meninos armados na laje, né, da minha casa, aí tacaram uma, aquela bomba de gás lacrimogêneo. Meu sobrinho saiu, desceu, já quase desmaiado. Aí eu fui reclamar. Eles disseram que eu tava gritando demais, aí tacaram spray de pimenta na minha cara. Disseram que eu tava reclamando demais, que eles tavam ali pra proteger a gente. (...) Eu acordei de manhã com aquele, com aquele cheiro forte, que eles tacaram na laje da minha casa.

²⁸¹ https://www.facebook.com/Marevive/posts/847199241982196?__tn__=C-R

²⁸² Sobre o uso de armas químicas contra manifestantes no mundo inteiro, ver Feigenbaum (2018).

²⁸³ https://www.facebook.com/Marevive/posts/769865196382268?__tn__=C-R

(...) foi coisa de sete e pouco da manhã. Todo mundo dormindo ainda, quando a gente abriu a casa, minha irmã já saiu já gritando, desesperada, que o filho dela tava desmaiado, meu sobrinho tava com dois anos, e ela já saiu correndo pra upa, e nessa eu e minha mãe ficamos ali reclamando com eles, que eles não deveriam ter feito aquilo, eh, colocando a família em risco, a vida de uma criança, etcera e tal. A gente era bem leigo. Eu era muito leigo quanto a isso. Aí, eles usaram de força. (...)o responsável, né, jogou spray de pimenta em mim e na minha mãe. Eu não parei de reclamar, mas eu não ia ficar ali medindo forças com ele, até porque eu poderia sair em muito prejuízo, né. Eram muitos. Eu não ia agredir ele porque eu sair de lá preso.

Neste evento, elencam-se uma série de violências contra esta família. O uso de armamento químico, sem cuidado para com a população civil inocente que estava na casa, o relato de sufocamento de um bebê, o uso de spray de pimenta para conter as justas reclamações das vítimas. Isto nos leva ao próximo ponto, em que tratarei dos relatos de abuso de autoridade, já exemplificado pelo evento descrito acima pelo morador.

5.6 Abuso de autoridade

Em termos jurídicos, o crime de abuso de autoridade é regulado pela Lei 4.898, de 1965, onde se lê, em seus artigos 4º. e 5º.:

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado: a) **à liberdade de locomoção**; b) **à inviolabilidade do domicílio**; c) ao sigilo da correspondência; d) à liberdade de consciência e de crença; e) ao livre exercício do culto religioso; f) **à liberdade de associação**; g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto; h) **ao direito de reunião**; i) **à incolumidade física do indivíduo**; j) **aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.** [\(Incluído pela Lei nº 6.657, de 05/06/79\)](#)

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade: a) **ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder**; b) **submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei**; c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa; d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada; e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei; f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor; g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa; h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal; i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. [\(Incluído pela Lei nº 7.960, de 21/12/89\)](#)²⁸⁴

²⁸⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4898.htm, os grifos são meus, para destacar os principais tipos de abuso de autoridade praticados pelos militares na Maré.

A situação a qual J. e sua família foram expostos, comparado com o que lemos acima, foi um típico caso de abuso de autoridade. Evidentemente que não se tratou de todos os militares. As regras de engajamento orientavam para que isto não acontecesse, mas, em muitas situações, os abusos se multiplicaram.

A começar por uma situação mais leve, veja o que me relatou um militar:

Eu presenciei algumas reclamações também sobre (...) que a tropa, quando caminhava na rua, aquele quarteto lá, ela não desviava das pessoas. 'Sai da frente, sai da frente'. Então, iam lá reclamar que os militares quando passavam do lado, ou eram mal-educados, ou eram abusados nos seus deslocamentos (...) e o comandante sempre procurava reforçar com a tropa a necessidade de tratar bem o cidadão. Ele procurava coibir a deselegância, a estupidez, a grosseria, e tudo mais.

Mais um exemplo de como a orientação dos manuais pode estar distante da prática das tropas. Circular a pé pela Maré é estar sempre atento para não esbarrar nas pessoas. Nas ruas principais, as calçadas são estreitas e o espaço é disputado com o comércio, por isso, todo o tempo, anda-se como numa dança, desviando aqui e acolá. Esbarrar é normal. Um simples pedido de desculpas resolve a situação. Ao que tudo indica, alguns grupos de militares não se prestaram a esta delicadeza e possivelmente se portaram como aqueles a quem as pessoas deveriam abrir passagem. Esta postura foi uma violação da sociabilidade local e sentido pelos moradores como um desrespeito e um abuso de autoridade, a ponto de produzir reclamações formais com o comando da tropa. Reclamar pela postura indelicada é um ato de resistência local.

Alguns relatos de moradores:

Via Morador

"Ontem de madrugada na praça da baixa (Baixa do Sapateiro), umas 3 horas, vi os militares com um jovem que aparentava ter 16 anos por aí. Mandaram umas meninas que estavam perto sair. Pegaram alguma coisa no chão, acho que era maconha e bateram no garoto com tapas e chutes. No final jogaram spray de pimenta na cara dele e foram embora." (Maré Vive, 2 de junho de 2014)²⁸⁵

A ditadura não acabou!

Por morador da Maré

E percebi isso na pele hoje, ao ser impedido, pelas forças militares de ocupação, de exercer minha liberdade de imprensa. Me questionaram e queriam levar meu telefone celular (não levaram), isso porque tentei filmar uma ação mal conduzida pelos militares ao abordarem uma pessoa pela terceira vez seguida, e mesmo assim não achando nada de errado com o rapaz, que mesmo mostrando seu crachá de onde trabalhava, não era suficiente para os militares a comprovação de sua condição de trabalhador, detalhe, era negro, utilizava boné e estava bebendo alguma coisa na praça, como sempre, um perfil de uma "ameaça" para a sociedade. Enfim, ainda me

²⁸⁵ https://www.facebook.com/Marevive/posts/687360817966040?__tn__=C-R

levaram para a DPO, não tocaram no meu telefone e fui liberado. Toda história é muito grande e não quero me alongar sobre o assunto, mas, fica o relato para quem ainda não acredita no que está acontecendo, não só na Maré, mas nas diversas favelas do Rio de Janeiro, a ditadura não acabou! (Maré Vive, 9 de maio de 2014)²⁸⁶

Mais uma vez o exercito fez o seu papel: coagir, humilhar, amendrontar, inibir, ostentar o poder, tirar fotos, e como se isso não bastasse ainda mandaram recado com beijinho.... E ainda dizem que tudo isso é o procedimento.

Hoje recebemos em nossa lojinha a visita de varios amigos, durante a noite fria e companhia agradável, o exercito passa pela nossa loja com três gipes e muitos soldados fortemente armados e mira uma luz muito forte em nossa direção. 10 min depois novamente o comboio de 3 gipes em que cada um desses carros havia em torno de 10 homens fortemente armados aborda um carro que estava descendo e que teve que parar em frente a nossa loja para deixar o comboio passar.

Fomos ver o que estava acontecendo e varios soldados começaram a revistar o carro, os objetos que estavam dentro do carro, ao ver a aproximação de mais pessoas começaram a filmar e dizer “filma a cara de todo mundo”, tiraram até fotos de nossa lojinha e dos nossos visitantes.

Mais 10 minutos se passaram e novamnte os carros desfilaram ostentando o poderio armado. O segundo gipe grita, “olha aquela menina que estava filmando a gente” eu olho pra eles e um deles manda chauzinho e beijinho pra mim, como se estivesse mandando um recado.

Que odio dessa merda de politica de segurança, eu não sou e niguém deveria ser protagonista dessa porra!!!!!! (J. R. S., morador da Maré, 23 de setembro de 2014)²⁸⁷

Via Moradora do Morro do Timbau

Hoje eu fui a premiada da semana, o exercito entrou na minha casa, eram 5 jovens, um deles tinha a cara do meu irmão mais novo. Tive medo, um calafrio subiu pela minha espinha... Que sensação horrível... Que vontade de chorar... To cansada, já não durmo direito. Nesta noite o medo tomou conta da minha alma.... (Maré Vive, 8 de abril de 2014)²⁸⁸

Durante a ocupação, os militares regularam também a sociabilidade local, intervindo para o encerramento de reuniões públicas, como festas e churrascos. Um vídeo gravado por um morador²⁸⁹ mostra o encerramento de uma festa, que acabou gerando uma enorme confusão, com uso de spray de pimenta.

As queixas por invasão de domicílio também se multiplicaram.

As duas primeiras revistas foram feitas por policiais militares, a terceira, por três militares. Em todas as ocasiões, me senti uma criminosa. A pior de todas foi a de quinta-feira. Acordei de madrugada com os latidos de um cachorro enorme com o focinho sobre o meu rosto e o do meu filho, que dormia comigo (...). Também revistaram a casa da minha tia, que tem 65 anos. Não é possível que a gente tenha que aceitar isso só porque mora na favela.²⁹⁰

²⁸⁶ https://www.facebook.com/Marevive/posts/676798735688915?__tn__=C-R

²⁸⁷ <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=701708909911133&set=a.296706690411359&type=3&theater>

²⁸⁸ https://www.facebook.com/Marevive/posts/661312977237491?__tn__=C-R

²⁸⁹ <http://twixar.me/K7P3>

²⁹⁰ <http://twixar.me/W7P3>

No carnaval de 2014, no Parque União, três blocos de carnaval formados por moradores utilizaram a festa para criticar os abusos de autoridade. Na foto abaixo, pode-se ler, um pouco cortado, uma faixa dizendo: “mandado coletivo não existe!”:

Imagem 2 - blocos de carnaval no Parque União, durante a ocupação militar



Fonte: Guito Moreto/Agência O Globo, 2014.

5.7 Danos materiais

As operações militares deixaram também um rastro de danos colaterais, causados principalmente pelos tiros e pelos veículos de guerra, que foram usados para circular em ruas estreitas. Segundo os militares, a boa disposição do exército em ressarcir os prejuízos que causava levou a situações de aproveitamento por parte de alguns moradores.

Tiros nas casas (...) quando eles reclamavam de tiros, aí o que é que o exército fazia: ia lá analisar se o tiro vinha da força nossa. Se viesse de nossa força, tudo bem, se mandava consertar. Se não, não mandava. (...) as pessoas se aproveitavam disso também. Dá pra notar. Ou seja, às vezes tinha na geladeira um buraco de tiros, é de há muito tempo, aí a pessoa ia lá porque queria alguma coisa, mudar a geladeira, ganhar uma indenização. A gente sabe que, brasileiro, sempre né...quer dar um jeito. Ia lá reclamar. E, às vezes chegava que, naquele dia, nem houve troca de tiros. Nem naquele dia, nem naquele período, nem naquele lugar, nunca houve troca de tiros. Então, tinha isso também. (Oficial do exército)

²⁹¹ Foto de Guito Moreto, Agência O Globo. Disponível em: <http://twixar.me/W7P3>

Mesmo com essas situações, os militares deixaram um rastro de prejuízos para alguns moradores²⁹². Em um caso, o morador havia acabado de pintar o carro, deixando-o ainda sem as rodas, esperando a tinta secar, quando este foi removido e destruído como ferro-velho. Em um vídeo, gravado por um morador²⁹³, o tanque do exército passa, deixando as calçadas das ruas destruídas. Em outra situação, um morador da Baixa do Sapateiro faz um relato do tiroteio e fotografa a destruição deixada.

Saldo dos dois tiroteios que aconteceram no dia de hoje, na Baixa do Sapateiro:

-Um morador ferido, baleado no braço.

- Entrada de uma casa destruída pelos tanques das Forças de Pacificação, como podem ver na imagem.

- Troca de tiros em pleno horário escolar, colocando a vida de várias crianças em risco.

Crônicas de uma área "pacificada". (Maré Vive, 13 de maio de 2015)²⁹⁴

Imagem 3 - Rastro de destruição deixado pelos militares



Fonte: Perfil “Maré Vive” do Facebook, 2015.

Ao comentar esta postagem, uma moradora desabafa:

A minha filha eu deixo presa, não será como eu, q fui criada na rua brincando de pique esconde, pique bandeira, futebol, queimado, tadinha só vai saber oq são essas brincadeiras no colégio.

Semana passada, sábado as 14hrs da tarde pra ser mais exata, os soldados passavam apontando as armas pra tudo e TDs, q agonia, assim q eles passaram apareceram "os meninos" mais agonia ainda, nao tem horário pra tiroteio, nao tem horário pra operações, nao tem horário pra ser baleado por uma bala achada.

Triste, mas é assim q é.

Veja mais um relato de invasão de domicílio e destruição:

²⁹² Ver <http://twixar.me/vcN3>

²⁹³ <http://twixar.me/y7P3>

²⁹⁴ <http://twixar.me/gcN3>

Moradores tem suas casa invadidas por militares na Vila Pinheiro durante o tiroteio de ontem.

Durante a troca de tiros ocorrida na noite de ontem (17/06), alguns moradores relataram que tiveram suas casas invadidas por militares da Força de Pacificação.

Segue o relato de uma moradora e as fotos de sua casa invadida.

Por volta de nove horas da noite, os militares pararam na frente do meu portão com o blindado. Eu e meu marido estávamos no quarto e nossa filha na sala vendo TV.

Mais ou menos meia hora depois, eles começa a bater com o fuzil tentando arrombar o portão da frente, até que conseguiram arrancar e entrar.

Apesar do meu portão não estar nem trancado com a chave, ele estava aberto.

Logo depois arrombaram a porta da minha sala e invadiram a casa, eu protestei e falei para eles saírem:

- Podem sair, aqui tem uma criança de quatro anos.

Eles ignoraram e entram uns seis militares, querendo subir para a laje.

Eu disse que não queria ninguém dentro da minha casa, que não tinha nada a ver esse tiroteio e eles continuam reclamando e querendo subir para o segundo andar, sendo que na minha casa nem tem laje.

Nós não deixamos eles subir e colocamos eles para fora.

Quando foram embora, partiram para a casa da minha vizinha, para arrombar a casa dela e também conseguiram.

Eles destruíram o portão dela.

O portão não fecha nem abre mais.

Eles ficaram até quatro horas da manhã gritando, até que subiram na casa da vizinha da frente e passaram o resto da madrugada na laje dela.

Ela tem filhos também e é muito constrangedor para nós, é muito complicado para quem tem filho pequeno.

Imagem 4 - Porta com sinais de arrombamento



Fonte: Perfil "Maré Vive" do Facebook, 2015.

295

Cansado de ter seu carro avariado, mas sem perder o sarcasmo, um morador do Parque União deixa um bilhete endereçado aos militares, avisando que seu carro é velho, mas funcional, e que não tem drogas, nem armas dentro.

²⁹⁵ https://www.facebook.com/Marevive/posts/859099427458844?__tn__=C-R

Imagem 5 - bilhete de um morador, endereçado aos militares da ocupação



Fonte: Perfil “Maré Vive” do Facebook, 2015.

5.8 A batalha da Linha Amarela

"EM CASA SOMOS UM, JUNTOS SOMOS TODOS!"

É hoje galera! Vambora lá fazer um protesto bonito, pacífico e popular. Vem pra rua morador! Não há o que temer, se manifestar é um direito.

e pra que fique claro, não é contra as forças militares!

É contra os tiroteios diários! Contra o preconceito e criminalização da pobreza! Contra mortes sem investigação! É contra a especulação imobiliária esmagadora! É contra a falta de saneamento básico! É contra a falta transporte público! É contra a falta de diálogo com a população!

Estamos juntos!

Maré Resiste! Maré Resiste! Maré Resiste!

Favelaaaaaaa! (Maré Vive, 23 de fevereiro de 2015)²⁹⁷

Esta foi a convocação do coletivo Maré Vive para uma manifestação pública contra os efeitos da ocupação militar. Foi mais uma de várias manifestações de moradores da Maré contra a violência dos agentes do estado. A primeira ocorreu em 12 de abril de 2014, após a primeira morte de um morador, pelas forças militares. Segundo os moradores, a vítima não possuía qualquer ligação com o crime. Esta primeira manifestação foi sufocada pela polícia, quando saiu da jurisdição das forças armadas, e pelo exército, dentro da Maré.

²⁹⁶ <http://twixar.me/R7P3>

²⁹⁷ https://www.facebook.com/Marevive/posts/809745475727573?__tn__=C-R

Imagem 6 - manifestação de moradores contra os militares.



²⁹⁸ Fonte: Jornal Extra, 2014.

Apesar da repressão de manifestações públicas ter sido eficientemente conduzida pelos militares, nenhum evento tomou as proporções do 23 de fevereiro de 2015. Todo o mês de fevereiro daquele ano foi marcado por uma escalada na violência militar e na incidência de tiroteios. No dia 12, o carro em que estava Vitor Santiago foi fuzilado, vitimando-o, evento que analisarei no capítulo seis. No dia 20, na Vila do João, um operário foi baleado e morreu. No dia seguinte, 21, uma Kombi foi fuzilada, ferindo cinco pessoas. O clima geral parecia ser de hostilidade e ameaça. No dia 23, Vitor Santiago permanecia em coma, entre a vida e a morte, quando se realizou, à noite, uma manifestação de caráter pacífico. Quando os manifestantes fecharam as duas pistas da Linha Amarela, na altura da Vila do João, a polícia reagiu proporcionando cenas de uma verdadeira guerra urbana. As cenas foram fotografadas e filmadas por jornalistas e circularam o mundo, no período pré-olímpico.

Deixa eu te falar, o Richard saiu, foi um ou dois dias depois da saída do Richard, a entrada do De Souza²⁹⁹, cara, que até o Choque e o Bope entrou aqui, que não entrava. (...) na verdade, o exército não entrou. Na bagunça, o exército recuou. (...) aí, o que aconteceu? A polícia não podia entrar na comarca. Na operação militar, a polícia não podia entrar na favela. Nesse dia da manifestação, a polícia entrou dentro do Pinheiro, meu irmão, eles entraram assim com aquela vontade de fazer o que eles não vinham fazendo. Bagunçaram o Pinheiro (...) com força. Então, eu tô te falando. (...) O Bope e o Choque ... Pinheiro, meu velho. A gente vinha repercutindo nas redes sociais e perguntando pros caras. Meu irmão, eu tava em contato direto com o (...). 'Meu irmão, tem nego tomando tapa na cara do Bope aqui dentro. Tá valendo já o Bope aqui dentro?'. 'Não! O Bope não tá aí dentro, não'. 'Pô, (...), me desculpa, mas tu tá me chamando de mentiroso, cara? Os caras tão aqui. Vou te mandar foto'. (...) Largando o aço lá na frente, voltava. Eles vieram pra fazer, tipo assim, vamos entrar. Eles não tinham que entrar, mas 'vamos entrar'. (...) Foi horrível. Foi horrível. O Bope e o Choque entrou. Todo mundo perguntou depois pro De Souza em reunião de presidente de associação por que que o De Souza não tomou nenhuma atitude. (...) 'Foi tomado, já busquei (...) saber o que é que houve. Eu quero explicações'. (...) tipo assim, 'eu não sei também não. Esperar. A hora que eu souber eu passo pra vocês'. (...) foi horrível, foi horrível. Um dia a ser esquecido. (E.)

²⁹⁸ <https://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-da-mare-protestam-contramilitares-apos-primeira-morte-depois-da-ocupacao-12178211.html>

²⁹⁹ Transição de comandos.

As imagens, registradas em vídeo, por um jornalista da mídia independente “A nova democracia”³⁰⁰ mostram as cenas de combate. A polícia joga spray de pimenta na direção da multidão, ocasionando uma correria. O ato continuou, tentando se afastar dos policiais, quando acabaram ficando cercados de um lado pela polícia, na linha amarela, jurisdição da polícia militar estadual, e do outro, pelos fuzileiros navais, na Vila do João, jurisdição da força de pacificação. Os fuzileiros atiram em direção à multidão, levando os próprios policiais militares a buscarem abrigo dos tiros. Depois disso, os fuzileiros parecerem ter recuado e os policiais, da linha amarela, lançam bombas de efeito moral para dentro da favela. Quando o batalhão de choque da polícia militar chega, dispara bombas de gás para dentro da favela. Os manifestantes reagem, desta vez com o apoio de outros moradores, que se juntam ao ato, jogando garrafas, pedras e fogos de artifício na direção dos policiais. O vídeo mostra quando os policiais entram na favela. Um policial, da linha amarela, atira em direção às pessoas.

Segundo relatos, a batalha durou ainda muitas horas, com parte do combate ocorrendo dentro da favela. Não se sabe ao certo que tipo de comunicação institucional houve para autorizar a invasão policial em jurisdição da força de pacificação, mas o recuo dos fuzileiros parece apontar para algum tipo de ação planejada. O general, quando questionado, desconversou.

Imagem 7- A batalha da Linha Amarela (I)



Fonte: Jornal Extra, 2015.

301

Imagem 8 -A batalha da Linha Amarela (II)



Fonte: Jornal Extra, 2015.

302

³⁰⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=dw4PpP5hhAQ&feature=share>

³⁰¹ <https://extra.globo.com/casos-de-policia/manifestacao-interdita-linha-amarela-na-altura-do-complexo-da-mare-15417777.html>

³⁰² <https://extra.globo.com/casos-de-policia/manifestacao-interdita-linha-amarela-na-altura-do-complexo-da-mare-15417777.html>

Imagem 9 - A batalha da Linha Amarela (III)



Fonte: Maurício Fidalgo/Agência Reuters, 2015.
303

Imagem 10 - A batalha da Linha Amarela (IV)



Fonte: Matias Maxx/Jornal GGN, 2015
304

5.9 Aproximações

Ah, cara, tinha muita fábula, que os caras eram isso, eram aquilo. Pelo contrário, eu via, pelo menos aqui no morro mesmo, a população dava água pros caras. Os caras procuravam o diálogo. 'Opa, bom dia, senhor'. Eu via, eu já vi, duas vezes, gente avisar, tipo assim, pro exército, 'os caras tão ali'. (E., 27 anos, morador do Morro do Timbau)

A pesquisa conduzida pela REDES, publicada em 2017 (SILVA, 2017), mas tendo coletado seus dados entre fevereiro e setembro de 2015³⁰⁵, acerca da percepção dos moradores da Maré sobre a ocupação das forças armadas, trouxe dados importantes para tratar da questão. Metade dos entrevistados afirmou ter vivido algum tipo de experiência direta com os militares durante a ocupação. 34% sofreram revista pessoal, 21,6% vivenciaram um confronto violento envolvendo militares, 8,7% tiveram suas residências revistas³⁰⁶ (SILVA, 2017, p. 70). Em relação à sensação de segurança, 46,8% afirmaram que não mudou nada, 7,7% que piorou pouco e 14,7% que piorou muito (Ibid., p. 68). 9% dos entrevistados afirmaram terem sofrido violação de direito (Ibid., p. 75). Destes que afirmaram terem sofrido violação, 31% afirmaram terem sido agredidos fisicamente, 46% agredidos verbalmente, 70% sentiram-se violados na forma da abordagem, 24% sentiram-se discriminados, 29% tiveram seus domicílios invadidos e 15% sofreram danos materiais (Ibid., p. 76). Somente 13% deste

³⁰³ Foto de Maurício Fidalgo, para a agência Reuters. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1594403-dois-homens-morrem-em-ataque-ao-exercito-no-complexo-da-mare-no-rio.shtml>

³⁰⁴ Foto de Matias Maxx. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/cenas-de-guerra-no-complexo-da-mare-por-matias-maxx>

³⁰⁵ Para a amostragem, a Maré foi dividida em três grandes áreas e foram entrevistadas 1.000 pessoas. Para maiores detalhes da construção da amostra e da pesquisa ver Silva (2017)

³⁰⁶ Para Silva (2017), a amostra aponta que cerca de 4 mil domicílios podem ter sido invadidos pelo exército.

grupo, dos que afirmaram terem sofrido violação de direito, denunciaram o incidente junto a alguma instituição (Ibid., p. 77). Quanto à avaliação sobre a atuação da força de pacificação na Maré, 23,9% a consideraram boa ou ótima, 49,5% a consideraram regular e 25,8% a consideraram ruim ou péssima. Pode-se afirmar, pela pesquisa, que, dentre os entrevistados, metade a avaliou como regular, nem boa, nem ruim, aproximadamente um quarto a avaliou positivamente e outro um quarto negativamente³⁰⁷.

Quando os dados são destrinchados por área, a percepção da chamada área 3, que incluiu Roquete Pinto e Praia de Ramos, áreas de atuação da milícia, foi significativamente mais positiva (62,9% a consideraram boa ou ótima e somente 7,8% como ruim ou péssima). Estas são áreas onde, historicamente, praticamente não há operações policiais, por motivos óbvios, como também não houve nem incidentes significativos durante a ocupação militar, nem qualquer tipo de resistência ou enfrentamento por parte os milicianos. Na área 1 (Parque União, Nova Holanda, Parque Maré e Parque Rubem Vaz), de atuação do comando vermelho, a percepção foi pior que a da área 1, mas ainda assim, acima da média (28,7% a avaliaram como boa ou ótima, enquanto 16,9% como ruim ou péssima). A área 2 (Vila dos Pinheiros, Vila do João, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Salsa e Merengue, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré), de atuação do TCP, foi onde aconteceram os piores eventos da ocupação. A percepção predominantemente negativa dos moradores entrevistados, desta área, puxou para baixo a avaliação positiva de outras áreas. Parte da área 2 foi território de atuação dos fuzileiros navais, que já destaquei anteriormente, o que certamente contribuiu para a avaliação negativa. Outra possível interpretação está na história das relações entre o CV e a polícia e entre o TCP e a polícia. O CV se constituiu, historicamente, como o inimigo número um das polícias fluminenses, e suas áreas de controle foram alvo, ao longo do tempo, de maior número de operações policiais e implantação de UPPs. O TCP, embora não apresente a relação de parceria que a milícia tem com as polícias, tem, pelo menos na Maré, uma estrutura mais militarizada, em termos organizacionais, contendo em suas fileiras muitos ex-militares. Em suma, comparativamente, as áreas de TCP foram menos combatidas pelas polícias estaduais que as áreas de CV. Quando se deu a entrada de um novo agente, as forças armadas, desconfiguraram-se as relações consolidadas na base da troca de mercadorias políticas (MISSE, 2007), o que obrigou as redes de criminosos locais a encontrar criativamente novas formas de sobrevivência. Neste ponto, o CV demonstrou ter maior maleabilidade e experiência no convívio territorial com uma força

³⁰⁷ Há na interpretação dos dados da pesquisa, entretanto, um viés que enfatiza as avaliações negativas.

de ocupação, em comparação ao TC³⁰⁸. Na área 2, somente 13,5% dos entrevistados avaliaram positivamente, enquanto 36% a avaliaram como ruim ou péssima.

Adoto esta pesquisa e reconheço sua validade, embora a perspectiva de meu trabalho seja qualitativa e etnográfica. Tenho, todavia, uma ressalva. A coleta das entrevistas se deu no período final da ocupação, quando os piores incidentes já haviam acontecido, e nos meses subsequentes, quando as pessoas se deram conta de que a UPP não viria e a ocupação militar não teve nenhum processo de continuidade. Embora não seja possível medir quantitativamente, arrisco afirmar que muitas que avaliaram negativamente a ocupação tiveram, em seu início, esperança de que a situação da Maré, em termos de violência, melhoraria. Muitas pessoas nutriram genuína esperança e sentiram-se frustradas com o resultado. Assim, é possível afirmar, tanto com os dados quantitativos da pesquisa da REDES, quanto de minhas percepções de campo, que uma parte significativa da população da Maré apoiou a ocupação. Algumas razões podem ser sugeridas.

- A. A presença das redes de criminosos locais produz enorme insatisfação na maioria dos moradores que, se pudessem escolher, prefeririam que elas não estivessem lá. A atuação destes GCAs, em seu relativo grau de imprevisibilidade, produz uma série de situações abusivas, violentas e arbitrárias para pessoas que nada têm a ver com a prática do crime. Estas pessoas se sentem violadas, impotentes e ressentidas por ter de lidar com a autoridade e as regras impostas pelos líderes destes GCAs.
- B. A presença destes grupos em constante disputa de território e em confrontos com a polícia produz instabilidades e situações de horror e violência que a maioria dos moradores gostaria de evitar. A diminuição da violência é vista como uma necessidade, embora a pesquisa da REDES tenha apontado que 85,3% dos entrevistados gostam de morar na Maré e 60,1% dos entrevistados tenham afirmado se sentirem mais seguro na Maré do que no restante da cidade (SILVA, 2017, p. 50-54);
- C. Estes dados, que confirmei em meu trabalho de campo, apontam para uma satisfação dos moradores com o bairro em que moram. Mesmo quando reconhecem e apontam seus problemas, a Maré é avaliada como tendo mais vantagens do que desvantagens em termos de local de moradia. Assim, mais do que pensar em sair de lá, as pessoas almejam, num cálculo racional, que as

³⁰⁸ Vale ressaltar que esta interpretação é de minha responsabilidade e foi construída a partir do trabalho de campo, não aparecendo em Silva (2017).

vantagens aumentem e as desvantagens diminuam. Reduzir a violência é uma desvantagem correspondente a vantagem do aumento da segurança;

- D. Como já aponte, a Maré é cidade, e seus moradores estão integrados ao tecido urbano, compartilhando de muitas percepções comuns de pessoas que não moram em favelas. Na Maré, como no restante da cidade, as forças armadas federais são vistas de forma muito diferente das polícias estaduais. Comparativamente, as forças armadas são concebidas, no senso comum da população da cidade, como menos corruptas e mais eficientes, sendo assim, imaginadas como a solução para o problema da segurança pública fluminense. Assim, o jovem soldado é construído socialmente como uma figura mais simpática do que o policial.
- E. Os moradores da Maré compartilharam das mesmas representações da pacificação que circularam naquela época. Tomando o Santa Marta como modelo, mesmo que a ocupação da Maré tenha ocorrido no momento do início da crise das UPPs, havia uma expectativa de que o legado dos grandes eventos, aliado ao projeto de pacificação, produzisse uma Maré melhor para se viver.

Estas razões foram elencadas para que se tenha o cuidado de não imaginar que a os meses de ocupação foram somente compostos de conflitos e abusos. Uma parte da população apoiou os militares e muitos relataram não ter apoiado mais por medo de represálias dos criminosos locais. Assim, o medo impediu que as relações pudessem ser mais amistosas. Nem todo soldado é como aquele mostrado no vídeo em que bate num morador desarmado ou como aquele que dizia, no ônibus em que chegava na Maré, que queria bater e matar cariocas. Grande parte daqueles contingentes só queria cumprir sua missão e voltar para sua terra natal seguro e sem ter que derramar sangue. Pelo menos um dos comandantes da força de pacificação, general Richard Nunes, foi descrito, pelos que conviveram com ele, nos dois meses em que esteve no comando, como bastante simpático, acessível e íntegro.

Como parte essencial de sua missão, os militares buscaram construir pontes para se aproximarem da população local. Não se trata de nenhum tipo de fervor humanitário ou obras de caridade, como aquelas desenvolvidas por empresas privadas, mas parte integrante da missão de uma força de ocupação em território estrangeiro ou inimigo, em situações de guerras híbridas ou irregulares. Como consta nos manuais, para o sucesso da missão, é preciso conquistar corações e mentes, aproximando-se da população local, ganhando seu apoio, para enfraquecer o suporte local dado às forças inimigas. Ações humanitárias tornam-se assim,

segundo a doutrina militar, uma eficiente estratégia para o sucesso de missões de pacificação de territórios instáveis e/ou inimigos³⁰⁹.

Durante a Operação São Francisco, o exército buscou esta aproximação através de, principalmente, três formas: encontros periódicos com lideranças locais, priorizando os presidentes das associações de moradores; aproximação com as redes religiosas evangélicas, que será tema do sétimo capítulo; ações cívico-sociais, chamadas pelos militares de ACISOs.

Militares da Força de Pacificação realizaram a limpeza do valão na Baixa do Sapateiro

Agora a tarde, soldados da Força de Pacificação realizaram a limpeza do lixo e entulho acumulados, que estavam praticamente obstruindo a passagem da água no valão localizado na Baixa.

Após muitos problemas com militares e blindados na comunidade, esperamos que mais ações desse tipo sejam realizadas, precisamos de ações sociais e não operações militares no quintal de casa. (Maré Vive, 29 de maio de 2015)³¹⁰

Imagem 11 - Ação social do exército



Fonte: Perfil “Maré Vive” do Facebook, 2015.

Na postagem acima, até mesmo o coletivo Maré Vive, sempre bastante crítico à ocupação, tece elogios à iniciativa, o que demonstra, na prática, a eficácia deste tipo de ação. As ACISOs³¹¹ eram feitas em parcerias com órgãos públicos, como a Justiça Itinerante, iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que emitia certidões, realizava audiências, casamentos e divórcios; o DETRAN contribuía nas emissões de carteiras de identidade; atendimento médico e odontológico, feito por profissionais de saúde militares;

³⁰⁹ Ver Ellis (S/ano) e Korybko (2015).

³¹⁰ <http://twixar.me/VcN3>

³¹¹ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=4hGf5vWNkHw&feature=share>, <http://twixar.me/lg73>,

atividades para crianças; apresentações musicais. Numa das ACISOs, um capelão militar evangélico realizou um casamento coletivo com pouco mais de 100 casais. Este tipo de ação foi amplamente utilizado pelo exército em sua experiência no Haiti, em parceria com a ONG Viva Rio.

Possivelmente, algumas destas iniciativas, aliadas a algumas das razões apresentadas anteriormente, proporcionou um ambiente em que parte da população apoiou e viu com bons olhos a presença militar. Apresentar esta faceta da presença militar na Maré não é, de forma alguma, justificá-la, mas ser honesto com parte da memória da ocupação.

5.10 Uma avaliação da ocupação pelos atores envolvidos no processo

A impressão que eu tenho é que os caras passam o conto do vigário ao empregar o exército. O exército vai lá dar segurança e nós vamos tentar resolver o problema. O exército vai, compra toda briga que é possível com a população, porque afinal de contas é o elemento de força no local. Prepara terreno pra vir a obra pública de saneamento básico, de estruturação do local e isso não vem. E o exército foi pra preparar terreno pra uma mudança de ambiente e essa mudança não foi fechada. Só foi o periquito bobo lá, pagar a cota dele, cumprir a missão dele, mas o que era prometido não aconteceu.

Eu acho que o exército tava cumprindo, na verdade, a Maré não era uma missão -isso era dito o tempo todo-, que o exército teria. O exército não queria aquela missão. Bem claro, isso era bem claro no dia-a-dia. Nós estamos aqui, todos são voluntários, alguns não, mas o exército não queria essa missão. Nós estamos aqui devido ao decreto da presidente Dilma, então nós estamos aqui cumprindo uma ordem. (...) O que a gente sabe é que 72 horas depois, a Maré voltou ao normal. (M1, oficial do exército)

Ao contrário do que possa parecer, todos os militares que entrevistei tiveram uma visão crítica da ocupação da Maré e da utilização do exército como força de policiamento urbano. É importante notar uma diferença: avaliar a ocupação é diferente de avaliar a forma como se processou a ocupação. Os militares defendem seu *modus operandi* e descrevem a operação, na forma como foi executada, como bem-sucedida, mas são críticos à forma como os militares foram usados para realizar tal tarefa. Sua crítica é política, não operacional, ou seja, culpam o governo e salvam a instituição militar. Um ponto destacado por M1 apareceu em praticamente todas as falas militares: a necessidade de uma integração das instituições públicas para dar continuidade ao processo de pacificação. Ou seja, para eles, o exército não pode dar conta sozinho de resolver um problema que vai muito além de suas atribuições e capacidades.

Quando comparada a pacificação da Maré com outras operações de pacificação em que o exército atuou, principalmente a Minustah, no Haiti, e a Operação Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha, outro militar, que esteve nestas duas, e na Maré, afirma:

Não tem comparação. Não dá pra comparar, não. No Haiti, foi uma outra realidade. Na época que eu fui pro Haiti, a coisa estava mais, havia um controle maior, havia uma pacificação mesmo. No começo, foi imposição da ordem, né. Já na Maré (...) Maré foi combate, foi, a gente chegou lá pra abafar o tráfico. Diferente do Alemão, que foi logo no começo, quando a força ocupou o Alemão já tinha muita gente vazado né. (...) bandido saiu quase todo. Só ficou aqueles que não tinha fichamento, não era fichado. Mas volta e meia tinha um confrontozinho, era mais controle de ordem mesmo, já na Maré, não. Na Maré... por exemplo, teve um caso lá de um sargento de Sampaio (...), quando eles terminaram, eles foram subir na viatura (...) pra ir embora (...), aí saiu um cara ali de dentro do bar e deu um tiro na coxa dele, assim, subiu na viatura e tomou um tiro na coxa. (...) nós fomos com ele no hospital, ele tava fora de perigo. E numa outra situação, também, antes do Mikami, acidentalmente, o sargento deu um tiro na... fazendo um procedimento de segurança na pistola, deu um tiro no abdômen de um cara (...) aí ele ficou entre a vida e a morte na UTI, no HCE (...) (M2, oficial do exército)

Este relato parece confirmar um lugar comum entre os militares que atuaram no Haiti³¹² e em favelas cariocas. Embora doutrinariamente, tenha se buscado uma aproximação das experiências, com a utilização de soldados e oficiais com experiência no Haiti, para as missões de pacificação das favelas cariocas, assim como a realização de ACISOs, a realidade se mostrou completamente diferente e incomparável.

Eu acho que a ocupação do Alemão criou uma expectativa muito grande na sociedade brasileira, até pelo seu ineditismo. Foi uma situação de oportunidade. Ela surgiu diante de um fato imprevisto e, a partir dali, quando, começou com a própria marinha, não foi com o exército, quando a marinha cedeu blindados ali para apoiar a polícia militar do Rio de Janeiro. Naquele momento, percebeu-se a necessidade de algo muito mais coordenado, com um emprego de força armada demanda um planejamento muito mais profundo, principalmente nos seus aspectos de logística. E, como o efeito surpresa foi obtido, o êxito inicial foi bastante considerável. Deveria se seguir àquela fase inicial uma série de intervenções pelas demais agências do estado – estado aí, tanto o estado brasileiro quanto o estado do Rio de Janeiro – que conformassem aquela adoção das práticas da política de pacificação. Não foi bem

³¹² O Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, entre 2004 e 2017, sendo responsável pelo componente militar da missão. A versão brasileira sobre o que foi esta missão é unanimemente propalada, pelos que lá estiveram, na maioria, militares ou outros agentes do estado, como um sucesso e um grande aprendizado para o exército brasileiro (HAMANN e TEIXEIRA, 2017). Quando se buscam outras vozes, a de haitianos, escutam-se outros relatos. Um ativista local, Guerchang Bastia, afirmou: "A Minustah também fez muita violência contra os estudantes, contra os pobres que moram nas favelas. Estupraram as mulheres, os homens. Cometeram muita violência contra as pessoas no país e também trouxeram a epidemia de cólera. Foi um desastre muito grave feito pela ONU (...). Os soldados brasileiros mataram muitas pessoas nas favelas do Haiti. Entendemos, porque o Brasil tem favelas, então eles se preparam para lutar contra os pobres e, para isso, experimentaram essas novas estratégias nas favelas no Haiti". Em uma ação militar na favela de Cité Soleil, teriam sido mortos pelo menos 27 civis, sendo 20 destes, mulheres menores de 18 anos. Há, também, pelo menos 2 mil denúncias de estupros cometidos por militares (SILVA, 2017a). Fezes de soldados nepaleses da ONU, contaminadas por cólera, teriam vazado dos banheiros de um navio para o maior rio do Haiti, dando origem a pior epidemia de cólera do mundo, que matou ao menos 9 mil pessoas (IVES, 2015). Ver também Bracken (2014, 2014a), Kenkel (2013) e Amaral e Viana (2011, 2011a, 2011b, 2011c).

isso que aconteceu. A ocupação passou do tempo que se imaginava razoável porque, conforme a nossa legislação, essa situação deve ser episódica, limitada e houve uma permanência, de certa forma, acentuada ali no Complexo do Alemão. Muito bem. Uma vez cumprido esse processo, nós estávamos vivendo que conjuntura no país? A realização de grandes eventos. Um período, também que se aproximava, de eleições. O ano de 2014 foi um ano tremendamente complicado, complexo, porque nós tínhamos eleições presidenciais, realização de copa do mundo, uma série de circunstâncias contribuíram para que aquela sensação de insegurança que permanecia na sociedade pudesse ser mitigada. E aí houve o episódio da Maré para onde não havia planejamento por parte do governo do Rio de Janeiro. Houve uma outra precipitação. Por conta de alguns eventos policiais que ocorreram lá, houve um entendimento político de que era necessário, de certa forma, manter aquela área estratégica, pela passagem da linha vermelha, linha amarela, avenida Brasil, acesso ao aeroporto, aquela área tinha que estar, de uma certa forma, controlada para que não comprometesse, em uma primeira fase, a própria realização da copa do mundo e por que não dizer, logo na sequência, as eleições gerais. Então, a diferença grande está aí. O Alemão contou com efeito surpresa, o impacto inicial foi muito positivo. A sociedade entendeu que algo estava mudando. Depois, com o passar do tempo, uma ausência das agências ali presentes para se fazer uma ação um pouco mais consistente, esse ânimo arrefeceu. E, no caso da Maré, a meu ver, não havia efeito surpresa, já havia um certo descrédito da política de pacificação, por conta do que aconteceu no Alemão e nós entramos lá muito mais no esforço de contenção do que propriamente de pudéssemos obter um resultado mais razoável. E eu sempre me queixei disso. Eu achava que nós estávamos sendo empregados numa área que tem tudo para dar certo. Eu digo isso, por isso que às vezes, lá na Maré, existe uma certa simpatia com o que eu falava, porque eu sempre achei. Quem conhece esse país sabe que há municípios, principalmente no norte-nordeste que têm condições de vida muito piores do que as que existem na Maré. O que falta ali é um mínimo de ordenamento, um mínimo de vontade política de se viver numa comunidade de, organizada, que crie um caldo de cultura favorável à paz. O caldo de cultura que existe hoje lá fomenta a criminalidade. Então, como atuar nisso aí por meio militar? Claro que não é. A força militar não vai ser capaz de dar conta disso porque não é um problema militar. Então, essa ... a experiência que eu tive foi essa. Como carioca, pra mim, foi até, uma certa forma dramático, retornar ao Rio de Janeiro comandando uma brigada do sul para aquele tipo de intervenção. Perceber de que maneira estava, a que ponto chegamos, essa que é a realidade. Porque eu fui menino aqui, fui criado no subúrbio do Rio de Janeiro.(...)

Não há, a meu ver, a menor possibilidade de êxito numa abordagem isolada de uma comunidade como essa. Ou se aborda a totalidade, com uma política que abarque todo o nosso tecido social ou nós vamos ser sempre fadados ao insucesso. O quê que acontecia lá, nitidamente? Nós tínhamos dias de uma calma enorme porque a população ela quer sossego. Lógico! As pessoas saem dali pra trabalhar, pra estudar, elas querem sossego. E aquelas facções que permanecem disputando espaço, elas vivem uma senóide, um momento de grande tensão e momentos de calma, então não é... a presença militar não altera isso porque eles sabiam que, em determinado momento, nós sairíamos de lá. E eles tentavam manter seus espaços de controle. (General Richard Nunes)

De forma bastante lúcida, a meu ver, o general compara as experiências do Alemão e da Maré, apontando o caráter de improvisado que foi determinada a ocupação da Maré. Em momento algum, indica que a ocupação foi fruto da política de pacificação e que seu objetivo era a estabilização da região para a implantação das UPPs, mas a relaciona aos megaeventos e a realização da copa do mundo e eleições presidenciais de 2014. Demonstra, logo a seguir, como carioca que é, a representação da favela como algo que não deu certo, com um “caldo de cultura” que não fomenta a paz, mas a criminalidade. Vê a favela como falta de

organização e ordenamento, que é uma representação típica de agentes do estado quando se referem à favela, especialmente os militares, no caso, brasileiros, com sua obsessão pela ideia de “ordem”. Contudo, reconhece que o problema ali não é militar e que não se resolve militarmente. Quando pergunto, provocativamente, sobre o uso político dos militares, responde:

(...) Eu vejo, eu não diria nem que seria uma utilização. Eu acho que é o seguinte: chegou a tal ponto a crise, que se recorre a quem tem um mínimo de organização e estrutura. Principalmente, capacidade logística e cadeia de comando e controle, que é o nosso grande diferencial. O grande diferencial do exército é capilaridade, que nós temos uma presença nacional, e dentro dessa capacidade, nós temos capacidade de comando e controle, com instrumentos muito bem definidos, e logística. Então, diante de um cenário como esse, que tem se apresentado aí, de total falência, né, dos órgãos, das instâncias de segurança pública (...)

Não chego a enxergar que ele seja usado politicamente, eu vejo que é uma falta de alternativa. Na maré, a gente possa talvez fazer um pouco mais de uma ilação um pouco mais complexa. Por que eu digo isso? Por que na Maré, eu tenho dados concretos pra demonstrar que ali sim houve, a permanência nossa na missão, de certa forma, atendeu a interesses políticos. Por que? Ela não era pra durar o tempo que durou, tanto que ela era dimensionada de maneira mais limitada no tempo e isso sofreu prorrogações sucessivas pra abarcar a copa do mundo, pra abarcar as eleições, pra abarcar o fim de um mandato, a transferência de mandato, e depois, se dependesse das autoridades locais aqui, nós ficaríamos até a olímpiada. Isso era nítido pra nós. A gente percebia, não como... não entendo que seja, talvez, um modo de nos utilizar politicamente, mas é um modo de contenção de um problema que poderia ter consequências políticas. Isso aí foi nítido, prorrogação, prorrogação, ficaram prorrogando, né. A gente sabia que ia ser prorrogado. Tinha essa percepção clara que ia ser prorrogado, porque não se atacava as causas do problema. E tanto que a gente chegou a meados de 2015, quando a missão acabou e as UPP não foram instaladas.

(...) Do ponto de vista político, eu acho que deixou muito claro que, sem um arranjo institucional adequado, não se pode mais falar numa operação como essa. Pra mim, uma operação como essa não pode se repetir. O exército tem entendido isso, sem que todo um arranjo seja feito pra que as responsabilidades de todas as agências, dos atores que têm que atuar fique definida. (...) Da nossa parte, ficou claro que, numa outra operação que viesse a ocorrer, sem a certeza garantida de uma maneira cabal, legal, imputando já a responsabilidade pela implantação daquelas medidas, nem adianta ir porque o descrédito vai ser absurdo.

O que chama a atenção na sua resposta é, de início, recusar a ideia de que o exército possa ter sido usado politicamente. Como um oficial que, certamente, conhece a história do exército brasileiro, trata-se de uma questão delicada. Apresenta o exército como a alternativa final, quando nada mais funciona, a partir da ideia de que este é acionado quando falham as instituições e nenhuma outra possibilidade há para a garantia da lei e da ordem. Nesse sentido, o exército é o salvador da república, da lei, da ordem, do estado brasileiro³¹³. Contudo,

³¹³ Sobre a ideia de soldados salvadores, ver Keith (1989). Para o autor, esta autoconcepção, compartilhada por certos setores da sociedade, surge a partir das crises da independência e do primeiro reinado. Sua imagem do exército parece indicar um grau de coesão e capacidade organizacional numa época em que outros autores são

quando passa a falar da Maré, reconhece que este discurso pronto não satisfaz a complexidade da pergunta e da experiência da ocupação. Reconhece, então, que o exército atendeu a interesses políticos, especialmente pelas sucessivas prorrogações da permanência das forças armadas na Maré. Por fim, afirma que este tipo de operação não pode voltar a acontecer. Embora não reconheça, em momento algum, o fracasso, enfatiza que, se uma operação como essa voltar a acontecer, haveria grande descrédito.

Vejamos, agora, relatos de alguns moradores avaliando a ocupação:

Olha ... a minha rotina não mudou não, cara. Continua da mesma forma. Não afetou em nada, cara. (...) lá onde eu moro. Eu afirmo pra você que o exército, quando ele esteve lá, os caras mesmo não estavam lá. Agora, é aquilo, depende da orientação de cada grupo, de cada facção. No meu caso, lá onde eu moro, a ideia que eu enxerguei dos caras é assim: meu irmão, deixa os caras ocuparem aí. Não vai fazer nada. Entendeu? Continua vendendo as parada. 'Ah, eles tão vindo ali'. 'Vai pra outro lugar'. 'Ah, eles tão correndo acolá'. 'Ah, meu irmão, fica olhando', e fica aquele gato e rato a vida inteira. Entendeu? Mas continua vendendo, mas nada de, no máximo é perturbar os caras, é hostilizar, mas (...) de vez em quando, esses caras abordavam as pessoas, nos bares, em alguma coisa e outra assim, aí sempre tem um cara ou outro mais folgado e tal, que se exalta, né, cara. (...) chegou a ir um ou outro preso, por desacato, mas não por confronto armado. (...) Agora, na Nova Holanda, cara, aconteciam umas paradas bizarras. Tinha grupos de moradores, orientados, cara, molecada e tal, a tacar ovo, hostilizar, xingar. Entendeu? (O., 40 anos, morador do Parque União)

Acho que a gente secou gelo, né. A gente enxugou gelo. Foi um ano tenso e eu disse teve coisas significativas, né, mas não tem continuidade. É a mesma coisa de eu ter levantado um muro, dizendo que eu vou construir uma casa e depois, no próximo ano, eu esqueço aquilo lá e deixo por lá. É evidente que aquilo vai ser quebrado, né. É evidente que vão arrancar tijolo, vão jogar aquele muro todo no chão. É o que aconteceu. Houve um ano de intervenções, intervenções, e propostas de mudanças, de mudanças, e vai mudar, e vai mudar, e daqui a pouco se deu a bala na boca da criança e se foi embora. Eu acho que a, houve também um sentimento de abandono e um sentimento de 'ah, a gente foi enganado mais uma vez'. Eu vou dizer por mim, mais uma vez, disseram que vão fazer alguma coisa por nós e, na verdade, estavam ou nos usando, apenas nos enganando mais uma vez, então, é difícil de acreditar. Bem difícil de acreditar. (F.)

(...) boa parte da população acreditava que fazia parte de um processo de paz, que teria alguma continuidade. (...) a partir disso, vai mudar alguma coisa. O cidadão de bem, cara, tem a maior ojeriza ao que vê, ao comando em si. Você imaginar que eu sou dono dessa rua, eu quero fechar essa rua hoje. Pô, você fica assim, você imaginar que tinha alguém, agora, estabelecendo algum tipo de ordem, ainda que seja, ainda que seja pelo peso de um fuzil, ainda que seja uma paz, pô, uma paz através de um tanque, não é maneira, mas a gente imaginava que era um processo transitório, que, a partir disso, poderia se ter proposta de, sei lá, do estado, do próprio governo federal, pensando numa outra perspectiva (...), mas o pior de tudo foi não ter continuação nenhuma. (...) Isso aí foi pra mim, foi o maior... sei lá ... foi um troço, assim, bem triste mesmo. (...) Você imaginava que quase um bilhão de investimento não pararia aí. (...) mas nada, acabou num dia e acabou mesmo. Acabou e acabou. E o que é que ficou? Aí tu fica lá, com um Vitor, sem perna, aí tu fica com gente (...) a população vê agora o resultado de uma operação bélica, não vê mudança, transformação. (...) no período teve uma porção de jipe, de blindado, e depois disso,

unânicos em apontar que ainda não havia tal maturidade institucional. Ainda assim, o livro é interessante como uma proposta de genealogia do conceito de soldados salvadores.

não teve mais nada. (...) A grande maioria não era hostil a ocupação militar. A gente era hostil, em si, ao blindado, mas a gente ficava sabendo que aquilo ali era um mal necessário, né. (E.)

Nós nos sentimos esperançosos. Nós achamos que as coisas poderiam mudar. Por que? Por que a promessa é que a pacificação, o que o senhor Beltrame, o que o governo do estado dizia, é, e fala é que com a chegada da polícia, do exército, com eles viriam melhorias. E não é o que nós vimos, né. (...) Eu achei que pudesse mudar alguma coisa, mas aquilo se tornou um terror. (...) Foi muito ruim porque ... (...) o meu filho, mesmo, ele diz, tanque de guerra você via na parada de sete de setembro.

Pergunto sobre os confrontos.

Todo dia, todo dia. (...) Tinha dia que você podia contar oito tanques andando dentro de uma comunidade e você vê aquela sirene tocando. Eu já sabia que ela eles que tavam chegando. (...) Devido ao abuso deles, a população da própria favela começou a criar uma resistência. (Irone Santiago, mãe de Vitor Santiago)

O primeiro relato, de um morador do Parque União, que foi uma das áreas com menos confrontos, diz que pouca coisa mudou na sua rotina, durante a ocupação. Os criminosos encontraram formas de lidar com o exército de ocupação, como num jogo de gato e rato, e continuaram realizando seus negócios, evitando confrontos e, no máximo, hostilizando os militares, o que confirma a hipótese anteriormente trazida de que o CV encontrou formas de se adaptar à presença militar, diminuindo seus prejuízos.

No segundo relato, F. compara a ocupação a “enxugar gelo”, uma versão popular do mito de Sísifo, que foi condenado pelos deuses a rolar uma pedra por cima de uma montanha. Ou seja, para ela, as políticas públicas para a favela não tem continuidade. O sentimento que fica é o de perplexidade e o de terem sido abandonados e enganados, mais uma vez.

O terceiro relato confirma que, no início, houve de boa parte da população, esperanças de melhoria. A paz imposta pelo fuzil era vista como transitória e necessária para a imposição da ordem estatal, um mal necessário, um remédio amargo, mas como não teve continuidade, só ficaram as vítimas, “com um Vitor, sem perna” e a tristeza.

Irone Santiago, mãe de Vitor, também fala de esperança frustrada, que logo se acabou, pelos abusos e pelo terror de ver seu local de moradia se transformar numa praça de guerra, com tanques e sirenes por toda parte.

Em nenhum dos quatro relatos apresentados, e de outros que, por questões de espaço, não entraram neste texto, houve uma avaliação positiva da ocupação. Se, durante a ocupação, para alguns moradores, nada mudou, em termos de atuação dos GCAs, para outros, a esperança inicial se acabou por causa dos abusos, da situação de guerra e, principalmente, da falta de continuidade do processo. Quando o exército saiu, não se pode afirmar que foi como

se lá não houvesse ocupado. As redes criminosas voltaram a ocupar seus antigos espaços, desta vez melhor treinadas para lidar com forças invasoras. E ficaram as vítimas.

6. AS VÍTIMAS DA GUERRA DA PACIFICAÇÃO

O gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça.

(...) a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão.

Theodor W. Adorno, *Educação e emancipação*.

Durante a realização da pesquisa, um elemento se mostrou comum à maior parte dos relatos, tanto de moradores, quanto de militares: o reconhecimento das vítimas da ocupação. Três casos foram paradigmáticos, determinaram os novos rumos da operação e deixaram firmes rastros nas memórias daquele período. O objetivo deste capítulo é analisar estes três eventos, tentando entender os impactos que causaram nos rumos da história da ocupação militar da Maré e, principalmente, contando a história das vítimas da guerra da pacificação. Não pretendo construir uma perspectiva globalizante. Fiz escolhas metodológicas e de acesso a estes casos que foram, em parte, determinadas pelos rumos do trabalho de campo -as portas que se abriam, as pessoas que aceitavam conversar comigo- e, em outra parte, uma decisão consciente da pesquisa de escutar as vozes das vítimas³¹⁴.

Houve outras vitimizações. Não elejo estas como mais importantes, mas apenas notei, ao longo do tempo e do desenvolvimento da pesquisa, que foram aquelas que surgiam espontaneamente na maioria dos testemunhos. Quando pedia para que meus interlocutores se aprofundassem nestes casos, reconheciam que foram eventos determinantes daquele tempo. São três histórias de vitimização que em nada guardam semelhança. A primeira é de um militar, cabo do exército, morto em serviço. A segunda, de uma reconhecida liderança local, presidente de uma das mais antigas associações de moradores da Maré, morto na própria associação. A terceira, de um jovem morador que, voltando de um encontro com amigos, teve

³¹⁴ Uma vasta literatura sobre vítimas já foi produzida, algumas já citadas ao longo da tese. Alguns trabalhos, no entanto, foram diretamente importantes para toda a reflexão contida neste capítulo. Nesse sentido, além dos já citados, ver Jensen e Ronsbo (2014), que propõem o conceito de “histórias da vitimização”, isto é, das histórias particulares das vítimas em sua forma não-essencializada e em constante mudança, distinguindo claramente entre vítima e vitimização (Ibid., p. 17); Segal (2016) compõe um rico trabalho etnográfico sobre a gramática do sofrimento, especialmente em relação às mulheres, na Palestina ocupada; Sarti (2011, 2014) reflete sobre a vítima como figura contemporânea, revisando notavelmente a literatura sobre vítimas, como também pensando a constituição social da vítima da ditadura brasileira.

o carro em que estava fuzilado, deixando-o paraplégico e amputado de uma perna, após semanas de luta para sobreviver aos dois tiros de fuzil que o acertaram.

Escolher contar a história da Operação São Francisco a partir da perspectiva de suas vítimas é uma escolha ética e política. Significa reconhecer que por trás e para além das decisões que ocorrem no âmbito macropolítico, institucional, estatal, há incontáveis consequências para as pessoas envolvidas em seu espectro de ação. Assim, não há ação do estado, na forma como lida com as populações que têm como objeto de suas intervenções, especialmente as mais vulneráveis, que não tenha efeitos em cascata, alguns especialmente violentos. Parto da premissa que o que aconteceu nos três eventos que serão analisados não deveria ter ocorrido. Estes três homens foram vítimas, para além de todo o discurso que tenta culpabilizar a vítima por sua “infelicidade”, pagando com a vida, ou com a mutilação do corpo, não porque foram desafortunados atingidos pela seta do destino ou pela má sorte, mas porque sofreram as consequências de ações equivocadas das instituições estatais, através de seus agentes. O soldado, do interior de São Paulo, que não precisava estar numa favela carioca, morto por uma pacificação que nunca houve e posto a serviço da segurança dos megaeventos que deixaram a cidade muito pior do que já foi; o líder comunitário que, no rearranjo dos poderes locais, na instabilidade produzida pela presença militar, passou a ser visto como uma ameaça, por isso foi morto na frente do local de sua militância comunitária, para servir de sinal a quem quisesse seguir seus passos e se aproximar demais dos militares; o jovem trabalhador, pai de uma menina de dois anos, que saiu com amigos para assistir o jogo do flamengo e, ao retornar para casa, de carro com amigos, é fuzilado. São as vítimas da guerra da pacificação.

6.1 “Não dá pra caminhar”: o assassinato de Osmar Paiva Camelo

Imagem 12 - Osmar Paiva Camelo



Fonte: Rio on Watch, 2014.

Osmar Paiva Camelo tinha 54 anos e cumpria mandato, pela terceira vez, como presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau, quando, no dia 15 de setembro, cerca de três meses após o início da ocupação militar, foi assassinado com sete tiros à queimadura na sede da Associação. Nascido na Baixa do Sapateiro, criado na Nova Holanda, casou e mudou-se para o Timbau. “Tenho 54 anos de idade e 54 anos da Maré”³¹⁶, *relatou pouco antes de sua morte. Durante a ocupação, foi um entusiasta da política de pacificação e ofereceu seu apoio aos militares, aproximando-se “perigosamente” do comando da operação, sendo visto, algumas vezes, circulando com militares por dentro da favela.*

A gente sabe que tem violações, e a gente sabe também que as violações têm cobrança. Se as pessoas que violaram são apontadas, elas são cobradas. Então a gente tem que procurar olhar pelo lado positivo da coisa. As pessoas esquecem que antigamente o território era dominado por marginais e por bandidos armados que faziam o que queriam—entravam nas residências, dominavam a Maré. (...) Mas essas pessoas são intelectualizadas, que pregam o fim de UPP. Eu acho o seguinte, que o nome, a sigla, pra mim não interessa. Se é UPP—é Unidade de Políticas Públicas, como eles vem falando por aí—pra mim não interessa. O que interessa para mim é o resultado do processo da pacificação, o resultado de uma mudança, de uma coisa boa que possa acontecer aqui. As violações têm que serem cobradas. A verdade tem que ser dita, mas vamos ver o lado bom da coisa. Às vezes a gente só procura o lado negativo. (...) Não quero me envolver em questões políticas, eu quero me envolver na questão da mudança que está acontecendo na Maré e todo o Estado do

³¹⁵ Fotografia de Osmar Paiva Camelo, tirada na semana anterior a seu assassinato. Disponível em: <http://riononwatch.org.br/?p=12339>.

³¹⁶ Entrevista dada à revista eletrônica RioOnWatch, publicada em 18.09.2014. Disponível em: <http://riononwatch.org.br/?p=12339>

Rio de Janeiro. (...) O que a gente vê muito é as pessoas cobrarem porque entrou ali, porque botou uma bandeira do BOPE, do choque. A mim não me interessa se colocou a bandeira do BOPE ou do choque. Te dou um exemplo, sou flamenguista, mas se você bota bandeira do Vasco ali, estou satisfeito também, porque o importante é o resultado—a tomada do território. Mas pessoas veem de forma política e só apontam o lado negativa da questão. (...) Mas o ponto fundamental na Maré, no Morro do Alemão, nas outras comunidades—o que é o ponto fundamental—é a pacificação. (...) Então não adianta se falar em posto médico, em escola, em qualquer outro tipo de mecanismo na comunidade se a comunidade não for pacificada, porque o próprio domínio desses espaços não é o domínio do poder público, é o domínio do traficante. (...)Essa mudança a gente acha muito importante e é realmente verdade. Tudo precisa acontecer de maneira integrada junto com a paz. (...) Não se pode falar assim do jeito que falam—como que irão colocar a segurança e não ter nada? É o contrário, tem que ter segurança e tem que ter educação, tem que ter os médicos, a saúde, tem que ter tudo integrado. (...) Eu te digo que na verdade 80% dos moradores estão satisfeitos com a ocupação. São poucos que têm coragem para falar isso, as pessoas têm medo. Mas eu não tenho medo porque estou fazendo isso para o meu filho. Essa melhora não é para mim, é para o meu filho. (...) Começou pelo militarismo. Depois a gente vai ajustando as coisas para que mude. Quando o pessoal já estiver conscientizado, quando a gente não tiver uma polícia corrupta—eu acredito que vá acontecer isso um dia. Mas tinha que começar de alguma forma. Não podia ficar do jeito que estava. (...) Realmente, só com integração a gente vai conseguir essa mudança na Maré e talvez no Rio de Janeiro todo. (Osmar Paiva Camelo)³¹⁷

No dia anterior a sua morte, foi divulgado um vídeo, veiculado pelo Blog do Planalto, em que, entre outras pessoas, Osmar comentava e defendia a prorrogação da ocupação³¹⁸. Enquanto fiz o trabalho de campo na Maré, mesmo passados mais de dois anos de sua morte, o assunto era difícil de ser tratado, especialmente por outras lideranças, que conviveram com ele. Quando se falava desse assunto, era em voz baixa, como se estivesse falando um segredo ou remoendo uma ferida aberta.

Na verdade, o assassinato de Osmar é um marco histórico nas relações entre lideranças e instituições locais e os grupos criminosos armados. As disputas de espaços de poder produziram no passado tipos de relações muito peculiares. Mesmo que os criminosos possuíssem a vantagem de serem um poder armado que almejava uma regulação do espaço de sua atuação, ainda assim, havia, entre os principais comandos que disputavam o controle territorial, respeito pela atuação das principais organizações locais e por suas lideranças. Esta relação, todavia, jamais foi livre de tensões. Mesmo antes da morte de Osmar, havia relatos de intimidações, de desconfianças e de ameaças, mas que eram resolvidas pelo “desenrolô” e não chegavam à prática da violência física. Em alguns momentos, o prestígio das instituições locais foi tão alto que estas chegaram a chamar as lideranças dos comandos criminosos e negociar uma paz entre eles, num dos mais violentos períodos da história da Maré, em termos de confrontos entre os grupos criminosos armados locais. As principais instituições locais

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3632004/>.

eram respeitadas por três motivos: eram vistas como atuando em benefício da favela³¹⁹; eram reconhecidas como um possível caminho de acesso para quem quisesse deixar a vida no crime³²⁰; possuíam programas e projetos que beneficiavam, muitas vezes, os próprios integrantes destes grupos ou seus familiares, como o oferecimento de cursos, balcão de empregos, atendimento jurídico, reforço escolar, atendimento psicológico, pré-vestibular comunitário, encaminhamento para tratamento de dependência química, entre outros.

A entrada de um novo agente nesta tênue rede de relações, um agente portador de uma pretensão totalizante, com um poderio bélico mais poderoso que o dos criminosos, trazendo consigo os símbolos da dominação do estado e da “pacificação” do território, desorganizou esta rede, obrigando todos a um rearranjo relacional, institucional e simbólico. Muitas instituições e lideranças decidiram manter-se afastadas dos militares, por motivos diversos. Algumas por serem críticas à militarização da favela, outras para manterem sua independência e conservarem-se da contaminação da violência do estado (DOUGLAS, 2012), outras, ainda, por não acreditarem na continuidade da “pacificação” e para evitarem represálias futuras. Contudo, num contexto em que se acreditava na continuidade da “pacificação”, onde a adesão ao projeto da cidade dos megaeventos era apresentada como um patriotismo de cidade (VAINER, 2013a) e em que o estado, através de suas diversas agências, emitia o canto da sereia sinalizando com parcerias estratégicas, investimentos e o avanço do bem-estar urbano, recusar aproximar-se poderia significar ser deixado para trás no bonde da história. Nem todos que se aproximaram eram entusiastas da militarização, mas viam naquela situação específica uma oportunidade de angariar capital político, receber investimentos e potencializar suas lideranças e sua organização, além de, claro, beneficiar os moradores, objeto de sua ação social.

Osmar foi um entusiasta e pagou com a vida por ter externado publicamente seu apoio e por ter transposto uma fronteira simbólica, mesmo que esta não fosse, ainda, tão evidente.

³¹⁹ Sempre que surgia a suspeita, mesmo infundada e baseada em boatos, de que alguma liderança destas organizações estaria enriquecendo ou desviando verbas para fins pessoais, elas eram convocadas a prestar contas, sob ameaça. Em entrevistas e conversas, três de meus interlocutores, lideranças locais, contaram-me de situações em que foram ameaçados por criminosos locais. Contudo, foi possível o “desenrolo” e a ameaça jamais se converteu em qualquer tipo de violência física.

³²⁰ Cabe aqui uma observação sobre o caráter destas instituições em função de serem religiosas ou não. No geral, as igrejas evangélicas e suas lideranças possuíam muito prestígio entre os criminosos locais. Parte deles declara-se evangélico ou tem familiares como membros destas igrejas. Entre as lideranças religiosas, algumas eram mais respeitadas do que outras e este respeito estava diretamente relacionado a forma como se comportavam na favela. Paradoxalmente, quanto mais firme era percebida a distância simbólica entre as igrejas e o crime, mais prestígio as lideranças religiosas possuíam. Havia, por isso, algumas lideranças que não gozavam do mesmo prestígio.

Sua morte definiu dramaticamente a fronteira que não poderia ser ultrapassada. Os anos seguintes à Operação São Francisco foram marcados pela memória desta violência. Jamais uma liderança da Maré havia sido assassinada, pelos criminosos locais, por sua atuação. Mesmo após a saída do exército, que obrigou todos a mais um rearranjo, as relações entre lideranças comunitárias e criminosos ficou marcada pelo medo. Este foi o contexto do evento descrito no primeiro capítulo, em todas as sequências de “desenrolo”, para a realização do lançamento de uma campanha contra a violência policial, que os organizadores, onde me incluí, tiveram que fazer para sua “liberação”, com aqueles que foram, possivelmente³²¹, os executores de Osmar.

A morte de Osmar foi, também, um evento determinante na história da Operação São Francisco, por sua brutalidade, pelo seu não esclarecimento e pelo teor da mensagem enviada pelos criminosos locais a todos aqueles que ultrapassassem aquela fronteira.

Em conversa com três oficiais militares, as percepções variaram. O primeiro entendeu sua morte como um erro operacional: *“foi um erro que a gente não poderia ter tido. Deixar um pessoal morrer por proximidade conosco”*. Os outros dois apontaram que ele provocou a própria morte: *“ele queria se mostrar como sendo um representante (...) ele queria, ele queria ganhar votos”* e *“ele queria ganhar votos políticos”*. Um dos generais responsáveis pela Operação, mesmo tendo chegado depois da morte de Osmar comentou o assunto em entrevista conosco³²²:

O do assassinato do líder comunitário, eu só também tomei a notícia quando eu estava designado pra missão... aquilo ali mostra o que... sem dúvida, foi péssimo, né, um líder comunitário ser assassinado durante uma operação daquele porte ali foi extremamente negativo. Tanto que o nosso esforço depois era evitar isso. Eu tinha muito cuidado nas minhas tratativas com as lideranças do local ali pra não induzir a esse pensamento de colaboração. (General Richard Nunes)

Uma destacada liderança local, dois anos após o ocorrido, refletindo sobre o crime fez algumas importantes observações sobre lideranças ameaçadas de morte na Maré.

(...) por exemplo, eu posso falar de um que morreu. Foi ameaçado e morreu. Foi o Osmar, que é talvez mais recente, um presidente de associação, extremamente ativo aqui na Maré, (...) ele, em várias reuniões, eu tenho até gravado ele dizendo que ele tava recebendo ameaças. Entendeu? E ele chegou até a falar isso numa reunião com a polícia, tipo, com a secretaria de segurança. (...) A maneira como ele falava era uma maneira que ele sempre comparava a atuação da polícia com a atuação dos grupos armados, então ele morreu num contexto em que a presidente do Brasil na época, Dilma Rousseff, veio ao exército, ali no CPOR pra, tipo, ela tava em

³²¹ Como a maior parte dos homicídios no estado do Rio de Janeiro (em 2015, ano posterior à morte de Osmar, somente 12% dos homicídios dolosos no estado foram esclarecidos), o de Osmar ficou impune. Entretanto, é consenso entre militares, policiais e moradores que os mandantes e executores eram ligados ao TCP.

campanha e eles fizeram, tipo, um prolongamento da presença do exército aqui, na época. O exército ia ter que sair em novembro e eles postergaram até março, abril, que foi quando saiu. Ela aumentou, então, aquilo pra ela, era uma coisa positiva e ela veio aqui com o governador, com a comitiva. (...) uma cerimônia pra dizer que o exército ia continuar aqui dentro. E, naquele dia, eles fizeram tipo um vídeo, sabe, não sei qual secretaria exatamente, não sei se tá na internet ainda, que era um vídeo do governo federal, divulgando as ações do governo, tipo, porque ela tava em campanha também. E aí, pediram, me pediram pra me entrevistar. Eu falei 'não, não quero fazer entrevista'. Eu sei que você tem que saber como, até onde você pode ir em certas coisas. E aí, ele, na empolgação, porque, pra algumas pessoas, o exército tá aqui é uma coisa positiva, entendeu, ele na empolgação falou, 'não, que é muito bom, o exército tá aqui, finalmente a gente vai se libertar desses traficantes', usando expressões assim, entendeu. Isso foi numa sexta-feira ... esse vídeo começou a circular, tanto que chegou pra mim também. Quando foi na quarta-feira mataram ele.

Então, teve um processo de ameaça? Ele avisou alguma coisa?

Aí ... ele falou, ele avisou. Antes desse episódio que culminou na morte dele, antes ele já vinha, já tinham tido outros episódios. Inclusive, dentro do grupo dos presidentes, alguns falavam isso pra ele, tipo na reunião, tinham brigas porque ele começava a falar dessa maneira, 'você é maluco, você vai morrer, não sei o quê', tipo, entendeu. Em várias reuniões ele falava isso, que ele tinha, que ele tinha sofrido, ele chegou algumas vezes e falou isso, alguém tinha falado, mandado um recado pra ele, e ele falou na secretaria de segurança. (...)

E foi aqui na Maré?

Foi de manhã. Ele foi assassinado, ele tava na associação de moradores, chegou uma pessoa de moto. Timbau, Morro do Timbau. Chegou de moto. 'O Osmar tá aí?', aí alguém foi lá dentro da associação, chamou o Osmar, quando o Osmar saiu na porta da associação deram um tiro nele. Meio-dia! Entendeu? Então, assim, então tem esse lado, pessoas que são ameaçadas pelo ... alguma situação ... e tem as ameaças da polícia. Entendeu?

Alguns pontos deste relato merecem ser destacados.

O primeiro ponto é que Osmar estava sendo ameaçado e tornou isto público. Nesse sentido, não há como saber se ele mesmo, ou aqueles que souberam das ameaças que sofria, a entenderam como uma bravata, ou um processo de intimidação feito pelos criminosos locais³²³. Não se pode medir até que ponto o fato de ser um presidente de associação trouxe a ele ou aos que souberam de sua ameaça algum tipo de segurança, como se a posição em que ocupava fosse, também, uma fronteira que não poderia ser transposta pelos agentes ameaçadores. Talvez antes da ocupação militar e da chegada de um novo agente desorganizador das relações locais, isto fosse verdade. A ameaça, porém, foi cumprida e a publicização do risco não protegeu Osmar. Enquanto os militares se apinhavam pelas ruas da favela, uma liderança local foi assassinada à plena luz do dia. A mensagem era que Osmar

³²³ Em 2017, participei, como pesquisador, de um estudo sobre pessoas ameaçadas de morte na Maré e o papel dos mecanismos comunitários e estatais de proteção. Entre os resultados da pesquisa, descobrimos que, em alguns casos, há ameaças que não se pretendem realizar, que acabam resultando em castigos físicos ou expulsões da favela, com um forte elemento performativo daqueles que ameaçam, para a transmissão de uma mensagem pública para aqueles que os assistem.

transpôs limites e que o exército não conseguiria proteger ninguém que voltasse a ultrapassar fronteiras.

O segundo ponto é que até pessoas próximas, ao mesmo tempo que reconheciam o absurdo da violência que lhe foi cometida, pensavam que ele, de alguma forma, contribuiu para sua própria morte, que falou demais, expôs-se demais, subestimou a força dos grupos criminosos locais e superestimou a do exército, fez um cálculo político equivocados, pagando com a própria vida. Isto pode apontar para uma certa naturalização das relações locais de força, esvaziando todo o caráter absurdo e inaceitável de sua morte. O que leva ao terceiro ponto, que é a exigência de um grau de percepção ou de sensibilidade política das lideranças da favela na forma de lidar com os agentes armados, criminosos ou militares³²⁴. Esta habilidade é percebida como um elemento integrante para a sua atuação e sua sobrevivência, pessoal e institucional. O relato acima entende que a liderança não pode se “empolgar”, como fez Osmar, e deve se resguardar de uma aproximação comprometedoras com os agentes do estado, principalmente os armados.

Muitos moradores, que o conheciam, teceram relatos elogiosos sobre sua pessoa e atuação na Maré.

Não deveria ter acontecido (...) O Osmar era um camarada, assim, altamente querido pela comunidade, pelos moradores, e tinha, assim, um carisma, né, poder de resolução também grande. Ele fazia muita coisa acontecer, tranquilamente. Ele tinha os seus caminhos pra resolver os problemas, as tensões, os conflitos. (...) a questão do Osmar foi ele ter sido visto frequentemente no carro, né, na patrulha. (...) A questão foi que, pelo menos foi o que a gente ouviu, né, que ele tava, que ele tava circulando no local pra instalar a upp. Ele já era sargento, da PM (...).

Este relato reforça a motivação como sendo a proximidade dele com os militares e traz um ponto ignorado por outros: Osmar era militar. Mesmo aposentado, sua posição como ex-policia era de conhecimento público. Não impediu, no passado, que exercesse uma reconhecida liderança comunitária, mas, naquele momento, naquela reconfiguração de relações, isto pode ter sido um problema. Além do mais, o ethos militar que carregava sobressaiu num momento de militarização da favela. Como pode se ver em sua entrevista, pouco antes de ser assassinado, ele carregava as simpatias e visão de mundo típicas de um militar.

Vejamos outro relato.

³²⁴ Cabe observar que essa divisão entre criminosos e militares não é estanque, mas organizacional somente. Agentes militares, sejam da polícia ou do exército, mais acentuadamente da polícia, cometem inúmeros crimes na favela, mas contam com o apoio de parte significativa da sociedade e são, quase sempre, protegidos e acobertados pelas próprias instituições estatais.

*Um cara super do bem, cara, um cara muito do bem. Pô, aquilo ali foi um baque, foi um baque terrível. Inclusive, aquilo dali motivou a ter outras articulações (...) O Osmar, já vinha... o Osmar participou desse primeiro momento. O Osmar participou do momento da invasão inicial, que eu acho que foi o grande problema, foi essa (...) por exemplo, vou te dar um exemplo, tinha a ideia de qual instalação ia usar no morro, por exemplo, aí o Osmar foi, apresentou a associação, andou com general. Caminhou com ele aqui dentro. Eu acho que o Osmar gravou um vídeo, gravou um vídeo dizendo, 'pô, a gente tá na expectativa de vim mesmo a upp e melhorar a vida da população', e era uma expectativa da população, mas você não pode falar. Você não pode falar. Tem um moleque lá, todo dia na minha porta, lá, com radinho. Todo dia. Há três dias atrás eu abro a porta e tá ele deitado na minha porta. Falei: 'Pô, cara. Não quero você aqui não, cara. Quero você aqui não'. 'Mas eu vou ficar. Tenho que ficar aqui'. 'Mas eu num quero'. Aí, ele falou assim, insistiu que ia ficar. O que eu vou fazer? Vou lá no cara e dizer que não quero ele na minha porta? Ele vai pra qual porta? Ele vai pra onde? Então, tem coisa que você não gosta, não quer, mas não pode fazer nada. Fica quieto na tua. Até que, por fim, ele se arrumou em outro lugar. Arrumei outra estratégia pra ele, 'meu irmão, aqui tu nem vê quem vem de lá, pra tu ser otário, olha pra lá, fica ali, tu vê os dois lados'. 'Pô, morador, é verdade'. Mas foi na estratégia. Foi na conversa com ele que eu ganhei ele sair da minha porta. Na cabeça dele, na minha porta ele tava protegido. (...) O Osmar tinha que ter a visão que não dá pra falar. Você não pode falar, e ele falou, ele verbalizou isso em vídeo. Tem vídeo do cara. O vídeo do cara foi pro RJTV. Isso tudo foi somando. Mataram o cara lá dentro da associação. Meio que foi uma morte, aqui, a gente da comunidade sabe que foi uma morte recado. Se a ideia era contra ele, ele some. Simples assim. O cara mata sem vestígio. Sumiu, sumiu, acabou. Como outros já sumiram. A parada era ... mas a ideia não era isso, a ideia era uma morte recado. Quem caminhar com os caras vai morrer. (...) A ideia era mostrar pra todo mundo que não poderia caminhar com os caras. 'Se eu matei o Osmar dentro da associação, mato você onde eu quiser'. Então, meu irmão, todo mundo fico naquela, **não dá pra caminhar, não dá pra caminhar**³²⁵. E aí, por isso, por essa e outras, não teve nenhum acesso de ninguém pros militares. (...) foi uma morte muito ruim, cara, porque o Osmar era um cara do bem pra caramba. Um cara do bem, cem por cento. Uma morte que mexeu muito com a gente. (...) Não permitiu mais nenhum contato. Ninguém mais tinha coragem de chegar e caminhar, e tal. (...) o cara, purão. O cara bom de coração, que ajudava meio mundo. Então, assim, a comunidade sentiu demais. Pra tu ver, a partir da morte do Osmar, ninguém, nem, meu irmão, as portas começaram a fechar mais ainda pro exército. Nego evitava de dar água. Foi um recado bem, foi um recado que foi ouvido. (...) Foi um recado covarde. Se essa cara toma uma trava, acho que ele melhorava. 'Para de falar. Eu vou te matar. Quer morrer? Então, para, pô'. Acabou. Se esse recado chega pra mim, no outro dia eu viro contra o exército. RISOS. (...) Depois do Osmar piorou tudo. Depois do Osmar, era uma coisa antes do Osmar, e outra coisa depois do Osmar. (...) O Osmar foi divisor de águas.*

Além dos elementos comuns a outros relatos, este, de um morador do Timbau, traz outros elementos que nos ajudam a entender melhor o impacto da morte do presidente da associação. Para este morador, também uma liderança local, faltou a Osmar estratégia e diálogo para lidar com os grupos criminosos armados locais. Em muitos casos, é preciso cultivar o silêncio e ter paciência, o que faltou ao presidente da associação. Ou seja, as lideranças precisam adotar, segundo ele, estratégias políticas de cautela e negociação, jamais a de confrontação aberta e pública. “O Osmar tinha que ter a visão que não dá pra falar”. Sua morte foi, então, uma morte recado, com forte teor simbólico, seu sangue foi derramado na

³²⁵ Destaque meu.

associação em que militou por anos. Por isso, “não dá pra caminhar” com os militares. Após o ocorrido, as pessoas, com medo, se fecharam para qualquer relação com a força ocupante. O recado foi escutado.

Hoje, uma escola municipal da Maré traz o seu nome: Escola Municipal Osmar Paiva Camelo.

Imagem 13 - Osmar, pouco antes de ser assassinado.



Fonte: Rio on Watch, 2014

6.2 “Infelizmente, a gente vê que foi por nada”: o assassinato do cabo Michel Augusto Mikami

Imagem 14 - O cabo Mikami



Fonte: Jornal Assuntos Militares, 2014.

³²⁶ Uma das últimas imagens de Osmar antes da sua morte. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12339>

³²⁷ Fotografia do cabo Mikami quando integrou a MINUSTAH. Disponível em: <https://www.assuntosmilitares.jor.br/2014/11/ministro-da-defesa-manifesta-pesar-por.html>

Faltavam somente cinco dias para que a tropa de Campinas voltasse para casa, quando, em 28 de novembro de 2014, o cabo Michel Augusto Mikami, de 21 anos de idade, foi assassinado com um tiro na cabeça, quando fazia um patrulhamento de rotina na Vila do Pinheiro. Mikami já havia atuado na MINUSTAH e em operações de segurança para a copa do mundo, em São Paulo. Sua morte foi sofrida com profunda emoção por seus companheiros de operação³²⁸ e lamentada por todos os moradores com quem conversei sobre o ocorrido. Ele foi o primeiro militar morto em operação desde que o exército passou a ser acionado, em regime de GLO, para atuar nas favelas cariocas. Após a morte de Osmar, a do cabo Mikami, menos de três meses depois, marcou profundamente a história da Operação São Francisco.

Mesmo aqueles que rejeitavam a militarização da favela sentiram a morte do soldado e a reconheceram como um ato injustificável de covardia contra um jovem soldado, que tinha a vida inteira pela frente. Sua morte não trazia aquela carga de ambiguidades que foi atribuída por muitos à morte de Osmar. A explicação era mais simples e foi dada pelo comando. "Ele foi abatido por pura fatalidade. Poderia ter acontecido com qualquer um dos que estavam ali", disse o general João Camilo Pires Campos, então comandante militar do sudeste³²⁹. Parece evidente que o comandante não atribuiria sua morte a um capricho do destino, como sua fala parece apontar, mas tinha dois objetivos específicos. O primeiro era o de apaziguar os ímpetos de revanchismo e vingança por parte dos militares; o segundo era tranquilizar a população da Maré que, acostumada com o terror policial, ainda mais feroz e incontrolável quando um policial era atingido, imaginava que viveria agora dias de guerra. Uma fala comum a todos os moradores com quem conversei foi o medo de que a morte do soldado desencadeasse uma batalha dentro da favela. Vamos aos relatos de moradores e militares sobre o ocorrido.

Começo com o de um morador da Vila do Pinheiro. Ele conta que, na sua percepção, não houve alteração na forma de atuação dos militares. O ritmo periódico de mortes de criminosos continuou inalterado.

Muito pelo contrário, muito pelo contrário. A gente esperava merda mesmo, não teve não, cara. Todo mundo esperava, meu irmão, 'agora vocês vão ver a merda', não teve não. O que eles foram matando, toda semana tinha um, de quinze em quinze dias tinha um morto, é que os moleques tentavam enfrentar um cara, pô, não dá pra enfrentar. (...) Vou te dar um exemplo. Tinha um bandido no morro chamado 'gordinho gostoso'. Moleque novinho, baixinho, gordinho, mas o moleque perturbava. Tipo assim, a fração do exército tava ali, a duzentos metros, ele ficava daqui dançando e apontando, mostrando a arma, xingando os caras. Isso no sábado, o dia

³²⁸ Vídeos de seu enterro estão disponíveis na internet. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=NJpo3qrwHUY> e <https://www.youtube.com/watch?v=yikGLU3XPES>.

³²⁹ <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/11/cabo-morto-no-rj-e-enterrado-com-tributo-de-colegas-da-missao-de-paz.html>

todinho, cara. De manhã, hora do almoço, tá o maluço aqui, desse jeito. Os soldado aqui mirando e ele lá, mexendo em pistola, cantando, fazendo uma arruaça terrível. Tu acha que o cara que tá aqui mirando há uns quarenta minutos, pelo menos, o cara vai errar? Não, cara. (...) (Faz um barulho de tiro). Esse tipo de coisa foram constante. Quinze em quinze dias, tinha um (...) ficava de longe, xingando, xingando. Pum. Tiro na cara. E era assim. O cara vai trocar tiro com os fuzileiro, lá no Conjunto Esperança. De longe, fica trocando, trocando. O cara tá abaixado. O fuzileiro tá abaixado. O cara de longe acertou dois tiro no peito dele. Morreu.

Outro morador, da Vila do João, relatou que houve comoção dos moradores com a morte do soldado e, especialmente depois do evento, as pessoas avisavam os militares. “*cuidado que os meninos tão ali*”. Isto era feito especialmente por pessoas de mais idade. “*Então, houve uma comoção, até mesmo da comunidade, porque foi de uma forma bem covarde, né. (...) Ele tava distraído, né. O tiro veio pelas costas, né. (...) foi na vila do João. (...) então, a população também se comoveu*”. Sua percepção da Operação após a morte do cabo é, todavia, diferente do relato anterior. Não houve o desencadeamento de uma guerra, ou seja, os militares não agiram como a polícia, mas, segundo ele, evitou-se menos o confronto.

Eles não chegaram a fazer o que a PM faz, o BOPE, matou um, a gente vai entrar pra matar dez, mas eles evitaram menos o confronto (...) Em alguns momentos, eles faziam vista grossa, né. Eles viram a pessoa ali, correu, deixa ir embora, a gente tem que fazer nossa patrulha normal, não iam atrás, não faziam perseguição, mas, a partir daquele momento, se eles tivesse oportunidade de dar tiro, eles acabaram partindo pro confronto, evitando menos, mas não foi nada assim que houvesse uma repercussão muito grande, mesmo depois da morte.

A saída da tropa de Campinas poucos dias depois da morte do cabo pode ter contribuído para que os planos de vinganças não prosperassem. Uma semana após o ocorrido, chegou a tropa comandada pelo general Richard Nunes.

Foi difícil. Foi difícil. Eu já deixei isso até registrado aí também, em outros trabalhos, em outras palestras que a gente teve, porque havia um inquérito instaurado pra tentar capturar, né, identificar, capturar, os autores daquela morte porque tudo foi extremamente impactante pro exército, né. Perder um militar, assim, naquelas condições, é ... foi duro. Mas quando eu cheguei, já, a situação tava de um jeito. Bom, não houve prisão em flagrante, né. Não se identificou o criminoso e eu resolvi o seguinte: eu não vou pautar minha operação -claro, eu tava enquadrado-, eu também tenho que ter disciplina. Eu cumpro ordens, mas eu, de certa forma, interajo para que as outras ordens sejam bem interpretadas. Nós entendemos que não valia a pena, naquele momento, sair numa caça aos possíveis criminosos, até porque eles eram a ponta da linha, também. Quem disparou aquela arma é um instrumento, um instrumento de um sistema ... totalmente falido que tem ali. Então, se nós continuássemos a conduzir a operação pautados por essa busca, por essa tentativa de prisão, a operação ia ser um fracasso. Nós invertemos o fato. Não, vamos tratar diferente. Vamos reverter isso aqui. Caso, claro, que o inquérito tava aberto e tinha diligências em curso, mas não fizemos disso a ação principal da operação.

Houve uma cobrança interna por vingança?

Não houve, não houve, isso aí eu digo com toda... nunca fui cobrado por isso. Muito pelo contrário. Quando eu sugeri ao comandante militar do leste, general Modesto, que não gostaria de pautar nossa operação por uma, por essa busca, ele, de imediato, não só entendeu, como daí determinou. Aí passou a ser ordem. Não, faça exatamente

dessa maneira. Continue com foco na missão que foi atribuída. E esse é um dado acessório que você vai ter, obviamente, um encarregado de inquérito e vai fazer as diligências necessárias e fizemos várias, mas difícil, uma situação como aquela, muito difícil elucidação, até porque muito provavelmente o autor some dali... e se não é morto por eles mesmos, até pra evitar queima de arquivo. Nessa hora, muito difícil encontrar. (...)Soldados morrem na guerra. Ali não era uma guerra, mas perdemos um homem também. (General Richard Nunes)

Fica evidenciado na sua fala a necessidade do comando em não permitir que aquela morte se tornasse a pauta principal da operação. Qualquer desvio dos militares, no sentido de uma caçada ao assassino ou de revanchismo, traria péssima repercussão para a missão e atrapalharia, em termos estratégicos, a estabilização e a pacificação do território. O assassino do cabo não foi identificado. Um outro militar com quem conversei me contou que, alguns dias depois do evento, em um grupo de whatsapp composto por militares, circularam imagens de quatro pessoas mortas, que foram identificados, pelos autores do compartilhamento, como os assassinos do cabo. Como não encontrei nenhum outro indício da veracidade dessa informação, arrisco interpretar esta “fake news” como um mecanismo compensatório pela dupla frustração dos militares, tanto pela morte de Mikami integrar as estatísticas dos homicídios não-elucidados³³⁰, como pela orientação do comando para que não houvesse vingança.

Essa seção se encerra num tom inevitavelmente amargo. Em 2018, quando foi decretada a intervenção federal de caráter militar no Estado do Rio de Janeiro, a mãe de Mikami, em entrevista à BBC Brasil, lamentou a decisão do presidente Michel Temer: “Eu vejo que isso é como enxugar gelo. É política. Em 2018 está se repetindo o que aconteceu em 2014, porque era ano de reeleição. Mas infelizmente quem pagou por isso foi o meu filho”. Sua percepção sobre os processos em curso no Rio de Janeiro foi ainda mais dura. E justa. “Meu filho morreu para quê? Se pelo menos o Rio de Janeiro tivesse mudado, a gente poderia falar: 'morreu por uma boa causa'. Mas infelizmente a gente vê que foi por nada. Nada mudou, até piorou.”³³¹

³³⁰ Há um processo que ainda tramita na Justiça Militar acusando seis pessoas pela morte do militar. Cinco delas, até o momento da escrita deste texto, estavam foragidas.

³³¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43204515>

6.3 “Foi o estado que fez isso comigo”: o fuzilamento de Vitor Santiago

Imagem 15 - Vitor Santiago



Fonte: AF Rodrigues/Anistia internacional, 2016.

Encerrei a seção anterior com uma mãe dolorosamente reconhecendo a inutilidade da morte de um filho, por uma causa vazia, um projeto político fracassado. Esta mãe, passados quatro anos da tragédia, ainda lutava por reparação na justiça. Foi também na pessoa de uma mãe³³³ que pude conhecer mais de perto a dor e a luta por reparação de Vitor Santiago, após o carro em que ele estava ter sido fuzilado por militares, durante a vigência da Operação São Francisco.

Embora já soubesse, por ouvir falar, deste evento, foi numa reunião entre lideranças da Maré, militares e outros agentes públicos, realizada no CPOR, no início de 2016, que conheci Irone Santiago, mãe de Vitor. A reunião foi tensa. Corriam muitos rumores³³⁴ sobre uma possível nova ocupação militar ou de um cerco à favela, para a realização dos jogos olímpicos. A experiência da última ocupação, encerrada há menos de um ano, permanecia vívida na memória de todos. Uma voz, contudo, parecia produzir um efeito mais incômodo que as outras. Quando ela falava, o silêncio era total, muitas pessoas olhavam para baixo, outras se entreolhavam, visivelmente constrangidas. E aquela mulher falava, falava, despejava sua dor, uma ferida ainda muito recente. Ninguém ousava interrompê-la. Media suas palavras, tremia a voz, parecia lutar contra o inevitável peso do desequilíbrio emocional, que seria mais

³³² Vitor Santiago e sua mãe, Irone. Fotografia de AF Rodrigues. Disponível em:

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/04/rios-true-colours-police-shootings-in-favelas-olympics/>

³³³ Sobre a centralidade moral e afetiva da figura da mãe, cujos filhos foram vítimas de violência do estado, nas lutas por reparação, ver Vianna e Farias (2011), Vianna (2015), Scabio (2016) e Sanjurjo (2017). Sobre movimentos cívico-religiosos por justiça e paz, onde a figura materna também ocupa papéis importantes, ver Birman e Leite (2004), Leite (2004, 2009a) e Leite e Farias (2009).

³³⁴ Menezes (2014, 2018), nas favelas de Cidade de Deus e Santa Marta, e Miagusko (2016), na Baixada fluminense, construíram admiráveis etnografias dos “rumores” da pacificação.

que justificado, pelo desespero da mutilação de um filho e por sua jornada pela infernal burocracia estatal que enredava todo o caso. Parecia que uma parte dos presentes a julgava como desequilibrada, outros, ao fim da reunião, achavam que ela exagerava no tom. Ninguém ousava interrompê-la enquanto não terminasse sua fala, porque aquilo que reclamava e despejava sobre todos os presentes e, principalmente, sobre os agentes do estado, era terrível, constrangedor e absurdo. Dentre os muitos equívocos da ocupação militar da Maré, o fuzilamento do carro em que estava um grupo de jovens, entre eles o filho de Irone, acabou manchando irremediavelmente a São Francisco. Todas as tentativas dos militares de justificarem o que aconteceu e eximirem-se de responsabilidade, como é padrão típico do comportamento institucional dos militares brasileiros, piorava ainda mais a situação. Justificar o injustificável tornava tudo ainda pior. A exigência daquela mãe, ainda não satisfeita, era o reconhecimento social e estatal daquela violência.

Quando a escutei, pela primeira vez, enquanto ela lutava, como se estivesse cambaleando numa corda bamba de lucidez, segurando a raiva e as lágrimas, não tive a dimensão da batalha pela sobrevivência e por reparação que aquela família tinha sido obrigada a enfrentar. Somente depois de tomar conhecimento de todo o processo que pude avaliar, retroativamente, seu papel naquela reunião e em tantas outras que participei, onde aquela incômoda voz jamais permitia ser calada e sempre irrompia, produzindo o mesmo (necessário) constrangimento. De volta ao dia em que a conheci, dentro de um equipamento militar, numa reunião que discutia a segurança da Maré para os jogos olímpicos, depois de meses do fim da São Francisco e o público reconhecimento do redundante fracasso da pacificação da Maré e do exorbitante desperdício de vidas e dinheiro público, em sua voz embargada e visível luta pelo equilíbrio emocional resistia, na verdade, um dos últimos espaços de pública lucidez daquele espaço, como aquelas mães analisadas por Vianna e Farias (2011, p. 111), “aparecendo nas cenas públicas não como sujeitos individualizados, mas como sujeitos da díade mãe-filho, elas se apresentariam, nesses limites estéticos da “loucura” anunciada por elas mesmas ou atribuída por outros, como corpos sempre incompletos e abertos por causa da perda”. Diante da falta de sentido de se discutir uma nova ocupação militar da Maré, que acabou sendo descartada, e das “novas” soluções para a segurança da urbe, partindo de ideia da favela como sua maior ameaça, aquela voz machucada constrangia tanto porque era, possivelmente, a mais centrada, a mais racional e a mais moderada daquela sala. Hoje, Irone é uma articulada ativista local pelos direitos das vítimas do estado, mas quando a conheci, ainda não dominava aquilo que Vianna e Farias (2011) chamaram de

“processos claros de domínio crescente de códigos de conduta e de elaboração de estratégias para fazer-se ouvir” (p. 87), seguindo as pistas de uma gramática da denúncia, apontada por Boltanski (2000).

Naquele dia, conversamos rapidamente, trocamos contato e combinamos de conversar sobre a situação de seu filho. Tentei, por semanas, encontrá-la, sem sucesso, até que, quando já havia desistido, ela respondeu a uma mensagem que eu havia enviado há muito tempo em uma rede social. Aquilo que imaginei ser a primeira de muitas conversas, tornou-se uma longa conversa que durou quase um dia inteiro, quando ela me contou sua história de vida, desde a infância extremamente pobre nas palafitas da Maré, até o fuzilamento de seu filho e a luta por reparação.

Esta terceira seção do capítulo, um pouco mais extensa que as demais, se construiu através do testemunho de Irone e Vitor Santiago³³⁵, de Adriano, o motorista do carro, e de militares que atuavam na Maré à época. Escolhi, como forma de descrição, ter como linha mestra os relatos diretos dos envolvidos. Procurei obedecer a uma ordem cronológica dos acontecimentos, para fins de organização do pensamento e da análise.

6.3.1 Aquela madrugada no Salsa e Merengue

Em 2015... em 2014, o exército entrou, né. Eu confesso que eu fiquei muito esperançoso. Achei que as coisas pudessem mudar, que as coisas fossem andar bem. Eles vieram com vários ideais, alguns projetos de educação, de cultura pra comunidade e eu achei superinteressante. Eu dava força, eu ...minha filha passava, dava tchau, parava, falava com os soldados, e tal. (...) em fevereiro de 2015, 12 de fevereiro, eu não tava trabalhando. No carnaval, eu iria começar. Fui assistir um jogo, com um amigo (...) de quarta pra quinta, isso. E daí, na volta, a gente entrou aqui pela Linha Amarela, fomos revistados. Revistaram o carro. Esse amigo meu que tava dentro do carro era sargento da aeronáutica. (...) todo mundo foi revistado, com tranquilidade. Mostramos os documentos e não tinha problema algum. Ninguém devia nada. Fomos embora. Quinze minutos depois, dentro de uma outra área da comunidade, no Pinheiros, abriram fogo contra o carro, onde estava eu e mais quatro amigos... e não foi a mesma equipe que havia parado a gente minutos antes. Foi uma outra equipe porque quem mora na Maré sabe como funcionava aqui. A cada trezentos metros existia um grupo de soldados e até que eu cheguei ao ponto de

³³⁵ Vitor descreveu a noite em que foi baleado inúmeras vezes, em entrevistas, em vídeos que circularam na internet, enquanto ainda estava internado, e em eventos públicos. Os relatos que usarei como linha mestra são baseados em seu testemunho em um evento público que participei, numa organização da Maré, e em algumas entrevistas que deu e estão publicamente disponibilizadas na internet. Li, praticamente, todas as suas entrevistas e assisti a todos os vídeos disponíveis em que descreve toda a situação, desde a mais antiga, pouco depois do incidente, até suas reflexões mais recentes, passados mais de três anos.

passar numa rua inteira, numa reta, e ser parado três vezes, por equipes diferentes. E quinze minutos depois que a gente, que todo mundo tinha sido revistado, não haviam encontrado nada, eles abriram fogo contra o carro, assim, sem sinalização. Não havia sinalização alguma. Muita gente me pergunta porque que a gente não parou o carro. Se não vimos, se não tinha sinalização, se não tinha qualquer tipo de aviso. Não, não tinha. Não tinha cone, não tinha carro, não tinha soldado, não tinha aviso algum de stop. Não tinha nada. Eu tenho 31 anos de idade, sei muito bem como me comportar dentro de uma comunidade onde eu nasci e sou criado. Antes deles entrarem aqui, eu sabia como me comportar, como fazer, como andar. Andava por tudo quanto é lugar aqui dentro. Não tinha problema com ninguém, nunca tive problema com tráfico, poder paralelo, ou ... nunca fui conivente e a gente tava andando normal, com vidro aberto, luz acesa. Eles, simplesmente, a esmo, escolheram um carro, abriram fogo e pronto. Eu levei um tiro no lado direito, no tórax, aqui atrás, na costela, onde ele atravessou meu pulmão, ele pegou na minha coluna. Os estilhaços do projétil invadiram a (...) medular. Eu fique cadeirante. Sou paraplégico. E o segundo tiro, eu ainda tava dentro do carro, o segundo tiro pegou no meu fêmur direito, na minha perna direita, (...) pegou na minha esquerda, (...) foi o que interrompeu o fluxo sanguíneo (...), eu precisei amputar. Dali pra frente, foram noventa e oito dias de batalha pra sobreviver. (Vitor Santiago)

O grupo que nos atacou não foi o mesmo que tinha revistado a gente antes. Estávamos passando em uma rua normal e movimentada, mesmo para o horário. Imagina uma rua de comunidade em época de carnaval, um monte de gente na rua, não era rua de boca, nem nada assim, inclusive tem uma creche nessa rua. Isso foi em frente a uma creche. Não havia qualquer sinalização. Uma coisa que eu deixo claro é que tenho 30 anos de idade, sou nascido e criado na comunidade, então eu sei como entrar, como sair e como me comportar lá. Se eu vejo o batalhão I³³⁶, se vejo soldado parando as pessoas, não sou idiota, eu me comporto. A gente estava com o vidro baixo, luz de dentro do carro acesa e rádio desligado – como manda o protocolo para andar na comunidade (Vitor Santiago)

O meu filho entrou, o meu filho saiu, numa terça-feira, eu me lembro. O meu filho saiu todo bonitinho, arrumadinho. E Vitor é um rapaz conhecido por todo mundo. Ele vem aqui, ele vai em todos os lugares, porque ele é músico. O Vitor trabalhava nessa empresa de prótese cirúrgica, tava fazendo um curso no senac, de técnico em segurança do trabalho. Ele já tinha até arranjado um estágio na Odebrecht, quando tudo isso aconteceu. Não sei se você sabe, o CEASM, no morro, houve uma época em que tinha um corpo de dança. (...) Vitor participou do corpo de dança da Maré. (...) Ele foi fazer pré-vestibular. Era uma juventude livre, uma juventude sadia, saudável, né. (...)

Perguntei o que aconteceu naquele dia.

O Vitor saiu de casa. Eu tava até deitada como minha neta e, uma coisa assim muito impressionante, eu faço aniversário em janeiro. Em janeiro, no dia 22 de janeiro, eu tinha completado cinquenta anos e o meu sonho era fazer uma festa e, depois dessa festa, viajar com meu marido, coisa que a gente nunca tinha feito. Assim, não vamos dizer uma lua-de-mel, depois de tantos anos, né. Nós iríamos pra Minas. Mas eu queria fazer essa festa, mas ao mesmo tempo, eu sentia uma angústia muito grande, sabe assim aquela coisa te consumindo. Era muito estranho o que eu sentia e eu fiz meu aniversário no dia 22 de janeiro, e eu decidi fazer meu aniversário no dia primeiro de fevereiro. Eu tenho...se você quiser até eu te mostro. Foi filmado. Fotografia. Eu e os meus filhos dançando. No dia primeiro de fevereiro. Quando foi no dia doze, no dia onze, o Vitor saiu de casa, eu tava deitada com a minha neta, aí ele brincou com ela, né, e eles combinaram. Ele falou assim: 'Oh, papai vai sair'. E ela tinha dois anos e pouquinho, mas ela era muito inteligente, muito esperta. 'Amanhã o papai vai levar você pra praia'. Aí tá, ele saiu, porque também o amigo

³³⁶ Entrevista ao Correio da Cidadania, em 28.08.2016, disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/72-artigos/imagens-rolantes/11945-vitor-santiago-foi-o-estado-que-fez-isso-comigo>

dele, o Pablo, ele é sargento da aeronáutica, né. E ele tinha vindo pro Rio, de férias, que ele serve lá no Amazonas, né, em Manaus. Manaus, né? E ele veio pro Rio e tinha combinado com o Vitor, deles saírem pra assistir o jogo do Flamengo. Isso era uma quarta-feira. É. Uma quarta-feira, dia onze, então eles combinaram de assistir o jogo e assistiram o jogo dentro da comunidade e saíram. Encontraram os outros amigos, né, que até parente do Pablo, que é sargento da aeronáutica, e foram pra Bonsucesso, e voltaram, né. Voltaram, entraram pela Vila do João. (...) Eram cinco. O Adriano, o motorista, o Pablo, na frente, que é o sargento da Aeronáutica, e atrás tavam os três. Tava Vitor, tava Jeferson, e tava o Alan. E... você sabe que quando vem da linha amarela tu entra na Vila do João, né? (...) Então, ali tinha a primeira barreira. Eles foram parados. (...) Isso era mais ou menos umas duas horas da manhã. E ali foram parados, revistados e prosseguiram. Cara, de doze a quinze minutos depois, porque você sabe que a Maré é dividida por dezesseis comunidades, né. Então, pra ir pro Pinheiro, tem a Vila do João, tem os apartamentos, né, que eu nem sei o nome, é o conjunto Bento Ribeiro Dantas, tem a Salsa e Merengue, e tem umas outras casas que eles fizeram, que eu esqueci o nome. Aí, eles foram pela Salsa e Merengue e quando eles desceram, que eles queriam parar no Chapolim. Chapolim é um cara que tem lá, que ele tem um restaurante, e eles queriam beber. Só que nesse dia, por incrível que pareça, era véspera de carnaval e já era de madrugada, já era quarta, né. Saíram na terça, já era quarta, dia doze. Quando eles passaram no Chapolim, tava fechado, aí deram a volta. Aí, tem uma creche e tem um tal que o pessoal fala que é um aquário, mas é uma piscina, né, uma piscina lá dentro, grandona. Quando eles passaram ali os soldados alvejaram o carro. Eles tavam tudo deitado no chão. Inclusive, tem uma moça que mora lá ... ela... porque, assim, eu busquei muito, sabe, por pessoas que quisesse falar, que a comunidade, ela procura não querer relatar, né. Tem medo. E essa moça, a Lila, ela foi a única que aceitou falar. Inclusive, ela até deu uma entrevista pra Lena Azevedo, que fez uma matéria pra revista "Caros Amigos", contando. A Lena entrevistou ela. Entrevistou também a Fabíola, que a mãe dela foi morta na rua Dois, né, com um tiro na cabeça, dentro de casa. (...) pelo que tudo indica foi o exército, pela posição que eles tavam, e a bala veio. Eles tavam trocando tiros com os bandido, só que a bala, a filha dela diz, partiu deles, né, pelo ângulo, né, de onde eles estavam. E, de doze a quinze minutos, eles alvejaram o carro. Eles deram várias versões. A primeira versão, que eles trocaram tiro com o soldado, mas eles não conseguiram sustentar. (...) o que eu soube foi que os meninos trocaram tiros com eles, mas como que eles trocaram tiro se eles tinham passado por uma revista? E tu sabe que uma comunidade é próxima a outra. (...) como que uma pessoa troca tiro se os tiros... se eu te mostrar no meu celular tu nem acredita. O tiro veio de trás e pela lateral. Eles tavam deitados no chão. Essa moça me contou, tem esse caminhão ainda lá parado, que eles tavam escondidos atrás do caminhão e estavam deitados no chão. Por que? Eu não sei. E por que que o carro foi justamente esse carro sorteado pra eles darem tiro? É essa a resposta que eu quero, sabe. Por que? Se todo mundo anda de carro dentro da comunidade. Aí, depois eles alegam, a versão que eles sustentam agora, é que o motorista, que eles tavam embriagados, que eles fizeram checkpoint. Checkpoint é uma sinalização de parada, que foi desmentida pelo próprio sargento, porque ele falou assim: 'eu, como militar', quando nós fomos no programa do Wagner Monte, ele falou: 'eu, como militar, eu sei como é que é o procedimento do checkpoint, e não houve um checkpoint. Nós vinhamos com o carro...'. Eles falaram que eles tavam correndo, vinha em alta velocidade. Gente, todo mundo sabe, todo mundo que mora aqui dentro, mora dentro de uma favela, você sabe que você não pode entrar correndo, você não pode entrar com os vidros fechado, você não pode entrar sem a luz do salão do carro ligada. Todo mundo sabe como é que o proceder da favela. Então, por que que eles vieram? 'Ah, porque o motorista tentou atropelar'. Se o motorista tivesse tentado atropelar o soldado, eles não dariam o tiro de frente? Eles dariam o tiro pelas costas e pela lateral? Pensa você. Com certeza que não. Eles deram... eu vou te amostrar as fotos. (...) que tipo de segurança é essa que tua atira primeiro pra depois tu saber quem é? Pra saber se era bandido ou não? Aí, diz que a pessoa é bandida. Sabe o que é pior? O pior é tu ter que provar, tá, que o teu filho não era bandido. Eles criminalizam, eles atiram, eles matam, atiram, ainda criminalizam o seu filho. E tu tem que provar. O que mais dói pra gente é ter que provar que teu filho não era um bandido. (...) Eles botaram, o meu filho, ele conta

(...). O motorista levou um tiro de raspão no braço. Só o Vitor foi atingido gravemente, porque o Vitor estava no carona (...) atrás. Justamente onde o meu filho estava. (...) A primeira bala, ele disse que ele sentiu quando levou o primeiro tiro. Foi como se um sino começasse a tocar. Se você pegar, se você ver a entrevista dele, você vai ver ele contando a própria história. E ele disse que, daí, ele já não sentiu mais o corpo. E o carro parou assim... e, quando o carro parou assim, tava todo fuzilado, né. Eles vieram, veio o tanque, veio tudo e xingavam muito, xingavam os moradores. Eu tenho pessoas que falam, mas assim, falam pra mim, mas não querem falar publicamente, né, que eles xingavam muito. Chamavam as pessoas de filha da puta, tudo quanto era palavrão. 'Seus filhos das puta...entra, porra! Entra, porra!'. Xingando. E falando com eles: 'sai, porra! Sai, pô! Sai, seus filhas da puta!'. E falando muito palavrão, era muito palavrão que eles falavam. E os meninos saíram do carro, quem tava conseguiu, saiu do carro, só que Vitor não conseguiu e o sargento, ele dizia assim: 'cara, tem gente ferido dentro do carro. Meu amigo tá baleado. Ele está ferido'. 'Deita, porra deita!'. Batendo nos meninos, dando coronhada... e Vitor não conseguia sair. Foi quando Pablo conseguiu tirar a carteira dele de militar e jogar. 'Eu sou sargento da aeronáutica, porra!', e jogou a carteira. Foi que eles viram a merda que eles tinham feito. (...) quem tava dirigindo era o Adriano. (...) e mostrou, foi quando eles viram. E tinha polícia militar no meio, né. Segundo falam, eu não sei. Não sei. O meu filho também não fala porque meu filho também, ele ficou muito mal, e dizem que Vitor saiu do carro. Como, a gente não sabe. Como, a gente não sabe. Eu pergunto, mas os meninos também, eles falam: 'a gente não tinha como ver, dona Irone, porque a gente tava deitado no chão. Eles tavam batendo na gente. Eles chutavam, davam coronhada'. O Vitor tem uma marca na cabeça, aqui, que eu acho que aquilo foi uma coronhada que meu filho levou, porque ali não nasce mais cabelo. E ficou, o tempo que ele ficou no hospital, ficou uma, assim, uma ferida. A gente colocava uma touca, fazia o curativo, né, até pra ele não pegar uma bactéria, porque foi um tempo bem difícil, o tempo do hospital. E quando Pablo jogou a carteira, eles viram que, realmente, Pablo era um sargento e o Pablo falou: 'eu posso dar voz de prisão pra vocês'. Ele, como um militar graduado, poderia, né? Dar voz de prisão pros soldados. E foi quando apareceu um médico, um médico militar, e o Vitor me disse que lembra. Ele fala que, assim, ele lembra de flashes, né. Ele acordava e apagava. E diz que eles botaram a luz, né, no olho dele. Botaram ele num tanque de guerra, e o Adriano, e ele falou que, ele sabe que ele tava num tanque porque quando ele passava nos lugares onde tinha o poste de luz, aí fazia aquele clarão. Aí, ele via o soldado em pé e ele sentia aquele cheiro muito forte de diesel, por isso que ele sabia que ele tava dentro dum tanque, porque toda vez que passava, fazia aquele reflexo de luz, e o soldado com uma arma, né. Era uma arma, né, (...) uma arma de grande calibre. Eles só usavam isso, né. E levaram Vitor e o Adriano pro UPA, e os outros meninos, levaram pro quartel, pro CPOR, e lá dentro, eles ficaram presos em containers. Cada um ficou em um container. Ainda fizeram uma tortura psicológica nesses menino, porque, a meu ver, foi isso. Além de uma tentativa de assassinato, que isso foi uma tentativa de assassinato, ainda pegaram os três meninos e colocaram até o próprio sargento, colocaram cada um dentro de um container, porque dentro do CPOR, quando eles tavam aí, eles tinham vários container, e cada um ficou dentro de um. Um calor miserável, que eles contam, sem beber água. Pedindo água. E eles não tavam nem aí. Aí Vitor foi levado pro UPA³³⁷.

Os militares descreveram aquela noite fatídica de forma diferente.

A avaliação, eu acho que foi um ... como é que eu posso dizer? ...um incidente. A tropa, se eu me lembro, parece que o pelotão havia trocado tiro no salsa e merengue e estavam descendo e tinham feito um autorário. Q que é um autorário, na linguagem militar? A tropa fez uma parada e quando a tropa fez a parada, nesse momento, veio, acho que era um gol, não lembro bem que carro era, viu um carro com cinco integrantes, e dentro dele estava o Vitor. Alguns da mesma família e aí a tropa pediu para eles pararem e eles não pararam. Avançaram em cima da tropa, aí foi a tropa...os primeiros tiros foram de (...) bala de borracha e, uma vez que eles não

³³⁷ Unidade de Pronto Atendimento.

pararam, veio um ... tiro, tiro real. (...) foi só no Vitor? (...) foi muito ruim. (...) Assim, foi uma tragédia. Aquela situação em que você tá na hora e lugar no momento errado porque a tropa tava descendo. Era três horas da manhã, parece, três horas da manhã, tava descendo, fez esse autorário, já havia recebido tiros lá em cima e eles estavam querendo subir pra salsa e merengue pra se divertir. Três horas da manhã, se divertir, era o que eles queriam. Foi um incidente desastroso. (Oficial do exército, um dos que acompanharam o caso)

Houve um episódio na minha tropa lá, que foi um confronto mais sério, que vitimou um inocente: o Vitor Santiago. Que não teve nenhum evento da nossa tropa que tivesse produzido vítima. Esse negócio de bala perdida não existe. Eu sou contra essa expressão. Não existe bala perdida. Existe tiro mal dado. Bala perdida é próprio de quem não sabe atirar e atira a esmo. Quem cumpre as regras direitinho não tem bala perdida. Dispara e ... o que aconteceu ali foi uma, uma... qual foi o infortúnio? Aquele veículo entrou numa madrugada em que já estávamos em confronto ali naquela região do salsa e merengue. E eles, também estavam alcoolizados, estavam voltando de um jogo de futebol, tavam alcoolizados e não perceberam a situação. Na verdade, é que eles não perceberam. E aí, como houve a interpretação de uma ameaça à integridade da tropa, um cabo disparou nesse carro e causou essa, esse ferimento gravíssimo no Vitor Santiago. Aquilo pra nós foi um baque. Realmente, foi sofrido aquilo ali. Nós buscamos a família. Tentamos prestar todo o apoio. E aí, eu percebi que o noticiário que saía, principalmente (...) botava muito mais, apagava incêndio com gasolina, a verdade era essa. Ao invés de buscar o diálogo, tentar entender o que aconteceu. Aí eu me antecipei e preferi fazer ao contrário. Marquei naquela tarde com todos os líderes para explicar, do nosso ponto de vista, o que havia acontecido. E foi uma reunião muito transparente também. Nós dissemos passo-a-passo o que havia acontecido. Me questionaram porque eu havia determinado, eu não né, a justiça militar ali ... claro, eu interfeiri no momento em que eu comuniquei o fato como crime né. A prisão do próprio motorista. Não tinha o que fazer. Eu tava diante de um quadro que, juridicamente, eu não tinha o que fazer. 'Ah, por que que então não fez o inquérito em cima do cabo?'. Por que não precisa. O cabo disse que disparou tantos tiros. Tá aqui. A juridicidade do fato tá clara. A interpretação que vai ser dada é que não cabe a mim. Eu sou agente ali executor. Não cabe a mim ali julgar nada. (...) O Vitor Santiago é comigo. Pra mim, foi lamentável. Foi na última semana da nossa tropa lá, presente, na semana que antecedia o carnaval. Nós já tínhamos tomado tantos cuidados. Nós já tínhamos evitado ano novo. Todos os cuidados haviam sido tomados. Infelizmente, naquele momento ali, não tem explicação. Eu acho que, no meio de uma madrugada em que nossa tropa tinha acabado de ser alvejada e estava numa posição de revide à agressão que havia sofrido, tentar entender o que tá acontecendo pra poder engajar aquilo ali e depois sair com segurança, aquele automóvel entrar. Então, eu lamento muitíssimo. Disse isso lá no momento em que aconteceu, expliquei esse caso a todos, foi... sempre causa um, algum tipo de desgaste, não há dúvida. Arranhão é, lógico que é. Não tem como dizer que não é. É uma coisa lamentável, a gente... o quê que vai dizer pra mãe dele? Pra ele? O cara tem uma filhinha. Tinha uma filhinha de dois anos. E a gente vê que é gente boa, né ... depois, quando a gente começa a se dar conta da situação, a gente vê que jamais... é que o Vitor Santiago é uma figura, pô, respeitável, um cara bacana, então foi muito triste aquilo ali. O cabo que se envolveu nesse episódio, que atirou, sofreu muito com isso também. Depois, ele percebeu que...será que poderia ter sido diferente? Poderia. A tranquilidade que eu dava pra ele é a seguinte: você, naquele momento, aplicou o conceito, o princípio da legítima defesa em relação a dois companheiros teus que tavam de costas ali, que poderiam ser atropelados, né... pra tentar... mas é lamentável que aconteça uma coisa como essa. Realmente, é a minha memória triste da Maré, é a situação do Vitor Santiago. (General Richard Nunes)

Não tenho e não posso ter como objetivo deste texto reconstituir o que de fato aconteceu naquela madrugada. Minha escolha moral e política é contar esta história a partir do ponto de vista das vozes que a vivenciaram. Nenhum dos militares que entrevistei estiveram

presentes no incidente, mas tiveram que lidar com suas consequências. Assim como Irone, mãe de Vitor. Então, a voz que priorizo é a de Vitor. Surge um problema. O que fazer com a versão oficial? Esta não foi uma decisão simples de tomar. Em linhas gerais, as vítimas contaram que, após terem sido abordadas e revistadas em uma rua próxima, seguiram com o farol baixo, as luzes interiores do carro acesas e os vidros abertos, como é de praxe andar de carro dentro da favela, e, sem qualquer aviso ou, ao menos, sem qualquer visível ou audível sinalização anterior, tiveram seu carro alvejado por tiros de fuzil. Os militares confirmaram a abordagem anterior ao veículo, feita por um outro grupo de soldados, disseram que estiveram numa situação anterior de confronto no Salsa e Merengue, e se mantiveram em posição estratégica de combate, quando um carro em alta velocidade não obedeceu a sinalização de parar, sendo avisado com balas de borracha para que parasse, como não parou e pareceu ameaçar de atropelamento um soldado, foi alvejado com tiros de fuzil e obrigado, assim, a parar. Diante disso, farei algumas observações sobre o incidente.

-Evidentemente, cada versão constrói o relato a partir de seu ponto de vista. A versão dos rapazes que estavam no carro se completou para constituir uma narrativa comum, compartilhada por Vitor, que, por causa dos tiros, passou a maior parte do ocorrido inconsciente. Nesta narrativa, eles foram vítimas de um ataque surpresa dos militares e só tomaram consciência do que estava acontecendo quando o carro foi fuzilado. Usaram em sua defesa o fato de que eram moradores e sabiam como se portar ao andar de carro na favela, ou seja, dominavam a etiqueta da circulação local. Na versão militar, os militares envolvidos e o cabo que atirou teriam agido em plena conformidade com as regras de engajamento e a doutrina militar. Primeiro, alertaram, depois deram tiros de borracha, até que enfim atiraram de fuzil no carro, que já se constituía como uma ameaça à vida dos soldados ali presentes. O grande problema quando as duas versões são confrontadas é que não houve testemunhas além dos envolvidos e as vítimas foram ou presas ou levadas ao hospital. Vitor, quase morto, e o motorista, Adriano, com um ferimento de tiro no braço, liberado pelo hospital e, logo, preso. Qualquer tentativa de criminalização das vítimas, como é de praxe em operação nas favelas cariocas, seria extremamente problemática, mas foi feita. Nenhum dos cinco tinha antecedentes criminais, envolvimento com o crime e um deles era militar, de uma patente superior ao grupo que atirou. Não tinham, claro, armas nem drogas, nem bebidas alcoólicas, no carro. O fato de estarem alcoolizados ou não, torna-se secundário, já que não foi feito nenhum exame no motorista. A palavra do general,

endossando a versão dos soldados, foi uma escolha institucional, porque ele acolheu o relato dos militares envolvidos como verdadeiro, o que não traz nenhuma surpresa, em se tratando de uma operação militar. A versão dos agentes do estado é convertida imediatamente na versão oficial, endossada pela autoridade militar máxima. A ausência de testemunhas habilitadas contribuiu muito para isso. A possibilidade de que aquilo tenha sido um erro operacional, uma decisão equivocada, uma precipitação do militar que atirou, confundindo o carro com carro de criminosos que há pouco os atacavam, jamais foi ventilada. Os relatos oficiais insistiram, por isso, no erro dos integrantes do veículo, mais especificamente do motorista. “Eles não ouviram”, “eles não obedeceram”, “eles estavam alcoolizados”, “eles avançaram em cima da tropa”. Quando aquele carro se converte numa ameaça, a ação do cabo que atirou parece justificada e esta versão precisou ser levada até as últimas consequências, resultando inclusive na prisão do motorista, por desobediência. Adriano passou um dia preso em Gericinó e foi processado na justiça militar.

-Algumas dificuldades com a versão militar surgem. Os tiros no carro foram na lateral e por trás, na direção das pessoas que ocupavam o veículo. Atirar de fuzil num veículo ocupado, na direção das pessoas, só pode ter a intenção de matá-las. Não houve disparos nas rodas ou numa direção que oferecesse uma minimização de riscos às pessoas. Os disparos tiveram a intenção de matar, mesmo sem saber exatamente quem estava naquele carro. Parece plausível supor que o cabo entendeu que eram criminosos, provavelmente aqueles que atiraram neles pouco antes, e atirou por vingança. Queria matá-los. A brutalidade da abordagem, quando o carro parou, ignorada na versão militar, confirma a suspeita.

-Os tiros de armamento não letal, balas de borracha, teriam sido disparados, como mandam as regras operacionais. Contudo, não foram encontradas balas de borracha na cena do crime. Por que aquele carro não teria parado após a sinalização e receber tiros de aviso? Para completar, o carro atingido desapareceu³³⁸. A defesa dos integrantes do veículo não teve acesso a segunda mais importante prova material do incidente, já que a primeira era o corpo amputado de Vitor.

-A própria memória do general, sua “memória triste”, parece revelar um interessante paradoxo. Sendo decente e humano solidarizar-se com a situação de Vitor, vítima de

³³⁸ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/baleados-na-mare.htm>

uma ação que quase o matou, deixando-o com sequelas gravíssimas, e ainda ter que, como comandante, responsável também pelo cuidado e bem-estar da tropa, o pastor de um rebanho³³⁹, não permitir a execração de um comandado, decidir acreditar na sua palavra, mesmo que por vezes frágil e contraditória, crer nas suas boas intenções de proteger seus companheiros e impedir que esta ação, pelo menos na versão militar, em tese, doutrinariamente correta, arruinasse sua vida e carreira. Em suma, controlar o evento para que se circunscrevesse ao âmbito corporativo, que fosse tratado pela justiça militar, nem que para isso se tivesse que desacreditar das vítimas e ignorar uma investigação mais profunda, especialmente a partir das provas materiais. Em seu relato, o general defende o cabo e sua decisão de atirar no veículo, ressalta que o militar foi obrigado a fazê-lo pela conduta desobediente de um punhado de jovens bêbados que pôs a vida dos soldados em risco, mas, ao mesmo tempo, chama a situação resultante de “*um baque*”, “*infortúnio*”, “*lamentável*”, “*não tem explicação*”, “*poderia ter sido diferente? Poderia*” e Vitor de uma “*vítima*” e “*inocente*”. Diante da memória das dores dos outros -Vitor e sua família, e até mesmo a dor do cabo que, segundo o general, sofreu muito, o que é perfeitamente plausível- o experiente militar hesita nas palavras. Titubeia pela impossibilidade da linguagem de, numa situação tão absurda, inocentar vítima e algoz. Os rapazes que estavam no veículo, segundo o general, estavam alcoolizados e, embora não o diga, sua ênfase nesta questão, repetindo que “*eles, também estavam alcoolizados, estavam voltando de um jogo de futebol, tavam alcoolizados e não perceberam a situação. Na verdade, é que eles não perceberam*”, é que havia uma falta moral nisso tudo. O abuso do álcool, por fim, justificaria o fato de não terem percebido, nem a sinalização, nem as balas de borracha. Contudo, a falta maior foi a do motorista. O general diz que comunicou a situação como crime, não do militar que atirou, mas do motorista que não obedeceu, o que acarretou na sua prisão e no processo militar. Este, ao que parece, para o general, não era nem “*vítima*”, nem “*inocente*” como Vitor. Mas, se todo o incidente foi uma correta ação militar, por que foi um infortúnio? Por que poderia ter sido diferente? “*Infortúnio*” traz a ideia de destino, de má sorte, de algo incontrollável, não intencional, algo que “*não tem explicação*”. Como explicar, então, o inexplicável e o infortúnio? Afinal, foi a correta reação militar, um golpe do destino ou uma decisão militar que poderia ter sido diferente daquela de atirar de fuzil no veículo, na direção das pessoas?

³³⁹ No próximo capítulo, analisarei a questão da gestão pastoral.

Ao forçar uma interpretação militarizada do evento, diante da dor dos outros, e ao ter que lidar com sua “memória triste”, o general arranha sua própria versão, a oficial, como se, talvez em parte de forma inconsciente, estivesse se desculpando, ou desculpando a instituição, pela atrocidade que foi cometida com aqueles rapazes, especialmente com Vitor.

-Por fim, neste caso específico, mesmo dando voz aos algozes, para que eles possam expor suas razões, tomando o cuidado de, como apontou Primo Levi (2016), reconhecer que “eram feitos de nossa mesma matéria, eram seres humanos médios, medianamente inteligentes, medianamente maus: salvo exceções, não eram monstros, tinham nossa face, mas foram mal-educados” (ibid., p. 166), faço, nesta análise e em todo o meu trabalho uma escolha pelas vítimas. Adoto, assim, aquilo que Wilkinson e Kleinman (2016) chamaram de “imaginário social humanitário” ou, talvez, mais precisamente, uma imaginação sociológica humanista.

6.3.2 “Sete por cento de vida e uma porrada atrás da outra”: a luta pela sobrevivência e os dias no hospital.

Eu cheguei no hospital com sete por cento de vida e uma porrada atrás da outra, né. Acordei sete dias depois, do coma, e acordei, sabia que tava vivo. (...) a primeira porrada foi dar comando pro corpo e não responder. Mesmo dia, eu lembro que o médico veio falar comigo, perguntando se eu sabia da minha situação, o quê que tinha acontecido comigo, e só então, no hospital, com o médico conversando comigo que eu soube que eu tinha levado um tiro na perna e que precisava amputar. Então, foi aquilo. Você dá comando e não funciona (...), o médico olha pra você, fala pra você que você precisa amputar sua perna. Tá bom. Eu tava vivo. Eu tava bem. Tinha minha mãe, tinha minha família, tinha pessoas torcendo por mim. E daí, foi aquele processo, fisioterapia respiratória, porque eu havia levado um tiro no pulmão. Eu fiz hemodiálise. Passei por muitos processos. (Vitor Santiago)

O nosso amigo sargento da aeronáutica teve que falar com um amigo policial da UPP para ir ao hospital. (...) Se não fosse por isso, Vitor provavelmente teria morrido na maca. (Adriano Bezerra, motorista do veículo fuzilado)³⁴⁰

Lá no UPA, ele chegou muito mal. Eu tenho uma conhecida que ela mora aqui na Nova Holanda. Ela disse que no momento que Vitor chegou, tinha uma amiga dela que tava lá e, diz que o soldado ficou tão desesperado que ele botou o fuzil num canto, diz que ele botava a mão na cabeça, assim ó, desesperado. Aí levaram meu filho, né, e lá dentro, o médico depois, né, ele conta que o Vitor morreu. Tinha parado

³⁴⁰ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/baleados-na-mare.htm>

né. E ele virou as costa, que depois nós fomos lá, ele virou as costa pra poder, com certeza atestar a morte, né. Foi quando o Vitor voltou. Ele falou assim: 'mãe', depois né, ele começou a contar pra mim no hospital, 'mãe, eu tava morrendo ... é como se eu tivesse uma coisa assim engraçada, né. É como se eu tivesse ... caindo numa areia movediça'. Esses filmes, né, que a pessoa vai afundando. Aí ele falou que ele afundou. Ele tava afundando. O corpo todo dele já tinha ido, só tinha só isso aqui. Por isso que eu acredito muito, eu acredito muito em deus, sabe. Muito mesmo. Não tem como não acreditar. Aí ele disse que uma mão com uma roupa branca segurou a mão dele e puxou ele (chora) e o médico fala que tomou um susto muito grande, que o Vitor voltou, do nada, assim. (faz um barulho forte de respiração). Assim, entendeu? E o médico virou, olhou, aí correu, levaram ele por Getúlio Vargas e lá meu filho ficou noventa e oito dias e esse período que meu filho ficou lá eu não deixei o meu filho um segundo. Mesmo quando meu filho tava no cti. Eu só podia entrar nas horas da visita, mas eu sempre dava um jeito, sempre. Eu não sei. Eu não sei... e quando eu via aqueles homens chegando num, tipo um micro-ônibus branco, com vários militares, emburacando no hospital, eu corria muito, eu corria muito e ia pra cima deles: 'o que é que vocês querem aqui? O que é que vocês querem aqui?'. 'Calma'. Tinha um pastor na época. (...) ele falava sempre comigo. Primeiro, antes que eu me esqueça, eles mandaram, eu fiquei no hospital, eu tava dormindo, essa parte eu comecei a falar e não terminei, quando o telefone tocou. Era o amigo do meu filho, dizendo que..., não, foi o meu filho, dizendo que o Vitor tinha sido baleado, só que a ligação caiu. Aí depois ligou o amigo dele, o Douglas e falou assim: 'tia'. Eu falei: 'fala', a gente chamava ele de frango. 'Fala, frango, o que foi?'. Daí, ele falou assim: 'tia, sou eu, frango, o Douglas'. Aí, eu falei: 'o que é que foi, Douglas? Fala'. 'Tia, vem pro hospital. O Vitor foi baleado'. Só que aí, quando eu recebi essa notícia, eu confesso que eu não fiquei abalada. Eu fiquei perdida porque... levar um tiro ... eu não achei que fosse assim uma coisa grave porque a gente mora numa cidade tão violenta, né. E, quando ele falou assim, 'o Vitor levou um tiro', eu não imaginei o que tinha acontecido...o quê que, sabe, como foi, e o que isso ia gerar, porque tudo aconteceu assim, eh, passo a passo. Entendeu? E, eu não sei, eu liguei pra mãe da minha neta e ela começou a passar mal e eu pedi que ela fosse buscar a menina, que Vitor tinha sido baleado e que eu precisava ir pro hospital. Aí liguei pra uma amiga minha, que a comadre dela tem carro e pedi que me levasse, porque eu não conseguia raciocinar e, ao mesmo tempo, também, eu não tinha aquela preocupação porque eu não achava que fosse nada muito grave. Entendeu? Aí, ligaram pro meu marido e esse rapaz, o Douglas (...). Eles eram muito amigo mesmo. E ele tinha uma vontade muito grande de ser policial militar e ele entrou pra corporação e assim, eh, primeiramente, eu creio muito em deus, sabe, que foi deus, né, mas também eu devo muito a ele, o Douglas, porque quando Pablo, o sargento da Aeronáutica, chamou logo ele, (...) quando o Pablo falou pra ele, (...), ele desceu e, quando ele desceu, o Vitor tava lá dentro, numa maca e ele chegou e perguntou, falou um código lá, que eu não me lembro, que eles usam né, militar usa, e o soldado falou assim, ele perguntando né. 'O quê que aconteceu, soldado? O quê que houve aí? Foi troca de tiro?'. Aí o soldado falou: 'foi, troca de tiro, esses meliante aí, bandido, trocaram tiro'. Aí ele falou assim: 'foi mesmo, é? Mentira sua! Tá vendo aquele que tá na maca ali? É o meu primo'. O Vitor, né. 'É o meu primo'. E o Adriano, o motorista, ele fala, ele relata que ele pedia pelo amor de deus que eles socorressem Vitor. E os médicos andavam pra lá, andavam pra cá e ninguém fazia nada. Entendeu? Ninguém tomava nenhuma providência e Vitor sangrando, sangrando, sangrando, sangrando. Vitor perdeu muito sangue. Vitor tomou várias bolsas de sangue. O meu filho, ele passou pelo vale da sombra da morte. É porque o senhor, deus quis dar pra ele uma segunda chance, sabe. E ele sangrava muito. O Adriano gritava muito e dizia. Ele me conta: 'Dona Irone, eu pedia muito que eles atendessem. Atende meu amigo, que ele vai morrer, que ele vai morrer, e eles não faziam nada'. Aí foi quando o Douglas chegou. (...) quando o Douglas chegou, perguntou o soldado. O soldado falou que eles tinham trocado tiro, ele falou que era mentira, que o Vitor era primo dele, que eles não eram bandido, todos trabalhador. Aí a situação toda mudou. Quando ele entrou, aí apareceu os médico, rasgaram a roupa do Vitor. Eu lembro que quando eu cheguei no hospital, o Douglas tava lá, tava todo mundo, tinha muita gente, o meu marido, o meu filho mais novo, tinha muita gente, mas eu cheguei assim, não sei, acho que eu

tava em estado de choque e eu queria ver o meu filho. Eu falei: 'eu quero ver o meu filho, eu quero ver o meu filho', e o guarda na porta e tinha muito soldado fazendo a contenção na porta do hospital, 'eu quero ver o meu filho, eu quero ver o meu filho'. Aí o guarda falou assim: 'a senhora tem que esperar o seu marido sair'. Aí o Douglas falou assim: 'tia, a senhora tem que esperar. O tio tá lá em cima. Eu vou pedir pra ele descer pra senhora ir'. Aí eu subi, meu filho tava na sala de trauma. Aí eu cheguei e olhei pra Vitor. Vitor tava muito amarelo, gelado, gelado, e eu peguei nele assim, falei: 'meu filho, o quê que houve?'. Aí ele só olhou pra mim assim e baixinho ele sussurrou: 'princesa... e a princesa?', a princesa, né, ele sussurrou, a princesa era a filha. Aí eu falei: 'ela tá bem, meu filho'. Mas só que antes de eu entrar tinha um soldado na porta, na sala de trauma, e, com o fuzil assim, assim em pé, mas ... não entendi, né. Até então, eu não sabia o quê que tinha acontecido. Aí, a enfermeira me botou pra fora, que Vitor ia ser levado pra cirurgia e eu queria descobrir o meu filho, mas eles não deixaram. E eu acho que foi até bom, né, porque não sei se eu ia suportar aquela hora ver o que eu vejo nas fotos hoje e eu saí, aquele soldado tava ali, não entendi. Aí quando eu cheguei lá fora que eu vim saber a história, né, o quê que tinha acontecido. Ah, nesse momento que eu soube eu parti pra cima deles, eu quis bater neles, nos soldados, eu comecei a gritar, chamar eles de 'assassino, assassino, assassino', eu surtei. Aí, o meu filho ficou o dia todo operando. Eu lembro que ...veio muita gente. O Vitor, como ele, ele é muito popular. Ele é muito conhecido, muita gente mesmo. Ali no Getúlio, cara, era muita gente na parte onde tem a parte da visita. Tinha muita gente, mas muita gente mesmo. E eu tava ali, sei lá, e tá, meu filho foi operado, falei, tá, eu quero ver o meu filho, eu quero ver o meu filho e, quando eu entrei pra ver o meu filho, a cirurgia dele, quando eu consegui ver o Vitor já era cinco e pouco da tarde, no cti, cti 4, que é, foi o primeiro cti que o meu filho ficou. Aí quando eu entrei, o meu filho tava cheio de aparelho, entubado, não tinha nenhum sinal, só aqueles aparelho, pipipipipipi, aquelas coisas na boca, no nariz, e coberto, os dois pés enfaixado, as duas pernas e eu olhei meu filho e eu chamava ele, eu segurava na mão dele, a mão dele não respondia. Gelado, ele tava geladinho... e Vitor não respondia. Eu chamava, chamava: 'Vitor. Meu filho volta, volta', e ele não voltava. (Silêncio)(Chora). Aí mandaram eu sair, aí eu disse: 'eu não quero ir embora, eu quero ficar aqui. Eu vou ficar aqui', mas eles não deixaram. Não deixaram eu ficar lá com ele porque não podia. (chora). Mas aí eu ia pra casa, mas eu não dormia. Foram catorze dias que ele ficou nesse cti. (...) Foram sete dias, tiraram ele do coma (...) coma induzido, e eu ia todos os dias, todo dia, eu não dormia, três horas da manhã eu andava pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, esperando clarear e me mandava pro hospital e ficava lá, mas só que, eu só podia entrar cinco, cinco e meia, dependendo né. Se houvesse algum problema, assim, né, porque sempre acontece um óbito, uma coisa, demorava a visita, mas eu ficava ali, eu não saía dali. Eu ia de manhã pra lá e ficava até esse horário. Eu tava completamente surtada mesmo. (...) (Irone Santiago)

Após ser baleado, Vitor foi levado a uma UPA, para que recebesse os primeiros-socorros. Testemunhas relataram que permaneceu perdendo sangue, numa maca, e o atendimento demorou a acontecer. Quando, enfim, foi atendido, pela gravidade de sua situação, o encaminharam a um hospital público com capacidade para este tipo de atendimento. Os relatos sugerem além do descaso, a possível constatação prévia que ele estava “desenganado”, ou que, por ser quem imaginavam que era, um criminoso favelado, não merecia mais atenção do que a que recebera até então, pois, provavelmente, haveria recebido o que merecera ou procurara.

Dois tiros de fuzil, um no tórax, tanto sangue perdido. Era para Vitor estar vivo? Enquanto isso, numa cena que chama a atenção, alguém nota um soldado desesperado, com as

mãos na cabeça. Teria sido o cabo que o baleou? Possivelmente. “(...) se sofre com isso, é justo que sofra” (LEVI, 2016, p. 18). Não há como saber por que sofria, se pela dor de Vitor, pelo que lhe causou, ou se por si mesmo, pela mancha na carreira militar, pela possibilidade de ser preso e responder a um tribunal do júri civil, caso ele morresse, por ter seus sonhos abortados após ter tomado uma decisão equivocada. Enquanto isso, um amigo de Vitor, policial militar, chega à UPA e conversa com um soldado. Seria o mesmo que sofria com a situação ou apenas mais um do grupo que o trouxe e, estranhamente, fazia a escolta da vítima? O soldado dá a primeira versão pública do incidente: os integrantes do carro trocaram tiros com a patrulha. O amigo policial conhecia bem quem estava no carro e atestou a impossibilidade dessa versão. Criminalizar as vítimas, assim, como é de praxe em operações policiais no Rio de Janeiro, foi a primeira reação do jovem soldado. Vitor, por sua vez, gelado, semimorto, perguntava pela “princesa”, sua filhinha de dois anos. Depois de transferido para o hospital, continuou a luta pela sobrevivência, acompanhado rigorosamente por sua mãe.

Vitor lá no hospital, aí começou, né, a minha via crucis, né. Sete dias, tiraram Vitor do coma. Aí, um tenente do exército, num sei o nome, num lembro, me chamou porque era muita gente, sabe, me chamou e virou assim pra mim: ‘olha, eu preciso de falar com a senhora’. Eu disse: ‘tá, fala. O quê que foi?’. ‘Eu tenho duas notícias pra lhe dar que não são boas’. Eu falei: ‘fala logo, pelo amor de deus’. Ele: ‘olha, oh, o seu filho vai precisar amputar a perna’. Até aí. Eu falei: ‘por que?’. ‘Por que eles operaram ele, tiraram a safena de uma perna, passaram pra outra, e fizeram o que puderam, tentaram, né, salvar, mas não conseguiram, e ele vai precisar amputar’. Eu falei: ‘tá, mas como é que vou dar essa notícia pra Vitor?’. Aí ele falou assim: ‘a senhora não vai precisar porque...eh... a gente já deu pra ele’. E quando eu entrei, meu filho tava acordado. Aí eu olhei pra ele, ele já tava com muita dificuldade pra falar, né, por causa daqueles tubos que colocam, né, e eu falei assim, aí ele falou assim: ‘Vitor já sabe’, aí eu falei, eu olhei pra ele, eu falei: ‘sabe?’, aí o médico: ‘sabe, a gente já falou pra ele’. Aí eu falei: ‘Vitor, é isso mesmo?’. Ele: ‘É, mãe’. Falando assim, bem, eh, assim, quase sussurrando, né. Aí ele falou assim: ‘se for pra mim viver, pode tirar até minhas duas perna. Eu não ligo não, mas eu quero viver. Mãe, eu num quero morrer’. Aí eu falei assim: ‘tá bom’. Aí vieram os papeis pra assinar. Eu falei: ‘meu filho, você vai assinar ou eu assino?’, ‘não, mãe, a senhora pode assinar’. Sempre sussurrando, né. Aí eu assinei. Aí tava uma ex-namorada dele lá com ele, e comigo né. Na mesma da hora, levaram meu filho pro centro cirúrgico. Aí eu fui atrás. Fiquei lá, esperando, esperando, esperando. Aí, daqui a pouco, o meu filho saiu, tiraram meu filho correndo dali, desceram com ele no elevador e eu desci de escada correndo. Quando chegou na porta do cti eu já tava lá. Aí eu fiquei na porta olhando, e meu filho, ele teve muitas paradas cardíacas, sabe. (...) Eu vi que alguma coisa não tava certa, depois da cirurgia da amputação, e eu olhando na porta do cti. Aí, eles fecharam, né, aquela cortina. Falei: ‘ah, meu deus do céu’. Aí fiquei arrasada. Aí eles me tiraram dali porque não podia ficar ali. Falei: ‘não, eu quero saber como é que tá o meu filho, como é que tá’. Aí, eles: ‘a gente não pode falar’. Até que ele se estabilizou, estabilizou o quadro, né, mas todas as vezes que o Vitor entrou naquele cti eu perguntava ao médico. O médico nunca me dava uma notícia boa. Ele sempre dizia pra mim que o caso dele era muito grave, que eu tinha que viver um dia de cada vez. ‘Eu não posso lhe dizer nada que a senhora queria ouvir, porque o caso do seu filho é muito grave, a senhora sabe. É muito grave’. E ele continuou lá, naqueles aparelho, naqueles aparelho. Eu lembro que ele queria beber

água, não podia. Aí, podia só molhar a gaze e botava na boca dele, ele chupava aquilo ali com tanto gosto. Aí, tiraram meu filho dali, botaram ele na enfermaria, na clínica cirúrgica. Na clínica cirúrgica, eu comecei a perceber que Vitor tava com muita falta de ar. Ele respirava com muita dificuldade, e eu não entendia e ele dizendo que ia embora pra casa, que tava tudo bem (...). Não podia virar ele, era muito complicado, ferro nas duas perna. (...) até que o Vitor foi levado pra operar... o pulmão. Ele operou o pulmão. Meu filho quase que faleceu de novo. (...) Ficou dezessete dias no cti. (...). Aquilo pro meu filho era uma tortura. Dezessete dias. Quando eu chegava lá, e meu filho não comia. Chegava lá, a comida do meu filho tava lá. 'Vitor, por que você não comeu?'. 'Ah, mãe, vou comer como? Se elas chegam, botam a comida aí. Eu não posso sair daqui pra pegar'. Até porque, na época, ele não conseguia mover muito o lado direito. A gente dava comida na boca dele, né, porque operou. Ele sentia muitas dores, nessa parte que ele sentia. Daqui pra baixo, ele não sente nada. (...) Teve uma vez. Foi um momento bem emocionante, esse dia, no cti. A doutora, uma doutora muito maravilhosa, doutora Simone. Ela sempre muito, sabe, muito solícita, muito agradável. Ela perguntou o que Vitor queira comer, o quê que Vitor queria. O que ele quisesse, ela ia fazer. Aí ele falou: 'doutora, eu quero ver minha filha'. Aí, ela falou assim: 'eu sei, Vitor. Você já falou, mas o que você quer comer de especial, assim? Por que eu posso mandar trazer pra você. Você quer um chocolate? Uma barra de chocolate?'. Aí, o Vitor: 'ah, eu quero tomar sorvete', e ela autorizou e, naquele momento, eu tive a impressão que eles acharam que meu filho ia morrer, porque ela autorizou a minha neta a ir visitar o meu filho. Nossa, foi um momento tão emocionante, mas tão emocionante, que tu não tem noção do que foi isso. (Chora). Aí, eles tiraram meu filho do cti, tiraram ele daquelas máquina, mas deixaram tudo preso nele e cobriram ele, sabe. Fizeram assim, uma maquiagem, e botaram ele assim, não é que tiraram, tiraram assim até um certo ponto, pra minha neta ver e ele também poder ver a menina. Quando ele viu ela, nossa, ele chorou muito, muito, muito, muito. Meu deus. Como meu filho chorou naquele dia. Foi um momento de muita felicidade pra ele. Ele poder tar revendo a filha dele. Aí, a gente até gravou essas imagens. Aí, depois, levaram ele de volta. Levaram ele de novo nos aparelho, até que o pulmão dele começou a responder. (...) na clínica médica, nossa, ali ele passou os piores terrores. (...). O pior momento disso tudo foi ele ter que ser levado pra fazer hemodiálise. Foi o pior momento. Sabia? (...) Meu filho saía dali arrasado, destruído. E todo dia, todo dia, Vitor era furado. (...) Meu filho parecia uma peneira. (...) Começou a abrir ferida nele, de tanto ficar deitado.

6.3.3 “Eu sou a mãe do rapaz que foi baleado por vocês”: a jornada de Irone pelas entranhas do estado

O dia em que meu filho tava na cirurgia, o meu marido, mandaram chamar ele, mandaram chamar a gente, na verdade, né, mas meu marido foi lá no quartel, no CPOR. Aí, quando chegou lá, eh, meu marido falou assim pra mim: 'ah, eles querem falar com você. Mandou você ir lá'. Aí, no dia seguinte, eu fui, com a minha sobrinha, né, porque eu não tinha condição de andar sozinha. Eu não tinha. Então, assim, sempre alguém tinha que tar comigo porque eu fiquei muito abalada e ainda tô até hoje, né. Só que, assim, um pouco melhor. E eu fui. Quando eu cheguei lá, o tenente, o tenente Quintanilha, ele virou pra mim, tinha um monte de sol..., um monte lá de soldado, sei lá o quê que fizeram, tinha pastor, tinha a burguesia, o ... acho até que os assassino mesmo que tava lá, os atiradores, todo mundo lá dentro do container. Aí eu entrei. Eu falei assim: 'eu sou a mãe do rapaz que foi baleado por vocês. Mandaram me chamar'. Aí, mandaram eu sentar, aguardar. Eu falei assim: 'Ó, eu não tenho muito tempo a perder não, tá, que meu filho tá lá no hospital por culpa de vocês'. Aí veio aquele monte de, ah, na época era assim, pessoas de patente, que também eu

num lembro. Eu lembro do tenente Quintanilha, o pastor, de algumas outras pessoas que tavam lá dentro. E falou assim pra mim: 'Admiro muito a senhora, dona Irone, ainda não ter vindo aqui'. Eu falei: 'como é que é a história?'. Aí a minha sobrinha começou a falar um monte de coisa pra ele. Eu falei: 'como é que é a história? O senhor admira eu não ter vindo aqui? Você tá de brincadeira com a minha cara né? Os seus homens... vocês...', eu não falei 'seus homens', não, eu falei: 'vocês fuzilam o carro em que meu filho está, uma tentativa de homicídio e vocês admiram o fato de eu não ter vindo aqui? O meu filho tá entre a vida e a morte, no hospital, e o senhor vem me cobrar isso'. Aí, eu falei um monte de coisa, falei, falei, falei, eu falei que tava com muito ódio, eu falei muita coisa, falei muita coisa que eu não me lembro mais. Eu tava dopada, né. Eu num lembro. Eu sei que eles fizeram, pegaram o depoimento e um depoimento baseado naquilo que eu tinha escutado. Não, porque ainda não tinha falado com os meninos e nem tinha falado com o próprio Vitor, né, que é o meu filho. Depois é que as coisas foram acalmando e eu fui sabendo, né, a história, o que aconteceu, mas eu fiquei lá no container, fiquei horas lá dentro. Eles me perguntando, me perguntando. 'Ah, porque eles tavam embriagado. O motorista tava embriagado'. O motorista foi preso. Foi preso, foi levado prum, pro 21, depois que ele saiu do hospital, depois levaram ele pro Bangu 8. Eh. Aí, quando eu cheguei lá, foi preso, mas 'ah, por causa de quê que ele foi preso?', 'Ah, porque ele estava embriagado'. Eu falei: 'vem cá, como que é isso? Olha só, tenente Quintanilha, vocês tão completamente errado, porque, primeiro, dirigir bêbado é crime no Brasil, o senhor sabe perfeitamente disso. Vocês fizeram teste do bafômetro? Não. Então, como é que vocês provam que ele tava bêbado? Prova. No carro, se você olhar, você vai ver, tem cd e garrafa de água. Como o senhor prova que eles tavam bêbado se o senhor não fez o teste do bafômetro? E o Adriano foi preso. Por que? Por que o Adriano foi preso?'. Apesar de que, que eu não conhecia, assim, não é todos os amigos de Vitor que a gente tem uma ligação. O Pablo eu nem conhecia, não conhecia esses meninos. (...) Hoje, eu tenho mais convívio com esses meninos. E eu questioneei, né, o fato dele ter sido preso e dele dizer que eles tão embriagado. 'Como que eles tão embriagado? O senhor prova. Vocês têm que provar'. Aí minha sobrinha também falou um monte de coisa e... eu sei que ele ficou preso. Aí, teve uma advogada que o pai dele arrumou, que parece que conseguiu tirar ele. Eles pagaram cinco mil reais e ela tirou ele.

Desde que seu filho foi baleado, Irone, começou uma incansável jornada pelas entranhas do estado e se viu imersa num infernal oceano de burocracias e procedimentos, que pareceram saídos do universo de Kafka. Durante a cirurgia de Vitor, os militares mandaram chamar seu padrasto ao CPOR para tratar da questão, possivelmente achando tratar-se de seu pai. Neste universo masculinizado, que é o universo das forças armadas, a figura masculina do pai é a escolhida como aquela que poderia resolver as coisas e representar a família, tratando de homem para homem. Quando descobriram que não se tratava de seu pai, solicitaram a presença da mãe. Diante de uma situação de tal gravidade, os militares não se propuseram a atravessar menos de 10 quilômetros, ou uma rota de dez minutos de viatura para encontrar Irone, que não saía do hospital. Ela vai, então, ao CPOR, acompanhada de uma sobrinha, onde, dentro de um container, provavelmente aquele destinado para o setor de redução de danos, se ver cercada por soldados, entre eles um capelão, pastor evangélico, para lhe seja “contada” a versão oficial ou para que lhe seja “imposta” a versão militar. Em uma cena de notável resistência, aquelas duas mulheres, uma mãe dilacerada pela violência contra o corpo de seu filho, que continuava a lutar pela vida no hospital, e uma jovem sobrinha, que a

acompanhava, não aceitam todo aquele cenário construído para sua intimidação e se posicionam rejeitando a culpabilização das vítimas.

Um dos oficiais se dirige a Irone, no primeiro contato, dizendo-se admirado dela ainda não ter ido até eles. Aquele setor, redução de danos, era onde as pessoas iam reclamar sobre abusos de autoridade, qualquer tipo de violência cometida pelos militares e pelos danos materiais que sofriam com as operações, tiros de fuzil que danificam suas casas, passagem dos tanques de guerra que saíam arrebentando calçadas e automóveis pelo caminho, entre outras coisas. Entre os militares que compunham o setor, havia uma ideia generalizada que aquele era o setor onde moradores tentavam se “aproveitar da boa vontade do exército”, a fim de conseguir alguma vantagem material. Será que aquele militar esperava de Irone esta postura? Não é possível saber. Entretanto, sua primeira fala marcou o tom de todo aquele diálogo. Para o militar, aquela mulher *já* estava errada por *ainda* não tê-los procurado.

Mulher, negra³⁴¹, pobre, trabalhadora informal e moradora da favela, Irone trazia todas as inscrições dos marcadores sociais³⁴² que, no Brasil, produziram, historicamente, a existência de diferentes graus de cidadania, condenando a maior parte da população ao menor destes graus, como se, para ela, ter direitos fosse um favor e uma concessão do estado, não algo que lhe é inato- aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) chamou de “cidadania regulada” e José Murilo de Carvalho de “direitos civis retardatários” (2003). Começar uma conversa com o tom adotado pelo militar, depois de tê-la feita ir até eles, e não o contrário, é, além de uma forma de intimidação, uma maneira de “colocá-la no seu lugar”. Todo aquele cenário foi constituído para que ela se acomodasse numa posição de passividade, escutasse os motivos dos tiros levados pelo seu filho e aceitasse a infelicidade do infortúnio que Vitor teve por estar no veículo conduzido por um bêbado e potencial homicida de soldados. Não contavam com a reação indignada e a resistência daquela mãe que, mesmo sem ainda saber com detalhes o que tinha acontecido, reverteu a cena, assumindo a palavra e acusando os militares por tentativa de homicídio contra Vitor. Quando os militares insistiram na tese da embriaguez, ainda foram levados a escutar a defesa dos “meninos” e outra reação indignada e profundamente consciente daquela mãe. Nesse ponto, o caso de Vitor já havia sido noticiado nos principais meios de comunicação e, ao que tudo indicou, lidar com aquela mãe não foi a tarefa simples que os militares planejaram.

³⁴¹ Em nossa conversa, Irone autodeclarou-se negra. Brincou, dizendo que “pardo”, para ela, era papel.

³⁴² Para pensar o testemunho a partir de uma relação entre violência, gênero e subjetividade, ver Das (2011).

Por fim, a prisão e criminalização do motorista demonstrou a completa falta de intenção dos militares em fazer um *mea culpa*, e como é típico das instituições militares brasileiras, seu aprendizado histórico, lançaram a responsabilidade sobre o motorista, o álcool e até as agruras do destino. Diante do poder do estado, que na ocupação da Maré, esteve supercentralizado, ou subordinado, ao poder militar, pouco ou quase nada o indivíduo, ainda mais aquele visto como ocupante de uma baixíssima posição na hierarquia social, pode fazer. Isto diz muito sobre a qualidade de nossa democracia.

Os soldados, alguns deles de patente mais importante, iam todo dia me visitar. Mas não sei com qual intuito. Porque não me tiravam do hospital público para me colocar em um hospital do exército com melhores equipamentos, nem nada disso. Só iam me visitar e pronto. Perguntavam como eu estava me sentindo e iam embora. Eu acho que essas visitas tinham alguma intenção de abafar o caso, de me reprimir, para que eu não pudesse falar. Existia, com certeza, uma repressão ali. Iam me visitar a troco de que, se não me ofereciam nem um curativo? A cada dia era um sargento ou uma pessoa importante do exército diferente no hospital. (Vitor Santiago)³⁴³

Eu não gostava de deixar meu filho sozinho, porque os militares iam lá e, sempre, eu tava ali, né. Como uma leoa. E eu perguntava: 'o quê que você quer?'. 'Ah, eu vim ver o Vitor?'. 'Ver o quê? Ver o que vocês fizeram? Eu quero saber o quê que vai ser feito. Isso que eu quero saber. Ver, qualquer pessoa pode ver o meu filho. Entendeu? Qualquer pessoa pode entrar aqui. Eu posso deixar ver o meu filho. Agora, você chegar aqui você ver. Eu quero é solução. Eu quero ver o quê que vai ser feito pelo meu filho'. 'Ah isso aí não é, isso aí não é comigo. Isso aí é com meus superiores'. Eu falei: 'vá perguntar pros seus superiores'. (...)

Pergunto se o exército prestou algum auxílio no tratamento do Vitor.

Nada. Nada. Nada. Nada. (...) Eu descobri. Eu vou te falar. Meu filho internado, mesmo internado, ele tinha uma amiga que participou do corpo de dança. Hoje ela é professora. Então, ela mora lá perto do hospital da Vila da Penha. Adele começou a andar comigo. Eu pedi alguém pra ficar com Vitor e eu fui ao Ministério Público dar queixa. Eu tenho tudo guardado. Fui na... tive um encontro no CPOR, com o general De Souza da força de pacificação, Carlos Minc³⁴⁴, o Alessandro Molon³⁴⁵ e algumas pessoas, lideranças da comunidade. Tivemos um encontro nesse dia pra falar, né, sobre as violações, né, que tava acontecendo e do que aconteceu a Vitor. Então, assim, me foram feitas muitas promessas, mas como a gente sabe que é promessa de candidato, né, você não pode nem se espantar porque eles prometem e não fazem. E, assim, me encaminharam pra aqui, me encaminharam pra ali ...eh... eu fui parar na Secretaria de Direitos Humanos, como minha casa é uma casa, assim, que num, eu não tenho acessibilidade, que eu não fiz uma casa pensando que eu ia ter um deficiente dentro de casa porque quando eu tive um filho, eu tive um filho normal. Deus não me deu um filho sem perna, deus não me deu um filho aleijado. Deus me deu um filho perfeito e bonito porque tudo que deus faz é perfeito. Aí fui parar na Secretaria de Direitos Humanos, e chegou lá foram feitas várias promessas também. Hoje, eles tão lutando porque parece que o governo tá querendo acabar, né, com a Secretaria de Direitos Humanos, né, e o meu filho chegou até a me perguntar. O Vitor chegou a me perguntar: 'mãe, pra quê que serve direitos humanos? Por que pra gente não funcionou'. Depois de oito meses, no caso do Vitor, e eu andando pra cima e pra

³⁴³ Entrevista ao Correio da Cidadania, em 28.08.2016, disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/72-artigos/imagens-rolantes/11945-vitor-santiago-foi-o-estado-que-fez-isso-comigo>

³⁴⁴ Deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores à época.

³⁴⁵ Deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores à época.

baixo igual uma louca. Eu andava em tudo quanto era espaço, depois que ele veio pra casa, claro. Mesmo quando ele tava no hospital, eu saía, deixava pessoas lá e saía pra ir. Mandavam eu aqui, mandavam eu ali. Qualquer lugar que mandava eu ir, eu ia. Eu fui a várias instâncias e, com oito meses, eu ...em agosto, eu conheci Caroline Amanda (...) Todas a vez que eu fui no Ministério Público, dei queixa, eles falaram que um mês depois eu voltasse pra ver como é que tava. Aí, eu voltei, eles falaram que o caso do meu filho tava na polícia federal e não tinha ainda nenhuma resposta. Aí, tá, passou, novamente a mesma história. Agora, a polícia federal. Aí, cara, eu achei estranho. Aí o Zé veio. Aí nós fomos ao Ministério Público. (...) chegamos na polícia federal, não constava nada, nada, nada, nada, nem no meu nome, nem no nome de Vitor. Nada, então tudo que o Ministério Público Federal falou é tudo mentira, tudo mentira, tudo uma farsa. Eles montaram uma farsa. E a DPU? A Defensoria da União, também? E nada fizeram, nada. Direitos humano, ih, nada, ninguém fez nada. (...) Ela mandou uma mensagem pra mim dizendo que o caso do Vitor tava tramitando no Ministério Público do Exército na Avenida Presidente Vargas. (...) no dia seguinte marquei com o Zé da gente se encontrar lá. Aí eu fui. (...) Aí foi uma burocracia pra mim entrar. Ninguém queria atender. Aí até que ele mostrou a carteira, que ele era advogado, que ele queria saber. Aí, um imbecil, porque eu falo que ele era um imbecil porque a mulher até falou pra mim assim, 'ah, você não pode falar certas coisas com o procurador da república'. Aí eu até me calei, sabe, mas hoje eu digo que ele é completamente um idiota. Ele me tratou muito mal, ele me humilhou. Ele deixou entrar, aí quando eu questionei, quando contei a história de Vitor, né, e eu questionei, né, o fato de você morar dentro de uma favela e a ver oito tanques por dia. Tinha dias de ter oito tanques rondando, andando por dentro da favela. Eu questionei isso a ele, ele falou: (em tom ríspido) 'a senhora queria o quê? Lá existe um monte de marginal. Vocês são tudo conivente com os traficante. Um monte de marginal com fuzil. A senhora queria o quê? A senhora queira que eles tivessem lá com flores na mão?'. Eu falei assim, eu comecei a chorar, porque eu me senti ofendida. Aí ele mandou pegar água pra mim. Eu falei assim: (...) 'não, senhor. Eu não sou conivente, não. Eu sou convivente, porque a gente não é conivente, a gente convive porque nós somos obrigado a conviver'. (...) Ela nos atendeu e não constava nada. Só constava Vitor como testemunha. Como meu filho podia ser testemunha se meu filho era vítima? (...) Não tinha inquérito. Não tinha nada. Aí ela fez. (...) O Vitor ganhou uma antecipação de tutela (...) o exército deu uma cadeira de rodas, e todos os meses eu vou no CPOR pegar os materiais de Vitor, pra curativo porque ele tem uma escara. (Irone Santiago)

Aquela audiência no CPOR havia sido somente o início de uma longa jornada de Irone pelas entranhas da burocracia estatal. Além de sua busca por reparação, contou que precisava estar de guarda no hospital porque não se agradava das visitas dos militares a seu filho. Em conversas com militares, contaram-me que tinham de acompanhar a evolução do quadro de Vitor e reportar ao comando. Para aquela mãe, no entanto, após o trauma e a postura adotada pelos militares de não reconhecimento do dano, essas visitas soavam como mais uma forma de intimidação feita pelos agentes do estado.

Enredada num universo burocrático³⁴⁶ de siglas, etiquetas, procedimentos, prazos e uma miríade de instituições, Irone busca justiça. Por oito meses, como relata, foi de instituição em instituição, escutou promessas de políticos, polícia federal, ministério público,

³⁴⁶ Há uma vasta literatura das ciências sociais sobre o universo burocrático. Não pretendo dar conta dela neste trabalho. Sugiro, não obstante, os seguintes trabalhos como tendo influência para este texto: Bourdieu (1996, 2005 e 2014), Roitman (2004), Das (2004), Kant de Lima (2011), Kant de Lima e Varella (2011), Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014) e Miranda (2016),

formalizando queixas que, ao final, descobriu que nem sequer existiram. Meses de idas a instituições públicas, tendo que pedir ajuda a outras pessoas para que ficassem com seu filho, ainda internado, foram um tempo perdido. Aquele mundo de papeladas, de procedimentos somente compreensíveis aos iniciados, de uma racionalidade muito particular, próxima ao mistério e a magia, se fechou para aquela mulher. O estado se revela, aqui, como apontou Das (2004), “nem como uma organização puramente racional-burocrática nem simplesmente um fetiche, mas como uma forma de regulação que oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser” (Ibid., p. 225)³⁴⁷. É inevitável relacionar esse fechamento, esse engodo a que foi submetida, quando solicitada a fazer um acompanhamento mensal do caso, por ela ser quem era, por vir de onde veio, por não pertencer àquele universo cheio de segredos e etiquetas, cuja entrada exige, entre outras coisas, um passaporte de classe. Sua entrada não foi somente barrada, como também, para solucionar o incômodo da presença insistente daquela mãe, foi usado o artifício da espera³⁴⁸, da “enrolação”, do engano, esperando³⁴⁹, quem sabe, que ela desistisse de acessar um mundo que não lhe cabia, que não foi constituído para pessoas como ela. Nesse sentido, a constituição desse estado, produtor ativo de suas próprias margens, exigia para sua existência a reprodução da distância, da ilegibilidade e da inacessibilidade a certos tipos de pessoas. Como ressoavam antigos temores, ainda que passados, muito presentes: imagina se a favela descesse, reivindicando seus direitos ou querendo participar da festa da plenitude de cidadania, reservada a poucos.

Esta observação se materializa, grotescamente, na figura do procurador militar e na observação feita à Irone, antes de entrar em sua sala: “(...) *não pode falar certas coisas com o procurador da república*”. Realmente não podia, o agente público era sensível demais à postura contestatória daquela mulher. Como responsável pela ação penal militar, aquele agente do estado não se mostrou como um servidor público, mas já tinha uma posição definida, a defesa das ações militares. O promotor, o fiscal da lei, convertido em defensor institucional, tolerante à violação da lei, dependendo de quem a violasse (e contra quem). Desta forma, no âmbito da justiça militar, ainda antes da Lei 13.941, de 2017, e das discussões mais recentes sobre o excludente de ilicitude³⁵⁰, o espaço de proteção para o

³⁴⁷ Tradução minha.

³⁴⁸ Uma notável etnografia da espera a que pessoas pobres são submetidas para “acessar” o estado, em Buenos Aires, está em Auyero (2011).

³⁴⁹ Como já apontou Bourdieu (2001), a espera é uma das formas de experimentar os efeitos do poder, uma parte integrante do trabalho de dominação.

³⁵⁰ Previsões do Artigo 23 do Código Penal Brasileiro. São elas: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito e o consentimento do ofendido.

militar e o corporativismo já dominavam³⁵¹. Não bastasse isso, aquele agente público, seguro pela posição de autoridade e prestígio que ocupava, irritado com o tom contestatório adotado por aquela mãe, despejou sobre ela alguns dos mais conhecidos clichês do repertório do preconceito social contra as favelas e seus moradores. Defendeu a violência do estado e definiu a favela como um lugar cheio de traficantes e seus associados. Para ele, os moradores das favelas eram cúmplices, portanto criminosos também. Irone saiu de sua sala ofendida, humilhada, acusada de criminosa, ciente de que toda sua jornada anterior simplesmente não produziu nenhuma ação formal no âmbito da burocracia do estado, além de descobrir que Vitor foi arrolado não como vítima, mas como testemunha do processo contra Adriano, o motorista.

Sua jornada só começa a conseguir resultados depois que consegue acionar algumas pessoas chave e a passar a integrar certas redes específicas, que possuíam um conhecimento adquirido pela prática sobre o que fazer e como fazer. Como bem observaram Vianna e Farias (2011, p. 87):

Se, (...), mencionamos rapidamente algumas dessas estratégias usadas em uma cena com demarcações específicas, em outros momentos aprendemos sobre a relevância de acionar recursos distintos, como a demonstração do controle sobre os trânsitos burocráticos necessários para que um processo “ande” ou para que uma morte específica possa ser reconhecida como parte de um problema social e político mais amplo. Tais processos de aprendizado e uso de recursos dramáticos dependem em muito de características pessoais, mas, como vamos entendendo na medida em que somos também educadas e socializadas nessas diferentes instâncias e ocasiões, eles obedecem a scripts relativamente regulares, passados de modo mais ou menos explícito de participantes mais antigos para mais recentes.

Depois de mais de um ano de idas e vindas, contou que, finalmente, seu filho conseguiu uma antecipação de tutela. Logo depois, Vitor conseguiu o direito à aposentadoria por invalidez.

O exército, ele veio me visitar todo dia no hospital, todo dia, (...) mas a troco de quê? Nada. Eles não me tiraram do hospital público (...) pra me colocar num hospital do exército, com uma tecnologia, sei lá, com melhores profissionais pra cuidar de mim. Fora isso, o Estado do Rio de Janeiro não me deu absolutamente nada, absolutamente nada. Tudo o que eu tenho até hoje foi doação das pessoas da Maré, de amigos. A cama que eu durmo, dormia até cerca de dois meses atrás, desde que eu saí do hospital, foram pessoas da comunidade que me deu. A cadeira de rodas que eu uso foi pessoas da comunidade que deu. As fraldas que eu uso, foi a comunidade que me deu. Não tive qualquer tipo de assistência. Eu fiquei cerca de, hoje tem um ano e dez meses que aconteceu, eu fiquei cerca de um ano e sete meses em cima de uma cama, sem fazer qualquer tipo de fisioterapia, qualquer tipo de tratamento. Eu saí do hospital, eu necessitando de consultas de ortopedista, nefrologista, tinha passado por hemodiálise e minha mãe tentava o tempo todo uma ambulância. Eu moro no segundo andar. Devido ao tiro nessa perna, eu fiquei, eu usei fixador durante todo o período

³⁵¹ Arrisco a dizer que sempre dominaram o âmbito da justiça militar brasileira, rigorosa somente com civis e inimigos políticos, ou seja, militares que afrontaram a corrente política e ideológica dominante no momento

no hospital, depois em casa, minha perna (...) ela não conseguia dobrar, então só de ambulância que eu conseguia ir a consulta, essas coisas. Minha mãe ligava, procurava, corria atrás, eles diziam que não tinha ambulância, que a ambulância não podia entrar em área de risco, que não tinha combustível. (...) o que aconteceu comigo foi em fevereiro. Em novembro, eu no hospital, minha mãe sempre correu atrás dos meus direitos. Hoje, eu sou aposentado, e ela sempre correu atrás de tudo. (Vitor Santiago)

O dinheiro da indenização não é tão significante quanto a minha vida. Sempre fui contribuinte, sempre trabalhei como todo mundo, e de repente me encontro inválido. Onde que uma pessoa com 30 anos quer se aposentar por invalidez? Foi o Estado que fez isso comigo. Até agora não recebi nada do Estado. Noventa e oito dias no hospital e o governo do estado do Rio de Janeiro não me deu absolutamente nada, nem um esparadrapo. (Vitor Santiago)³⁵²

Vitor queixou-se que as visitas diárias feitas pelos militares não se converteram em qualquer tipo de reconhecimento da violência, nem qualquer prestação de auxílio. Eles iam vê-lo e acompanhá-lo, não ajudá-lo ou pedir perdão pelo dano causado. A ajuda e a desculpa possivelmente representariam, no âmbito militar, reconhecimento da falha operacional e da violência cometida. Toda a ajuda que precisou, segundo seu relato, foi atendida pela solidariedade da favela. O estado que o vitimou não prestou a assistência que era esperada para melhoria de sua qualidade futura de vida, nem nas condições mínimas de sobrevivência. Tudo o que conseguiu, como a aposentadoria, não foi como a expressão de um direito ou uma justa reparação por um dano causado diretamente por um agente do estado no exercício de sua função, mas como uma conquista, como algo que arrancado das entranhas do estado, pela insistência, teimosia e bravura de Irone, sua mãe. Atualmente, ela trabalha numa organização local que cuida de violações de direitos de moradores da Maré. No whatsapp, seu nome é “vitória na guerra”³⁵³.

Vitor tinha 29 anos em 2015, quando teve sua perna amputada e ficou paraplégico, após receber dois tiros de fuzil, dados por militares do exército, durante a vigência da Operação São Francisco. Três anos depois, também num mês de fevereiro, em 2018, foi decretada a intervenção federal de caráter militar de todo o estado do Rio de Janeiro. O general Richard Nunes, comandante da São Francisco três anos antes, agora era Secretário de Segurança. A Maré novamente se tornou alvo de violentas e desastradas operações policiais, agora com uma novidade: o uso do “caveirão voador”, um helicóptero de guerra, com metralhadora acoplada, que sobrevoa a favela e atira de cima para baixo, deixando um rastro de destruição e vítimas. O caso que mais repercutiu, neste ano de intervenção, foi, o

³⁵² Entrevista ao Correio da Cidadania, em 28.08.2016, disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/72-artigos/imagens-rolantes/11945-vitor-santiago-foi-o-estado-que-fez-isso-comigo>

³⁵³ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/paraplegico-apos-tiro-do-exercito-jovem-perdoa-cabo-e-culpa-governo.shtml>

assassinado do menino Marcos Vinicius, de 14 anos de idade, que morreu a caminho da escola, ainda uniformizado, atingido pelas costas. Nesse contexto em que a militarização da segurança era vista, novamente, como uma solução mágica para o problema da segurança no Rio de Janeiro, Vitor foi muito procurado para dar entrevistas. Passados, então, três anos, encerro este capítulo com parte de seus relatos.

Estou cansado de ficar estagnado. Sinto falta até de levantar cedo para trabalhar. Quero dar um novo pontapé na minha vida, sair da favela, tirar minha família daqui. Quem sabe, administrar um negócio. (...) Se hoje está ruim, ontem foi pior. Ainda tenho uma úlcera. De três em três dias troco curativo. Uso fralda geriátrica, mas controlo melhor. Estou me descobrindo como cadeirante. (...) Do governo federal. As tropas vieram para cá por causa do governo federal. Ele atirou porque alguém mandou. Aqui estava um clima de tensão 24 horas por dia. Se encontrasse com ele, seria indiferente. Poderia apertar a mão, perdoar. Ele estava a trabalho. Foi uma falha humana.³⁵⁴

Não, sempre fui a favor³⁵⁵. Eu torcia muito para dar certo, porque eles vieram com uns bons projetos para dentro da comunidade. Eu realmente acreditei que a gente fosse receber esses projetos. Mas o que eu levei foram dois tiros. E dois tiros justamente de quem estava aqui para trazer a paz. Eu acreditei e torci muito pela pacificação, mas, no fim das contas, acabei vítima dela.³⁵⁶

³⁵⁴ Entrevista à Folha de São Paulo, em 22.03.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/paraplegico-apos-tiro-do-exercito-jovem-perdoa-cabo-e-culpa-governo.shtml>

³⁵⁵ Quando perguntado sobre sua posição em relação ao processo de pacificação.

³⁵⁶ Entrevista ao Jornal do Brasil, em 01.04.2018. Disponível em: https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=892999&dinamico=1&preview=1

7. “SÃO FRANCISCO NA MARÉ”: RELIGIÃO E PACIFICAÇÃO NUMA OCUPAÇÃO MILITAR

Deus, mesmo, se vier, que venha armado.

(Guimarães Rosa)

Como apontei em capítulo anterior, em situações de ocupação militar, com o objetivo de estabilização ou pacificação de territórios, onde o inimigo se faz presente misturado junto à população, é parte fundamental da missão, como consta nos manuais, a aproximação com os moradores, a fim de conquistar “corações e mentes”. Desta forma, ganhando o apoio local, enfraquecem-se os laços e as redes de proteção e atuação do inimigo. As ações humanitárias se convertem numa eficaz estratégia da nova guerra e são essenciais para o sucesso destas missões em territórios de ocupação militar. Geralmente, antes da operação militar de ocupação, ou logo em seu início, os militares costumam mapear as organizações locais, escolher quais delas são mais confiáveis e dignas de uma parceria, buscando assim uma aproximação. Algumas destas organizações veem na aproximação com os militares uma forma de visibilidade, legitimidade, angariamento de recursos ou mero exercício de poder local, enquanto, outras, com medo de represálias ou por motivações ideológicas, se afastam e recusam qualquer proximidade.

Venho mapeando a forma como se constroem estas aproximações entre militares e organizações locais durante ocupações militares em favelas desde a ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha³⁵⁷, onde notei um fator peculiar: a aproximação dos militares com as redes religiosas cristãs locais. Naquela ocasião, mostrei como se processou esta aproximação, a ponto de se constituir aquilo que chamei, na ocasião, de um verdadeiro *projeto de redenção*:

(...) que articulou elementos morais, civilizatórios, sociais e religiosos. A mediação feita pelos religiosos não tornou o projeto exclusivamente religioso, mas este não deixou de ser, também, religioso, já que, durante sua execução, se verificou a sobreposição de papéis e de instâncias institucionais. Articularam-se militares, religiosos civis, religiosos militares com o objetivo de redimir moralmente, socialmente, politicamente e espiritualmente aquelas populações que viviam dentro do território, libertando-as do pecado, do mal, das drogas, do funk, da bebida, da informalidade e da ilegalidade -ou seja, segundo eles, a essência do mal, aquilo que

³⁵⁷ Ver Esperança (2013, 2014a, 2015a, 2017) e Machado, Esperança e Rodrigues (2018).

tornava o Complexo do Alemão o coração do mal, o foco de todo mal. (ESPERANÇA, 2017, p. 157)

Na Operação Arcanjo, como sugestivamente o próprio nome da operação já parece apontar, os militares escolheram certos líderes cristãos locais -os que aceitaram seu convite para participar de reuniões de avaliação da ocupação- como os únicos mediadores legítimos dos projetos humanitários e de assistência social coordenados pelo exército durante a ocupação. Excluindo todas as outras organizações locais, como associações de moradores e ONGs, assim como qualquer outra expressão religiosa, construiu-se um projeto que transformava os religiosos em mediadores autorizados da favela e os via como os únicos capazes de expressar as demandas locais sem “contaminação” com a política e o crime.

Quando o exército sai do Complexo do Alemão, o projeto, que já definhava, se desarticula completamente. Contudo, alguns anos depois, em 2014, parte dos mesmos militares, capelães do exército, é acionada para prestar assistência religiosa na ocupação militar da Maré. Como eu já possuía esta rede de contatos³⁵⁸, interessei-me profundamente por esta nova experiência. O mesmo Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREX)³⁵⁹, contando praticamente com os mesmos capelães e a liderança do mesmo chefe do serviço religioso, esteve presente no início da nova operação, mas tudo se deu de forma bastante diferente da Operação Arcanjo. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a forma como se constituiu a aproximação entre militares e religiosos no contexto da Operação São Francisco, comparando-a, quando possível, à Operação Arcanjo, e, contribuir para as reflexões sobre as relações entre religião e militarização.

Desta forma, a partir do Rio de Janeiro, pretendo discutir a forma como militares e religiosos, mais especificamente evangélicos pentecostais, se articularam na *produção de uma cidade pacificada*. Neste encontro entre militarização e religião, redes evangélicas pentecostais se constituíram como verdadeiros aliados de policiais militares e militares do exército nas políticas de pacificação dos territórios de sua atuação.

³⁵⁸ Devo isto à inestimável contribuição do amigo e colega de profissão Vinicius Rodrigues Gonçalves, que gentilmente me integrou a estas redes e, como capelão que foi, tendo participado da Operação Arcanjo e do início da Operação São Francisco, mostrou-se sempre pronto (e bem-humorado), quando se convertia, também, em objeto da pesquisa.

³⁵⁹ Segundo o sítio oficial do exército, o SAREX “é formado por ministros das religiões católica e evangélica. Os padres e pastores integram o Quadro de Capelães Militares, após um estágio de adaptação iniciado na Escola de Administração do Exército e concluído em diversas organizações militares. Iniciando a carreira como 2º tenente, podem atingir até o posto de coronel”. <http://www.eb.mil.br/sarex>, consultado em 01.02.2019. Um histórico deste serviço pode ser consultado em: <http://sarex.dgp.eb.mil.br/index.php/historico>.

Diferente do que aconteceu no Complexo do Alemão, onde realizei trabalho etnográfico com observação participante, em relação à Operação São Francisco, a pesquisa se constituiu a partir da escuta daqueles que participaram dos processos descritos. É através de suas vozes que me aproximo do objeto, dando continuidade à proposta do capítulo anterior.

Analisando de forma mais global pode-se entender a constituição das relações entre militares e as redes religiosas locais, na Operação São Francisco, dividindo-a em três momentos específicos, tendo como foco da análise a atuação dos capelães militares.

Na primeira fase, os seis primeiros meses, o serviço de capelania militar era oferecido pela equipe do SAREX, ligado ao Comando Militar do Leste. Através de uma escala, os capelães se revezavam no cuidado espiritual das tropas e eram instados a se engajarem em outras atividades, que apresentarei em maiores detalhes. Era esperado que capelães da polícia militar atuassem em conjunto com os do exército, mas aqueles, por alegados motivos de segurança, não participaram do serviço. A marinha, por sua vez, com os fuzileiros navais, utilizou-se de seus próprios capelães.

Na segunda fase, a partir de um batalhão vindo da região sul do Brasil, o capelão que acompanhava a tropa por lá, veio junto e assumiu o serviço religioso. A maneira como se compreendeu a figura do capelão, nesse momento, mudou bastante. Nesse período, deu-se a aproximação do comando com o coletivo cristão local “Juventude Relevante”. Com a saída das tropas do sul e a chegada de uma tropa da região nordeste, veio junto, também, o capelão da tropa, quando as relações dos militares com o coletivo começaram a se esvaziar e a ocupação viveu seus piores dias³⁶⁰.

Na terceira fase, com a chegada da última tropa, vinda de Brasília, veio junto, também, seu capelão, de perfil significativamente diferente dos anteriores, que retoma e intensifica o plano da primeira fase, trazendo à dimensão do serviço religioso uma faceta explicitamente instrumental e bélica.

A seguir, farei uma análise de cada uma destas fases.

³⁶⁰ Foi neste período que aconteceram o caso Vitor Santiago e o evento da Linha Amarela.

7.1 “O capelão como agente de contrainsurgência”: a primeira fase

No começo, no comecinho mesmo, a orientação da gente era ir pras ruas, conhecer as igrejas locais. (...) O Z.³⁶¹ queria que a gente desbravasse a Maré, conhecesse as igrejas, mapeasse as igrejas, estabelecesse contato com as igrejas. Houve uma discussão nisso nas reuniões, porque, por exemplo, os capelães da polícia, que tavam nessa também: ‘não, isso é perigoso. Como é que a gente vai fardado?’. Uma série de discussões. Só que, na prática, não tinha condição de fazer isso. Tava muito perigoso. (Capelão A.)

Na primeira fase, que durou os seis primeiros meses, o serviço religioso foi prestado pela equipe do SAREX, ligado ao Comando Militar do Leste. Divididos em uma escala, já que mantiveram suas atribuições de praxe, os capelães militares³⁶² se revezaram no cuidado espiritual das tropas e foram orientados a desenvolverem um trabalho específico de engajamento com a ocupação, que ia além dos exercícios devocionais e de aconselhamento típicos da capelania militar, indo na direção de um trabalho de inteligência, a fim de mapear e, quem sabe, evitar insurgências locais.

O início do trabalho trazia semelhanças com o projeto intentado no Complexo do Alemão, inclusive com o mesmo grupo de capelães e a figura central do coronel Z., capelão chefe do serviço religioso militar local. Consistia, primeiramente, em mapear e estabelecer contato com as igrejas locais, com o objetivo de aproximar suas lideranças da presença militar. O capelão se convertia, assim, num instrumento importante na missão de conquistar corações e mentes locais para a causa militar, aproximando, através de um discurso religioso comum, militares e uma parte da população local, identificada pelos militares como o grupo local que é menos conivente com as redes criminosas. A aproximação com lideranças religiosas garantia a produção de um discurso positivo em relação à ocupação, o que tornava toda a operação menos problemática.

Na Operação Arcanjo, a ideia foi a mesma, só que a parca adesão, os conflitos internos aos grupos que se reuniam, a “protestantização” do projeto quando o coronel Z., um pastor batista, assumiu, substituindo um padre, além da falta de legitimidade e representatividade local dos líderes que foram seduzidos pelo discurso militar, levaram o projeto de redenção que intentaram construir ao fracasso. As ideias de Z. para a Maré eram as mesmas, mas o

³⁶¹ Referência ao então subchefe do SAREX, responsável pelo Comando Militar do Leste. Na hierarquia, cada SAREX local, num total de oito, subordina-se diretamente a uma chefia em Brasília. Embora já o tenha entrevistado e, hoje, ele já tenha sido reformado, resolvi não usar seu nome, por entender que isto não faria diferença para a pesquisa e poderia, ainda, expor meus interlocutores. Ver http://sarex.dgp.eb.mil.br/docs/2016/organograma/Organograma_do_SAREx.pdf.

³⁶² Constituídos por padres católicos e pastores protestantes.

momento histórico era outro. Assim, os próprios capelães foram resistentes às suas propostas, especialmente por motivos de segurança. Conversei, nesta época, com um destes capelães, que me confidenciou o incômodo e o medo que sentia por se ver possivelmente obrigado a circular pela Maré, como militar³⁶³, colocando sua vida em risco. Seu dilema era o de que, se pedisse escolta, a aproximação com os religiosos locais se tornaria ainda mais dificultosa; se não pedisse, poderia ser atacado por criminosos locais. O fato é que os capelães do SAREX, em sua maioria, já haviam adquirido experiência com a Operação Arcanjo e muitos, não oficialmente, mas nas conversas que faziam entre si, desenvolveram uma imagem crítica do trabalho, além de uma resistência pessoal aos métodos e a forma como Z. chefiava o serviço.

A concepção do serviço religioso, para Z., era no modelo que chamo de *capelão como agente de contrainsurgência*. Sabendo que o capelão militar, como o nome de sua função já afirma, acumula duas facetas, a do religioso e a do militar, a do homem a serviço do reino de deus e a do homem a serviço das forças armadas, ou seja, entre o poder divino e o poder armado, a ênfase para o capelão engajado recai sobre sua faceta militar. Assim, mais que um religioso responsável pelo cuidado espiritual de sua tropa, o capelão é um soldado engajado numa missão militar específica, de forma que a religião se torna um atributo de sua condição militar. Se cada militar tem uma arma específica, a sua é a palavra de deus.

Em sua condição de engajamento, pode receber diversas missões que vão além do cuidado espiritual de sua tropa. Na Operação São Francisco, Z. planejou, à semelhança da Operação Arcanjo, que os capelães militares se aproximassem de líderes religiosos locais. Isto não se deu, simplesmente, para envolver os capelães em alguma atividade, mas como parte integrante da missão de ocupação. Estas operações são batizadas com nomes religiosos de referência cristã e, embora seja exagero afirmar que a instrumentalização da religião seja a principal estratégia destas operações de pacificação, ela se tornou *uma* das estratégias. São Francisco é conhecido na tradição cristã a partir de uma série de atributos de humildade, perdão, não violência e serviço, que certamente não combinam em nada com o militarismo e a violência da guerra. Contudo, a conhecida oração atribuída, tradicionalmente, a ele, em um de seus trechos diz: “Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz”. Por isso, conforme vimos em capítulo anterior, a operação de pacificação recebeu o nome do santo.

Na Operação São Francisco, a figura do capelão, inicialmente, foi planejada, pelo chefe na hierarquia, como sendo e de um soldado engajado na missão de pacificação, cuja

³⁶³ Os capelães militares não usam armas.

função seria construir uma ponte entre os religiosos locais, para ganhar a simpatia e a confiança da população. Esta aproximação poderia se dar de diversas maneiras, mas, fundamentalmente, através de duas formas. A primeira é considerar os líderes religiosos como aqueles que são as mais legítimas e confiáveis vozes locais, como fez a Arcanjo, porque não teriam ligação nem com o crime, nem com a política. Desta forma, quando se precisasse escutar as demandas locais ou receber algum *feedback* sobre a operação, trariam os religiosos e os escutariam. A segunda, seria através de ações conjuntas, onde o exército forneceria a infraestrutura necessária para realizações de grandes eventos, de caráter religioso, como cultos e shows gospel.

Na prática, houve a tentativa, na Maré, de copiar o modelo da Operação Arcanjo, mas o resultado não foi satisfatório. Além da resistência de alguns capelães, o fator fundamental foi que os primeiros comandantes da Operação não se interessaram pelo fator religioso a ponto de lhes dar prioridade, faltando o apoio inicial que houve a esta iniciativa no Complexo do Alemão. Contudo, um dos capelães, que chamarei de Barros Souza, entusiasmou-se com a proposta da missão e passou a acompanhar as tropas em campo e a fazer cultos, em parceria com as igrejas locais, em praças públicas. Outros capelães, menos simpáticos a este modelo, ao descrevê-lo, destacaram seu “*perfil mais operacional*”, e que era, na verdade, “*um sargento travestido de capelão, ele não é um capelão*”. Ainda sobre esta missão de contrainsurgência, veja o diálogo, numa roda de conversa, entre dois capelães.

A.: Basicamente, era estabelecer relação com os religiosos locais. (...) pra trazer eles a favor da operação.

B.: Ação de inteligência, né? Queriam que vocês atuassem em ação de inteligência. Inclusive, se captar alguma informação, melhor ainda.

A.: Também, também. (...) Isso não foi falado exatamente na primeira reunião, mas, por exemplo, na Aciso que eu fui tinha mais ou menos um papo desse, cara. De ficar “atento”. Entendeu? (...)

O trabalho do capelão, na forma do serviço religioso, colocaria-se assim a serviço da inteligência da operação, de forma a estar “atento”, podendo fornecer informações preciosas, que contribuiriam para o sucesso da missão. A relação esperada do capelão, um religioso militar, com as lideranças religiosas cristãs locais, religiosos civis, deveria estar num âmbito diferente da simples fraternidade cristã, passando por outros interesses, que vão até mesmo além de colocá-los para fazer campanha pró-militar. Seriam fontes de informações. Assim, a capelania se coloca a serviço de uma operação de contrainsurgência.

Na Maré, não se conseguiu alcançar as dimensões deste projeto de redenção, que foram alcançadas na Operação Arcaño, pelos possíveis motivos que apresentei. Chama a atenção, contudo, da parte dos capelães, estas interessantes figuras que transitam entre dois mundos, a forma como lidaram com a expectativa de que se tornassem o tipo do capelão a serviço de uma operação de contrainsurgência. Ao que tudo indica, a maior parte rejeitou este modelo, entendendo que sua missão deveria ser o cuidado pastoral de suas tropas, ou seja, uma missão interna, voltada para dentro da instituição. O capelão que rejeitou os limites desta missão interna, e converteu-se no capelão a serviço de uma operação de contrainsurgência era, segundo sua avaliação, um “sargento travestido de capelão”, ou seja, alguém que não havia compreendido o sentido da missão do serviço religioso e queria, na verdade, ser um soldado. Embora o capelão seja um militar, a natureza de seu serviço e a exigência institucional de que ele, antes de assumir o posto, tenha uma ordenação religiosa específica, e se mantenha vinculado a ela, atestada institucionalmente, além da óbvia questão do não uso de armamentos, faz dele um militar de tipo peculiar. Ele é obrigado a participar de dois mundos institucionais que podem ser bastante diferentes entre si, a igreja e a caserna, o que pode contribuir na produção de verdadeiros dilemas morais, como foi o caso de A. A socialização militar do capelão, que é um oficial, se dá de forma muito mais amena que a dos outros oficiais. Sua vinculação institucional religiosa, a uma igreja, fora da caserna, lhe traz outras obrigações e valores, que podem ser diferentes dos militares. Não quero dizer com isso que o militarismo e a religião sejam mundos opostos e que os valores cristãos são necessariamente opostos aos valores de grupos militares, mas que a participação nestes dois mundos demanda um certo grau de negociações, que pode vir a produzir conflitos internos e externos. O capelão, como esta figura que transita entre mundos, não é um soldado como os outros, pois ele não toca em armas. A arma é a fronteira que não deve ser transposta, é o que pode contaminar o capelão. Para que ele cuide da espiritualidade do soldado, precisa ser um soldado de tipo diferente, que não seja profissional da violência, que não possa estar disposto a matar o inimigo. Sua arma, nesse sentido, só pode ser espiritual.

Barros Souza, o capelão a serviço de uma operação de contrainsurgência, visto pelos outros capelães mais como um soldado do que como um religioso, evidentemente, não tocava em armas. Se o fizesse, perderia a “pureza” necessária para o cumprimento de sua função³⁶⁴, mas engajava-se na missão militar, junto de sua tropa, de uma forma que os outros capelães consideravam arriscado, não somente para sua própria integridade física, mas também para a

³⁶⁴ O texto referência sobre isto é, sem dúvida, o de Mary Douglas (2012)

natureza de seu ofício. Segundo meus interlocutores, ir à campo neste tipo de missão, ou seja, transpor as fronteiras da caserna, trazia um triplo risco. Primeiro, como vimos, o risco à integridade física do capelão, que, como elemento fardado, não usa armamento e, em caso de confronto, fica vulnerável. Segundo, por se tratar de um oficial, levaria os soldados a buscar sua proteção, o que poderia colocar em risco também a vida de soldados. Terceiro, poderia desqualificar o trabalho religioso, caso ele fosse associado à violência militar. Assim, com a melhor das intenções, em termos militares, Barros Souza, trouxe uma ameaça à ordem, quando transpôs certas fronteiras morais e simbólicas.

Mesmo sem entrar no mérito das relações entre uma teoria da violência e uma teoria da religião, que nos levaria a notar o quanto há de proximidade entre as duas, esta fronteira apontada pelos capelães é um dado relativamente recente e diz muito mais respeito a uma tradição relacionada à constituição do serviço religioso militar do que a religião em si. Afinal, a história do próprio cristianismo está repleta de relatos de padres e pastores com armas em punho, que não hesitaram em usá-las em guerras santas, em disputas de território, em invasões estrangeiras, entre outras. O uso de religiosos para trabalhos de inteligência militar, especialmente de contrainsurgência, também não é algo propriamente novo, e já foi utilizado, especialmente por exércitos colonizadores.

7.2 “O capelão celebrante”: a segunda fase

Apesar do engajamento de Barros Souza, o projeto do coronel Z. não ocorreu como planejado. Quando chegaram as tropas do sul do Brasil, em dezembro de 2014, traziam seu próprio capelão, que chamarei de B., e o CML foi, então, dispensado de fornecer seus capelães para o serviço religioso. O capelão que chegou à Maré, naquela ocasião, contou-me que o general responsável, Richard, não planejou o uso da capelania da mesma forma que o antecessor e o serviço religioso se restringiu ao mesmo trabalho que era prestado em seu local de origem: celebrações religiosas, dentro da base, e o cuidado pastoral dos soldados. O mesmo me relatou C., o capelão que chegou após B., acompanhando sua tropa vinda da região nordeste.

Um ponto, contudo, precisa ser destacado. A capelania militar é exclusivamente cristã e admite nos concursos de admissão padres católicos e pastores protestantes. O serviço

religioso, na Maré, entretanto, embora tenha tido a visita de padres e até de um cardeal católico, foi conduzido exclusivamente por pastores. Veja o que três capelães e um general, que participaram da Operação São Francisco disseram sobre esta questão:

Mas esse é o contexto religioso da operação. Porque os APOPs eram evangélicos, a população, se não era evangélica, a tendência evangélica, a própria força militar, muito evangélico, inclusive muitos oficiais que trabalharam no estado maior eram evangélicos. Então, esse é o contexto. E a presença de capelão, é evangélico, todos eles. (...) todos os três.

Esse dado só foi percebido e passou a ser destacado com a minha chegada lá. (...) aí começaram a colher informações e divulgaram ali. Os caras levantaram. Tinha show gospel, em igreja da Maré, que era pago pelo traficante. O traficante pagava pra destacar o nome daquele pastor que ele apoiava lá, que era amigo dele, que a mãe era dali, ou que o traficante era dali. O cara, o traficante, às vezes ele pedia pro pastor abençoar o seu trabalho, abençoar o fuzil.

Diferente do que aconteceu comigo no Haiti, houve uma preocupação em incluir o capelão no preparo da tropa e preparar o capelão pra ambientar o capelão com a missão. (...) Os capelães foram empregados no preparo da tropa, na formação moral e espiritual da tropa que ia ser empregada (...) Outra coisa, tivemos uma reunião preparatória, em Brasília, de estado maior, eu fui incluído pra, justamente, um simpósio de lições aprendidas. Simpósio de lições aprendidas na Maré. (...) O capelão, foi uma coisa interessante dessa missão. O general disse: 'É muito importante o trabalho do capelão nessa missão', e ele falou, 'especialmente do pastor'. E eles deram preferência a pastores.

E também identificamos nas lideranças religiosas um papel fundamental porque a igreja evangélica joga um papel fundamental nessas comunidades mais pobres. Isso é notório, né. Não há mais aquela presença das religiões afro-brasileiras. A umbanda e o candomblé praticamente não existem mais nessas comunidades. A igreja católica tem uma postura mais centrada em torno do seu templo, né, aquela paróquia, que tem uma ação em torno dela, mas a igreja evangélica tem muito mais liberdade de atuação, circula muito mais facilmente (...) nós chegamos a contar quase 150 templos evangélicos. E aí, tentando circular, e conversar. Algumas lideranças comunitárias também tinham esse papel, era comum. (General Richard Nunes)

Percebe-se, nas quatro falas, que o uso de pastores evangélicos na operação tinha a ver com certas representações que os militares construíram sobre religião na favela. De fato, há uma forte e crescente presença de igrejas evangélicas na Maré. Algumas das mais respeitadas lideranças locais são pastoras e pastores evangélicos, todos de tradição pentecostal ou neopentecostal. O exército entendeu que a presença de pastores, e não padres, seria mais eficiente no cumprimento da missão. Foi, inclusive, durante a época do comando do general Richard que houve a maior aproximação com redes religiosas locais, mas feita pelo próprio general e não pelos capelães. Deixarei, todavia, esta questão para a última seção do capítulo.

Nesta segunda fase, quando os militares se aproximaram de um grupo religioso local, alçando-o a uma posição de destaque nas relações civis-militares na Maré, os capelães não tiveram protagonismo. Um dos capelães me contou que sequer era convidado para participar das reuniões entre o general e os pastores, ficando encarregado somente das celebrações

religiosas e do acompanhamento de uma seção de redução de danos, onde os moradores se dirigiam para prestar queixas sobre situações envolvendo os militares.

7.3 “O capelão instrumento de incremento do poder de combate”: a terceira fase

Com a chegada do último capelão da Operação São Francisco, que chamarei de Oliveira Silva, acompanhando a tropa vinda de Brasília, inaugura-se a última fase da operação, vista a partir da perspectiva da capelania, e começa, também, a operação de desmobilização das tropas, quando ainda se cogitava a implantação das UPPs. Oliveira Silva, vindo da experiência no Haiti, que permaneceu até o final da operação na Maré, tinha o perfil significativamente diferente dos dois últimos capelães, vindos do sul e do nordeste, que caracterizei como “celebrantes”. Ele retoma e intensifica o plano da primeira fase, o do “capelão engajado”, trazendo à dimensão do serviço religioso uma faceta explicitamente instrumental e bélica: *“Sabe aquele gostinho de quero mais? (...) A maré me realizou. Eu tive muito apoio do comandante. Ele tinha essa consciência situacional do que era a Maré e do que o aspecto religioso representaria pra nós.”* (Oliveira Silva)

Dentre todos os capelães anteriores, ele foi o que parecia ter a mais forte consciência de que, mais que qualquer coisa, era um soldado a serviço de sua tropa e que sua ação, seu objetivo principal não era o cuidado da tropa, mas contribuir com questões voltadas para fora da caserna, que contribuíssem para o sucesso da operação: *“E isso daí o apoio da população, através dos líderes religiosos a gente poderia conseguir. Eles tinham que entender a missão e, de certa forma, ser favoráveis a que ela aconteça. E através das comunidades eclesiais poderia acontecer isso.”* (Oliveira Silva)

Sua percepção da aproximação com os líderes religiosos era exclusivamente pragmática: conquistar o apoio da população, para que ela fosse favorável à operação. A religião poderia, assim, contribuir para a produção de corpos dóceis e submissos, reduzindo o grau de contestação e crítica que, naquele momento da operação -os mais graves casos de vitimização já haviam ocorrido e o evento da Linha Amarela tinha sido, nas palavras de um morador, *uma noite pra ser esquecida-* já havia atingindo seu ponto máximo. Sua principal ação, nesse sentido, foi organizar um grande culto evangélico, dentro da base da tropa, com a participação de uma famosa pastora e cantora evangélica, onde convidou as lideranças religiosas locais, permitindo que levassem convidados. O objetivo do culto, além do “ânimo

espiritual” da tropa, era identificar e buscar a aproximação com as lideranças religiosas resistentes, até então. Este capelão, além de “engajado”, era também um “estrategista militar” que, de forma pragmática, instrumentalizava os “serviços religiosos” para o benefício da operação e da missão militar. Nesse sentido, seu entendimento da capelania é bastante significativo: *“O capelão, ele é um instrumento de incremento do poder de combate. (...) Ele tem que aumentar o poder de combate, mas ele também tem que despertar a consciência espiritual da finitude, né.”* (Oliveira Silva)

Para ele, a religião tem dois papéis. O primeiro é aumentar o poder de combate do soldado. Assim, fortalecendo-o espiritualmente, a religião torna o soldado um melhor combatente, ou seja, torna-o mais eficiente no uso da violência na guerra. Como os membros da Tropa de Louvor, grupo musical evangélico do Bope, analisado por Carly Machado (2015), os soldados, enquanto agentes do estado, têm uma missão mais que política, sagrada. Assim, “combater o bom combate não é um modo de referir-se a viver um dia a dia seguindo a vontade de Deus, mas de lutar contra o mal social, representado pela criminalidade, dispostos a matar e a morrer, como em uma guerra santa” (Ibid., p. 464). O segundo papel da religião é promover a consciência da finitude. Ou seja, por trás dessa missão sagrada do estado há uma recompensa eterna, desde que se entregue o coração a Cristo. Assim, na figura e nas palavras deste capelão, a religião é instrumentalizada como importante componente de sucesso da missão militar, um verdadeiro poder espiritual a serviço do poder armado, a cruz a serviço do fuzil, mas não de um fuzil qualquer. Se o capelão não pode portá-lo, pode ungi-lo e abençoá-lo, para que cumpra a missão santa da vitória do estado contra seus inimigos. Como apontou Carly Machado (2013):

A ocupação militar é assim “ungida em Cristo” e a paz que ela promove é a paz cristã que leva à liberdade. Procura-se assim afastar-se moralmente de qualquer possibilidade interpretativa que associe a presença do estado com uma prática ostensiva e violenta de militarização da vida cotidiana, visando controle e dominação. O soldado não é portanto aquele que faz o mal, mas o que leva o bem, a sentinela que guarda a cidade já que “se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela” (Salmos 127:1). (Ibid., p. 23)

Na seção seguinte, passo a analisar a aproximação entre os militares e um coletivo evangélico local, que se configurou com um dos mais importantes momentos da ocupação militar da Maré.

7.4 O coletivo “Juventude Relevante”

O evento descrito no capítulo anterior, em que foi lançada uma bomba de gás dentro de uma casa, levando ao sufocamento dos moradores, entre eles uma criança de dois anos, e a posterior adicional agressão às vítimas, acabou produzindo uma importante aproximação entre o comando militar e um grupo religioso da Maré. Uma das vítimas do evento, Gabriel, era pastor de uma igreja evangélica pentecostal na Vila do Pinheiro e liderava, junto com mais um pastor, Jader, de outra igreja local, um coletivo de jovens cristãos, a maioria moradores da Maré, chamado “Juventude Relevante”.

O coletivo reunia-se em locais públicos. Segundo seus líderes, no início, o trabalho era voltado para jovens universitários, com o objetivo de que levassem a mensagem evangélica para suas universidades, mas depois o trabalho se ampliou também para adolescentes³⁶⁵, além de, como disse um de seus líderes, *fazer com que essa galera se movimente pra fazer ações pra comunidade*. Após o evento na casa de um de seus pastores, o coletivo buscou o comando militar da ocupação para lhe cobrar uma posição sobre os excessos e *cobrar o que eles teriam pra oferecer à comunidade, além dos fuzis*. Esta aproximação foi vista com bons olhos pelo então comandante da Operação.

Já trouxemos uma agenda de reclamação. Não é possível que eu vou lidar com um cara de máscara, pô. Não é possível. Não é possível que o cara vá entrar dentro da minha casa sem mandato’. ‘Pô, tá acontecendo isso?’. ‘Tá’. Ai eu fui falando os locais em que tava acontecendo isso. ‘Não é possível que um cara do Comandos, acho que é fuzileiro naval, aborde um jovem, e esse jovem ficou nervoso, gaguejando, nervoso, o cara jogou o cara na parede’. (...) A partir desse dia, a gente passou a ser convidado, numa semana, duas vezes por semana pra ir lá. E aí, todas as vezes que a gente ia lá, a gente tinha contato direto com o general. (...) Não tinha uma ocorrência na comunidade que esse general não se dava a explicar pra gente. Por que que eu tô falando que esse cara era uma espécie de Messi dos generais. Esse cara era muito, muito assim, muito rápido, ele pensa muito rápido. (...) o cara, assim, meio que fazia a gente, civil, participar de um processo, assim, (...) o cara começou a fazer com que a gente se sentisse parte do processo. (Pastor Jader)

E também identificamos nas lideranças religiosas um papel fundamental porque a igreja evangélica joga um papel fundamental nessas comunidades mais pobres. Isso é notório, né. Não há mais aquela presença das religiões afro-brasileiras. A umbanda e o candomblé praticamente não existem mais nessas comunidades. A igreja católica tem uma postura mais centrada em torno do seu templo, né, aquela paróquia, que tem uma ação em torno dela, mas a igreja evangélica tem muito mais liberdade de atuação, circula muito mais facilmente (...) nós chegamos a contar quase 150 templos evangélicos. E aí, tentando circular, e conversar. Algumas lideranças comunitárias também tinham esse papel, era comum. E aí surgiu a figura do pastor Jader Cruz, que

³⁶⁵ Segundo a página, da rede social Facebook, do coletivo, eles são “um movimento cristão que instiga jovens a um estilo de vida de avivamento, gerando mudança em sua comunidade, causando transformação. Uma ação missionária nas comunidades do Rio de Janeiro”. (https://www.facebook.com/pg/juventuderelevante/about/?ref=page_internal)

deu uma palestra aqui no círculo, que é do coletivo Juventude Relevante. Eu vi muita seriedade na conversa com ele. Não era uma conversa religiosa na essência. Eu também não queria levar para esse lado. Acho que não cabia ali. Uma liderança que buscava através de uma mensagem também de paz apresentar alternativa para aquela juventude. É tudo que a gente precisa, de criar esse diálogo. (...) (General Richard Nunes)

O pastor Jader elenca as reclamações: soldados usando máscaras para não serem identificados, violações de domicílios, violência desmedida. O general os escuta e, então, os convida para encontrá-lo ao menos duas vezes por semana. Nestes encontros, conversa com os pastores e justifica as ações militares. Os pastores, por sua vez, são enredados naquilo que chamei em outro capítulo, tratando de pesquisas entre militares, de sedução³⁶⁶. Líderes de um pequeno coletivo religioso e pastores de duas igrejas de pequena e média expressão local - Jader, naquela época, era o pastor de jovens de sua igreja, uma espécie de pastor auxiliar do pastor presidente da igreja-, sem um destacado histórico de ação comunitária local, os dois são escolhidos pela autoridade local máxima como interlocutores privilegiados, aqueles que, de alguma forma, representariam a comunidade. Coube, neste caso, ao agente militar, arbitrariamente, escolher duas lideranças religiosas como aqueles que teriam acesso privilegiado ao comando. Ao contrário do que aconteceu no Alemão, não foram os capelães que mediarão este processo, mas o próprio comandante da força de pacificação, um general. Na fala dos pastores, houve sempre uma enorme simpatia por esta figura militar, que conseguiu, segundo Jader, fazer com que eles se sentissem parte do processo. Três anos depois, convidado para falar em um evento militar, Jader descreveu o evento na casa do outro pastor como fruto da providência divina, que proporcionou um espaço de escuta.

Nós tínhamos demandas, nós tínhamos apontamentos, a gente queria pelo menos ser ouvido. Tem um negócio que é legal para o cara da comunidade é ser ouvido. Talvez ele nem vá ser atendido, mas se ele puder falar, ele tá feliz da vida. E aí esse processo se deu, nós cremos no poder da oração, e eu entendo que esse entendimento é muito forte para a gente, porque nós oramos: Deus, abre esse diálogo aí, abre esse acesso aí. E esse acesso, por incrível que pareça, se deu através de uma granada de gás na casa do pastor Gabriel. Foi, não foi, pastor? Houve um problema de segurança na rua da

³⁶⁶ Mais de um ano depois do fim da Operação São Francisco, Jader publicou, na página do Facebook, do coletivo os seguintes elogios: *“Me alegre de saber que de alguma forma a semente da esperança foi compartilhada por pessoas que de sua forma se dedicam pelo bem. Através da mobilização juventude relevante tivemos acesso a pregação do evangelho para as forças de Pacificação, quando em operação no complexo da Maré. Além disso conhecemos pessoas incríveis que usaram todos os recursos possíveis para que a mensagem de paz e esperança pudesse alcançar um número ainda maior de jovens. Pessoas que tive a honra de trocar experiências e com eles aprender a seguir acreditando em dias melhores. Nesse tempo tive acesso a um cara maneiro demais, que mesmo sendo o comandante da operação entendia nossa causa e parava para nos apontar caminhos e ouvir nossa opinião sobre nossa comunidade, o general Richard Fernandes Nunes, um cidadão acima da média. Acredito que de alguma forma uma semente foi plantada, de esperança e mútua cooperação pelo bem da juventude brasileira. Minha gratidão aos queridos (...)”* (18 de agosto de 2016).

casa do pastor, o fuzileiro em problema com a comunidade. Eu não sei como, irmão, mas a granada de gás voou na laje dele. Quando explodiu na casa dele lá, o sobrinho dele já sem ar, conseguiram levar para o hospital, correram para o UPA da região. E o Gabriel foi falar com eles. Tacaram gás de pimenta na cara do pastor Gabriel. Falei, cara, se o acesso era pra pagar esse preço, era você mesmo, tenho certeza disso, não era eu não. Tacaram gás de pimenta na casa dele e eles foram no batalhão para conversar lá no CPOR. (CRUZ, 2017, p. 30-31)

O general, em sua fala, apontou que o exército mapeou os templos religiosos e chegou a contar quase 150 templos evangélicos na Maré. Reconhecendo o papel que lideranças evangélicas têm na Maré, viu na aproximação de Gabriel e Jader uma oportunidade de ouro para entrar neste mundo. Viu neles um possível acesso a esta rede, além de informantes privilegiados sobre questões da própria favela. Embora tenha feito reuniões com ONGs e presidentes das associações de moradores, houve na postura do militar, embora não explícita, como foi na Operação Arcanjo, uma nítida desconfiança para com estes atores. Não há dúvida de que, à parte toda discussão sobre a representatividade de ONGs e associações de moradores, tratam-se, especialmente as associações, de instituições profundamente enraizadas nas questões locais. A escolha, contudo, de oferecer um acesso privilegiado, foi na direção de dois jovens pastores, sem grande expressão local. Sua justificativa foi ter visto neles, além da questão religiosa, que não lhe interessava³⁶⁷, uma mensagem comum: a pacificação. No encontro do general com os pastores, do Exército Brasileiro com o coletivo religioso Juventude Relevante, encontraram-se dois *projetos de redenção* que pareciam ter coisas em comum.

O primeiro, militar, carregava o nome de um dos mais célebres santos da tradição católica, conhecido pelo cuidado com os pobres, a natureza e os animais, um instrumento da paz, não uma paz qualquer, mas a paz de deus. Parafraseando Guimarães Rosa, se deus vier, que venha armado, -trazendo assim o seu reino com toda a glória do estado. Sobre isto, a reflexão de Agamben (2011) sobre a relação entre o poder como governo e gestão efíza (*oikonomia*) e o poder como realeza cerimonial e litúrgica (*gloria*) é de grande utilidade. Nessa obra, o autor traça um diálogo direto com o pensamento de Foucault (2008), para quem, em uma análise sobre o pastoreio, a forma de poder característica do ocidente, que inspirou a forma de governamentalidade ocidental, como uma forma específica de poder sobre os homens, um matriz de procedimentos de governo dos homens, nasceu com o cristianismo, especialmente o medieval.

Primeiro, claro, vai haver, entre o poder pastoral da igreja e o poder político, uma série de interferências, de apoios, de intermediações, toda uma série de conflitos,

³⁶⁷ O general se afirmou católico.

evidentemente, (...), de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político será efetivamente uma realidade histórica no ocidente (FOUCAULT, 2008, p. 204)

Assim, em Foucault, a pastoral cristã faz parte do pano de fundo da formação do estado moderno, quando a governamentalidade se torna uma prática política calculada e refletiva, um verdadeiro governo dos homens. Agamben (2011) parte dessa premissa, mas propõe ir além. Deve-se, segundo ele, olhar para um ponto negligenciado pela filosofia política, e que vai além do governo e da gestão eficaz: a relação entre a *oikonomia* e a Glória “como que a estrutura última da máquina governamental do Ocidente” (Ibid., p. 10).

A análise das doxologias e das aclamações litúrgicas, dos ministérios e dos hinos angélicos, revelou-se, assim, mais útil para a compreensão da estrutura e do funcionamento do poder do que muitas análises pseudofilosóficas sobre a soberania popular, o Estado de direito ou os procedimentos comunicativos que regem a formação da opinião pública e da vontade política. (...) um dos resultados de nossa pesquisa foi precisamente que a função das aclamações e da Glória, na forma moderna da opinião pública e do consenso, continua presente no centro dos dispositivos políticos das democracias contemporâneas. Se os meios de comunicação são tão importantes nas democracias modernas, isso não se deve ao fato de permitirem o controle e o governo da opinião pública, mas também e sobretudo porque administram e dispensam a Glória, aquele aspecto aclamativo e doxológico do poder que na modernidade parecia ter desaparecido. A sociedade do espetáculo – (...) – é, desse ponto de vista, uma sociedade em que o poder em seu aspecto “glorioso” se torna indiscernível com relação à *oikonomia* e ao governo. (Ibid.)

Desta forma, Agamben parece propor uma solução para a aporia entre a sociedade disciplinar e de controle de Foucault e a sociedade do espetáculo de Debord. Sem negar o primeiro, sua ênfase recai, neste trabalho, no segundo. Uma das teses que Agamben procura demonstrar é que, da teologia cristã, surgem dois paradigmas políticos que se relacionam: a teologia política, que fundamenta em Deus a transcendência do poder soberano; a teologia econômica, “que substitui aquela pela ideia de uma *oikonomia*, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido estrito – tanto da vida divina quanto da vida humana” (Ibid., p. 13). Da teologia política, derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania, como apontou Carl Schmitt: “todos os conceitos centrais da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados” (2009, p. 37)³⁶⁸. Da teologia econômica, bem

³⁶⁸ Tradução minha. Schmitt verá, no conceito de Deus, dos séculos XVII e XVIII, a ideia da transcendência de Deus frente ao mundo, que corresponderá, na filosofia política, ao conceito da transcendência do soberano frente ao estado. No século XIX, predominarão os conceitos imanentistas de Deus, que corresponderão, por sua vez, “a tese democrática da identidade entre governantes e governados, a teoria orgânica do Estado e sua identidade entre Estado e soberania, a doutrina do Estado de direito de Krabbe e sua identidade entre soberania e ordem jurídica e, por último, a teoria de Kelsen sobre a identidade entre Estado e a ordem jurídica” (SCHMITT, 2009, p. 47, tradução minha). Contrariando a tese weberiana da secularização, Schmitt vê a contínua influência da teologia no mundo moderno, não como uma perfeita identidade entre os conceitos políticos e os conceitos teológicos, mas como uma relação específica de origem. Contrariando também as teses materialistas, que veem na economia a origem dos conceitos da teologia e da política, Schmitt aponta, de

no sentido foucaultiano, “a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social” (AGAMBEN, 2011, p. 13). Para Agamben, a teologia cristã, ao contrário do que pensou Schmitt, em relação a este ponto, é, desde a sua origem, econômico-gerencial, e não político-estatal. A diferença entre ambos pode estar no fato de que Schmitt se atém, especialmente, sobre a teologia e o pensamento político a partir de Bodin, quando Agamben vai até o Novo Testamento e dialoga com a Patrística e os teólogos medievais, particularmente na constituição das doutrinas da santíssima trindade e da providência de deus. “Providência é o nome da *oikonomia*, na medida em que esta se apresenta como governo do mundo” (Ibid., p. 127). Assim, o dispositivo providencial “contém algo como o paradigma epistemológico do governo moderno” (Ibid., p. 158).

De fato, o Estado moderno herda ambos os aspectos da máquina teológica do governo do mundo e apresenta-se tanto como Estado-providência quanto como Estado-destino. Através da distinção entre poder legislativo ou soberano e poder executivo ou de governo, o Estado moderno assume para si a dupla estrutura de máquina governamental. Ele traz algumas vezes as vestes régias da providência, que legisla de modo transcendente e universal, mas deixa livres as criaturas de que cuida, e outras com as vestes estrábicas e ministeriais do destino, que executa minuciosamente os ditames de providência e sujeita os indivíduos relutantes no vínculo implacável das causas imanentes e dos efeitos que sai própria natureza contribuiu para determinar. O paradigma econômico-providencial é, nesse sentido, o paradigma do governo democrático, assim como o teológico-político é o paradigma do absolutismo. (Ibid., p. 159).

Quando os militares vão ocupar os Complexos do Alemão e da Penha, em 2010, após as internacionalmente famosas cenas de fuga pela mata de criminosos da Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão, formou-se um gigantesco aparato de guerra e de exibição de poder e glória do estado, na preparação de uma batalha que nunca houve. A ocupação foi negociada e os principais criminosos saíram com apoio de policiais, pagando caro por isso. Não houve a resistência esperada, mas as cenas de ocupação foram uma ufanista exibição de poderio bélico, culminando na fixação da bandeira nacional no topo de um dos morros do Complexo do Alemão. Como na extraordinária descrição do estado-ritual de Negara, feito por Geertz (1980), naquele espetáculo ritual de poder militar na cidade e na favela, o estado brasileiro se tornava vivo e concreto para aqueles que o assistiram e enviava uma mensagem para os investidores que poderiam desacreditar do Rio de Janeiro como a nova capital dos megaeventos internacionais. Como em Negara, foi uma situação em que *status*, no sentido de posição, condição; *pompa*, no sentido de esplendor, exibição, dignidade; e *governo*, no sentido de reinado, regime, domínio, senhorio – se interconectam, numa grande exibição

forma genealógica, bem antes de Foucault, a origem teológica dos modernos conceitos políticos, principalmente o de soberania.

pública. O nome dado à ocupação militar foi Operação Arcanjo³⁶⁹. Agamben (2011) estava certo mais uma vez ao apontar que a angelologia coincide imediatamente com uma teoria do poder e que o anjo seja a figura por excelência do governo do mundo. Na tradição religiosa, o arcanjo é o anjo da mais alta ordem da hierarquia celeste e um mensageiro divino, uma espécie de príncipe entre os anjos, um anjo de poder.

Quatro anos depois, já consolidada a cidade dos megaeventos, prestes a receber a Copa da FIFA, a ocupação da Maré deixou de lado a glória da referência aos arcanjos e escolheu um santo mais manso, organizador de uma ordem religiosa que perdura há séculos. A Operação São Francisco foi bastante diferente. Anunciada com antecedência, não esperou e não enfrentou resistência inicial. A entrada foi mais discreta, sem o triunfalismo e a pompa da Arcanjo. Se esta foi marcada pelo paradigma da glória, aquela pelo paradigma do governo. Logo que ocupou a Maré, o exército começou sua produção de informações, levantamentos e estratégias para o sucesso da missão. O mapeamento dos templos religiosos confirmou o que já fora aprendido no Alemão: o importante papel que as redes religiosas evangélicas desempenham e como elas se configuram como uma alternativa à vida no crime, especialmente para os jovens.

De volta ao encontro entre estas duas esferas, o segundo projeto de redenção tem caráter civil, representado pelo coletivo Juventude Relevante³⁷⁰. Muito diferente de percepções passadas, quando protestantes, especialmente os de tradição pentecostal, traziam um discurso de separação para com o mundo, que os levava, por vezes, a se tornarem grupos mais fechados em suas igrejas, refratários à participação em espaços públicos não religiosos, aos espaços acadêmicos e à política, seus líderes têm um forte discurso inclusivo, gostam de se envolver em questões públicas, estimulam os jovens ao desenvolvimento profissional e à entrada na faculdade, são ativos nas redes sociais e usam habilmente instrumentos que misturam psicologia, empreendedorismo, marketing, coaching e compêndios de autoajuda para seus ministérios pastorais³⁷¹. Com o passar dos anos -acompanhei suas redes num período de mais de cinco anos- passaram a disputar nas redes sociais questões polêmicas, especialmente as que envolviam discussões sobre aborto, gênero, em um viés abertamente

³⁶⁹ Analisei com maior profundidade esta operação em Esperança (2014a, 2016 e 2017)

³⁷⁰ Faço esta análise a partir das entrevistas com seus pastores líderes e da análise das redes sociais, tanto dos pastores quanto do coletivo.

³⁷¹ Há uma vastíssima literatura sobre evangélicos nas ciências sociais brasileiras. Não pretendo, neste trabalho dar conta dela. Sugiro, em caráter introdutório: Mafra (2001), Mendonça e Velasques Filho (2002), Mariano (2005), Mesquita (2009), Birman (2009), Leite (2009), Mafra e Almeida (2009), Birman e Machado (2012), Machado (2013, 2018), Vital da Cunha e Lopes (2013) e Almeida (2017).

conservador e com muitas acusações ao que chamam de “esquerdismo”, representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Apoiaram a campanha e celebraram efusivamente a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, mantendo o apoio a ele no controverso primeiro mês de governo.

A questão central desta análise e, possivelmente, deste capítulo é mapear e tentar compreender quais as *afinidades eletivas que unem evangélicos e militares, um discurso religioso e um discurso de segurança, religião e militarização*. As pesquisas que empreendi em três diferentes lugares ocupados militarmente -Batan, Complexo do Alemão e Maré-, não me autorizam a construir uma ampla teoria sobre esta relação, mas me permitem fazer apontamentos que podem contribuir para uma elucidação desta questão, que entendo ser uma das mais urgentes para as ciências sociais brasileiras na atualidade. Antes de buscar estes elementos, porém, passo a apresentar como, efetivamente, se deu a aproximação entre o coletivo religioso e os militares, no contexto da Operação São Francisco.

Além dos encontros duas vezes por semana com os pastores, foram organizados dois fóruns, chamados Fóruns de Reflexão e Ação, abertos à participação de todos os moradores; as Acisos passaram a ser apoiadas e divulgadas pelo coletivo; foi realizado um culto evangélico dentro da base da força de pacificação, com a presença de uma pastora e cantora gospel famosa; outra ação que realizaram foi voltada para o Parque Ecológico da Maré, uma pequena área verde dentro da favela, onde fizeram *um dia de semear esperança*, e plantaram, apoiados pelo exército, mudas de árvores no local.

Tabela 3 - Imagens da parceria entre militares e o coletivo Juventude Relevante





Imagem 18: o segundo fórum, realizado no Museu da Maré



Imagem 19: mobilização no Parque Ecológico da Maré



Imagem 20: mobilização no Parque Ecológico da Maré



Imagem 21: mobilização no Parque Ecológico da Maré

Fonte: redes sociais do coletivo, 2016.

Então a gente tinha que ter uma noção do que estava acontecendo. A Força de Pacificação falava algo que não chegava na comunidade. E aquela questão ali foi muito clara para mim, que a gente precisava, então, trazer a comunidade para ouvir diretamente o general falando. Então qual foi a sacada que nós tivemos? Já que eles estavam propondo, desculpa, aquela questão toda que aconteceu, o E9 sempre teve esse papel de construção, de tentar dialogar. A sacada foi simples: nós fizemos então, realizamos, propusemos um fórum de reflexão e ação e esse fórum tinha como objetivo trazer a comunidade para falar e ouvir direto do General o dia a dia ou as questões que envolviam a operação naquele momento. Nós propusemos isso. Essa aproximação, essa ideia de aproximação, essa ideia de construção de diálogo. O General topou na mesma hora e a fala do General sempre ativava a gente, encorajava a gente. O General falava o tempo todo: “Cara, a Maré tem jeito. Vamos para cima. A Maré tem jeito, dá para fazer, dá para fazer”. (CRUZ, 2017, p. 32)

Na verdade, o fórum dele foi dentro do CPOR. Ele abriu³⁷². Foi um grupo bem tímido e no segundo foi com o De Sousa³⁷³, mas o De Sousa se furtou muito, não respondia, sei lá, o Richard, a gente vibrou muito com o Richard porque o Richard é uma

³⁷² Refere-se ao general Richard.

³⁷³ O general cuja tropa substituiu a tropa do Sul.

camarada, só faltava ele ficar em pé pra falar (...). no fórum dele deviam ter uma quinze ou vinte pessoas, no segundo tinha um pouquinho mais. (...) tinham muitos universitários (...). (Pastor Gabriel)

O primeiro fórum foi realizado numa base militar, o que teria contribuído, segundo eles, para o pouco comparecimento.

Nós identificamos também um problema seríssimo. Pro general vim, (...) com o general vinha uns duzentos, trezentos homens. Assim, o cara que ia pro fórum, ele voltava. (...). (Pastor Jader)

Tivemos dificuldade de fazer com que os jovens fossem lá, porque tinha essa questão que o Coronel falou de: você vai lá fazer o quê? Você vai falar o quê? Você vai falar de quem? Então o segundo fórum foi em um outro contingente. (CRUZ, 2017, p. 32)

A ostensiva presença militar teria contribuído, também, para que as pessoas ficassem intimidadas em comparecer.

Associação foi. Alguns jovens e as pessoas ligadas a esses jovens. Foi o pessoal do Maré Vive, no segundo. O Luta não foi. Pessoal do Redes foi no segundo também. No primeiro, ninguém foi. No primeiro, ninguém para além do Juventude Relevante. Quando a comunidade viu que o primeiro foi no CPOR, 'pô, vou fazer o que lá? Tá maluco? Os caras vão mandar me matar aqui depois'. A gente dava início. Falava o motivo do fórum, e eles se apresentavam. Maria Angélica³⁷⁴, geral...pessoal da mesa se apresentava. Todos os dois tinha aquele momento de oração inicial, mas não tinha aquele momento de discurso da palavra, não, era só o fórum mesmo. Apresentava o Juventude Relevante. Primeiro o pessoal da mesa falava, se apresentava. Depois da mesa, entrava a galera falando ... o pau cantava. (Pastor Jader)

Jader contou que o segundo fórum, embora tenha tido muito maior participação, para além do Juventude Relevante, foi mais tenso que o primeiro, por causa da pessoa do general De Souza, *mais seco, mais general*. O general Richard teria construído, a seu ver, um discurso de aproximação e empatia, o que De Souza não se esforçou em fazer, embora tenha liberado recursos.

O segundo foi general, na essência, meu irmão. (...) 'você falou aí de falta de direitos. (...) ah, mas se a gente impor a lei (...), não existe direito, a gente tem que entrar e resolver. O exército tem que entrar e resolver'. Coisas do tipo, assim. Foi meio que mostrando assim, 'oh, eu ainda posso piorar essa parada'. Aí, foi meio que mostrando a força. 'Não, a gente tá aqui pra respeitar a comunidade, mas também não pode ser desrespeitado. Uma vez que atiram uma munição, eu atiro cem. Uma vez que tacam...'. Aí foi falando. 'Se tacarem uma granada, eu tenho tanque pra acabar com uma guerra'. (...) 'Todos os dias vocês tão dizendo que a gente tem violência contra a comunidade, mas e a violência contra o militar?'. Aí ele começou a falar dos casos de violência contra o militar. (Pastor Jader)

Embora a aproximação tenha tido continuidade, na forma do fórum, o pastor reclama da diferença de tratamento em relação ao anterior. Conforme mostrei no capítulo anterior, as

³⁷⁴ Maria Angélica era, naquela época, coordenadora do curso de Psicologia da Unisuam, uma universidade privada, que fica no bairro de Bonsucesso, vizinho à Maré. Ela chegou a desenvolver um trabalho junto aos militares chamado "Educação pela paz" e se envolveu também na realização dos fóruns e na mediação entre os militares e outras instituições.

mudanças de tropa implicavam numa quase total reconfiguração das relações. Cada general, por sua vez, trazia uma missão específica e adotava sua forma de gestão do território. Se a relação com De Souza foi distante, o seguinte, general Negraes, segundo Jader, nem quis se aproximar.

‘Minha operação aqui é desmobilização, pastor, mas enquanto tivermos o pé aqui, se necessário for, a gente vai reagir com a força da lei’. Eu olhei, falei: ‘esse discurso não é maneira andar com ele, não’. Até porque eles tavam tentando articular a ideia da gente combinar, a partir de então, com a upp, teoricamente tava vindo. (...) falei: ‘pô, não dá não’. Joguei aberto, na moral, com a polícia militar. Como é exército, é possível caminhar, porque historicamente o exército não é inimigo do tráfico. Pontualmente, tá sendo, mas existe uma molecada, ainda, militar que não tá sendo cobrada por isso. A polícia militar não tá não. ‘Não posso fazer mobilização de aproximação de vocês, porque não dá, não dá’. E fui mostrando. Desse casamento, aconteceu o divórcio a partir do Negrais. Um cara super duro, seco. (Pastor Jader)

A possibilidade de manter esta mesma proximidade com a polícia militar produziu o recuo dos pastores, a fim de se preservarem de represálias dos criminosos locais, que os monitoravam a todo o momento e a quem tinham que, periodicamente, prestar conta de suas ações. A percepção final, em relação à Operação São Francisco, foi de desapontamento.

Começamos a recuar a partir do momento que começamos a se frustrar com a ideia de que não haveria continuidade daquele um bilhão investido. ‘Cara, realmente, não vai ter não’. O que a gente ouvia lá atrás e o que, de certa forma, a gente tentava ponderar era a ideia de que isso era pra, era uma mobilização sem fruto, vamos dizer assim, era real. A gente não acreditava, a gente queria algo que fosse pra frente. Graças a deus, a gente entrou e saiu desse processo sem se queimar com a bandidagem. (...) era operação pura e simples, pra abafar pra copa. A impressão que a gente tem é exatamente essa. Não tem nenhum morador aqui que não acredite nisso. (Pastor Jader)

Além dos fóruns e da mobilização no Parque Ecológico, houve a realização, no final da Operação, de um culto evangélico, organizado pelo capelão Oliveira Silva, na base da força de pacificação, no CPOR, que contou com a presença da pastora e cantora evangélica Fernanda Brum, uma celebridade no meio evangélico. Além dos militares, foram convidados os integrantes do coletivo religioso e outras lideranças religiosas locais. Para o setor de “assuntos civis” do exército, esta foi a oportunidade de fazer contato com líderes religiosos que ainda não haviam se aproximados dos militares. Quem sabe, expandir a aproximação para além do Juventude Relevante. Os que participaram da celebração religiosa, com quem consegui conversar, foram unânimes em afirmar que foi *uma bênção*. A imagem da célebre pastora e cantora vestida com roupas militares³⁷⁵, para o culto, é bastante sugestiva e me

³⁷⁵ Carly Machado (2013) etnografou um show gospel ocorrido no contexto da Operação Arcanjo, no Complexo do Alemão, onde houve a apresentação do grupo Diante do Trono. Sua líder, Ana Paula Valadão, em vídeo produzido dois anos depois, em um congresso para mulheres, entrou no culto fardada com roupas do exército, num encontro entre as estéticas gospel e militar, entre o Ministério Diante do Trono e o Ministério da Defesa. A autora conclui que “Se o *ethos* militar neste culto para mulheres poderia ser lido exclusivamente pelo véis da

permite construir algumas impressões e apontamentos sobre a relação entre militarização e religião, especialmente os evangélicos, no Rio de Janeiro. Afinal, como já, precisamente, apontou Carly Machado (2013), “o som da pacificação é a música evangélica” (Ibid., p. 15).

Imagem 22 - No primeiro plano da imagem, à direita, o pastor Jader, à esquerda, a pastora e cantora Fernanda Brum.



Fonte: Perfil do coletivo Juventude Relevante no Facebook, 2016.

Seguindo a observação de Carly Machado (2015), em pesquisa sobre a igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD) e o Ministério Tropa de Louvor, formada por policiais evangélicos do BOPE, identifiquei no trabalho do coletivo³⁷⁶ Juventude Relevante um tipo de missão voltada para uma espécie de *conversão à cidadania*. Como frisou um de seus líderes, o objetivo de reunir jovens e adolescentes em espaços públicos era o de fazer com que se engajassem em ações sociais voltadas para a favela³⁷⁷. Na prática, pouca coisa realmente saiu da intenção, mas a palavra dos pastores e as orientações que prestavam eram no sentido de construir no grupo um *modelo específico de cidadania*, onde a conversão a Cristo era acompanhada de uma conversão ao estado e à certo tipo de modelo de cidadão. Assim, além das mobilizações para o replantio de mudas e campanhas para doação de sangue, havia o incentivo e a divulgação para a realização de cursos e a busca por emprego. Antes de se

“metáfora” da guerra espiritual, a imagem do show de Ana Paula Valadão dois anos antes cercado por tanques do Exército e seus soldados no Alemão nos faz pensar em imbricamentos mais complexos de discursos, práticas e instituições neste contexto, para além das metáforas.” (Ibid., p. 24).

³⁷⁶ É importante frisar neste ponto que, na prática, o grupo não funciona como um coletivo, mas sim como um grupo hierarquizado liderado pelos pastores Jader e Gabriel, que permanecem sempre como o centro das atenções e das decisões.

³⁷⁷ Sobre as parcerias entre igrejas protestantes afro-americanas e o estado, em bairros pobres, nos Estados Unidos da América, ver Owens (2007).

aproximarem dos militares, a mensagem pastoral era de que o exército deveria ser bem acolhido, que mudanças ocorreriam e os cristãos deveriam, além de apoiar a ocupação, orar pela pacificação. Todos deveriam, também, andar com seus documentos em dia – e caso não o tivessem, providenciar. Exercer esse tipo de cidadania “modelar” serviria como exemplo para que outras pessoas se aproximassem da mensagem cristã.

Se, no caso da ADUD, como observou Machado, a conversão simultânea a Cristo e à cidadania promovia a transformação de bandidos, agora ex-bandidos, em cidadãos, aquilo que o estado continuamente fracassou em fazer, no Juventude Relevante, o objetivo parece se sustentar num tripé: a proposta de um caminho alternativo à vida no crime, para os que estão de fora (se a ADUD tem como foco de sua missão evangelizadora o criminoso, o Juventude Relevante tem como foco o adolescente e o jovem antes que ele ingresse na vida criminosa); a constituição de uma religião de caráter cívico, para os que estão dentro, engajada em lidar com certas questões sociais identificadas como marcas deste engajamento³⁷⁸; uma proposta alternativa de engajamento e cidadania, que contrasta com a de outras organizações locais, o que leva à próxima observação.

Ao contrário da ADUD³⁷⁹ que opera, e isso explica parte de seu “sucesso”, em um campo onde há um enorme déficit institucional, o Juventude Relevante não opera em um espaço de fracasso de outras iniciativas. Entre as propostas que envolvem aspectos de cidadania, o coletivo disputa um espaço e o mesmo público com muitas organizações locais. Pode-se dizer que, quando o grupo religioso entrou na água, já havia organizações locais nadando a braçadas. Há diversas ONGs, na Maré, que trabalham com juventude. Algumas bastante reconhecidas, como a Redes, o Observatório de Favelas, o CEASM, o Conexão G, o Luta pela paz, o Instituto Vida Real. Isto não significa que elas consigam realizar todo o trabalho possível, evidentemente, mas, na Maré, qualquer adolescente ou jovem interessado, consegue ingressar em algum projeto destas instituições, seja de esporte, reforço escolar, comunicação, dança, pré-vestibular, entre outros. Inclusive, como seria de se esperar, estas

³⁷⁸ Não se pode perder de vista, também, que muitos adolescentes e jovens que ingressam nos grupos criminosos locais são oriundos de igrejas evangélicas. Muitos destes continuam a conjugar a vida no crime com práticas religiosas pentecostais, como demonstrou Vital da Cunha (2008, 2009, 2015). Em recente pesquisa sobre a nova configuração das redes do tráfico após a implantação das UPPs, tendo entrevistado 261 jovens e adultos inseridos em rede de tráfico de drogas de varejo, Willadino, Nascimento e Silva (2018), 44,5% afirmaram ter religião, com predomínio de evangélicos (31,1%). Dentro desse grupo de religiosos, 25,9% afirmaram, também, ser praticantes. Isto aponta para a possibilidade de uma conjugação entre as práticas religiosa e criminosa, especialmente entre evangélicos.

³⁷⁹ Vale destacar que, em 2018, orientei trabalho de conclusão de curso, na área do Serviço Social, sobre o trabalho da ADUD com egressos do sistema prisional.

organizações trabalham com muitos adolescentes e jovens evangélicos. Mais algumas observações podem ser feitas a partir deste ponto.

A formação deste coletivo pode ser interpretada como, simplesmente, uma iniciativa de dois amigos, pastores em duas igrejas da Maré, que desejaram criar um espaço de convivência para os jovens de sua igreja, com um caráter de atuação voltado, como vimos, para a promoção da cidadania. Esgotar a explicação nesse ponto faz, contudo, perder de vista um aspecto mais sutil e complexo. Na conversa que tive com os pastores³⁸⁰ e no acompanhamento de suas redes sociais e as do coletivo, apareceu o ponto que, talvez, seja o nodal: a aproximação com outras organizações locais era feita com reservas porque eles identificavam nelas, segundo suas próprias palavras, uma “ideologia esquerdista”, que contrastava com seu conservadorismo. Essa “ideologia esquerdista” era percebida na forte crítica, feita por algumas destas organizações, ao estado em sua atuação na Maré, especialmente em relação à violência policial, além do apoio a políticas identitárias, raciais e de gênero. Em outras palavras, algumas das mais atuantes organizações locais desenvolvem projetos, eventos e intervenções locais numa perspectiva antirracista, tendem a ser libertárias em questões de gênero³⁸¹, mantém relações próximas com alguns políticos da esquerda carioca, especialmente aqueles ligados às questões de direitos humanos, desenvolvem projetos artísticos ousados e críticos, ou seja, atuam numa perspectiva que desagrade aqueles que têm uma visão mais conservadora de mundo ou, mais precisamente, que se enquadram nesta nova onda do ultraconservadorismo brasileiro.

O Juventude Relevante se apresentaria, assim, como um espaço alternativo, onde estes jovens poderiam se engajar num *modelo de cidadania conservadora*, não contestatória. Entre as mensagens pastorais estavam a defesa da virgindade antes do casamento, a defesa das restrições ao aborto, a crítica a manifestações artísticas que envolvessem nudez e àquilo que entendiam se tratar de um ataque à moral sexual conservadora cristã. Os responsáveis por esses ataques ao cristianismo eram os “esquerdistas”. A suposta “ideologia esquerdista” estava, a ser ver, então, ligada a pautas morais e de costumes e a uma perspectiva, na área da política de segurança, contestatória, contrária ao estado. Assim, o Juventude Relevante almejou ocupar um espaço de promoção de engajamento juvenil que não estivesse “contaminado” com elementos que, a seu ver, poderiam afastar os adolescentes e jovens da

³⁸⁰ Entrevistei-os separadamente.

³⁸¹ A liderança feminina é notável em parte destas instituições. Há, também, na Maré, uma organização voltada para a defesa das pessoas LGBTQ+, o Conexão G, liderado por uma mulher transsexual, Gilmara, que tem um significativo histórico de engajamento local.

(conservadora) mensagem cristã³⁸². Esta questão, que já aparece com força em 2014 e 2015, se intensifica com o passar do tempo. Em 2018, como apontei, os pastores se engajaram, como muitos outros grupos evangélicos, não somente nos ataques ao “esquerdismo”, mas no apoio ao, então candidato a presidente, Jair Bolsonaro.

Este recorte político é, a meu ver, fundamental para se compreender a aproximação entre o coletivo religioso e os militares. Havia entre eles muitas afinidades eletivas. Não quero afirmar, evidentemente, que houve entre o Juventude Relevante e o exército uma explícita aliança política de interesses comuns e de enfraquecimento de certos grupos locais, mas que houve uma aliança de interesses comuns, de inevitáveis implicações políticas, que só foi possível por haver entre as lideranças, de ambas as partes, muitas afinidades. Para os militares, o coletivo trazia uma mensagem de paz que se enquadrava no projeto estatal de pacificação, como uma gestão de almas e de corpos convertidos a uma cidadania submissa e não contestatória³⁸³. Os religiosos não traziam a aguda crítica à ocupação militar em si, que

³⁸² A própria ideia inicial dos pastores de trabalhar com jovens cristãos universitários aponta para a percepção da universidade como um espaço perigoso para a mentalidade cristã conservadora e onde os jovens têm contato com outras realidades que, em muitos casos, os levam a serem mais críticos e questionadores.

³⁸³ Cabe um comentário sobre o conservadorismo militar. Dois textos clássicos sobre a mentalidade militar contribuem para se entender melhor esse caráter. Para Huntington (1996), a mentalidade militar é marcada pelo que chama de um realismo conservador da ética militar profissional: “a ética militar enfatiza a imutabilidade, a irracionalidade a fraqueza e a maldade da natureza humana. Proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. (...) a ética militar é pessimista, coletivista, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista em sua visão da profissão militar. É, em suma, realista e conservadora” (p. 96-97). Para Janowitz (1967), o soldado profissional é fundamentalmente conservador porque sua origem remonta à nobreza pós-feudal da Europa e de seus equivalentes sociais nos Estados Unidos, tendo como protótipo a oficialidade prussiana (p. 27). A própria natureza da guerra contribui para esse conservadorismo: “Preparar para a guerra e fazer guerra equivale a enfrentar uma contínua incerteza, carregada de graves consequências. Tão grandes são as incertezas da guerra que o mais elaborado planejamento de paz e os exercícios mais realistas são, na melhor das hipóteses, débeis indícios de novos fatores imponderáveis. A doutrina dogmática é uma típica reação reflexiva organizacional a incertezas futuras. O que sucedeu no passado vem a ser um poderoso precedente para realização futuras” (JANOWITZ, 1967, p. 28). Pensando no caso brasileiro, Nelson Werneck Sodré (2010), um dos mais completos exemplos da intelectualidade militar brasileira, chegando ao posto de general, expurgado da instituição após o golpe de 1964, a história militar do Brasil é marcada por muitos eventos em que o exército teve uma função democrática, progressista, modernizadora e estando ao lado do povo na defesa de interesses nacionais, contudo, a partir da II Guerra Mundial e a constituição da Escola Superior de Guerra e a doutrina da segurança nacional, decisivamente direcionada por interesses norte-americanos, com fins à subordinação da América Latina (SODRÉ, 1987) fez prevalecer a ala golpista e reacionária dos militares. Hélio Silva (1984), analisando a reviravolta da intervenção militar de 1964, evocando José Nun, destacou que, “na sociedade oligárquica (tradicional ou agrária), o soldado é um radical; numa sociedade de classe média, ele é participante (na política) e um árbitro; mas, quando a sociedade de massa desponta no horizonte, ele se torna o conservador guardião do *status quo*. Assim, quanto mais atrasada é a sociedade, mais progressista é o papel dos militares; quanto mais adiantada a sociedade se torna, tanto mais conservador e reacionário o papel de seus militares. (...) Se a sociedade é capaz de caminhar na direção de uma política de massa (...), quando isso ocorre em sociedade providas de instituições políticas eficazes, os militares envolvem-se num esforço conservador para proteger o sistema existentes contra as incursões de classes baixas, particularmente das classes baixas urbanas” (p. 29). É claro que o que Silva evoca, utilizando-se de Nun,

algumas organizações desenvolviam, mas apenas cobravam questões pontuais que, na visão do exército, eram legítimas e contribuía para o sucesso da missão. Poderiam, então, tornar-se informantes privilegiados e instrumentos de propaganda para as ações e os benefícios que a operação trazia. Além disso, não eram imbuídos de qualquer perspectiva antiestatal ou antimilitarização e, especialmente, tinham uma perspectiva de mundo conservadora, simpática ao autoritarismo e avessa ao “esquerdismo”. Por fim, não carregavam as marcas de “contaminação” de relações com políticos ou os grupos criminosos armados, cuja suspeita recaía sempre, pelo olhar militar, sobre as ONGs e as associações de moradores.

Para os religiosos, ao menos em sua esperança inicial, antes de frustrarem-se com o fracasso da pacificação, as forças armadas seriam um instrumento de deus para uma transformação da Maré³⁸⁴. Jader chegou a interpretar a granada que caiu na casa de Gabriel como ato da providência divina. Ao ocupar o território, mais do que simplesmente cuidar da questão da segurança, a fim de evitar que a Maré se transformasse num problema para a FIFA e para o IOC, os militares se empenharam numa gestão que ia muito além, administrando também a circulação, a sociabilidade, especialmente a juvenil, a moral (especialmente em relação ao funk e ao uso de drogas ilícitas) e, através de suas ACISOs, com produção de documentos, balcão de empregos, acesso à justiça, cuidados médicos, atrações educativas para crianças e casamentos coletivos, uma verdadeira gestão social e política da população local, ou seja, na percepção de Foucault, uma gestão pastoral.

Houve, assim, na Operação São Francisco uma perspectiva de missão civilizatória que almejava converter os “incivilizados” da Maré à cidadania, ou melhor, a um modelo de cidadania. Este “novo cidadão de bem” não deve circular sem seus documentos, pessoais ou de seus automóveis; não deve circular de madrugada, a não ser indo ou voltando do trabalho; os jovens devem estudar ou trabalhar, não ficando nas ruas da favela, ociosos, porque isto é um sinal de conivência com o crime, quando não a própria marca da criminalidade; não deve consumir drogas ilícitas, porque consumi-las transforma o indivíduo em suspeito e o degrada moralmente; os eventos locais devem ser ordenados, não utilizando indevidamente o espaço público e respeitando os horários e o volume de aparelhos sonoros – de preferência que não

para interpretar o caso brasileiro, não se aplica a todas as situações -o caso africano e de alguns países que foram comunistas no passado diferem bastante desse modelo- mas é uma interessante contribuição para interpretar a ação militar conservadora no Brasil.

³⁸⁴ Owens (2007) chama a atenção para o fato de que estes ativistas religiosos interpretam suas ações de parceria com o estado como um modo de manifestar sua fé, mas também pretendem influenciar a política pública em bairros de baixa renda. Desta forma, as parcerias com o governo podem ser um meio de engajamento político em nome das pessoas pobres.

toquem funk; deve ter acesso à justiça para regularizar suas pendências; deve ter emprego de carteira assinada; os comerciantes devem ter seus comércios regularizados; deve cuidar de sua saúde, especialmente quanto aos cuidados básicos em relação à pele, aos dentes, à pressão arterial e à diabetes; as crianças devem ver no soldado um herói, para isso, revistinhas militares infantis são distribuídas e atrações feitas para conquistar-lhes a admiração e a simpatia; para evitar o “amaziamento” e a “promiscuidade”, os casamentos coletivos dão o aval e a benção do estado e da religião (cristã) às famílias locais, que viviam “irregulares” ou “em pecado”; por fim, não devem subverter a lei e a ordem, sendo obedientes às autoridades, evitando ações contestatórias e manifestações públicas contra esta ordem, imposta militarmente pelo estado.

Esta versão da cidadania é perfeitamente compatível com a proposta pelos evangélicos em questão, e a maior parte dos evangélicos, em geral. O projeto de cidadania cristã engajada do Juventude Relevante é praticamente o mesmo da gestão pastoral militar. A empatia dos pastores com a liderança militar, especialmente com o general Richard, é uma empatia de projetos e afinidades. De alguma forma, Jader, Gabriel e Richard são todos pastores de corpos e almas. Os primeiros são instrumentos religiosos da conversão a Cristo e à cidadania, tendo como arma a palavra de deus, “viva e eficaz, mais afiada que qualquer espada de dois gumes”³⁸⁵. O segundo é instrumento estatal da conversão à cidadania (e por que não a Cristo, ou mais precisamente, um modelo de cidadania cristã?), tendo como armas o fuzil e o tanque de guerra, mas também todos os instrumentos do estado de cuidado para com os corpos e de criação da cidadania, pela distribuição de documentos e a administração da vida.

Este general, e especificamente *este* general, trazia, além das armas e do acesso aos bens da cidadania, uma postura ainda mais pastoral, circulando pela Maré, conversando com as pessoas, criando espaços de escuta e acolhimento e um discurso mais empático e suave. Quando o comando é trocado e vêm outros generais, com outros modelos de ação, mais militarizados e menos pastorais, “mais generais”, os pastores sentem a diferença, decepcionam-se e começam a se afastar, ou serem afastados, da presença do comando.

Cabe, aqui, uma melhor explicação do que chamei de “visão conservadora de mundo” em relação ao coletivo religioso. Este conservadorismo deve ser visto a partir de dois aspectos. O primeiro é de caráter propriamente religioso³⁸⁶. Há tempos que o pentecostalismo

³⁸⁵ Hebreus 4.12. Bíblia Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/hb/4>

³⁸⁶ Valho-me, aqui, para tecer estes comentários, de experiência passada de minha própria vida, observações de campo e a literatura, já citada, sobre evangélicos brasileiros.

clássico, e aqui me refiro ao antigo modelo das igrejas Assembleia de Deus, especialmente nas grandes metrópoles, produziu uma nova versão de si mesmo, abandonando a velha separação entre a igreja e o mundo, visto como “mundanidade”, e engajou-se em ações políticas e projetos de intervenção de caráter propriamente político³⁸⁷, do interesse de sua denominação e dos “valores cristãos”. A partir da década de 1980, passaram a eleger políticos e, de forma crescente, apoiaram a incursão de seus membros, e pastores, a cargos públicos. Este engajamento já era experimentado pelas chamadas igrejas neopentecostais, ou de terceira onda (MARIANO, 2005), o que levou a, pelo menos nesse aspecto, uma maior uniformização do pentecostalismo, alcançando inclusive as igrejas do protestantismo histórico. Especialmente nos últimos vinte anos, agentes ligados a igrejas pentecostais, disputam com outros agentes, o lugar de “mediadores da relação entre populações marginalizadas e projetos de cidadania, especialmente nas periferias urbanas brasileiras, produzindo um repertório próprio de intervenção e de relação com essas populações” (MACHADO, 2017a, p. 4). Assim, o Juventude Relevante é uma expressão desse movimento de engajamento para produção de um certo modelo de cidadania, de caráter conservador.

Embora muitos grupos cristãos tenham apoiado a candidatura de Lula e o governo do Partido dos Trabalhadores, ao menos num primeiro momento, paulatinamente o apoio foi se desvanecendo, alcançando o ápice de rejeição durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Uma série de mudanças na sociedade, que começou na década de 1980, com a ascensão de novos movimentos sociais e a explosão das ONGs na década seguinte, foi vista por grupos religiosos como uma afronta ao cristianismo e um ataque organizado à sua existência. Especialmente pautas de gênero, discussões sobre o aborto, projetos educacionais que tratassem destas temáticas, entre outras discussões menores, foram alçados, por estes grupos, a proporções de prioridade como questões públicas e, aos poucos, foi se constituindo um inimigo comum a seus interesses “cristãos”: os políticos e grupos de esquerda, o chamado “esquerdismo”. Estes grupos religiosos passaram a ser organizar com cada vez maior eficiência na pauta de defesa dos valores tradicionais de gênero, de família e de valores educacionais. Esse conservadorismo assumiu-se contestatório quando o governo foi qualificado como inimigo, pois era “esquerdista”. O segundo aspecto relaciona-se a um tipo de conservadorismo típico de certos estratos da sociedade brasileira, conforme já foi discutido em capítulos anteriores. Se os pastores tentavam produzir, em jovens e adolescentes, um

³⁸⁷ Não quero afirmar que a forma mais tradicional de ascetismo e não envolvimento com “questões mundanas” tenha acabado, mas deixou de ser predominante, especialmente nas grandes metrópoles.

modelo cristão de cidadania, ou de civismo, este modelo, nas questões fundamentais, em pouca coisa diferia de um modelo de cidadania conservadora historicamente cultivado em certos grupos de nossa sociedade.

Para exemplificar, não há diferença fundamental, em termos de valores, entre grupos de religiosos que foram às ruas pedir a saída da presidenta Dilma e depois apoiaram a candidatura reacionária de Jair Bolsonaro, e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 1964, organizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) através da União Cívica Feminina, que foi às ruas pedir e saída de João Goulart e intervenção militar. Como mostrei em outro capítulo, este conservadorismo, manifesto na ideia de uma ordem social hierarquizada e sujeita às autoridades, foi o bastião da conservação das simpatias populares à militarização da sociedade e às soluções autoritárias. Estes pastores, na liderança do coletivo, refletiam, assim, este modelo conservador porque viam nas forças armadas a ordem, a hierarquia, a moralidade e autoridade que faltavam à Maré e a sociedade, em geral. Juntam-se a isso mais dois fatores. O pai de Jader, segundo ele mesmo relatou, foi fuzileiro naval. Tecnicamente, o pastor fazia parte, então, da família militar (CASTRO, 2009; SILVA, 2009b). Tanto ele, quanto Gabriel, pela posição que ocupavam na favela, poderiam ser classificados como membros de uma classe média favelada, ambos com educação universitária em andamento³⁸⁸, exercendo funções de liderança religiosa. Estes fatores, o pertencimento de um dos pastores à família militar e o pertencimento de ambos a um estrato social urbano -classe média baixa urbana e evangélica- onde, pelo menos no Rio de Janeiro, apresenta fortes traços conservadores, podem, também, contribuir para o refinamento da análise.

O encontro entre os militares da Operação São Francisco e os religiosos do Juventude Relevante alçou um inexpressivo coletivo religioso local à condição, temporária, de protagonismo na gestão pastoral-militar do território, o que acabou levando, inevitavelmente, a queixas dos presidentes das associações, que se sentiram deslegitimados em seu papel, ao serem postos na condição de coadjuvantes. Se na Operação Arcanjo, a aliança entre militares e religiosos locais descambou para um megalomaniaco projeto de conversão do Complexo da Alemão para Jesus, conduzido pelo fuzil e pela cruz, o que me levou, naquela ocasião a evocar a discussão sobre laicidade e secularização, na Maré, de forma bem diferente, houve a conjugação entre dois projetos com fins comuns, uma aliança religiosa-militar de caráter

³⁸⁸ À época da entrevista, Jader cursava psicologia na Unisum e Gabriel estudava na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

cívico, onde o cívico expressou um modelo de cidadania que coadunou uma versão militar e uma versão religiosa num projeto político de gestão pastoral militarizada do território.

Owens (2007) definiu colaboração como “o relacionamento entre dois ou mais atores trabalhando juntos para alcançar objetivos que provavelmente não seriam realizados, a não ser pela ação coletiva” (Ibid., p. 8)³⁸⁹. O problema, para ele, é que nesse relacionamento colaborativo, uma das partes pode ser detentora de grandes recursos (autoridade, controle, capital, entre outros), em comparação à outra, como é o caso comum das parcerias entre o estado e agentes não governamentais, como religiosos. Assim, pode-se avaliar estas colaborações como tendo uma face negativa e outra positiva. A face negativa é a *cooptação*: quando os agentes do estado usam a colaboração como meio de diminuir a resistência à implantação de seus programas. Os agentes locais, assim, são capturados pela grande máquina do estado e aceitam esta posição em vista das pequenas oportunidade e vantagens materiais, organizacionais e comunitárias que podem obter com a parceria. Num cálculo racional, entendem que é melhor colaborar do que oferecer resistência. Antes pouco do que nada. Assim, acomodam-se aos planos estatais, às vezes tentando transformá-los, adaptativamente, na ponta, às vezes como defensores e porta-vozes dos planos estatais. Pensando em termos religiosos, estas aproximações do estado são vistas como um “dom”, uma “graça” e não um direito, uma “porta aberta por deus”, que não pode ser desperdiçada.

A face positiva da colaboração, para Owens (2007), é a *cooperação empoderada*, quando a vantagem dos recursos materiais de uma das partes, comumente o estado, não se traduz em cooptação ou numa relação de dominação. Ambas as partes, neste caso, conservam-se numa posição de força. Assim, as organizações locais podem conservar sua agenda e influenciar as políticas públicas voltadas para o território. Usando os termos do autor, pode-se avaliar a colaboração entre militares e evangélicos na Maré como um caso típico de cooptação. Os militares, de alguma forma, capturaram com sua sedutora oferta de apoio, recursos e empoderamento das vozes de suas lideranças, o coletivo religioso, levando-o a servir aos interesses da missão. Os pastores, por sua vez, enxergaram nisso uma oportunidade de inserção nos processos decisórios locais, aos quais estavam alijados, e um caminho aberto “por deus” para o exercício público de um modelo de engajamento conservador. Pela posição que ocuparam, foram diversas vezes seduzidos, segundo relataram, por outras forças locais, que se opunham à ocupação, para se posicionarem publicamente contra os militares nos casos de violência que protagonizaram, como no evento que envolveu Vitor Santiago. Contudo,

³⁸⁹ Tradução minha.

mantiveram seu apoio até que, no último comando, próximo à saída do exército, a tentativa de sua aproximação com os policiais militares os levou ao afastamento, por medo de represálias, da posição de colaboradores.

A gestão pastoral da favela, promovida por uma aliança entre religião e estado não é uma novidade. A Fundação Leão XIII³⁹⁰ e a Cruzada São Sebastião³⁹¹, cada uma a seu modo, foram uma primeira experiência nesse sentido. A Fundação Leão XIII, de modo mais intenso, promoveu uma verdadeira gestão política, moral e civilizatória dos espaços em que atuou, produzindo um modelo de cidadania conservadora que pouco difere daquele proposto pelo coletivo pentecostal da Maré. Ela foi uma executora das políticas públicas do estado para as favelas, de modo que o estado chegava através da religião, de tal modo que separar as duas esferas é praticamente impossível. Na década de 1960, a Fundação se transformou numa autarquia estatal, fortalecendo seu viés de autoritarismo e controle, especialmente após a ditadura militar. Durante o regime militar, a Fundação foi o órgão de controle político e da gestão social das favelas.

A novidade das alianças entre religiosos e agentes estatais, em territórios objeto das políticas de “pacificação”, que analiso desde 2011, é que o agente do estado é militar, o controle social se dá através da explícita ameaça da violência e os agentes religiosos são, principalmente, pastores de igrejas evangélicas pentecostais locais. Estas mudanças apontam para três importantes questões. Primeiro, um processo de militarização nesse processo de gestão pastoral das favelas. Segundo, a substituição, nesta gestão civilizatória, do agente do estado, do assistente social³⁹² pelo soldado armado. Assim, se antes, o assistente social tinha

³⁹⁰ A Fundação Leão XIII foi criada pela Igreja Católica em 1947, em uma parceria com a prefeitura da cidade. Seu objetivo, como bem apontou Valladares (2005), seria o de lidar com uma suposta ameaça comunista, que poderia ter nas favelas sua base de apoio revolucionária. De fato, as favelas, nesta época, começavam a despontar como locais de um novo tipo de associativismo e organização para reivindicação de direitos, o que preocupava as autoridades. A Fundação tinha por objetivo prestar “assistência social e moral” aos favelados. Na prática, exercer também controle sobre suas lideranças. Burgos (2006) aponta que “entre 1947 e 1954, a Leão XIII estendeu sua atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos de água, esgoto, luz e redes viárias, e mantendo centros sociais em oito das maiores favelas do Rio” (Ibid., p. 29). Em 1963, a Fundação se tornou uma autarquia do Estado, assim “a experiência acumulada em favelas (...) seria de grande valia para que se pudesse exercer uma vigilância mais estreita da vida política das favelas. Atribuiu-se então à fundação, entre outras coisas, a responsabilidade pelo reconhecimento oficial da existência das associações, além da função de designar uma comissão para coordenar e fiscalizar as eleições de suas diretorias” (Ibid., p. 33)

³⁹¹ A Cruzada São Sebastião foi criada em 1955 pelo bispo Dom Hélder Câmara e, em contraste com a Fundação Leão XIII, eminentemente conservadora, era considerado da ala de esquerda da igreja. Seu principal foco de atuação era a urbanização das favelas e a produção de novas moradias. Apesar de diferentes, as duas iniciativas atuaram em parceria em algumas ocasiões, como aponta Valladares (2005, p. 77)

³⁹² Penso aqui numa categoria mais ampla que a do profissional de serviço social, mas em todo agente do estado que atua prestando assistência às populações faveladas.

por trás de si, garantindo sua atuação, a possibilidade de acionamento do agente armado, agora, o soldado armado vem na frente como garantidor e, ele mesmo, em muitos momentos, é, ao mesmo tempo, o soldado e o assistente social, trazendo consigo o fuzil e a assistência ou, ao menos, a garantia, pela possibilidade da violência, da assistência. Terceiro, o enfraquecimento da atuação católica, mais organizada e hierarquizada, pela atuação em rede de pastores evangélicos pentecostais, o que configura, também, um sinal visível de uma profunda mudança de orientação religiosa das favelas cariocas, sua pentecostalização.

Cheguei a sugerir em outro capítulo que há aproximações, apropriações e ressignificações entre uma linguagem da violência e a linguagem religiosa típica de certas igrejas pentecostais, que apresentam uma teologia da batalha espiritual, militarizada e violenta. Associei, então, esta relação a uma ascensão de certo ultraconservadorismo que alimentou e, ao mesmo tempo, foi alimentado por aquilo que chamei de *nova sociabilidade violenta*. O engajamento dos dois pastores nas pautas ultraconservadoras, assim como a campanha que fizeram para Bolsonaro me autoriza a encaixá-los como habitando a nebulosa do ultraconservadorismo, cujas variações podem ir desde uma simples rejeição aos políticos de esquerda, até um aberto desprezo pela linguagem dos direitos humanos e a defesa da violência política. Nesse sentido, sua posição é bastante moderada. Em março de 2018, quando Marielle Franco foi assassinada, o pastor Gabriel, embora diariamente ativo em suas redes sociais, não teceu nenhum comentário a respeito, mesmo que tenha trabalhado na mesma instituição que ela, o CEASM e, provavelmente, a conhecia pessoalmente. Jader, por sua vez, postou sua foto e escreveu a seguinte homenagem:

“Crueldade, covardia e muita indignação. To até agora tentando acreditar. Eu tinha 14 anos quando nos conhecemos, nunca soube de nada que fizesse dela inimiga de alguém. Tá muito claro para qualquer leigo que não se trata de um assalto, que se faça justiça. Ser humano, flamenguista e muito, muito gente boa. O Brasil perde uma liderança jovem, o RJ uma vereadora combatente, a família uma menina adorável e os amigos uma grande amiga”.

Esta postura exemplifica o amplo espectro conservador que apontei, que variou desde os candidatos a deputados e a governador do estado, todos eleitos com ampla votação, que quebraram, num ato público, uma placa em homenagem à vereadora morta, até a delicadeza da homenagem do pastor. Assim, reconhecendo a disputa em torno do termo “evangélico”, reconheço, também, que identificar a pauta conservadora como evangélica ignora um sem número de agentes que não se identificam com estas pautas. Almeida, em um notável texto que analisa esta questão, precisamente destaca que “assim como nem todos os evangélicos são conservadores, a pauta conservadora vai além da pauta dos evangélicos conservadores. Dela

participam também católicos, outras religiões e não religiosos” (p. 25). Contudo, é inegável que, em sua atuação política, como espectro de uma religião pública³⁹³, os “evangélicos” são integrantes da chamada “onda conservadora”. Almeida (2017) propõe, ainda, quatro linhas centrais para compreender a conjuntura atual e a participação evangélica no que tem sido chamado de “onda conservadora”. A primeira, *econômica*, está ligada à celebração da meritocracia e do empreendedorismo, contrária a políticas públicas de transferência de renda. Não mais a disciplina e a ética do trabalho apontada por Weber, mas uma disposição empreendedora e aventureira, como uma expressão de fé, ensinada pela teologia da prosperidade neopentecostal.

Em linhas gerais, a Teologia da Prosperidade tem uma afinidade de sentido com a informalidade e a precariedade do trabalho, como as que ocorreram no Brasil nos anos de recessão econômica nos anos 1980 e 1990, e também com os momentos de aumento de consumo, como nos anos 2000. Em ambas as situações, a doutrina religiosa é capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter individualista. política. (...) Se no nível individual o discurso religioso procura gerar disposição para o empreendedorismo, no plano da política institucional, muitos agentes políticos evangélicos militam declaradamente por uma agenda liberal. (Ibid., p. 15-16)

A segunda, *moral*, diz respeito à moralidade pública, num esforço por protagonismo nas pautas referentes à família e a questões reprodutivas. “Não somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país” (Ibid., p. 18). A terceira, *securitária*, defende uma postura mais punitiva e repressiva dos aparelhos de segurança do estado. Para Almeida, esta não é tão forte quanto a moral, mas “tem servido como linha auxiliar nos interesses dos aparelhos de segurança pública (...) e privada (...)” (Ibid., p. 23). Por fim, a quarta, *interacional*, é marcada por intolerância social, especialmente contra religiões de matriz africana e pautas progressistas relacionadas a questões de gênero e orientação sexual. Em 2018, nas campanhas políticas para o executivo e o legislativo, em todo o Brasil, estas pautas se encontraram com grande força e, na vasta nebulosa das redes evangélicas, as diferenças foram superadas por um bem comum³⁹⁴: a derrota do Partido dos Trabalhadores e a eleição de políticos que representassem as pautas acima descritas. A terceira linha, a securitária, deixou de ocupar papel secundário e assumiu um lugar de equivalência com outras pautas. Em alguns casos, como no Rio de Janeiro, proeminência.

³⁹³ Sobre as diferenças entre uma religião cívica, religião civil e religião pública ver o artigo de Montero (2018) e o comentário de Machado (2018a) sobre ele.

³⁹⁴ É evidente que muitos evangélicos não compraram este projeto e militaram contra, mas chamou a atenção, por exemplo, a coalizão evangélica para a eleição de Jair Bolsonaro, que conseguiu reunir dois inimigos históricos, de grande expressão nacional, o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e dono do grupo de mídia Record, e o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

Jair Bolsonaro, o maior símbolo da “onde conservadora” ou “ultraconservadora”, notabilizou-se pela defesa da pauta repressiva, da tortura e da violência de estado, em geral. Embora católico, foi batizado em Israel pelo pastor Everaldo, então presidente do Partido Social Cristão (PSC), quando flertava com o partido. Silas Malafaia celebrou seu casamento com Michelle Bolsonaro³⁹⁵, a atual primeira-dama. Seu filho Flávio Bolsonaro, eleito senador pelo Rio de Janeiro, em 2018, é evangélico, assim como o segundo colocado, também eleito, Arolde de Oliveira, conhecido empresário da música gospel e dono de uma influente rádio evangélica³⁹⁶. Ambos derrotaram tradicionais políticas cariocas, um da direita, o ex-prefeito César Maia e outro da esquerda, o deputado federal Chico Alencar. No estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro teve 67,95% dos votos válidos. Segundo pesquisa do Datafolha, realizada às vésperas do segundo turno das eleições, 71% dos evangélicos declararam voto nele³⁹⁷. Como esta pesquisa não foi regionalizada, é possível que entre os evangélicos fluminenses estes números tenham sido ainda mais expressivos. Em suma, no Rio de Janeiro, em 2018, uma coalisão ultraconservadora surgiu como uma forte onda, alcançando patamares inéditos de mobilização e é inegável que, mesmo não se esgotando entre os evangélicos, já que o conservadorismo, como vimos, vai muito além dos evangélicos no Brasil, teve uma faceta pública predominantemente evangélica.

Por fim, a aliança entre o coletivo religioso e o exército pode ser vista, de um lado, a partir da perspectiva de um grupo evangélico local em busca de um espaço de maior participação em processos decisórios e políticos, no sentido de influenciar políticas públicas para a Maré, e, por outro lado, a partir da perspectiva dos militares, que encontraram em religiosos uma parceria para o sucesso da missão, grupos que não seriam “contaminados” pela ambição política, pela perspectiva antiestatal e a postura contestatória. Ambos compartilhavam de uma visão de mundo em que a ordem, a hierarquia, a moralidade e a obediência às autoridades constituídas eram os elementos mais valorizados. Os inimigos também eram comuns: a imoralidade, as drogas ilícitas, o crime, a prostituição, a desordem, a contestação e o “esquerdismo”. Entre os pentecostais, há, por trás dessas representações da realidade terrena uma realidade espiritual que é concebida como um campo de batalha, como diz um de seus favoritos trechos bíblicos: o sexto capítulo da carta paulina de Efésios, um

³⁹⁵ Michelle Bolsonaro era frequentadora da igreja de Silas Malafaia. Após desavenças entre o pastor e seu marido, passou a frequentar a Igreja Batista Atitude, no bairro do Recreio dos Bandeirantes, permanecendo lá mesmo após a reconciliação entre Malafaia e Bolsonaro.

³⁹⁶ Flávio Bolsonaro recebeu 31,36% dos votos válidos (4.380.418 votos) e Arolde de Oliveira, 17,06% (2.382.265 votos). Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/rj-elege-flavio-bolsonaro-para-o-senado.ghtml>.

³⁹⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>

tratado sobre a submissão, a obediência, a não contestação da ordem do mundo e a realidade da batalha espiritual:

Filhos, **obedeçam a seus pais** no Senhor, pois isso é justo. "Honra teu pai e tua mãe", este é o primeiro mandamento com promessa: "para que tudo te corra bem e tenhas longa vida sobre a terra". Pais, não irrite seus filhos; antes criem-nos segundo a instrução e o conselho do Senhor. Escravos, **obedeçam a seus senhores terrenos** com respeito e temor, com sinceridade de coração, como a Cristo. Obedeçam-lhes não apenas para agradá-los quando eles os observam, mas como escravos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus. **Sirvam aos seus senhores de boa vontade**, como ao Senhor, e não aos homens, porque vocês sabem que o Senhor recompensará a cada um pelo bem que praticar, seja escravo, seja livre. Vocês, senhores, tratem seus escravos da mesma forma. Não os ameacem, uma vez que vocês sabem que o Senhor deles e de vocês está nos céus, e ele não faz diferença entre as pessoas. Finalmente, fortaleçam-se no Senhor e no seu forte poder. **Vistam toda a armadura de Deus**, para poderem ficar firmes contra as ciladas do diabo, pois a **nossa luta não é contra pessoas, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais**. Por isso, vistam toda a armadura de Deus, para que possam resistir no dia mau e permanecer inabaláveis, depois de terem feito tudo. Assim, mantenham-se firmes, cingindo-se com o cinto da verdade, vestindo a couraça da justiça e tendo os pés calçados com a prontidão do evangelho da paz. Além disso, usem o escudo da fé, com o qual vocês poderão apagar todas as setas inflamadas do Maligno. Usem o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus.³⁹⁸

Justifico a longa citação do texto bíblico, por se tratar de um dos textos-chave para se compreender as representações pentecostais sobre a vida nesse mundo, e um dos mais lidos e citados entre eles. Pode-se perceber, na carta paulina, uma exortação à ordem, à obediência, um chamado a uma postura não contestatória da estrutura hierarquizada da ordem social. Ao falar à multidão de escravos, muitos convertidos a nova fé, que constituía a estrutura social do império romano, um possível fator de desestabilização do império, o apóstolo os exorta, “inspirado por Deus”, a exercerem uma obediência de boa vontade, como se o senhor fosse o próprio Senhor. Nada mais longe de uma postura contestatória ou questionadora. A vida cristã é concebida como uma sequência de obediências, numa estrutura social hierarquizada, que é assim pela vontade de deus. Jamais se deve lutar contra ela, já que a luta do cristão não é contra esta realidade terrena, mas contra a realidade espiritual. O cristão é um soldado engajado numa guerra contra um poderosíssimo exército inimigo. Suas armas são a armadura de deus, o cinto da verdade, a couraça da justiça, as sandálias do evangelho da paz, o escudo da fé, o capacete da salvação e a espada do espírito, que é a palavra de deus. Os inimigos, na concepção pentecostal, estão infiltrados no mundo e até mesmo na igreja, sendo, muitas vezes, difícil distingui-los. A batalha não é no sentido clausewitziano, mas concebida num verdadeiro conceito de guerra híbrida, muito parecido com as estratégias militares da

³⁹⁸ Epístola de Paulo aos Efésios 6.1-17. Nova Versão Internacional. Todos os grifos são meus.

pacificação. Em suma, o cristão é um soldado de Cristo, armado até os dentes com as armas espirituais, engajado numa batalha contra os poderes espirituais. A ordem hierarquizada do mundo concebida por estes soldados de Cristo, que devem viver de forma fundamentalmente não contestatória, submissa e obediente, entregues à boa vontade de seus superiores que, por sua vez, devem tratá-los de forma justa e benevolente, tem muitos pontos em comum com a constituição das forças armadas (modernas) como fundamentada na ordem, na obediência e na disciplina. O modelo de cidadania conservadora, que não contesta às autoridades e é obediente aos estratos superiores, encontra aqui sua própria legitimação religiosa. Pode-se argumentar que os grupos evangélicos creem nisto como uma verdade inquestionável, mas, ao mesmo tempo, adotam estratégias práticas, políticas, para a defesa de seus interesses e valores. No mundo prático, esta batalha espiritual se encarna numa postura contestatória quando seus interesses são prejudicados, podendo levá-los a adotar uma postura engajada e combativa, muitas vezes com questionáveis excessos, na defesa de suas pautas. Contudo, mesmo quando se engajam em lutas políticas e outras de caráter “terreno” pela defesa de seus valores, veem isto como uma faceta da batalha espiritual contra os exércitos espirituais inimigos que, mais recentemente, encarnaram-se profundamente, a seu ver, no “esquerdismo”.

Entender este último ponto é fundamental para se ter uma compreensão da natureza, teórica e prática, da aproximação e das alianças entre a religião, mais especificamente os cristãos evangélicos, e a militarização. Mais ainda do que a militarização, ajuda-nos a entender a simpatia destes grupos às soluções autoritárias e ao virulento combate a questões classificadas como de “esquerda” (igualdade de gênero, direitos humanos, descriminalização do aborto, liberdade artística, liberdade sexual, crítica à violência de estado, financiamento do estado à cultura, feminismo, defesa dos direitos LGBTQ+, valorização da cultura indígena e africana na educação, etc.) e sua adesão ao ultraconservadorismo que ascendeu no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, nos últimos anos.

CONCLUSÃO

Busquei demonstrar, ao longo desta tese, o quanto a ocupação militar da Maré, batizada de “Operação São Francisco”, ocorrida entre abril de 2014 e junho de 2015, na época em que o Rio de Janeiro se tornou uma espécie de capital internacional dos megaeventos, se constituiu como um laboratório de práticas militarizadas para o governo de certas populações urbanas. Da favela para todo o Estado. Foi este o movimento que se seguiu ao ser decretada uma GLO que abrangeu todo o território estadual, no ano de 2018. Não à toa, o general interventor, Braga Netto, foi o Coordenador Geral da Assessoria Especial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, e o mais “popular” dos generais da Maré, Richard Nunes, foi o Secretário de Segurança no período da intervenção federal, de caráter militar.

A Operação São Francisco foi, também, um espaço privilegiado para se fazer uma antropologia do estado a partir de suas margens. Encontrei, em sua análise, um palco de reflexões sobre as formas como o estado brasileiro administra certos espaços urbanos e governa suas populações. Desta forma, inseri esta pesquisa numa discussão mais ampla que procura pensar a história recente do Rio de Janeiro como alvo de políticas públicas que giraram em torno da realização de um conjunto de megaeventos internacionais. História que passa, necessariamente, por dispositivos militarizados de “pacificação” de determinados territórios, novas produções legais, aproximações com certos grupos e redes de apoio, especialmente os religiosos, entre outros elementos que marcaram estes tempos.

A partir das discussões e das mais recentes políticas de segurança em torno da violência urbana fluminense, avancei em termos teóricos e empíricos na proposição de um conceito que tentasse dar conta deste novo caldo cultural, que começou a ser formado há pouco mais de dez anos. Este “caldo”, ou como chamei em um dos capítulos, esta “nebulosa”, que foi sendo formada, envolveu a expansão ou a intensificação de certas representações e práticas não necessariamente novas, como um certo tipo de ultraconservadorismo, moral e político, de feições empresariais e religiosas, neoliberal, fortemente retroalimentado por grupos fechados em redes sociais, simpáticos a soluções autoritárias. Esta intensificação de determinados processos produziu uma espécie de hegemonização da linguagem da violência, que se configurou como um regresso civilizacional, marcado por ataques aos direitos humanos, e seus ativistas, clamores por intervenção militar e violência política. O assassinato

da vereadora Marielle Franco e as reações a sua morte foram um inequívoco sinal do espírito deste tempo.

Estes “novos” elementos, contudo, me fizeram ponderar cuidadosamente sobre a questão da militarização de nossa sociedade. Reconheci que, em cada época, esta militarização assumiu diferentes feições, mas se estruturou como um elemento da formação do estado brasileiro, não um fenômeno recente. Voltei, então, o olhar para pensar o grau de militarização de nossa sociedade, das estruturas do estado e de nossas práticas e representações cotidianas.

Quando fiz uma etnografia da ocupação militar da Maré, ou talvez mais precisamente, uma etnografia das memórias desta ocupação militar, priorizei as vozes dos que lá estiveram e a vivenciaram, por vezes, em dramáticos encontros com os agentes do estado. Escutei as vozes de militares e moradores, dando prioridade aos últimos, conscientemente propondo-me a contar uma história à contrapelo, uma história não oficial. Voltei um dos capítulos para tratar das vítimas da guerra da pacificação. Em outro, o último, analisei as relações entre militarização e religião, mais especificamente, entre projetos de pacificação realizados em parceria entre militares e evangélicos. Entendi, também, que entender a natureza destas relações pode contribuir para uma melhor compreensão da história recente deste país.

No primeiro capítulo, apresentei e discuti como foi feita a pesquisa. Vasculhei minhas memórias mais antigas sobre a favela. Problematizei minha decisão em pesquisar militarização. Encontrei em minhas memórias da infância e da adolescência, no subúrbio carioca, um já bem consolidado conservadorismo moral e político, o fascínio por uniformizados, a adoração lambe-botas e as representações do militarismo como heroísmo, ordem e eficiência. Foi neste mundo e em reação a ele que vivi parte de minha educação sentimental. Apresentei minhas entradas na Maré, além de discutir questões metodológicas que envolveram a pesquisa. Num segundo momento do capítulo, apresentei a Maré que encontrei e, através do relato etnográfico de um evento na Vila do João, trouxe alguns elementos e situações locais que foram desenvolvidos mais profundamente ao longo de outros capítulos. Este capítulo buscou, também, mostrar a história das representações da Maré como *complexo, território popular, bairro, comunidade e favela*. Por fim, fiz uma breve discussão sobre memória e o papel que ela desempenhou nesta pesquisa.

No segundo capítulo, tive como objetivo refletir sobre algumas condições da vida favelada, especificamente sobre a existência de uma *vida sob cerco*, além de construir uma

tentativa de, no olho do furacão, e a partir do conceito de *sociabilidade violenta*, cunhado por Luiz Antonio Machado da Silva, propor uma possível interpretação daquilo que chamo de emergência de uma *nova sociabilidade violenta*, com dinâmicas e marcos próprios, que a diferem das percepções anteriores sobre a violência urbana, que surgiram a partir da década de 1990. Em outras palavras, acredito que no Rio de Janeiro tem se forjado há pouco mais de dez anos uma mudança cultural que produziu um avanço, próximo à hegemonia, da linguagem da violência. Este conjunto de fenômenos que aponto como sendo diferente, em termos de grau e abrangência, daquilo que Machado da Silva nos ensinou a chamar de sociabilidade violenta e que, por isso, me atrevi a chamar de uma *nova sociabilidade violenta*. Parto do Rio de Janeiro como centro referencial desta mudança, por se tratar do meu campo de pesquisa e conhecimento, mas também por encontrar evidências para ver na capital do estado e sua região metropolitana o cadinho cultural que a forjará e, de diferentes maneiras, como uma força centrífuga que se disseminará para fora de seus limites geográficos. Os fenômenos que analisei possuem, em grande medida, escala nacional. O estudo deste caso particular pode lançar luz para a compreensão de outros casos, especialmente se for admitida a hipótese, que defendo neste capítulo, de que o Rio de Janeiro, por ter sido palco recente de importantes megaeventos esportivos e um laboratório de experimentos em segurança pública -pacificação, políticas de segurança para grandes eventos internacionais, militarização-, pode ter produzido um modelo nacional.

No terceiro capítulo, tratei de alguns dos processos que almejavam preparar o Rio de Janeiro para ser uma espécie de capital internacional dos megaeventos e, especialmente, as políticas de segurança adotadas para tratar daquela que, há tempos, era considerada o calcanhar de Aquiles desta pretensão: a questão da violência urbana. Reflito, então, sobre a “pacificação” das favelas cariocas e procuro entender algumas razões que levaram ao desencadeamento da Operação São Francisco. Em relação à “pacificação”, analisei-a como dispositivo de recuperação e manutenção da ordem, que tem um uso histórico que remonta ao Brasil colônia. Tentei, também, responder, em diálogo direto com autores que a estudaram, o que é, afinal, a “pacificação”, pensada como política pública de segurança, desde o seu auge até sua derrocada.

No quarto capítulo, defendi a hipótese de que não há um recente processo de militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro, mas tratou-se de um elemento formador da nossa república e do estado no Brasil, assumindo, em cada momento histórico, diferentes papéis. Ou seja, não há um processo

recente de militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro porque estas já são estruturalmente marcadas pela experiência da militarização. Vivemos numa sociedade historicamente militarizada, em que as forças armadas jamais deixaram de ter protagonismo, onde a experiência militar ocupa um lugar privilegiado em certo imaginário social de ordem, de disciplina e de moralidade e onde os militares construíram para si uma identidade, como uma elite de dirigentes responsáveis pela ordem e pelos rumos tomados pelo país, os únicos capazes de, como classe dirigente, ter o altruísmo e o patriotismo -que falta aos políticos e aos “paisanos” em geral- necessários para defender os interesses e o desenvolvimento nacional, o que fizeram, a seu ver, ao longo da história. Esta missão nacional de defesa da ordem e do desenvolvimento, contra ameaças reais ou construídas, justifica seu espírito intervencionista e golpista que, mesmo em épocas onde a democracia parecia estar mais consolidada, jamais arrefeceu, mas esteve ora adormecida, ora somente fora dos holofotes. Fiz, neste capítulo, três movimentos. Primeiro, tracei um breve panorama dos elementos que apontam para uma militarização da questão urbana no mundo. Depois, fiz uma digressão para pensar a relação entre militarização e megaeventos a partir dos conceitos de sociedade de controle e sociedade de espetáculo. Segundo, tentei identificar analiticamente quais desses processos são, de fato, reconhecíveis na experiência urbana brasileira e se foram, realmente, fruto desse fluxo global de ideias e práticas militarizantes. Terceiro, elenquei elementos que, segundo penso, apontam não para uma recente militarização da sociedade brasileira, ou da experiência urbana brasileira ou da cidade do Rio de Janeiro, mas para um longo processo histórico de militarização que remonta à formação do estado brasileiro. Alguns elementos foram escolhidos para um maior aprofundamento: o papel constitucional dos militares; a militarização da segurança pública; as operações de garantia da lei e da ordem; a justiça militar; as estruturas militarizadas do estado brasileiro. Quanto à militarização do Rio de Janeiro, mostrei que se é fato que o Rio de Janeiro, especialmente a capital e sua região metropolitana, tem experimentado, nos últimos anos, uma intensificação de ações de GLO, não se pode, ainda, falar de um recente processo de militarização, porque a antiga capital da república foi e permaneceu como a metrópole mais militarizada do país. Apresentei alguns motivos para justificar esta afirmação. O que o ciclo dos megaeventos trouxe foi uma intensificação de alguns processos, mas que estão historicamente enraizados na experiência carioca de cidade.

No quinto capítulo, reconstituí a ocupação militar da Maré a partir das vozes das pessoas que a vivenciaram e da análise de imagens, vídeos e fotografias, registradas na época. A partir destas vozes e imagens, propus-me contar uma história não oficial da ocupação.

Abordei a economia moral da narrativa, a entrada das forças armadas, seu *modus operandi*, as abordagens e resistências, os confrontos, os abusos de autoridade, os danos materiais, a batalha da Linha Amarela, as aproximações e, por fim, uma avaliação da ocupação pelos atores envolvidos no processo.

O sexto capítulo tratou das vítimas da ocupação. Três casos foram paradigmáticos, determinaram os novos rumos da operação e deixaram firmes rastros nas memórias daquele período: os assassinatos do presidente da associação de moradores do Morro do Timbau, Osmar Paiva Camelo, e do cabo Michel Augusto Mikami, e o fuzilamento de Vitor Santiago. Analisei estes três eventos, tentando entender os impactos que causaram nos rumos da história da ocupação militar da Maré e, principalmente, contando a história das vítimas da guerra da pacificação.

O sétimo capítulo analisou a forma como se constituiu a aproximação entre militares e religiosos no contexto da Operação São Francisco, comparando-a, quando possível, à Operação Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha. Voltei-me para os capelães militares, a fim de entender suas diversas formas de atuação e como foram acionados no contexto da operação. Assim, classifiquei-os a partir de três diferentes fases da ocupação, chamando-os de “capelão engajado”, primeira fase, “capelão celebrante”, segunda fase, e “capelão instrumento de incremento do poder de combate”, terceira fase. Por fim, analisei a aproximação entre o comando militar e um coletivo evangélico local, liderado por dois pastores pentecostais. O ponto central deste último capítulo foi mapear e tentar compreender quais as afinidades eletivas que uniram evangélicos e militares, um discurso religioso e um discurso de segurança, religião e militarização, ambos marcados pelo conservadorismo. Assim, pretendi, neste capítulo, contribuir para uma reflexão sobre as relações entre religião e militarização no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. Tradução de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra Travessia Revista de Literatura*, Ilha de Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGÊNCIA PÚBLICA. Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 11 out. 2018.
- AGÊNCIA PÚBLICA. “Eles estão roubando vocês!”. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/05/eles-estao-roubando-voces/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. Tradução de Sonia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onde quebrada- evangélicos e conservadorismo. *Caderno Pagu*, 50, 2017.
- ALMENDRA, Dinaldo. As UPPs, as Elites e a Imprensa: militarização e consumo no processo de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 35, n. 126, p. 61-89, jan./jun., 2014.
- ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora APPH-CLIO, 2003.

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari- Uma favela Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AMARAL, Marina; VIANA, Natalia. Haiti: “Aba Minustah”. *Agência Pública*, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://apublica.org/2011/09/haiti-aba-minustah/>>. Acesso em 10 out. 2018.

AMARAL, Marina; VIANA, Natalia. Parte II: O papel do Brasil é “impor a paz”. *Agência Pública*, 27 de setembro de 2011a. Disponível em: <<https://apublica.org/2011/09/parte-ii-o-papel-do-brasil-e-impor-a-paz/>>. Acesso em 10 out. 2018.

AMARAL, Marina; VIANA, Natalia. Parte III: mais abusos, menos punições. *Agência Pública*, 27 de setembro de 2011b. Disponível em: <<https://apublica.org/2011/09/parte-iii-mais-abusos-menos-punicoes/>>. Acesso em 10 out. 2018.

AMARAL, Marina; VIANA, Natalia. Parte IV: no horizonte, a retirada das tropas ... - *Agência Pública*, 27 de setembro de 2011c. Disponível em: <<https://apublica.org/2011/09/parte-iv-no-horizonte-a-retirada-das-tropas/>>. Acesso em 10 out. 2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. Trigger-happy: Rio’s security forces show their true colors ahead of Olympics. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/04/rios-true-colours-police-shootings-in-favelas-olympics/>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: A militância de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2015 - pp. 707-730.

ANDERSON, Perry. El pensamiento tibio: Una mirada crítica sobre la cultura francesa. *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ANTUNES, Ricardo *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARAUJO, Helena Maria Marques. *Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC-Rio, 2012.

AS estátuas também morrem. *Les statues meurent aussi*. Direção de Chris Marker, Alain Resnais e Ghislain Cloquet. Roteiro de Chris Marker. França, 1953.

ASSUNTOS MILITARES. Ministro da Defesa manifesta pesar por morte de cabo do Exército no Complexo da Maré. Disponível em: <<https://www.assuntosmilitares.jor.br/2014/11/ministro-da-defesa-manifesta-pesar-por.html>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

ATLAS BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-de-janeiro_rj>. Acesso em: 07 nov. 2018.

AUYERO, Javier. Patients of the state: an Ethnographic Account of Poor People's Waiting. *Latin American Research Review*, Vol. 46, No. 1, 2011.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

AZZI, Verônica. Security for Show? The Militarisation of Public Space in Light of the 2016 Rio Olympic Games. *Contexto Internacional*, vol. 39(3) Sep/Dec 2017.

BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Em busca do fio de Ariadne: uma leitura crítica de Planeta Favela de Mike Davis*. Observatório de Favelas, 2007. Disponível em: <http://of.org.br/acervo/em-busca-do-fio-de-ariadne/>

BARBOSA, Jorge Luiz, SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como território de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013, p. 115-126.

BBC BRASIL. Eleições 2018: os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BBC BRASIL. 'Meu filho morreu para quê? Nada mudou', lamenta mãe de militar assassinado no Rio. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43204515>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BEASTS of the Southern Wild. Direção de Benh Zeitlin. Roteiro de Lucy Alibar e Benh Zeitlin. Estados Unidos, 2012.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução de Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BIBLIA ONLINE. Efésios 6. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf+nvi/ef/6>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BIBLIA ONLINE. Hebreus 4. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/hb/4>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BIGO, Didier. When two become one: internal and external securitisations in Europe. In: KELSTRUP, Morten; WILLIAMS, Michael (editores). *International relations theory and the politics of european integration, Power, security and community*. Routledge, 2000, p. 171-204.

BIRMAN, Patricia. *Feitiço, carrego e olho grande, os males do Brasil são: estudo de um centro umbandista numa favela do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social -PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1980, 245p.

BIRMAN, Patricia. Laços que nos unem: ritual, família e poder na Umbanda. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 8, jul., 1982, p. 21-28.

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BIRMAN, Patricia. Memória, política e gestão religiosa do espaço: evangélicos em comunidade. In: In: MAFRA, Clara. ALMEIDA, Ronaldo (orgs.). *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009.

BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly Barboza. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, p. 55-69, 2012.

BIRMAN, Patricia et al. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

BISHOP, Ryan; CLANCEY, Gregory. The city-as-target, or perpetuation and death. In: GRAHAM, Stephen (Ed.). *Cities, war, and terrorism: towards na urban geopolitics*. USA, UK e Australia: Blackwell Publishing, 2004.

- BOSTANSKI, Luc. *El Amor y la Justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 2000.
- BOMBART, Jean Pierre. Les cultes protestants dans une favela de Rio de Janeiro. *América Latina*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jul./set., 1969, p. 137-159.
- BONFÁ, Luiz. Manhã de Carnaval. In: BONFÁ, Luiz; JOBIM, Antonio Carlos. *Black Orpheus*. EUA: Fontana Verve, 1959.
- BORGES, Doriam; CANO, Ignacio. *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções (1944)*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOSCHI, Renato Raul. População favelada no Rio de Janeiro: histórico de um trabalho. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 7, 1970, p. 179-187.
- BOSCHI, Renato Raul. *Marginalidade urbana, educação e aspirações: uma contribuição à teoria do comportamento político do favelado*. Dissertação de mestrado em Ciência Política-IUPERJ, Rio de Janeiro, 1971, 84p.
- BOSCHI, Renato Raul; GOLDSCHMIDT, Rose Ingrid. *Populações Faveladas do Estado da Guanabara*. IUPERJ, CODESCO, Rio de Janeiro, 1970, 118p.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Da casa do rei à razão do Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, Loic (org.) *O Mistério do Ministério. Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 41-69.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOYKOFF, Jules. *Power games: a political history of the olympics*. London, Ner York: Verso, 2016.
- BOYLE, Phillip; HAGGERTY, Kevin D. Spectacular Security: Mega-Events and the Security Complex. *International Political Sociology* (2009) 3, 257–274.
- BRACKEN, Amy. O que acontece quando um menino é estuprado pela Minsutah no Haiti? - *100 Reporters/Agência Pública*, 25 de novembro de 2014. Disponível em: <https://apublica.org/2014/11/o-que-acontece-quando-um-menino-e-estuprado-pela-minustah-no-haiti/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRACKEN, Amy. Haiti: forças de paz da ONU deixam mães e bebês para trás. *100 Reporters/Agência Pública*, 25 de novembro de 2014a. Disponível em: <https://apublica.org/2014/11/haiti-forcas-de-paz-da-onu-deixam-maes-e-bebes-para-tras/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 11 out. 2018.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Decreto No. 3.897, de 24 de Agosto de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>. Acesso em 12 out. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei No. 1.001, de 21 de Outubro de 1969 – publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1001-21-outubro-1969-376258-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Decreto-lei No. 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional No. 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecor1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Exercícios e operações -GLO. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/dados_historicos_atualizada.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Gabinete de segurança institucional. Disponível em: <<http://www.gsi.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Histórico da IGPM. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/historico-igpm>>. Acesso em 12 out. 2018.

BRASIL. Justiça militar acumulo processos de civis por desacato. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/451-justica-militar-acumula-processos-de-civis-condenados-por-desacato>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. Legislação informatizada- Decreto-Lei No. 667, de 2 de Julho de 1969 – publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Legislação informatizada- Decreto-Lei No.1.072, de 30 de Dezembro de 1969 – publicação original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1072-30-dezembro-1969-375302-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Legislação informatizada- Decreto No. 61.425, de 28 de Agosto de 1967- publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61245-28-agosto-1967-402464-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Legislação informatizada- Lei Complementar No. 69, de 23 de julho de 1991- publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1991/leicomplementar-69-23-julho-1991-364952-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Legislação informatizada- Lei Complementar No. 97, de 9 de Junho de 1999 – publicação original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 12 out. 2018.

BRASIL. Lei No. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Lei No. 9.299, de 7 de Agosto de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9299.htm#art1>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Lei No. 13.491, de 13 de Outubro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13491.htm#art1>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Medida Provisória No. 1911-10, de 24 de Setembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-10.htm>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRASIL. Serviço de assistência religiosa. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/sarex>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

BRASIL. Sobre o PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL 247. Paineis acústicos geram controvérsia nas favelas. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/135439/Pain%C3%A9is-ac%C3%Basticos-geram-controv%C3%A9rsia-nas-favelas.htm>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRODEHOUX, Anne Marie. Delirious Beijing: euphoria and despair in the Olympics metropolis. In: DAVIS, Mike; MONK, Daniel Bertrand. *Evil paradises: dreamworlds of neoliberalism*. New York: The New Press, 2007.

BRODEHOUX, Anne Marie. Imagens do poder: arquiteturas do espetáculo integrado na olimpíada de Pequim. Tradução de Alexandre Morales. *Novos Estudos*, 89, março de 2011.

BRODEHOUX, Anne Marie. A construção da imagem urbana orientada por grandes eventos: potemkinismo, a mídia e a periferia. In: SÁNCHEZ, Fernanda et al. *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências* / Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein, Fabrício Leal de Oliveira e Pedro Novias (orgs.). Niterói: Editora da UFF, 2014.

BUARQUE DE HOLANDA, Cristina. *Política e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 25-60.

CABANES, Robert et al. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Tradução de Fernando Ferrone e Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. “*No sapatinho*”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Ignacio Cano & Thais Duarte (coordenadores); Kryssia Ettl e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARTA CAPITAL. Violência política pró-Bolsonaro cresce após primeiro turno. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/episodios-de-violencia-por-motivacoes-politicas-crescem-pos-primeiro-turno>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O social em questão*, ano XVI, no. 29, 2013, p. 285-308.

CARVALHO, Monique Batista. “Bem-aventurados os pacificadores”: práticas de militarização e disciplinarização dos corpos no programa de pacificação de favelas do Rio de Janeiro. In: FARIAS, Juliana; ROCHA, Lia; LEITE, Marcia; CARVALHO, Monique. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1.

CASTILHO, Sergio Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (eds). *Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

CASTRO, Celso; D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Militares e política na nova república*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CASTRO, Celso; D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *O Espírito Militar: Um Antropólogo na Caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

CASTRO, Celso; D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). Em campo com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CASTRO, Celso; D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.); LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni. *Juventude e políticas públicas e sociais*. Brasília: IPEA, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 194-227.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas- Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n. 1, v. 1, 2008, p. 35-59.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 – no. 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228*.

CEASM. Disponível em: <<https://ceasm-blog.tumblr.com/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

CECHETTO, Fátima Regina. Galeras *funk* cariocas: os bailes e a constituição do *ethos* guerreiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 145-266.

CERCAS, Javier. *Anatomia de um instante*. Tradução de Ari Roitmann e Maria Alzira Brum. São Paulo: Globo, 2012.

CIDADÃO DA MARÉ, O. Maré vive: a página que informa e valoriza a favela. Disponível em: <<https://jornalocidadao.net/mare-vive-a-pagina-que-informa-e-valoriza-a-favela/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

CINCO vezes favela. Direção: Marcos Farias, Miguel Borges, Cacá Diegues Leon Hirszman e Joaquim Pedro de Andrade. Produção de Marcos Farias, Leon Hirszman e Paulo Cezar Saraceni. Brasil, 1962, 92 min.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Orgs.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley and Los Angeles, California, London, England: University of California Press, 1986.

CLIFT, Bryan C.; ANDREWS, David L. Living Lulas's passion? The politics of Rio 2016. In: LENSKEYJ, Helen Jefferson; WAGG, Stephen. *The palgrave handbook of Olympic studies*. UK, US: Palgrave Macmillan, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. Pacificação e reconciliação nacional: da lei da anistia à Comissão Nacional da Verdade. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

CORRÊA, Diogo Silva. *Anjos de Fuzil: uma etnografia sobre as relações entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus*. Tese de Doutorado em Sociologia – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CORREIO DA CIDADANIA. Vitor Santiago: 'Foi o Estado que fez isso comigo'. Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br/72-artigos/imagens-rolantes/11945-vitor-santiago-foi-o-estado-que-fez-isso-comigo>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. A abertura da Avenida Brasil e o desenvolvimento dos subúrbios no Rio de Janeiro. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. *Entre "avenida" e "rodovia": a história da Avenida Brasil (1906-1954)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

CRUZ, Jader. Painel 1: segurança pública no Brasil – um diagnóstico. *XVI Ciclo de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, p. 25-34, de 15 a 17 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/CEE/XVIcee/paper/viewFile/24/72>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Nova Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 40, Jun, 1999.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. The state and its margins. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena. The signature of the state: the paradox of illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos pagu* (37), julho-dezembro de 2011: 9-41.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, Mike. MONK, Daniel Bertrand. *Evil paradises: dreamworlds of neoliberalism*. New York: The New Press, 2007.

DEBORD, Gui. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2016.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DIA, O. Justiça militar condena cidadãos no Rio sem direito de defesa. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-07-05/justica-militar-condena-cidadaos-no-rio-sem-direito-de-defesa.html. Acesso em: 08 jul. 2015.

DIA, O. Milicianos e traficantes se aliam para a venda de drogas e roubo de cargas. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/04/5529467-milicianos-e-trafficantes-se-aliam-para-a-venda-de-drogas-e-roubo-de-cargas.html#foto=1>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Para gerais, Comissão da Verdade cometeu injustiça. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2014/12/10/interna_politica,548338/para-gerais-comissao-da-verdade-cometeu-injustica.shtml>. Acesso em: 05 out. 2018.

DIKEÇ, Mustafa. *Badlands of the republic: space, politics and urban policy*. Blackwell Publishing, 2007.

DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores da Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUARTE, Mário Sérgio. *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos*. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda., 2012.

DUNEIER, Mitchell. *Ghetto: the invention of a place, the history of an idea*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2016.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

EL PAIS BRASIL. O caso dos sete mortos que ninguém matou. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/politica/1510686437_487995.html>. Acesso em: 16 nov. 2017.

EL PAIS BRASIL. O elo entre Flavio Bolsonaro e a milícia investigada pela morte de Marielle. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548165508_401944.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIOT, T. S. *Poesia*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: Arx, 2004.

ELLIS, Brent. *Back to the Future? The Lessons of Counterinsurgency for Contemporary Peace Operations*. Carleton University. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.88.821&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Guerra civil*. Tradução de Marcos Branda Lacerda e Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ESPERANÇA, Vinicius. “Aviso: não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP”: poder divino e poder armado no Batan. In: RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Maurício. (Orgs.). *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, 2012.

ESPERANÇA, Vinicius. O fuzil e a cruz: poder armado e poder divino no Complexo do Alemão. *Revista Século XXI*, V. 3, No. 2, 2013.

ESPERANÇA, Vinicius. “*O foco de todo mal*”: estado, mídia e religião no Complexo do Alemão. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014a.

ESPERANÇA, Vinicius. “Brincando de gato e rato”: UPPs, esticas e acordo de cavalheiros na Nova Brasília e no Alemão. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Vol. 16, nº 3, 2014b. pp. 125-150.

ESPERANÇA, Vinicius. “O Complexo para Jesus: exército e religião na ocupação militar do Complexo do Alemão”. *Métis: história e cultura*. Vol. 14, no. 28, pp. 219-242, 2015a.

ESPERANÇA, Vinicius. Etnografia do etnógrafo. *Illuminuras*. Porto Alegre, v. 16, n. 39, p. 77-103, jan./ago. 2015b.

ESPERANÇA, Vinicius. A imagem que falta. *Brasiliiana- Journal for Brazilian Studies*, v.4, no. 2, 2016, pp. 283-317.

ESPERANÇA, Vinicius. “*O foco de todo mal: estado, mídia e religião no Complexo do Alemão*”. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

ESQUERDA DIÁRIO. “Grande êxito” é o que diz a polícia sobre operação que matou Marcos Vinicius na Maré. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Grande-exito-e-o-que-diz-a-policia-sobre-operacao-que-matou-Marcos-Vinicius-na-Mare>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ESTADÃO. Em visita ao BOPE, Bolsonaro diz que quem vai mandar no Brasil são os capitães. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,em-visita-ao-bope-bolsonaro-diz-que-quem-vai-mandar-no-brasil-sao-os-capitães,70002548095>>. Acesso em: 15 out. 2018.

EU te amo, eu te amo. *Je t'aime, je t'aime*. Direção de Alain Resnais. Roteiro de Alains Resnais e Jacques Sternberg. França, 1968.

EXAME. Milícia tem mais poder que tráfico no RJ, diz professor. <<https://exame.abril.com.br/brasil/alves-da-ufrj-milicia-tem-poder-maior-que-o-traffic-no-rj/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

EXTRA. Casos de polícia militar: militar usa tapas para interrogar detido no Complexo da Maré. Disponível em: < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/militar-usa-tapas-para-interrogar-detido-no-complexo-da-mare->>. Acesso em: 20 dez. 2018.

EXTRA. Manifestação interdita Linha Amarela, na altura do Complexo da Maré. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/manifestacao-interdita-linha-amarela-na-altura-do-complexo-da-mare-15417777.html>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

FACEBOOK. Jesus Pablo. Disponível em: <<http://twixar.me/SVP3>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FACEBOOK. Juventude relevante. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/juventuderelevante/about/?ref=page_internal>. Acesso em 20 dez. 2018.

FACEBOOK. Maré vive. Disponível em: <https://www.facebook.com/Marevive/posts/811747195527401?__tn__=C-R>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FACEBOOK. Militares tentam levar mais um jovem morado do Complexo da Maré para averiguação, sem apresentar nenhum motivo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=669884153047040>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

FACEBOOK. Na madrugada de ontem, em plena segunda-feira da Renovação, por volta de 01:00 horas, militares acabaram violentamente com o churrasco de comemoração de aniversário da Nova Holanda. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=669240156444773>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

FACEBOOK. Sempre recebemos relatos de danos na calçada e casas da comunidade, causados pelos blindados e militares durante suas ações. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=851963944839059>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

FACINA, Adriana. “Não me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. *Quinto encontro de estudos multidisciplinares em cultura*. Salvador, BA, 2009.

FACINA, Adriana; LOPES, Adriana Carvalho. Cidade do Funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. *Sexto encontro de estudos multidisciplinares em cultura*. Salvador, BA, 2010.

FASSIN, Didier. Maintaining Order: The Moral Justifications for Police Practices. In: FASSIN, Didier et al. – *At the heart of the state: the moral world of institutions*. Traduzido por Patrick Brown e Didier Fassin. Londres: Pluto Press, 2015.

FASSIN, Didier. Can states be moral? Preface to the english edition. In: FASSIN, Didier et al. – *At the heart of the state: the moral world of institutions*. Traduzido por Patrick Brown e Didier Fassin. Londres: Pluto Press, 2015a.

FASSIN, Didier et al. - *At the heart of the state: the moral world of institutions*. Traduzido por Patrick Brown e Didier Fassin. Londres: Pluto Press, 2015b.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FAVELA TEM MEMÓRIA. De bem com a vida. Disponível em: <<http://favelatemmemoria.com.br/de-bem-com-a-vida/>>. Acesso em: 17abr. 2018.

FAVELA TEM MEMÓRIA. Linha dura, coração mole. Disponível em: <<http://favelatemmemoria.com.br/linha-dura-coracao-mole/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FAVELA TEM MEMÓRIA. Pra mais de 100. Disponível em: <<http://favelatemmemoria.com.br/pra-mais-de-100/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FAVELA TEM MEMÓRIA. Remando contra a Maré. Disponível em: <<http://favelatemmemoria.com.br/remando-contra-a-mare/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FEIGENBAUM, Anna. Gás lacrimogêneo, lágrimas de ouro. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 11, no. 130, maio de 2018, p. 24-25.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. *Revista Tempo*, vol. 19, no. 34, jan-jul, 2013, p. 117-133.

FGV CPDOC. Josias Quintal. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/quintal-josias>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIRMINO, Danilo et al. *Mangueira- samba-enredo 2019*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro*. Satnford, Califórnia: Stanford University Press, 2008.

FLICKR. Caminhos de Cascadura. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/caminhosdecascadura/15046143906>>. Acesso em: 14 out. 2018.

FOI UM RIO QUE PASSOU. Aérea, Fundão, final dos anos 50. Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/2007/05/18/aerea-fundao-final-dos-anos-50/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

FOLHA. Dois homens morrem em ataque ao Exército no Complexo da Maré, no Rio. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1594403-dois-homens-morrem-em-ataque-ao-exercito-no-complexo-da-mare-no-rio.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

FOLHA. Família Bolsonaro tem histórico de elogios a PMs suspeitos de elo com milícia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/familia-bolsonaro-tem-historico-de-elogios-a-pms-suspeitos-de-elo-com-milicia.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FOLHA. Moreira Franco: de governador que ‘acabaria com o crime’ a articulador da intervenção no RJ. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/03/15/moreira-franco/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FOLHA. Paraplégico após tiro do Exército, jovem perdoa cabo e culpa governo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/paraplegico-apos-tiro-do-exercito-jovem-perdoa-cabo-e-culpa-governo.shtml>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FOLHA. Quem se lembra da UPP Social, criada pelo governo do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/05/10/quem-se-lembra-da-upp-social/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

FOLHA. Rio de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os jogos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

FOLHA. Villas Bôas desagrada ao STF ao falar de liberdade de Lula. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/11/villas-boas-desagrada-o-stf-ao-falar-de-liberdade-de-lula.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

FOLHA. 72% dos moradores do estado do Rio querem prorrogar intervenção federal. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/72-dos-moradores-do-estado-do-rio-querem-prorrogar-intervencao-federal.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 8 set. 2018.

FORUM. General Villas Bôas confessa que exército esteve no limite de intervenção caso Lula fosse solto. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/general-villas-boas-confessa-que-exercito-esteve-no-limite-de-intervencao-caso-lula-fose-solto/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2017*. São Paulo, ano 11, 2017.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 2, p. 95-114, 2008.

FREIRE, Jussara. “2009” na Cidade de Deus: os pontos de vista dos moradores sobre a UPP e o “problema favela”. In: FARIAS, Juliana; ROCHA, Lia; LEITE, Marcia; CARVALHO, Monique. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1.

FREIRE, Jussara; ROCHA, Lia de Mattos. Para uma sociologia da sociologia urbana brasileira: a obra de Luiz Antonio Machado da Silva. Texto apresentado no 33º. Encontro anual da ANPOCS. GT 01: a cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. 2009.

FREITAS, Luiz Sergio Carvalho de et al. *Eu sou favela*. Disponível em: <https://www.lyrics.com/lyric/8335501/Seu+Jorge/Eu+Sou+Favela+%28I+Am+Favela%29>. Acesso em: 26 fev. 2017.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

FRIDMAN, Luis Carlos. Delegação de poder discricionário: o sonho de paz. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 – no. 4 - OUT/NOV/DEZ, 2014 - pp. 611-623.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GANEM MISSE, Daniel. Cinco anos de UPP: um breve balanço. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 – no. 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 675-700.

GEERTZ, Clifford. *Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GIRARD, René. *O bode expiatório*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco. Security Governance and Sport Mega-events: Toward an Interdisciplinary Research Agenda. *Journal of sport and social issues*, february 34, issue 1, 2010.

GLOBO, O. Blocos carnavalescos fazem desfile contra abusos de militares na Maré. Disponível em: <<http://twixar.me/W7P3>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

GLOBO, O. É #FATO que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel-23140096>>. Acesso em: 09 out. 2018.

GLOBO, O. Em um ano favelas do Rio, crescem o equivalente ao território do Morro do Borel. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-um-ano-favelas-do-rio-crescem-equivalente-ao-territorio-do-morro-do-borel-23022836>>. Acesso em: 01 set. 2018.

GLOBO, O. Entrada das forças de segurança na Maré será uma conquista muito significativa, diz Cabral. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/entrada-das-forcas-de-seguranca-na-mare-sera-uma-conquista-muito-significativa-diz-cabral-1-12028591>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

GLOBO, O. Família de jovem morto na Maré entra com ação contra o Estado. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/familia-de-jovem-morto-na-mare-entra-com-acao-contra-estado-22849709>>. Acesso em: 04 set. 2018.

GLOBO, O. Flávio Bolsonaro empregou mãe e mulher de chefe do Escritório do Crime em seu gabinete. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/flavio-bolsonaro-empregou-mae-mulher-de-chefe-do-escritorio-do-crime-em-seu-gabinete-23391490>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

GLOBO, O. Intervenção anuncia o fim de 12 UPPs e mudanças em outras sete unidades. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-anuncia-fim-de-12-upps-mudancas-em-outras-sete-unidades-22631936>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

GLOBO, O. Jair Bolsonaro defendeu chefe de milícia em discurso na Câmara. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/jair-bolsonaro-defendeu-chefe-de-milicia-em-discurso-na-camara-23401641>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

GLOBO, O. Morador do Parque União deixa bilhete para que militares parem de quebrar seu carro. Disponível em: <<http://twixar.me/R7P3>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

GLOBO, O. Moreira, que prometeu dar fim à violência no Rio, fez aliados de FH a Lula e Temer. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/moreira-que-prometeu-dar-fim-violencia-no-rio-fez-aliados-de-fh-lula-temer-22596719>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GLOBO, O. Violência: o complexo da Maré em 5 gráficos. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/violencia-o-complexo-da-mare-em-5-graficos.html>>. Acesso em: 25 maio 2017.

GLOBOPLAY. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3632004/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In BELA FELDMAN-BLANCO (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v.5, n.1, p. 11-40, jan./jul., 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 11. Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. Do Centenário à Olimpíada: megaeventos e seus impactos sociais na cidade do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-41, Jan/Jun 2014.

GONÇALVES, Dalcio Marinho et al. *Censo de empreendimentos maré*. Organização: Redes da Maré. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016, p. 19-40.

GRAHAM, Stephen. Introduction. Cities as strategic sites: place annihilation and urban geopolitics. In: GRAHAM, Stephen (Ed.). *Cities, war, and terrorism: towards an urban geopolitics*. USA, UK e Australia: Blackwell Publishing, 2004.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. Tradução de Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2013.

GRIN, Eduardo José. Construção e desconstrução das subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 55, p. 119-145, set. 2015.

GUARDIAN, THE. Rio de Janeiro occupy slums as city fights back against drug gangs. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/apr/12/rio-de-janeiro-police-occupy-slums>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

G1 GLOBO. Adolescente morto na Maré foi atingido por disparo pelas costas, diz laudo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/adolescente-morto-na-mare-foi-atingido-por-disparo-pelas-costas-diz-laudo.ghtml>>. Acesso em: 22 jun de 2018.

G1 GLOBO. Bolsonaro visita BOPE no Rio e diz a policiais que é preciso ‘acreditar e tentar mudar’. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/15/bolsonaro-diz-que-inversao-de-valores-dificulta-autoridade-do-professor-na-sala-de-aula.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2018.

G1 GLOBO. Cabo morto no RJ é enterrado com tributo de colegas da missão de paz. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/11/cabo-morto-no-rj-e-enterrado-com-tributo-de-colegas-da-missao-de-paz.html>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

G1 GLOBO. Caso Amarildo: Juíza condena 12 dos 25 policiais militares acusados. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

G1 GLOBO. ‘Chegou a nossa hora’, diz Lula em discurso de defesa do rio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1327013-5601,00->

CHEGOU+A+NOSSA+HORA+DIZ+LULA+EM+DISCURSO+DE+DEFESA+DO+RIO.ht ml>. Acesso em: 02 fev. 2018.

G1 GLOBO. Mãe e esposa de suspeito de integrar milícia trabalharam no gabinete de Flávio Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/22/flavio-bolsonaro-contratou-mae-de-foragido-de-operacao-contram-licia-ex-assessora-e-citada-pelo-coaf.ghtml>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

G1 GLOBO. Milícia controla transporte público e tráfico de drogas em regiões da Zona Oeste do Rio, segundo investigação do MP. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/milicia-controla-o-trafico-de-drogas-e-transporte-publico-em-regioes-da-zona-oeste-do-rio-segundo-investigacao-do-mp.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

G1 GLOBO. Relatório mostra que polícia civil classificou como exitosa operação durante a qual morreu adolescente na Maré. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/relatorio-mostra-que-policia-civil-classificou-como-exitosa-operacao-durante-a-qual-morreu-adolescente-na-mare.ghtml>>. Acesso em: 08 set. 2018.

G1 GLOBO. RJ elege Flavio Bolsonaro e Arolde de Oliveira para o senado. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/rj-elege-flavio-bolsonaro-para-o-senado.ghtml>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). *A participação do Brasil na Minustah (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Globalização e democracia. In: NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 115-138.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*. New York: Oxford University Press, 2017.
HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIROSHIMA mon amour. Direção de Alain Resnais. Roteiro de Marguerite Duras. França, Japão, 1959.

HOLANDA, Chico Buarque de. Hino da repressão. In: *Malandro*. Brasil: Barclay Records, 1985.

HOLANDA, Chico Buarque de. As caravanas. In: *Caravanas*. Brasil: Biscoito Fino, 2017.

HOWELL, Sally; SHRYOCK, Andrew. Cracking Down on Diaspora: Arab Detroit and America's "War on Terror". *Anthropological Quarterly*, 76(3):443-462, June, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. Contra a violência política. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2018/10/12/323256>>. Acesso em: 12 out. 2018.

HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil – politicians against soldiers*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1997.

HUNTIGTON, Samuel P. – *O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IBGE. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006923512112011355415675088.pdf>>, <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2015.

IBGE. Dados do censo 2010 mostram 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas.html>>. Acesso em 10 set 2018.

IBGE. Favelas resistem e propõem desafios para a urbanização. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20080-retratos-favelas-resistem-e-propoem-desafios-para-urbanizacao.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

IBGE. Guia do censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

INTERCEPT BRASIL, THE. As ligações de Bolsonaro com as milícias. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

IVES, Kim. No Haiti, movimentos sociais querem invasores fora dali. *Haiti Liberté/Agência Pública*, 9 de abril de 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/04/no-haiti-movimentos-sociais-querem-invasores-fora-dali/>>. Acesso em: 30 maio 2016.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: um estudo social e político*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint: anthropology, identity, and the state. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004.

JENNINGS, Andrew. *Jogo sujo: o mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalo de ingressos*. Panda Books, 2012.

JENNINGS, Andrew et al. - *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* / Andrew Jennings, Raquel Rolnik; Antonio Lassance ... [et al.]. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JENNINGS, Andrew. *Um jogo cada vez mais sujo: o padrão FIFA de fazer negócios e manter tudo em silêncio*. Panda Books, 2014.

JENNINGS, Andrew; Lassance, Antonio; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia; Maior, Jorge Luiz Souto; Fernandes, Luis; MTST; de Oliveira, Nelma Gusmão; Rolnik, Raquel. *Brasil em jogo: O que fica da Copa e das Olimpíadas?* (Coleção Tinta Vermelha) (Locais do Kindle 1715-1717). Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

JENSEN, Steffen; RONSBO, Henrik (Ed.). *Histories of victimhood*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Edição popular, 1960.

JOFFILY, Mariana; CHIRIO, Maud. A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

JORNAL DO BRASIL. Sobrevivente: morador da Maré que ficou paraplégico durante ocupação crítica abordagem policial. Disponível em: <https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=892999&dinamico=1&preview=1>. Acesso em: 02 abr. 2018.

JORNAL EMPODERADO. Uma maré de resistência: uma ida até o Rio de Janeiro para saber um pouco da situação atual da cidade. Disponível em: <<http://jornalempoderado.com.br/uma-mare-de-resistencia/>>. Acesso em: 17 mar 2018.

JORNAL GGN. Cenas de guerra no Complexo da Maré. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/cenas-de-guerra-no-complexo-da-mare-por-matias-maxx>>. Acesso em: 16 out. 2018.

JOXE, Alain. *Empire of disorder*. Traduzido por Ames Hodges. Editado por Sylvère Lotringer. Los Angeles e Nova York: Semiotext(e), 2002.

JUSBRASIL. Art. 1 da Lei 2119/94, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/14500615/artigo-1-da-lei-n-2119-de-19-de-janeiro-de-1994-do-municipio-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaio de antropologia e de direito. Acesso à Justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

KANT DE LIMA, Roberto; VARELLA, Alex. Saber Jurídico e Direito à Diferença no Brasil: Questões de Teoria e Método em uma Perspectiva Comparada. In: KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaio de antropologia e de direito. Acesso à Justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

KEITH, Henry Hunt. *Soldados salvadores*. Tradução de Antonio Patriota. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989.

KENKEL, Kai Michael (Org.). *South America and peace operations: coming of age*. London e New York: Routledge, 2013.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime*. Moscou, People's Friendship University of Russia, 2015.

KRAAY, Hendrik. Pacificação e política: 1835-1846. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

LA Jetée. Direção e roteiro de Chris Marker. França, 1962.

LANNES FERNANDES, Fernando; RODRIGUEZ, Andrea. *Rotas de fuga: lições aprendidas no desenvolvimento de metodologias de prevenção e criação de alternativas para adolescentes e jovens no tráfico de drogas*. Brasília: OIT, 2009.

LANZMANN, Claude. *A lebre da Patagônia*. Tradução de Eduardo Brandão e Dorothée de Bruchard. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LARKINS, Erika Robb. *The spectacular favela: violence in modern Brazil*. Oakland, California: University of California Press, 2015.

LE Fond de l'Air est Rouge. Direção e roteiro de Chris Marker. França, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al.- Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE tombeau d'Alexandre. Direção e roteiro de Chris Marker. França, 1993.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 233-276.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

LEIBING, Annette; McLEAN, Athena. “Learn to value your shadow!” An introduction to the margins of the fieldwork. In: McLEAN, Athena; LEIBING, Annette (Ed.). *The shadow side of the fieldwork: exploring the blurred borders between ethnography and life*. Malden, USA; Oxford, UK; Carlton, Australia: Blackwell Publishing, 2007.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997a.

LEIRNER, Piero de Camargo. A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 157-167, 1997b.

LEIS MUNICIPAIS. Decreto nº 6011 de 4 de agosto de 1986. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1986/601/6011/decreto-n-6011-1986-altera-a-estrutura-da-secretaria-municipal-de-governo-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 24 maio 2016.

LEIS MUNICIPAIS. Decreto nº 7980 de 12 de agosto de 1988. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1988/798/7980/decreto-n-7980-1988-este-ato-ainda-nao-esta-disponivel-no-sistema>>. Acesso em: 24 maio 2016.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. O Rio de Janeiro em pauta. Cidade e cidadania na imprensa carioca: o caso da Operação Rio. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, v.6. n.1, 1998, p. 103-121.

LEIRNER, Piero de Camargo. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LEIRNER, Piero de Camargo; FARIAS, Juliana. Rituais e política: manifestações contra a violência no espaço público. In: CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LEIRNER, Piero de Camargo. Religião e política no espaço público: moradores de favelas contra a violência e por justiça. In: MAFRA, Clara. ALMEIDA, Ronaldo (orgs.). *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009a.

LEIRNER, Piero de Camargo. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista brasileira de segurança pública*. São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012.

LEIRNER, Piero de Camargo. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 – no. 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625-642.

LEIRNER, Piero de Camargo. De território da pobreza a território de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contextos de “pacificação”. In: BIRMAN, Patricia et al (Orgs.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

LEIRNER, Piero de Camargo. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. Dossier “The Urban Peripheries”. *Vibrant*, v. 14, n. 3, 2017.

LEMKE, Thomas. Rearticulando o Conceito de Dispositivo: Combinando STS e Analítica do Governo. Dossiê - Vigilância, controle e novas tecnologias. *MEDIAÇÕES*, LONDRINA, V. 23 N. 1, P. 32-62, JAN./JUN. 2018

LENSKYJ, Helen Jefferson. *The best Olympics ever?: the social impacts of Sidney 2000*. State of New York University Press, Albany: 2002.

LENSKYJ, Helen Jefferson; WAGG, Stephen. *The palgrave handbook of Olympic studies*. UK, US: Palgrave Macmillan, 2012.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINDSAY, Iain. *Living with London’s Olympics: an ethnography*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

LINKE, Uli; SMITH, Danielle Taana (Eds.). *Cultures of fear: a critical reader*. London: Pluto Press, 2009.

LINKE, Uli; SMITH, Danielle Taana. Fear: a conceptual framework. In: LINKE, Uli; SMITH, Danielle Taana (Eds.). *Cultures of fear: a critical reader*. London: Pluto Press, 2009.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Carly Barboza. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 33(2): 13-36, 2013.

MACHADO, Carly Barboza. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), v. 20, p. 153-180, 2014a.

MACHADO, Carly Barboza. Pacificação e pacificadores: polícia, política, mídia e religião no Rio de Janeiro. In: Barreira, César; Aquino, Jânia; Sá, Leonardo (orgs). (Org.). *Violência, Ilegalismos e Lugares Morais*. 1ed.Campinas, SP: Pontes Editores, 2014b, p. 509-530.

MACHADO, Carly Barboza. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. In: Birman, Patricia; Leite, Marcia; Machado, Carly; Carneiro, Sandra. (Org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 451-472.

MACHADO, Carly Barboza. The church helps the UPP, the UPP helps the church: pacification apparatus, religion and boundary formation. In: Rio de Janeiro’s urban peripheries. *VIBRANT (FLORIANÓPOLIS)*, v. 14, p. 75-90, 2017.

MACHADO, Carly Barboza. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. *RBCS*, Vol. 32 n° 93 fevereiro/2017a.

MACHADO, Carly Barboza; ESPERANCA, Vinicius; GONCALVES, Vinicius Rodrigues. Militarização e Religião: alianças e controvérsias entre projetos morais de governo de territórios urbanos pacificados. In: FARIAS, Juliana; ROCHA, Lia; LEITE, Marcia; CARVALHO, Monique. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1, p. 142-160.

MACHADO, Carly Barboza. Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 58-80, jan./jul. 2018a.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004a.

MACHADO, Carly Barboza. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio et al. (Orgs.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004b.

MACHADO, Carly Barboza. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Carly Barboza; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008a.

MACHADO, Carly Barboza. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Universidade Federal da Bahia, v.23, 2010, pp. 283-300.

MACHADO, Carly Barboza. A política na favela. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* 4(4): 699-716, [1967] 2011.

MACHADO, Carly Barboza. Violência e ordem social. In: Lima, Renato Sérgio; Ratton, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Guiringhelli. (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

MACHADO, Carly Barboza. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MAFRA, Clara; ALMEIDA, Ronaldo (orgs.). *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009.

MAGALHÃES, Alexandre. ‘A remoção foi satanizada, mas não deveria’: O retorno da remoção como forma de intervenção estatal nas favelas do Rio de Janeiro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* – Vol.9 – no 2 – MAI-AGO 2016 – pp. 293-315.

MAGUIRE, Mark; FROIS, Catarina; ZULAWSKI, Nils (Eds.). *The anthropology of security: perspectives from the frontline of policing, conter-terrorism and border control*. London: Pluto Press, 2014.

MAPA DA VIOLÊNCIA ELEITORAL. As denúncias. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org/as-denuncias/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MARCUS, George E. *Ethnography through thick and thin*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARIZ, Cecília L; FERNANDES, Sílvia Regina Alves; BATISTA, Roberto. Os universitários da favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller. Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, nº 73, junho/2010.

MATTOS, Carla dos Santos. “Humildade” no “desenrolo”: força, autoridade e autonomia nas interações entre traficantes e moradores em uma favela carioca. 38°. Encontro Anual da ANPOCS. GT34: sobre periferias: novos conflitos no espaço público. Agosto de 2012.

McLEAN, Athena; LEIBING, Annette (Ed.). *The shadow side of the fieldwork: exploring the blurred borders between ethnography and life*. Malden, USA; Oxford, UK; Carlton, Australia: Blackwell Publishing, 2007.

MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.

MELLO, Marco Antonio da Silva et al. (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENEZES, Palloma Valle. Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 – no. 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 665-684.

MENEZES, Palloma Valle. Será que estaremos aqui quando as Olimpíadas chegarem? Novas oportunidades e preocupações pós-UPP na “favela modelo”. Trama: indústria criativa em revista. *Dossiê: a cidade e as questões do urbano*. Ano 1, jul./nov., 2015, p. 42-58.

MENEZES, Palloma Valle; CÔRREA, Diogo. From disarmament to rearmament: elements for a sociology of critique of the Pacification Police Unit Program. Dossier “The Urban Peripheries”. *Vibrant*, v. 14, n. 3, 2017.

MENEZES, Palloma Valle; CÔRREA, Diogo. “Vivendo entre dois deuses”: a fenomenologia do habitar em favelas “pacificadas”. In: FARIAS, Juliana; ROCHA, Lia; LEITE, Marcia; CARVALHO, Monique. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1.

MESQUITA, Cláudia. *Viramundo* (1965) e *Santa Cruz* (2000): representações fílmicas do pentecostalismo em dois tempos. In: MAFRA, Clara. ALMEIDA, Ronaldo (orgs.). *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

METRÓPOLES. Justiça militar acumula processos de civis condenados por desacato. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/justica/justica-militar-acumula-processos-de-civis-condenados-por-desacato>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MIAGUSKO, Edson. Antes da Copa, depois do Pan: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 395-408, maio-ago. 2012.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 31, nº 91 junho/2016.

MIAGUSKO, Edson. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização. In: FARIAS, Juliana; ROCHA, Lia; LEITE, Marcia; CARVALHO, Monique.

(Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Complexo da Maré: força de pacificação já realizou mais de 65 mil ações. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/15254-complexo-da-mare-forcas-de-pacificacao-ja-realizaram-mais-de-65-mil-aco-es>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Governos formalizam acordo de emprego das Forças Armadas para a pacificação da Maré, no Rio. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/8756-defesa-governos-formalizam-acordo-de-emprego-das-forcas-armadas-na-pacificacao-da-mare-no-rio>>. Acesso em 04 mar. 2018.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Burocracia e fiscalidade: uma análise das práticas de fiscalização e cobrança de impostos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

MISSAGIA DE MATTOS, Isabel. Pacificação dos indígenas nas Minas Oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação: uma abordagem comparativa. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Avançados*. 21(61): 139-157, 2007.

MISSE, Michel et al. Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antonio Machado da Silva. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 663-698.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. Dossiê “Crime, segurança e instituições estatais: problemas e perspectivas”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

MISSE, Michel. *Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. s/d. Disponível em: <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 15-39, jan./jul. 2018.

MORAES, Vinícius de. *Orfeu da conceição*. Disponível em: <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/teatro/pecas/orfeu-da-conceicao>>. Acesso em 06 Ago. 2018.

MORAES, João Carlos Quantim de. Perspectivas do processo de abertura: consolidação das instituições políticas. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Guerra, pacificação e sujeição: o nascimento da “escola severa” de “civilização” dos índios. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

MURIEL. Direção de Alais Resnais. Roteiro de Jean Cayrol. França, 1963.

MUSEU DA MARÉ. Disponível em: <<http://www.museudamare.org.br/>>. Acesso em: 10 Abr. 2018.

NARAYAN, Deepa et al. *Can anyone hear us? Voices from 47 countries*. Poverty Group, PREM, World Bank, December 1999.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOITE e neblina. *Nuit et bruillard*. Direção de Alain Resnais. Roteiro de Chris Marker e Jean Cayrol. França, 1955.

NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les Lieux de Mémoire*. Tradução de Laura Masello. Montevideo, Uruguay: Ediciones trilce, 2008.

NORDSTROM, Carolyn; ROBBEN, Antonius C. G. M. (orgs). *Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1995.

NORDSTROM, Carolyn; ROBBEN, Antonius C. G. M. (orgs). *Shadows of war: violence, power, and international profiteering in the twenty-first century*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2004.

O ano passado em Marienbad. *L'Année dernière à Marienbad*. Direção de Alain Resnais. Roteiro de Alain Robbe-Grillet. França, 1961.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Em busca do fio de Ariadne. Disponível em: <<http://of.org.br/acervo/em-busca-do-fio-de-ariadne/>>. Acesso em: 20 out.2017.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das ilhas à cidade – a Universidade visível: a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.); SOARES, Samuel Alves. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. *Cidadania, justiça e “pacificação” em favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Golpes de vista. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. Mais de 80 organizações da sociedade civil repudiam a escalada da violência. Disponível em: <<https://br.okfn.org/2018/10/16/repudiamos-a-discriminacao-e-a-violencia-na-politica/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

ORPHÉE Noir. Direção de Marcel Camus. Produção de Sacha Gordiner. Roteiro de Marcel Camus e Jacques Viot a partir da peça “Orfeu da Conceição”, de Vinícius de Moraes. Brasil, França e Itália: 1959.

ORWELL, George. 1984. Tradução de Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OWENS, Michael Leo. *God and government in ghetto: the politics of church-state collaboration in black America*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, vol. 20, n. 1, 2014, p. 125-161.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma guerra sem fim: a retórica da “pacificação” e práticas institucionalizadas de produção da desigualdade. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

PARK, Robert E. The City: suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment. In: Robert E. Park e Ernest W. Burgess. *The City*. Chicago, Londres, University of Chicago Press, 1925, 1967.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, Boitempo, 2014.

PINHEIRO, Milton (Org.). Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, Boitempo, 2014a.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Mônica Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, no. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. Tradução de Gabriele dos Anjos. *WebMosaica: revista do instituto cultural judaico marc chagall*, v.2, n.1 (jan-jun), 2010.

POMPA, Cristina. Guerra e paz nos sertões: o protagonismo indígena no nordeste colonial. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

PROUST, Marcel. *No caminho se Swann; À sombra das moças em flor*. Tradução de Fernando Py. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

QUEIROZ, Alfredo Pereira de, Fo. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. *Urbe*. Revista brasileira de gestão urbana. (Brazilian Journal of urban management). Set./ dez., 7 (3), p. 340-353, 2015.

RAMOS, Silvia (coord.). *Intervenção federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019.

REBEL without a cause. Direção de Nicholas Ray. Roteiro de Stuart Stern. Estados Unidos da América: 1955.

REDES DA MARÉ. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/>>. Acesso em: 01 set. 2017.
REDES DA MARÉ; CESEC. “Meu nome não é cracudo”: a cena aberta de consumo de drogas da rua Flávia Farnese, na Maré, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Boletim de Segurança e Cidadania, n. 22, 2016.

RESENDE, Juliana. *Operação Rio: relatos de uma guerra brasileira*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

REVELO-IMERY, M. Alejandra. Traduzindo ‘favela’ parte 1: a problemática da tradução. *Rio on Watch: relatos das favelas cariocas*. Publicado em 27/06/2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=9317>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

REVELO-IMERY, M. Alejandra. Traduzindo ‘favela’ parte 2: uma viagem pela América Latina. *Rio on Watch: relatos das favelas cariocas*. Publicado em 06/07/2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=9362>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

RIBEIRO, Ludmila M. L.; VILAROUCA, Marcia Grijó. Descortinando as práticas de pacificação: resultados de um survey com residentes em dez UPPs. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIO COMO VAMOS. Disponível em: <<http://riocomovamos.org.br/indicadores-regionalizados/indicador/analfabetismo/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

RIO ON WATCH. A morte da UPP Social: fracasso da participação. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=14378>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RIO ON WATCH. Entrevista inédita com Osmar Paiva Camelo, presidente do Morro do Timbau, assassinado segunda-feira. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=12339>>. Acesso em: 19 set. 2014.

RIO ON WATCH. Maré Vive: opiniões da comunidade sobre a ocupação policial. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=11067>>. Acesso em: 11 maio 2016.

RIO ON WATCH. Traduzindo ‘favela’ parte 1: a problemática da tradução. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=9317>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

RIO ON WATCH. Traduzindo ‘favela’ parte 2: uma viagem pela América latina. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=9362>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

RIOCLICK. Avenida Brasil. Disponível em: <<http://rioclick.blogspot.com/2012/12/avenida-brasil.html>>. Acesso em: 02 mar 2018.

RIOS, José Arthur (coord.). Aspectos humanos da favela carioca – estudo sócio-econômico elaborado por SAGMACS. Suplemento especial I e II. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 e 15/04/1960.

RIOS, José Arthur (coord.). Aspectos humanos das favelas cariocas- 50 anos: uma avaliação. In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 35-50.

ROBBEN, Antonius C. G. M. The politics of truth and emotion among victims and perpetrators of violence. In: NORDSTROM, Carolyn; ROBBEN, Antonius C. G. M. (orgs.). *Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1995.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. A Justiça Militar da União na Constituição brasileira de 1988. *Brasília a.* 45 n. 179 jul./set. 2008. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176553/000843894.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 30 maio 2017.

ROCHA, Lia; PALERMO, Luís Claudio. ‘O morro está na calmaria’: Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 – no. 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 25-40.

RODEGHERO, Carla Simone. Pela “pacificação da família brasileira”: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e 1979. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

ROITMAN, Janet. Productivity in the margins: the reconstitution of state power in Chad Basin. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, Andrew et al. *Brasil em jogo : o que fica da Copa e das Olimpíadas ?* / Andrew Jennings, Raquel Rolnik; Antonio Lassance ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilton Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

RUI, Taniele. Da deriva pela Av. Brasil à fixação numa esquina da Maré: usuários de crack, refugiados da “pacificação”. In: FARIAS, Juliana; ROCHA, Lia; LEITE, Marcia; CARVALHO, Monique. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1, p. 57-69.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rousara Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÁNCHEZ, Fernanda et al. *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências* / Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein, Fabrício Leal de Oliveira e Pedro Novias (orgs.). Niterói: Editora da UFF, 2014.

SANJURJO, Liliana. Our dead can speak: social displacements, affects, and political action in comparative perspective. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n.3. September to December, 2017.

SANS soleil. Direção e roteiro de Chris Marker. França, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. The Law of the Oppressed: The Construction and Reproduction of Legality in Pasargada Law. *Law and Society Review*, 12, 1977, p. 5-126.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Les politiques d’intervention. *Economie et Humanisme*, Lyon, n. 186, mar./abr., 1969, p. 53-60.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *História do Morro do Timbau*. Rio de Janeiro, UFF, 1983.

SANTOS, Daniel dos. A militarização da justiça e a defesa da democracia. Tradução de Bruno Cardoso. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2011 - pp. 123-140.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, no. 61, p. 51-61, Jun./Abr., 2011.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014.

SCABIO, Jeferson. Sofrimento, fé e justiça: Um estudo sobre um grupo de mães de vítimas de acidentes de trânsito e de violência policial. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* – Vol. 9 – no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 111-140.

SCHMIDT, Selma; CANDIDA, Simone. Em um ano favelas do Rio crescem o equivalente ao território do morro do Borel. *O globo*. Rio de Janeiro. Publicado em 30.08.2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-um-ano-favelas-do-rio-crescem-equivalente-ao-territorio-do-morro-do-borel-23022836>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SCHMITT, Carl. *Teología política*. Tradução de Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SEGAL, Lotte Buch. *No place for grief: martyrs, prisoners, and mourning in contemporary Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SEN, Amartya. *Poverty and famines: an essay on entitlement and development*. New York: Oxford University Press, 1981.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Random House, 1999.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heliosa M.- *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHOAH. Direção e Roteiro de Claude Lanzmann. França, 1985.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. A pacificação aos olhos da justiça: Justiça Militar e crimes militares em ações de pacificação. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

SILVA, Claudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Explorando o “mundo do quartel”. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b.

SILVA, Eliana Souza e et al. Censo Maré: criação de uma base para desenvolvimento territorial em um grande conjunto de favelas. *Seminário urbfavelas 2016*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT1-61-179-20160814222647.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SILVA, Eliana Souza. *A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

SILVA, Jailson de Souza e et al (org.). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Jailson de Souza e et al (org.). As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas. In: In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, Jailson de Souza e et al. *Rotas de fuga: trajetória de jovens na rede social do tráfico de drogas: caminhadas*. Organização Internacional do Trabalho, Observatório de Favelas, Brasília, 2009a.

SILVA, Monique Carvalho de Araújo; CARVALHO, Monique Batista. Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 – no. 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 63-76.

SILVA, Vanessa Martina. Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da Minustah no Haiti. *Brasil de Fato*, 1 de setembro de 2017a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (org.). *A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOULIOTIS, Nicos; SAYAS, John; MALOUTAS, Thomas. Megaprojects, neoliberalization, and state capacities: assessing the medium-term impact of the 2004 Olympic Games on Athenian urban policies. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 2014, volume 32.

SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

SOUZA, Adriana Barreto de. Mito de Estado, Estado é: o Duque de Caxias e as práticas pacificadoras do Exército imperial. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Editora Leya Brasil, 2016.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A pacificação como prática de poder no contexto da criação do Serviço de Proteção aos Índios. In: SOUZA, Adriana Barreto de et al. (Orgs.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973.

STEPAN, Alfred. The new professionalism of internal warfare and military role expansion. In: STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973a.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luiza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Primeira instância. Disponível em: <<https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/primeira-instancia>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

TEIXEIRA, César Pinheiro. *A construção social do ex-bandido: um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2011.

TEIXEIRA, César Pinheiro. O ‘policial social’: algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 – no. 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 77-96.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, Robert et al. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Tradução de Fernando Ferrone e Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

TEODOSIO, Tatiana Jung. *Espaço maré: histórias, trajetórias, desafios*. Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Tradução de Miguel Salazar. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Memória del mal, tentación del bien: indagaciones sobre el siglo XX*. Tradução de Manuel Serrat Crespo. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *The fear of barbarians: beyond the clash of civilizations*. Tradução de Andrew Brown. Chicago: The University of Chicago Press, 2010a.

TOMMASI, Livia De; VELAZCO, Dafne Jazmin. Transformations in Community associations and political processes in a Rio de Janeiro “favela”. Dossier “The Urban Peripheries”. *Vibrant*, v. 14, n. 3, 2017.

TROPA de elite. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha e Marcos Prado. Roteiro de José Padilha, Rodrigo Pimentel, Bráulio Mantovani e John Kaylin. Brasil: 2007.

TROPA de elite 2: o inimigo agora é outro. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha e Marcos Prado. Roteiro de José Padilha e Bráulio Mantovani. Brasil: 2010.

TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom*. Londres, John Murray, Albemarle street, W., 1920.

ÚLTIMO SEGUNDO. Barreiras acústicas são instaladas na Linha Vermelha, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/barreiras-acusticas-sao-instaladas-na-linha-vermelha-no-rio-de-janeiro/n1237608107370.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

ÚLTIMO SEGUNDO. Insatisfeitos, militares convocam protestos por dois lados na Comissão da Verdade. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-05-31/insatisfeitos-militares-convocam-protesto-por-dois-lados-na-comissao-da-verdade.html>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). *The Challenge of Slums: global report on human settlements 2003*. UK, USA, Earthscan Publications, 2003.

UOL NOTÍCIAS. ‘Acabei sequelado pelo Exército, pelo qual torcia’, diz baleado em ocupação militar na Maré. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/baleados-na-mare.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

UOL NOTÍCIAS. Colchões infláveis, marmitta e sorvete na água: as curiosidades do Piscinão. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2015/01/29/conheca-curiosidade-do-piscinao-de-ramos-no-rio-de-janeiro.htm#fotoNav=28>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

VALLADARES, Licia do Prado. Favela, política e conjunto residencial. *Dados- Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 12, 1976, p. 74-85.

VAINER, Carlos. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, no. 44, outubro, 2000.

VAINER, Carlos. MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000, uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, URBANDATA, 2003.

VAINER, Carlos. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, 1, 2, Jan-Abr, 1986, p. 29-35.

VAINER, Carlos. *História dos bairros da Maré*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

VEJA. Tribunal militar reaje a relatório da Comissão da Verdade: “equivocos”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/tribunal-militar-reage-a-relatorio-da-comissao-da-verdade-equivocos/>>. Disponível em: 13 dez. 2014.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 37, 2011.

VAINER, Carlos. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia et al. et al. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

VIANNA, Hermano. *O baile funk carioca: festas e estilos de vida metropolitanos*. Dissertação de mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1988.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Ed. UFRJ, 2002.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VIEIRA, Antonio Carlos Pinto. Da memória ao museu: a experiência da favela da Maré. *XII Encontro Regional de História*, Anpuh, Rio de Janeiro, 2006.

VIEIRA, Antonio Carlos Pinto. *Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço na Maré*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

VIRILIO, Paul. Impure war: introduction to new edition. In: VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvère. *Pure war: twenty-five years later*. Traduzido por Mark Polizzotti. Los Angeles, CA: Semiotext(e), 2007.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvère. *Pure war: twenty-five years later*. Traduzido por Mark Polizzotti. Los Angeles, CA: Semiotext(e), 2007.

VITAL DA CUNHA, Christina. Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.15, 2008, pp.23-46.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo socioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2013.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Oração de traficante: uma etnografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

VITAL DA CUNHA, Christina. O medo do retorno do medo: um ponto de inflexão no programa das UPPs. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 – no. 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 41-62.

VOZ DAS COMUNIDADES. Favela da Kelson's (1948). Disponível em: <<http://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/favela-da-kelsons-1948/>>. Acesso em 06 mar 2018.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Tradução de João Roberto Martins filho et al. – Rio de Janeiro: Revan. FASE, 2001.

WACQUANT, Loïc (org.). *O Mistério do Ministério. Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Tradução: Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

WIKIPEDIA. Dona Orosina. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dona-Orosina.jpg>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

WILKINSON, Iain; KLEINMAN, Arthur. *A passion for Society: how we think about human suffering*. Oakland, California: University of California Press, 2016.

WILLADINO et al. Sociedad civil y reducción de violencias en América Latina: tendencias y desafíos. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación* nº 42. Año 2018, pp. 61-71.

WILLADINO; NASCIMENTO, Rodrigo Costa do; SILVA, Jaílson de Souza. *Novas configurações das redes criminosas após a implantação das UPPs*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2018.

WIRTH, Louis. *The ghetto*. Chicago: The University of Chicago Press, 1928 [1956].

YOUTUBE. Confusão entre homens do exército e moradores da Maré. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qmL6DezLzoo&feature=share>>. Acesso em: 27 maio 2014.

YOUTUBE. Exército é atacado por traficantes do Complexo da Maré. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6spacH_pIdw&feature=share>. Acesso em: 20 fev. 2016.

YOUTUBE. Exército encerrado no Complexo da Maré V.P. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s5fc5-YABO8&feature=share>>. Acesso em: 16 out. 2014.

YOUTUBE. Exército realiza a 9ª. Ação Cívico-Social na comunidade da Maré. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4hGf5vWNkHw&feature=share>>. Acesso em: 15 out. 2018.

YOUTUBE. Homenagem ao Sargento Michel Augusto Mikami. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yikGLU3XPes>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

YOUTUBE. Moradores do Complexo da Maré se insurgem contra a PM e o Exército. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dw4PpP5hhAQ&feature=share>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

YOUTUBE. Trecho do enterro do cabo Michel Augusto Mikami. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NJpo3qrwHUY>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. Ed. São Paulo, Brasiliense, 2000.

ZALUAR, Alba. Violência, Cultura e Poder. In: *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*. 2009, vol.15, n.2, pp. 557-584.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZERANZE, Elaine. *Cartas de um país distante: tempo, memória e história em Sans Soleil de Chris Marker*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.